CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Instituída pelo Requerimento 873/2023

CPI - Ônibus sem qualidade

Tendo em vista o grande volume de dados constantes no relatório final referente ao Requerimento nº 873/2022, o acesso aos anexos contidos na mídia em pendrive encontra-se disponível nesta diretoria até o fim desta Legislatura. Após esse período, será encaminhada ao arquivo público do Município.

Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2024

Lucas Leal Esteves
Diretor do Processo Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ofício Nº 105/2024 - Protocolo Dirleg - Pendrive - Relatório Final CPI - Ônibus Sem Qualidade e respectivos anexos

Senhor Presidente,

Enquanto relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Ônibus Sem Qualidade, venho, através deste, protocolar 1 (um) Pendrive com o Relatório Final da CPI, na íntegra, bem como, os respectivos anexos.

Sendo o que se apresenta, agradeço-lhe a atenção dispensada e a confirmação do referido protocolo.

Belo Horizonte, 1º de fevereiro de 2024.

Vereadora Loíde Gonçalves
Podemos/MG

AVULSOS DISTRIBUÍDOS
EM 01/02/2024
396
Responsável pela distribuição

CMBH_DIRLEG-01/fev/24-15:41:54-000944-1

Ao Senhor

Vereador **Jorge Santos**

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Ônibus Sem Qualidade

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ÔNIBUS SEM QUALIDADE

Instituída pelo Requerimento nº 873/2023

RELATÓRIO FINAL

VEREADOR **JORGE SANTOS** (REPUBLICANOS)

PRESIDENTE

VEREADORA **LOÍDE GONÇALVES** (PODEMOS)

RELATORA

Belo Horizonte

2023

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

ÔNIBUS SEM QUALIDADE

Instituída pelo Requerimento nº 873/2023

COMPOSIÇÃO

MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTES
Vereador **JORGE SANTOS** (Republicanos) Presidente	Vereador RAMON BIBIANO DA CASA DE APOIO (PSD)
Vereadora **LOÍDE GONÇALVES** (Podemos) Relatora	Vereador CLEITON XAVIER (PMN)
Vereador HENRIQUE BRAGA (PSDB)	Vereadora FERNANDA PEREIRA ALTOÉ (Novo)
Vereador BRÁULIO LARA (Novo)	Vereador CIRO PEREIRA (PRD)
Vereador SÉRGIO FERNANDO PINHO TAVARES (PL)	Vereador BRUNO PEDRALVA (PT)
Vereador PROFESSOR JULIANO LOPES (AGIR)	Vereador RUBÃO (PP)
Vereador WESLEY MOREIRA (PP)	Vereadora FLÁVIA BORJA (PP)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....8

1.1 - DO FUNDAMENTO LEGAL.....8

2 - DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS.....10

2.1 - DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....10

2.2 - DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....11

2.3 - DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....13

2.4 - DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....13

2.5 - DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....61

2.6 - DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....65

2.7 - DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....119

2.8 - DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....210

2.9 - DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....212

2.10 - DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....290

2.11 - DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....358

2.12 - DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....426

2.13 - DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....429

2.14 - DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....506

2.15 - DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....576

2.16 - DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....577

2.17 - DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....579

2.18 - DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....581

2.19 - DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....612

2.20 - DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....623

2.21 - DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA.....623

2.22 - DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....628

2.23 - DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....691

2.24 - DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....693

2.25 - DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....693

3 - DO INÍCIO DAS INVESTIGAÇÕES: DA EMPRESA BHLESTE TRANSPORTES S/A, ATUALMENTE DENOMINADA NOVA VISTA TRANSPORTES S/A.....763

3.1 - DO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO.....764

3.2 - DAS INCONSISTÊNCIAS NA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA QUE SUBSTITUIU A VIAÇÃO TORRES.....766

4 - DA ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS E DOCUMENTAÇÕES CORRELATAS.....768

4.1 - DO DEPOIMENTO DO PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA.....768

4.1.1 Das informações apresentadas pelo Procurador.....768

4.1.2 Dos desdobramentos da oitiva do Procurador.....770

4.2 - DOS DEPOIMENTOS DO SUPERINTENDENTE DE MOBILIDADE DE BELO

HORIZONTE, ANDRÉ SOARES DANTAS.....772

4.3 - DO DEPOIMENTO DA SRA. ESTER DAS GRAÇAS FERREIRA GOMES....776

4.4 - DO DEPOIMENTO DO SR. LUIZ FERNANDO GUEDES PASCHOALIN……782

4.5 - DO DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ BRAZ FERREIRA JÚNIOR.....783

4.6 - DO DEPOIMENTO DO SR. NILO GONÇALVES SIMÃO.....785

4.7 DO DEPOIMENTO SR. RUBENS LESSA CARVALHO, SÓCIO-ADMINISTRADOR DA EMPRESA S&M TRANSPORTES S.A - EMPRESA LÍDER DO CONSÓRCIO.....787

5 - DA SITUAÇÃO DA VIAÇÃO TORRES LTDA. ANTES DA SUA SUBSTITUIÇÃO.....792

6 - DO AUMENTO DE CAPITAL DA EMPRESA BHLESTE TRANSPORTES S.A, ATUALMENTE DENOMINADA NOVA VISTA TRANSPORTES S/A.....793

6.1 - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº01-011.242/23-89 E DA ATUAÇÃO DA CONTADORA CELI BASSI.....797

7 - DA ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DA EMPRESA VIAÇÃO TORRES LTDA NO CONSÓRCIO BH LESTE.....802

7.1 - DO SISTEMÁTICO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 131/2008.....805

8 - DA AUSÊNCIA DA ANUÊNCIA DO PODER CONCEDENTE.....807

8.1 - DA AUSÊNCIA DE EXPERIÊNCIA E OS IMPACTOS SOCIAIS.....764

9 - DA OPERAÇÃO DA EMPRESA TRANSOESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA.....813

9.1 - DOS DESAFIOS NA QUALIDADE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO POR PARTE DA TRANS OESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA.....813

9.2 - DA IDADE AVANÇADA DA FROTA DA TRANS OESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA.....815

9.3 - DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DA TRANS OESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA.....816

9.4 - DA OPERAÇÃO DA EMPRESA TRANSOESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA EM CONJUNTO COM A VIAÇÃO PARAENSE DENTRO DO CONSÓRCIO DEZ.....817

9.5 - DOS SÓCIOS DA EMPRESA TRANSOESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA E DA EMPRESA VIAÇÃO PARAENSE LTDA.....819

10 - DA FACILIDADE NA SUBSTITUIÇÃO DE EMPRESAS INTEGRANTES DOS CONSÓRCIOS OPERADORES.....821

11 - DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DISPENSADO AOS PERMISSIONÁRIOS DO SISTEMA DE TRANSPORTE SUPLEMENTAR.....822

11.1 - DA APROPRIAÇÃO DE VALORES PELO CONSÓRCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE -TRANSFÁCIL.....826

12 - DA CONFUSÃO PATRIMONIAL ENTRE A TRANSFÁCIL E A SETRABH....827

12.1 - DO SUBSÍDIO CONCEDIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 11.458/2023 REPASSADO PELA TRANSFÁCIL.....829

13 - DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO.....830

14 - DA AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTO FINAL.....834

14.1 - DOS APONTAMENTOS DE AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTO FINAL...835

14.2 - DA OMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (PBH).....838

15 - DOS PROCEDIMENTOS JUDICIAIS À CPI.....840

16 - DAS DENÚNCIAS RECEBIDAS PELO EMAIL INSTITUCIONAL DISPONIBILIZADO À POPULAÇÃO.....843

17 - DOS REQUERIMENTOS SEM RESPOSTAS.....844

18 - DA INDIVIDUALIZAÇÃO DE CONDUTAS.....844

18.1 - ESTER DAS GRAÇAS FERREIRA GOMES.....844

18.2 - NILO GONÇALVES SIMÃO JUNIOR.....845

18.3 - A CONTADORA CELI BASSI.....846

18.4 - DO NILO GONÇALVES SIMÃO.....846

18.5 - FABIANO BORGES.....847

18.6 - DA EMPRESA LÍDER DO CONSÓRCIO (S&M TRANSPORTES S/A).....848

18.7 - DA RESPONSABILIDADE DO SUPERINTENDENTE ANDRÉ SOARES DANTAS.....849

18.8 - DA TRANSFÁCIL.....850

18.9 - DO SR. RUBENS LESSA.....851

19 - DAS CONCLUSÕES.....852

20 - DOS ENCAMINHAMENTOS.....853

1 - INTRODUÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito foi instituída pelo Requerimento nº **873** de 23/06/2023, endossado por 14 Vereadores desta Câmara Municipal.

Em decorrência do recebimento do referido requerimento de nº **873**, foi instaurada a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, denominada Ônibus sem qualidade, para apurar as inúmeras denúncias de descumprimento do contrato de prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte da Empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda., do Consórcio Dez, que atende a região do Barreiro, e a então Viação Torres, substituída pela BHLeste Transportes S/A, do Consórcio BH Leste, que atende as regiões Norte, Nordeste e Leste, como também da possível omissão da Prefeitura de Belo Horizonte em fiscalizar o cumprimento do contrato bem como a observância dos parâmetros mínimos de qualidade no Sistema de Transporte Coletivo de Belo Horizonte.

Sobreleva dizer que posteriormente, foi determinado o aditamento do objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito - Ônibus sem qualidade, estabelecida pelo Requerimento de nº 1493 de 08/08/2023, subscrito por 14 Vereadores desta Câmara Municipal.

Tendo como objetivo apurar as inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional.

1.1 - DO FUNDAMENTO LEGAL

O fundamento legal para a constituição da CPI encontra-se positivado na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Art. 58, § 3º, que faz previsão da condução de trabalho investigativo pelo Poder Legislativo de forma atípica, *in verbis*:

> ***"Art. 58 - [...]***
>
> ***§ 3º*** *As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de*

outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores."

A Lei 1.579 de 18 de março de 1952 baliza a atuação do Poder Legislativo nessa tarefa atípica, resguardando os poderes dos parlamentares de maneira a garantir a autonomia no procedimento investigativo, bem como para fornecer-lhes meios de obter os documentos e elementos de prova necessários para apuração dos fatos investigados.

A instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito pelos municípios já teve a legitimidade reconhecida pelos Tribunais, tendo a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte previsto sua instalação em seu art. 82, § 3º. in verbis:

"Art. 82 - [...]

§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, observada a legislação específica, no que couber, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas a requerimento de um terço dos membros da Câmara, para apuração de fato determinado e por prazo certo, e suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, ao Defensor do Povo ou a outra autoridade competente, para que se promova a responsabilização civil, criminal ou administrativa do infrator"

As disposições sobre as regras e limites de atuação da Comissão na Câmara Municipal de Belo Horizonte é regulamentada pelo Regimento Interno desta Casa, em seus arts. 47, § 6º, § 7º, § 9º, 54, II, 55, 57 a 59 e demais, ressalvada a subsidiariedade da aplicação da Lei e das normas de âmbito federal nos casos omissos.

O presente relatório deverá ser apreciado e votado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como, o documento que apresenta a conclusão dos trabalhos de investigação realizados durante os últimos 181 (cento e oitenta e um) dias, apontando as medidas necessárias e responsabilização dos envolvidos na

prática de atos ilícitos.

2 - DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Considerando o grande volume de documentos analisados e a extensão de material produzido, indispensáveis requerimentos e respectivas respostas, cumpre em dizer que, que todos materiais produzidos por esta Comissão Parlamentar de inquérito, encontram-se em sumário anexo e disponibilizados no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Belo Horizonte, para fácil acesso de qualquer cidadão.

Posto isso, passamos aos trabalhos desenvolvidos em cada uma das reuniões, oitivas e visitas técnicas realizadas pela CPI durante o seu período de funcionamento.

2.1 - DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A primeira reunião[1] da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade, foi realizada no dia 20/07/2023, às 11:37, no Plenário Camil Caram, Sob a presidência interina do vereador Henrique Braga, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves e dos vereadores Braulio Lara e Jorge Santos, vereador Pedro Patrus, além da presença remota do vereador Wesley Moreira.

A reunião teve como finalidade a eleição do presidente e do relator da Comissão, assim como a fixação de dia, horário e local de realização das reuniões ordinárias.

Se deu início a eleição para a presidência da comissão, e o vereador Jorge Santos propôs o seu nome e o da vereadora Loide Gonçalves para a presidência e a relatoria, respectivamente.

A vereadora Loide Gonçalves concordou com a indicação de seu nome como relatora .

---

[1] https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/1%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-20-07-2023

Aprovados, por unanimidade, os nomes do vereador Jorge Santos como presidente e da vereadora Loíde Gonçalves como relatora.

O vereador Bráulio Lara sugeriu que as reuniões da comissão sejam realizadas na primeira quinta-feira de cada mês, às 9h30min, no Plenário Camil Caram.

O vereador Pedro Patrus afirmou que as CPI's são importante instrumento de fiscalização do Legislativo, mas criticou a sua banalização nesta Casa. Disse considerar realizar reuniões mensais ou a cada duas semanas é muito pouco. Informou que leu com cuidado o tema desta CPI, que poderia gerar produtos importantes para a cidade, mas 6 muito amplo. Anunciou que renunciará a esta comissão após o fim desta reunião, pois, com a configuração de reuniões mensais, não haverá tempo para entregar produtos importantes para a população.

O requerimento foi acatado, no mesmo dia, pelo Vereador Jorge Santos, presidente da comissão, tendo ainda indagado que a renúncia é um direito do vereador Pedro Patrus. E acrescentou que, se necessário, serão convocadas reuniões adicionais.

O vereador Jorge Santos colocou em votação a proposta apresentada pelo vereador Braulio Lara. Aprovada por unanimidade.

Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 11h45m.

2.2 - DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A Segunda reunião[2] da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade, foi realizada no dia 24/07/2023, às 11h09min, no plenário Camil Caram. Sob a presidência do vereador Jorge Santos, que registrou a presença remota dos vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Braulio Lara, Henrique Braga, Professor Juliano Lopes e Wesley Moreira e da vereadora Loíde Gonçalves.

---

2 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/2%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-24-07-2023

Foram apresentados, discutidos e votados os seguintes requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nº 1933/2023 - solicitando realização de reunião com convidados para “convidar o Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Glaydson Santo Soprani Massaria, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte das viagens TransOeste, que atende a região do Barreiro, e Torres, do consórcio BH Leste, além da omissão da Prefeitura de Belo Horizonte frente seu dever de fiscalização do fiel cumprimento do contrato e garantia de parâmetros mínimos de qualidade no transporte público”, para o dia 3/8/23, às 9h30min, no Plenário Camil Caram. Autoria: vereador Jorge Santos.

O presidente comunicou alteração de data e horário da reunião para o dia 7/8/23, às 9 horas. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado, por unanimidade pela Comissão, com as alterações propostas.

2) Requerimento de Comissão nº 1.934/23 - solicitando a Oitiva para “intimar o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, André Soares Dantas, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte das viagens TransOeste, que atende a região do Barreiro, e Torres, do consórcio BH Leste, a16m da omissao da Prefeitura de Belo Horizonte frente seu dever de fiscalização do fiel cumprimento do contrato e garantia de parâmetros mínimos de qualidade no transporte público”, no dia 10/8/23, às 9h30min, no Plenário Camil Caram. Autoria: vereador Jorge Santos.

O presidente comunicou alteração de data e horário da Oitiva para o dia 11/8/23, às 9 horas. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado, por unanimidade pela Comissão, com as alterações propostas.

Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 11h16m.

2.3 - DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade[3], foi realizada no dia 26/07/2023, às 11h08min, no plenário Helvécio Arantes. Sob a presidência do vereador Professor Juliano Lopes, que registrou a presença dos vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Braulio Lara e Wesley Moreira e da vereadora Loíde Gonçalves, todos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Foi apresentado, discutido e votado o seguinte requerimento:

1) Requerimento de Comissão n'' 1.974/23 - para alteração de data de Reunião com Convidados para "convidar o Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Glaydson Santo Soprani Massaria, para prestar informações pertinentes às inúmeras denÚncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte das viações TransOeste, que atende a região do Barreiro, e Torres, do consórcio BH Leste, além da omissão da Prefeitura de Belo Horizonte frente seu dever de fiscalização do fiel cumprimento do contrato e garantia de parâmetros mínimos de qualidade no transporte público", aprovada pelo Requerimento de Comissão n'' 1.933/23, para o dia 01/8/2023, às 9h30min, no Plenário Camil Caram. Autoria: vereador Jorge Santos.

O presidente informou que o local da reunião será alterado para o Plenário Helvécio Arantes.

Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado, por unanimidade pela Comissão, com as alterações propostas.

Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 11h12m.

2.4 - DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem

---

[3] https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/3%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-26-07-2023

Qualidade[4], foi realizada no dia 01/08/2023, às 9h:47 min, no plenário Helvécio Arantes. Sob a presidência do vereador Henrique Braga, que registrou a presença do vereador Wesley Moreira e da vereadora Loíde Gonçalves, e a presença remota dos vereadores Professor Juliano Lopes, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Wagner Ferreira e Jorge Santos, reuniu-se a comissão.

A reunião teve como finalidade a oitiva do Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, o Sr. Glaydson Santo Soprani Massaria, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte das viagens Trans Oeste, que atende a região do Barreiro, e Torres, do consórcio BH Leste, além da omissão da Prefeitura de Belo Horizonte frente seu dever de fiscalização do fiel cumprimento do contrato e garantia de parâmetros mínimos de qualidade no transporte público.

Deu-se então início a primeira oitiva da CPI, com o Senhor Glaydson Santo Soprani Massaria, Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, que prestou o compromisso com a verdade.

4ª REUNIÃO

Ver.(a) Henrique Braga: 9:47 min, quero proceder a chamada dos Vereadores.

Ver.(a) Henrique Braga: Vereador Jorge Santos.

Ver.(a) Jorge Santos: Presente.

Ver.(a) Henrique Braga: Vereadora Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Presente.

Ver.(a) Henrique Braga: Vereador Braulio Lara.

---

[4] https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/4%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-01-08-2023

[...]

Ver.(a) Henrique Braga: Presente.

Ver.(a) Henrique Braga: Vereador Juliano Lopes.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Presente.

Ver.(a) Henrique Braga: Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares.

[...]

Ver.(a) Henrique Braga: Wesley da auto escola.

Ver.(a) Wesley Moreira: Presente.

Ver.(a) Henrique Braga: Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, seu microfone está fechado.

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Presente.

Ver.(a) Henrique Braga: Então, agora com as devidas presenças. Declaro aberta essa nossa reunião.

Requeiro a esta comissão nos termos do artigo 48 inciso II e 58 Regimento Interno (que) seja encaminhado por meio da mesa convite ao sr. Glaydson Santo Soprani Massaria - Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, para, pessoal prestar informações, pertinente sobre os inúmeros denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação do serviços por parte das viações trans Oeste que atende a região do Barreiro e Torres do consórcio BH Leste, além da omissão da prefeitura de Belo Horizonte frente seu dever de fiscalização do fiel cumprimento do contrato garantia de parlamentos mínimos de qualidade do transporte público, sugiro que seja designado a data de hoje 03/08 de 2023 neste horário e no plenário Plenário Helvécio Arantes e não Camil Caram, já está compondo a mesa conosco o sr. Glaydson Santo Soprani Massaria - Procurador do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Seja bem-vindo Glaydson e está contigo a palavra.

Procurador Glaydson: Bom dia a todos, é com imenso prazer que eu retorno essa casa Legislativa, somente esse ano é a segunda vez, para falar de um tema que custa muito para toda a sociedade Belorizontina e que irradia seus efeitos inclusive na grande BH toda com Metropolitano.

Ontem me senti com certa pressão para rapidamente apresentar a Câmara dos Vereadores também um outro um comunicado, estou vendo aqui na mesa, até porque seria impossível falarmos de descumprimento de contrato, má prestação do serviço público sem falar o papel da administração pública nisso, o papel do executivo nesse processo todo, porque sabemos que todo empresário vai buscar de toda forma aumentar sua margem lucro com menor receita possível, agora cabe ao contratante exercer os seus deveres e somente haverá descumprimento se um contratante assim aceitar.

Eu começo aqui por falar inicialmente com seu presidente da CPI, é sobre o caso da empresa chamada de viação Torres, a viação Torres como foi noticiado recentemente ela foi substituída dentro do consórcio e chamou atenção alguns fatos importantes, aliás a viação Torres ela pertence em 2021 constavam com os seus cotistas Jaime Paschoalin, Joel Maurício Paschoalin, Jorge Luiz Paschoalin, José Geraldo Paschoalin e Júlio César Paschoalin, vou sempre citar o nome de todos porque em grande maioria eu não tenho nem ideia quem são essas pessoas mas com certeza vocês vão saber e a sociedade também.

A viação Torres, recentemente ela foi substituída conforme consta aqui no registro da Junta Comercial pela empresa BH Leste transportes S.A, e quem é esta BHLeste Transportes S.A, é uma empresa que surgiu em São Paulo empresa chamada de prateleira um escritório de contabilidade ou de advocacia ou qualquer outra pessoa constitui inúmeras empresas lá, geralmente com objeto social genérico, para depois vendê-las a terceiro, [sendo que] o ato não é ilegal por si só tá.

Neste caso específico esta empresa que hoje chama BH Leste, ela surgiu como CCBB 34 PARTICIPAÇÕES S/A, e ela foi criada no dia 1º de julho de 2021 no estado de São Paulo, seus acionistas Cristiano Carvalho de Oliveira e Bruno Santana Barros e seu capital social de R$100,00 (cem reais), empresa só de prateleira, e seu objeto social a participação em outra sociedade podendo exercer ou não função de

gestão e administração de outros negócios.

Em 2023 esta empresa foi adquirida, ou seja, como era uma empresa de prateleira e aqui eu vou citar todas as outras que estão no mesmo nome dos seus criadores iniciais, nós temos ainda em nome dele como empresa de prateleira CCBB 22, CCBB 26, CCBB 25, CCBB 36, CCBB 34, e assim vai até a 42 43, e tem muitas empresas e guardadas na prateleira.

Ainda voltando a 16 de janeiro 2023 essa empresa teve seus acionistas em partes substituídos e passaram a ser seus acionistas ainda no Estado de São Paulo a Ester das Graças Ferreira Gomes, nome importante para vocês, e Cristiano Carvalho de Oliveira.

Nessa primeira alteração do seu estatuto eles substituíram, olha, aprovar alteração da denominação social da companhia para BH Leste Transportes S.A, então agora surgiu a que nós conhecemos como BH Leste. E aprovou até a última filial em Sabará na Avenida Amália 286 Vila Nova Vista, e também nessa alteração eles aprovaram algo que me chamou muito a atenção para mim, aprovarem a emissão de debêntures no valor de até 25 milhões de reais e aqui eu vou pedir a venha aos juristas para usar linguagem simples.

Debêntures são dívidas que a empresa contrai com pessoas que podem emprestar o dinheiro, é como se eu fosse ao banco e pegasse um empréstimo, só que, estas debêntures emitidas para esta empresa, com o capital de R$1000,00 (mil reais), está com uma dívida de 25 milhões de reais, com o capital de R$1000,00 (mil reais), já começa a chamar atenção e levando uma pequena percepção inicial de que esta empresa tem alguém por trás, vou usar como exemplo Duas pessoas que aqui estão presentes consta como fachada e eu como quem está por trás adquire os debêntures de vocês por 25 milhões só que essas debêntures me dão direito dividendos Tudo Ou seja, eu sou de fato o dono do processo lícito, só que o fim é que não é, então chamou a atenção de uma possível fraude aqui nessa emissão.

Dia 23 de dezembro de 2022 foi essa ata de alteração e o registro ocorreu dia 16 de janeiro de 2023 ao custo de R$520,00 (quinhentos e vinte reais) e 7 (sete) dias depois desse Registro tem uma nova alteração da ata, olha sequência de ata

sendo alteradas tantas taxas de R$520,00. Uma outra agora a presidente continua a Ester das Graças Ferreira Gomes, e aí o objetivo desta ata, olha que custou o valor relevante, ratificar a criação da filial aqui em Belo Horizonte, para tempos depois 10 dias depois um pouco mais, novamente, agora como acionista Cristiano Carvalho de Oliveira, Cristiano aquele que tem como um monte [de empresas denominada] CCBB.

E na sequência eu pedi a vocês que tivessem a atenção para o nome chamado Ester, quem é a Ester. A Ester é uma empregada da empresa Territorial Transporte Empreendimentos Limitada, ela é uma funcionária celetista desta empresa, que mora no local extremamente modesto, jornalistas podem ter acesso a isso em seguida. E ela tem uma segunda empresa com capital social de R$1,00 (um real) que tem por objetivo preparar documento de serviço especializado de apoio administrativo.

Olha uma pessoa que é detentora do controle acionário de uma empresa chamada BH Leste que sucedeu a empresa do Paschoalin, tenho certeza que, juntas, todo dinheiro que temos aqui, não conseguimos comprar um ônibus. Mas aqui uma pessoa bem humilde e tem uma empresa desse nível, a empresa Territorial Transporte Empreendimentos Limitada a qual ela é empregada, ela pertence HORK PARTICIPACOES S/A, MEGABUS TRANSPORTES LTDA e NARR PARTICIPACOES S/A, ela pertence a 3 empresas societárias 2 (duas) sociedade anônimas e 1 (uma) limitada, a NARR PARTICIPACOES S/A tem como acionista o ALEXSANDER ANTONIO SILVEIRA e ROSILENE FATIMA SILVEIRA, e a HORK PARTICIPACOES S/A que tem como acionistas a ANA CAROLINA ARMOND SILVEIRA, Ana Maria Armond Silveira e HELOISIO MARCOS SILVEIRA diretor, a MEGABUS pertence a Hork e a NARR que eu já falei quem são, ou seja só esta pessoa jurídica se escondendo.

Bom, aqui nós temos então aí essa empresa Territorial ela pertence ao grupo da empresa que opera RODAP que faz parte dos consórcios que presta serviço em Belo Horizonte, Família Silveira, uma empregada da Família Silveira é dona de uma empresa que substituiu a operação da Família Paschoalin.

Ainda não concluímos investigações, isso são elementos que eu estou trazendo que a CPI vai ter condições de quebrar o sigilo de todos e aí clarear para toda a sociedade como uma pessoa conseguiu tamanha Façanha.

O senhor Cristiano, por sua vez, é um dos acionistas dessa empresa e ainda é um Paulista, ele até que tem boas condições financeiras, mora em São Paulo num prédio bom, mas ele faz parte do grupo que cria as empresas CCBB. E a Juliana que aparece em algum momento ela é sócia de quem cria as empresas.

Vencida esta etapa que já pode entregar para a CPI, é vem a parte que envolve a questão da qualidade e esta não pode ser tratada pela audiência sem antes abordar o papel das autoridades e ontem à tarde final do dia, para que houvesse o tempo hábil foi protocolizado aqui na Câmara um comunicado de possível prática de infração política administrativa por parte do prefeito Fuad Noman. Ressalto é um comunicado porque para que um pedido de *impeachment* exista depende do cidadão um eleitor e que o ministério público só está comunicando, os fatos que em tese configuram caso de um *impeachment* de um prefeito, aí eu peço permissão seu presidente, para fazer uma leitura acompanhando documentações que estão na mão do Presidente, você me empresta o documento.

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente, o Ministério Público de Contas leva ao conhecimento de Vossa Excelência fatos que, considerados em conjunto, representam indícios da atuação consistente do Prefeito Fuad Noman em prol de concessionárias de transporte coletivo urbano, em detrimento do Município de Belo Horizonte e dos Munícipes, o que pode, em tese, caracterizar a infração político-administrativa descrita no art. 4°, VIII, do Decreto Lei n. 201/1967 e no art. 110, VIII, da LOMBH. Antes mesmo de assumir o cargo de Prefeito Municipal, o sr. Fuad Noman possuía relacionamento próximo com alguns dos principais empresários de transporte da capital mineira.

Aliado a isso, há indícios de que o referido agente já vinha favorecendo as concessionárias de transporte, em seu âmbito de atuação, no exercício pretérito de cargos públicos. Na última vez que eu estive aqui, eu tive vontade de falar que havia digitais dele, mas ainda não era permitido concluir se ele havia favorecido no passado, e hoje aqui, eu venho falar que as provas indicam que houve favorecimento. de origem de 2007 que ele foi secretário do SETOP.

Com relação ao seu período enquanto Chefe do Poder Executivo, as seguintes condutas do Sr. Fuad Noman indicam negligência aos direitos e interesses

municipais: a) omissão no impulso de medidas de autotutela administrativa possam culminar na anulação dos contratos de concessão oriundos da Concorrência Pública n. 131/2008, absolutamente fraudada pelos licitantes vencedores; b) omissão no impulso de medidas de autotutela administrativa que possam culminar na rescisão dos contratos de concessão oriundos da Concorrência Pública n. 131/2008, limitando se a simbolicamente aplicar multas que na prática são inexigíveis e a recolher veículos que horas depois voltam a circular sem nenhuma adequação. Tudo demonstrando uma forte tolerância com sucessivos descumprimentos contratuais por parte das concessionárias de transporte (todos muito explicitados e comprovados por todos os meios de comunicação no âmbito territorial de Minas Gerais); c) omissão na busca da efetiva exigibilidade das multas aplicadas; d) omissão na fiscalização do cumprimento das obrigações previdenciárias que são condicionantes para firmar e manter contrato com o Poder Público acompanhada da permissibilidade de substituição das empresas prestadoras dos serviços por empresas "limpas", compactuando assim com manobras voltadas a frustrar os direitos trabalhistas, previdenciários e tributários em geral “Paschoalin saí empresa Torres já com vários problemas e entra uma empresa limpa e isto aconteceu várias vezes no município de Belo Horizonte, numa associação de empresa a substituição, todas toleradas facilmente pelo poder público; e) insistentes tentativas de concessão de subsídios em valores extraordinários às empresas concessionárias de transporte; Passa-se, portanto, à narrativa de fatos que indicam a prática de infração político-administrativa pelo sr. Fuad Noman, atual Prefeito Municipal de Belo Horizonte. II - DA PREEXISTÊNCIA DE RELACIONAMENTO PESSOAL ENTRE O ATUAL PREFEITO FUAD NOMAN E EMPRESÁRIOS DE TRANSPORTE (ANÁLISE CONTEXTUAL).

O sr. Fuad Noman é amigo pessoal de empresários de transporte, notadamente de integrantes da família Lessa, controladora do Grupo Empresarial Saritur, composto por diversas empresas, entre elas cinco concessionárias dos serviços de transporte coletivo urbano do Município de Belo Horizonte (evidência 01).

Aqui está a lista das empresas e seus acionistas a saber: S&M Transportes S/A (integrante do Consórcio BH Leste), em 2015 a empresa consta como seus acionistas Roberto Lessa Carvalho, Robson José Lessa Carvalho, Romulo Lessa Carvalho, Rubens Lessa Carvalho, a Viação Jardins Ltda. ela já tem como acionista

o mesmo grupo, toda família Lessa, Sagrada Família Ônibus S.A, Lessa, - Transportes Coletivos Ltda. Lessa que é via sul. Tal relacionamento de amizade é densificado pelo fato de que o sr. Fuad Noman é casado com Mônica Drumond Lage Noman, que é prima de Guiomar Antonieta Lage Lessa Carvalho, cônjuge de Rubens Lessa Carvalho, conforme árvore genealógica simplificada abaixo (evidência 02).

Está aqui a estrutura familiar que demonstra o parentesco, podem, aliás, ser encontradas fotos de almoços entre os aludidos casais nas redes sociais, consoante destacado em recente postagem do movimento "Tarifa Zero" (evidência 03).

Isto está no Instagram, embora tal foto remonte há dez anos, isto é, cinco anos após o sr. Fuad Noman ter conduzido Concorrência Pública SETOP n. 01/2007 (evidência 04), na qual o secretário constitui a comissão de licitação para promover a concorrência pro SETOP assinado pelo sr. Fuad Noman Secretário de estado de transporte de obras públicas, vou lembrar aqui, o metropolitano foi totalmente fraudado, quem criou comissão na época? o sr. Fuad Noman.

À concessão dos serviços de transporte na região metropolitana de Belo Horizonte, a amizade entre eles e membros da família Lessa perdura até os dias de hoje. Esta amizade não é de dez anos atrás ela está até hoje, conforme evidencia 5, a evidência 5 é uma tela dos celebrates a qual é software de análise de dados de celulares apreendidos. Em material apreendido na Operação Camarote, devidamente compartilhado com este MPC, especificamente em celular utilizado por Rômulo Lessa de Carvalho (LAUDO n. 09/2021-SIP/SR/PF/MG), foram localizados registros de conexões em redes wireless com os nomes "Fuad_Noman" (13/07/2018, às 23:01h, e 27/03/2018, às 22:24h), o que indica que o referido empresário de transporte frequentar a residência do atual Prefeito de Belo Horizonte, inclusive tarde da noite.

Destarte, os reiterados favorecimentos às concessionárias de transporte de Belo Horizonte devem ser analisados à luz de tal relacionamento íntimo de amizade.

Contra o sistema atinge os seus amigos íntimos favorecimento aos empresários de transporte anteriores ao mandato de prefeito análise contextual concorrência pública setup 01 de 2007 o senhor fode não mano ocupou o cargo de

Secretário estado de transporte e obras de Minas Gerais no período de 01/01/2007 a 30/06/2010. Evidência 6 nomeação e exoneração dele no Diário Oficial fato notório mais importante a ser comprovado.

Nessa época, mais especificamente 5/10/2017 o estado de Minas Gerais fez publicaram o edital de concorrência pública Setop 08/2007 cujo objeto era selecionar as propostas mais vantajosas para a concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus na região metropolitana de Belo Horizonte, o critério de julgamento do certame era de melhor técnica associada de maior oferta de outorga e a concessão foi subdividida em sete redes integrais de Transportes, chamada HITS, vencedores sete consórcios de empresa a saber Consorcio via Amazonas, Consórcio Uniminas, Consórcio Metropolitano, Consorcio estrada real, consórcio linha verde, consórcio concidi, conforme evidencia 7.

Os contratos com cada um de consórcios foram assinados pelo sr. Fuad Noman, Secretário de estado de transportes de obras públicas Fuad Noman, todos os contratos do metropolitano, dentre quais nós temos no Consórcio Via amazonas, Turilessa, Rômulo e Rubens e assim em quase todos os consorcio tem uma parte da família Lessa dentro, Família esta que tem relação pessoal, familiar e íntima, não significa ser família íntimo, mas aqui as duas coisas estão se somando.

Ressalte-se que a empresa Turilessa Ltda., pertencente à família Lessa, integrava 05 (cinco) desses consórcios, quais sejam: Consórcio Amazonas, Consórcio Metropolitano, Consórcio Estrada Real e Consórcio Linha Verde. Ademais, a empresa S&M Transportes S/A, também pertencente ao grupo Saritur, compunha o Consórcio Linha Verde. De outro lado também participaram do certame o Consórcio Bandeirantes derrotado na RIT 01, o Consórcio Via Norte, o Consórcio Liberdade (2 pessoas jurídicas), '2 derrotado na RIT 05, e o Consórcio Estrela derrotado na RIT 04.As empresas integrantes dos consórcios acima mencionados integravam (e ainda integram) os mesmos grupos empresariais de concessionárias de transporte em Belo Horizonte e em diversos outros municípios mineiros. Entre quais cito aqueles que já fiz a representação tanto no Tribunal de Contas, quanto na Câmara dos Vereadores para fim de obter sustação do contrato, Governador Valadares, Divinópolis, Poços de Caldas ontem, dentre outros que a memória não me permite lembrar, mas são vários.

O sr. Fuad Noman, Secretário de Transporte e Obras de Minas Gerais, assinou os contratos de concessão com as empresas vencedoras, dentre as quais, para relembrar, as empresas Turilessa Ltda. e S&M Transportes S/A, que pertencem aos Srs. Rubens e Rômulo Lessa Carvalho, seus amigos íntimos. No ano seguinte, o Município de Belo Horizonte deflagrou a Concorrência Pública n. 131/2008, destinada à concessão dos serviços públicos de transporte coletivo urbano da capital mineira.

Antes da conclusão deste certame, notícias de fato anônimas endereçadas ao MPMG afirmavam que a Concorrência Pública nº 131/2008 era uma farsa, isto é, mero simulacro de competição, prevendo com exatidão qual seria a ser o seu resultado ao final (evidencia 08).

Aqui para lembrar a todos aqueles que não lembram ou tiveram acesso, em 2008 a décima sétima promotoria recebeu várias denúncias, isto foi espalhado por outros locais também, mas está aqui que tenho veio de lá. Em que um cidadão disse "excelentíssimo senhores representantes do Ministério Público como já relatei a Vossa Senhorias temos apenas uma empresa elaborando todas a propostas técnicas e preço das atuais concessionárias de transportes de Belo Horizonte, esta informação foi passada de forma sigilosa, por um funcionário da empresa que está elaborando tais proposta, a empresa responsável pela elaboração de tais propostas é a tecnotran do Engenheiro André Barra, tanto é verdade que cinco dias antes da entrega das propostas enviarei a Vossas Excelências quais serão os consorcio vencedores de cada lote na licitação 131/2008.

De fato, ele enviou 5 antes, foi em cartório, autenticou para garantir que estava autenticado 5 dias antes e após abertura ele encaminhou para o ministério público. Ou seja, ela tinha uma bola de cristal. E aí ele reitera, e aí ele reitera várias vezes o mesmo teor e fala que cada concorrente do cartel de transporte de BH terá uma empresa para assinar sua proposta técnica que será realizada pela tecnotran tanto é verdade eu fiz isso agora em 2019. Ele já falou vejam os dados dos CDs e dos computadores que vocês já vão verificar a fraude tanto é verdade que em uma perícia técnica em informática os meus procedimentos da licitação poderão detectar que o CDs apresentados a condições foram feitas a partir do mesmo programa de informática gerado pela empresa tecnotrans isso se confirmou.

Todas as empresas do cartel que compõem esses quatro consórcios já assinaram uma documentação pacto com este acordo e esses documentos estão guardados os corpos do Setra, estes corpos são dois o de baixo no subterrâneo que guarda vale transporte documentos e outros fica na sala do presidente Belo Horizonte 26 de Maio 2008 ou esse denunciante provoca agora direcionado para o promotor Eduardo Nepomuceno e fala novamente volta até o senhor para informar as maracutaias da licitação do Terra em 2008 ele fala que no ano anterior a licitação conduzida a pessoa Fuad não tinha sido fraudada e confirma só que o tempo se consolidou e nada aconteceu eu espero que dessa vez nem a Câmara dos Vereadores nem a sociedade permita que isso aconteça novamente é uma segunda chance que o destino está dando para a sociedade mineira.

E seguindo a lista que eu tinha falado ele autenticou em cartório a lista dos consórcios ganhadores do urbano de Belo Horizonte que só foi confirmada 5 dias depois. E aqui mas novamente reitera sempre provocando esse essa pessoa foi extremamente insistente e a época os meses agora em 2013 a questão tinha voltado à tona, porque apesar da notícia de fato ter sido apresentado em 2008 pelo denunciante o inquérito só ganhou Impulso em 2013 na 17ª e naquele momento a vários promotores de lá deram vários depoimentos as minhas comunicações que estão aqui juntados em que uma das afirmações era do promotor Eduardo Nepomuceno não era titular do inquérito, ele fala ou não, processo licitatório a validaria é representado por Ana Paula Carvalho Filha de Roberto José Carvalho que nos contratos firmados em Julho daquele ano com o consórcio vencedor, aparece à frente da rodopass a empresa de Roberto é uma das novas integrantes do consórcio que teve como única concorrente da no certame Valadares. E aí para o promotor de Defesa do patrimônio público do Vale como sendo o fato agrava suspeitos de regularidade e isso caracteriza uma simulação de concorrência porque demonstra-se ali que há um relacionamento entre as empresas e trocas de informações que indicaram o princípio básico de uma concorrência.

Então já estava sendo alertado aquele momento e veja os meios de comunicação noticiaram e naquele momento em 2013 o município de Belo Horizonte também não teve interesse nenhum em fazer uma checagem, algo que seria comum em qualquer pessoa se falar que tem um problema em sua casa ia parar para procurar

e verificar se é verdade, vamos continuar a leitura aqui. Ao analisar os autos da Concorrência Pública SETOP n. 01/2007, da Concorrência Pública n. 131/2008 (do Município de Belo Horizonte) e parte do material apreendido na Operação Mar de Lama, devidamente compartilhado com este MPC, observa-se que as notícias de fato anônimas eram verdadeiras.

Resta evidente que, em ambos os certames, a documentação de todas as empresas participantes foi providenciada e elaborada por um único operador, que consolidou as propostas vencedoras e ainda apresentou propostas de cobertura (também conhecidas como de cortesia, figurativas ou simbólicas) para os "concorrentes perdedores", tudo para conferir uma imagem fictícia de competição no certame. No caso específico da Concorrência Pública SETOP n. 01/2007, o Ministério Público de Contas e a Controladoria Geral do Estado identificaram uma somatória de indícios nos próprios autos do procedimento licitatório que, considerados em conjunto, são aptos a comprovar a ausência de competição real no certame.

De fato foram constatados: a) coincidências nos registros de autoria digital e nas datas de criação dos arquivos integrantes das propostas técnicas entre consórcios distintos; b) propostas técnicas com estrutura e formatação semelhantes, excertos de textos quantidade de parágrafos idênticos, layout de tabelas e gráficos similares entre consórcios distintos; c) coincidência no uso de softwares (Mapinfo e Adobe Acrobat e de editor de planilhas (Excel) para os consórcios participantes do certame; d) indício de acordo entre os participantes na emissão de garantia de proposta pela mesma instituição financeira, na mesma data, assinadas pelos mesmos diretores executivos e autenticadas no mesmo cartório e no mesmo dia; e) alinhamento propostas de preços pelos consórcios em virtude da redução do ágio ofertado e da similaridade percentual em relação ao Preço Mínimo de Referência (PMR) do valor da outorga de cada RIT ; f) ausência de termos de compromisso de constituição de consórcio para os consórcios Bandeirantes, Via Norte e Liberdade, concorrentes das RITS 1, 3 e 5 respectivamente, em prejuízo do item 10.9 do Edital n° 01/2007; E assim uma sequência de outras irregularidades que consta no relatório Promotoria do estado e também elas se complementam com a do Ministério Público de contas, conforme consta aqui, uma das evidencia que vou citar adiante. Também merece realce que, consoante análise de metadados, alguns anexos do ato

convocatório da Concorrência Pública SETOP n. 01/2007 foram elaborados por André Luiz de Oliveira Barra (evidência 09).

A maioria desses elementos demonstrativos de fraude eram facilmente perceptíveis ao "homem médio", isto é, ao agente com experiência na Administração Pública que analisasse os autos dos certames com mínima diligência.

De acordo com currículo constante no site Wikipédia, o sr. Fuad Noman possuía larga experiência no exercício de cargos e empregos públicos. Antes de tornar-se Secretário de Transporte e Obras de Minas Gerais, ele fora servidor de carreira do Banco Central do Brasil, Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, Presidente da BRASILPREV e Secretário de Fazenda de Minas Gerais, não lhe faltava, portanto, experiência em procedimentos típicos da Administração Pública.

Sob uma perspectiva complementar, por seu vulto econômico, certamente houve o devido acompanhamento da Concorrência Pública SETOP n. 01/2007 pelo Secretário de Transporte e Obras de Minas Gerais, haja vista os valores estimados dos contratos de concessão constantes em seu próprio edital: RIT 1 - dois vírgula nove bilhões , RIT 2 - dois vírgula sete bilhões, RIT 3 um vírgula seis bilhões, RIT 4 três vírgula um bilhões, RIT 5 dois vírgula oito bilhões, RIT 6 um vírgula nove bilhões e RIT 7 um vírgula seis bilhões, ninguém faz um licitação desta sem esta vigiando ela o tempo inteiro.

De fato, a Concorrência Pública SETOP n. 01/2007 não era um procedimento licitatório ordinário incapaz de atrair a atenção do dirigente da pasta, como, por exemplo, uma licitação destinada à comparada material de expediente.

Assim, tinha-se um agente experimentado na Administração Pública, responsável por fiscalizar procedimento licitatório importantíssimo, com fraudes evidentes. Não é possível admitir que ele não tenha visualizado que o certame padecia de vícios insanáveis.

Ao final, a Concorrência Pública SETOP n. 01/2007 foi homologada em benefício do cartel de empresas que atua em todo o Estado de Minas Gerais (evidência 10). Em especial dos seus amigos integrantes da família Lessa,

controladora do grupo Saritur, cujas controladas integravam consórcios vencedores no certame. b) Concorrência Pública 2017/002. O sr. Fuad Noman ocupou o cargo de Secretário Municipal da Fazenda de Belo Horizonte no período compreendido entre 1º/01/2017 e 30/05/2020.

Em 02/01/2018, houve a deflagração da Concorrência Pública n. 2017/002, visando à contratação de empresa especializada para prestar serviços de auditoria e de verificação independente e, assim, fornecer subsídios técnicos à 2ª Revisão Tarifária dos contratos de concessão oriundos da Concorrência Pública n. 131/2008 ("abrir a caixa preta da BHTRANS").

O edital de tal certame foi subscrito pelo sr. João Anestounio Fleury Teixeira, Secretário Municipal Adjunto de Fazenda, subordinado ao então Secretário Municipal Fuad Noman (evidência 12).

A Concorrência n. 2017/002 culminou com a contratação da pessoa jurídica Maciel Consultores S/S Ltda., única participante do certame (evidência 13).

O valor do contrato foi de R$944.000,00 (novecentos e quarenta e quatro mil reais). Todavia tal procedimento licitatório padeceu dos seguintes vícios: a ausência de adequada pesquisa de mercado, na fase interna do certame, à luz da jurisprudência do TCU; b) aceitação de proposta com valor inexequível; c) restrição da competitividade; e d) apresentação de documento falso (evidência 14).

Peço atenção a este fato, que a Maciel apresentou a declaração de seus profissionais para prestar o serviço contendo o nome do sr. Health Cobach Consultor de viabilidade econômica e sua assinatura.

O cidadão mineiro, lutador ferrenho, que presidiu a Associação Brasil Legal, sr. Fernando Fernandes de abreu a quem eu recomendo que se convidem a vir a falar nesta CPI, ele conseguiu entrar em contato com o Cobach e o Cobach exarou a seguinte manifestação em cartório assinatura autenticada:

“eu realt Cobach afirmo que os documentos supra, referente a sua pessoa e apresentado pela empresa Maciel consultores, foram utilizados sem o seu conhecimento e sem seu expresso conhecimento e de forma ilícita, que não foi de

fato membro da equipe, que a assinatura da declaração profissionais, não é sua e não a reconhece”

Até fraude documental a Maciel Fez. Mais grave do que essas, porém, foram as ilicitudes na execução do contrato decorrente da Concorrência Pública n. 2017/002, notadamente a total inexecução dos serviços contratados, em razão de: a realização de auditoria por meio de amostras escolhidas pelas próprias auditadas; b) aceitação, pela empresa de auditoria, de notas fiscais estranhas ao sistema de transporte público de Belo Horizonte; c) aceitação, sem questionamento, de notas fiscais com as mesmas datas, emitidas pelos mesmos fornecedores de combustíveis, com variações de preços consideráveis; d admissão, para fins de auditoria, de notas fiscais rasuradas; e) ausência de apontamento acerca do compartilhamento de garagens; f) falta de ponderação da desproporcionalidade dos valores dos aluguéis das garagens; h) ausência de apreciação das divergências entre o IPVA e o seguro da frota; i) ausência de fiscalização, pelo Poder Público, da prestação dos serviços de auditoria contratados.

A Concorrência n. 2017/002, a despeito de suas irregularidades, foi homologada pelo sr. João Anestounio Fleury Teixeira, Secretário Municipal Adjunto de Fazenda, subordinado ao então Secretário Municipal Fuad Noman. Ademais, a Secretaria Municipal de Fazenda não exerceu qualquer espécie de fiscalização em relação à execução do contrato firmado com a Maciel Consultores S/S Ltda., embora a licitação que originou o negócio jurídico tenha sido conduzida pela referida pasta. Houve, pois, omissão por parte do Secretário Municipal Fuad Noman no caso em tela. caso em tela. Ao final de seus trabalhos, como era de se esperar, a empresa Maciel Consultores S/S Ltda. sugeriu reajuste da tarifa básica de transporte extremamente favorável às concessionárias de transporte de Belo Horizonte, a qual, em sua visão, deveria passar para o absurdo valor de R$6,35.

Aliás, é interessante que, em 2023, cinco anos depois do aludido relatório de auditoria, após uma pandemia com efeitos consideráveis no setor de transporte, as próprias concessionárias, que sempre buscam revisões tarifárias maiores do que as devidas, afirmaram que as passagens deveriam ser reajustadas para R$6,90 - o que reforça o despropósito da conclusão esboçada pela Maciel Consultores S/S Ltda. em

2018 (evidência 15).

BHtrans Relatório da Maciel informando a tarifa para R$6,35, e a nota de Belo Horizonte, a qual consta que as empresas de ônibus entram com uma ação judicial solicitando reajuste contratualmente previsto pela forma paramétrica, solicitando uma tarifa de R$6,90.

Com isso, a omissão da Secretaria da Fazenda - titularizada pelo sr. Fuad Noman - em exigir a escorreita execução da auditoria preordenou-se à obtenção de relatório tendencioso e extremamente favorável aos empresários de transporte, inclusive aos amigos do então Secretário Municipal de Fazenda, tendo em vista que o grupo Saritur também possui controladas que são concessionárias de transporte na capital mineira.

Ademais, apesar da inexecução a contento da auditoria contratada, o Sr. Fuad Noman permaneceu omisso no impulso de medidas de autotutela administrativa que pudessem culminar na anulação do contrato e supressão da validade do relatório da auditoria, que criava uma "nota promissória" em benefício das empresas e empresários de transporte coletivo urbano de Belo Horizonte que poderia ser exigida, inclusive judicialmente, em algum momento do futuro.

Possivelmente porque, na realidade, a pessoa jurídica Maciel Consultores S/S Ltda. tenha defendido eficazmente os interesses de empresas de transporte, o que também satisfazia aos anseios do titular da pasta responsável pela Concorrência n. 2017/002 e pelo contrato dela decorrente. III - DA OMISSÃO RELATIVA À DEFESA DOS INTERESSES MUNICIPAIS DURANTE O MANDATO DE PREFEITO. A Da ausência de declaração de nulidade dos atuais contratos de concessão nos termos do art. 49, 52°, da Lei n. 8.666/93, "a nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato". A Concorrência Pública n. 131/2008, que originou os contratos de concessão de transporte coletivo por ônibus atualmente vigentes, padece de nulidade absoluta, em virtude da ausência de competitividade decorrente de ajuste entre os concorrentes.

De fato, em consonância com notícias de fato anônimas que previram, com exatidão, qual seria o resultado do referido procedimento licitatório, o Ministério

Público de Contas e a CPI da BHTRANS demonstraram, exaustivamente, que a documentação de todas as empresas participantes foi providenciada e elaborada por um único operador, que consolidou as propostas vencedoras e ainda apresentou propostas de cobertura (também conhecidas como de cortesia, figurativas ou simbólicas) para os "concorrentes perdedores", tudo para conferir uma imagem fictícia de competição no certame.

E aí nós temos inúmeros relatório do Ministério Público que já é de conhecimento de todos, que vieram tratando deste ponto, eu vou permitir não lê esta parte do comunicado para ir a sua conclusão.

Durante a gestão do Prefeito Fuad Noman, no mínimo em duas oportunidades, a Câmara Municipal de Belo Horizonte instou o Poder Executivo a manifestar-se sobre a nulidade da Concorrência Pública n. 131/2008, bem como sobre outras ilicitudes atinentes à execução dos contratos de concessão (Ofício Externo GABPRE n. 09/2023 e 11/2023).

Essa provocação, a rigor, era até mesmo desnecessária, porquanto o sr. Fuad Noman conhecia o modus operandi do cartel de transporte, uma vez que a Concorrência Pública SETOP n. 01/2007 (concessão transporte metropolitano) serviu como "laboratório de ensaio" para a fraude da Concorrência Pública n. 131/2008, havendo coincidência dos players e dos métodos de montagem em ambos os certames.

Embora tenha sido noticiado na mídia que o Poder Executivo de Belo Horizonte instauraria comissão para avaliar a sustação dos contratos de concessão de transporte, não se teve notícia da adoção de nenhuma medida concreta nesse sentido.

Isto é, apesar de cientificado das mazelas do cartel de transporte que opera na capital mineira, notadamente da fraude da licitação que originou os atuais contratos de concessão, o Prefeito Fuad Noman preferiu, em evidente comportamento voltado a proteger seus amigos, manter-se inerte e permitir a perpetuação dos empresários que fraudaram o certame e prestam péssimo serviço à população Belo horizontina.

Aliás, vale destacar a diferença de postura entre o Governador do Estado de Minas Gerais e o Prefeito Municipal de Belo Horizonte ao tomarem ciência de indícios de fraudes similares em procedimentos licitatórios envolvendo o transporte coletivo por ônibus (cada um em sua esfera). O primeiro, de modo imparcial, determinou a apuração rigorosa dos fatos pela Controladoria Geral do Estado, que elaborou o "Relatório de Auditoria - Apuração Sigilosa - 1315000" e propôs a Representação n. 1.144.888 perante o TCE/MG (evidência 17).

Por outro lado, o Prefeito Municipal de Belo Horizonte não adotou qualquer providência efetiva em face de indícios até mais incisivos da existência de cartel, assumindo a curadoria dos interesses dos empresários de transporte, e não da população municipal. b) Da tolerância da PBH em face de reiterados descumprimentos contratuais De acordo com o art. 38 da Lei n. 8.987/1995 (Lei das Concessões), é cabível a declaração de caducidade da concessão em hipótese de descumprimento de cláusulas contratuais, inobservância de disposições legais ou prestação de serviços de forma inadequada ou deficiente pela empresa concessionária.

Ora, são comuns as notícias jornalísticas de descumprimento contratual pelas empresas concessionárias de transporte, as quais relatam o uso de veículos em condições precárias, a disponibilização de baixo número de viagens, a realização de viagens com superlotação, a ocorrência de acidentes causados por sobrecarga dos motoristas ou falta de manutenção dos veículos (inclusive deixando feri mortos), a interrupção de viagens por defeitos mecânicos dos ônibus, entre desrespeitos aos direitos dos usuários. Para que se possa dimensionar o nível de insatisfação dos usuários de transporte, entre julho de 2022 e abril de 2023, a PBH recebeu 32.846 denúncias de irregularidades envolvendo o transporte coletivo, o que perfaz uma média de 117 reclamações por dia ou 1 reclamação a cada 20 minutos. Somente de 2020 a 2023, foram aplicadas 18.000 multas em decorrência de irregularidades na prestação dos serviços, a quais somadas totalizam cerca de

R$10 milhões não cobrados. Ora, é dever do Poder Concedente declarar a caducidade da concessão ou aplicar as penalidades cabíveis (e executá-las) nos casos em que "o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente"

Todavia a cobrança de multas das empresas de transporte ou a declaração da caducidade da concessão não é de interesse do Prefeito Municipal Fuad Noman, pois isso implicaria prejudicar seus amigos empresários de transporte, e gerar até um efeito cascata, uma vez que uma das empresas com o contrato sendo sustado vai implicar a sua ocorrência.

Provavelmente em todo o estado, retirando até do mercado todos os empresários que ali se perpetuou pelas suas amizades, pelas suas relações íntimas e até parentais. Registre-se também que as empresas do grupo Saritur que são concessionárias dos serviços de transporte em Belo Horizonte (S&M Transportes S/A Viação Jardins Ltda., Sagrada Família Ônibus S.A, Via sul - Transportes Coletivos Ltda e Turilessa Ltda.) possuem dívidas previdenciárias milionárias (que só vieram a ser parceladas em razão das investigações da Polícia Federal na operação Ponto Final - evidência 18).

Receita Federal investiga grupo empresarial que se estruturou para fraudar o pagamento de dívida tributária e blindar o patrimônio dos seus proprietários se jogo de empresas a ponto da Justiça Federal de Contagem ter decidido que a família Lessa não poderia constituir mais nenhuma empresa de tanta empresa que se criava uma dentro da outra. Tal falta de manutenção da regularidade fiscal jamais foi questionada pela administração do sr. Fuad Noman, amigo íntimo de Rubens Lessa Carvalho e Rômulo Lessa Carvalho. E isso é uma obrigação legal, manutenção da contribuição previdenciária tributária toda execução do contrato e o valor sonegado, de dívida chegava a quase um bilhão de reais, impossível não ser percebido pela administração pública, inclusive estava com dívida ativa inscrita na união, e mesmo assim continuavam. Assim, o referido agente tem se mantido inerte diante da deterioração da qualidade dos serviços de transporte coletivo por ônibus em Belo Horizonte e dos descumprimentos contratuais por parte das concessionárias.

Só que material não foi devolvido eu recurso

Tenho parentes para ressaltar aqui todos sabem da operação da polícia federal recentemente que envolveu a família Lessa com busca várias buscas e apreensões após a ocorrência a execução dos busca e apreensões de materiais de posse da Polícia Federal a defesa dos Lessa apresentou em juízo o parcelamento da

gíria tributária com a união e pediu anulação da música e apreensão e o juiz reverteu sua decisão só que o material não foi devolvido e houve recurso para o TRF porque não somente existem no bojo da investigação as dívidas previdenciárias sonegadas que eram objetos de dívida ativa que foram parcelados mas também outras que sequer haviam se declaradas que a união não sabe. Você era por alteração de fato gerador Ou seja a prática do crime de ocultar o movimento financeiro para gerar a redução da dívida do valor a ser recolhido então o recurso voltou a explicar em juízo que não é somente a dívida excitativa parcelada que aí geraria a suspensão ou até a suspensão da investigação até a quitação total e a partir daí extinguisse o crime. c) Da omissão relativa à cobrança de valores ilicitamente repassados às concessionárias a título de "aquisição antecipada de vales-transportes".

No período de março de 2020 a junho de 2021, o Município de Belo Horizonte repassou às concessionárias de transporte, por meio do Consórcio TRANSFÁCIL, o incrível valor de R$218.142.857,14 (duzentos e dezoito milhões cento e quarenta e dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos), sob o pretexto de aquisição antecipada de vales-transportes para os servidores públicos municipais.

Na realidade, os repasses objetivaram "propiciar uma melhoria do fluxo de caixa das concessionárias" e "garantir a manutenção dos níveis mínimos do serviço para os usuários do transporte no município", conforme admitido no Ofício BHTRANS - DPR/SEFAZ n° 189/2020 (evidência 19).

Subscrito pelo então Presidente da BHTRANS e endereçado à Secretaria Municipal de Fazenda, que era titularizada pelo Sr. Fuad Noman.

Isto é, o verdadeiro desiderato da "aquisição antecipada de vales-transportes" era cobrir o déficit das concessionárias de transportes, que atravessavam momento difícil em razão da pandemia de COVID-19.

Este ofício ele data A nota técnica que tratou dele a datou de 23/3 que deu início a ele 25/03 é a data em sido o próprio ofício eu decreto que declarou que calamidade por causa da covid ocorreu só cinco dias depois, ou seja, eles antes sequer o município tá adotado providência em relação a pandemia ou ter admitidas a existência da pandemia já havia circulado internamente uma forma de melhorar o

fluxo de caixa das empresas.

O artigo 26 da lei de responsabilidade fiscal Veda peremptoriamente a destinação de recursos para cobertura de Déficit de pessoa jurídica exceto se houver autorização legal específica e aqui todos os vereadores lembram que não aprovaram nenhuma lei específica permitindo isso portanto não havia lei no caso em análise os Repassa acima indicados no valor de 218 milhões não contaram com autorização Legislativa razão pela qual houve a violação a lei de responsabilidade fiscal, também existia qualquer previsão no contrato, a vedação é tão peremptória que o código penal e o seu Capítulo 4 dos crimes contra as Finanças Públicas preceitua ordenação de despesa não autorizada por lei reclusão de um a quatro anos.

Em tese houve um crime para além disso as aquisições antecipadas de transporte não foram instruídas com os cálculos demonstrativos da queda de receita das empresas a fim justificar o valor do repasse na realidade era impossível levar a estimativa por ocasião do início repasse uma vez que amplo Municipal situação de emergência só foi declarada depois do início de pagamento evidência 20.

Sendo que o primeiro pedido de aquisição antecipada de vales-transportes data de 23/03/2020, ou seja, seis dias depois do início das restrições de locomoção em âmbito municipal.

Não havia, pois, sequer tempo hábil para que fossem avaliados os impactos sobre a demanda de serviços de transporte municipal. Logo, também houve ofensa ao princípio da publicidade, da motivação, da eficiência e da indisponibilidade do interesse público.

A despeito de tudo isso, enquanto Secretário Municipal da Fazenda, o Sr. Fuad Noman ordenou o pagamento de seis parcelas do adiantamento de vales-transportes, embora, na realidade, fosse suspeito para tanto, em virtude de amizade íntima com beneficiários diretos dos valores oriundos dos cofres públicos.

Dos valores dos cofres públicos a primeiro valor que ele subscreveu adicionou 5 milhões, segundo 5 milhões, terceiros 2 milhões e meio quartos 3 milhões e meio quinto 3 milhões e meio e a sexta antecipação 3 milhões e meio.

Tais repassa às empresas de transporte despertar a atenção dos órgãos de Tais repasses às empresas de transporte despertaram a atenção dos órgãos de controle, a exemplo do MPMG, do MPC, do TCE/MG (evidência 21). E da CMBH, os quais logo identificaram a apontaram as ilegalidades existentes.

Em virtude disso, abandonou-se a "aquisição antecipada de vales-transportes", de modo que o alegado déficit das concessionárias passou a ser enfrentado mediante concessão de subsídios, acompanhados de contrapartidas, devidamente autorizadas pelo Poder Legislativo.

Todavia, apesar de ter restado patente a ilegitimidade da compara antecipada de R$ 218.142.857,14 (duzentos e dezoito milhões cento e quarenta e dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos) em vales-transportes, o Sr. Fuad Noman, ao assumir a Prefeitura de Belo Horizonte, não adotou qualquer medida para reaver os recursos públicos, o que era sua obrigação enquanto agente encarregado de defender os direitos e interesses do ente federado.

Ao revés, ele preferiu manter-se omisso, com o intuito de favorecer os beneficiários dos repasses ilícitos, entre os quais as empresas integrantes do grupo Saritur, pertencente à família Lessa.

E essa antecipação de receita ela foi objeto de atuação da unidade técnica do tribunal de contas de Minas Gerais que apresentou uma representação não veio do MP de contas veio do próprio tribunal representação daqui a inicial dela em que imputa ao Senhor Alexandre Kalil, Fuad Noman, João Fleury Teixeira, Célio Freitas Pousada , Maíra da Cunha Pinto colares, Tiago Alves da Silva Costa e Alisson Guimarães de Andrade, as legalidades no repasse de recursos das empresas e ao final eles pedem a responsabilização de todos eles por isso.

d) Da proposição de subsídios às concessionárias de transporte, sem contrapartidas efetivas, em valores incongruentes.

O Chefe do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte, além de não ter adotado medidas para reaver os valores indevidamente repassados às concessionárias de transporte a título de "aquisição antecipada de vales-transportes", propôs a concessão de novos subsídios às referidas empresas, sem o

abatimento daqueles valores e sem contrapartidas efetivas.

Em 1°/07/2022, o Prefeito Fuad Noman sancionou lei destinando o valor de R$237,5 milhões para as empresas concessionárias de transporte público, a fim de subsidiar as suas operações e, assim, manter a tarifa básica do serviço, por doze meses, no valor de R$4,50. Em 21/03/2023, o Prefeito Municipal encaminhou à CMBH o Projeto de Lei 538/2023, propondo a concessão de novo subsídio de R$476,1 milhões às empresas de transporte.

Tal valor, muito superior ao concedido no ano anterior, sequer garantia que não houvesse reajuste da tarifa. Ademais deixou de ser apresentada justificativa para o valor indicado tampouco para a sua disparidade em relação ao ano de 2022.

Diante da resistência da CMBH em aprovar o projeto nos termos propostos, a Prefeitura de Belo Horizonte aprovou a Portaria SUMOB n. 008/2023, de 19 de abril de 2023, reajustando as tarifas básicas do serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus do Município de Belo Horizonte para R$6,00 (seis reais), a mais alta entre todas as capitais brasileiras. Ou seja, uma vez não atendida a demanda das empresas de transporte, o Poder Executivo prontamente procurou satisfazer os seus anseios econômicos, com o reajuste das tarifas, ignorando os interesses da população belo-horizontina.

Posteriormente, em virtude de acordo entre a PBH e a CMBH, o Projeto de Lei 538/2023 passou a prever subsídio de R$512 milhões às concessionárias, com a contrapartida de renovação da frota e retorno da tarifa básica para R$4,50. IV - DA VIOLAÇÃO REITERADA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

VETOR INTERPRETATIVO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o postulado da dignidade da pessoa humana é "verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso país e que traduz, de modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta, entre nós, a ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo" (HC 139.664/GO, Min. Rel. Celso de Mello).

Ressalte-se, porém, que o princípio em comento não é mero elemento

inspirador do sistema jurídico, sem força vinculante.

Pelo contrário, a força normativa irradiante da dignidade da pessoa humana levou a Corte Suprema a considerar ilícito o uso de algemas quando elas não sejam estritamente necessárias (Súmula Vinculante n. 11); decidir que a falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso (Súmula Vinculante n. 56); rejeitar a tese da "legítima defesa da honra" (ADPF 779 MC REF); reconhecer a união estável homoafetiva (ADI 4.277 e ADPF 132); dentre outras decisões paradigmáticas com efeitos concretos.

O Supremo Tribunal Federal, ademais, já reconheceu que o "transporte [é] capaz de viabilizar a concretização da dignidade da pessoa humana e de seu bem-estar" (AI 847845 Agr.).

Sendo, portanto, o princípio da dignidade da pessoa humana verdadeira norma jurídica, a sua violação reveste-se da mais alta gravidade, não caracterizando mera decorrência de fatores estruturais.

Nessa medida, a diária superlotação dos ônibus em Belo Horizonte, o descumprimento diuturno dos quadros de horários, o estado precário dos veículos, os frequentes acidentes envolvendo coletivos que incutem sensação de medo e insegurança nos usuários, as interrupções de viagens em decorrência de defeitos mecânicos e outras mazelas frequentes afrontam a dignidade humana dos usuários do transporte coletivo, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

Logo, as condutas narradas nos tópicos precedentes devem ser analisadas, em concreto, à luz das consequências violadoras da dignidade da pessoa humana proporcionadas pelas omissões do Prefeito Fuad Noman, e não abstratamente, como se não produzissem efeitos sobre a população belo-horizontina.

Diante de todo o exposto, o Ministério Público de Contas COMUNICA aos 41 Vereadores presentes e não presentes, os fatos acima narrados à apreciação de Vossa Excelência, a fim de que sejam adotadas medidas eventualmente cabíveis no âmbito das competências da Câmara Municipal de Belo Horizonte, ressaltando que, um processo de impedimento do chefe do Poder Executivo requer a subscrição de seu pedido por um cidadão, assim entendido, um detentor de título de eleitor válido.

E no final a parte das gratuidades que não foram regulamentadas consoante amplamente divulgado na imprensa a aprovação da Lei 11.538 de 23 foi fruto de longa negociação entre o Prefeito Municipal Fuad Noman e a Câmara Municipal de Belo Horizonte, o percentual da redução das tarifas o valor dos créditos destinados à remuneração complementar pela produção quilométrica e as contrapartidas que deveriam ser observadas pelas concessionárias de transporte foram acordadas pelo poder executivo e pelo poder legislativo, ao ser aprovado o projeto de lei 538 de 2023 da Câmara Municipal de Belo Horizonte houve a inclusão sem prévio acordo a que o ressalto tudo que houve que foi incluso sem que tenha sido previamente acordada foi vetado ou seja então é sinal de que o acordado tem que ser cumprido portanto pode-se dizer sem sombra de dúvida que a lei 11.538 resultou de um amplo debate democrático, sendo que todas as normas nela veiculadas tiveram aqui a ciência expressa do prefeito Fuad Noman.

Três dias após a publicação da referida da lei que ocorreu em 5/07 de 2023 o chefe do Poder executivo Municipal fez publicar o decreto 18.370 de 07/07 de 2023 com o objetivo de regulamentá-la especialmente para possibilitar o início do pagamento da remuneração complementar pela produção quilométrica ou subsídio.

As concessionárias de transporte ressaltam-se que tal regulamentação era de razoável complexidade na medida em que modificou a forma de remuneração dos funcionários de transporte que passou a ser atrelada a quilometragem rodada.

Curiosamente porém a regulamentação em tempo recorde restringiu aos trechos da lei de interesse das concessionárias de transporte omitindo-se quanto ao programa tarifa zero nas linhas das vilas e favelas dos Municípios aos vale-transporte de Saúde ao auxílio de transporte social ao auxílio transporte mulher destinadas mulheres de situação de violência assim dada ausência de pormenorização das regras deste programa a gratuidade dela permanece sem aplicação até a data de hoje ora amorosidade na regulamentação deixa o desampara as pessoas em vulnerabilidade social a demais ela Repassa aos pobres o custo da parcela de remuneração complementar pela produção quilométrica isso porque atualmente a receita da prestação do transporte coletivo de passageiros por ônibus é composta por três variáveis quais sejam receitas tarifárias receitas alternativas e a remuneração

por produção quilométrica subsídio.

Lembro que à medida que o prefeito Fuad Noman posterga o exercício do Direito com essas partes vulneráveis, essas pessoas estão pagando pelo subsídio dado porque a Empresa vai receber deles e o menor vai dar melhor contrapartida subsídio porque a receita da operação vai ser maior.

Ou seja é até uma forma do próprio Poder Executivo segurar o caixa não gastar o dinheiro subsídio assim embora a prefeitura de Belo Horizonte esteja subsidiando o transporte público da capital mineira é como se parte dessa conta estivesse sendo paga diretamente pela população em que a lei definiu como as prioritárias para os benefícios por serem extremamente vulneráveis adicionalmente a permanecer omissão de implementação do programa tarifa zero nas linhas Vilas de favelas do município do vale transporte de saúde, do auxílio de transporte social e do auxílio transporte mulher, no Exercício financeiro em curso.

Todo o valor que seria utilizado para o seu custeio será revertido às concessionárias de transporte mediante pagamento de remuneração complementar pela produção quilométrica. Todavia um dos seus objetivos de abertura do crédito que é de 12 milhões era justamente a pessoa em situação de vulnerabilidade, de modo ainda mais claro ausência de regulamentação da referida gratuidade produz um efeito Robin Hood às avessas porque retira dinheiro dos mais pobres para dar aos mais ricos.

E aqui eu vi uma fala do Senhor Prefeito Fuad Noman há meio de comunicação nos últimos cinco dias, talvez ontem, em que ele fala da dificuldade e fala que a regulamentação não adequada pode prejudicar as caixas do município, Ou seja, é gasto de dinheiro público indevidamente ele só nega o princípio da dignidade da pessoa humana, em que o Supremo reconheceu que o transporte público é um deles. Então se errar e mais pessoas que não teriam de teoricamente o direito a receber a gratuidade a andar de forma gratuita ele não está rasgando dinheiro público ele está potencializando o princípio da dignidade da pessoa humana, porque todos que andam no transporte coletivo estão um estado de vulnerabilidade não só esses mas porque os recursos são poucos busca-se priorizar aqueles que estão em situação muito pior.

Então deveria o Senhor Prefeito no mínimo permitir que todos que residissem no local de alguma forma que se declarasse dessa forma utilizasse até que houvesse as decorações necessárias pois o dia não estaria sendo perdido estabelecendo potencializado o princípio da dignidade da pessoa humana.

E aqui há quase que a palavra que me parece até uma conduta que se voltou a enganar a Câmara dos Vereadores, pois acorda-se previamente algo se foi acordado é porque já estava pronto o tanto que se prontificou rapidamente regulamentar uma parte da Norma que era mais complexa de todos, que forçava a mudança até dos teores dos textos de contrato, mas é mais simples não regulamentou.

E naturalmente quando você leva para todos os vereadores que vem lá das bases das vilas favelas que são as bases eleitorais se sensibilizam muito mais quando eu falo da gratuidade vão fazer isso vamos fazer isso para atender as pessoas que ali muito necessitam então flexibiliza o seu sentimento de brasileiro e aí você acaba cedendo um valor maior em busca do atendimento da sua população carente mas na hora da sua produção carente receber ela não recebe nada, mas o ponto de atenção que deve essa Câmara dos Vereadores ter quando fizer análise deste comunicado sobre as condutas do prefeito Fuad Noman.

Aqui encerro dizendo que novamente não é possível termos serviço de transporte coletivo ruim com tantos problemas se eu poderia executivo não ficar omisso e a omissão é uma das formas mais comuns que um gestor público favorecer o grupo de seu interesse.

Pois a omissão esconde várias facetas que podem ser até o dolo de não fazer ela tem capacidade de não fazer E aí para fins penais já fez improbidade o elemento de prova torna-se complexo por causa dos elementos subjetivo difícil de provar.

Mas no processo de impedimento a Câmara dos Vereadores não precisa analisar isso, não é um elemento politicamente neste contexto que irá decidir.

Isso que eu tinha para falar se tiverem alguma pergunta estou à disposição.

Ver.(a) Henrique Braga: Obrigado Procurador Glaydson, eu quero dizer que

é fato esse relatório que nós vamos encaminhar para a relatora e eu passo a palavra para ela nesse instante, para que ela faça suas considerações.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia a todos, bom dia procurador. Quando a gente fala da dignidade da pessoa humana, nós que somos do direito, gostamos de levar este Princípio.

A gente fala das pessoas mais carentes né, existem relatos aí de que a cada três pessoas em tratamentos oncológicos elas faltam ao seu tratamento por falta, por não ter condições de pagar a passagem. Então é gratuidade, ela não deveria estar não apenas ligada aos empresários, mas sim ela teria que estar voltada às pessoas mais carentes que necessitam.

Eu tenho algumas perguntas eu gostaria de fazer para o senhor, é vou fazer a primeira. A prefeitura de Belo Horizonte ela disse a câmara municipal em resposta aos requerimentos de comissão 1192/2023, 1634/2023 e 1635 de 2023 que a reunião realizada sobre anuência da BHLeste teve como representante uma pessoa de nome Nilo, tem algum Nilo oficialmente registrado como gestor dessa empresa?

Procurador Glaydson: não tem Uma pessoa com o nome Nilo dentre os acionistas e representantes essas próprias pessoas aqui são os diretores das empresas Ester das Graças Ferreira Gomes diretora, uma Juliana apareceu aqui como secretária mas Juliana advogada Paulista o segundo nome Cristiano Carvalho de Oliveira acionista advogado de São Paulo, não existe Nilo e também não existe aqui nenhum documento Assinado por alguém algum Nilo Então essa pessoa pode ser talvez alguém que designaram para representá-lo nessa audiência a ata com o nome dele completo você tem?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Só está Nilo, apenas Nilo.

Procurador Glaydson: Eles não tiveram o cuidado sequer de saber o sobrenome da pessoa?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Não, só fala assim, empresa BhLeste e Nilo.

Procurador Glaydson: Ela não possui este representante legal

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tem uma outra pergunta.

Procurador Glaydson: Mas eu gostaria se fosse possível, você me passar este serviço da BHTrans para que eu possa consultar nos sistemas e identificar se em alguma das empresas do grupo ligado essa Ester tem o Nilo se foi só representante de alguma empresa e algum consórcio se surgiu na o nome Nilo Vocês vão saber quem é este Nilo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ok, obrigada, A segunda pergunta é segunda ata que transferiu a operação da Viação Torres antes de passar para BHLeste a operação foi para empresa SM transportes de Rubens Lessa Carvalho depois ela foi para BH Leste o senhor tem alguma informação sobre a participação de Rubens na intermediação do negócio entre o Paschoalin e os novos proprietários Viação?

Procurador Glaydson: É Viação Torres, vamos lá. BH Leste quem assina pelo consórcio aqui algumas Lessa de Carvalho pelo consórcio mas no documento registrado na junta comercial que altera o consórcio ele prevê aqui das alterações altera-se o item 1.1 1.2 1.3 a cláusula primeira que passa a ter a seguinte redação o "consórcio BHLeste liderado para consorciada pela SM transporte que é o Lessa não implica a pessoa jurídica distinta a concessionária e a consorciada, e a Consorciada viação Torres ltda neste ato transfere totalidade sua participação para BH Leste Transportes. E aqui foi participar dessa reunião a Ester das Graças Ferreira Gomes. Então o Lessa apareceu ali para ser o presidente do consórcio.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Recentemente um ônibus da linha 5503A da viação Torres perdeu os freios e atingiu um poste e o muro de uma escola no bairro Goiânia, na região Nordeste de Belo Horizonte em 20 de maio, que é o veículo 2554, após o acidente o sistema da geolocalização do veículo, indicou um deslocamento para um imóvel do grupo Empresarial transimão e isso já foi identificado e enviado para prefeitura de Belo Horizonte né, pelo presidente Gabriel.

Segundo os documentos já recebidos pela CPI o grupo da transmissão já teve a Ester como funcionária é possível que a BHLeste esteja operando em nome de outro grupo transmissão?

Procurador Glaydson: é possível sim, inclusive na fase iniciais da

investigação, nós observamos que essas empresas elas não são isoladas, ora o grupo Carvalho se envolve com um grupo Lessa a partir de empresas, uma empresa dentro da outra, então provavelmente 60% das empresas coincidem seus grupos profissionais então é possível sim, que tenha ido para outro pátio dessa outra empresa porque essa empresa pode não ser a empresa acionista dessa aqui, mas pode ser de uma que faz parte do mesmo grupo. Então há relação comercial empresarial entre eles, são praticamente todas interligadas.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Outra pergunta, Tem outro documento de maio também desse ano, que a superintendência de mobilidade enviou uma série de recomendações para empresa BH Leste sobre o que eles deveriam fazer para ter autorização para operar no município, o senhor entende que é papel do superintendente dado esse tipo de instrução do que fazer, ele tem que avaliar os dados Como estão ou ensinar a empresa a mudar?

Procurador Glaydson: Bom, para que ele expeça um documento deste é porque ele tem plena consciência de tudo o que está acontecendo e, que ainda não fez muita coisa para resolver o problema. Mas é possível fazer recomendação, não vejo tanto problema nesse aspecto de informa “olha para que você assume você deve preencher estes requisitos”, mas deve ser previamente provocado, não pode ser de ofício pela administração pública para ela agir de ofício numa situação pública, resta uma dúvida, “como eu soube que esta empresa teve interesse de assumir aquela, se eu não tivesse convidado ela a fazer isto. Então não pode ser de Ofício, se for de Ofício aí nós temos que apurar isso com mais atenção, porque foge da tipicidade de comportamento de um servidor público.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Uma outra pergunta, procurador, com base com base nas informações não emprestadas pelo eminente Procuradores senhor Quais foram os possíveis crimes, cometidos pelos dirigentes das empresas investigadas por essa comissão?

Procurador Glaydson: Bom, a questão é a seguinte: em relação às fraudes em licitações do passado, os crimes estavam todos prescritos e as improbidades também. Só que todo a conduta deles ela produziu efeito ao longo do tempo e continua o contrato em execução e outras podem estar acontecendo, verificamos

recentemente até por operação da polícia federal e da Receita Federal que havia crime previdenciário, se houve aquele previdenciário vai ter a vida outros crimes tributários de outros natureza, porque queriam se você altera uma base de cálculo Previdenciário Você também está alterando do imposto de renda e de vários outros impostos. Em relação a esse fato da BHLeste específico em que duas pessoas que aparentemente não tem capacidade financeira de possuir uma empresa dessa natureza, nem expertise para tal e com emissão de uma debênture neste valor Com certeza que tem a falsidade material falsidade ideológica, tem alguns crimes bem relevantes que ainda estão bem ativos, tá nesse aqui que merece ser apurado ainda isso aqui é fase inicial que eu estou, trazendo aqui, porque é o mesmo objeto que a CPI tem, então ela vai ter condições também de fluir ao mesmo tempo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Na análise do Senhor houve a prática de cartel por parte dos dirigentes da Viação Torres?

Procurador Glaydson: Em relação à Viação Torres eles participaram dos cartéis do passado durante as licitações de 2007/2008 o grupo Paschoalin estava no grupo estava envolvido Além disso eu vou apresentar até recente daqui uns dias uma representação envolvendo Betim em que opera a família Paschoalin e tudo isso você observa que são grupos empresariais que sempre atuarem conjunto ou seja eles fazem parte de um Cartel, então mesmo que ele isolado aqui ele só está isolado porque o cartão isolou naquele. do município que tenha interesse econômico para o grupo, se lá só participar a empresa a e as demais forem figurantes Ou nem apresentarem como aconteceu no município de Poços de Calda, em que o edital foi publicado, era um edital favorável administração pública é os usuários houve assim uma operação é quase do dia o contra edital n empresas de n até Sindicato dos Empregados questionou edital em ponto que não tinha nada a ver, com o sindicato contrariando o próprio estatuto do sindicato o que faz lembrar o caso de Governador Valadares, receber a propina do Roberto Carvalho para fazer acordos judiciais em benefício, todos os empresários independente dos seus associados o edital em decorrência todos esses ataques eram alterado era alterado e assim foi alterado e tornou extremamente favorável que viesse apresentar o serviço a licitação, foi edital foi validado iniciou solicitação para pastas abertas só uma empresa apresentou proposta. Cadê as outras dezenas que atacaram o edital isso vocês no senso comum

quem iria gastar dinheiro com advogados bons para ficar questionando edital se não tivesse interesse de participar e hoje tal ter ficado muito melhor se eu já tenho três que tava ruim quando ficou bom não participo claro que se a atuação de cartel Isso é óbvio então eles não estão isentos da participação no Cartel, só que fora do campo da punibilidade porque os crimes já para escreveram o tempo resolve isso, infelizmente o sistema de controle não funcionou em 2007 2008 2013 e agora tá tentando se erguer, espero que isto funciona, espero que agora a câmara dos vereadores e os demais órgãos de controle envolvido possam dar a resposta que a sociedade precisa.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Muito obrigada a empresa BH Leste começou a operar o sistema esse ano e até agora não aconteceu a substituição da concessionária na PBH é permitido trocar a empresa sem autorização do poder concedente e podemos entender que a prefeitura está fazendo vista grossa para esta troca?

Procurador Glaydson: É esse é um dos pontos é que envolve o comportamento do prefeito, a regra é que a substituição de um dos prestadores Depende da anuência do poder público, e o poder público só pode recusá-los de forma externamente motivada, isso o Supremo decidiu a não muito tempo no caso específico. Aqui nós temos a substituição de uma empresa por outra uma empresa que nunca operou Olha eu falei que a empresa veio de uma prateleira nunca conduziu um ônibus nunca teve um ônibus nunca teve um funcionário e assumiu diretamente a operação de uma empresa antiga chamada a empresa Paschoalin, a viação Torres né, como que eu poder público Aceita isso, é evidente que afronta todas as regras e não temos aqui nem o indicador nem um documento que comprove que a empresa está apta a operar mas está ali operando o que demonstra que quem está por trás dela tem conhecimento de operação ou seja não é quem realmente está mas quem está operando tem conhecimento nós vamos descobrir a CPI vai descobrir antes de mim espero

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mais uma pergunta: Na época da Auditoria da Maciel, a BHtrans era vinculada à Secretaria de obras, o senhor sabe por que passou para a fazenda e isso precisaria de autorização do secretário de obras?

Procurador Glaydson: Não tenho informações sobre este fato né, é algo assim muito específico, mas eu posso consultar e buscar informações para ter dá uma resposta oportuna.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ainda também com base nas informações emprestado pelo senhor a gente pode se dizer que a família Lessa são os controladores de fato hoje então da aviação Torres hoje a BHLESTE?

Procurador Glaydson: Não temos elementos suficientes para fazer essa afirmação, é isso que nós vamos ter que investigar para identificarmos quem está por trás, porque há todos os indicativos de que não é a Ester e não é o Cristiano que estão operando essa empresa. Mas sabemos que a Ester está ligada a família Simão, são muitos nomes. eu não conheço ninguém então sempre foge a memória.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Recebi uma informação aqui, só para acrescentar parece que a empresa transimão, ela pertence a Nilo Gonçalves, não é porque no requerimento só tinha o nome, só o primeiro nome Nilo Gonçalves Simão, depois eu posso enviar pro senhor. Não tenho mais perguntas, muito obrigada pela participação do sr. que trouxe elementos muito importante para nossa CPI e a partir desses documentos não iremos ao iniciar os nossos trabalhos e acho que o intuito dessa comissão é que não se prescreva novamente já que foi dado uma nova chance. E a população de Belo Horizonte não pode continuar sofrendo, a dignidade da pessoa humana é um princípio que nós temos que respeitar, que todos os dias encontramos pessoas reclamando dos ônibus, dos transportes e cabe a nós, ajudarmos esta população muito carente. Então muito obrigado pela participação.

Ver.(a) Henrique Braga: fica com a palavra o Vereador Wesley

Ver.(a) <u>Wesley Moreira</u>: Bom dia procurador Glaydson mais uma vez bem-vindo à nossa casa, bem-vindo à Câmara Municipal Bom dia a todos os vereadores presentes especial nosso Presidente Gabriel Azevedo a qual é o cumprimento todos os vereadores é muito triste pensar que neste momento nós temos centenas e milhares de passageiros andando dentro de um ônibus com pneu careca com água se chover vazando dentro desse veículo é freio no seu no seu limite e as pessoas

correndo sério risco de vida ao usar o transporte coletivo de BH e eu ouvindo tudo isso que foi relatado trazido pelo Senhor me surge uma pergunta.

Qual é o combustível que alimenta o sistema de transporte coletivo de BH é diesel não é corrupção isso é muito triste quando nós vemos a situação lastimável que se encontra o transporte coletivo e quando nós analisamos chegamos que é a corrupção que tem trazido esses sérios prejuízos a toda a população em Belo Horizonte no dia 13 de Fevereiro de 2018, o meu amigo Vereador Juliano Lopes do lado da quadra dele, ele vai lembrar de um acidente no carnaval com acidente com a linha 305 desta fatídica e já não tem nem mais adjetivos diminutivos dessa empresa Trans Oeste naquele dia cinco vidas foram ceifadas, 16 pessoas ficaram seriamente feridas e um filho de um amigo um ano aproximadamente depois um ano no hospital em tratamento, um rapaz com 18/19 anos também faleceu.

Então isto é o que vemos hoje no transporte coletivo de BH, então eu fico com muita alegria participando desta CPI e nós queremos sim mais vez a Câmara Municipal, trazer respostas a população Belo Horizontina. Então esta é minha primeira fala nesta CPI, nossa primeira reunião, eu quero muito mesmo dá um retorno para nossa população de BH.

Em especial aqui estamos falando da Trans Oeste, esta empresa que atende a região do Barreiro, que atende a região do Barreiro Não tem lógica eu já falei aqui no passado Parece que eles pegam todos os piores ônibus do Brasil que já estão todos destruídos passa para ser trans oeste e a Trans Oeste coloca para rodar lá no Barreiro ele não tem lógica você vai olhando os ônibus é um negócio sem net sabe que nós às vezes não tem coragem de entrar naquele ônibus por fora você já vê como que ele está totalmente destruído tão você imagina mecânica suspensão a direção desses veículos e pensar que tudo isso é fruto de corrupção nos entristece muito.

Ver.(a) Henrique Braga: Vereador Juliano Lopes.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Bom dia seja bem-vindo a essa casa novamente e eu vou falar especificamente complementar a palavra do vereador Wesley em relação à empresa trans Oeste nós temos aqui na Câmara Municipal

Vereador Henrique Braga Vereador Wesley e o vereador Janaína Vanderlei Hélio e nós sabemos o péssimo serviço que ela proporciona para região do Barreiro.

Desde do ano passado quando o senhor Leu aí, eu fui presidente da CPI da covid, e informamos o que entregamos ao Ministério Público o relatório em relação ao repasse das empresas e a trans Oeste ela brinca com a cara do cidadão de Belo Horizonte e brinca com a cara do cidadão do Barreiro.

Oque o vereador Wesley disse aqui ele tá falando a pura verdade, é uma vergonha o transporte público dessa linha, ela atende 90% dos seus clientes que são da região do Barreiro, o que eles fazem com a população do Barreiro que é uma região que infelizmente nós ainda não dependemos exclusivamente transporte público do coletivo de ônibus.

Nós não temos metrô ainda ela brinca com cidadão e vou narrar CPI Todos sabem que eu sempre fui naquele microfone lá embaixo falar quando se a empresa trans Oeste, semana passada Eu estava saindo da minha residência moro próximo à Estação Diamante desci Avenida João Rola filho o ônibus da transa Oeste estava às 16:30 com seu pisca alerta ligado eu parei meu carro ao lado desse ônibus um ônibus Azul não me lembro qual linha que era e perguntei qual o problema ele falou se estragou eu falei estragou de novo estragou de novo como eu estava numa avenida de mão Via Rápida que havia do minério eu não poderia deixar meu carro parado entrei à direita Estacionei meu carro peguei meu celular para fazer um vídeo em 5 minutos o ônibus arrancou e foi embora mais uma tática usada para furar o próximo horário Essa é a tática da TransOeste na região do Barreiro eles usam ônibus estragado o ônibus de péssimo estado Para quê Para que os próximos horários a seguir era um horário de pico era às 18:15 Então ela teria uns 18:30 18:45 19:15 e ela usou essa tática mas não deu tempo de eu gravar o ônibus porque o motorista arrancou então não estava quebrado o ônibus não estava estragado na verdade ela queria pular os horários da Estação Diamante Então essa essa empresa que eu peço encarecidamente a prefeitura de Belo Horizonte pelo menos essa empresa cessar a licença de transporte na região do Barreiro não tem condições humanas física dessa empresa continuar operando o transporte público da região do Barreiro eles brincam com a cara do usuário pula os horários ônibus ultrapassados não respeita o horário

que sai da Estação Barreiro ou dessa situação de diamante e pior hoje é muito fácil a pessoa entrar com o Instagram dos vereadores só mandar aqui final de semana eles foram quatro horários 4 Tem gente esperando duas horas na Estação Diamante ou na estação do Barreiro para uma dessa transa Oeste Então eu queria primeiramente parabenizar essa casa por essa CPI especialmente em relação a TransOeste e volta a falar É uma vergonha Belo Horizonte tem uma empresa chamada TransOeste operando aqui dentro da capital ainda muito obrigado.

Ver.(a) Henrique Braga: Só para completar sobre a TransOeste eles num domingo chuvoso cheguei a falar isso aqui na câmara a tarde Motorista perdeu o controle do ônibus no Tirol, derrubou dois postes e arrancou o muro e a grade da Igreja Quadrangular que ficou proibida pela polícia de realizar culto naquele domingo e já se faz já vai para 90 dias isto e até hoje eles não praticaram a hombridade de ir lá e consertar ou então indenizar para igreja consertar ele tá sem segurança nenhuma para o corpo de quem dessa família gerada empresa chamada TransOeste. Nós vamos ouvir agora o vereador Fernando Sérgio Pinho Tavares. Ele não está no ar. Com a palavra o Vereador Wagner.

Ver.(a) Wagner Ferreira: Do Wagner bom dia a todos e todas, Bom dia procurador eu vim lá do céu azul lá de Venda Nova ouvindo aqui a fala do senhor desde o início e te falo se eu trouxe aqui denúncias gravíssimasmuitos indícios aí de crimes enfim muita coisa mesmo tanto é que você leu esse documento por mais de uma hora né, então foi muita coisa mesmo e chocanteas questões que vossa excelência traz aqui para essa câmera mas a gente sabe que aqui é uma esfera política uma CPI e que dificilmente aqui na verdade dificilmente não aqui a gente não vai ter punição judicialque vai ser uma punição se houver política isso o senhor disse no final da sua fala que espera que essa CPI chegue a elucidar alguns fatos antes mesmo do senhor né, Eu disse mais ou menos com essas palavras aí no final é da sua fala mas a CPI tem um prazo certopara para executar seus trabalhos no início da sua fala o senhor sugere impeachment sugere quebras de sigilos, uma série de de questões que vossa excelência sugere então é um trabalho grandediante do drama do transporte público é nessa cidade então aqui não vai resolver tudo infelizmentenão vai resolver todo problema do transporte público e aí eu pergunto é para vossa excelência até para esclarecer sobre o procedimento interno no Tribunal de

Contasque é uma outra esfera de análise de todos esses indícios, se como que tá essa tramitação interna no tribunal de contas se o Tribunal de Contas? se o Estado já encaminhou para essa casa algum pedido de sustação de contrato do transporte público aqui em Belo Horizonte? Porque lá no tribunal de contas se houver comprovação de todos esses indícios vai ter punição vai ter algum tipo de Sansão por parte do Tribunal de Contas então a minha pergunta é essa, se lá no Tribunal de Contas Como tá essa tramitação e esse já houve por parte do Tribunal de Contas algum encaminhamento essa casa em relação ao transporte público na cidade? muito obrigado.

Procurador Glaydson: Em relação ao tribunal de contas nós temos o mesmo problema do Judiciário em relação aos crimes pretéritos o tribunal de conta de longo tempo ele não tem como aplicar multas mas os gestores mas ele poderá também declarar que os contratos são nulos em decorrência da fraude a licitação em todos os casos até agora no Tribunal de Contas é certo ou de Poços de Caldas que é bem recente ele tem por objetivo Principalmente uma declaração tribunal de contas de que o processo foi fraudado. Então Rito normal tal qual quanto o Judiciario, e em relação a sustação dos contratos, Dos contratos não compete ao Tribunal de Contas sustaram o contrato essa atribuição é do Poder Legislativo está na Constituição e de forma mais expressa a constituição como eu falei na oportunidade anterior Ela traz que compete diretamente a sustentação pelo poder legislativo então a Câmara dos Vereadores não depende do tribunal de contas para iniciar o processo de sustação daí eu ter oficial comunicando a câmara dos vereadores e solicitando a adoção das providências para que sustaste o contrato são as esferas distintas com papéis distintos importantes e distintos não provocou o Ministério Público para o exercício do sua atribuição de julgamento que compete exclusivamente a Câmara dos Vereadores a Assembleia Legislativa ou o Congresso Nacional conforme espera exercício de papel e também não é de bom Tom que eu poder legislativo no Exercício dessa atribuição ele espere que o Tribunal de Contas fale primeiro porque aí o que pode acontecer é o processo Moroso da causa a perda de objeto também do segundo processo que é o de sustação do contrato até porque Esses contratos se encerram agora há pouco em 2028 com o risco de o poder público não fazer nada mais uma omissão importante porque um estudo de um sistema de transporte coletivo como de Belo Horizonte ele é complexo requer tempo e conhecimento e se

hoje o município não já iniciou um processo com certeza daqui a cinco anos não vai ter elementos suficiente para estar a uma nova licitação E aí vai dar aquele belo justificada prorroga-se por mais 10 anos então é a omissão produzindo resultado esperado que deve ser freado pelo poder legislativo quando ele desativa um órgão político importante mas nesse momento compete aos 41 vereadores avaliarem com muito com muita atenção o que está acontecendo ali fora eu ficar inerte enquanto um gestor público deixa de fazer o que a obrigação dele ou eu vou agir para que a população que é que representa tenha um pouco de vida porque o tempo dentro do ônibus nessas condições não é transportar e mais condições é suprimir parte da vida dessa pessoa coloca qualquer um de nós por quatro horas você perdeu quatro horas de sua vida ali isso é por isso só tem 24 horas parte você vai ter que estar dormindo então é nesse momento que entra a política é o vereador avaliar vou apoiar a omissão do executivo ou agir efetivamente para que ele não seja omisso para que a minha sociedade Aquele que vota em mim possa ter uma vida boa uma qualidade de vida mínima não vida boa que isso é quase uma Utopia no Brasil melhor qualidade de vida esse é o ponto que vão ter que colocar na balança.

Ver.(a) Henrique Braga: A Partir deste instante eu prorrogo a reunião por mais uma hora.

Procurador Glaydson: Todos os casos que aqui chegam já Já foram exceto esse que antecipado mas em relação ao cartel do urbano de Belo Horizonte já foi interposta a representação tribunal contas que tramitam lá como representação vários outros municípios de Minas Gerais que fazem parte também já também houve elas representações E aí basta entrar em contato com a minha assessoria que passa toda a lista das representações pela correm inclusive todas as câmaras municipais já estão se movimentando todas não mas Divinópolis já está em movimento muito firme para sustação do contrato, inclusive lá o Executivo está de acordo com a sustação do contrato não está resistindo, Possos de Calda que foi apresentado ontem a Câmara dos Vereadores o presidente daquela casa já soube que ele já entrou em contato com o presidente desta casa para poder entender o processo que ele deseja dar sequência a isso então é o seguinte apesar de serem distintos o poder legislativo e o Tribunal de Contas o Ministério Público de contas representou já no tribunal de contas em relação a nulidade e representou aqui e em breve só faltam mais três

municípios para serem representados e mais dois processos um dessa antecipação aqui do vale-transporte que na realidade não vai nem ser uma representação porque o aderir a da unidade técnica e o do da mídia ônibus que é a quinta investigação encerrando essas três o Ministério Público cumpriu o seu papel constitucional cumpriu seu papel seu dever com a sociedade e eu comprei meu papel enquanto cidadão a partir daí é Conselheiro que comparao seu é vereador que comparao seu é Prefeito que comparao seu é judiciário e comparao seu aí eu já não funciona mais tá é encerrar exatamente cada um dentro de seus limites.

Ver.(a) Henrique Braga: Palavra ao Vereador Bruno Miranda, Lider de Governo.

Ver.(a) Bruno Miranda: Boa Bom dia a todos primeiros te agradecer mais uma vez procurador por estar sempre aqui na Câmara dando a sua contribuição nessa temática que é tão cara para o senhor e para toda a sociedade Belo Horizontina eu sou reforçar a pergunta Tem alguma decisão do TCE em relação a esse tema, ou ainda não?

Procurador Glaydson: Não não existe decisão do TCE nenhum Até porque eu não fiz nenhum pedido de antecipação de tutela de natureza só vai ser julgado no mérito eu acredito que o tempo médio no processo desse é de dois anos ou três e daí eu abro um parênteses que é muito comum todos os litígios que envolve o poder público ele seja judicializados exatamente para a pessoa ganhar tempo porque o processo é lento enquanto o processo político é mais efetivo e rápido então no Tribunal de Contas é uma decisão sobre isso vai demorar aí Acredito que até a sua decisão de julgada uns dois anos a três e aí encerrou-se contrato e já não se tem muito mas eu comprei meu papel há tempo e modo.

Ver.(a) Bruno Miranda: Vossa Excelência Já conhecidas da Câmara de outra CPI e outras situações novas que até então não haviam sido apresentadas o que me eu acho que que nosso colegiado como um todo precisa ficar atento é para que não seja criado uma narrativa política para justificar uma cassação sem o devido processo legal isso é muito sério então eu queria fazer esse registro aqui obrigado.

Procurador Glaydson: É muito importante que qualquer movimentação ela siga todo um rito processual adequado garantido a mais ampla defesa possível dentro de seus meios disponíveis, tanto que isto aqui foi so uma provocação, isto não é nenhum pedido de impeachment, até porque o MP não pede impeachment, Dom cidadão encampar sinais sobre escrever e provocar isso E aí seguir o rito.

Ver.(a) Henrique Braga: Com a palavra o vereador Presidente da casa, sr. Gabriel.

Ver.(a) Gabriel: Bom dia. Caro procurador Glaydson Massaria, queria informar o senhor que nesta mesa e nesta comissão está o comando da Câmara Municipal, além da minha presença enquanto Presidente deste poder legislativo, eu conto com a presença do nosso vice-presidente Vereador Juliano Lopes que é membro dessa comissão parlamentar de inquérito, do segundo vice-presidente Vereador Wesley Moreira que é membro deste colegiado, do nosso ex-presidente Conselheiro benemérito Vereador Henrique Braga que está presidindo os trabalhos, além da relatora vereadora Loíde Gonçalves e o líder de governo Vereador Bruno Miranda e o vereador Wagner Ferreira também do PDT ambos da base do Senhor Prefeito.

Recentemente meu caro procurador uma vereadora da casa, o líder de governo e o prefeito disseram que CPIs não podem ser banalizadas e eu sou o primeiro a dizer isso e o que não se pode banalizar também é o tamanho a importância da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Ontem Vereador Juliano Lopes, Três presidentes de câmara do município dos municípios de Minas Gerais Me ligaram, um o vereador Dofu de Poços de Caldas Vereador, eu estou escandalizado com o que o MP de contas me apresentou, estou perdido Quero fazer com uma Câmara Municipal de Belo Horizonte o senhor eles sabem quantos vereadores do interior me procuram para fazer nos seus municípios o que a Câmara Municipal de Belo Horizonte tem feito aqui? vocês sabem o tamanho e a projeção que essa Câmara ganhou sendo a única do Brasil única não tem isso em São Paulo não tem isso em Rio de Janeiro não tem isso no sul no nordeste no norte do Brasil não tem câmera Municipal no Brasil que ganhou protagonismo quando o assunto é o ônibus porque procurador porque esta é uma câmara Independente

com o presidente independente que não são aqui funcionários do prefeito somos representantes do povo e de um povo que não está com a sua dignidade atendida.

Eu vou me permitir desenhar o que o senhor procurador esclareceu aqui hoje nessa manhã nós estamos em Minas Gerais procurador em 2005 estourou o escândalo do mensalão Soares Recordar os vereadores vão se Recordar escândalo do mensalão Nacional usava agências de publicidade para distribuir propinas mas esses escândalo Nacional teve um laboratório ele começa aonde em Belo Horizonte quase empresas DNA propaganda e smpb o esquema que operava na publicidade local foi transferido.

Porque toda corrupção tem um laboratório e vejo o senhor que atualmente o Tribunal de Contas do Estado e esse Ministério Público de contas passam investigar a licitação de Publicidade de Belo Horizonte eu alertei isso aqui, um contrato de Publicidade desta cidade foi encerrado este ano no valor de cerca de 40 milhões de reais para que outro de 60 milhões de reais fosse iniciado.

Eu li muito a época a questão do mensalão, eu entendo bem como as pessoas usam a publicidade para fazer corrupção, é como se fosse procurador aquele esquema de avaliação de escola de samba a vencedora leva nos décimos.

Então se um publicitário faz um esquema de comissão para que a prefeitura passe a ter uma comissão corrompida que escolha uma agência pré-determinada para que dela valores de corrupção um dos primeiros passos de um governo que se quer corrupto é maquiar os problemas da cidade com rios de publicidade.

E não apenas rios de Publicidade mas dividendos corruptos que inundam a máquina e tenta inclusive comprar parlamentares com esse dinheiro. Ou seja é um esquema antigo mafioso e vejam Belo Horizonte e eu ligo aqui o primeiro ponto.

Passa adotar algo que não é novidade no mundo da publicidade basta ler os recursos das agências que perderam a licitação de publicidade e isso mistério público de contas passa a investigar sexta-feira e leve Meus parabéns ao Conselheiro Agostinho Patrus o contrato de lixo de Belo Horizonte a licitação de lixo de Belo Horizonte foi derrubada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Porque e quando eu fui no microfone desta Câmara Municipal dizer que a máfia de lixo estava chegando em Belo Horizonte alguns do governo e aliás do governo sempre usam o mesmo expediente poxa é politização é banalização não é nem politização nem é banalização é função de vereador chama-se fiscalização do chão daquele plenário procurador, eu alertei então colocando na SLU um bandido Trocaram o nome mantiveram o esquema.

Curiosamente a licitação fez vencer uma empresa envolvida em outros escândalos de corrupção ligados ao mesmo partido que passou a integrar a base do prefeito por troca da SLU, não é vontade de limpar a cidade porque a cidade está imunda o Tribunal de Contas do Estado suspendeu uma licitação corrupta que o prefeito tocou com aliado dele na SLU.

Ou seja a máfia da Publicidade e a máfia do lixo agora eu vou ligar os pontos a essa outra máfia porque na verdade a máfia de verdade tá encrustada dentro da Prefeitura e usa suspensórios há um mafioso de suspensórios tocando publicidade lixo e ônibus eu quero ligar pontos do que o senhor procurador falou aqui de maneira muito muito clara.

Em 2006 no governo estadual o senhor Fuad Noman, era secretário responsável pela licitação dos ônibus metropolitanos que aliás nós vereadores recebemos muitas notificações porque é um sistema terrível várias pessoas buscam os vereadores por ônibus que não são de responsabilidade de Belo Horizonte mas que são da Região Metropolitana e atende por exemplo o garçom que sai de tarde no restaurante pega o ônibus municipal e depois vai pegar o ônibus Metropolitano.

Esse contrato de 2006 tem a assinatura do Senhor Fuad Noman, ele gerencia o laboratório de cartel seja como é que um homem que só teve vida pública e é rico é um desses casos de enriquecimento na vida pública como é que um homem experiente que teve no banco central na presença da república na brasilprev e na Secretaria de Fazenda observa a licitação de um castelo no governo do estado e assina.

E o resultado nós todos estamos vendo aí porque os ônibus metropolitanos são uma vergonha vejam então que o mesmo processo licitatório de 2006 e

laboratório para o processo licitatório de 2008, procurador eu conduzia aqui é CPI da caixa preta da BHTrans e nosso foco foram justamente os contratos municipais nós não tivemos tempo para focar os contratos metropolitanos, até porque razão isso é função da Assembleia Legislativa do Estado sobretudo que tá recomendo aos meus colegas deputados estaduais precisando abrir uma CPI do contrato Metropolitano de ônibus.

Vossa excelência trouxe um conjunto enorme probatório deixando claro que a fraude de 2008 é control c control V da fraude de 2006 ou seja a empresa que tá aqui tá diante de algo muito grave, município de Belo Horizonte não foi cobaia em 2008, cobaia foi Minas Gerais a nave mãe do processo de corrupção de ônibus começou em 2006 no governo do estado pelas mãos do Fuad Noman e a partir de 2008 como o senhor tá mostrando e outra cidade está me procurando por isso o processo fraudado no governo do estado pelo Senhor Fuad Noman é replicado nos municípios em Belo Horizonte, em Divinópolis em Governador Valadares em Poços de Caldas com a mesma fraude e com as mesmas famílias.

A máfia usa suspensórios e vejam como a situação é grave o contrato de 2008 passa por gestões e finalmente encontrou uma câmara municipal exposta investigar, nós tocamos uma CPI.

A CPI foi elogiada pelo Ministério da Justiça deixou provado que um o contrato é um cartel e dois que auditoria feita no início da gestão de Alexandre kalil é fraudulenta, que ele cita auditoria e nós não tínhamos todos os elementos probatórios na última comissão parlamentar de inquérito que ele cita novamente o senhor Fuad Noman responsável pelo laboratório do cartel, é em seguida o homem responsável por contratar auditoria que vai verificar se é um cartel e todos nós vimos que a macial o Consultores, foi fraudulenta.

Examinou notas fiscais do interior de Minas não emitiu um parecer, a última CPI tirou da BHTrans Célio Bouzada Daniel Marques Couto e uma série de pessoas que envolvidas com esse processo de auditoria não fiscalizaram o contrato.

Venha a pandemia fuar de mama secretário da fazenda é quem assina as gorduchos cheques de um dinheiro ilegal transferido as empresas de ônibus no pior

momento que essa cidade passou, para que com ônibus fechados insalubres recebendo milhões de reais a população fosse transportada.

Fuad Noman se articula para ser o vice-prefeito de Alexandre Kalil e nós sabemos porque temos informações de pessoas que compunham a administração pública que essa vaga foi negociada inclusive oferecendo recurso para campanha eleitoral e proximidade dos empresários de ônibus, ele vira vice prefeito de um prefeito que nos seus primeiros anos Alexandre Kalil tentou a todo custo Wesley é testemunha disso Juliano é testemunha disso melar a CPI da caixa preta da BHTrans.

O senhor Alexandre me atacou, eu fui chamado na sala do Senhor secretário Josué Valadão para me dizer que se a CPI não encerrar seus trabalhos o comitê que repensava o contrato e a passagem seria fechado e fechado.

No final de 2021 essa cidade entrou numa crise de ônibus e quais foram as pessoas mais prejudicadas os habitantes do Barreiro do seu Barreiro do seu Barreiro do seu Barreiro, nosso Barreiro porque é da cidade inteira e foi com aquela crise pouco antes da cidade entrar em colapso e o Alexandre Kalil manda para cá um projeto de lei estapafúrdio simplesmente assinando mais milhões e milhões de reais projeto sequer Foi recebido pela câmara, Procurador.

E assume portanto o prefeito Fuad Noman com a expectativa até de alguns que as coisas fossem diferentes, insistimos a presidente era Nelly Aquino, e foi recriado o comitê que Alexandre Kalil dissolveu.

Esse comitê do qual o senhor fez parte algumas reuniões concedeu para prefeitura de Belo Horizonte um subsídio no valor de R$ 237 milhões dando o prazo de um ano para o contrato ser modificado pela prefeitura.

O que que a prefeitura sobre o comando fez no prazo de um ano? nada.

Gente nada. O Wesley fazia parte do comitê nós fomos em todas as reuniões sendo enrolados pelo prefeito, pelo secretário Fleury, Josué Valadão são os três que comandam na prefeitura veja um absurdo e eu repito a máfia USA suspensórios depois de um ano sem fazer nada de caso pensado.

Porque agora eu concluo isso o prefeito vem às pressas no final diz olha eu só preciso de mais dinheiro e essa Câmara Municipal com apoio do Wesley Juliano da Luigi do Henrique tramitam aqui três projetos de lei cruciais o das faixas exclusivas, que desde que foi aprovado pela câmara não representou um centímetro de tinta pintado no chão da cidade para valorizar transporte coletivo em detrimento de ônibus.

O da bilhetagem eletrônica para acabar com o dinheiro vivo a bordo que até agora não foi regulamentado, já se passaram 90 dias muito mais da sanção, e nada.

E esse é o mais crucial, o que transforma o sistema de passageiros por quilometragem para a gente saber quanto custa o km.

E quem decide Quanto custa o Quilômetro, Quem são os técnicos que apontam? ligados ao prefeito.

E agora eu estou com uma pulga muito grande atrás da orelha, eu estou duvidando fortemente dos números que a prefeitura passou ou seja essa Câmara Municipal de boa vontade. Concedeu de boa vontade e concedeu mais 512 milhões de reais exigindo da prefeitura gratuidades a quem mais precisa.

Pessoas que estão em tratamento de câncer a Prefeitura não regulamentou, quem está procurando emprego a Prefeitura não regulamentou, quem está enquanto mulher após uma situação de violência a prefeitura nem regulamento e linhas de favela e tarifa zero esse é mais simples tá funcionando e ainda a questão do passe livre estudantil mal e porcamente regulamentado.

Mas para criar regulamentação da punição e da quilometragem a prefeitura correu agora eu estou muito desconfiado porque com essa teia toda traçada Fuad cria o laboratório da corrupção fuad cria a fraude na auditoria do cartel de Belo Horizonte Fuad assina cheques milionários Ilegais e criminosos da pandemia e legal e criminoso quem diz é a própria BHTrans não somos nós.

Fuad corre para aumentar a passagem de 100 reais vai para o Twitter achincalhar a câmara municipal quer pressionar os vereadores a aprovar um projeto

que não tinha menor segurança do valor da passagem e agora não sustar um contrato que é visivelmente cartelizado.

Eu fui muito questionado procurador pelas pessoas que estão dando 512 milhões para um sistema totalmente fraudulento e eu sempre disse que essa é a situação em que a prefeitura nos fez chegar, depois de colocar uma faca no pescoço da sociedade com uma passagem de R$ 6,00 (seis reais).

Porque nós criamos sistemas subsidiados que eu defendo não necessariamente para essas empresas é Como disse Wesley e Juliano Como faz sentido manter essas empresas atendendo o Barreiro como? como? Ou seja não precisa procurador para sustar um contrato e eu garanto-lhes essa é uma responsabilidade do Bráulio que estava conversando com ele, ele me disse até o final deste ano porque para assustar um contrato. Qual é o caminho tudo aquilo que se tá passando a comissão de mobilidade seguido de um projeto de resolução que vai a Plenário um projeto de resolução salvou essa Câmara Municipal tá discutir esse projeto do subsídio em condições de igualdade.

Basta um projeto de resolução do Vereador Juliano e aí claro eu vou gostar de ver quem vai assinar são 14 assinaturas para ser votado em plenário e o contrato tá sustado. Para imprensa que me questiona é assim que funciona.

Tem o trâmite na comissão de mobilidade o encerramento é um projeto de resolução com 14 assinaturas votado por 21 vereadores em plenário, esse contrato cai na hora, é isso que o procurador falou, não adianta fingir que é técnico é que não perguntando o que que o tribunal tá fazendo, que todo mundo aqui tem mandato e responsabilidade não adianta querer se escorar tu conhece essa estratégia no tribunal de conta se escorar não não aqui pode se assustar basta o voto basta olhar na cara do eleitor, que tá passando o Inferno no ônibus e falar não eu estou aqui por sua causa, não estou aqui por causa do prefeito eu estou aqui porque eu defendo verdadeiramente o povo e não porque eu sou simplesmente capacho do Poder Executivo.

Então procurador todos os fatos que o senhor traz aqui hoje são gravíssimos como bem disso o vereador Wagner Ferreira e como bem disse o Vereador Bruno

mais do que política a câmara tem três funções fiscalizar e CPI serve para fiscalizar quem acha que você é banalização é Vereador cujas funções estão Fora do Eixo.

Isto aqui tem o papel de fiscalizar, ainda temos o papel de legislar e eu tenho certeza que um projeto de resolução para sustar, esse contrato será escrito e será levada plenário o senhor não sabe procurador como estavam tensos e ansiosos alguns vereadores que sofrem pressão do governo que a possibilidade de voltar para resolução que derrubaria a passagem de imediato e por um acordo para tentar o melhor para a cidade ele esperou a tramitação do projeto subsídio só imagina o que é a pressão da sociedade da Imprensa da população num projeto de resolução que susto o contrato de ônibus o vereador Vota contra isso aqui.

Qual o vereador Vota contra isso aqui qual o vereador vai ficar do lado da máfia e não do lado da população então sabe eu tenho muito orgulho de fazer parte da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Nós temos defeitos nós erramos e pedimos desculpas nós estamos longe de ser um Parlamento sem falhas mas nunca existia um Parlamento sem falhas a democracia é imperfeita é complexa é difícil mas como eu disse esses dias não adianta ir para televisão não adianta dar entrevista para falar que CPI é banalização vem cá e senta e escuta o que é que um procurador do MP de contas acaba de trazer aqui lê esse documento nessas duas pasta vermelhas aqui e me fala que isso aqui é banalização.

O que eu estou sentindo por parte da prefeitura procurador, Presidente vereadores é medo e eu sou bom em sentir o cheiro do Medo, medo porque aqui tá claro, que não são só digitais que estão no processo de ônibus, o prefeito seu suspensórios estão de corpo presente no esquema de corrupção e isso é muito muito grave.

Eu recomendo aos vereadores deste colegiado que Leiam com atenção porque eu tive Vereador Henrique Braga o cuidado de ser presidente de uma CPI aqui na casa cpis não podem terminar sem resultado CPI tem que votar um parecer ainda que a sua primeira versão seja rejeitada e concluíam parecer é isso que a sociedade espera e o governo que permanentemente ataca essa casa divide os vereadores

procurador e adota o que muitos aqui já conhece de valorizar uns chamar uns para reunião respondeu os ofícios de um e não falar usar os outros fique muito atento o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte não é enfeite não precisou do Senhor Prefeito para vencer a eleição da presidência e não está aqui para ser capacho do Poder Executivo, se houver e digitais do Senhor Prefeito não crime de responsabilidade ele vai pagar por isso, obrigado senhor presidente.

Ver.(a) Henrique Braga: para as considerações finais nosso procurador Glaydson.

Procurador Glaydson: obrigado pela demonstração da palavra, eu compreendo perfeitamente a função dos vereadores as suas diversas bases de apoio ao governo, tudo isso é necessário para que o processo democrático Republicano brasileiro funcione. E nesse momento em que agora soube que eram da base do prefeito, ressalto na existência humana todos nós definimos nossos limites até onde nós vamos exercer determinada comportamento e até onde eu vou ter que recuar eu vou ter que adotar postura diferente e aí é um momento que eu digo é o momento em que os 41 vereadores deverão avaliar individualmente olhando para dentro de si olhando para a sociedade e olhando para os resultados que eles obtém efetivamente, adotando comportamento A B ou C toda conduta já era uma consequência e toda conduta que temos objetivamos a consequência positiva então é a hora de uma reflexão interna dos 41 vereadores é isso que eu tinha falado muito obrigado toda oportunidade de te falar.

Ver.(a) Henrique Braga: A todos às 12:15 minutos está encerrado o nosso trabalho

2.5 - DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade[5], foi realizada no dia 03/08/2023, às 9h:40 min, no plenário Camil Caram. Sob a presidência do vereador Jorge Santos, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves e a presença remota dos vereadores Henrique Braga, Bráulio Lara,

---

[5] https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/5%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---%C3%B4nibus-sem-qualidade-03-08-2023

Sérgio Fernando Pinho Tavares e Wesley Moreira, Professor Juliano Lopes.

Foi apresentado o Plano de Trabalho pela Relatora vereadora Loíde Gonçalves e submetido à apreciação dos demais integrantes da comissão. O Plano de Trabalho é o documento inicial que visa orientar a direção dos trabalhos a serem realizados, mas que não vincula de nenhuma forma a atuação dos integrantes da comissão, principalmente frente aos fatos novos apurados no decorrer dos trabalhos.

Sendo isto, foi apresentado, discutido e votado os seguintes requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nº 2.004/23 - "Apreciar o Plano de Trabalho". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sem qualquer alteração.

2) Requerimento de Comissão nº 2.005/23 - envio de ofício à "Diretoria-Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte" para "deliberar sobre a criação de endereço de e-mail específico para recebimento de denúncias encaminhadas pela população à CPI Ônibus sem qualidade, sendo resguardado o anonimato quando solicitado pelo denunciante. Deliberar sobre o responsável pelo gerenciamento do e-mail, competindo-lhe a guarda da senha e concessão do acesso aos demais membros". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

3) Requerimento de Comissão nº 2.006/23 - envio de ofício ao "Tribunal de Justiça de Minas Gerais" e ao "Ministério Público de Minas Gerais" para "cientificar sobre a instauração da CPI Ônibus sem qualidade". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

4) Requerimento de Comissão nº 2.014/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" para "obter informações sobre o transporte público coletivo de passageiros por ônibus do Sistema Suplementar". Autoria: vereadores Irlan Melo e Jorge Santos. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

5) Requerimento de Comissão nº 2.015/23 - pedido de informação ao “prefeito Fuad Noman” e o “superintendente de Mobilidade Urbana, André Dantas” para “obter informações complementares aos requerimentos de comissão n.º 1192 e 1635/23, acerca da substituição da empresa Viação Torres pela empresa BH Leste”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

6) Requerimento de Comissão nº 2.016/23 - pedido de informação à “Prefeitura de Belo Horizonte” e à “Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - SUMOB -” para “obter informações sobre o relatório de viagens contidas no período compreendido entre o dia 1º de julho de 2023 até 25 de julho de 2023, com a relação das viagens planejadas e executadas das seguintes linhas operadas pela empresa BH Leste Transportes: 815, 822, 9105, 9208, 9211, 9214, 9250, 5503A, 5503B”. Autoria: vereador Gabriel. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

7) Requerimento de Comissão nº 2.017/23 - pedido de informação à “Prefeitura de Belo Horizonte” e à “Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - SUMOB -" para “obter informações sobre o relatório de viagens contidas no período compreendido entre o dia 1º de julho de 2023 até 25 de julho de 2023, com a relação das viagens planejadas e executadas das seguintes linhas operadas pela empresa Trans Oeste Transportes: 32, 35, 303, 304, 305, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 318, 319, 325, 329, 330, 332, 335, 336, 337, 340, 3029, e 3350”. Autoria: vereador Gabriel. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

8) Requerimento de Comissão nº 2.058/23 – “Requerimento para que seja adotado o entendimento exarado no Parecer Proleg 172/2021, de que para ‘resposta aos requerimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito, poderá ser adotado o prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 218, § 3 2, do Novo Código de Processo

Civil, contados a partir do recebimento pelo destinatário"." Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

9) Requerimento de Comissão nº 2.064/23 - realização de Visita Técnica para "verificar as condições dos veículos destinados ao Transporte Coletivo de Passageiros de Belo Horizonte operados pela Empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda. na Rua Flor de Pitangueira, nº 119, A/B, Bairro Nova Independência", em 9/8/23, às 9 horas, na Rua Flor de Pitangueira, nº 119, A/B, Bairro Nova Independência. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

10) Requerimento de Comissão nº 2.065/23 - pedido de informação ao "prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Santos Dantas" para "obter informações sobre o montante total de subsídio percebido pela empresa BH Leste Transportes S.A., antiga Viação Torres, desde que foi instituído pela Lei 11.367/2022. Nos termos do Parecer PROLEG 172/2021, requeiro que o prazo de resposta do requerimento seja estabelecido em 5 (cinco) dias úteis". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

11) Requerimento de Comissão nº 2.070/23 - pedido de informação ao "prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Santos Dantas" para "obter informações sobre o montante total de subsídio percebido pela empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda., desde que foi instituído pela Lei 11.367/2022. Nos termos do Parecer PROLEG 172/2021, requeiro que o prazo de resposta do requerimento seja estabelecido em 5 (cinco) dias úteis". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

12) Requerimento de Comissão nº 2.071/23 - pedido de informação ao "prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Santos Dantas" para "obter informações sobre os quinze ônibus da empresa TransOeste que tiveram a autorização de tráfego recolhidas pela Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans), durante uma operação realizada

entre os dias 19 e 20 do mês de maio de 2023". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

13) Requerimento de Comissão nº 2.072/23 - pedido de informação à "Diretoria Executiva do consórcio Transfácil" para "obter informações sobre a destinação de valores às empresas operadoras do transporte público coletivo por ônibus no Município". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

Sem nada mais a tratar a reunião encerrou-se às 10h07m.

2.6 - DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade[6], foi realizada no dia 11/08/2023, às 9h:26 min, no plenário Camil Caram. Sob a presidência do vereador Jorge Santos, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves e a presença remota dos vereadores Henrique Braga, Braulio Lara, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Wesley Moreira, reuniu-se a comissão.

Foram aprovados requerimentos para realização de oitiva do Sr. Fabiano Borges, representante legal da empresa TransOeste Transportes Urbanos, no dia 31 de agosto de 2023, horário as 09:30h, no Plenário Camil Caram; para realização de oitiva da Sra. Ester das Graças Ferreira Gomes, representante legal da empresa BHLeste Transportes S.A., no dia 24 de agosto de 2023, horário as 09:30h, no Plenário Camil Caram; para realização de oitiva do Sr. Nilo Gonçalves Simão Junior, representante Legal da Empresa BHLeste Transportes S.A, sendo a data e horário da oitiva definidos posteriormente; para Realização de visita técnica na garagem da empresa BH Leste Transportes S.A., no dia 18 de agosto de 2023, horário as 09:00h, na rua Magno Moura 286, bairro Nova Vista, Sabará; para Envio de ofício à Secretaria da Receita Federal, para Envio de ofício ao Ministério Público de Contas do Estado

---

[6] https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/6%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito----%C3%B4nibus-sem-qualidade-11-08-2023

de Minas Gerais, para Envio de ofício ao Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais e pedido de informação para apresentar relatório de viagens contidas no período compreendido entre 26 de julho de 2023 até 09 de agosto de 2023, com relação das viagens planejadas e executadas das seguintes linhas operadas pela empresa BH Leste Transportes: 815, 822, 9105, 9208, 9211, 9214, 9250, 5503A e 5503B; para Apresentar relatório de viagens contidas no período compreendido entre 26 de julho de 2023 até 09 de agosto de 2023, com relação das viagens planejadas e executadas das seguintes linhas operadas pela empresa TransOeste Transportes: 32, 35, 303, 304, 305, 308, 310, 311, 314, ,315, 318, 319, 325, 329, 330, 332, 335, 336, 337, 340, 3029 e 3350; e para solicitar que seja averiguado, pelo MP, eventuais procedimentos investigatórios criminais, em andamento ou arquivados, cujo investigado seja o Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, sobre fatos envolvendo o objeto desta Comissão, bem como sejam encaminhados os autos dos procedimentos porventura identificados na pesquisa.

Foi dado ciência à Comissão, a respeito do documento prot nº005393/2023 de autoria do Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior, por intermédio de seu advogado, Fábio Henrique, com o assunto: prestar espontâneos esclarecimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito de Ônibus sem qualidade.

Deu-se então início a oitiva do André Soares Dantas, Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, que prestou o compromisso com a verdade. O depoente foi acompanhado do advogado Dr. Francisco Freitas.

6ª REUNIÃO

Ver.(a) Jorge Santos: Agora são exatamente 9h:26min. Comissão parlamentar de inquérito instituída pelo requerimento 873/2023, 6ª reunião do dia 11/08/2023, 3ª terceira sessão legislativa, 9ª legislatura no plenário Camil Caram, ordem dos trabalhos. Irei fazer a chamada dos vereadores titular desta comissão de inquérito. Vereador Jorge Santos presente, vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: Presidente.

Ver.(a) Jorge Santos: vereador Sérgio Fernando Pinto Tavares.

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: vereador professor Juliano Lopes? Vereador Wesley Moreira.

Ver.(a) Wesley Moreira: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador, então os outros são suplentes. Então havendo o quórum, dou início aos nossos trabalhos, eu vou só solicitar aos vereadores, que eu vou fazer aqui a inversão da pauta para que a gente possa entrar já nos requerimentos a serem votados, para que depois a gente possa entrar na oitiva. É comunicação de aprovação da ata da reunião 5ª, visto não ter havido impugnação nos termos regimentais. Então vamos para o item 1 da pauta, deixa o telefone no muda aí por favor quem tá online? Obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos:

1. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2154/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman e superintendente de Mobilidade Urbana, André Santos Dantas FINALIDADE: Apresentar relatório de viagens contidas no período compreendido entre 26 de julho de 2023 até 09 de agosto de 2023, com relação das viagens planejadas e executadas das seguintes linhas operadas pela empresa BH Leste Transportes: 815, 822, 9105, 9208, 9211, 9214, 9250, 5503A e 5503B. Nos termos do Parecer PROLEG 172/2021, requeiro que o prazo de resposta a este requerimento se dê em 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves

Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde Gonçalves?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: por favor, novamente vereadora.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Henrique Braga.

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernandes.

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: vereador professor Juliano Lopes.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo, presidente.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Eu também, vereador Jorge Santos, estou de acordo.

Ver.(a) Bráulio Lara: Eu também estou de acordo, Presidente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio, desculpa Braulio. É porque eu estou pegando para ver o nome da turma. Então está aprovado o requerimento 2154/2023. Item 2 da pauta.

2. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2155/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman e superintendente de Mobilidade Urbana, André Santos Dantas FINALIDADE: Apresentar relatório de viagens contidas no período compreendido entre 26 de julho de 2023 até 09 de agosto de 2023, com relação das viagens planejadas e executadas das seguintes linhas operadas pela empresa TransOeste Transportes: 32, 35, 303, 304, 305, 308, 310, 311, 314, ,315, 318, 319, 325, 329, 330, 332, 335, 336, 337, 340, 3029 e 3350.

Nos termos do Parecer PROLEG 172/2021, requeiro que o prazo de resposta, a este requerimento se dê em 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves. Em discussão, vou colocar em votação como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Henrique Braga? Como vota o vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Professor Juliano Lopes como vota?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Mais uma vez, como vota o vereador Henrique Braga? Eu, vereador Jorge Santos, voto, estou de acordo, então fica aprovado o requerimento de comissão 2155/2023, turno único. Item 3 da pauta.

3. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2156/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Realização de oitiva FINALIDADE: Intimar o Sr. Fabiano Borges, representante legal da empresa Trans Oeste Transportes Urbanos para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato de prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade de prestação de serviços por parte da TransOeste Transportes Urbanos Ltda, no consórcio Dez. DATA: 31 de agosto de 2023 HORÁRIO: 09:30h LOCAL: Plenário Camil Caram HÁ CONVOCAÇÃO DE AUTORIDADE AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves. Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Henrique Braga.

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. Como vota o Vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também Vereador Jorge Santos, estou de acordo. Então fica aprovado o requerimento de comissão 2156/2023 turno único. Item 4 da pauta.

4. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2157/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Realização de visita técnica FINALIDADE: Verificar as condições dos veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros de Belo Horizonte, operado pela empresa BH Leste Transportes S.A. DATA: 18 de agosto de 2023. HORÁRIO: 09:00h LOCAL: rua Magno Moura 286, bairro Nova Vista, Sabará AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves. Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Como vota o vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. Como vota o vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. E eu o vereador Jorge Santos, também estou de acordo. Então está aprovado o requerimento de comissão 2157/2023 turno único, o item 5 da pauta, é um

5. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2158/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Realização de oitiva FINALIDADE: Intimar a Sra. Ester das Graças Ferreira Gomes, representante legal da empresa BHLeste Transportes S.A., para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato de prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade de prestação de serviços por parte da então Viação Torres, sucedida pela BHLeste, bem como sucessivas alterações no estatuto social e nos demais registros da empresa. DATA: 24 de agosto de 2023 HORÁRIO: 09:30h LOCAL: Plenário Camil Caram HÁ CONVOCAÇÃO DE AUTORIDADE AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves. Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley.

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também estou de acordo. Então está aprovado o requerimento 2158/2023 turno único. Item 7 da pauta é um requerimento de comissão 2163/2023. Ele é um turno único, vinculado ao requerimento 873/2023. É uma solicitação de Oitiva, Destinatário do Ministério Público do estado de Minas Gerais. A finalidade do requerimento é um ofício para que seja tornado conhecido, o seis? Perdão. Vamos para o item 6.

6. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2162/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Envio de ofício DESTINATÁRIO: Secretaria da Receita Federal FINALIDADE: Oficiar para que seja tomado conhecimento sobre a instauração desta Comissão, bem como, todos os documentos em anexos, em especial sobre a petição protocolo nº 5393/2023. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves

Ver.(a) Jorge Santos: Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: Já acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também, vereador Jorge Santos, estou de acordo. Então está aprovado o requerimento 2162/2023 turno único. Vamos então agora para o item 7 da pauta.

7. É REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2163/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Envio de ofício DESTINATÁRIO: Ministério Público do Estado de Minas Gerais FINALIDADE: Oficiar para que seja tomado conhecimento sobre a instauração desta Comissão, bem como, todos os documentos em anexos, em especial sobre a petição protocolo nº 5393/2023. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Jorge Santos: Em discussão vereadora?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador para discutir. Eu gostaria de fazer uma retificação aqui, porque seria para o Ministério Público de Contas. E não para o Ministério Público do estado de Minas Gerais.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereadora. Então fica aqui a certificação para o Ministério Público de contas, então em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador, professor Juliano?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley.

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também, vereador Jorge Santos, estou de acordo, então tá aprovado o requerimento 2163, turno único. E tem 8 da pauta. É um:

8. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2164/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Envio de ofício DESTINATÁRIO: Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais FINALIDADE: Oficiar para que seja tomado conhecimento sobre a instauração desta Comissão, bem como, todos os documentos em anexos, em especial sobre a petição protocolo nº 5393/2023. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves. Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também, vereador Jorge Santos, estou de acordo então está aprovado o requerimento de comissão 2164/2023 turno único. Item 9 é um

9. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2165/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Realização de oitiva FINALIDADE: Intimar o representante Legal da Empresa BHLeste Transportes S.A, Nilo Gonçalves Simão Junior, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte da então Viação Torres, sucedida pela BHLeste Transportes S.A, no Consórcio BH Leste, bem como sobre as sucessivas alterações no Estatuto Social e nos demais registros da BHLeste Transportes S.A, além das debêntures emitidas pela BHLeste Transportes S.A. . DATA: 24 de agosto de 2023 HORÁRIO: 09:30h LOCAL: Plenário Camil Caram AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves. Em discussão, por favor, vereadora.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador, é a data a gente poderia deixar ser definido ainda? Por gentileza.

Ver.(a) Jorge Santos: Ok, vocês estão de acordo, vamos colocar então em votação. Como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vereador Jorge Santos, também estou de acordo então fica aprovado o requerimento de comissão 2165/2023 a ser decidido ainda a data. Item 10 na pauta. É um

10. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2166/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior FINALIDADE: Solicita que seja averiguado, pelo MP, eventuais procedimentos investigatórios criminais, em andamento ou arquivados, cujo investigado seja o Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, sobre fatos envolvendo o objeto desta Comissão, bem como sejam encaminhados os autos dos procedimentos porventura identificados na pesquisa. Nos termos do parecer Proleg nº 172/2021, solicito o prazo de 10 dias úteis para a resposta. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves

Ver.(a) Jorge Santos: Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga? Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio.

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley? Como voto o vereador Henrique Braga? Eu, o vereador Jorge Santos, estou de acordo. Então está aprovado o requerimento de comissão 2166/2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Outros documentos recebidos pela comissão são outros assuntos. DOCUMENTO PROT. Nº 005393/2023 (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) ASSUNTO: Prestar espontâneos esclarecimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito Ônibus sem qualidade. AUTORIA: Nilo Gonçalves Simão Júnior, por intermédio de seu advogado, Fábio Henrique Queiroz.

Ver.(a) Jorge Santos: Então encerramos a pauta aqui, vamos voltar então agora para a oitiva, mas antes eu gostaria de falar com os vereadores que estão aqui nesta comissão, sobre a nossa relatora que está abordando aqui um assunto importante. Eu sei que é direito de todos aqueles que são convidados ou convocados para a CPI de estar remoto ou estar presencial. A vereadora gostaria de falar alguma coisa antes da gente entrar, vamos continuar os trabalhos. OK.

Ver.(a) Jorge Santos: Então, só quero registrar a presença virtualmente do secretário André Soares Dantas, superintendente de mobilidade do município de Belo Horizonte, como também está on-line o Francisco Freitas PGM da BH o seu advogado. Antes da gente falar com eles algum vereador deseja falar alguma coisa? Acrescentar alguma coisa? OK

Ver.(a) Jorge Santos: Deixa por favor o microfone no mudo por gentileza? Então nós estamos aqui na oitiva, dessa reunião da testemunha. O Presidente foi

aprovado por esta comissão. A realização de uma oitiva ao requerimento do vereador Jorge Santos, para ouvir o senhor André Soares Dantas, o Presidente solicita a André Soares Dantas que respeite o compromisso nos termos do artigo 203 do código de processo penal e informo que, fazer informações falsas ou negativas ou calar a verdade poderá ocorrer nos crimes de falso testemunho, de acordo com o artigo 342 do código penal. Já encaminhei aí pro secretário, secretário o senhor tem ciência disso por favor?

André Dantas: Bom dia a todos vereadores.

Ver.(a) Jorge Santos: Não estamos conseguindo ouvir o senhor direito secretário. Não estamos conseguindo ouvir o seu áudio. Está muito ruim.

Andre Dantas: Melhorou vereador?

Ver.(a) Jorge Santos: Melhorou.

Andre Dantas: Tá OK. Bom dia a todos, obrigado vereador Jorge Santos, é um prazer estar aqui. Eu, André Soares Dantas, 51 anos de idade, o estado civil casado, residente em Belo Horizonte, Minas Gerais, profissão engenheiro civil, cuja a atividade é desenvolvida no endereço é Rua dos Goytacazes, nº 1451, prometo dizer a verdade, relatando sempre o que souber, explicando sempre as razões da minha ciência sobre o fato ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado senhor secretário. Eu só gostaria de deixar aqui antes da gente abrir os microfones para fazer as perguntas. O Secretário está conseguindo me ouvir direito?

Andre Dantas: Sim senhor vereador.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu só quero colocar aqui, como Presidente dessa comissão, eu sei que é um direito do senhor não estar presencialmente aqui. Mas a gente gostaria se houvesse a possibilidade de poder participar aqui com a gente presencial, até que a gente possa fluir melhor, porque nesse momento o senhor está aí, deve estar na Prefeitura, não sei onde o senhor está ou lá na sala. O senhor está

junto com o seu advogado aí?

Andre Dantas: Sim senhor.

Francisco Freitas - advogado do Andre: Senhor presidente nós estamos aqui nas instalações da SUMOB, onde o André exerce as atividades dele. Eu acho que tem até uma circunstância que talvez vale a pena ele comentar. Porque nós discutimos isso, né. Sobre a participação presencial, que é sempre muito boa, ou online, mas como ele tá num momento específico de um tratamento de saúde, nada, enfim, ele tá bem, ele vai poder prestar o depoimento sem nenhum problema, mas em razão disso inclusive foi a decisão de participar on-line aqui, onde ele está mais bem assistido.

Ver.(a) Jorge Santos: OK. O senhor poderia mostrar a sala aí, se só estar vocês dois, se tem mais alguém aí, por gentileza?

Francisco Freitas - advogado do Andre: Que eu acho que vai ser mais fácil eu aqui, que eu estou com um notebook.

Ver.(a) Jorge Santos: OK. Se houver a possibilidade de um estar próximo do outro, para que os dois apareçam eu agradeço.

Francisco Freitas- advogado do André: Eu acho aqui que vai ser.

Ver.(a) Jorge Santos: Vocês conseguem? porque quando a gente for conversar os dois aparecem, entendeu? Fica melhor e eu também gostaria de colocar aqui para a comissão, o vereador Bráulio e a vereadora Loíde, bem como ele colocou, o advogado falou que ele gostaria de estar presencialmente, devido a um problema de saúde, não pode tá. Eu gostaria de sugerir esta comissão, não sei se vocês estão de acordo, para que a gente pudesse marcar novamente para que ele pudesse estar presencialmente. Porque é um assunto muito importante, uma CPI importante e a participação dele pessoalmente aqui seria melhor e quero dizer bem claro para ele que, mesmo ele estando aqui presencialmente não será destratado nessa comissão, nós não vamos deixar que isso aconteça.

Nós queremos esclarecimento. Eu acho que o Online assim fica muito

distante um do outro. Eu queria trazer isso aqui em discussão para a comissão e queria ouvir os colegas, o que vocês acham? de dar início online mesmo, ou cancelar essa reunião aqui, fazer um novo requerimento para que a gente possa solicitar a presença pessoal dele. Eu gostaria de passar a palavra à vereadora Loíde, quer falar alguma coisa?

Francisco Freitas - advogado do Andre: Oh presidente pela ordem eu queria só fazer uma ponderação.

Ver.(a) Jorge Santos: Pois não, fique à vontade.

Francisco Freitas - advogado do André: Porque na intimação pro depoente já constava a possibilidade de participação on-line. Então eu acredito que nesse caso específico aqui, como a própria intimação já facultava a participação online, evidentemente nós consideramos isso, eu penso que não seria o caso de adiamento e eu vejo também que há vários participantes on-line. Então eu queria colocar essa.

Ver.(a) Jorge Santos: Corretamente, doutor, por isso que eu quero encerrar essa reunião, porque os demais não estão aqui presencialmente. Havia uma agenda. Para que a gente possa estar todos da CPI presente e também o seu cliente presente aqui.

Francisco Freitas - advogado do Andre: Sim, mas eu queria só reafirmar que a intimação já facultou que ocorresse a reunião aqui online, Presidente.

Ver.(a) Jorge Santos: Mas como Presidente da comissão, eu posso encerrar e convocar ele de novo. Não vejo problema nenhum.

Francisco Freitas - advogado do Andre: Feito a ponderação ai, fica a sua apreciação.

Ver.(a) Wesley Moreira: Vereador Jorge?

Ver.(a) Jorge Santos: OK.

Ver.(a) Wesley Moreira: Vereador Jorge, realmente, vossa excelência tem toda essa prerrogativa e depois nós temos que ver também uma questão de até de

norma interna também, pra gente ver alguma alteração nesse sentido.

Ver.(a) Wesley Moreira: Se existe alguma normativa interna da Câmara Municipal que dá essa prerrogativa para participar é tanto presencialmente, como online. Tanto para nós membros vereadores, como também para os convidados ou convidados. De repente a assessoria poderia nos instruir aí de alguma forma.

Ver.(a) Jorge Santos: É uma praxe sim, o senhor está certo, da Câmara Municipal, sempre quando a gente envia o ofício aqui, tanto das comissões, como das CPI, já é uma praxe, uma dessas a gente pode ver da pessoa que foi convocada ou convidada, se ela pode estar virtualmente ou presencialmente.

Mas isso aqui é uma ponderação do presidente da comissão. Entendeu? Que na minha concepção eu acho que se tivesse presencial, a reunião poderia até fluir melhor. Mas eu estou colocando em discussão aqui com os colegas da CPI, caso não haja um acordo, a gente vai continuar. Só que eu não me sinto bem em entrevistá-lo nessa condição de estar completamente on-line.

Ele tem todo o direito, não tira o direito dele, nem do seu advogado. Eles estão com razão. Mas só estou ponderando para que possa haver o encerramento e lá na frente a gente tem um acordo para que ele possa estar presencialmente, porque eu não vejo problema nenhum dele estar presente aqui. Algum vereador queira falar alguma coisa, caso contrário se estiver de acordo, nós vamos continuar oitiva do jeito que está. Abro a fala para os demais membros da comissão.

Ver.(a) Wesley Moreira: Isso, eu assim, estou aqui como membro novamente vereador Wesley e entendo realmente que vossa excelência né, tem toda essa possibilidade dessa decisão, mas num próximo convite ao senhor André, também ele, assim, terá que fazer um acordo informal entre nós, porque ele continuará com o direito de fazer de maneira remota, a não ser que haja alguma deliberação diferente aí, que nós venhamos a entender. Por isso eu entendo que é tranquilo a continuidade do nosso trabalho hoje.

Ver.(a) Jorge Santos: Então tudo bem, então eu só gostaria de solicitar o advogado do secretário e também… deixa no mudo aí por favor pessoal.

Andre Dantas: Eu levantei a mão vereador, o senhor me permite?

Ver.(a) Jorge Santos: já vou já vou abrir a palavra para senhor, só gostaria de pedir ao senhor e ao seu advogado, nós vamos continuar aqui, não vejo problema nenhum, foi só uma ponderação que a gente fez e eu gostaria de pedir, o André, já que eu conheço a sua pessoa, muita gente conhece a sua pessoa também, se o senhor vai voltar mais vezes nessa comissão, será convidado para vir, pode ter certeza que você vai vir aqui, você não vai ser maltratado, isso eu lhe garanto, não vai acontecer isso.

Haverá uma reunião tranquila que se na próxima convocação ou convite da gente assumir um comício de que você esteja conosco pessoalmente, há possibilidade, convoque seu advogado ou você queira falar por favor? Porque eu acharia que pessoalmente aqui a coisa ficaria melhor, mas como está, a gente vai continuar essa oitiva, mas eu queria ver se pudesse entrar num acordo, para que a próxima você tivesse pessoalmente com o seu advogado aqui.

Andre Dantas: Perfeitamente vereador, eu não gostaria de dizer que eu sempre fui muito bem tratado na câmara. Estive aí diversas vezes e tenho felizmente um ótimo relacionamento com todos os vereadores, e que eu admiro o trabalho de todos.

E realmente, nesta ocasião que houve uma recomendação médica, em que houve uma preocupação devido a possibilidade duma extensão do depoimento, e eu consultei dois médicos diferentes e ambos foram categóricos que neste momento eu deveria estar num ambiente onde eu possa me alimentar e rapidamente fazer o meu uso de medicação necessária e mas eu estou sempre à disposição e vocês todos sabem, eu acho que não tenho qualquer restrição aí nessa casa, então eu agradeço se nós continuarmos hoje e pudermos fazer em outras ocasiões também.

Ver.(a) Jorge Santos: OK. então eu quero desejar ao senhor uma boa recuperação se puder passar para gente o ‘que o médico lhe orientou é bom, mas eu só queria deixar aqui, para gente anunciar a possibilidade de a gente fazer um acordo ou se o advogado está aí do lado, da próxima assim que você se recuperar está presencialmente com a gente?

Andre Dantas: Do meu ponto de vista sim, acho que não tem problema nenhum vereador.

Ver.(a) Jorge Santos: Agradeço ao secretário e também agradeço ao seu advogado. Então nós vamos abrir aqui as perguntas, as palavras ao vereador que queira fazer as perguntas ao senhor secretário, por favor vereadores quem gostaria de falar, alguém que já pode começar, vereadora Loíde tem a palavra.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia, bom dia a todos vereadores, bom dia superintendente André Dantas, desejo aí melhoras para o senhor, um momento delicado que o senhor está passando. Nós então estaremos iniciando nossa 6ª reunião aqui da CPI do ônibus sem qualidade.

Então nós iremos tratar aí sobre duas empresas que são a BH Leste Transportes e também a TransOeste, falaremos também sobre a falta de anuência da BH Leste e também falaremos sobre os decêndios dos subsídios que terão que ser pagos por quilometragem e eu gostaria iniciar Superintendente as perguntas para o senhor, mas eu gostaria se por gentileza, se o advogado do senhor pudesse ficar próximo do senhor? Por gentileza para a gente poder iniciar? Eu acho que cabe aí os dois próximos um do outro.

Andre Dantas: nós vamos ter que fazer uma mudança das cadeiras aqui.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu vou então suspender a reunião por cinco minutos.

Francisco Freitas - advogado do André: Não precisa, porque na verdade nós já estamos aqui na mesma mesa, posso vir aqui para ficar mais próximo dele.

Ver.(a) Jorge Santos: Enquanto eles vão mudar ali, eu só vou registrar aqui a presença da Marine Ferreira assessoria da Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte da PBH e NPG e também o Túlio assessor de comunicação da BHTRANS.

Estão aqui presencialmente ou não tá online? Se quiserem fazer parte da mesa fica à vontade, tá? A mesa tá a sua disposição. Já tá dando para ver o advogado ali, é só uma questão de prática para que a gente possa tá acompanhando os dois.

Por favor, vereadora, a senhora tem a palavra.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Está tudo certo aí superintendente? Tudo oK. Então nós vamos iniciar. Eu gostaria de fazer uma pergunta à superintendente, quantas denúncias que a SUMOB recebe em média por dia pelo canal de denúncias do WhatsApp?

Andre Dantas: Vereadora. Eu antes de responder porque a senhora me permite, eu queria falar da minha satisfação de estar aqui, de poder contribuir e de falar um pouco do trabalho que nós viemos fazendo e da minha trajetória, o fato de que eu fui estagiário da BHTRANS desde 1992, depois de uma trajetória aí passando por um doutorado no Japão e trabalhando com o professor na Nova Zelândia e Austrália retornando ao Brasil.

É muito importante destacar que eu cheguei aqui em 14/03/2022 e desde então trabalhei muito na questão da estruturação do subsídio emergencial da lei 11367/2022 que nós construímos muito bem aparado pelo pela Câmara com esforço conjunto para viabilizar uma recuperação da pandemia e melhorar as condições de transporte da população.

E dizer também que sim, nesse período eu tenho me dedicado muito também à questão da lei 11458/2023, que mais uma vez sem o apoio da Câmara não seria possível e assim eu creio que nesse depoimento eu possa trazer alguns elementos importantes. Como a senhora perguntou especificamente os números exatos.

Ver.(a) Jorge Santos: Tem alguém aí com o microfone ligado, por favor.

Andre Dantas: Perfeito. Então, como a senhora perguntou exatamente os dados por dia, eu tenho esses dados, eu posso informá-los mediante um ofício de requerimento da comissão, mas a gente tem uma média por mês desde julho de 2022 até julho de 2023, que é de 1.925 (hum mil e novecentas e vinte e cinco) reclamações por mês. O que totalizam uma média de 64 (sessenta e quatro) reclamações por dia.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, em média são 64 reclamações por dia, e dessas denúncias superintendente, o senhor consegue falar para a gente, quais são as empresas que possuem maiores índices de reclamações? O senhor consegue

planilhar isso e me informar por gentileza? Está sem som.

Andre Dantas: Perdão. Nós também temos esse controle, vereadora, muito detalhado, temos uma planilha que registra tudo isso e eu também posso enviar essa planilha por categoria de reclamação, nós temos isso à disposição.

Mas as empresas que os nossos registros têm colocado como as mais reclamadas, são a SM, a Betânia e a Anchieta, são as três mais reclamadas.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: SM, Betânia e Anchieta?

Andre Dantas: Sim senhora.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Essas denúncias, reclamações que a SUMOB recebe, como é o tratamento? Isso é levado a sério? tem um processo de fiscalização?

Andre Dantas: Sim vereadora. Então assim, desde que nós chegamos aqui, nós estabelecemos um processo muito bem conduzido. Nós recebemos contribuições, a gente entende como contribuições para melhoria da qualidade do transporte, dos usuários por canais, pelo WhatsApp, pelo aplicativo da Prefeitura, por e-mail, às vezes por telefone as pessoas ligam para a SUMOB e tudo isso é registrado por um grupo de pessoas que trabalha nesse atendimento e nós fazemos uma filtragem imediata.

Essa filtragem imediata, ela busca identificar casos emergenciais. Por exemplo, o caso de um ônibus que o passageiro reclamou que estava com o vidro da frente quebrado. Então esse tipo de situação, ele imediatamente é transferido para a nossa fiscalização de rua e estações e uma equipe é mobilizada para parar o veículo, avaliar as condições do veículo, dependendo do tipo de problema, deixar o veículo fazer o término da viagem ou em alguns casos ele é completamente, essa viagem é completamente parada e há uma autuação e nós aguardamos e acompanhamos para que esse veículo volte a ter condições para operar. Esse é um tipo, que nós chamamos de ação emergencial.

O outro lado são ações estruturais, então é quando o passageiro reclama que

ele, por exemplo a linha que tinha uma partida do ponto controle lá no bairro às 6h:15m ela passou para 6h:10m, porque houve um ajuste no quadro de horário. Nós recebemos muito esse tipo de reclamação, essa reclamação, muitas vezes o usuário entende que houve um descumprimento de horário, então nós colocamos uma equipe para estudar se eu realmente ou ver aquele descumprimento de horário e para isso nós utilizamos um sistema muito sofisticado que é o City Bus.

E o City Bus identifica se a viagem saiu de acordo com o que estava planejado, se ela foi realizada da forma como foi planejado. Caso não tenha sido, caso exista qualquer irregularidade, há uma autuação e caso não tenha um problema de operação, a gente avalia para saber se há uma necessidade de alterar o quadro de horário.

Então, quando muitas pessoas reclamam que o ônibus que sai às 6h:15m está saindo às 6h:10m, se for um volume muito grande, cabe uma reunião com a comunidade por meio das comissões regionais de transporte e trânsito. Para avaliar qual é o horário que tem que ser definido lá, que realmente as pessoas querem sair às 6h:15m, não às 6h:10m.

Então, eu quero afirmar, isso é um instrumento fantástico que foi criado, mais uma vez em conjunto com a câmara num acordo que foi celebrado no dia 12/05/2022, um dos itens era a implantação de um canal de atendimento online e de rápido acesso e isso tem sido extremamente proveitoso para gente.

E eu por exemplo, recentemente eu fui verificar uma linha, a linha 9050, porque houve uma série de reclamações em relação a essa linha e nós ajustamos o quadro de horários, inserimos 22 viagens a mais desde o início, desde o dia 8 de julho.

Então eu fui 5 horas da manhã fazer o trajeto nessa linha, uma linha muito extensa, ela passa pelo bairro Esplanada, ela vai na Avenida do Contorno, sobe a avenida Nossa Senhora do Carmo, BH Shopping, Buritis. Então, ela é a linha mais longa de Belo Horizonte e felizmente eu pude constatar que houve realmente um ganho para nossa população. Eu viajei sentado no trajeto todo, muito confortável e pude verificar isso. Então, é um instrumento muito válido e que deve ser continuado

e a gente leva muito isso a sério sim.

Ver.(a) Wesley Moreira: Posso fazer uma pergunta também? neste momento presidente?

Ver.(a) Jorge Santos: Jaja vereador, nós estamos aqui em ordem aqui, já vou te passar, o vereador Bráulio aqui, quer fazer uma pergunta após ele o senhor pode perguntar.

Ver.(a) Wesley Moreira: OK. Obrigado.

Ver.(a) Bráulio Lara: Senhor André Dantas, bom dia. Que o senhor seja bem-vindo a nossa Câmara Municipal.

Andre Dantas: Bom dia vereador.

Ver.(a) Bráulio Lara: Eu quero fazer duas perguntas a respeito do que o senhor já está discorrendo. O senhor disse que as campeãs de reclamação nesse momento são a SM, a Betânia e a Anchieta. Eu gostaria de perguntá-lo sobre primeiro qual é o consórcio que cada uma delas participa? e se essa informação é recente ou o senhor está falando de um relatório com um período mais longo.

A gente gostaria de entender como é essa métrica e essa informação está simbolizando em qual período? Nós temos duas empresas em especial que estão sendo investigadas nesta CPI e que elas não foram citadas. Mesmo assim conversando com CRTTs da região, as pessoas continuam apontando muitos problemas tanto na Transa Oeste como na Torres e a gente queria enxergá-las dentro desse panorama.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então gostaria que o senhor enfatize qual que é o período e qual que é o panorama macro incluindo inclusive essas duas empresas? E só para concluir o que o senhor disse, 9050 ou 9250? Só para saber, porque é 9250, de fato eu sou testemunha aí que é uma linha muito longa e que muita gente também aponta problemas.

Andre Dantas: Perdão vereador, eu me equivoquei, o senhor está certo, é o 9250, são muitos números na cabeça aqui né, peço perdão, só fazer um comentário,

a minha câmara foi desligada, não sei se é o meu microfone também foi desligado, não entendi. eu posso ligá-la?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Por favor.

Andre Dantas: Vereador, nós temos esses dados se referem ao período todo de análise ano passado, desde que foi implantado o serviço e o processamento dessas contribuições. Mas o senhor fazendo o pedido nós teremos todo o prazer de discriminar essas reclamações tanto por mês, como por título de ocorrência, se é descumprimentos, se é do comportamento do motorista, então assim, estou a disposição, realmente o senhor tem muita razão, há um grande fluxo também direcionado às empresas TransOeste e Viação Torres. Eu não saberia precisar exatamente esses números, mais uma vez, esse detalhamento eu posso passar pro senhor com o maior prazer.

Ver.(a) Bráulio Lara: E só para confirmar qual que é o consórcio de cada uma das três que o senhor citou.

Andre Dantas: Olha dá S&M, eu tenho certeza que é o consórcio BH Leste, e as outras eu não vou lembrar nesse momento aqui.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley.

Ver.(a) Wesley Moreira: Obrigado Presidente. Bom dia, superintendente André Dantas, bom dia senhor, Doutor Francisco, mais uma vez sejam bem-vindos aqui a Câmara Municipal.

Primeiro eu gostaria, eu vou listar algumas perguntas e durante a oitiva a gente vai fazer outras também.

Hoje existe essa questão de BHTRANS e SUMOB, como está funcionando isso hoje na prefeitura? A gente entende que existe esses dois órgãos hoje atuando quando o assunto é mobilidade urbana aí nós temos a BHTRANS acredito que em campo, na rua, fazendo a fiscalização, autuando multando e a SUMOB com papel dela, que eu gostaria de entender como que está essa divisão hoje, para podermos continuarmos aqui conduzindo até mesmo ofícios que serão feitos, então hoje eu

ainda venho meio que confuso dessa divisão.

Outra coisa eu gostaria de ouvir aqui, com muita verdade, porque no início o nosso superintendente fez o compromisso de falar a verdade, sabendo de toda a responsabilidade daquilo que ele está falando aqui neste momento, de ouvir dele mesmo um parecer bem sincero em relação a esses serviços, que essas duas empresas são alvo da nossa CPI, desse serviço que elas estão prestando hoje à população belo-horizontina.

Nós estivemos antes de ontem na empresa TransOeste, ouvimos do próprio diretor presidente da empresa, onde o mesmo assumiu que os ônibus deles são os mais velhos, que realmente que está ao ponto de ter que receber 44 novos ônibus no universo de uma frota de hoje de como ele passou para nós de 98 ônibus.

Ver.(a) Wesley Moreira: Então, ou seja, assim para quem vive aqui a situação real desse serviço prestado por essa empresa realmente chega a ser assim, quase que criminoso o que está sendo feito. Eu gostaria de ouvir também a opinião de vossa excelência sobre o serviço que está sendo prestado hoje por essas empresas. Deixa eu ver aqui, eu acredito que a relatora deve fazer mais outras perguntas para frente e então eu vou deixar por enquanto só essas e se as perguntas não forem feitas pela relatora, eu estou com algumas perguntas que eu gostaria de fazer mais para frente. Obrigado.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Presidente, depois da pergunta do vereador Wesley, se possível eu gostaria também de fazer uma pergunta.

Ver.(a) Jorge Santos: Sim. Depois nós vamos passar tá vereador Juliano? Porque ainda temos vereadores presencialmente aqui para a pergunta e já anotei o nome do senhor aqui.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Obrigado.

Francisco Freitas - advogado do Andre: É só uma questão procedimental, porque nós não estamos vendo aqui nenhuma imagem aí do espaço. Não sei se isso é de fato, é assim ou se haveria como a gente vê.

Ver.(a) Jorge Santos: Câmera está ativada doutor Francisco, eu estou vendo o André e o advogado deles, estão vendo a gente. O Vereador Wesley já fez a sua pergunta?

Ver.(a) Wesley Moreira: Presidente, por enquanto vou fazer essas duas e mais para frente, conforme for.

Ver.(a) Jorge Santos: O André vai responder às suas perguntas.

Ver.(a) Wesley Moreira: E eu gostaria que, acaba que as perguntas as respostas estão sendo muito prolongadas, se pudesse ser mais ágil aí nessas respostas, eu agradeço.

Ver.(a) Jorge Santos: Por favor André.

Andre Dantas: Perfeitamente. Eu peço perdão, viu o vereador Wesley se eu me alonguei, eu vou tentar ser mais sucinto. Só que o doutor Francisco estava colocando, o Presidente vereador Jorge Santos é que nós não estamos vendo vocês. Não sei se isso é o padrão, mas enfim o vereador Wesley excelentes perguntas, obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu consigo ver vocês e eu estou me vendo aqui no computador e também na tela não sei o quê que está acontecendo aí.

Andre Dantas: Tá. Posso continuar vereador? Presidente? Alô.

Ver.(a) Jorge Santos: Consegue me ver, André?

Andre Dantas: Não, senhor, vereador.

Ver.(a) Jorge Santos: Por exemplo, a sala que está aí o símbolo da câmera você não consegue ver. Mas no meu caso você tinha que me ver. Você está me vendo ou não?

Andre Dantas: Não senhor.

Ver.(a) Bráulio Lara: André só pra tentar te ajudar aí. O som do plenário sai pelo perfil secção e o vídeo sai pelo perfil da presidência. Então vocês têm que

colocar na tela aí todas as pessoas que aí vocês vão ver as imagens.

Andre Dantas: É, mas em ambos os computadores nós estamos dando em dois computadores, nenhum dos dois aparecem nessas imagens.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas no celular aqui está OK.

Andre Dantas: Está bom. Então seguimos então. infelizmente.

Ver.(a) Jorge Santos: OK. Pode responder a pergunta aí e seja objetivo nas respostas por favor André.

Andre Dantas: Perfeito. É o seguinte, em relação ao papel da BHTRANS e SUMOB, em síntese desde 11 de julho de 2023, nós temos a seguinte estruturação, a SUMOB é a gestora fiscalizadora e controla o contrato de concessão dos ônibus, A BHTRANS hoje está muito focada na questão do trânsito. Certo? As definições legais agora são que eles cuidam do trânsito e nós cuidamos do transporte. Mas, obviamente nós contamos com a ajuda da BHTRANS porque eles têm agentes de fiscalização na diretoria regional de operações que nos ajudam na fiscalização.

Então em síntese é isso.

O parecer, vereador Wesley, eu queria dizer pro senhor que é o seguinte, de forma muito sincera não está bom, não está bom e precisa melhorar. Agora eu vejo uma perspectiva, de uma recuperação daquilo que estava historicamente prejudicado, com um modelo de financiamento inadequado a consequência disso que nós estamos vivendo e então eu vejo boas perspectivas porque nós conseguimos construir um novo modelo de financiamento que vai ajudar a gente a ter a compra de veículos novos, como foi, o senhor foi informado em relação a viação TransOeste.

Devo destacar que eu não conheço nenhuma garagem, nunca fui convidado e nunca tive oportunidade de conhecer, eu não sei avaliar exatamente a infraestrutura dessas empresas aqui.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora Loíde, por favor.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos: Depois eu passo pro vereador Juliano.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Superintendente, no dia 19 de maio, a empresa TransOeste teve 15 veículos com a autorização de tráfego recolhida e diante disso, o superintendente saberia me informar, o que aconteceu com estes veículos e se os mesmos já receberam autorização de volta?

Andre Dantas: Perfeito. Vereadora nós temos obviamente uma coisa muito dinâmica, a data do dia 19 de maio para mim, não vem à memória nada que chegou muito operacional. Se um veículo é fiscalizado e existe alguma irregularidade, ele é recolhido. Mais uma vez, mediante requerimento, teria todo o prazer de informar.

Mas o processo é o seguinte, a autorização de tráfego quando ela é recolhida, o veículo fica impedido de operar, recebe uma autuação, e consequentemente mediante a Lei 11.458, ele para naquele momento e aquela viagem em todas as outras seguintes, ele para de receber a remuneração complementar até que se prove que ele está regular. Então esse é um mecanismo muito interessante que nós adotamos que vai nos ajudar a criar um entre aspas um incentivo para que as empresas adotem uma conduta adequada.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor ficou sabendo desses 15 veículos que tiveram sua autorização de tráfego recolhida? O senhor teve conhecimento?

Andre Dantas: Como eu disse vereadora, todos os dias eu recebo relatos inúmeros. Nós temos uma equipe que me manda diariamente todas as operações que acontecem na cidade, as fiscalizações e como foi apresentado na coletiva do primeiro decêndio da Lei 11458, nós recolhemos 23 veículos nos primeiros dez dias de início da lei.

Então assim, eu mais uma vez, eu peço desculpas, eu não lembro especificamente se eu recebi, eu devo ter recebido, mas ser preciso, eu tenho certeza, eu posso garantir que as equipes fizeram a fiscalização, fazem a fiscalização, continuarão fazendo e os as devidas medidas cabíveis são adotadas.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então o senhor não sabe, exatamente desses 15 veículos aí da TransOeste, então o senhor não tem conhecimento de quais foram, nem que linhas que eles operam, né?

Andre Dantas: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ontem. Anteontem nós realizamos uma visita técnica lá na empresa TransOeste e assim durante a fala do senhor Fabiano ele relatava a todo momento que ele não tinha capacidade financeira para fornecer um transporte de qualidade e nem mesmo manter os salários dos funcionários e está sobrevivendo assim, por causa dos subsídios. E mesmo diante dessas falas dele, isso não chegou ao conhecimento aí da superintendência, da SUMOB?

Andre Dantas: Vereadora eu o nosso contato formal, principalmente o superintendente ele tem uma relação institucional com um representante legal das empresas que é o sindicato é o SETRA e com o consórcio operacional Transfácil.

Então assim eu não conheço o dono, o diretor da TransOeste então assim é uma é uma situação que nós tratamos no nível macro se eu me envolver nas trinta e quatro empresas individualmente tiver um relacionamento com elas fica muito difícil realizar o trabalho.

Ver.(a) Bráulio Lara: André, se me permite? Conforme a vereadora Loíde Gonçalves colocou, nós tivemos essa visita técnica na garagem da TransOeste e quando o diretor fez essa colocação, ele colocou de fato que graças a Deus veio o subsídio, senão a situação estaria insustentável.

Mas aí a gente começa a ter alguns questionamentos e eu gostaria de confrontar em cima dos que o senhor está acabando de dizer.

E pelo o que eu entendi, o dinheiro que a prefeitura está pagando de subsídio, não está sendo feito diretamente a empresa. Pelo o que eu entendi, ele vai para uma espécie de câmara de compensação, que é a mesma câmara de compensação que faz a regulação aí de distribuição financeira do recolhimento de vale-transporte.

E obviamente como a gente vê que vai ter linha que roda mais, linha que roda

menos, como que vocês da SUMOB então fazem de fato esse controle, como que vocês fazem a confrontação da contabilidade, se você não tem acesso a empresa como que você vai fazer essa aferição porque no final de contas a o município tá pagando subsídio diretamente para que essas empresas entreguem o melhor serviço. E se não tiver esse controle pormenorizado, como que a gente vai garantir a qualidade para as empresas perante o cidadão, os clientes do processo?

Andre Dantas: Perfeito, vereador. É importante destacar em primeiro momento que a relação contratual é com os consórcios.

Segundo esses consórcios eles tem uma atuação solidária e as empresas que os compõem têm que atuar para prestar o serviço. Existe uma definição de uma ordem de serviço para que o consórcio realize por meio das empresas, nós não especificamos qual é a empresa que vai fazer qual viagem. Isto foi um contrato que foi estabelecido e a lógica para isto é que exista uma flexibilidade da locação do veículo da melhor forma possível.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vamos lá, é um ponto importantíssimo porque a CPI não está investigando o consórcio, está investigando empresas. E essa percepção se a empresa está falhando a responsabilidade não é dela, a responsabilidade é só do consórcio? Como que o consórcio então entra nessa gestão? Como que a ação tanto de injeção de recurso que a prefeitura está pagando para que eles entreguem um bom trabalho, mas de repente na ponta a percepção é que a empresa que é responsável não é o consórcio. Isso não está ficando muito nebuloso não?

Andre Dantas: Não senhor. Assim eu gostaria de esclarecer, o senhor me permite continuar o raciocínio? É o seguinte, o além define nós do decreto e define que nós façamos a transferência dos recursos para o consórcio operacional Transfácil.

E lá eles têm a obrigação de distribuir os recursos para os consórcios e consequentemente as empresas. Para nós, importa a realização da viagem, se a viagem é realizada, nós estamos controlando se ela é realizada na hora certa, no itinerário certo pelo veículo especificado, está tudo. Para nós se a aviação A ou aviação B isso independe. Certo?

Agora nós precisamos separar vereadores, isso tudo é transparente, isso tudo está no portal da SUMOB, todos os dados de quem fez o que, e qual foi o valor que foi transferido, qual foi o valor da remuneração complementar, tá tudo lá, o senhor pode fazer uma busca, nós temos um painel muito sofisticado que nos permite selecionar exatamente quais foram os valores que foram transferidos.

Então assim, nós estamos muito tranquilos porque nebulosidade é o que não existe. Agora é preciso também dar um passo para trás. Me permita se eu vou me estender um pouquinho aqui, é entender as causas históricas da situação que nós chegamos.

Andre Dantas: A Câmara Municipal com a Prefeitura desenvolveu uma alteração do modelo de remuneração, alteração do contrato, nós quebramos a estrutura de remuneração que limitava o investimento no transporte coletivo só em função da tarifa. Hoje nós temos trinta e três por cento aproximadamente do valor dos custos que são correspondidos pelo investimento da população de Belo Horizonte. Isso é muito importante para daqui para frente.

Agora o efeito histórico de 2008 até 2023 é uma falta de uma capacidade de investimento que se depara e principalmente depois de um processo de como nós todos sabemos que afetou a sociedade e o setor de transporte não é diferente houve uma deterioração em que se vê uma situação que há que se converter ter comprar quase cinquenta por cento dos vendas. Então assim nós não podemos esquecer de toda uma situação histórica, que nós felizmente conseguimos dar uma volta por cima.

Agora nós precisamos, como o senhor muito bem faz e eu aplaudo e quero falar publicamente da seriedade com que o senhor atua, verificar exatamente se as viagens são cumpridas com as condicionantes cumpridas, para que as reclamações não existam mais para que o serviço melhore. E isso nós estamos fazendo e como repito 11 (onze) de julho de 2023 a SUMOB assume uma nova estrutura, uma nova política, com novos valores, uma nova filosofia que nos permite dar a transparência tão desejada e os resultados que vão ser construídos gradualmente.

Ver.(a) Bráulio Lara: É, senhor André, eu vou, se me permite, vou complementar aqui, eu vou fazer a pergunta até de uma forma bem popular pras

pessoas que estão nos acompanhando entenderem, a SUMOB sabe quanto de subsídio a Trans Oeste recebeu?

Andre Dantas: Sim, com certeza. É, eu não, perdão. Nós sabemos o quanto o consórcio ao qual a TransOeste recebeu e nós temos condições de extrapolar para chegar na participação dela em condições normais.

Ver.(a) Bráulio Lara: É esse é o problema.

Andre Dantas: vereador, desculpe, mas não é prerrogativa legal da SUMOB, da prefeitura de Belo Horizonte, se for nós assim teremos.

Ver.(a) Wesley Moreira: É. Eu acho que dá da CPI é uma prerrogativa legal, eu acho importante para nós aí dentro dessa tribuna do vereador Bráulio já também comentando com a nossa relatora e pro nosso presidente com toda licença, nós já pensarmos esse requerimento nós tivemos duzentos e vinte milhões aproximadamente na pandemia de subsídio que foi desse modelo irregular dessa compra antecipada de vale transporte, que tem hoje está aí sobre a em situação nebulosa.

Depois tivemos um outro subsídio aprovado e mais duzentos e trinta e sete, estou falando de quase meio bi que já foi enviado a essas empresas, seria interessante nós realmente destrincharmos e conseguirmos chegar ao que cada empresa recebeu. Fazer isso via requerimento, pedido de informação.

Andre Dantas: Perfeitamente, vereador, da minha parte, tudo que tiver dentro da legalidade, A SUMOB contribui da melhor forma possível, né, importante destacar, eu recebi no começo da semana uma série de requerimentos que nós estamos preparando as respostas, devem ser submetidos nas próximas horas, não tem problema nenhum todo tipo de dado que for solicitado, será encaminhado com a maior qualidade, maior transparência possível assim, mas eu ressalto a nossa relação contratual de exigência daquilo que é feito é com os consórcios.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: André, só mais uma pergunta aqui. A contabilidade tem que apresentar esses números. O senhor não teve acesso ainda a esses números? Pela contabilidade? De quanto que cada empresa recebeu, de acordo com

a concessionária?

Andre Dantas: Veja bem, vereadora, como a senhora fala contabilidade nós temos os registros daquilo que nós repassamos para cada para o consórcio operacional, que repassa para os respectivos consórcios de empresas.

A gente, nós encaminhamos os recursos e eles tem que ser distribuídos lá. Como eles são distribuídos lá, eles têm uma regra própria mediante a partir.

Ver.(a) Bráulio Lara: André, mas olha só, esse é o ponto chave. Porque o senhor bem disse, são trinta e quatro empresas. Então, se a gente pegar cem por cento e dividir por trinta e três, trinta e quatro, a média aí é que cada empresa deve aproximadamente representar três por cento do sistema como um todo.

Eu estou fazendo só uma conta de chegada. Se a regra de três por cento por empresa é uma regra pré-estabelecida pelos consórcios, se a empresa operacionalmente começar a falhar com as viagens, com os quadros de horários, esse percentual está mexendo. Ele está variando. E se a SUMOB não entrar entendendo, supervisionando, fiscalizando a própria base ela vai viver na caixa preta.

E a gente já viu essa história de caixa preta aqui da BHTRANS no passado, por quê? Uma coisa é se o dinheiro fosse só do consórcio recebido lá pela Transfácil, mas agora o dinheiro público entrou no sistema.

E se o dinheiro público entrou no sistema, nós precisamos de ter a informação detalhada, porque se vocês poder público não sabem quanto chegou na mão da TransOeste o que que a gente vai cobrar da TransOeste? É isso que está faltando e por isso a gente está fazendo essas perguntas e a gente está no início de trabalho aqui da CPI, porque é necessário saber exatamente o que que o dinheiro está fazendo.

Porque se a empresa está recebendo e não está entregando um bom serviço se a empresa está recebendo e está cheio de minha reclamação lá no WhatsApp a intervenção tem que ser pontual, não pode ficar com essa conversa do tipo, as empresas de ônibus, não, agora a gente quer saber o seguinte, a TransOeste, a Torres, a SM, a Viação Betânia, Anchieta e assim sucessivamente agora a gente não

pode vivenciar mais história sem dar nome aos bois, agora tem que ter nome e responsável de cada um desses das prestações de serviço das empresas para que a gente possa realmente fiscalizar e principalmente o cidadão lá na ponta espera isso da câmara.

Nós queremos que o sistema de mobilidade funcione bem na cidade. Então eu volto a reiterar, que precisamos de entender quanto de dinheiro cada operador de transporte está recebendo e o que que ele está fazendo com isso?

Andre Dantas: Bom, vereador e eu volto a reiterar o seguinte, o que for da competência da SUMOB, nós formaremos e enviaremos no mais detalhado possível que existir, nós não mediremos esforços para que isto aconteça.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quem tem algum microfone ligado que está dando interferência aqui.

André então, assim, isso deixa assim muitas dúvidas aqui para essa CPI. Porque valores já estão sendo pagos. Foi afirmado lá pelo diretor da TransOeste que ele já está inclusive adquirindo novos veículos, então como esses valores estão sendo repassados? De onde que sai essa matemática? Está tendo fiscalização direta sobre isso? Porque durante a visita técnica, naquele exato momento nós recebemos uma denúncia por um usuário de que um ônibus havia saído da garagem com uma placa escrito porta estragada.

Com certeza eu não sei, ah talvez algum usuário já deve ter até mandado essa foto para o grupo do WhatsApp, como que uma empresa dessa que demonstrou o tempo todo que não está tendo capacidade financeira vai adquirir já está no processo de adquirir quarenta e cinco ônibus, foi 30 (trinta) milhões. De onde saiu essa conta? Como que consegue chegar nessa conta?

Andre Dantas: Bom, se eu entendi a senhora quer saber qual é a distribuição dentro dos consórcios?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim. Dentro dos consórcios porque o senhor não conseguiu. O senhor falou para a gente aqui, que não é de competência da SUMOB saber isso. Que quem tem competência para passar os recursos de acordo com as

concessionárias, mas o dinheiro sai de onde?

Andre Dantas: Perfeitamente. Bom, vereadora, destacando o meu entendimento contratualmente, mais uma vez, a nossa relação é com os consórcios.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O som está bem ruim.

Andre Dantas: Tá me ouvindo Vereadora?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Será que minha microfonia entre vocês dois pro advogado desliga o microfone dele então?

Andre Dantas: Ele tá com o microfone desligado.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pode falar.

Andre Dantas: Então, volto a insistir a participação, detalhamento eu acho que isso pode ser consultado aos consórcios, nós temos quatro consórcios que podem até explicar como é que é essa divisão lá, eu acho que não é problema nenhum, mas não acho que é o trabalho da SUMOB, verificar se a qual o dinheiro que chegou para consertar a porta. Não entendo que isso contratualmente legalmente seja a responsabilidade, que a SUMOB tem que ver é o resultado.

Ver.(a) Bráulio Lara: André, olha só a gente fica preocupado com essas falas porque hoje você é a maior autoridade em mobilidade dentro da cidade. Quando você fala dessa forma, dá a entender que ninguém está fazendo. Porque se não é a SUMOB, então é a BHTRANS porque se não for nenhuma das duas aí a gente já está aqui realmente tendo uma confirmação de que ninguém está olhando por isso.

Esse caso que a vereadora Loíde Gonçalves acabou de colocar nos foi relatado por um CRTT que acompanhou a visita lá na garagem da TransOeste. Ele deixou muito claro e mostrou com foto que um ônibus saiu sem a porta tal funcionando a plaquinha na porta, porta com defeito.

Ele saiu da garagem. Se ele saiu da garagem, ele foi trabalhar, ele foi entrar na rota, ele abriu viagem, ele entrou no circuito, entrou passageiro dentro desse ônibus. Que horas o poder público vai dar notícia disso? Que horas que a empresa

deixou bem claro para a gente, que ela mesmo na porta de saída da garagem não consegue aferir isso tudo? Que horas que a gente vai fiscalizar isso? Ou a gente vai ficar esperando o problema estar na mão do cliente, usuário final? depois ficar correndo.

Porque eles estão recebendo. É dinheiro. E isso nos preocupa muito. Como que um veículo sem qualidade, com defeito, sai da garagem e a gente nem sabe o que vai ser vai acontecer se ninguém mandar um WhatsApp vai ficar por isso mesmo? Como se dá essa fiscalização e quem é o responsável por ela?

Ver.(a) Jorge Santos: Só acrescentando, André, antes de você responder, só pegando o gancho da palavra do Bráulio, nós tivemos lá nessa visita e eu mesmo fiz a pergunta direto ao diretor da empresa falando para ele que a gente teve ali como se fosse uma denúncia E foi uma denúncia e quando eu perguntei para ele, você não sabe se ele não está vendo? Ele falou eu não sei eu não vi.

Quer dizer, o próprio diretor da empresa tinha conhecimento de que o ônibus havia saído com a porta com a placa lá e outras coisas a gente perguntou, nem ele mesmo sabe e ele não tem conhecimento nenhum.

Andre Dantas: Perfeito. Bom, eu acho que nós temos que separar as coisas aqui para a gente poder andar para frente, Sim. Há um processo de fiscalização sim intenso, que acontece todos os dias pelas nossas equipes.

Ver.(a) Jorge Santos: Se há um processo de fiscalização, essa empresa não está sendo fiscalizada. Porque o que a gente tem visto lá a TransOeste não está sendo fiscalizada. Eu não sei se você tem algum documento, alguma coisa deste mês passado se a fiscalização esteve lá. O que eu te falo, pelo que eu vim lá, se eu fosse um fiscal eu fecharia aquilo lá. Porquê da condição que está não tem como rodar. Os ônibus tudo velho, uma situação completamente precária e continua recebendo o dinheiro e tá prestando um serviço de má qualidade.

Andre Dantas: Perfeito, então o senhor me permite? Sim, são fiscalizadas, nós temos um relatório muito detalhado das fiscalizações, posso encaminhar para vocês. Obviamente associado ao nível de reclamação a nível de fiscalização que se intensifica.

Ver.(a) Jorge Santos: Desse relatório que você falou que tem você pode citar algum pra gente. Que foi notificado? Alguma coisa você não chega a ler, não chega às suas mãos? Ou você só tem notícia, foi lá, fez um relatório, fez a notificação, mas você pode esclarecer pra gente algumas coisas que os fiscais já tem que estar lá nessa visita?

Andre Dantas: Sim. Mas não é visita. Nós não houve alterações muito específicas como a Viação TransOeste em que houve uma operação que recolheu vários veículos e isso gerou uma modificação da atitude e foram consertados.

Assim, eu posso dizer pro senhor que os relatórios chegam para mim sim, tem aqui por exemplo que em 2023, 199 (cento e noventa e nove) operações de fiscalização foram feitas as verificações de itens na viação torres foram realizados na TransOeste foram duzentos e dezesseis certo? Então nós estamos prestando atenção sim e esse informe detalhado do que que foi detectado em cada uma dessas operações é passível de fornecimento para vocês com certeza e quero dizer que isso é utilizado tanto para as autuações contratuais quanto para penalização a partir do dia 8 (oito) de julho em relação a remuneração complementar.

Andre Dantas: Então assim, há uma punição específica caso o comportamento. Hoje se a empresa não tem o ar-condicionado funcionando ela perde aquela viagem e as seguintes como por exemplo então, se o dinheiro não chegar lá para consertar o ônibus, o ar-condicionado, eles vão ser penalizados e obviamente eles devem brigar para que esse dinheiro chegue lá.

Então, é um é um trabalho muito intenso que a gente faz para ver o seu resultado tá chegando no ponto. Agora isso tudo nós estamos mudando como eu disse anteriormente uma perspectiva histórica em que esse controle do resultado era feito de forma diferente, agora nós temos incentivos para que ele seja diferente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: senhor André, o senhor poderia me informar se a Viação Torres ainda continua circulando?

Andre Dantas: Vereadora, oficialmente os nossos registros apontam que todos os vínculos operando das linhas cadastradas são da Viação Torres.

Ver.(a) Jorge Santos: Só um minutinho eu tinha o vereador Juliano estava agora está e ainda Juliano? Vereador Juliano Lopes. Por favor, pode fazer a pergunta do senhor. Por gentileza.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Obrigado, primeiramente parabéns, obrigado André pela participação aqui, a todos os vereadores, eu infelizmente houve um erro da minha assessoria, eu acabei perdendo a visita a TransOeste, que eu queria muito estar presente.

Acabei me encontrando no Barreiro com o vereador Wesley que havia me informado. Houve um erro da minha assessoria de não marcar essa visita. Mas queria perguntar no caso do André vir acompanhando a fala dele, sabe André, para a população quem presta o serviço é a empresa. Não é o consórcio. E em relação à viagem de São Torres, está o Wesley também que mora aqui no Barreiro, a gente recebe muita reclamação deles.

Olha, semana passada eu relatei na CPI que eu estava saindo, eu moro próximo à Estação Diamante. Eu estava saindo próximo da estação da minha residência na minha residência quando eu entrei na lateral da Estação Diamante indo para Vila do Minério. Havia um ônibus deles azul com alerta aceso e aí eu parei ao lado e perguntei o que que está acontecendo? O motorista falou que o ônibus estragou. Estava com uma camisa com bolsos e TransOeste.

Eu entrei na via do minério para parar o carro porque se eu parasse o carro ali eu ia tumultuar todo o trânsito. E não demorei mais que cinco minutos até achar uma vaga para parar. Quando eu voltei o ônibus já tinha arrancado indo embora.

Enfim, eu venho mais ou menos quase um ano fazendo críticas a essa empresa. Então o que o que a gente percebe aqui o Wesley está aqui, o Henrique também que é do barreiro, a gente que vive diariamente aqui. Minha mãe é usuária de transporte público, é que eles não cumprem os horários, essa empresa desrespeita o usuário, ela é uma vergonha aqui pro Barreiro.

95% das linhas dela, atuam no barreiro e essa visita foi feita na quinta e o relato que eu estive conversando com alguns vereadores, principalmente o vereador Wesley, é que eles não têm condição nenhuma, nenhuma de ficar operando no

transporte público de Belo Horizonte. A pergunta é bem clara.

Eu sei que o contrato que o que você tem contrato diretamente, contato, diretamente com o SETRA, que representa todos os consórcios diretamente cada consórcio tem as suas empresas, mas de quem vai ser a responsabilidade de tirar do sistema, de excluir do sistema essa TransOeste, até que ela realmente cumpra o papel dela. Porque olha pula os horários, os ônibus são muito antigos, é um desrespeito que eles fazem aqui.

Então é o seguinte, eles já estão recebendo recurso público e aí aplica a multa porque está com a porta aberta porque onze por horário, eles vão continuar insistindo nisso ou será que tem que ter algum órgão responsável por eliminar essa TransOeste e que o próprio Setra acampe essa empresa essas linhas aqui do Barreiro. Porque olha pelo que eu estou sabendo pela pelos relatos do vereador Wesley, que ontem acabou nos encontrando aqui num restaurante no Barreiro. Eles não têm condições nenhuma de continuar no sistema. Então será que o Setra que vai acompanhá-los, ou será de quem essa responsabilidade de parar de mandar o recurso para eles.

Porque olha, eu volto falar viu ô André com todo respeito essa empresa já passou da hora de sair do sistema de transporte público em Belo Horizonte. Se você quiser fazer uma visita aqui na Estação Diamante, se o senhor quiser chegar aqui qualquer hora e andar em qualquer ônibus, não vou falar todos, mas noventa por cento da linha dos ônibus deles eles desrespeitam, eles pulam os horários, eles pulam um, dois, três horários para poder o onze do próximo horário sair mais cheio que eles possam realmente pensar.

Eu sei que mudou a lei, que agora eles recebem por quilômetro rodado. Foi uma alteração aqui da câmara junto com a com a prefeitura. Mas até quando até quando eles vão ficar driblando o poder público enganando a população. Volto a falar. Eu sei que o contato de vocês é com o SETRA que tem o contato com o consórcio que diretamente essa empresa faz parte dum consórcio.

Mas olha eu acho que essa empresa já teve chance demais e se nos próximos no máximo sessenta dias eles continuarem recebendo recurso público e continuar prestando esse serviço de má qualidade quem é que vai acampar essa TransOeste

porque o próprio dono já disse pros vereadores na visita técnica já diz para mim, que ele não tem condição se não fosse o subsídio.

E aí vamos ficar empurrando a barriga com uma empresa que infelizmente não fez o investimento de frota, não respeita os proprietários e continua no transporte público, operando no transporte. Então assim, quem é essa responsabilidade, quem é que bate o martelo e fala, TransOeste, você chegou no seu limite. O poder público não se suporta mais, a população não aguenta mais a partir de agora quem vai acampar ela é a empresa tal, tal, tal.

Enfim. Não sei como é que vai ser isso. Porque eu vou assistir. Eles têm é é eles não têm capacidade financeira e de gestão de continuar operando o sistema de transporte público. Eu espero que eu possa estar queimando a minha língua em relação a TransOeste.

Andre Dantas: Bom Vereador, eu agradeço o relato do senhor, que se une a muitos outros, eu compartilho da insatisfação que o senhor tem e os usuários têm e expressam para gente isso.

Eu já fui ao Barreiro e algumas vezes de ônibus e a linha trinta e três aqui no centro. Fui até lá para reunião do CRTT algumas vezes. Nós assumimos aqui, conhecimento da situação, nós temos agido muito duramente, nós notificamos contratualmente o consórcio dez, ao qual a TransOeste pertence.

Nós notificamos, eles fizeram recurso que tá em análise, é uma multa contratual pesada, mas o que eu acho que além disso que é cumprir o papel da SUMOB intensamente, o senhor está corretíssimo, se a situação não mudar, principalmente agora em que nós temos uma locação de dinheiro público de forma intensiva, nós exigimos é através do representante legal constituído que é o SETRA, providências para que o consórcio Dez assuma isso, essas operações lá, é um é uma iniciativa que se tiver que ser feita será, não existe qualquer restrição da nossa parte de tapar o sol com a peneira tá? Eu posso garantir pro senhor que nós estamos atentos e vamos buscar resolução disso.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Eu agradeço ao André só te peço encarecidamente que olhe a situação dessa empresa com carinho, sabe? Eles já

chegaram no limite, eles são desrespeitosos com a população. Eles enganam a população. Os ônibus são muito velhos. 90% da frota é antiga. Eles podem continuar recebendo recurso pelo consórcio e pode continuar também prestando esse serviço de péssima qualidade. Péssimo.

Hoje ficou muito fácil com a rede social, eu tenho vários vídeos aqui, várias reclamações. Eu não, a maioria dos vereadores tem. As pessoas hoje estão incomodadas. E para eles, para aqueles que prestam serviço, que deveriam prestar um serviço de qualidade tanto faz, sabe? A impressão que faz, tanto faz se o ônibus é velho, se pula o horário e quem tem lá na ponta,

Quem tá na ponta usando o transporte vem sofrendo muito aqui no Barreiro. Então eu agradeço a você e eu espero um dia se eles não realmente se adequarem ao sistema, que eles sejam extintos, sabe? Que eles sejam realmente extintos em outra empresa que tem capacidade de melhor gestão possa pegar a TransOeste.

Porque nós sabemos que tem empresas sérias também no sistema. Nós sabemos que tem pessoas sérias, pessoas que têm ônibus bons e que esses maus prestadores de serviço que é o caso específico dessa TransOeste serão banidos do sistema se caso eles não se caso continuem cometendo essas irregularidades. Da minha parte está muito tranquilo obrigado pelas informações.

Andre Dantas: obrigado vereador, vereador eu só queria pedir se eu puder fazer um breve intervalo. só para eu tomar minha medicação, é possível?

Ver.(a) Jorge Santos: OK. dez minutos por favor, suspende a reunião por dez minutos, às onze horas.

Ver.(a) Jorge Santos: São onze horas e sete minutos, retornamos aqui aos nossos trabalhos novamente. E conseguiu tomar aí os medicamentos direitinho André?

Andre Dantas: Sim senhor vereador obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos: OK vereador Bráulio, continuando as perguntas.

Ver.(a) Bráulio Lara: vamos lá então, senhor André Dantas, eu gostaria de

retomar o raciocínio da questão de como é que vocês estão fazendo essa fiscalização no sentido de rastrear esse controle de início, meio e fim.

Se o que o senhor reportou é que a conversa da SUMOB vai só até o consórcio, no caso da empresa está descumprindo algum item, pelo visto não há como aferir esse descumprimento de uma forma objetiva. Se ninguém reclamar certamente não vão haver evidências nem que há cumprimento e que dirá quando houver descumprimentos deles serem reportados.

Além disso, nós temos a maior preocupação justamente com o uso do dinheiro público pelo vereador Jorge Santos. Porque se agora falar em consórcio com dinheiro público é diferente de falar em consórcio quando o dinheiro da receita do sistema, era só recolhimento de vale-transporte e tarifa recebida na roleta.

Então a gente chega agora no momento que o dinheiro está indo até a empresa. Se vocês não estão fiscalizando eu acho que isso entendo que há um erro. Porque a fiscalização tem que ocorrer até na ponta. E se o consórcio porventura não tiver fazendo o repasse adequado ao prestador de serviço, como que isso vai ser aferido uma vez que pode influenciar diretamente na qualidade da prestação de serviço? Como que o senhor enxerga essa questão?

Andre Dantas: Obrigado, por permitir que eu elabore um pouco mais. Eu queria explicar muito rapidamente, mas eu quero deixar aberto, para o senhor e para todos conhecerem como é que nós fiscalizamos o processo, produção da viagem.

Nós temos o centro operacional, de controle operacional do Buritis que você deve conhecer, nós temos uma programação de viagens em que cada linha tem um quadro de horários, um itinerário a ser cumprido, nós monitoramos em tempo real isso através do GPS e de toda uma coleção enormes de ferramentas tecnológicas que nos permitem acompanhar a viagem em tempo real.

A gente vê lá no mapa, a gente vê as estações, a gente vê os terminais, a gente vê quando é que iniciou a viagem, quando é que finalizou a viagem, quando que ela passou num ponto, se ela alterou o itinerário, todo esse conjunto aí de informações que são utilizadas. Em paralelo, nós temos uma equipe mobilizada para identificar irregularidades, atuar e agir de forma muito incisiva.

Então nesse papel ele é contínuo, ele é irrestrito, ele Sim. Nós temos o controle da prestação do serviço. E agora mais vereador, eu queria dizer pro senhor.

Ver.(a) Bráulio Lara: André, mas eu vou te fazer uma pergunta só para eu te auxiliar na resposta. Especificamente no caso da TransOeste, onde que esses fiscais então atuam? Porque na garagem não é.

Andre Dantas: Veja bem, eu não posso entrar na garagem. É uma propriedade privada.

Ver.(a) Bráulio Lara: Como assim não podem entrar na garagem, se vocês são fiscalizadores? A gente quer entender é onde que tem fiscal diariamente aferindo. Por exemplo, o ar-condicionado não está funcionando. É uma constatação técnica, ela não tem nada a ver com a rota que está sendo feita, não tem nada a ver com GPS, ela não tem nada a ver com o ônibus em movimento, é uma aferição visual. Onde acontece, portanto, esse tipo de checagem?

Andre Dantas: É, a nossa é como eu ia explicar pro senhor, a nossa equipe, ela faz operações de fiscalização, seja ela na Estação do Barreto, diamante, Pampulha, São Gabriel ou ela faz uma mobilização para que mediante um conjunto muito grande de informações que estão chegando sobre determinada situação e nós vamos lá e efetuamos. Agora, nós temos a parceria por exemplo com a Polícia Militar, a Guarda Municipal algumas infrações são infrações de trânsito. Certo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Só interromper o senhor. Aí o senhor falou que fiscaliza os ônibus, se tem o controle pelo painel, de quando o ônibus sai quando o ônibus volta e os ônibus que não estão circulando? Como acontece essa fiscalização?

Andre Dantas: Vereadora, quando o ônibus não está circulando, se ele não está na operação, problema não é meu, vereadora. Agora se o veículo está com autorização de tráfego, ele tem que tá em condições de operar. Então, o que nós verificamos fundamentalmente esse veículo passou por uma vistoria. Quando ele tem uma autorização.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Deixa-me fazer uma outra pergunta pro senhor.

Rapidamente. Pode deixar? Pode falar.

Andre Dantas: É importante dizer que, quando o veículo tem autorização de tráfego, significa que ele passou por uma vistoria, seja na vistoria realizada na BHTRANS, dentro das premissas da BHTRANS, pela nossa equipe da SUMOB, atualmente ou ele passou por um instituto licenciado, ele passou por uma vistoria de um profissional e nós cobramos isso, nós verificamos se isso tem vistorias agendadas.

Então tem todo um processo, que está por trás para garantir aquele veículo, agora eu não vou dizer que existe 100% de perfeição. Porque um veículo ele tem uma dinâmica muito grande, ele se desgasta, o pneu, o freio e existe uma evolução.

Nós temos que ser inteligentes nessa cobrança e buscar os melhores resultados para a população e assim, nós precisamos é olhar se como o dinheiro tem que chegar lá na ponta, como vocês corretamente estão afirmando, haverá uma gradual melhoria, e como eu disse anteriormente os instrumentos legais e contratuais serão usados caso contrário.

Ver.(a) Bráulio Lara: André, mas olha só, no dia 4 de agosto agora 2023, você como superintendente emitiu a portaria SUMOB número 30 e ela traz regulamentação do decreto 18.370 (dezoito mil trezentos e setenta) de 7 de julho de 2023 e fala justamente quanto às vistorias periódicas dos veículos do sistema de transporte coletivo convencional e suplementar.

E aí no seu artigo primeiro você coloca que como alternativa às vistorias periódicas dos veículos realizados pela SUMOB previstas no anexo 3 do decreto mencionado, a concessionária de transporte convencional e suplementar poderão apresentar a SOMOB para cada veículo Aedes associado laudo de inspeção veicular emitido por profissional legalmente habilitado.

Ou seja, vocês tão colocando uma portaria que ainda permite que o operador que tem que ser fiscalizado ainda obtém um laudo num terceiro e com esse laudo do terceiro satisfazer essa necessidade de fiscalização que o município tem que fazer.

Nós vimos nessa portaria publicada no diário oficial muita preocupação

porque afinal de contas a gente percebe que o que tem que tá sendo feito ostensivamente visto que há dinheiro público colocado dentro do sistema.

E que a SUMOB, BHTRANS, enfim, toda a estrutura do município tem que atuar, não tá atuando e hoje tem uma portaria que dá uma brecha gigantesca para que se a pessoa tiver então o laudo num terceiro, ela manda para SUMOB um anexo lá e falar que tá tudo certo e tá resolvido. Aí a população vai te mostrando. Olha, o ônibus saiu com problema aqui, o André, você não vê esse problema ao transferir Há outros uma responsabilidade que é do município de Belo Horizonte?

Andre Dantas: Vereador, permita-me discordar porque com essa flexibilização nós temos uma condição maior de que um profissional regulamentado, que segue as normas da ABNT, que é qualificado, tem o registro profissional, que responde pelos atos, e é disponível em maior quantidade do que nós teríamos em locais específicos.

Então é muito mais fácil um profissional atestar que o freio está ou não funcionando, se uma porta está ou não funcionando do que todo o processo burocrático, que nós tentamos eliminar. É exatamente o efeito contrário. Agora

Ver.(a) Bráulio Lara: olha só da forma que o senhor está dizendo... porque a CPI aqui é para investigar ônibus sem qualidade. A gente vive um problema na cidade que é reportado de todas as formas. Inclusive vou fazer uma menção aqui. A reportagem do jornal O Tempo diz que depois que o subsídio foi aprovado, foram 341 (trezentos e quarenta e um) veículos fiscalizados e 75 (setenta e cinco) autuados e 57 (cinquenta e sete) tiveram autorização de tráfego recolhido.

Isso mostra que mais de 20% (vinte por cento) dos veículos fiscalizados apresentaram irregularidades, a gente tem uma taxa de irregularidade muito alta nesse momento e isso tem que ser feito pelo poder público.

Não dá pra gente pegar e transferir para um terceiro e depois falar ah, mas aqui eles tinham apresentado um laudo. Posso fazer o quê? A gente tem que fazer é hora do município de Belo Horizonte entrar nas garagens, entrar nas empresas e verificar realmente qual é a situação do sistema.

Porque na hora de colocar quinhentos milhões de reais como subsídio a prefeitura está esquecendo de colocar a estrutura então para SUMOB trabalhar? Porque tem que ter funcionário, tem que ter fiscal. Aí a gente vai observando o quê? Um descompasso. A frota aumenta, a estrutura aumenta e agora ainda tem dinheiro público dentro do sistema. Qual é a estrutura que a BHTRANS e a SUMOB têm de fiscais? Está diminuindo? Tinha que aumentar também.

Então assim é como se a cidade não se preparasse para conseguir realmente fazer uma gestão transparente, eficiente e eficaz esse dinheirão todo que foi repassado aí pro sistema de ônibus.

Andre Dantas: Vereador, eu quero dizer pro senhor o seguinte, perdão que eu também tenho que me alimentar constantemente aqui. Nós estamos num processo contínuo de melhoria, falar que nós não estamos atuando para melhorar, incorreto, nós não somos perfeitos.

Repito mais uma vez, nós estamos com essa prerrogativa de fiscalização e controle, apenas desde 11 de julho. A perspectiva é que, esses processos sejam melhorados com o novo sistema e com a nova estrutura de regulamentação. Eu terei todo prazer de mostrar para o sr. como efetivo é neste processo que nós estamos adotando em corrigir, agora nós estamos criando os incentivos, cortando numa parte que mais impacta que é o bolso, lembro pro senhor, nós estamos focando na fiscalização e detectamos as irregularidades e há uma punição contratual e uma punição na remuneração complementar. Isso representa uma parte muito significativa daquilo que as empresas ganham para manter os custos, né?

Então assim, eu vou insistir, nós estamos num processo de melhoria contínua, E nós vamos atuar para que essa melhoria contínua seja transparente e vocês tenham a noção de que o que que está funcionando que não tem não está funcionando.

Ver.(a) Jorge Santos: E André, vereador Jorge. como o Bráulio bem colocou. Nós estamos aqui numa CPI de ônibus sem qualidade, corretamente. E estamos fazendo aí, começamos a nossa primeira visita técnica.

Você colocou aí que está se debruçando para que possa ter uma fiscalização

firme. Eu gostaria de saber o seguinte, a TransOeste, como é que está a fiscalização sobre ela? Por quê? No decorrer dessa CPI o que mais tem chegado aqui à CPI e aqui para relatora e para os membros dessa comissão como Juliano bem colocou, são denúncias dessa empresa que está lá no Barreiro, correto.

E segundo ponto para passar para você quando nós chegamos lá nós vimos aquela situação completamente precária, mas você colocou aí que a fiscalização está trabalhando em cima, mas você colocou que o fiscal ele não tem autorização de entrar lá dentro da empresa.

É isso que eu gostaria de entender. Se o fiscal ele não tem autorização de entrar dentro da empresa privada onde que ele vai fiscalizar esses ônibus? Ele vai esperar o ônibus passar como você falou num terminal, ele vai parar o ônibus num abrigo para fiscalizar aí você falou BHTRANS aí você disse aí a Guarda Municipal ou a Polícia Militar a Polícia Militar não vai parar ônibus? A não ser se tiver uma blitz a não ser se houver uma denúncia que tem que parar então, uma coisa que eu não estou conseguindo entender por quê?

No dia que a gente esteve lá você falou assim oh, mas o funcionário que está lá dirigindo o ônibus ele tem que relatar, mas ele sabia que a porta estava com defeito. Tanto é que tinha um papel colado lá, que a porta não poderia funcionar e ele saiu do mesmo jeito. Ele não poderia ter relatado, olha, eu não posso sair com esse veículo porque a porta não está funcionando e tem um papel aqui colado.

Mas mesmo assim ele saiu com esse veículo com esse veículo, ele pegou o passageiro com esse veículo e eu tenho certeza que a empresa vai receber por essa rodada que ele fez. Se houvesse uma fiscalização na porta, então, tem que ter se não posso entrar, eu tenho que estar na porta.

Então não conseguindo entender essa questão, como que eu sou um fiscal, eu não posso entrar num estabelecimento para fiscalizar. Você pode esclarecer isso pra gente, por favor?

Andre Dantas: Está certo, vereador. Então, que que quero dizer pro senhor que nós já fizemos fiscalizações na porta especificamente da TransOeste, foram operações mediante essas reclamações como você usou o termo em que nós com a

colaboração da Polícia Militar e da Guarda Municipal nós autuamos, verificamos as condições, foi bastante efetivo.

Ver.(a) Jorge Santos: Lembra a data mais ou menos? Dessa fiscalização? Esse ano ou não?

Andre Dantas: Neste ano, eu posso passar o relato pela comissão.

Ver.(a) Jorge Santos: você pode detectar pra gente o que que vocês encontraram mais ou menos?

Andre Dantas: Problemas nos mais diversos, desde o pneu careca né, a falta de funcionamento do ar condicionado, a porta com problema, luz de freio quebrada, é uma gama considerável e isso é parte do dia a dia de uma empresa de ônibus.

Ver.(a) Jorge Santos: Então desculpa, vou deixar você terminar, mas não encaixa, sabe. Por quê se vocês detectaram tanto problema e vem tanta denúncia, e o próprio diretor da empresa falou que ele não tem condições, porque os ônibus são velho, eu queria saber por que que ela continua operando lá no Barreiro, mesmo com porta quebrada, pneu careca, não tem ônibus para oferecer como que eu posso dizer, uma qualidade do serviço, estão comprando ônibus e isso vai gerar futuramente, como eu falei para ele, vem cá, depois sai o ônibus dali, e o pneu cai, falta um freio porque você sabe que lá no Barreiro é bem complicado.

É muita subida, muita descida, vai gastando embreagem, gasta muito pneu e não tem condições de rodar como a gente roda aqui na Cristiano Machado, na Anestounio Carlos e etc. Eu não sei como ela continua ainda. E como que ainda a SUMOB ainda continua nessa situação em ligação com essa empresa em questão de contrato.

Andre Dantas: Perfeito. Bom, tanto é que nós temos atuado dentro do devido processo administrativo, que nós notificamos contratualmente, também dispõe para colocar essa notificação para demonstrar que nós fizemos o devido processo nós estamos nós fizemos um posicionamento vereador, no sentido que essa empresa alterasse a forma de operar e ou fosse substituída. Nós já pedimos isso ao consórcio Dez.

Ver.(a) Jorge Santos: Que ela, ela não mudou, ela continua, só está piorando.

Andre Dantas: Sim, perfeito. Então assim, a realmente a reincidência dos fatos nos leva a necessidade de tomar medidas mais drásticas. Agora isso é um processo que nós temos que respeitar é um processo que finalmente nós temos a prerrogativa é da atual legal para fazê-lo e nós vamos fazer ver. Então sim, nós não estamos deitados em persistentes, pelo contrário.

(2:02:00) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Secretário, na reunião do dia 20 de junho de 2023 a BH Leste informou se já iniciou as operações mesmo sem anuência do poder concedente? No dia 20 do seis?

(2:02:15) Andre Dantas: Sim. Nós tivemos uma reunião, nesse dia, como parte dum processo da vereadora que foi estabelecido lá atrás para que houvesse a substituição da empresa Torres por essa empresa BH Leste S.A.

(2:02:47) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tá. O senhor então confirma então que já houve então o senhor já teve informação que a BH Leste ela já está operando aí mesmo sem anuência do Poder Concedente?

(2:03:00) Andre Dantas: O que, em momento algum, nós, eu quero esclarecer. Em momento algum nós demos anuência para essa comunicação que foi feita inicialmente no dia 13 de fevereiro, por meio de um ofício do SETRA em que comunicava que houve a substituição e que os serviços pelo consórcio seriam prestados.

(2:03:33) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Por que então senhor André até hoje ainda não teve a resposta, sobre este ofício da SUMOB 227/2023 que questionou isso aí na no na data anterior a essa reunião?

(2:03:51) Andre Dantas: Perfeito. Vereadora, na verdade foram uma série de ofícios que estão no processo administrativo, em que houve essa apresentação de pedido da anuência, e nós replicamos que nós tínhamos inúmeros esclarecimentos a serem feitos.

Porque nós tínhamos dúvidas sobre a validade e dos critérios estabelecidos no edital de visitação. E à medida que o tempo foi passando eles foram apresentando outros elementos que procuram, do ponto de vista deles, corroborar a validade e a legalidade e a viabilidade da operação dessa nova empresa.

(2:04:56) Nós tivemos muitas dúvidas e ainda as temos e algumas delas nós ainda não sabemos se nós poderíamos respondê-las, mediante um ofício que chegou agora nesta semana, que há uma declaração lá que tem que ser comprovada de que tem dono né, que é o senhor Nilo Gonçalves Simão Júnior que se identifica como tal, a SUMOB, vai analisar esse ofício que chegou juridicamente falando, contratualmente falando, vai muito provavelmente exigir evidências para que nós possamos seguir no processo de avaliação.

(2:05:56) Ver.(a) Loíde Gonçalves: é superintendente, por que que o senhor na nessas respostas o senhor tem dado o senhor não indeferiu e o senhor teceu considerações sobre como regulamentar. É papel da SUMOB ter essas considerações? ou é só deferir ou indeferir? Porque tudo indica que a BH Leste transporte ela tem circulado, tem feito aí o trajeto como se tivesse tido anuência aí do poder concedente.

Andre Dantas: Vereadora, em momento algum a orientou ah o SETRA, a empresa ou qualquer outra a fazer a submissão, que nós fizemos foi pedir esclarecimento sobre documentação comprobatória necessária para que nós possamos avaliar, certo?

Então eu devido à importância do da decisão de que uma nova empresa concessionária seja parte do sistema. Principalmente no momento crítico, principalmente com tantas reclamações, principalmente com tantos questionamentos públicos. Eu tenho que ter como dirigente desta instituição, eu tenho que ter o máximo cuidado e eu tenho que ter todas as informações que gradualmente eu espero que aconteça.

Agora se elas vão aparecer como vereadora, eu não teria problema nenhum em recusar a anuência, recusar a transferência e determinar ao consórcio que atue no sentido de cobrir aquilo que era operado pela a viação Torres.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora, é devido tempo regimental, quero prolongar essa reunião por mais uma hora. Às 11h:33m. Não quer dizer que vai levar uma hora, só vou aguardar a vereadora aqui, mas é tempo regimental para que o nosso secretário também possa se medicar e se alimentar. E gostaria que a próxima gente poderia estar aqui debatendo mais pessoalmente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Superintendente no ofício da SUMOB sete da BH número 169/2023 o senhor faz as seguintes considerações "o capital social de um mil reais são incompatíveis com a operação prevista no objeto do edital. Não é usual especialmente no cenário econômico atual manter-se um valor de 3 (três) milhões na conta Caixa. Qual é a origem da reserva de capital registrada no balanço patrimonial? A reserva foi constituída em conformidade com a legislação vigente? atende ao que a prefeitura e a lei das sociedades anônimas? Então é usual, que o superintendente faça esse tipo de considerações?

Andre Dantas: Sim, vereadora, olha só, eu gostaria de explicar como é que é, como é que foi o processo em outras ocasiões seguindo as determinações do edital e do contrato.

Existem dois índices determinados lá em de liquidez é geral e o índice de liquidez corrente, né, dois índices têm que ser superior a 0,5 (zero vírgula cinco) e pode demonstrar a capacidade da instituição que se candidata a operar a ter os meios financeiros para que ela possa ser aprovada.

Aliás, esses índices são um entre muitos outros, quando nós olhamos pro simples cálculo desses índices o interessante é que o capital social de R$1.000,00 (hum mil) reais, ele e mais o conjunto lá da demonstração contábil, ele chega num valor que é maior do que zero vírgula cinco.

(2:10:37) Então, só que o questionamento fundamental é o seguinte, onde vem esses valores. Esses valores fazem sentido? Alguém com o capital social realmente tem condições de fazer essa operação? É esse o questionamento que tanto nós queremos que seja gerido e aí nesse processo quando nós questionamos isso e exigimos evidências de que realmente a empresa tem condições, tem um balanço contábil registrado, tem movimentação, tem ativos, tem dinheiro em caixa.

E tudo isso é o nosso papel de buscar esclarecimentos e eu acho que nós estamos cumprindo o devido processo administrativo, respeitando o contraditório e avaliando com muita cautela e muito respeito, porque o simples indeferimento significaria muitas coisas e entre elas provavelmente um prejuízo para a população.

Então assim eu eu eu tenho que agir com equilíbrio nesse processo e eu acho que nós da SUMOB estamos fazendo assim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Superintendente o senhor tem ciência que existem veículos que estão operando na cidade já com a placa da empresa BH Lestes Transporte?

Andre Dantas: Oficialmente não vereadora, como eu disse, já tive relatos, inclusive teve requerimento de um dos vereadores que me perguntou isso, até com um print da tela do City Buss, e então oficialmente como eu disse no começo do meu depoimento, para todos os efeitos de controle nós temos veículos da a viação Torres.

(2:12:40) Obviamente, que à medida que os fatos estão sendo esclarecidos nós estamos vendo que houve uma transferência e que isso precisa ser regular e registrado é de uma vez por todas resolvido.

(2:12:57) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, o senhor então já teve acesso então a essa foto da empresa que está circulando sem anuência da PBH, o senhor teve? Porque senão, eu tenho uma foto aqui, mas como o senhor não está tendo acesso às imagens daqui, não sei se daria como ele ver.

(2:13:15) Andre Dantas: Eu tive acesso sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, agora que o senhor já tem ciência, que a BH Leste está operando aqui na cidade de Belo Horizonte, o que que o senhor poderá fazer? Quais as medidas que devem ser tomadas?

Andre Dantas: As medidas que estão em curso pela vereadora, no devido processo, a notificação que nós fizemos ao SETRA que é o representante desse relacionamento legal conosco e seguir, atuar, para que isso seja corrigido um lado ou para o outro. Certo? E nós estamos tratando com a devida serenidade, agora é como

eu mencionei há fatos novos que chegaram ao nosso conhecimento que tem que ser analisados, e assim será.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O superintendente o contrato prevê que é exigida a anuência do poder público para poder operar aqui na cidade?

Andre Dantas: Sim, existe uma obrigação contratual em que é a empresa seja formalmente estabelecida essa relação e nós temos que cobrar do consórcio no caso o consórcio BH Leste para que isso aconteça.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isto daí implicará na caducidade deste contrato?

Andre Dantas: Eu entendo que não é vereadora, porque nós temos uma relação contratual com o consórcio, e é mais uma vez, obrigação do consórcio manter, é uma empresa concessionária. Agora, caso as devidas medidas não sejam tomadas nós podemos explorar todas as ações possíveis.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E eu acredito que já se estendeu, o nosso tempo e nós devemos marcar uma nova oitiva com o superintendente, porque ficou ainda muitas perguntas sem fazer, os demais muito obrigado, desejo as melhoras aí para o senhor.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador, para as suas considerações finais, não? Algum vereador está aí online deseja dar suas considerações? senhor secretário, está ouvindo aí?

Ver.(a) Wesley Moreira: Eu desejo sim, eu desejo rapidinho.

Ver.(a) Jorge Santos: Pois não, por favor, vereador Wesley.

Ver.(a) Wesley Moreira: E realmente eu reforço aqui o que foi dito pela nossa relatora, ainda ficaram muitas perguntas para serem respondidas, e seria importante mesmo essa nova oitiva e também reforçando o pedido de vossa excelência Presidente, que seja presencial ainda, evidentemente respeitando os limites aí de saúde e tudo seria ainda mais produtivo, então é isso.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. André, primeiramente eu quero,

lhe agradecer, tá? pela sua participação aqui, do seu advogado aí.

Dizer para você que você viu aqui que a nossa oitiva ocorreu dessa maneira, vai sempre correr com respeito, com tudo. Nós não vamos estender mais, porque a gente teria mais uma hora aí para ir para frente, mas devido ao seu problema eu espero que você se recupere o mais rápido possível, eu gostaria de contar com a sua contribuição de na próxima se você estiver com as condições física boa está presente conosco aqui, para que a gente possa debater mais e conversar e trazer isso a população de Belo Horizonte, para que eles possam entender essa situação do transporte aí. Te agradeço pelas considerações finais.

Andre Dantas: Vereador, eu queria dizer que foi muito bom estar aqui participando, eu estou muito honrado desta posição que eu ocupo, eu tenho vou completar 31 anos de profissão trabalhar numa cidade igual Belo Horizonte, uma representatividade que tem em Belo Horizonte, com história que tem em Belo Horizonte, com uma população tão bacana.

E com o apoio, a parceria é desta Câmara de Vereadores, sim, eu tenho felizmente um ótimo relacionamento com todos os vereadores que eu conversei hoje aqui nessa audiência. E eu estarei sempre muito disponível para conversar, para esclarecer, para fornecer as informações para que não paire qualquer dúvida sobre aquilo que nós estamos fazendo, sempre reconhecendo vereador, muito singelamente que nós temos as nossas limitações e nada é perfeito, eu não sou perfeito, a SUMOB não é perfeita, o sistema não é perfeito.

Mas sempre com a intenção de fazer o melhor mais honesto, mais transparente possível e eu quero só finalizar registrando o agradecimento por entender a minha situação, é uma situação muito delicada, e que exige cuidados, eu espero melhorar, estou melhorando, passei um momento muito difícil, tive que pedir um afastamento médico e graças a Deus estou em consideração e Deus querendo eu estar em condições excelentes para a gente estar aí juntos e agradeço muito a cortesia do respeito, que foi hoje e sempre tive. Muito obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu agradeço antes de encerrar André, ainda está aí ainda, né?

Andre Dantas: Sim, senhor.

Ver.(a) Jorge Santos: Não tem nada a ver com a CPI não, é só uma pergunta desse vereador. Você deve ter lembrado é que a turma dos ciclistas vem cobrando a gente e nós tivemos uma reunião nesta casa, num dia não teve como sentar aqui, você teve outro compromisso e também tivemos na prefeitura com respeito ao fechamento da orla da Lagoa da Pampulha aos domingos, E aos feriados no sentido horário de um tempo não tivemos a resposta ainda só tem alguma previsão? Quando que a gente vai fazer um teste lá? pra gente poder encerrar?

Andre Dantas: Eu tenho uma ideia de encaminhamento que eu queria conversar com o senhor, eu tenho uma estratégia que eu consegui desenvolver tecnicamente. Eu queria discutir particularmente com o senhor no momento apropriado que o senhor tiver disponibilidade é da gente construir isso junto.

Ver.(a) Jorge Santos: OK agradeço. Vou esperar a sua recuperação e assim que você tiver a gente entra em contato e conversa, tá bom? Muito obrigado então. Agora são exatamente **11h:45 min**. Não temos mais nada a declarar. Encerramos nossos trabalhos.

2.6 - DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A sétima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade[7], foi realizada no dia 24/08/2023, às 9h:42 min, no plenário Camil Caram. Sob a presidência do vereador Jorge Santos, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves, e a presença remota dos vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Professor Juliano Lopes, Wesley Moreira, vereador Henrique Braga e Braulio Lara, reuniu-se a comissão.

Sendo isto, foi apresentado, discutido e votado os seguintes requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nº 2.249/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" e a "SUMOB", para "obter as seguintes informações: a) O número aproximado de denúncias que a Superintendência de Mobilidade recebe por

[7] https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/7%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-24-08-2023

dia pelo canal de denúncias disponibilizado no aplicativo de mensagens WhatsApp; b) Quais são as empresas que possuem, atualmente, os maiores índices de reclamações; c) As quantidades diárias de reclamações recebidas pelas linhas que são operadas pela Empresa TransOeste e pela então Viação Torres, hoje BHLeste Transportes S/A; d) Os motivos, de maneira discriminada, das reclamações efetuadas em face da Empresa TransOeste e pela então Viação Torres, hoje BHLeste Transportes S/A, no período compreendido entre 16/07 a 16/08/2023". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

2) Requerimento de Comissão nº 2.250/23 - envio de ofício à "Comissão de Valores Mobiliários - CVM -" para "oficiar o referido órgão para que possa informar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito se as debêntures emitidas pela BHLeste Transportes S/A foram distribuídas no mercado, com prévio registro á CVM, nos termos do art. 19 da Lei n° 6.385/76, sendo que, havendo registro, que os mesmos sejam encaminhados a esta Comissão, com a identificação dos respectivos adquirentes". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

3) Requerimento de Comissão nº 2.251/23 - pedido de informação ao "presidente da Transfácil, Ralison Guimarães", para "obter informações sobre o sistema de transporte suplementar". Autoria: vereadores Jorge Santos e Braulio Lara, vereadora Fernanda Pereira Altoé, vereador Irlan Melo e vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta. E registrado que o vereador Juliano Lopes não participou da votação.

4) Requerimento de Comissão nº 2.252/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade Urbana, André Dantas", para "obter informações sobre o pagamento complementar por quilômetro rodado na Capital". Autoria: vereadores Jorge Santos e Braulio Lara, vereadora Fernanda Pereira Altoé, vereador Irlan Melo e vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão,

sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta. E registrado que o vereador Juliano Lopes não participou da votação.

5) Requerimento de Comissão nº 2.253/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade Urbana, André Dantas", para "requer seja encaminhado pedido de informação sobre o sistema de transporte suplementar". Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé, vereadores Braulio Lara e Jorge Santos, vereadora Loíde Gonçalves e vereador Irlan Melo. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta. E registrado que o vereador Juliano Lopes não participou da votação.

6) Requerimento de Comissão nº 2.254/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade de Belo Horizonte, André Dantas", para "obter informações sobre a situação em que se encontra, de fato, o pedido formulado pela empresa BHLeste Transportes S/A para substituir a Viação Torres no Consórcio BHLeste". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

7) Requerimento de Comissão nº 2.262/23 - pedido de informação ao "representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte – Setra-BH -, Raul Lycurgo", aos "representantes do Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros de Belo Horizonte - TRANSFÁCIL -" e ao "representante do Consórcio Dez, Renaldo de Carvalho Moura", para "obter informações complementares às solicitadas nos Requerimentos de Comissão n° 2.015 e 2.016/2023, acerca do repasse do subsídio estabelecido pela Lei n° 11.367/22 quanto ao repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n° 11.438/23, percebidos pelo Consórcio Dez. Autoria: vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares e Braulio Lara, 41 vereadoras Fernanda Pereira Altoé e Loíde Gonçalves, vereadores Professor Juliano Lopes e Wesley Moreira. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

8) Requerimento de Comissão nº 2.263/23 - pedido de informação ao

“representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte – Setra-BH -, Raul Lycurgo”, aos “representantes do Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros de Belo Horizonte - TRANSFÁCIL -" e ao “representante do Consórcio BHLeste, Rubens Lessa Carvalho”, para “obter informações complementares aos Requerimentos de Comissão n° 2.065/2023, acerca do repasse do subsídio estabelecido pela Lei n° 11.367/22 quanto ao repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n° 11.438/23, percebidos pelo Consórcio BHLeste. Autoria: vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares e Braulio Lara, vereadoras Fernanda Pereira Altoé e Loíde Gonçalves e vereadores Professor Juliano Lopes e Wesley Moreira. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

9) Requerimento de Comissão nº 2.294/23 - pedido de informação ao “representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte – Setra-BH -, Raul Lycurgo”, aos “representantes do Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros de Belo Horizonte - TRANSFÁCIL -“ e ao “representante do Consórcio BHLeste, Rubens Lessa Carvalho”, para “obter informações acerca do repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n° 11.438/23, percebidos pelo Consórcio BHLeste. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

10) Requerimento de Comissão nº 2.295/23 - pedido de informação ao “representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte – Setra-BH -, Raul Lycurgo”, aos “representantes do Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros de Belo Horizonte - TRANSFÁCIL –", e ao “representante do Consórcio Dez, Renaldo de Carvalho Moura”, para “obter informações acerca do repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n° 11.438/23 percebidos pelo Consórcio Dez”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

11) Requerimento de Comissão nº 2.296/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Soares Dantas", para "obter informações sobre a fiscalização das viagens do transporte público que são monitoradas pelo sistema SITBUS, por meio de equipe de campo da SUMOB/BHTrans. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

12) Requerimento de Comissão nº 2.297/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Soares Dantas", para "obter informações sobre a retirada das autorizações de tráfego (ATs) de 22 (vinte e dois) veículos que operavam no Transporte Coletivo da capital, em vistorias realizadas entre o 1° e o dia 10 do presente mês, conforme relatado pela imprensa. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

13) Alteração de Evento Aprovado Anteriormente pela Comissão, referente ao Requerimento de Comissão nº 2.005/23 - envio de ofício à "Diretoria-Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte" para "deliberar sobre a criação de endereço de e-mail específico para recebimento de denúncias encaminhadas pela população á CPI Ônibus sem qualidade, sendo resguardado o anonimato quando solicitado pelo denunciante. Deliberar sobre o responsável pelo gerenciamento do e-mail, competindo-lhe a guarda da senha e concessão do acesso aos demais membros". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Aprovado por unanimidade. A comissão deliberou que a vereadora Loíde Gonçalves será responsável pelo gerenciamento do e-mail.

Foram lidas as respostas aos Requerimentos de comissão n.º 2.014, 2.015, 2.016, 2.017, 2.065, 2.070, 2.071 e 2.072/23. Foram recebidos pela Comissão o Documento Prot nº 5.443/23 - "procuração ad judicia na qual o servidor André Soares Dantas nomeia e constitui como seu procurador Hércules Guerra, procurador do município". Autoria: André Soares Dantas e o Procurador-Geral do Município, Hércules Guerra.

A reunião tinha como objetivo realizar a oitiva da Sra. Ester das Graças Ferreira Gomes, a qual compareceu acompanhada do Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior; e de Fábio Henrique Queiroz, advogado da mesma.

O presidente informou que não será possível realizar a oitiva de Nilo Gonçalves Simão Júnior nesta reunião e registrou que a comissão deliberará uma nova data para a realização da oitiva.

Deu-se início à oitiva da Sra. Ester das Graças Ferreira Gomes, representante legal da empresa BH Leste Transporte S.A, que prestou o compromisso de falar a verdade perante à Comissão. A depoente foi acompanhada do advogado Dr. Fábio Henrique Queiroz.

7ª REUNIÃO

Ver.(a) Jorge Santos: São 9h:42m, Câmara Municipal de Belo Horizonte, comissão parlamentar de inquérito - CPI de ônibus sem qualidade, 7ª reunião, terceira sessão legislativa, décima nona legislatura. Data de 24/08/2023. O horário eu já acabei de falar. No plenário Camil Caram. Vou fazer a chamada dos vereadores que compõem essa comissão. A vereadora Loíde presente.?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando presente?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes presente? Vereador Juliano Lopes, presente?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. vereador Wesley Moreira presente?

Ver.(a) Wesley Moreira: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: vereador Henrique Braga presente? vereador Henrique

Braga? Está não. vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: presente.

Ver.(a) Jorge Santos: OK. Wesley já falei né. Então eu, o vereador Jorge Santos, estou presente, então temos quórum. Vamos então fazer aqui a inversão da pauta. Então vamos para o ponto 1 (um) da ordem dos trabalhos.

Comunicação de aprovação da ata: Não prevista. II. Oitiva Finalidade: Intimar a Sra. Ester das Graças Ferreira Gomes, representante legal da empresa BHLeste Transportes S.A., para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato de prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade de prestação de serviços por parte da então Viação Torres, sucedida pela BHLeste, bem como sucessivas alterações no estatuto social e nos demais registros da empresa. Requerimento de Comissão 2158/2023 (vinculado a: Requerimento 873/2023) - Autoria: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Então nós vamos só aqui agora dar a sequência, depois a gente volta para nossa Oitiva.

Ver.(a) Jorge Santos: Então vamos ao item 1 (um) da pauta, 1. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2249/2023 TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: prefeito Fuad Noman e superintendente de Mobilidade de Belo Horizonte, André Santos Dantas FINALIDADE: Obter as seguintes informações: a) O número aproximado de denúncias que a Superintendência de Mobilidade recebe por dia pelo canal de denúncias disponibilizado no aplicativo de mensagens WhatsApp; b) Quais são as empresas que possuem, atualmente, os maiores índices de reclamações; c) As quantidades diárias de reclamações recebidas pelas linhas que são operadas pela Empresa TransOeste e pela então Viação Torres, hoje BHLeste Transportes S/A; d) Os motivos, de maneira discriminada, das reclamações efetuadas em face da Empresa TransOeste e pela então Viação Torres, hoje BHLeste Transportes S/A, no período compreendido entre 16/07 a 16/08/2023. Prazo para resposta: 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Eu coloco em discussão. Eu coloco em votação. Como voto a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Henrique Braga? Como vota o vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu, vereador Jorge Santos, também estou de acordo, então fica aprovado o requerimento de comissão 2249/2023 turno único.

Item 2. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2250/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Envio de ofício CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE DESTINATÁRIO: Comissão de Valores Mobiliários (CVM) FINALIDADE: Oficiar o referido órgão para que possa informar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito se as debêntures emitidas pela BHLeste Transportes S/A foram distribuídas no mercado, com prévio registro á CVM, nos termos do art. 19 da Lei n° 6.385/76, sendo que, havendo registro, que os mesmos sejam encaminhados a esta Comissão, com a identificação dos respectivos adquirentes. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Em discussão, em votação, como voto a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Bráulio Lara? Vereador Bráulio? Como vota o vereador?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo vereador.

Ver.(a) Jorge Santos: Com o voto o vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela provocação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Como vota o vereador Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. Como vota o vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Eu também, vereador Jorge Santos, estou de acordo. Ao vereador Henrique Braga, registrar a presença dele. Como voto o vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo com o requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado meu vereador, seja bem-vindo. Então está aprovado o requerimento de comissão 2250/2023 turno único. Nós temos aqui o item 3, item 4 e item 5 da pauta vereadores, que eu vou ler aqui, nós temos que deliberar o prazo para respostas, o mínimo é 5 dias úteis.

Por requerimento, item 3. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2251/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: Presidente da Transfácil, Ralison Guimarães FINALIDADE: Obter informações sobre o sistema de transporte suplementar. AUTORIA: Ver.(a) Jorge Santos; Braulio Lara; Fernanda Pereira Altoé; Irlan Melo; Loíde Gonçalves.

Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Como vota o vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também estou de acordo, vereador Jorge Santos, então está aprovado o requerimento de comissão 2251/2023 turno único, acrescentando o prazo de cinco dias úteis para a resposta.

Item 4. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2252/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: prefeito Fuad Noman e Superintendente de Mobilidade Urbana, André Dantas. FINALIDADE: Obter informações sobre o pagamento complementar por quilômetro rodado na Capital. AUTORIA: Ver.(a) Jorge Santos; Braulio Lara; Fernanda Pereira Altoé; Irlan Melo; Loíde Gonçalves. E inclusive, acrescentando o prazo de cinco dias úteis para a resposta do requerimento.

Em discussão, em votação, eu voto com o requerimento, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Henrique Braga. Como vota o vereador Henrique?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Como vota o vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do Requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. Como vota o vereador professor Juliano Lopes? Como vota o vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Então fica aprovado o requerimento de comissão 2252/2023 turno único, acrescentando um prazo de cinco dias úteis para a resposta.

Item 5. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2253/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: Prefeito Fuad Noman e Superintendente de Mobilidade Urbana, André Dantas FINALIDADE: Requer seja encaminhado pedido de informação sobre o sistema de transporte suplementar. AUTORIA: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé; Braulio Lara; Jorge Santos; Loíde Gonçalves; Irlan Melo. acrescentando o prazo de cinco dias úteis para a resposta do requerimento.

Em discussão, em votação, eu voto com o requerimento. Como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. Como vota o vereador Professor Juliano Lopes? Como vota o vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. Então fica aprovado o requerimento de comissão 2252/2023 turno único. Acrescentando um prazo de cinco dias úteis para a resposta deste requerimento.

Item 6. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2254/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: prefeito Fuad Noman e superintendente de Mobilidade de Belo Horizonte, André Santos Dantas FINALIDADE: Obter informações sobre a situação em que se encontra, de fato, o pedido formulado pela empresa BHLeste Transportes S/A para substituir a Viação Torres no Consórcio BHLeste, tendo em vista a informação divulgada em reportagem no sítio da Itatiaia relatando a decisão, por parte da SUMOB, em negar autorização para a empresa BHLeste Transportes S/A em operar as linhas da então Viação Torres, enquanto que, em resposta ao Requerimento de Comissão n° 2.015/2023, de autoria da vereadora Fernanda Pereira Altoé, a mesma Superintendência informou que o pedido apresentado pela BHLeste Transportes S/A ainda estava em análise. Prazo para resposta: 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara.

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também, vereador Jorge Santos estou de acordo, está aprovado o requerimento de comissão 2254/2023 turno único.

Item 7. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2262/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (SetraBH), Raul Lycurgo; representantes do consórcio operacional do transporte coletivo de passageiros de belo horizonte - TRANSFÁCIL; representante do Consórcio Dez, Renaldo de Carvalho Moura; FINALIDADE: Obter informações complementares às solicitadas nos Requerimentos de Comissão n° 2.015 e 2.016/2023, acerca do repasse do subsídio estabelecido pela Lei n° 11.367/22 quanto ao repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n° 11.438/23, percebidos pelo Consórcio Dez. Prazo de resposta: 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares; Braulio Lara; Fernanda Pereira Altoé; Loíde Gonçalves; Professor Juliano Lopes; Wesley Moreira.

Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo?

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador, professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu, o vereador Jorge Santos também estou de acordo, então fica aprovado o requerimento de comissão 2262/2023 turno único.

Item 8. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2263/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: Representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH), Raul Lycurgo; representantes do Consórcio operacional do transporte coletivo de passageiros de belo horizonte - TRANSFÁCIL; e representante do Consórcio BHLeste, Rubens Lessa Carvalho. FINALIDADE: Obter informações complementares aos Requerimentos de Comissão n° 2.065/2023, acerca do repasse do subsídio estabelecido pela Lei n° 11.367/22 quanto ao repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n° 11.438/23, percebidos pelo Consórcio BHLeste. Prazo para resposta: 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares; Braulio Lara; Fernanda Pereira Altoé; Loíde Gonçalves; Professor Juliano Lopes; Wesley Moreira

Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo, Presidente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley Moreira.

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu, o vereador Jorge Santos estou de acordo. Então está aprovado o requerimento de comissão 2263 turno único.

Item 9. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2294/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH), Raul Lycurgo; representantes do Consórcio operacional do transporte coletivo de passageiros de belo horizonte - TRANSFÁCIL; representante do Consórcio BHLeste, Rubens Lessa Carvalho FINALIDADE: Obter informações acerca do repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n° 11.438/23, percebidos pelo Consórcio BHLeste. Prazo de resposta: 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves

Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. Eu também, o vereador Jorge Santos estou de acordo. Está aprovado o requerimento de comissão 2294 turno único.

Item 10. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2295/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: Representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH), Raul Lycurgo; representantes do Consórcio operacional do transporte coletivo de passageiros de belo horizonte - TRANSFÁCIL; e representante do Consórcio Dez, Renaldo de Carvalho Moura. Prazo para resposta: 5 (cinco) dias úteis. FINALIDADE: Obter informações acerca do repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n° 11.438/23. percebidos pelo Consórcio Dez. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes? Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo, Presidente.

Ver.(a) Wesley Moreira: Wesley de acordo

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado, vereador Juliano também está de acordo, OK. Então fica aprovado, eu voto com o requerimento. Então está aprovado o requerimento de comissão 2295/2023 turno único.

Item 11. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2296/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: prefeito Fuad Noman e superintendente de Mobilidade, André Soares Dantas FINALIDADE: Obter informações sobre a fiscalização das viagens do transporte público que são monitoradas pelo sistema SITBUS, por meio de equipe de campo da SUMOB/BHTrans. Prazo de resposta: 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves

Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga? Vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como voto o vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. Está presente aqui conosco. Então fica aprovado o requerimento de comissão. Eu voto também com o requerimento. Então está aprovado o requerimento de comissão 2296/2023 Turno único.

Estamos no item 12. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2297/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: prefeito Fuad Noman e superintendente de Mobilidade, André Soares Dantas FINALIDADE: Obter informações sobre a retirada das autorizações de tráfego (AT's) de 22 (vinte e dois) veículos que operavam no Transporte Coletivo da capital, em vistorias realizadas entre o 1° e o dia 10 do presente mês, conforme relatado pela imprensa. Prazo para resposta: 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também estou de acordo, fica aprovado o requerimento de comissão 2297/2023, turno único.

alterações de eventos aprovados anteriormente pela comissão. Item 1. EVENTO REFERENTE AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2005/2023 (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Envio de ofício DESTINATÁRIO: Diretoria-Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte. FINALIDADE: Deliberar sobre a criação de endereço de e-mail específico para recebimento de denúncias encaminhadas pela população à CPI Ônibus sem qualidade, sendo resguardado o anonimato quando solicitado pelo denunciante. Deliberar sobre o responsável pelo gerenciamento do e-mail, competindo-lhe a guarda da senha e concessão do acesso aos demais membros. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Eu vou ter que colocar em votação vereadores para que a gente possa escolher entre a gente, uma pessoa que vai gerenciar no caso aqui esse e-mail. Eu gostaria de deixar o caso da relatora se ela concordar. Então eu vou colocar aqui em votação aos demais vereadores, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador e eu vereador Jorge Santos também estou de acordo, então está aprovado o requerimento 2005/2023.

Pessoal vou lê só os tópicos aqui para dar ciência à comissão de alguns ofícios. É o item1. OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2014/2023. Já se encontra nos anéis da casa corretamente. Item 2. OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2015/2023, todos que eu vou ler aqui do item 7 já se encontram nos anéis da nossa casa. item 3. OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2016/2023; 4. OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2017/2023; 5. OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2065/2023; 6. OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2070/2023; 7. OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2071/2023 e 8. OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2072/2023. já se encontram nos anéis da casa.

Só para deixar aqui os membros da comissão ciente do documento de número 005443/2023, ele é vinculado ao requerimento de comissão 1934/2023 DE: REQUERIMENTO 873/2023, ASSUNTO: Procuração Ad Judicia na qual o servidor André Soares Dantas nomeia e constitui como seu procurador Hércules Guerra, procurador do município. AUTORIA: André Soares Dantas e o Procurador-Geral do Município, Hércules Guerra.

Só vou fazer aqui agora um informe, para que a gente possa entrar na nossa oitiva.

Informe que o objetivo desta CPI foi aditado para inclusão de denúncias sobre o tratamento diferenciado da administração pública dispensando ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional, nos termos do artigo do requerimento 1493/2023.

Então mais uma vez, bom dia a todos e vamos então convidar a mesa Ester das Graças Ferreira Gomes, representante legal da empresa BHLeste Transporte SA. Seja bem-vindo. Senhora Ester, fique à vontade.

também convocar para sentar à mesa Nilo Gonçalves Simão Junior, empresário, fique à vontade também, convidando para sentar à mesa conosco Fábio Henrique Queiroz advogado da Ester e Nilo, por favor doutor seja bem-vindo a esta casa. Vou abrir a palavra aqui a Vereadora, por favor.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia a todos. No dia da visita técnica, nós que estivemos lá na garagem da BHLeste Transporte, o Sr. Nilo nos informou que ele já havia sido convidado para essa CPI.

Só que nós aprovamos realmente o seu requerimento, e no requerimento com seu convite, a sua intimação, só que foi sem data. E como às vezes a gente tem bastante requerimento para aprovar e o tempo não é muito longo, eu gostaria de sugerir gente aqui para essa comissão, de nós ouvirmos o senhor Nilo amanhã na parte da tarde.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora por mim fiquem à vontade, eu estou disponível para poder prestar qualquer esclarecimento a qualquer momento. Eu até gostaria de ponderar, porque eu acredito que, caso eu possa ser ouvido junto da sra. Ester, caso tenha mais dúvidas a gente possa vir aqui amanhã eu acho que seria mais prático para comissão.

Ver.(a) Jorge Santos: Ele foi convidado hoje ou não?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Presidente, ele foi convidado, a gente aprovou o requerimento dele, só que, sem data. Então nós vamos sugerir, já que ele está aqui, então ele já até ter sido intimado, se a comissão aprovar, todos tem que aprovar, dele vir amanhã e já presta já as informações, se você puder deliberar ele e votar aprovar.

Ver.(a) Jorge Santos: Como é que os demais eu não sei, de repente ele está aqui, a gente poderia ouvir algumas coisas e voltar amanhã.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Presidente. Essa é minha sugestão...

Ver.(a) Jorge Santos: Sim. Por favor, vereador Juliano, o sr. tem palavra.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Eu queria só dar uma sugestão também, Loíde, já que ele está aí, a comissão está toda presente, poderia ser hoje mesmo, eu vejo, se possível ser hoje, mas queria ouvir a opinião de todos também.

Ver.(a) Jorge Santos: Então nós vamos botar os vereadores para discutir, a princípio a Loíde quer amanhã e o Juliano quer hoje, vamos lá vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: Só para os trabalhos não serem prejudicados e a gente sabe dessas questões de antecedência de aprovação de requerimento, eu acho que pelo que eu conversei antes com a vereadora Loíde, o tempo hoje seria apertado para ouvir os dois.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então se a gente, já sair daqui combinado de ser amanhã, fica o espaço tranquilo, não fica aquela pressão ter que prorrogar a reunião, acabar lá depois de uma hora, coisas assim. Então eu acho que a relatora, que está conduzindo os trabalhos tem mais propriedade para isso, mas eu estou disponível tanto hoje e amanhã, a gente dá um jeito também na agenda.

Ver.(a) Jorge Santos: O Vereador Henrique quer colocar alguma coisa? Vereador Wesley? então vou ter que colocar em votação é isso ou não? Eu posso deliberar aqui? É porque o requerimento dele não está na pauta de hoje. Então eu não posso ouvir ele… Eu vou deliberar aqui com a comissão, como não está na pauta, eu gostaria se o senhor tem disponibilidade de estar conosco amanhã... Então eu agradeço. Então estão todos de acordo? vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu estou de acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique.

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando? Vereador Sérgio? De

acordo? Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes de acordo?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Está bem. Obrigado. Então eu também estou de acordo, então agradeço a presença do senhor. Se quiser acompanhar, caso não, o senhor está liberado. E amanhã o senhor será convidado a comparecer novamente, tá? Obrigado.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Excelência, requeira a palavra pela ordem.

Ver.(a) Jorge Santos: Tá, já vou dar pro senhor, o horário de amanhã? Oi, se não tiver outra agenda depende dos vereadores. Acho que o mesmo horário seria de... Dá o Henrique pro senhor?

Ver.(a) Henrique Braga: Eu não vou estar em Belo Horizonte amanhã.

Ver.(a) Jorge Santos: OK, os vereadores demais, para poder ter quórum, Vereador Juliano, Braulio, vereador Wesley amanhã às 13h:30m têm disponibilidade na sua agenda?

Ver.(a) Wesley Moreira: Qual horário presidente?

Ver.(a) Jorge Santos: Às 13h:30m, um minutinho vereador. Vou suspender aqui por três minutos, só para poder entender aqui.

Ver.(a) Jorge Santos: Retorna aqui à reunião. Deixe o doutor que queria falar ali, eu o interrompi um pouquinho, por favor doutor.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Agradeço pela concessão da palavra, excelência, minha questão de ordem ficou prejudicada, eu iria perguntar exatamente qual seria o horário da oitiva amanhã. Portanto está prejudicado o que eu iria perguntar.

Ver.(a) Jorge Santos: Não, mas não ficou prejudicado ainda não, doutor, deixa eu explicar uma coisa pro senhor, amanhã não teremos oitiva, não vai ter, amanhã é uma outra comissão que não tem nada a ver com esta comissão, como foi aprovado os vários requerimentos, esse requerimento ficou sem data.

Como ele ficou sem data, ele não foi votado na comissão. É por isso chegou a ter ele. Então não teria condição de ouvir ele hoje. No caso, hoje eu tive é só pra ouvir a senhora, tá? Aí que a gente estava tentando aqui ver se a gente consegue chamar uma extraordinária para amanhã para poder ouvi-lo.

Como amanhã já tem uma outra CP que ela é a presidente, a relatora não tem como se chamar para amanhã. Aí vamos ver durante a semana, se a gente pode marcar uma extraordinária, convidá-lo, ele ou o senhor junto aí numa segunda ou numa terça-feira. Ficou esclarecido pro senhor?

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Ficou esclarecido, Excelência, peço apenas a gentileza de nos avisar com pelo menos um dia de antecedência…

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos avisar direitinho, pode deixar, isso eu garanto.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Ainda pode ser o aviso pode ser feito por telefone, nós daremos por intimados da mesma forma, pelo menos 24h (vinte e quatro horas) de antecedência. E eu agradeço sempre as suas ordens Excelência.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado pela compreensão. Então vamos entrar agora, com a nossa oitiva, com a senhora Ester das Graças Ferreira Gomes, antes, eu quero ler aqui um roteiro, que é de praxe a senhora. Presidente a solicito já tem ali já, já né, eu preciso ler isso aqui ou ela que tem que ler? Ah tá OK.

Presidente solicito a senhora que é a senhora Ester das Graça Ferreira Gomes, que persiste a comissão nos termos do artigo 203 do Código de Processo Penal, informo que, fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade poderá incorrer no crime de falso testemunho de acordo com o artigo 342 do código penal. Se a senhora está ciente por favor.

Ester das Graças: Bom dia senhores, senhora. obrigado por esse momento,

por esses esclarecimentos que a gente vem aqui fazer, é para ler isso aqui? Compromisso?

Ver.(a) Jorge Santos: Beleza.

Ester das Graças: Eu Ester das Graças Ferreira Gomes, quarenta e dois anos de idade, estado civil casada, residente em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, profissão administradora de empresas cuja atividade é desenvolvida no endereço Rua Santa Amália, nº286, o CEP eu não vou saber dizer, prometo dizer a verdade relatando sempre o que souber, explicando sempre as razões da minha ciência sobre fato ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar se de sua credibilidade.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Então eu só quero dispensar o senhor empresário Nilo Gonçalves Simão Júnior e também o advogado, o senhor vai ficar representando-a. Muito obrigado, então o senhor pode permanecer na CPI. Então passar as palavras aos vereadores que quiserem, a vereadora Loíde, fica à vontade.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia novamente, nós vamos então iniciar algumas perguntas para Sra. Ester e a primeira pergunta Sra. Ester, é se a Sra. tem experiência no ramo do transporte?

Ester das Graças: Senhora Leide, Loíde, desculpa. sim. Há quase vinte anos…

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Conte para os integrantes desta CPI, O seu histórico de forma breve, o que já fez, quais empresas a senhora já trabalhou por gentileza que a senhora pode contar aí, uma breve história, um breve relato?

Ester das Graças: Somente no transporte coletivo senhora?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, a pergunta foi se a senhora teria experiência no ramo do transporte.

Ester das Graças: Tá, meu nome é Ester das Graças Ferreira Gomes, comecei minha trajetória profissional a aproximadamente vinte e cinco anos atrás em 2006 ingressei no transporte coletivo, trabalhei em empresas do grupo Rodap, por aproximadamente 12 (doze) anos e empresa trabalhei em outra empresa de

transporte por volta de cinco anos e agora na BH Leste Transportes.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Qual empresa que a senhora trabalhou por cinco anos?

Ester das Graças: Grupo Rodap, por 12 (doze) anos, iniciando em 2006, Transimão por 5 (cinco) anos, iniciando em 2019.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como que a senhora conheceu o senhor Nilo Simão e o Nilo Simão Júnior?

Ester das Graças: Na TranSimão Transportes.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Por quanto tempo que a senhora trabalhou com o Nilo Simão e com o senhor Nilo Simão Júnior?

Ester das Graças: Aproximadamente cinco anos. não vou saber precisar, mas aproximadamente cinco anos, iniciei em 2019 até o final de 2022.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quando que a senhora encerrou o seu último vínculo trabalhista?

Ester das Graças: vínculo trabalhista, início de 2023. No início exatamente a data eu não vou saber senhora.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Teve uma ação, que que a senhora teve homologação, de um processo aí de uma ação do acordo trabalhista no dia 31/01/2023, proposta em 31/01/2023 e ela foi homologada em 08/02/2023 que a senhora trabalhava na Aviação Belo Monte Transporte Coletivos, isso aí procede?

Ester das Graças: Procede.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quando que a senhora começou a trabalhar na BH Leste?

Ester das Graças: Na BH Leste, as atividades no início de janeiro, a gente ainda estava em transição de encerrar esse contrato trabalhista e eu assumir, a empresa BH Leste, a diretoria operacional da BH Leste Transportes.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: No início de janeiro?

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Senhora Ester, bom dia, seja bem-vinda. Só para entender, a senhora comentou que trabalhou na Transimão, mas tem esse vínculo trabalhista na Viação Belo Monte SA., a empresa Viação Belo Monte Transportes Coletivos SA é uma empresa da Transimão ou é uma empresa diferente?

Ester das Graças: Eu não vou saber te explicar exatamente o vínculo, mas é relacionado ao Grupo Transimão.

Ver.(a) Bráulio Lara: Estou te fazendo essa pergunta só porque a senhora narrou, que trabalhou na Rodap, depois a senhora foi para TranSimão e aí...

Ester das Graças: Rodap, inclusive o grupo tem vários registros de empresas, eu não vou, sabe…lendo a minha carteira de trabalho aqui, eu vou falar para vocês todos os vínculos trabalhistas com as empresas. Que a gente se preocupa mais com o nome fantasia, tão tranquilo, eu tinha finalizado a resposta, ficou claro?

Ver.(a) Bráulio Lara: O meu objetivo na pergunta de fato era só para clarificar, deixar bem transparente essa relação. Porque a informação que a senhora confirmou que o seu último vínculo trabalhista se encerrou dia 30 de janeiro com a empresa Viação Belo Monte Transportes Coletivo.

Ester das Graças: Não, eu não falei a respeito de datas porque eu não me lembro. Eu falei com vocês que meu vínculo trabalhista terminou no início de 2023. A data precisa vocês que me trouxeram aí e ainda estava em transição, então eu iniciei as atividades na BH Leste no início do ano também.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: É, a senhora poderia me responder novamente, quando a senhora começou a trabalhar na BHLeste?

Ester das Graças: Exercer as atividades operacionais no início de 2023.

(47:19) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Dona Ester, na ação de homologação, do acordo trabalhista da senhora que foi proposta em trinta de janeiro, a senhora se

declarou como hipossuficiente, ou seja, que a senhora não teria recursos para arcar com as custas do processo, então, no entanto a senhora já era diretora da empresa aí BH Leste Transporte há mais ou menos quase um mês?

(47:46) Ester das Graças: Não, eu não era diretora. Eu estava exercendo atividades de operação na BH Leste. Mas eu não era diretora da BH Leste ainda neste período.

(47:48) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Na petição, apresentada nesta CPI, na sua defesa aqui, o senhor Nilo, ele afirma que a senhora ganha o valor de mercado para um cargo dessa envergadura,

(47:56) Ester das Graças: Sim.

(47:57) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então mesmo ocupando o cargo desta diretoria uma grande empresa de transporte a Sra. não tinha condições de arcar com as custas do processo? A Sra. mentiu nesse processo?

(48:10) Ester das Graças: Não, não menti, não, sinceramente assim questões jurídicas, elas não são tão claras assim para mim, não é a minha expertise eu, não, sinceramente não o documento assim eu não me lembro, enfim.

(47:28) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quando a senhora apresentou a declaração de hipossuficiência senhora não lembro se a senhora tinha condições ou não de pagar as custas do processo?

(47:42) Ester das Graças: Posso não saber do que se tratava exatamente assim, por não ter ficado claro.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A declaração de hipossuficiência? Mas a senhora não é uma representante de uma empresa da BHLeste Transportes e tem experiência na carteira?

Ester das Graças: Eu tenho experiência operacional, senhora, jurídica, eu não sou advogada, eu não, sinceramente não tenho.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas a Sra., não tem ciência do que é uma

declaração de hipossuficiência?

Ester das Graças: Não, claramente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia me informar como foi o nascimento da BH Leste, como surgiu a ideia de abri-la e quem teve essa ideia?

Ester das Graças: Não sei te informar Sra., a formalização da empresa, como surgiu a empresa, isso eu não sei te informar.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora não sabe então?

Ester das Graças: Juridicamente não, como que a empresa foi constituída, eu não sei se a pergunta, se eu entendi bem a pergunta.

(49:39) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhora então não sabe me formar então quando a empresa BHLeste foi aberta?

(49:42) Ester das Graças: Datas exatas não. Eu sei quando ela começou a ser operacionalizada, que isso eu estava envolvida. Isso eu sei.

(49:49) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A sra. poderia me informar qual é a relação da senhora com o senhor Bruno Santana Barros e Cristiano Carvalho de Oliveira?

(49:56) Ester das Graças: Nenhuma relação senhora.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhora sabe, nenhuma relação?

(50:00) Ester das Graças: Não. Não conheço essas pessoas.

(50:05) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia me informar como que eles decidiram então eleger a senhora como diretora? Como foram feitas as reuniões para tratar desse assunto?

(50:11) Ester das Graças: Não foram eles que me elegeram diretora, foi o senhor Nilo que me elegeu diretora.

(50:20) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia me informar, se a senhora esteve em São Paulo para participar de alguma reunião?

(50:25) Ester das Graças: Não estive em São Paulo, senhora.

(50:29) Ver.(a) Loíde Gonçalves: As atas da reunião da empresa, elas atestam que a senhora estava lá em São Paulo para o ato desta constituição.

(50:40) Ester das Graças: Elas não atestam o que eu estava lá em São Paulo. As reuniões foram intuitivas da empresa, eu fiz com o senhor Nilo. Ele é acionista da empresa e foram tratados com ela. Essa formalização da empresa foi feita com ele.

(50:53) Ver.(a) Loíde Gonçalves: As reuniões foram presenciais ou virtual, a sra sabe?

(50:59) Ester das Graças: Não, eu não estive em São Paulo.

(51:02) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora nunca esteve em São Paulo?

(51:03) Ester das Graças: Não, nunca estive.

(51:05) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Para o ato da constituição dessa empresa?

(51:07) Ester das Graças: Não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia me informar quem era contador dessa empresa em São Paulo?

Ester das Graças: Não sei informar.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia me informar, quem é o contador da empresa aqui em Belo Horizonte?

Ester das Graças: Celi Bassi.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como? poderia repetir.

Ester das Graças: Celi Bassi.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora já trabalhou com atual contador da empresa BH Leste em outras ocasiões?

Ester das Graças: Com o atual? com a Sueli Bassi, não trabalhei. Em outras

empresas não, foi essa pergunta?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso.

Ester das Graças: Não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas em outras empresas a senhora já trabalhou com ele?

Ester das Graças: Com a contadora Celi Bassi não. Só BH Leste Transportes.

(52:10) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque a empresa começou em São Paulo e não aqui em Belo Horizonte. A senhora poderia me informar?

(52:16) Ester das Graças: Não, não sei responder.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora sabe me informar porque que foi comprado uma empresa de prateleira? Por que não dava tempo de abrir uma empresa, porque, qual que era dessa urgência a senhora poderia me informar isso daí?

Ester das Graças: Senhora qualquer informação jurídica ou contábil não vou saber responder, até aqui, sei que os senhores escolheram para outro dia para oitiva do senhor Nilo, mas a gente já poderia sair com isso esclarecido se permitisse a palavra a ele. Eu não sei responder.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então a senhora não sabe informar?

Ester das Graças: Não. A minha capacidade é operacional. Então eu sou administradora de empresas. Então qualquer pergunta relacionada a parte contábil e jurídica eu não tenho capacidade para poder responder e acredito que eu vou confundir mais do que ajudar.

(53:20) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia nos informar porque houve alteração do capital social dessa empresa, se desde o começo já sabia que ia operar com ônibus e porque começou com social de mil reais?

(53:23) Ester das Graças: Senhora, mais uma vez, não vou saber responder para senhora nenhuma dessas questões. Acredito que esteja fácil de ter esses esclarecimentos, que o senhor Nilo está aqui disposto espontaneamente para responder essas questões. Qualquer questão operacional eu estou disponível para isso.

(53:20) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Hoje é um interrogatório com a senhora, nós iremos ainda agendar o horário do senhor Nilo. Tá? Só pode ficar tranquila, ficar calma.

Ester das Graças: Eu estou tranquila.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora Henrique pode perguntar.

Ver.(a) Henrique Braga: Bom dia, mais uma vez. Uma pergunta, vocês da empresa BH Leste, já indicaram algum líder do consórcio para receber valores que teriam direito e quem era essa pessoa?

Ester das Graças: Não sei responder senhor.

(54:40) Ver.(a) Henrique Braga: Você sabe como e porque colocaram a empresa CCBB 34 participantes ou participações para operar no lugar da Viação Torres e como a BH Leste acabou substituindo a CCBB 34 participações para operário lugar da viação Torres, mesmo sem ter recebido permissão da PBH para tal?

(54:54) Ester das Graças: Senhores mais uma vez o senhor Nilo está aqui espontaneamente ele consegue responder a todas essas perguntas, eu não sei responder a essa pergunta, não cabe a mim fazer isso.

(55:23) Ver.(a) Bráulio Lara: Henrique. Deixa-me só dentro da sua pergunta, a senhora sabe por que, que a senhora é a primeira pessoa que está sendo ouvida?

(55:27) Ester das Graças: Não, a ordem. Perdão, a ordem como acontece não sei.

(55:34) Ver.(a) Bráulio Lara: Qual é a sua posição na empresa?

(55:36) **Ester das Graças:** Diretora operacional.

(55:37) **Ver.(a) Bráulio Lara:** E perante os documentos da empresa?

(55:42) **Ester das Graças:** Perante os documentos eu sou representante legal. Mas eu tenho o senhor Nilo trabalhando junto comigo na empresa. Então assim, eu me atenho às questões operacionais, conversamos, discutimos, ele me passa, só que eu não tenho o conhecimento para passar todas as respostas ao que eu acredito que seria de interesse dos senhores.

Ver.(a) Henrique Braga: É do seu conhecimento como sócia do senhor Cristiano Carvalho de Oliveira que ele é sócio administrador de 34 CNPJ?

Ester das Graças: Senhor, eu não sou sócia do senhor Cristiano, eu não sou sócia de empresa nenhuma.

Ver.(a) Henrique Braga: Você sabe, com o que o seu sócio senhor Cristiano, trabalha além de administrador, administrar a BH Leste?

Ester das Graças: Senhor mais uma vez eu não sou sócia do senhor Cristiano, e eu nem conheço o senhor Cristiano.

Ver.(a) Henrique Braga: Como e por que dá BH Leste assumiram as operações da Viação Torres mesmo sem uma autorização formal da prefeitura ou da SUMOB e se houve algum pagamento da BH Leste para Viação Torres ou foi uma doação desta empresa para BH Leste?

Ester das Graças: O senhor pode repetir? Eu realmente não entendi.

Ver.(a) Henrique Braga: Como e por que vocês da BH Leste assumiram as operações da Viação Torres mesmo sem uma autorização formal da prefeitura ou da SOMOB e se houve algum pagamento da BH Leste para Viação Torres ou foi uma doação dessa empresa para BH Leste?

Ester das Graças: Tá. São várias perguntas aí eu vou falar até onde eu consigo resposta. até onde eu sei, a aviação Torres não tinha capacidade para poder continuar operacionalizando a BH Leste e aí ao que me cabe eu entrei no operacional

da empresa BH Leste a partir do início do ano. Se doação essas outras perguntas, eu não sei responder. O restante das perguntas, foram três a quatro perguntas se eu tiver compreendido bem. O senhor me desculpa

Ver.(a) Henrique Braga: Você trabalhou para a empresa do senhor Nilo Simões, viação Belo Monte transporte coletivo SA, por qual período e em quais funções?

Ester das Graças: Eu trabalhei entre 2019 até final de 2022, na função diferente das tarefas exercidas na função de analista de custos.

Ver.(a) Henrique Braga: Para quais empresas ligadas ao transporte você trabalhou? Em quais período antes de assumir a administração da empresa BH Leste?

Ester das Graças: Eu trabalhei entre 2006 até dois 2018 para o Grupo Rodap. Então, nos meus registros tem diversas empresas relacionadas ao grupo Rodap. Mas basicamente resumidamente entre 2006 e 2018, eu trabalhei para o grupo Rodap.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora já atuou em outra ou nessas empresas que você falou como diretora?

Ester das Graças: Não. Não como diretora.

(59:36) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quando eu estava a Interrogando a Senhora disse que a senhora entende apenas nas questões operacionais. Como, que é a sua função dentro da empresa? Qual é o seu trabalho ali? Se a senhora poderia contar os ônibus? pode me explicar? Pode ficar à vontade, para me contar qual é a função que a senhora exerce dentro hoje da empresa BH Leste?

(59:58) Ester das Graças: Tá. Na BH Leste, processos operacionais desde a o cumprimento das viagens, a parte de manutenção dos veículos, a parte de contratação de funcionários, definição de processos, acompanhamento das viagens, toda a parte operacional, das viagens é comigo.

(1:00:15) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A sua atuação em questão aos

processos, qual, que é a sua função ali dentro? Como que a senhora faz esse trabalho dos processos? Que processos são esses? Jurídicos, quais são?

(1:00:30) Ester das Graças: Não, não, desculpa, processos operacionais, então como todo mundo sabe é enviado um quadro de horário pela, um quadro de realização de viagens, uma ordem de serviço pela SUMOB.

Então desde o desde o momento de pegar, absorver essas ordens de serviço, determinar escalas, determinar a realização de viagens, atribuindo a eles os motoristas adicionando os insumos, Motoristas e veículos a parte de manutenção desses veículos, limpeza desses veículos, acompanhamento de toda garagem. É comigo. Ficou claro os processos? Eu tendo a falar de forma resumida, mas se não tiver ficado claro, eu te explico.

(1:01:19) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A sra. poderia me informar qual é o papel do senhor Nilo Júnior dentro da empresa?

(1:01:22) Ester das Graças: Nilo Júnior, é acionista da BH Leste Transportes, meu chefe, é parte administrativa toda com ele.

(1:01:24) Ester das Graças: Jurídico-administrativo contábil com ele. Eu respondo pela parte operacional, pela realização das viagens, manutenção dos veículos, contratação de pessoal operacional.

(1:01:39) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quantos acionistas tem a empresa, a senhora sabe me informar?

(1:01:43) Ester das Graças: Pelo meu conhecimento, só o senhor Nilo Júnior.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então assim a senhora poderia estar nos enviando já estou já pedindo para senhora enviar, para essa CPI o livro dos acionistas no prazo de vinte e quatro horas. Tá? Para essa CPI. está OK? Entendeu?

Ester das Graças: Essa pergunta é pro Sr. Nilo, ne?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora informou que a senhora tem ciência, tem sabe até informar quantos acionistas tem.

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então a senhora poderia, por gentileza nos enviar para essa CPI o livro, constam esses acionistas porque isso tem que estar registrado.

Ester das Graças: Sim. O senhor Nilo okay.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora é acionista?

Ester das Graças: Não, não sou acionista.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Qual é a sua autonomia dentro da empresa BH Leste Transporte?

Ester das Graças: Eu tento autonomia pelo orçamento operacional, pela parte operacional, contratação de pessoal operacional, motoristas, mecânicos, eletricistas, pessoal de operacionalização de linha, pessoal de limpeza. Essa é minha autonomia. Na contratação desse quadro no gasto do orçamento operacional, combustível, peças, pneus, essa parte.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora pode tomar todas essas decisões sozinhas?

Ester das Graças: Relacionadas ao operacional sim. Relacionado a este orçamento específico ao qual eu disse sim.

Ver.(a) Loide Gonçalves: Para tomada assim de decisões de aquisições de novos veículos, a senhora tem essa autonomia?

Ester das Graças: Não, investimentos eu não tenho autonomia, tenho autonomia ao custo.

(1:03:26) Ver.(a) Bráulio Lara: Senhora Ester, só pra gente entender?

Ester das Graças: Claro.

(1:03:27)Ver.(a) Bráulio Lara: A senhora, os atos operacionais, por exemplo, contratação de funcionários, tudo isso é a senhora que executa? É a sua assinatura

que vai?

(1:03:37) Ester das Graças: Contratação de funcionários operacionais, motoristas, mecânicos, sim.

(1:03:43) Ver.(a) Bráulio Lara: Os documentos todos da empresa, a senhora que assina?

(1:03:44) Ester das Graças: Sim.

(1:03:46) Ver.(a) Bráulio Lara: Todos?

(1:03:47) Ester das Graças: Sim, mas…

(1:03:48) Ver.(a) Bráulio Lara: Essa interface, por exemplo, que a gente fez uma pergunta antes, a vereadora Loíde colocou, contabilidade, por exemplo, é uma interface que acontece com a senhora, a senhora que faz a assinatura de registros, de livros ou outros tipos de documentos contábeis?

(1:04:02) Ester das Graças: Eu sou representante legal, mas eu faço essas assinaturas em conjunto com o senhor Nilo…

(1:04:10) Ver.(a) Bráulio Lara: Mas ela é em conjunto, em qual sentido? A empresa precisa de duas assinaturas ou você faz a assinatura e a sua que vale, mas acompanhada de uma orientação do senhor Nilo?

(1:04:20) Ester das Graças: A assinatura é a minha, mas acompanhada com orientação, com a ciência desses documentos juntamente com o senhor Nilo.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então a senhora exerce os atos da administração da empresa?

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Jorge Santos: Tem algum vereador online que quer fazer perguntas? Sérgio, Juliano? Não, senão a gente vai continuar por aqui. Continua, Loíde.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, pelo o que a sra. nos informou, o senhor

Nilo que toma as decisões, ele entrega os documentos e a senhora assina. Todos os documentos que ele entrega para senhora?

Ester das Graças: Nós nos reunimos, lemos juntos os documentos, ele me explica com relação aos documentos, a gente conversa a respeito dos documentos e eu assino.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pois a senhora nos informou que a senhora não tem conhecimento nenhum sobre o sistema jurídico, contábil da empresa, mas aí só na leitura, numa simples leitura com o senhor Nilo, a senhora consegue ter o entendimento e dar assinatura da senhora?

Ester das Graças: Senhora, é muito difícil um administrador de empresas que tenha conhecimento profundo em todas as áreas. Ele sempre vai demandar de profissionais capacitados, especialistas em nas áreas contábeis, nas áreas jurídicas para que ele as tenha conhecimento e tenha segurança para assinar determinados documentos.

Então sou administradora de empresas, eu acredito que eu não escapo aí a essa regra geral que são dos administradores que eles precisam ter pessoal capacitado para instruir com relação a essa documentação. Então não acho que eu seja diferente dos demais não.

(1:06:09) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia me informar se a empresa já atuou no ramo de transportes, antes de se integrar ao consórcio?

(1:06:15) Ester das Graças: Não. A BH Leste Transportes não.

(1:06:21)Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ela nunca atou? A empresa BHLeste Transporte.

(1:06:27) Ester das Graças: Não.

(1:06:29) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nunca atuou neste ramo?

(1:06:31) Ester das Graças: Que eu tenha conhecimento não senhora.

(1:06:34) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quando que a empresa começou a atuar

no ramo do transporte? A empresa BH Leste?

(1:06:38) Ester das Graças: Operacional que eu posso responder, início de janeiro. Quando eu falo que eu posso responder, é lembrança e capacidade.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: No início de janeiro?

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia me informar se vocês assumiram a frota da Viação Torres? A que título que foi, se foi incomodado, doação, venda?

Ester das Graças: Não tenho essa informação. Nós utilizamos os veículos que antes eram utilizados para Torres, pela Torres, essa informação eu consigo te passar. Agora em qual formato não sei responder.

Ver.(a) Bráulio Lara: Senhora Ester, as perguntas que nós estamos fazendo é para justamente entender qual é a sua responsabilidade, o seu posicionamento dentro da empresa e obviamente como nós começamos qualquer tipo de trabalho a partir de documentação das empresas.

E tem todo um processo que deve e deveria ter sido seguido, nós estamos querendo entender exatamente qual é a sua responsabilidade. Porque a grande questão é, pelo que a senhora disse, antes a senhora trabalhava como carteira assinada, durante todo esse trajeto.

E de repente a senhora aparece com uma administradora de uma sociedade anônima e a gente está fazendo essas perguntas para entender exatamente, porque que a senhora assumiu esse papel de administradora de uma S.A ao invés de por exemplo também ser mais uma pessoa contratada. O que te eleva a esse patamar e a sua responsabilidade?

Ester das Graças: Tá. vamos lá. Apareço como administradora. Eu sou formada em administração, graduada pela PUC Minas. E me graduei em 2011, eu não apareço, eu me formei administradora. E o que o senhor está falando, eu sou estou representando a empresa mas exerço a diretoria operacional.

Sou diretora estatutária da BH Leste Transportes SA. Então assim, dentro do que é a minha competência, eu tenho experiência e formação para exercer isso.

Conforme eu falei, todos os processos operacionais da empresa, ficou claro?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora nos falou que é diretora operacional, a senhora sabe me informar, quantos ônibus a senhora vocês receberam, quando os ônibus tinham?

Ester das Graças: Cento e quatro veículos, sessenta por cento Volvo, veículos Volvo, um volt e o restante Mercedes.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como que foi feito o pagamento por esses veículos?

Ester das Graças: Não tem essa informação, senhora.

Ver.(a) Bráulio Lara: Senhora Ester, é nesse aspecto que a gente precisa de deixar bem transparente e jamais a gente está aqui questionando sua formação acadêmica, a sua titulação, o que te habilita a ser uma administradora de qualquer tipo de empresa.

A questão é que a senhora é administradora de uma empresa S.A que presta serviço de transporte público dentro de Belo Horizonte.

E essa relação quando a gente faz perguntas como por exemplo é uma empresa nova começou a operar em janeiro, que a senhora disse e do jeito que a senhora está respondendo nos leva a entender que a senhora de fato está só no papel e não e as decisões não eram responsabilidade da senhora.

(1:10:04) Ver.(a) Bráulio Lara: Por exemplo, quando vai comprar um carro, um ônibus novo, é a senhora que assina?

(1:10:08) Ester das Graças: Senhor Bráulio, apesar de vocês falarem com relação à formação, e é nessa CPI, a minha, a minha capacidade ela já foi muito questionada sim, pelo procurador que esteve aqui, e que mostrou a fachada do meu prédio que falou dessa mesma forma, nesse mesmo tom como se eu não tivesse, a

capacidade de estar aqui de ser diretora operacional.

Então assim, respondendo a sua pergunta, qual capacidade que eu tenho com relação ao investimento em ônibus? Em falar para os senhores que o em explicar pro acionista, explicar pro investidor, qual é o melhor ônibus a ser comprado por exemplo, qual que nos traz o melhor rendimento? Qual que vai ter o menor custo de manutenção? Qual, que é o mais adequado à o itinerário que a gente trafega.

Isso eu tenho a capacidade para poder responder porque cabe ao meu operacional. Agora a parte de qual financeiramente vai ser mais viável, qual o investimento é melhor, qual vai ter a melhor forma de pagamento. Não, isso não me cabe. Ser exercido pelo senhor Nilo.

(1:11:20) Ver.(a) Bráulio Lara: Mas se tiver um contrato para assinar você que assina?

(1:11:21) Ester das Graças: Eu que assino.

(1:11:22) Ver.(a) Bráulio Lara: É isso que a gente está te perguntando. E aí vem a questão basicamente. Vocês fizeram a aquisição da Viação Torres, né, como foi de fato essa aquisição da senhora assinando?

(1:11:37) Ester das Graças: Eu assinando, como eu falei eu me reúno com o senhor Nilo, com os contratos, com o que será resolvido e é definido e eu assino.

Sinceramente eu não creio que nenhum empresário ou dono ou administrador que ele tenha tal capacidade de sozinho definir algum tipo de investimento ou qualquer coisa que seja na administração de uma empresa.

Eu entendo que na administração de uma empresa ela é tida um conjunto de pessoas tomando decisões ali.

E nem sempre aparece todas as assinaturas dali. Então naquele documento. Então é uma formação de uma série de capacidades ali em conjunto e alguém representa. OK. Eu entendo que isso seja natural, na minha percepção.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas qual é a dificuldade dele, assinar junto com a

senhora?

Ester das Graças: A senhora precisa perguntar para ele nesse caso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ah, mas, ele tem que justificar isso para senhora, não, ele só te entrega os documentos e a senhora assina. Porque se a sra. não sabe nos informar, como que, foi feito a compra da empresa da Torres.

A senhora nos informou que normalmente se reúne lê, eles têm que informar, olha, aqui foi uma ascensão, não, aqui um comodato, não, aqui é uma venda, nós estamos comprando, a senhora não teve ciência disso? A senhora simplesmente assinou o contrato?

Ester das Graças: O fato ter ciência, ter de tratar aquilo ali é uma coisa. Eu vir a uma CPI e falar a explicar de maneira jurídica ou com a capacidade eu não terei.

Então assim não vejo forma de dar esclarecimentos com relação a esse assunto, qualquer esclarecimento operacional eu vou ficar muito tranquilo em falar.

Mas com relação a esse, eu não sei.

Ver.(a) Jorge Santos: Deixa-me só entender aqui, bom dia, tudo bem? Vereador Jorge. Eu estou vendo a senhora colocar aí as suas palavras assim, eu estou tentando entender porque tem algumas coisas que a senhora conseguiu explicar. Correto?

Ester das Graças: Correto.

Ver.(a) Jorge Santos: E tem outras coisas que eu estou tentando entender aqui porque a senhora como diretora que hoje é o seu cargo ela é diretora.

Ester das Graças: Diretora operacional.

Ver.(a) Jorge Santos: Diretora operacional. Isso eu já consegui entender.

Como é que tem outras coisas que às vezes foge assim da do controle que às vezes a senhora não conseguiu explicar. Eu queria entender assim, quanto tempo que a senhora já está lá nessa empresa?

Ester das Graças: BH Leste Transporte?

Ver.(a) Jorge Santos: É.

Ester das Graças: Desde janeiro.

Ver.(a) Jorge Santos: A senhora já era de carreira lá dentro ou foi indicada por alguém?

Ester das Graças: Minha carreira no transporte coletivo nesses quase 17 (dezessete) anos de transporte coletivo.

Ver.(a) Jorge Santos: É como que a senhora chegou lá?

Ester das Graças: Fui convidada pelo senhor Nilo Júnior.

Ver.(a) Jorge Santos: E a senhora já conheceu o seu Nilo de algum trabalho?

Ester das Graças: Da empresa Transimão. Onde trabalhei por cinco anos.

Ver.(a) Jorge Santos: Aí ele lhe convidou a senhora que viesse trabalhar com ele hoje onde a senhora já está?

Ester das Graças: Exatamente.

Ver.(a) Jorge Santos: Uma pergunta aqui, a BH Leste Transporte ela tem o CNPJ 42.603.554/0002-04. Fundada em 26/01/2023 da qual você, no caso a senhora e o senhor Cristiano Carvalho de Oliveira são os administradores e uma filial do consórcio BH Leste que é o CNPJ 09.648.037/0001-03 do qual o senhor Rubens Lessa é o administrador. A senhora tem conhecimento disso?

Ester das Graças: Não senhor, e o CNPJ eu não vou saber de qual CNPJ, eu não sou administradora junto com o senhor Cristiano.

Ver.(a) Jorge Santos: É porque eu estou tentando entender, veja bem, suponhamos, eu estou aqui na Câmara Municipal, se eu sou o diretor geral de um setor, eu tenho que estar a par de tudo que está acontecendo.

É que eu não estou conseguindo entender a senhora como diretora estou

falando dentro da sua área. Eu não estou levando para jurídico. Porque tem algumas perguntas aqui que a senhora não está conseguindo explicar.

E está deixando uma dúvida entre entendeu? A segunda pergunta é essa daqui. A senhora e o Cristiano Carvalho de Oliveira que participa de 34 (trinta e quatro) CNPJ. Talvez a senhora não vai falar sobre ele, mas a gente tem aqui. Que cria uma BH leste juntos e de onde a senhora o conheceu?

Ester das Graças: Eu não conhecia o senhor Cristiano, como foi falado aqui inclusive é no jargão de empresa de prateleira. Então a empresa do Cristiano é uma empresa de que foi comprada. A BH Leste foi comprada de prateleira enfim, até onde eu sei…

Ver.(a) Jorge Santos:A senhora não conhecia?

Ester das Graças: eu não conheço o Sr. Cristiano.

Ester das Graças: Sou diretora mais uma vez operacional. Se o senhor me perguntar do gerente de tráfego, do encarregado da manutenção, dos mecânicos, dos eletricistas que tenham lá na empresa, eu vou saber te responder, vou saber te responder quais são as tarefas exercidas por eles. Agora qualquer pergunta relacionada a quem da administração contábil e jurídico.

Ver.(a) Jorge Santos: Porque se a senhora, mas perguntar sobre os funcionários então por que, que em vários contratos que a gente tem assinatura da senhora junto com ele? É o que eu não consigo entender.

Ester das Graças: Nas atas constitutivas da empresa tem as assinaturas, mas como eu falei como eram feitas as assinaturas o acionista presente era o senhor Nilo Júnior.

Ver.(a) Henrique Braga: Além da pergunta do que o Jorge fez, o vereador Jorge fez, me veio uma dúvida porque nas concessões da empresa, na criação da empresa.

Você assinou junto com esse cidadão que foi dito aí a ata de fundação, e a senhora não sabe, como é que foi pago, se foi doação, se foi comodato ou se vocês

pagaram em espécie. E para quem? E quanto foi?

Ester das Graças: O senhor está falando da Torres, É isso?

Ver.(a) Henrique Braga: Estou falando da BH Leste.

Ester das Graças: Da BH Leste qual o contrato? Eu não entendi.

Ver.(a) Henrique Braga: Dia 26 de janeiro vocês assinaram um documento de criação da BH Leste..

Ester das Graças: Correto.

Ver.(a) Henrique Braga: Adquirindo o patrimônio da Viação Torres, a pergunta que o Jorge fez e que desculpa a senhora não respondeu com clareza.

É sobre a aquisição, quando você foi questionada aqui por mim, pela vereadora, pelo outro vereador lá, sobre como foi adquirido esse patrimônio da Torres passando para BHLeste quando foi? E quando foi pago? Você respondeu os números de ônibus tudo bonitinho.

Quando foi pago ou se foi doação, se foi aluguel. Como é que foi isso aí? É isso que nós queremos entender.

Ester das Graças: Eu não sei detalhes dessa negociação, senhores, o senhor Nilo ele está aqui espontaneamente, essas perguntas todas poderiam ser esclarecidas e perguntadas para ele,

Ver.(a) Jorge Santos: Vai chegar o tempo dele, isso vai ser feito para ele. Por enquanto é a senhora. Pode continuar por favor.

Ester das Graças: Claro, já respondi.

Ver.(a) Jorge Santos: Tá. Então vou continuar aqui com a minha. É do conhecimento que o senhor Cristiano Carvalho de Oliveira trabalha há anos para o senhor Rubens Lessa de Carvalho no grupo Saritur?

Ester das Graças: Eu não conheço o senhor Cristiano. Não sei te falar das

experiências profissionais do senhor Cristiano.

Ver.(a) Jorge Santos: Então a senhora afirma que desde o começo que a senhora não o conhece.

Ester das Graças: Não conheço ele.

Ver.(a) Jorge Santos: Quero que isso fique registrado por favor. A senhora trabalha ou já trabalhou para o senhor Rubens Lessa de Carvalho? E de onde a senhora o conhece?

Ester das Graças: Nunca trabalhei pro senhor Rubens, já estive em assembleias no SETRA e já vi o senhor Rubens, mas não conheço o senhor Rubens.

Ver.(a) Jorge Santos: Só viu?

Ester das Graças: Só vi.

Ver.(a) Jorge Santos: Mas não conhece e nunca trabalhou para ele?

Ester das Graças: Nunca trabalhei pro senhor Rubens, não conheço o senhor Rubens.

Ver.(a) Jorge Santos: a senhora sabe se existe alguns parentescos entre o sócio do senhor Cristiano Carvalho de Oliveira e o senhor Rubens Lessa de Carvalho?

Ester das Graças: Não conheço nenhum dos dois, não tem como eu saber de parentesco.

Ver.(a) Jorge Santos: Pela última ata do consórcio da BH Leste, qual foi a empresa eleita como líder do consórcio?

Ester das Graças: A empresa eleita S&M Transportes se eu não me engano, realmente assim está, não está tão claro para mim, mas S&M transporte se eu não me engano.

Ver.(a) Jorge Santos: A senhora não tem conhecimento, não se lembra? chegou a participar?

Ester das Graças: É lembrança mesmo. Eu participei das assembleias, mas é de lembrança. São muitas empresas do consórcio senhores me perdoem não ter assim, tanta certeza nos nomes. Mas se eu não me engano é S&M Transportes.

Ver.(a) Jorge Santos: Pela última ata do consórcio BH Leste qual foi a empresa eleita, foi como o consórcio a senhora não está lembrado não é isso? Que fique registrado também. Segundo a resposta da Transfácil a essa Comissão, a Empresa de Viação Torres indicou para receber os pagamentos aos quais ela tem direito, por repasse a empresa do consórcio BH Leste?

Ester das Graças: Repete a pergunta por gentileza.

Ver.(a) Jorge Santos: Segunda resposta da Transfácil, a essa comissão, a empresa de viação Torres indicou para receber os pagamentos, aos quais ela tem direito, por repasse e a empresa ali do consórcio BH Leste?

Ester das Graças: Ela indicou, não ficou clara a pergunta, indicou para receber do subsídio a empresa BH Leste?

Ver.(a) Jorge Santos: Corretamente.

Ester das Graças: Sim, a empresa BH Leste.

Ver.(a) Jorge Santos: OK. sem mais pergunta.

Ver.(a) Bráulio Lara: Senhora Ester.

Ester das Graças: Sim.

(1:22:40) Ver.(a) Bráulio Lara: Já que da forma que a senhora disse como administradora da empresa que a sua função era mais operacional, eu queria fazer algumas perguntas a título dos funcionários.

Vocês assumiram a operação que antes estava sob comando da Viação Torres, quando vocês assumiram, vocês contrataram todos os funcionários que estavam na na aviação Torres, como que foi feito isso?

(1:22:58) Ester das Graças: Contratamos todos os funcionários, 384

(trezentos e oitenta e quatro) funcionários da Torres, a gente contratou para continuar a operação da BH Leste de Transportes.

(1:23:06) Ver.(a) Bráulio Lara: Então todo mundo que estava no operacional foi admitido?

(1:23:10) Ester das Graças: Todo mundo foi readmitido.

(1:23:12) Ver.(a) Bráulio Lara: Não houve nenhum tipo de seleção, veio de fato a estrutura inteira.

(1:23:16) Ester das Graças: Veio a estrutura inteira.

(1:23:22) Ver.(a) Bráulio Lara: Certo. Ou vocês trouxeram também reforços de outras linhas de frente de outras empresas que são parceiras de vocês?

(1:23:27) Ester das Graças: Ao longo desses meses a gente teve absorção de funcionários. A empresa é muito dinâmica Saídas, absorção de funcionários do segmento. Mas no início nós absorvemos todos os funcionários da Viação Torres e admitimos esses funcionários nas mesmas funções e salários que eles estavam anteriormente.

(1:23:51) Ver.(a) Bráulio Lara: Quem da equipe suas mais experiente digamos assim que foi admitido nesse primeiro momento para encampação ou para entrar entre aspas na operação que estava antes na Torres?

(1:24:03) Ester das Graças: Nós trabalhamos com os funcionários da Viação Torres, não sinceramente não lembro de ter trazido outros funcionários no início, mas assim foi muito dinâmico, esse já tem oito meses.

Então tiveram saídas desses que foram admitidos no início do ano, entrada de outros funcionários do sistema.

(1:24:29) Ver.(a) Bráulio Lara: Eles foram demitidos da Viação Torres ou eles pediram demissão e na sequência foram contratados pela BHLeste, como foi esse processo?

(1:24:35) Ester das Graças: Até onde eu sei eles foram demitidos da Viação

Torres, nós admitimos uma admissão normal, agora se eles pediram, se foram, qual tipo de demissão não vou saber te falar.

(1:24:49) Ver.(a) Bráulio Lara: Mas ninguém chegou como uma pendência para que a BH Leste pagasse?

(1:24:55) Ester das Graças: Não.

(1:24:57) Ver.(a) Bráulio Lara: Então por exemplo. Como foi uma uma finalização do contrato da Torres digamos assim de forma talvez abrupta ao final, parcelas de férias, décimos terceiros, tudo isso aviação Torres é que resolveu, vocês não incorporaram nenhum tipo de pendência trabalhista com esses profissionais?

(1:25:20) Ester das Graças: Não, não incorporamos.

Ver.(a) Bráulio Lara: Tá. então a sua empresa começa a contar tudo do zero. As admissões novas, os encargos trabalhistas. Então digamos assim, você começa do zero de fato. É isso?

Ester das Graças: É isso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A garagem utilizada pela BHLeste é a mesma que foi utilizada pela Viação Torres?

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Houve celebração de um novo contrato ou ou aproveitamento do contrato anterior?

Ester das Graças: Houve celebração de um novo contrato, esse contrato é com a 4G locações, eu, inclusive, ao mesmo momento que teve a visita de entrega da garagem para com representante da viação Torres. Eu, aproveitei, né, vamos dizer assim, essa visita absorve-la na garagem e fazer essa vistoria na garagem do que tinha lá. Mesma garage.

Ver.(a) Bráulio Lara: A senhora que assinou o contrato de locação?

Ester das Graças: Foi.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, por gentileza, vocês enviam para a gente esse contrato doutor? Aqui para esta CPI.

A BH Leste assumiu as multas veiculares da Torres da Viação Torres?

Ester das Graças: As multas referentes ao início a operacionalização da BH Leste sim, que são praticadas por motoristas que estão com contrato com a BH Leste sim. Essas multas sim.

Tem um período de corte, então do início do ano essas multas de trânsito, multas relacionadas aos veículos é da BH Leste, compromisso da BH Leste.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vocês não transferiram os veículos pro nome da BH Leste, não?

Ester das Graças: Não.

Ver.(a) Bráulio Lara: Por quê?

Ester das Graças: Não sei te falar. Não sei te informar.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas nenhum veículo ou algum veículo, qual que é a situação? porque vocês recebem esses ativos? O ativo é da BH Leste ou não?

Ester das Graças: O ativo não é da BH Leste, a gente está operacionalizando com os carros com a estrutura que a Viação Torres tinha.

Então os veículos que eu operacionalizar hoje, não são da BH Leste, foi absorvido nesse negócio entre a BH Leste e a Torres.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas qual é a origem jurídica do negócio? Porque vocês estão usando um ativo que não está em nome da BH Leste e eu estou fazendo essa pergunta provavelmente a senhora pode até pensar que eu esteja fazendo a pergunta para janeiro, mas ela se aplica para agora em agosto.

Qual que é a estrutura? Porque a gente precisa entender se os carros não estão em nome da BH Leste obviamente se entrar uma multa, mesmo estando em nome de outros vocês vão absorver que foi o que a senhora acabou de dizer. Mas

esses carros não deveriam estar no patrimônio da empresa?

Ester das Graças: Eu... essa resposta essa pergunta vai precisar ficar pro senhor Nilo. qualquer coisa relacionada a operação eu consigo responder essa pergunta eu não consigo.

Ver.(a) Wesley Moreira: Então, quando chega uma multa, qual é a destinação, o que vocês fazem? A multa, a Viação Torres acabaram, tem uma sede, ela tá em algum lugar? Que aconteceu com a viação Torres?

Ester das Graças: Não tem resposta, não sei

Ver.(a) Wesley Moreira: Uma carta, uma multa vão para onde? Uma multa de trânsito ou uma multa da BHTRANS que ninguém paga? Geralmente ela é destinada para quem?

Ester das Graças: Ela chega até o SETRA, E é repassado para as empresas, então assim ela chega até o destinatário que está operacionalizando esses veículos que é a BH Leste. Então elas são absorvidas pelo nosso operacional.

Ver.(a) Wesley Moreira: Entendi, você nessa operação, os motoristas não acham estranho isso, não te fala?

Ester das Graças: A minha operação é identificar quem praticou aquele ato, então eu tenho uma escala onde me fala qual motorista estava naquele veículo e que cometeu aquela infração.

Ver.(a) Wesley Moreira: mas quem vai lá e assina?

Ester das Graças: É esse motorista.

Ver.(a) Wesley Moreira: Aí você tem que reconhecer?

Ester das Graças: Identificar o real condutor.

Ver.(a) Wesley Moreira: Mas a multa está feita em nome da Viação Torres?

Ester das Graças: Mas a multa tem uma identificação do condutor.

Ver.(a) Wesley Moreira: Mas o proprietário tem que assinar também, toda infração de trânsito para pessoa jurídica você reconhece um infrator, mas tanto o infrator assina como o proprietário também.

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Wesley Moreira: Aí quem que assina como proprietário?

Ester das Graças: Esses veículos tem diversas propriedades lá que é o que eles assinam. A gente repassa para esse representante daqueles veículos assinarem. Como proprietários daquele veículo. Mas a minha parte identificação de quem fez cometeu a infração, repasse a essa pessoa comprovação e posterior pagamento.

Ver.(a) Jorge Santos: São vários proprietários de veículos lá?

Ver.(a) Wesley Moreira: Dos cento e quatro veículos, você falou que são cento e quatro dos veículos.

Ester das Graças: Sim. Tem, proprietários dos veículos sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: São cento e quatro veículos, né?

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: São tantos proprietários assim?

Ester das Graças: Eu não vou saber de precisar de copo porque não é uma Co operacionalmente ela…eu cuido dela, então eu sei te falar é que tipo de ônibus que eu tenho lá, isso eu sei te falar com precisão, agora quantos proprietários, quais proprietários isso não é, meu dia a dia eu espero que os senhores entendam, no meu dia a dia isso não é importante. eu preciso saber os veículos…

Ver.(a) Jorge Santos: Mas a senhora como diretora da empresa, a senhora acabou de falar que cuida da parte do veículo, alguns contratos de funcionário, a senhora não sabe quem são os proprietários desses veículos, é isso que eu quero entender.

Como que a senhora é diretora, deixa eu explicar, a sra. é diretora de lá, nós

estamos falando dentro da sua área, a senhora acabou de colocar aqui que cuida dessas coisas que a gente está lhe perguntando, como que eu estou sendo diretor e eu tenho lá cento e poucos veículos, e eu não sei quem é um proprietário daqueles veículos.

Ester das Graças: Não, eu tenho como fornecer, te dar uma lista de todos os proprietários, quem responde por cada veículo. Aqui eu não sei te falar, porque eu não trouxe uma lista aqui pra te falar, este carro é dessa, desse proprietário, esse é desse eu não tenho como te falar.

Ver.(a) Jorge Santos: É o que o vereador colocou, chegou à multa, eu sou motorista e a vou procurar o Bráulio que ele cuida de dez. Ah, o vereador cuida de cinco. O Wilsinho ali… eu não estou conseguindo entender.

Ver.(a) Wesley Moreira: Proprietário pessoa jurídica?

Ester das Graças: Deixa-me tentar explicar um pouco melhor. Então eu tenho um Back Office, parte administrativa, que vai se preocupar com essa parte de propriedade do carro.

Eu vou me preocupar com a parte de identificação do infrator daquela multa, de quem cometeu aquela multa, OK? Ficou claro?

Ver.(a) Wesley Moreira: Deixa-me tirar uma dúvida, por exemplo, vamos supor assim, eu não sei se isso é comum nas outras empresas também, lógico, você não vai poder responder por eles.

Por exemplo, nós tivemos lá na TransOeste A TransOeste eles alegaram que tem noventa e oito ônibus. E a gente, nós entendemos lá que esses noventa e oito ônibus são deles, estão no nome deles. Está tudo no patrimônio deles. No caso hoje da BH Leste, não é assim?

Ester das Graças: Não é assim, e eu acredito que seja até em todas as empresas tenham variações de propriedade desses veículos. eu não sei se vocês chegaram a solicitar a documentação lá na TransOeste.

Ver.(a) Wesley Moreira: Por exemplo então lá na TransOeste, por exemplo

tem noventa e oito ônibus então pode ter, nesse universo de noventa e oito ônibus, ônibus que não estão no nome deles que pertencem a outras empresas uma coisa assim que você está querendo falar?

Ester das Graças: Pode ser que sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas de qualquer forma, senhora Ester, como a gente tem que ater ao objeto e aqui na CPI hoje é uma oitiva da senhora como administradora responsável pela empresa BH Leste SA, nós entendemos que a pergunta tem que ser direcionada de fato ao seu contexto.

Ester das Graças: Eu entendo.

Ver.(a) Bráulio Lara: A senhora no início disse que era uns veículos que estava no nome da aviação Torres, depois a senhora disse que tem veículos em nomes diversos que a senhora não tem esse controle exato, que a senhora não sabe.

E nós entendemos que deveria ser em nome da empresa, da BHLeste, explica isso melhor e aí outra pergunta para encaixar na sua resposta, é muito comum ter multa de trânsito pros veículos?

Ester das Graças: Tá. Primeira pergunta, eu falei que os veículos foram absorvidos pela operação, foram absorvidos da viação Torres para operação da BH Leste.

Eu não falei de propriedade de viação Torres, vocês me perguntaram com relação à propriedade e eu expliquei. E se é comum ter multas relacionadas a operador? Sim de semáforo. Acho que qualquer condutor está sujeito a ter multas de trânsito, Sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então se é comum certamente no campo administrativo da empresa você tem que ficar vendo lá qual que é o proprietário, vereador Wesley que vai ter que assinar ou formulário de identificação de condutor infrator. É isso que a gente quer saber, já que é comum quais são os nomes que vem?

Ester das Graças: Então, o que vocês precisam entender… eu sou responsável pela operacional, mas eu não executo todas as tarefas, então assim, tem

as pessoas determinadas para cada tarefa, tem a pessoa determinada para poder absorver e verificar a propriedade e solicitar a assinatura do proprietário.

Tem a pessoa que identifica os condutores responsáveis dessas que são responsáveis por essa multa. Então assim, quando eu falo qualquer dessas informações elas podem ser passadas pros senhores posteriormente. Eu não sei de cor, não sei de lembrança, não está na ponta da língua.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu acho que você poderia nos enviar essa lista então por gentileza, a lista desses proprietários dos veículos, por gentileza.

Ver.(a) Wesley Moreira: A senhora sabe me falar hoje, assim, desses dos cento e quatro ônibus, quem é o proprietário que mais tem ônibus lá?

Ester das Graças: Não sei te responder. Mas vai ser esclarecido com a listagem, com as com o que vocês precisarem para poder…

Ver.(a) Loíde Gonçalves: As ATs elas estão em nome de qual empresa?

Ester das Graças: As ATs estão em nome da Viação Torres.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vocês não têm autorização de tráfego, e estão assim atuando em nome de outra empresa, porque a BHLeste, ela está atuando com os ônibus da viação Torres. As ATs estão no nome da Versão Torres?

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E vocês têm essa autorização?

Ester das Graças: A gente tem a autorização. Autorização é dada para o veículo, aí no caso esse veículo ele está cadastrado no sistema e eles estão com o processo de autorização de tráfego recorrente, dinâmico. Então elas estão sendo emitidas o tempo todo, correto?

Ver.(a) Henrique Braga: Só para eu entender. Então a verdade é que a BHLeste é um nome fantasia? Porque operaciona com ônibus dos outros, não é verdade? E não tem autorização nem da prefeitura e nem da SUMOB para estar funcionando.

Vocês são a empresa fantasia ou vocês estão funcionando na clandestinidade? Explica isso para mim.

(1:37:25) Ester das Graças: Nós estamos operando regularmente as ordens de serviço que são repassadas pela SUMOB, sendo bem específica as viagens, das linhas aqui a Torres antes operacionalizava e a gente tá operacionalizando hoje na BH Leste.

É anuência ainda não saiu realmente, meu trabalho iria ficar bem mais tranquilo, com a anuência, mas realmente teve um foi abrupta aí essa operacionalização, mas entendam.

Foi me dada a incumbência de continuar a operação de uma empresa e foi isso que eu fiz, desde janeiro para cá. Mantendo esses funcionários e continuando com as viagens.

Ver.(a) Wesley Moreira: Qual que tem sido o maior entrave SUMOB para vocês terem essa liberação aí?

Ester das Graças: Não sei te precisar por parte da SUMOB, porque até onde sei, a gente cumpre todos os requisitos, cumpriu todos os toda documentação que foi pedida, que foi solicitada, foi enviado.

Ver.(a) Wesley Moreira: Normalmente esse prazo dessa liberação varia de quantos meses assim? Você sabe falar também?

Ester das Graças: Não sei de falar. Mas de fato assim há oito meses, pro meu operacional realmente estar trazendo prejuízo essa demora.

Ver.(a) Wesley Moreira: Então por exemplo, vocês estão trabalhando com a AT daquele ônibus, com a autorização que aquele ônibus já tem?

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Wesley Moreira: Então por exemplo, então assim, hoje qualquer outra empresa pode atuar com essa autorização, por exemplo, eu posso pegar aqui, vou voltar aqui o ônibus da TransOeste, só pelo fato dele ter essa autorização, ele pode

ir rodar e numa outra empresa?

Ester das Graças: Pode solicitar porque a concessão, é um consórcio, então entre consórcio pode ter essa movimentação de operação.

Ver.(a) Wesley Moreira: Então dentro do mesmo consórcio pode fazer isso?

Ester das Graças: Pode.

Ver.(a) Wesley Moreira: O consórcio BH Leste hoje são quantas empresas?

Ester das Graças: Dezessete empresas, não me recordo ao certo todas elas. Sei da nossa participação.

Ver.(a) Wesley Moreira: Não, tudo bem. Então, dentro desse consórcio, os ônibus podem passar numa empresa ou em outra empresa, não, isso não é essa bagunça toda que a gente está quase que acreditando que seja não. A princípio eu entendi assim que cada empresa tinha os seus ônibus, o nome daquela empresa operando bonitinho, como?

Ester das Graças: Assim, eu não, o senhor tá falando bagunça, eu não, operacional.

Ver.(a) Wesley Moreira: Eu achei bagunça sim, na minha, na minha visão, eu achei bagunça, não sou formado em administração, nem nada, eu achei bagunça nesse sentido, porque até então a gente entende que cada empresa tinha os seus ônibus no nome dela, registrada junto ao DETRAN, ao a todos órgãos, todos órgãos de trânsito trabalhando certinho.

Só que a informação que nós tivemos hoje é que por exemplo pode um ônibus em nome de uma outra empresa rodar numa outra empresa.

Ester das Graças: é um consórcio, então, dentro do consórcio. A gente tem um padrão de vamos dizer assim, de entrega de serviço, de realização de serviço, que ele tenha um regimento, ele tem. Então assim, é padrão a realização desse serviço.

Ver.(a) Henrique Braga: Só um questionamento aqui. É quando vocês

recebem a notificação de uma infração cometida por um motorista. Vocês localizam o motorista normalmente, vocês descontam dele em folha aquela multa. E vocês têm pago direitinho com a SUMOB e com a prefeitura?

Ester das Graças: A gente está falando em multa de trânsito no caso? então a gente sim. A gente paga direitinho as multas de trânsito.

Ver.(a) Henrique Braga: É porque a gente tem denúncias aqui de motorista de várias empresas, não é de uma só. De que a empresa desconta dele a multa, mas não recolhe para os cofres públicos. Temos essa denúncia aqui. Por isso que eu fiz essa pergunta.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhora Ester só para recapitular aqui, que nós fizemos alguns pedidos para senhora. Não sei se estão todos anotados.

Que a gente pediu, foi livro de acionistas, O contrato de locação da garagem, o contrato de aquisição da frota da aviação Torres e a lista dos proprietários dos veículos. Está tudo OK? Obrigada.

Ver.(a) Bráulio Lara: Só perguntando ainda dentro dessa questão dos veículos. Se quando sai uma multa vocês têm que identificar obviamente o motorista, mas aí dentro do rol de carros pode ser que cada um esteja no nome de alguém e vocês tem que fazer esse encaminhamento. Como vocês fazem a questão do seguro dos carros? Tá em nome de quem?

Ester das Graças: Da BH Leste Transportes.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas a BH Leste está segurando carros em nome de outras pessoas?

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: E aí eu te pergunto quem gerencia então o seguro?

Ester das Graças: Quem gerencia o seguro da BH Leste, back office da BH Leste.

Ver.(a) Bráulio Lara: A senhora tem o conhecimento sobre essa gestão?

Ester das Graças: Conhecimento depende do que o senhor vai perguntar.

Ver.(a) Bráulio Lara: A senhora é a diretora geral da empresa, a senhora é representante legal da empresa.

Ester das Graças: Uma coisa é eu ser informada, ter ciência de como que acontece aquilo. Outra coisa é eu saber exatamente falar pro senhor como é feito. Então quando não é tarefa, não é atribuição, fica difícil explicar exatamente como acontece.

Ver.(a) Bráulio Lara: A senhora delegou essa atividade a quem?

Ester das Graças: Isso é o nosso, tem o nosso B-Coffice administrativo, jurídico que cuida de todos os contratos, cuida de todos os seguros.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então a senhora tem um braço direito que faz essa gestão para senhora, é isso?

Ester das Graças: Eu tenho uma equipe, sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas quando eles fecham a apólice eles têm que pegar e pegar suas assinaturas.

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Essa é a pergunta, a senhora faz seguro dos carros em nome de outras empresas?

Ester das Graças: Da BHLeste Transportes. O seguro é em nome da BH Leste. Se eu pago para veículos…. a pergunta do senhor é, se eu pago o seguro de veículos que estão em propriedade de outras empresas?

Ver.(a) Bráulio Lara: Sim.

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então esse seguro é contratado pela BHLeste. E não pela Torres por exemplo e você paga boleto vindo da Torres?

Ester das Graças: Não, é pela BHLeste.

(1:43:55) **Ver.(a) Bráulio Lara:** A Torres está operando ainda ou não?

(1:43:55) **Ester das Graças:** Não. Que eu saiba não. Eu estou operando os veículos que antes eram personalizados pela Torres, então eu acredito que não.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então a responsabilidade de fato do veículo está sob seu domínio e você pega e faz o seguro desse patrimônio. O carro que estiver lá do CNPJ que ele tiver?

Ester das Graças: Exato. Exato.

Ver.(a) Wesley Moreira: Futuramente transferir esses veículos, até quando pode ficar em nome da Torres?

Ester das Graças: Então a gente precisa da anuência para ter esse conforto e fazer aquisição dos carros.

Isso inclusive o meu operacional está prejudicado por causa disso, a frota que a gente pegou, ela tem uma idade média de nove vírgula dois anos, então assim a ideia é trocar e ter uma idade média de no mínimo de quatro anos, seria um conforto para mim, a manutenção seria muito mais tranquila, não tem manutenção em motor em caixa de marcha como a frota nova de idade média de quatro anos.

Agora numa frota de idade média de nove anos, aí eu preciso. Aí esse carro fica mais tempo em manutenção, ele demanda mais custo, então assim, a gente gostaria sim se tivesse essa anuência, já fazer aquisição e eu ficaria muito mais confortável para cumprir as viagens e as tarefas do meu operacional.

Ver.(a) Wesley Moreira: O consórcio BH Leste ele vai receber aí, parcelas desse subsídio que foi aprovado aqui na Câmara Municipal. Então provavelmente a empresa BH Leste não vai receber porque ela não tem autorização, ainda está nesse processo né?

Ester das Graças: o subsídio é pago por quilômetro rodado por viagens realizadas.

Ver.(a) Wesley Moreira: Mas a empresa não tem autorização ainda.

Ester das Graças: A BH Leste está realizando cumprindo as ordens de serviço repassadas pela SUMOB.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Clandestinamente? Ela está operando clandestinamente, ela não tem autorização.

Ester das Graças: Ela não tem anuência isso é fato.

Ver.(a) Wesley Moreira: Então ela não pode receber então?

Ester das Graças: Isso não é definição minha se ela pode receber ou não. É pago por quilometragem.

Ver.(a) Wesley Moreira: Não, tudo bem, mas, aí vai para o consórcio o consórcio faz a distribuição para as empresas.

Ester das Graças: Para a empresa que operacionalizou, realizou aquela quilometragem. Aquela viagem está em condições de acordo com o decreto.

Ver.(a) Wesley Moreira: É o que eu estou falando. Então as outras empresas que têm a licença irão receber, vocês vão ficar sem receber porque eles não têm essa licença ainda.

Ver.(a) Jorge Santos: vereador Juliano.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Bom dia a todos os vereadores, presidente Jorge. Quais são as empresas que compõem o transporte o consórcio Leste?

Ester das Graças: Eu posso falar alguns nomes, mas eu não decorei todos os nomes de todas as empresas, S&M, Viação Anchieta, é realmente não vou saber tantos nomes assim não.

Gente, são oito meses de operação, o que é tarefa do dia a dia é muito simples para eu registrar em memória, agora o que não é, que é uma reunião, uma assembleia a cada dois meses.

Então fica difícil registrar em memória isso em tão pouco tempo. Então assim os registros em memória que eu tenho se refere a operacionalização quando as viagens, quantas linhas quais as particularidades de cada linha que eu estou buscando até me envolver ainda mais e para poder atender a população, mas esse tipo de resposta eu não tenho precisa de memória.

Ver.(a) Wesley Moreira: Consórcio BH Leste é Coletivo Boa Vista, Getúlio Vargas, Viação Progresso Limitada, Viação São Geraldo Limitada, S&M Transporte, Viação Torres que agora é a BH Leste. Viação Globo Limitada. Esses formam o consórcio. Tem a lista dos outros consórcios aqui também.

Ester das Graças: Obrigada. Deixa-me só, eu não sei se acrescenta, mas só para deixar claro uma coisa assim da minha personalidade, eu realmente respondo as coisas quando eu tenho a certeza e quando está na minha memória.

Ver.(a) Wesley Moreira: Foi isso que aconteceu lá no início quando perguntou sobre a hipossuficiência, que a Sra. ficou na dúvida, é um conhecimento aqui amplo, muito amplo operacional, mas a pergunta inicial acabou se contrapondo ai.

Ester das Graças: Sr. só concluir, eu só não entendo assim, eu dou uma resposta errada de uma coisa de memória que é difícil as pessoas saberem assim, seja válido para esclarecimento porque se é pra esclarecer eu acredito que tem que ser uma resposta certa, uma resposta clara e não uma que eu não tenha precisão nela.

Ver.(a) Wesley Moreira: Porque a primeira coisa que foi lida para senhora é sobre falar a verdade, falar fazer esse juramento tem foi feito isso Lá no lá no início, então realmente isso é fundamental.

(1:49:00) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ester, poderia me informar quando que a empresa BH Leste Transporte ingressou dentro do consórcio BH Leste?

(1:49:08) Ester das Graças: Olha, ela começou a operacionalizar no início em janeiro, que ela ingressou no consórcio entre janeiro e fevereiro, realmente não tem as datas precisas, mas foi no início do ano.

(1:49:21) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vocês sabem me informar se foi unânime, A aceitação, a ingressão dela dentro do consórcio? Foi aprovado por todas as outras empresas?

(1:48:30) Ester das Graças: Não, não foi unânime. na assembleia teve discordâncias lá do durante a assembleia.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora sabe informar qual foi essa discordância, quem foi?

Ester das Graças: Não, mas tem registro em ata, a gente pode fornecer depois.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora anotou, a senhora está ciente está anotando tem que enviar esses documentos de vinte e quatro horas? O Fábio está ciente?

Ester das Graças: sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vereadora Loíde, só um momentinho. Porque que não houve essa concordância? Houve uma discordância dentro do consórcio?

Ester das Graças: Com a entrada, mas houve discordância, a ata vai esclarecer os exatos motivos. Eu estava presente, mas já se foram oito meses então muita coisa aconteceu desde então. Então eu não vou ter todos os dados, datas precisas assim em memória.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas já que a gente não está falando aqui de forma tão detalhada igual a senhora mesmo já disse que não tem como lembrar dos detalhes. Mas houve uma reunião, houve discordância, houve uma ata.

Ester das Graças: De um dos consorciados.

Ver.(a) Bráulio Lara: Qual?

Ester das Graças: Se eu não me engano foi da Viação Anchieta.

Ver.(a) Bráulio Lara: Não dependia dele a concordância para entrar. Isso não

tinha que ser uma unanimidade no consórcio?

Ester das Graças: Não. Não tinha que ser. Tinha que ter um percentual né?

Ver.(a) Bráulio Lara: A maioria? A maioria concordando então habilitava a saída de uma empresa e a entrada de outra?

Ester das Graças: Exato.

Ver.(a) Bráulio Lara: E no caso aqui estava saindo a Torres e entrando BH Leste SA?

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Jorge Santos: Voltando aqui ainda o atrás, os recebimentos mensais das viagens dos repasses feitos pela PBH, vão para a BH Leste ou para o consórcio BH Leste?

Ester das Graças: Vão para a BH Leste, a parte que cabe às viagens realizadas quilometragem é para BH Leste.

Ver.(a) Jorge Santos: E como é feita a administração desses recursos?

Ester das Graças: Eu sei te falar a parte do orçamento operacional, então assim eu tenho um orçamento operacional a cumprir. Hum. E aí eu me atenho a ele.

Ver.(a) Jorge Santos: E qual é o papel do líder do consórcio nessa administração?

Ester das Graças: Desconheço, não sei esclarecer pro senhor.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado.

(1:52:10) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia me informar qual que era o capital da empresa BH Leste Transporte? Quando ela começou a operar para eu poder, operar, sra. poderia me informar?

(1:52:19) Ester das Graças: capital, se eu não me engano de mil reais no inicial.

(1:52:27) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mil reais?

(1:52:28) Ester das Graças: É. O que eu estou falando é de lembrança de leitura, tratamento das atas, a formalização da empresa, essas negociações, isso não me cabia entender, ser informada, mas a definição não é exatamente comigo, a gente tem assessoria jurídica e contábil para poder fazer isso.

(1:52:53) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia lhe explicar, para todos nós que eu acho que é dúvida aqui de quase todos os membros da CPI, o que significa o percentual de 17.76% (dezessete ponto setenta e seis por cento) de participação da empresa BHLeste no consórcio, como que é isso? É número de viagens? Como funciona isso? Esse 17.76% (dezessete ponto setenta e seis por cento)?

(1:53:09) Ester das Graças: Isso é a participação em número de viagens, em na distribuição dessas ordens de serviço para o consórcio, distribuição de de frota, está toda relacionada à operação, a operar 17.76% (dezessete ponto setenta e seis por cento), vai direcionar os custos, a receita, a operação, tudo é essa participação de 17.76% (dezessete ponto setenta e seis por cento). A grosso modo respondendo...

(1:53:35) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como que funciona então a divisão de receita aí dentro desse, desse consórcio aí como que né?

(1:53:57) Ester das Graças: Os custos são apurados e é distribuído a participação conforme os custos levantados.

(1:54:03) Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Deixa-me só fazer uma pergunta para ela, por favor. É em relação a frota você disse que a frota da Viação Torres que agora é leste, salvo engano, salvo engano, a Viação Torres pertencia ao Paschoalin, se eu estiver falando mentira aqui e aí você disse que a frota é nove ponto dois..., mais ou menos a média, nove anos ponto... Nove pontos três, assim, não importa. Qual é, qual o máximo que o ônibus roda em Belo Horizonte? De anos?

Ester das Graças: Doze anos.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Doze anos. Então para nove, para doze,

vamos colocar nove, nós temos praticamente três anos de uso.

A partir daqui três anos eles não podem rodar, existe um projeto, um plano da empresa que você representa para a troca desses ônibus, já sabemos que daqui três anos maioria deles serão proibidos de rodar na cidade?

Ester das Graças: Eu tenho que fazer a empresa tem que fazer a substituição de nove veículos ainda esse ano. Foi autorizado a utilização desses carros até o fim do ano e precisa ter uma renovação, então a renovação de frota da BHLeste está dependendo da anuência da Prefeitura, tendo essa liberação, aí vai ser realizado este investimento em frota.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Quantos ônibus que a BH Leste tem hoje?

Ester das Graças: Cento e quatro veículos.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Então, do cento e quatro, vocês vão trocar nove?

Ester das Graças: Não, do cento e quatro, nove precisaram ser trocados ainda esse ano, nove serão, nove para troca imediata esse ano.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Porque vai vencer o prazo?

Ester das Graças: Ano que vem já tem outros vencimentos. Porque essa frota está envelhecida.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: OK. Então deixa pra entender. A frota desse ano nove veículos vão completar doze anos de uso. Então vocês vão ter que trocar, porque não roda ano que vem.

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Então a prefeitura tem que autorizar vocês trocarem se o prazo está terminando. Por que a prefeitura que tem que ainda autorizar ainda? Porque a partir do ano que vem eles não rodam. Pelo que eu estou entendendo, e inclusive foi o prefeito Alexandre Kalil que estendeu, que aumentou esse prazo de onze em Belo Horizonte, ele fez um decreto, eu sei que não é culpa da

senhora.

Mas ele fez um decreto e ele tanto que defendeu o transporte aqui para fazer média com a população que a passagem não aumentou, fez um decreto estendendo o prazo de validade dos ônibus, porque se fosse o decreto passado eles não estariam nem rodando mais, essa que é a verdade.

Mas o seu ex-prefeito Alexandre Kalil para fazer a média com a população entre aspas não aumentando a passagem de ônibus que estava no contrato, o aumento de passagem, ele estendeu para agradar várias pessoas a validade desses ônibus. Então se a prefeitura falar que ano que vem não roda nós já estamos já em setembro praticamente.

A gente sabe que para comprar o ônibus tem que ir na empresa, comprar o chassi, depois outra empresa vai colocar a carroceria, enfim. Exato. Existe um trâmite. Mas você está chegando próximo.

Por que a prefeitura já não autorizou a troca desses ônibus? Que que está faltando? Ou será que vocês vão continuar ano que vem com esses onze velhos de novo, passando o prazo, o que que vai acontecer? O que que falta? O que que essa CPI pode fazer para que a prefeitura já autorize a troca desses nove ônibus, quer dizer, são cento e quatro, estão trocando nove, nove por cento da troca da frota está sendo em torno de nove por cento, estão sendo trocados.

Ester das Graças: Tá. A pretensão da BHLeste é trocar mais veículos. Eu falei nove esse ano. Cinquenta por cento da frota.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Eu não estou entendendo porque aqui é a prefeitura que tem que autorizar a troca. Se já vai vencer. Já existe um decreto.

Ester das Graças: A prefeitura, a anuência, eu estou dependendo a BH Leste dependendo da anuência para fazer o investimento na troca dessa frota.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: E porque que depende dela então isso, essa anuência depende de quê? Se você já está lá com dinheiro para trocar nove ônibus, eu vou quero trocar nove ônibus. Pronto. Hoje nós vamos trocar, vai chegar nove. Qual o papel da prefeitura nisso?

Ester das Graças: Então, essa pergunta precisa ser feita para SUMOB, pro prefeito.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vereador Juliano, só para você ter uma ideia, eles não estão com autorização até agora e estão rodando. Então assim, a gente vê aqui claramente um paradoxo porque a pergunta que o senhor fez que é muito pertinente ela estaria válida se eles já estivessem habilitados para operar. Estão rodando, desde o início do ano.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vocês estão aguardando o Subsídio para poder fazer essa troca dessa frota?

Ester das Graças: Nós estamos aguardando a anuência, A aprovação para fazer esse investimento. É um investimento muito alto. Esse a compra desses ônibus.

Ver.(a) Wesley Moreira: Deus livre e guarde. Aconteceu um acidente agora com esses ônibus. Quem serão os responsáveis?

Ester das Graças: A BH Leste transporte e Co operacionaliza essas linhas e está lá um funcionário registrado na BH Leste e ela vai responder civilmente com esse ônibus, Deus livre e guarde que não vai acontecer.

Ver.(a) Wesley Moreira: De quem o ônibus está também por exemplo o ônibus está, tem algum ônibus que roda pela BH Leste que está em nome da Viação Boa Vista por exemplo?

Ester das Graças: Não porque a BH Leste ainda não adquiriu os ônibus. Ela fará aquisição assim que tiver.

Ver.(a) Wesley Moreira: Mas tem algum ônibus que está em nome da Boa Vista, por exemplo, que roda atendendo aos itinerários que a BH Leste é responsável?

Ester das Graças: Eu não tenho a lista dos proprietários para falar com tranquilidade.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Eu gostaria de fazer uma solicitação aqui

se possível fazer agora um pedido de informação que a BHLeste mande os documentos dos cento e quatro ônibus, que ela está operando dentro de Belo Horizonte, por favor.

Mandar os documentos do cento e quatro ônibus da BHLeste não do consórcio, mas da empresa BH Leste para gente saber de quem está aonde está e quem é que está esses nomes. Então assim, gostaria de fazer essa solicitação, mas gostaria de documentar também. Se possível a gente documentar e se possível já fazer esse ofício aqui para que possamos assinar.

Já que ela tem cento e quatro, não está no nome dela, está no nome de quem. Nós precisamos saber de quem está esse cento e quatro ônibus rodando pela BH Leste recebendo subsídio. Deixar bem claro. Eles estão recebendo subsídio que ela acabou de falar que eles recebem o quilômetro rodado. Então o que, a gente gostaria de solicitar esse pedido aqui, por favor para essa comissão.

Ver.(a) Jorge Santos: Agora são 11:42h, prolongo essa reunião por mais uma hora. Não quer dizer que vai levar mais uma hora tá

Ver.(a) Wesley Moreira: Eu observo às vezes rodando aí pela cidade, que alguns ônibus eles têm a identificação da empresa e outros tem a identificação só do consórcio. Como acredito que é a que da sua parte Operacional os ônibus obrigatoriamente tem que estar aparecendo o nome da empresa também não tem?

Ester das Graças: Sim.

Ver.(a) Wesley Moreira: Porque eu vejo muitos homens rodando só consórcio tal. Consórcio tal. Isso está errado, não está?

Ester das Graças: Não, o consórcio a identificação do consórcio BH Leste tem ali uma identificação clara na parte externa dos ônibus. A identificação da empresa tem uma placa, uma plaquinha internamente onde tem o número de ordem deste veículo e tem lá identificado a empresa que responde ali por aquele veículo.

Ver.(a) Wesley Moreira: Que eu vejo outros consórcios que eles colocam os dois. Você tem lá consórcio tal e empresa tal do lado externo. Isso não é obrigado

não, né?

Ester das Graças: No caso não, aí nos letreiros aparecem o nome da empresa, BH Leste Transportes da empresa. No nosso caso ficou confuso porque é o mesmo nome, então eu tenho o nome do consórcio no ônibus fora e tenho a empresa internamente e nos letreiros. Fica claro quando você olha para outros ônibus da empresa que aí você vai ficar claro, porque tem lá.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Por que a utilização deste nome, parecido com BHLeste?

Ester das Graças: É, foi a contragosto esse nome BHLeste, mas enfim, foi a escolha do sr. Nilo, Sr. Nilo Junior...

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como funciona a receita dentro do consórcio? Observa esse percentual que você falou de 17.76% (dezessete ponto setenta e seis)?

Ester das Graças: sim, a receita é distribuída com base na representatividade do custo, então são apurados todos os custos do sistema, apurado todas as receitas do sistema e é feita a distribuição conforme o custo e conforme o cumprimento de diretrizes lá dentro, de frota, então tem uma planilha extensa, de como que é feita essa distribuição de receita aí.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Dentro da Câmara de Compensação a BH Leste ela assumiu a cota da Torres, é isso?

Ester das Graças: Sim, 17.76% (dezessete, setenta e seis por cento) que era da Torres foi repassado para BH Leste.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então dentro da câmara de compensação ela assumiu essa cota?

Ester das Graças: Dentro do consórcio BH Leste ele, 17.76% (dezessete setenta e seis por cento) de participação desse consórcio é da BHLeste, era da Torres e foi repassado para BHLeste.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso não é por tarifa, nem quilômetro rodado?

(2:03:40) Ester das Graças: Apura-se o custo no sistema com base em métricas indicadores, apura-se capta-se a receita e faz a distribuição proporcional. Então vai ter variáveis ali que vão influenciar nesse custo. Quantidade de KM, a quantidade de viagens, enfim, se a viagem foi realizada completa ou não, porque tem interrupções ali que são levadas em consideração.

(2:03:59) Ver.(a) Bráulio Lara: Mas isso faz variar então o valor todo mês?

(2:04:00) Ester das Graças: Vai fazer variar o valor todo mês.

(2:04:07) Ver.(a) Bráulio Lara: Então todo mês é feito um cálculo aí de distribuição?

(2:04:08) Ester das Graças: Todo mês é feito um cálculo de distribuição.

(2:04:11) Ver.(a) Bráulio Lara: E a senhora como diretora geral da empresa é que faz esse cálculo e submete ao consórcio? Como é feito isso?

(2:04:16) Ester das Graças: Não. É feito pelo SETRA e repassado às empresas, o cálculo é feito a distribuição disso é feito pelo SETRA repassado às empresas.

(2:04:25) Ver.(a) Bráulio Lara: Mas o SETRA, ele olha pro sistema e fala só deu tanto esse mês e manda para vocês e vocês não fazem confrontação?

(2:04:25) Ester das Graças: Não tem métricas, de como que é captado total de horas, de motoristas, é total de quilometragem rodado com base no rendimento diesel, no carro, então tem uma série de variáveis ali que compõe essa planilha de custos.

(2:04:49) Ver.(a) Bráulio Lara: Gerida pelo SETRA?

(2:04:50) Ester das Graças: Sim, é o SETRA.

(2:04:52) Ver.(a) Bráulio Lara: Se o SETRA falar, olha esse mês deu dezessete vírgula zero por cento, eles te mandam dezessete e pronto, acabou. Vocês não fazem essa confrontação de valores?

(2:05:01) Ester das Graças: Ah sim, a gente faz a conferência do que óbvio é a parte a gente capta o operacional quantas viagens quantas quilometragem o que que eu olho de motorista. Então eu faço esse confronto com o que é recebido. Sim.

(2:05:16) Ver.(a) Bráulio Lara: Costuma vim errado? Tem contestação em outras palavras?

(2:05:21) Ester das Graças: Não, contestação a respeito de algumas métricas assim, tem até na SUMOB, para ficar claro que é muito parecido, a questão da distribuição do subsídio, tem as regras para ser considerado uma viagem admitida.

Então ela precisa ter 90% do seu itinerário cumprido, ela precisa ter tal, veículo está em condições, então são levadas em consideração essas variáveis, e aí com base nisso é repassado o valor.

(2:05:55) Então tem a câmara de compensação que é feita essa apuração de custo do sistema com a receita recebida e fácil a distribuição com base nesse custo, tá muito parecido com a portaria do…

(2:06:08) Ver.(a) Bráulio Lara: Pois é, a senhora disse inclusive com a relação subsídio. É a empresa BH Leste SA recebeu o subsídio nos meses de janeiro, fevereiro e março deste ano, certo?

(2:06:18) Ester das Graças: Certo.

(2:06:20) Ver.(a) Bráulio Lara: Pois é, esses três meses correspondiam à lei 11367/2022 (onze mil trezentos e sessenta e sete), que é uma lei de 2022, onde foi aprovado o valor de duzentos e trinta e sete milhões de subsídio, a pergunta é, se é uma lei lá de trás e esses três meses eram referentes ao subsídio do outro ano, como que fica essa relação da BH Leste entrando dentro do consórcio e o consórcio já repassando o o os valores de subsídio? Como é isso?

(2:06:50) Ester das Graças: Dentro do consórcio foi feito um repasse da empresa Viação Torres para BH Leste. Então houve essa transição, foi aceita a BH Leste dentro do consórcio. Então, naturalmente, o que era recebido, o que era

realizado pela Viação Torres foi repassado à BH Leste.

(2:07:10) Ver.(a) Bráulio Lara: Pois é, mas a Torres, a Torres recebeu e a Torres repassou, o consórcio já repassou para dentro da própria BHLeste?

(2:07:17) Ester das Graças: Não sei se teve transição, se teve repasse para Torres, repasse para gente foi repassado.

(2:07:23) Ver.(a) Bráulio Lara: Mas em janeiro o dinheiro entrou no caixa?

(2:07:27) Ester das Graças: Acredito que sim. Como falei a parte de operacional dos custos eu consigo te falar ela toda, mas a receita aí, são respostas que o administrativo da empresa vai poder te responder.

(2:07:47) Ver.(a) Bráulio Lara: Mas se faltar o dinheiro lá, a senhora como administradora faz o quê?

(2:07:49) Ester das Graças: Eu tenho orçamento, a empresa paga todo o meu orçamento, o que eu é solicitado a empresa paga, agora como paga, com que receita, aí o sr. pergunta para o sr. Nilo.

(2:08:00) Ver.(a) Bráulio Lara: A senhora não administra a conta bancária?

(2:08:01) Ester das Graças: Não administro a conta bancária.

(2:08:03) Ver.(a) Bráulio Lara: Então a senhora só faz a gestão operacional…

(2:08:06) Ester das Graças: Gestão operacional dos custos...

(2:08:07) Ver.(a) Bráulio Lara: Provavelmente a operação financeira vai com a sua assinatura, mas não é a senhora que opera?

(2:08:11) Ester das Graças: Não, não é que eu operacionalismo, que realizo essa tarefa.

(2:08:16) Ver.(a) Bráulio Lara: É se fosse no passado a senhora que assinaria os cheques, mas hoje provavelmente não é a senhora que operacionaliza a senha da empresa, mas é o seu CPF, não é isso?

(2:08:22) **Ester das Graças:** Meu CPF como responsável pela empresa lá, Sim.

Ver.(a) Jorge Santos: Então deixa eu fazer uma pergunta aqui, a Transfácil mandou esse mês, um ofício informando que pagou para a Viação Torres e não para a BH Leste, o que a Torres mandou pagar líder do consórcio que é da CAM? Como explica ou não ter conhecido essas informações?

Ester das Graças: Ainda não tenho conhecimento.

Ver.(a) Jorge Santos: A senhora tem certeza disso né, que não tem o conhecimento?

Ester das Graças: Tenho.

Ver.(a) Jorge Santos: Tá, obrigado.

Ver.(a) Bráulio Lara: Essa questão do subsídio, é até engraçada porquê? A legislação definia repassar ao consórcio a operação do dinheiro. Mas efetivamente o dinheiro não era proporcional diretamente às viagens nem nada.

Foi uma composição que foi feita de distribuição do subsídio de duzentos e trinta e sete milhões, que inclusive no início na arrancada era um valor maior e esse valor foi diminuindo ao a medida que o tempo foi passando. Então essas três últimas parcelas eram parcelas proporcionalmente menores dentro do bolo dos duzentos e trinta e sete milhões.

Ver.(a) Bráulio Lara: O favorecido em tese era a aviação Torres, conforme bem disse o vereador Jorge Santos aqui agora, como fica esses cálculos de percentual? quem de fato, que fazia essa resolutividade? Era de fato a Transfácil ou é o sindicato? Porque são duas entidades diferentes, certo? O sindicato e a Transfácil.

Como que foi feito pra gente chegar e falar o seguinte, olha a BH Leste ainda não autorizada pelo poder público, recebeu o X do subsídio de duzentos e trinta e sete milhões.

E a mesma pergunta eu faço, a partir daí, do mês de março em diante, como que foi feito o cálculo para BHLeste receber o subsídio que aí agora é de quinhentos e doze milhões?

Ester das Graças: O subsídio é repassado conforme a portaria, e a apuração chega ao consórcio do valor inteiro que deve ser recebido pelas viagens e quilometragem realizadas, e aí o sindicato distribui essas, pela empresa que realmente rodou, vamos dizer assim, esse quilômetro.

Então chega até a gente, o subsídio referente aos quilômetros, as viagens que a gente executou, que a gente realizou. Que foram admitidas pela pelas regras da portaria.

(2:09:11) Ver.(a) Bráulio Lara: Mas espera aí, olha só. Quando a senhora diz por quilômetro e eu tenho que fazer essa pergunta porque a senhora faz a gestão operacional. Você não recebe cem por cento da sua receita por quilômetro, uma parte vem da câmara de compensação e a câmara de compensação não é por quilômetro, a senhora bem disse que são vários critérios. Certo? Que eles calculam todos os meses.

(2:09:34) Quem faz o cálculo de fato é Transfácil ou é ou é o SETRA? Ou é a mesma coisa? Se eu falar Transfácil ou SETRA eu estou falando a mesma coisa?

(2:09:41) Ester das Graças: No meu entendimento é a mesma coisa. Meu entendimento para te responder.

(2:09:45) Ver.(a) Bráulio Lara: Tá. Então mas o que vem na câmara de compensação pelos critérios da planilha, vai lá e recebe o dinheiro, repassa o dinheiro pras empresas participantes do consórcio.

Ester das Graças: Exato.

Ver.(a) Bráulio Lara: O subsídio é uma outra rubrica. Ele não é vinculado ao valor da câmara de compensação. Ele em tese é vinculado ao quilômetro rodado.

Que quilômetro rodado é esse? Porque se a empresa, ela já está lá, prestando vários serviços estão sendo cobertos pela câmara de compensação. Que horas entra

essa história de quilômetro rodado na operação da empresa para receber subsídio?

Ester das Graças: Tá. quilômetro rodado é apurado a extensão das viagens de cada viagem, quantas viagens, quais linhas, isso tudo é determinado pela SUMOB, então vem para as empresas por meio no formato de ordens de serviço.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então tem ordens de serviço que vão ser pagas com subsídio e ordem de serviço que serão pagas com câmara de compensação?

Ester das Graças: Sim, parte da receita vem da receita de passagens que é distribuída…

Ver.(a) Bráulio Lara: Da receita eu entendi, mas eu estou perguntando sobre a ordem de serviço.

Ester das Graças: A ordem de serviço é baseada nas viagens, na quilometragem rodada das determinações do quadro de horário que são realizados pela SUMOB.

(2:13:00) Ver.(a) Bráulio Lara: Então são dois quadros de horários separados?

(2:13:04) Ester das Graças: Não, não. Os quadros de horário são todos enviados pela SUMOB, então eles definem quais linhas, quantas viagens, nós podemos sugerir eles, é definido com base em demanda, a gente pode sugerir, está tendo um problema operacional, está precisando ali, tem muitos passageiros em determinada linha, determinada viagem, a gente pode sugerir quadro.

Mas quem aprova, quem define é a SUMOB, isso é repassado para empresa operacionalizar. OK? Então a gente operacionaliza 100% das viagens e é captado receita nessas viagens.

(2:13:34) A receita é distribuída com base no custo na câmara de compensação e a parte do subsídio que integra isso é distribuído também com base nessas viagens. É o mesmo quadro de horário. A mesma composição de viagens.

(2:13:51) Ver.(a) Bráulio Lara: Então só pra gente confirmar o subsídio então,

ele na verdade ele entra praticamente somando a receita total para pagar uma operação total. Você não tem viagens que são de subsídio e viagens que são separadas dentro do quadro de horários normal?

(2:14:08) Ester das Graças: Não, não tem viagem separadas, ele entra compondo.

(2:14:11) Ver.(a) Bráulio Lara: Ele entra compondo o macro, bem, então mais uma vez vereadores esse discurso de que a gente está tendo uma gestão por quilometragem que a prefeitura está batendo no peito para falar que é assim, a gente acaba de ver que não é. Não é.

Porque quando você precisa de ter mais viagens numa determinada linha, um determinado horário, não existe uma O.S específica para falar, eu estou te contratando para rodar essa linha e vou te pagar a X.

Não é assim, vai tudo pro bolo, vai tudo pro bolo. Inclusive esses repasses que são feitos lá pro SETRA para Transfácil, é um bolo, porque a empresa ainda não teve nem anuência da SUMOB para operar e está recebendo o subsídio.

Então a gente está aqui na CPI para aprofundar nisso, porque a gente percebe que as coisas não foram feitas devidamente ao seu tempo, tem veículos da Viação Torres operando, não está ainda dentro da empresa, mas a empresa também não vai fazer compra de ônibus novos se ela não tiver com a documentação é toda consolidada.

Então assim, a gente vive uma completa desorganização do sistema de mobilidade de Belo Horizonte e dinheiro público entrando, porque se fosse só um problema privado, se fosse só um problema das empresas operar não, mas agora tem dinheiro.

E inclusive esse dinheiro que foi aprovado no subsídio atual de 512 milhões ele está pagando valores retroativos. Aí a pergunta é, retroativa então está tendo duplicidade? Em janeiro, fevereiro e março? Janeiro, quem recebeu a Torres ou é a BH Leste? Como que o consórcio administrou isso? Como que a prefeitura fiscalizou o repasse do dinheiro? Porque é só pegar e passar o cheque lá para Transfácil e está

tudo certo. Então assim, são muitos aspectos que carecem de esclarecimentos e essa CPI precisa se aprofundar nisso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O Dona Ester, a senhora também nos informou agora que essas autorizações do tráfego elas vêm da SUMOB, a SUMOB tem autorizado a BHLeste a realizar essas viagens? Isso chega até vocês pela SUMOB? A SUMOB envia lá para vocês autorizando vocês a realizar esse tráfego, mesmo sem anuência?

Ester das Graças: A SUMOB autoriza o consórcio BH Leste. A BH Leste Transportes SA compõe esse consórcio, então ela realiza as viagens do consórcio conforme a participação dela. Autoriza o consórcio BHLeste Transportes a realização das viagens.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas a resposta, inclusive que a gente viu que foi emitida aí para a BH Leste Transporte foi direcionada a vocês com indeferimento.

Ester das Graças: A anuência, né?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso, anuência da empresa. E mesmo assim o sindicato ainda continua indicando a BH Leste Transporte a operacionalizar mesmo sem anuência. Mesmo não tendo autorização.

Ester das Graças: Mesmo sem anuência. E na minha visão operacional os 104 carros estão em poder da BH Leste para operacionalizar essas viagens. demanda motoristas, demanda pessoal operacional. eu não acredito que o consórcio tenha condição de absorver essas viagens. Então assim o que que é, vamos dizer assim a prioridade. É a realização de viagens para os usuários. A realização dessas viagens não deixa, são novecentas e quatorze por dia útil, que a BH Leste Transportes realiza. O consórcio não teria como absorver 914 e viagens por dia útil, isto iria gerar um impacto para a população.

Ester das Graças: Então assim, eu não vejo outra alternativa, né?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas operar assim, sem autorização, colocando em risco a segurança do usuário?

Ester das Graças: Não, porque aí a BH Leste ela está...

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas quem responde? Porque recentemente a gente teve três acidentes.

Ester das Graças: A BH Leste transportes funcionários pelos atos.

(2:18:23)Ver.(a) Loíde Gonçalves: Teve um veículo teve acidente não sei se foi cinquenta e cinco zero três C, ele teve aconteceu o acidente e quando ele foi para ser recolhido, ele foi encaminhado para uma outra garagem da Transimão. Existe alguma ligação aí da BH Leste com a empresa TranSimão?

Ester das Graças: O senhor Nilo, Nilo Junior, é filho do dono da Transimão, a ligação é essa.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A Transimão está operalizando o nome, está usando o nome da BHLeste?

Ester das Graças: Não. BHLeste operalizando, a BHLeste tem o pessoal operacional dela específico, tem os funcionários contratados, tem a garagem onde ela atua, e responde pelos veículos, os 104 veículos das quais eu falei, ela operacionaliza as 914 viagens de dias úteis.

(2:19:15) Ver.(a) Loíde Gonçalves: E por que que este veículo foi para essa garagem? Transimão.

(2:19:20) Ester das Graças: Para análise da avaria. Por causa de espaço, por causa de realmente assim, de análise do acidente em si, não, aliás nem foi um acidente, esse veículo não estava em viagem. Esse veículo a motorista percebeu um problema mecânico nesse carro, ligou para garagem foi instruída parar e fazer o transbordo desses passageiros para outro ônibus, ela ficou aguardando o socorro, o socorro ao fazer a remoção desse carro por uma imperícia lá na hora, esse carro veio a bater contra o poste.

Eu fui no local desse acidente, então assim, nós optamos por recolher esse carro para garagem da Transimão para poder fazer uma análise de como seria restaurado esse carro.

(2:20:15) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Na garagem da BHLeste não conseguiriam fazer isso? A senhora como administradora operacional?

(2:20:22) Ester das Graças: Eu ainda estava formatando a mão de obra, ainda não tinha a total vamos dizer assim, confiança, total assim, o controle total ali das operacionalizações.

Então pelo acidente eu preferi levar para garagem da Transimão, eu já tinha trabalhado lá por 5 anos também na área operacional.

(2:20:46) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Foi um favor?

(2:20:47) Ester das Graças: Foi. Foi um favor.

(2:21:00) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Outra coisa, que eu gostaria de, porque o nosso tempo está passando, sobre a questão do subsídio, a empresa BH Leste Transporte ela está aguardando anuência do poder público para comprar estes 45 ônibus, são 45, 50% da frota, para comprar esses 52 veículos, estão aguardando a anuência da prefeitura para poder adquirir esses 52 veículos com o dinheiro do subsídio?

(2:21:25) Ester das Graças: Se é com o dinheiro do subsídio eu não sei te falar, a senhora pode perguntar pro acionista. Mas a gente está aguardando sim, conforto jurídico, essa anuência para poder fazer a aquisição desses ônibus.

(2:21:38) Ver.(a) Loíde Gonçalves: E daqui cinco anos, vocês adquirem esses cinquenta e dois veículos, nesse período, recebendo subsídio e daqui cinco anos, esses veículos vão para onde? Ficam para os empresários, ou ficam para o poder público, porque afinal de contas está sendo utilizado o dinheiro público e a gente precisa de dar uma resposta para a população de Belo Horizonte, que é isso que todo momento chega aqui nesta CPI.

O dinheiro que está sendo repassado para os empresários adquirirem, melhorias no transporte público, vai voltar para eles ou vai ficar para vocês, para as empresas? Porque daqui cinco anos encerra o contrato.

Ester das Graças: A ideia é continuar renovando a frota mantendo-a com

uma idade média de quatro, quatro e poucos anos, então a ideia é sempre ter a renovação de frota e que a BH Leste continue operando o transporte dessas ordens de serviço da SUMOB.

E não só serão adquiridos esses ônibus, será colocado no investimento, na planilha de custo, no orçamento e será adquirido esses ônibus.

E vai ter a troca desses ônibus regularmente. Porque não é uma só vez, o ônibus envelhece, ele atinge uma idade média que ele já não, fica interessante questão de conforto, questão de gasto com manutenção, se gasta muito mais em manutenção dum carro de idade média de nove anos do que um carro de quatro, três anos. Então a ideia é continuar fazendo as renovações de frota.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia me informar quanto que a empresa já recebeu de subsídio até hoje?

Ester das Graças: Com precisão, não sei, não consigo te informar.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: No dia que eu fiz a visita técnica, a senhora me informou um valor.

Ester das Graças: Não informei o valor, eu informei valor do que eu gastei, eu gastei 2 (dois) milhões e meio em peças de janeiro até aqui, eu gastei quinhentos mil em pneus, isso eu informei.

Informei que a gente recebeu o subsídio que eu tenho conhecimento disso, mas eu não te falei o valor, com certeza não senhora.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora não chegou a assinar esse documento informando, a senhora não conseguiu ler o valor que foi repassado porque a senhora que assina.

Ester das Graças: A minha resposta foi o seguinte, eu não sei te falar com precisão o que foi recebido, agora falar que eu não tive conhecimento com o e-mail não chegou, que eu não olhei, que eu vi, é uma inverdade, eu recebo os e-mails, eu assino, agora com precisão, eu entendo que aqui eu preciso dar uma resposta com precisão, com precisão eu não sei te falar o valor.

(2:24:03)Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas a senhora já tem utilizado esse valor de subsídio?

(2:24:07)Ester das Graças: Para pagar os custos operacionais. Sim, não me falta dinheiro para poder pagar os custos operacionais. E se a gente pode fornecer também o valor que foi pago de subsídio aqui no documento.

(2:24:20) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Não, é assim, gente, só uma análise aqui, a gente até acha isso até vantajoso um negócio desse.

Porque sem anuência da prefeitura, recebendo o subsídio, sem previsão, até mesmo de que se vai ter essa autorização, estão operando.

Isso daí está assim, deixando essa CPI um pouco preocupada, porque como que, vocês conseguiram receber esse valor? Quem está recebendo? Qual empresa? Quem está assinando isso? Porque você falou até agora, pelo jeito você nem chegou a assinar, esse valor de dois, não sei o valor que você não quer falar.

Quem é que assina isso? Quem é que recebe? Quem é que tem essa autonomia dentro da empresa? Porque eu acho difícil.

(2:25:00) Ester das Graças: Todas essas respostas que não tiveram esclarecimento a contenta, elas vão ter, elas terão quando for oitiva do senhor Nilo Junior.

Então assim, vocês estão me fazendo perguntas que na parte operacional, diretoria operacional não me cabe ter com precisão, não são, do meu dia a dia eu ficar me atenda a esse tipo de dados, os meus dados são muito diferentes, os dados que eu tenho que ter na ponta da língua são muito diferentes do que o que vocês estão me perguntando senhores.

(2:25:40) Ver.(a) Bráulio Lara: A gente só está fazendo essas perguntas pra senhora porque consta obviamente da empresa a senhora como administradora.

Então a gente entende que como administradora a senhora precisa de ouvir todas as perguntas e dar as respostas que você puder dar, até porque a senhora em alguns momentos falando tem que perguntar aos acionistas.

É uma empresa SA, se eu chegar lá para Vale do Rio Doce e falar o seguinte, olha eu quero saber porque que vocês tomaram a decisão de fazer tal ação na mina tal, eu pergunto para quem? Quem é o diretor máximo que é o CEO da empresa, ele jamais vai remeter a um acionista da Vale do Rio Doce.

Por mais que seja um acionista majoritário, ele não a ele não exerce diretamente a administração da empresa, a administração da empresa é feita pelo administrador indicado que é o CEO e a senhora é administradora da empresa.

Por isso, por mais que a senhora queira direcionar a outra pessoa as perguntas, neste momento da CPI é importantíssimo e fundamental com todo respeito que temos obviamente a senhora, a sua posição, a sua formação, mas essas perguntas tem que ser feitas para senhora.

Ester das Graças: Sim, não me entendam mal, a questão é o seguinte, não tem a questão não é ter problema em me perguntar.

A questão é o meu compromisso em falar realmente só o que eu sei com precisão. Então não é que eu não esteja querendo esclarecer, muito pelo contrário.

A gente tem todo o interesse em esclarecer tanto que eu vim aqui acompanhada. A gente entende que a composição aqui da Ester como diretora operacional do doutor Fábio e do senhor Nilo Júnior como acionista como responsável pelo back office administrativo financeiro da empresa.

A gente tem condição de dar todos os esclarecimentos que vocês precisam. Só que vocês preferiram essa oitiva em separado.

Então aqui o que me cabe é responder com precisão pela parte operacional. Então assim tem respeito a essa comissão, em respeito aos esclarecimentos que os senhores estão querendo.

Então eu acho que realmente cabe a mim só falar o que eu tenho certeza e com precisão.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Só pra esclarecer, eu estou falando sobre a empresa BH Leste, que veio da Torres. Enfim, são cento e quatro ônibus. São

quantas linhas que vocês operam?

Ester das Graças: Dezesseis linhas.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Dessas dezesseis linhas? Quais são as do bairro a bairro? dentro dos bairros. Que a passagem é quatro cinquenta?

Ester das Graças: eu tenho linhas no bairro Goiânia, Taquaril, e linhas que atendem São Gabriel, Santa Maria.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Tudo bem. Então vocês têm lá. Vocês têm lá ônibus do104 ônibus distribuídos em dezesseis linhas. Que tem preço de passagem quatro e cinquenta. E tem aquele preço mais barato, que é quatro e vinte, não é isso? Tem isso também.

Ester das Graças: Tá. Eu não sei se realmente se alguma das nossas linhas tem a tarifa a quatro e vinte, mas quatro e cinquenta com certeza.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Mas dentro dos bairros, a maioria do bairro a bairro, por exemplo TransOeste do Barreiro, dentro do bairro ali, o preço da passagem é R$4.20, com certeza deve ter….

Ester das Graças: Eu atendo a maioria das minhas linhas atendem a Estação São Gabriel…

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Sim. A maioria das empresas tem ônibus que faz R$ 4.50 e R$ 4.20, só para deixar bem claro, pessoal da CPI aqui, quando a prefeitura reajustou a tarifa de ônibus na cidade de Belo Horizonte que estava aguardando subsídio a passagem foi de R$ 4.50 para R$6 reais.

E essa de R$ 4.20, ela era R$ 3.70, salvo engano, ela era R$3.70, então essa passagem também foi reajustada, essa passagem não é o caso só dessa empresa, eles não tiveram deflação dessa passagem, porque se fala muito a mídia a passagem passou de R$ 6 reais para R$ 4.50, com o subsídio.

Mas olha para vocês verem a incoerência, a passagem que era R$ 4.20, não voltou pro preço normal. Não voltou. Então é um reajuste, sei que não é culpa da

senhora, mas é um reajuste também de empresas de ônibus, que a população também está pagando o preço.

E aí vem a interrogação, se o transporte público em Belo Horizonte é tão deficitário é tão, dá tanto prejuízo porque que o mesmo grupo político que ficam no transporte público há anos na cidade?

Eu trabalho com quadro de grama sintética, tenho duas quadras de grama sintética a vinte e dois anos, eu tinha três, uma quadra estava ruim, eu vendi minha quadra, mas ninguém larga o transporte público na cidade de Belo Horizonte. Nenhum. Nenhuma larga. Quando liga, quando larga passa para um que é amigo do outro, que é parente do outro, que vem do outro, vem do outro, que vem do outro, que vem do outro. E eu sei que não é culpa da senhora.

Então é o seguinte, sabe o papel dessa CPI realmente saber se dá lucro ou se dá prejuízo? Mas vocês podem ter certeza, dá muito lucro, dá muito lucro. Porque se não desse lucro, se não desse lucro, eles não estariam tanto tempo comandando o transporte da cidade de Belo Horizonte.

Eles têm que ter lucro? Tem, porque o ônibus novo custa setecentos mil reais, oitocentos, setecentos, depende do modelo. Poxa, mas tanto lucro, tanto lucro e aí eu fico vendo com uma empresa que a média de vida do ônibus dela me permite falar vida, é 9.10 sendo que o máximo pode ser 12e será que vai chegar lá na frente e vai conseguir realmente cumprir o papel dela de dar um transporte com segurança, com qualidade, com mais ônibus novos, com tanto ônibus velho numa empresa? Com tantos anos velho na empresa será que vai conseguir esse papel?

E a senhora que faz essa gestão é a interrogação. E ano que vem qual será o valor do subsídio? Não é lei que vai aprovar aqui na câmara não, vem do orçamento da prefeitura de Belo Horizonte.

Nós teremos aqui também debater isso. Não é lei porque já está aprovada a lei. Então isso vai entrar no orçamento, então vai deixar bem claro que eu vejo que se fosse tão ruim assim não estaria na situação que está. Não estaria na situação que está.

E quem paga o preço na verdade é a população, porque lá no Barreiro nós temos uma vergonha que chama, vergonha, ela opera noventa por cento das linhas do Barreiro, segundo o proprietário está comprando quarenta linhas, quarenta ônibus.

Então assim recebe o subsídio, mas todo mundo está esquecendo que eles também recebem dinheiro da população. Não é só o subsídio.

Existe uma câmara de compensação das passagens, então, bem claro que a passagem voltou pro preço normal antigo a quatro e cinquenta, mas linhas que operam bairro dentro dos bairros teve o aumento de trinta por cento e continuam também recebendo subsídios.

Deixar bem claro isso, eles continuam recebendo subsídio mesmo daquelas linhas que eram quatro e pouco e aumentou a linha por cento, são a linha dos bairros que andam dentro dos bairros, como o bairro São Gabriel, tem lá a estação, deve ter bairro a bairro. Como venda nova, tem a linha que anda dentro dos bairros, manda para Jaqueline, São João Batista, linha dentro do bairro.

Então, para vocês verem que realmente existe o subsídio, mas existe também um reajuste de tarifa nas linhas que fazem dentro dos bairros de Belo Horizonte, essa tarifa não voltou pro preço normal.

O que voltou foi a linha que vai pro centro, que era seis, voltou para R$ 4.50, então eu espero, né, depois de tanta falácia em relação a transporte público de Belo Horizonte, que essas empresas que que eles têm que ter lucro sim eu não sou contra ter lucro não porque é um investimento deles eles coloquem a mão na consciência e prestam um serviço de qualidade para cidade de Belo Horizonte.

Porque daqui a cinco anos nós teremos outra licitação, será que são será que essas empresas que reclamam tanto do prejuízo que dá prejuízo, que não consegue manter o transporte, que caiu o número de passageiros devido aos aplicativos de transporte, Uber, vão querer renovar por mais vinte, dez anos?

Será que eles vão querer renovar? Já que tá dando prejuízo? Então assim, deixe bem claro isso, essa CPI tem esse papel importante, porque não são todos

não, tá? Deixar bem claro. Tem muita empresa que tem ônibus limpo, que tem ônibus novo, que tem ônibus que transporta pessoas com qualidade, não são todos, nós não podemos generalizar.

Eu não vou citar nomes aqui, mas tem empresas que fazem um trabalho sério, agora essas empresas, com todo respeito que pega uma linha com 9.2 de idade sendo que pode ir até 12, como é que é a solução disso? Quem vai pagar o preço? Será que vai fazer outro decreto aumentando de doze para 15? Anos de vida? Só pode andar cinco.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas então, vereador Juliano Lopes. Essa pergunta inclusive é uma pergunta que precisa ser feita para o prefeito Fuad. Por que que até agora o prefeito FUAD não determinou a volta da passagem dessas linhas intermediárias alimentadoras para o valor anterior?

Por que esqueceram ela lá nos R$4.20? Isso é um absurdo e depende do poder público municipal. Eu queria fazer uma pergunta pra senhora, dona Ester. É relativa a linha oitocentos e vinte e três. Ela é operada pela empresa de vocês?

Ester das Graças: Oitocentos e vinte e três não.

Ver.(a) Bráulio Lara: Não. Então ótimo. Porque hoje teve um acidente com essa linha, lá no… ela é uma linha que liga o São Gabriel ali com o bairro vitória, é da mesma forma, são ônibus que estão com problema na manutenção, ônibus que estão estragando nas ruas, colocando a vida das pessoas em risco, emendando nessas questões a insegurança que o poder público municipal não pode ter e nós como vereadores que somos fiscalizadores disso é de na hora que acontecem essas situações a quem responsabilizar.

Então a empresa BH Leste SA não tem ainda uma autorização consolidada, o ônibus não tem nome da empresa BH Leste SA. a empresa tem os seguros, tudo bem, mas veículos em outros CNPJ. Então tudo isso gera uma série de inseguranças para a população.

Sem contar na questão que o vereador Juliano Lopes acabou de colocar que é o problema da idade média dos veículos. E se a situação está irregular e a empresa

também não vai fazer um investimento novos ônibus, na verdade a gente vai ter daqui a pouco a necessidade de quinze anos, vinte anos daqui a pouco e a gente vai ver Belo Horizonte andando naquele tanto de veículos velho, isso é inadmissível.

(2:36:28) Eu queria fazer algumas perguntas que a gente já sei que, a gente já vai encaminhar pro final. Mas a questão do patrimônio da empresa BHLeste, se ele não está consolidado ainda em ônibus, se ele não tem ainda essa estrutura toda, se a empresa ainda não tem essa estrutura, a gente queria entender, por que a BHLeste previu a emissão de vinte e cinco milhões de reais em debêntures? E por que esse investimento que a empresa, em tese, captou, era necessário para operar? Explica esse capítulo por favor da empresa?

(2:37:05) Ester das Graças: Na oitiva do senhor Nilo, o senhor vai poder ter a precisão dessa resposta?

(2:37:10) Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, mas de fato a gente sabe dessa informação, mas também percebemos que houve uma emissão apenas de três milhões, a senhora saberia dizer o porquê?

(2:37:20) Ester das Graças: Não, não saberei dizer o porquê.

(2:37:24) Ver.(a) Bráulio Lara: Hoje qual é o patrimônio da empresa?

(2:37:27) Ester das Graças: É melhor essas respostas precisas com o senhor Nilo, Eu fico com as respostas operacionais, pessoal, porque é o que a gente tá, senhores e senhoras, desculpa, o que a BH Leste quer é realizar as viagens dela às 914 viagens, de acordo com o que é solicitado, com os ônibus limpo, com os ônibus com a manutenção em dia, com os ônibus com a idade média de quatro anos, a gente tem a intenção de fazer o investimento nessa frota de cuidar dessa população que a gente atende que é da região leste mais precisamente ali a região da estação São Gabriel.

Então, assim, esse é o meu papel lá na BHLeste, é isso que eu quero fazer, cuidar dos empregos das pessoas que estão lá, das pessoas que a gente absorveu da Aviação Torres que não ficaram sem empregos e que a gente está fazendo essa movimentação de emprego de famílias que tem lá na BHLeste.

Então assim, nesse sentido eu realmente acho que a empresa é a melhor para a população. A gente vai conseguir manter a linha de qualidade que está no decreto para receber o subsídio das viagens sem atraso, das viagens realizadas conforme o decreto.

Então assim, eu acredito que tendo essa anuência, sendo feita essa regularização, a gente realmente com os indicadores que vocês colocaram, a gente vai mostrar o nível de eficiência e de excelência que precisa ser passada.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como vocês estão pensando em fazer esse investimento? Tem investidores? Teria esses vinte e cinco milhões já? Para poder integralizar aí, fazer aquisição desses ônibus, melhoria do transporte. Como vocês estão pensando em fazer isso daí? O contando com o subsídio?

Ester das Graças: O investidor inicial é o senhor Nilo Júnior, então ele tem interesse em fazer o investimento na BH Leste Transportes. Lógico que quando tiver uma segurança jurídica dessa anuência então a atração de investidores por ser uma empresa SA vai ficar muito mais fácil.

Então assim a intenção é, ter sim uma empresa em conformidade com o que está sendo pedido para qualidade do transporte de Belo Horizonte hoje. E eu operacionalmente falando eu me encarrego de cuidar dos indicadores de à relacionados ao cumprimento das viagens, a qualidade das viagens, a qualidade dos ônibus que é o que me cabe.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano. Então…

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Presidente, requeiro a palavra quando vossa excelência julgar oportuno, pela ordem.

Ver.(a) Jorge Santos: Pois não.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Muito obrigado Senhor presidente, eu gostaria de fazer duas questões de ordem que deixei para fazer ao final para não interromper o raciocínio de vossas excelências durante a inquirição da testemunha.

A primeira questão de ordem diz respeito às requisições que foram feitas ao

longo da inquirição da testemunha, eu gostaria para que não haja nenhum desencontro ou nenhuma omissão eu gostaria de confirmar a relação desses documentos, para que, em assim sendo, minha cliente se comprometa a apresentá-los.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Bem, pelo que pude compreender o primeiro documento seria o livro de transferência de ações, uma cópia por óbvio do livro de transferência de ações, o contrato de locação da garagem seria o segundo documento a ser apresentado.

O terceiro documento seria a relação de veículos, uma relação presumo que placa, chassi e nome do proprietário que está lá no registro do DETRAN e o quarto documento seria a última ata do consórcio BH Leste a ata na qual ocorreu o ingresso da empresa BH Leste. Gostaria de confirmar com vossas excelências se são estes os quatro documentos?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Está faltando um, que é o descritivo por mês de quando recebeu desde janeiro até o presente mês.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Descritivo excelência de forma mais correta, descritivo dos recebimentos de Subsídio?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Gostaria que o senhor acrescentasse, o documento está sendo feito aqui por favor dos 104 ônibus, na verdade a gente quer o DUT.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Sim. Pois não, excelência.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: A relação e os DUTs dos cento e quatro ônibus que prestam serviço em Belo Horizonte da empresa BHLeste Transporte.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Sim, excelência. Então confirmando uma relação acompanhada da cópia de todos os DUTS, isto atenderia dos 104, não há dúvida, então estes são os 5 (cinco) documentos que a minha cliente se compromete a apresentar.

Agora em relação ao prazo de apresentação eu peço todas as vendas a vossas excelências para invocar o disposto no parecer PROLEG número cento e setenta e dois de dois mil e vinte e um que aplica subsidiariamente o código de processo civil em especial no seu artigo duzentos e dezoito parágrafo terceiro com prazo de cinco dias úteis para apresentar a documentação.

Não que minha cliente não queira entregar em vinte e quatro horas, mas é porque o prazo se revela exíguo ainda mais considerando as diversas que foram sendo solicitadas ao longo da inquirição.

É muita coisa detalhada, é um volume de papel, precisa ser bem conferido antes de encaminhar para vossas excelências e, portanto, eu requeiro, salvo o melhor juízo da comissão que seja concedido o prazo de cinco dias úteis nos termos do Proleg.

Ver.(a) Jorge Santos: De acordo.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Sim excelência muitíssimo obrigado, a despeito da apresentação de qualquer intimação ou de qualquer requisição, não é necessário, minha cliente saí daqui intimada e se apresentará em cinco dias úteis perante o protocolo desta casa.

A minha segunda questão de ordem e excelência, diz respeito a apenas um detalhe no âmbito da apuração, pode parecer um detalhe de pouca importância, mas juridicamente tem muita importância.

Num determinado momento foi ventilado por sua excelência, a ilustre relatora, que a senhora Ester que não quer responder, foi utilizado o verbo querer no momento em que se falou do que foi passado a título de subsídio. “A senhora não quer dar a resposta” foi utilizado o verbo “querer”.

Isso é algo que tem relevância jurídica e eu gostaria de esclarecer dentro do campo da questão de ordem.

Isto é questão de ordem, em momento nenhum ela disse a expressão ou expressão equivalente não quero responder, ela disse apenas que não sabia, como eu disse é um esclarecimento que eu estou fazendo aqui que tem mais peso jurídico

do que peso de apuração cumprindo o meu de advogado. Agradeço por terem me concedido a palavra.

Ver.(a) Jorge Santos: OK. Eu só quero antes de encerrar aqui e dizer se o consórcio ele não tem como observar as viagens e uma das empresas, o vereador Bráulio, perdeu a audiência de que fazer uma licitação novo, consórcio. Então não culpo nada os empresários, a ninguém, a gente vai novamente convidar o André Dantas para estar aqui pessoalmente. Ontem eu tive que ligar para ele? perguntar como está a sua saúde, ele falou que já está bem melhor, então na próxima vão depois discutir para debater. Então quero agradecer a presença de todos.

Agora são exatamente 12h:27 min, não tenho mais a declarar. Encerramos nossos trabalhos, que Deus abençoe a todos.

2.7 - DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A oitava reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade[8], foi realizada no dia 25/08/2023, às 13h:03 min, no Plenário Helvécio Arantes. Sob a presidência da vereadora Loíde Gonçalves, que registrou a presença dos vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos, Professor Juliano Lopes, Braulio Lara e Wesley Moreira, todos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Sendo isto, foi apresentado, discutido e votado os seguintes requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nº 2.298/23 - pedido de informação à “BH Leste S. A” para solicitar a apresentação da documentação (Documento Unico de Transferência - DUT) referente a cada um dos 104 ônibus em operação pela empresa”. Autoria: vereadores Professor Juliano Lopes, Braulio Lara, Henrique Braga e Jorge Santos e vereadora Loide Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

2) Requerimento de Comissão n'' 2.299/23 - pedido de informação ao “prefeito Fuad Noman” e ao “Superintendente de Mobilidade Urbana, Andr6 Dantas,”

---

[8] https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/8%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---%C3%B4nibus-sem-qualidade-25-08-2023

para “solicitar esclarecimentos referentes a implementação e fiscalização da Lei 11.458/23, que dispõe sobre a remuneração do transporte público na cidade de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Gabriel. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

3) Requerimento de Comissão nº 2.300/23 - alteração de data e horário de Oitiva para “intimar o representante Legal da Empresa BHLeste Transportes S.A,

Nilo Gonçalves Simão Junior, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte da então Viação Torres, sucedida pela BHLeste Transportes S.A, no Consórcio BH Leste, bem como sobre as sucessivas alterações no Estatuto Social e nos demais registros da BHLeste Transportes S.A, das debêntures emitidas pela BHLeste Transportes S.A.”, aprovada pelo Requerimento de Comissão no 2.165/23, para o dia 28/8/23, às 9h30min. Autoria: vereadora Loide Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

4) Requerimento de Comissão n'' 2.302/23 - pedido de informação ao “representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH), Raul Lycurgo,” aos “representantes do Consórcio operacional do transporte coletivo de passageiros de belo horizonte – TRANSFÁCIL” e ao “representante do Consorcio BHLeste, Rubens Lessa Carvalho,” para “obter informações sobre a as viagens realizadas, constando no letreiro a denominação 'TRANSFERÊNCIA’, para que sejam prestados esclarecimentos”. Autoria: vereadora Loide Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão.

5) Requerimento de Comissão no 2.250/23 - pedido de informação a “Comissão de Valores Mobiliários (CVM)” para “oficiar o referido 6rgao para que possa informar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito se as debêntures emitidas pela BHLeste Transportes S/A foram distribuídas no mercado, com pr6vio registro a CVM, nos termos do art. 19 da Lei n' 6.385/76, sendo que, havendo registro, que os mesmos sejam encaminhados a esta Comissão, com a identificação dos respectivos

adquirentes". Autoria: vereadora Loide Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

Nada mais havendo a ser tratado, a presidenta declarou encerrados os trabalhos

2.8 - DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade[9], foi realizada no dia 28/08/2023, às 9h:43 min, no plenário Camil Caram. Sob a presidência do vereador Jorge Santos, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves e dos vereadores Henrique Braga e Braulio Lara, reuniu-se a comissão.

Sendo isto, foi apresentado, discutido e votado o seguinte requerimento:

Requerimento de Comissão nº 2.318/23 - pedido de informação ao "representante legal da Empresa Trans Oeste Transportes Urbanos Ltda, Fabiano Borges," para "obter informações e solicitar a apresentação de documentos sobre a gestão administrativa e a propriedade dos veículos utilizados pela empresa TransOeste. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela Comissão, sendo deliberado por conceder o prazo de cinco dias úteis para resposta.

Foi chamado para depor o Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior, único sócio *(beneficial owner)* da empresa BH Leste Transportes S.A, que prestou o compromisso com a verdade. O depoente foi acompanhado do advogado Dr. Fábio Henrique Queiroz.

9ª REUNIÃO

Ver.(a) Jorge Santos: Seja bem-vindo à Câmara Municipal de Belo

---

[9] https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/9%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-28-08-2023

Horizonte, agora são exatamente 9h:43 min, vou fazer a chamada dos vereadores da comissão parlamentar de inquérito, instituída pelo requerimento 873/ 2023 a CPI de ônibus sem qualidade. Data dia 28/08/2023 no plenário Camil Caram. 9ª reunião, 30 ª sessão legislativa, 19ª legislatura. Vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando Pinto Tavares? Vereador professor Juliano Lopes, Vereador Wesley da autoescola? Vereador Jorge Santos, Eu estou presente. Então, havendo quórum, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Ver.(a) Jorge Santos: 9ª reunião, ORDEM DOS TRABALHOS. Comunicação de aprovação da ata: Não prevista. Finalidade: Intimar o representante Legal da Empresa BHLeste Transportes S.A, Nilo Gonçalves Simão Junior, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte da então Viação Torres, sucedida pela BHLeste Transportes S.A, no Consórcio BH Leste, bem como sobre as sucessivas alterações no estatuto Social e nos demais registros da BHLeste Transportes S.A, além das debêntures emitidas pela BHLeste Transportes S.A. Requerimento de Comissão 2165/2023 (vinculado a: Requerimento 873/2023) - Autoria: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vou fazer aqui um invertimento da pauta, Vereador Henrique Braga está de acordo?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio de acordo?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora Loíde de acordo?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também estou de acordo. Então vamos para o item 1 (um) da pauta. É um REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2318/2023 TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: Representante Legal da Empresa Trans Oeste Transportes Urbanos Ltda, Fabiano Borges FINALIDADE: Obter informações e solicitar a apresentação de documentos sobre a gestão administrativa e a propriedade dos veículos utilizados pela empresa TransOeste. Prazo de resposta: 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Eu coloco em discussão, eu coloco em votação, como voto o vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também estou de acordo, então fica aprovado o requerimento de comissão 2318/2023.

Gostaria de convidar para compor a mesa conosco nessa CPI o advogado senhor Fabiano Henrique Queiroz e também convidar para sentar à mesa conosco junto com o seu advogado, Nilo Gonçalves Simão Junior, representante legal da empresa BH Leste Transporte SA. fique à vontade, por favor pode se juntar próximo a gente aqui.

Sejam bem-vindo à Câmara Municipal e hoje o senhor tem a oportunidade de

ser ouvido aqui por esta comissão. Só seguindo o nosso roteiro normal, o presidente que foi aprovado por esta comissão a realizar, esta oitiva do requerimento da vereadora Loíde Gonçalves, para ouvir o Sr. Nilo… Presidente dando início a oitiva convida para compor a mesa, já foi composto, o Presidente solicito a testemunha que preste o compromisso nos termos do artigo 203 do código Processo Penal, informo que fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade poderá incorrer no crime de falso testemunho, de acordo com o artigo 342 do código penal, o sr. está ciente? Por favor.

(5:27) Nilo Gonçalves Simão Junior: Estou, eu Nilo Gonçalves Simão Junior, 29 anos, estado civil solteiro, residente na avenida Professor Sílvio de Vasconcelos, nº 40, profissão empresário, cuja atividade é desenvolvida na Avenida Amália nº 86, prometo dizer a verdade, relatando sempre que souber, explicando sempre as razões da minha ciência sobre os fatos ou circunstâncias pelas quais posso avaliar se da sua credibilidade.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Então estamos iniciando a nossa CPI, eu gostaria de abrir a palavra aos vereadores, quem gostaria, Loíde ou Bráulio, vereador Henrique Braga, que fiquem à vontade para fazer suas perguntas, suas considerações.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia a todos, bom dia senhores vereadores, bom dia sr. Nilo, Sr. doutor advogado. Sr. Nilo, nós vamos iniciar agora com a oitiva do senhor e nós iremos fazer algumas perguntas. Aí o senhor por gentileza nos responda, tá?

Sr. Nilo o senhor tem experiência no ramo de transporte, eu gostaria que o senhor contasse aos integrantes desta CPI o seu histórico, pode ser de forma breve o que já fez e as empresas que o senhor já trabalhou? Onde o senhor já trabalhou? fazer um breve relato, dentro aí do ramo do transporte por gentileza aqui para essa CPI. O sr. fica com a palavra.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Perfeito. Eu tenho, em torno de Dez anos de experiência no transporte, trabalhei com meu pai nas empresas dele, comecei lá trabalhando mais na parte operacional, especificamente na parte de manutenção.

Depois seguir cheguei em outros setores, acabei assumindo lá durante um tempo a diretoria operacional, cargo até parecido que a Ester relatou aqui na última quinta-feira, fiquei lá durante dez anos, saí deve ter mais ou menos uns dois anos e agora estou tendo essa oportunidade de assumir a BH Leste Transportes. Foi o suficiente? você quer mais alguma coisa?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim. Como que o senhor conheceu a senhora Ester?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Na época que eu era diretor operacional, eu estava procurando uma pessoa para me ajudar na controladoria e estava estruturando esse setor na empresa e eu tive indicação dela, pelo um gerente de manutenção que havia trabalhado com ela no grupo Rodap.

Aí chamei a Ester para fazer… uma entrevista com ela, avaliei suas habilidades e acabei contratando-a na época.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora Ester foi indicada por quem?

Nilo Gonçalves Simão Junior: A senhora Ester foi indicada por um gerente de manutenção na época que havia trabalhado com ela no grupo RODAP.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O Sr. não conhecia a Dona Ester?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Antes de, só para parêntese, eu a conheci enquanto trabalhava nas empresas do meu pai, então assim, foi eu que contratei ela nas empresas do meu pai, para estruturar esse setor de controladoria.

E ela foi indicada por um gerente à época, que trabalhou com ele, eu a conheci por conta desse gerente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então o senhor, esse gerente a indicou para a empresa que o senhor está gerenciando agora ou...

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não para... o que acontece, eu fui diretor da Ester durante um tempo, eu que fiz a contratação dela na época...

Ver.(a) Loíde Gonçalves: qual empresa?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Na época, eu não estou lembrado qual empresa exatamente, mas algumas das empresas do grupo do meu pai. Então o ponto é o seguinte, eu era diretor, queria estruturar um setor de controladoria e estava em busca de um alguém da área, esse gerente lembrou que ela trabalhou nesse setor de controladoria no grupo RODAP, onde ele também tinha trabalhado e aí me indicou falou "olha a Ester, ela exercia esse papel no grupo RODAP, fazia bem o papel", aí eu acabei chamando ela para uma entrevista, não me lembro se ela estava desempregada ou não como que era a situação e eu lembro que eu gostei e aí acabei contratando ela, trabalhou comigo durante um tempo, depois até paguei um MBA para ela, a empresa pagou o MBA para ela enquanto ela estava trabalhando, enfim. Foi daí.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Qual é o nome dessa empresa?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Se não me engano, eu posso... são várias empresas, então eu posso errar. Eu não sei se vocês faz muita, por conta do compromisso eu estou evitando falar fatos que possam ser equivocados, mas era uma, eu não estou lembrado, eu acredito… que eu não sei se transimão transporte rodoviários, não me recordo...

Ver.(a) Bráulio Lara: Grupo Transimão?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Grupo transimão, de maneira genérica, tá?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O Sr. poderia me informar, formar também para esta CPI, como foi o nascimento da BH Leste e como surgiu a ideia de abri-la, quem teve essa ideia?

(10:53) **Nilo Gonçalves Simão Junior:** Até isso foi muito bom vocês terem perguntado, porque a pergunta objetiva, como foi fundada a BH Leste? Como foi fundada eu realmente não sei porque eu não participei da fundação, comprei ela pré-constituída.

(11:03) Então assim, agora o que eu posso te falar é como que foi estruturado ali a essa operação para assunção da operação ali da Torres, então assim, é essa a pergunta?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Então, por volta ali de final do ano passado, eu estava, apesar de não estar mais trabalhando com meu pai, eu estava participando de uma negociação que havia entre… eu for falar em nome de pessoa física então assim por favor, se a dívida for entre empresas, não estou sendo tão preciso em termos, nos termos.

(11:47) Mas eu estava fazendo uma negociação, de uma dívida que o Sr. Rubens Lessa, tinha com o meu pai, uma dívida que estava já muito estressada, enfim, a dívida estava em deflow e clima estava, os ânimos não estavam muito bons. Então acabou que eu estava negociando.

(12:10) Nilo Gonçalves Simão Junior: E o Sr. Rubens Lessa, como vocês já sabem, ele também é o Presidente da empresa líder do consórcio BH LESTE.

O Sr. Rubens Lessa, tinha um problema que era a ausência de capacidade da Viação Torres, em exercer as atividades operacionais, como vocês sabem isso também é de responsabilidade do consórcio.

Então assim, o consórcio… Ele é o Concessionário Público e as empresas participam do consórcio, elas são subconcessionária.

(12:42) Então o Rubens tinha esse problema, que era, que a Torres não tinha mais, estava ficando sem capacidade para operar e também tinha esse problema da dívida. Ele acabou propondo pro meu pai, um negócio em que ele resolveria a situação com a Torres e passaria essas cotas de participação do consórcio BH Leste para meu pai em da ação e pagamento.

(13:06) Nilo Gonçalves Simão Junior: Meu pai não aceitou, meu pai queria, ele estava muito intransigente, queria receber em dinheiro e eu percebi que enquanto negociador, trabalhando mandatado, percebi que seria uma situação muito danosa se aquela intransigência continuasse.

(13:25) Então, eu acabei propondo pro meu pai fazer a assunção de dívida do Sr. Rubens e ele por talvez não confiar no Rubens, mas confiar em mim, até porque

eu sou filho dele, topou, aceitou exonerar o Rubens da dívida, desde que eu assumisse a obrigação.

(13:45) Então assim, depois disso eu conversei com o Rubens, e o Rubens topou fazer o negócio comigo também, então acabou que a gente passou por uma fase de estudo ali para entender a legalidade dessa operação como que se daria uma assunção dessa operação, nesse meio tempo a situação da Torres só vinha se degringolando.

(14:08) Nilo Gonçalves Simão Junior: Nós acabamos... a Torres fez uma manifestação expressa para Consórcio, falando que não tinha capacidade de operar e que a partir do dia primeiro de janeiro as operações iriam parar.

(14:25) Então ela efetivamente não teria como exercer ali o serviço, o que deixou a situação um pouco, com prazo um pouco curto, porque era obrigação do Consórcio manter o serviço, o serviço da região Leste não poderia parar, a gente não poderia deixar a população desatendida e por outro lado a gente tinha que fazer uma operação complexa de M&A dentro desse prazo.

(14:49) Então, sim busquei todos os recursos que eu tinha na época, para poder estudar a legalidade da operação.

(14:59) Nilo Gonçalves Simão Junior: Um desses recursos foi optar por uma empresa que já estava constituída, justamente pela agilidade, em se estabelecer um CNPJ, porque mandaria fazer a contratação de diversos funcionários, N coisas, então a gente… fiz esse contrato com esse escritório de São Paulo, que já tem esse produto de prateleira.

(15:20) Até sanando aí umas dúvidas lá quanto ao Dr. Cristiano e o Dr. Bruno, eles são advogados do escritório e o escritório presta esse serviço, ele é um escritório que se é especializado em direito societário, ele deixa as empresas pré-constituídas, faz a cessão das cotas das ações, não é cota, das ações das empresas, justamente para poder agilizar todo esse processo, então a gente só faz uma ata e troca a diretoria ali.

Então para poder agilizar diante dessa ausência de capacidade da operação,

foi isso que eu optei, inclusive paguei por isso, tá? Que é uma operação que tem um custo, essa agilidade tem custo, então depois disso aí foi … Quer perguntar alguma coisa?

Ver.(a) Bráulio Lara: Se me permite Nilo. Bom dia. Bom dia doutor Fábio. Eu gostaria de só pra gente não passar por outro assunto, eu gostaria de fazer uma pergunta só para esclarecer melhor, essa questão que o senhor disse dessa dívida entre o senhor Rubens Lessa e o senhor Nilo o seu pai e você se postulando a receber essa dívida.

(16:32) Mas a pergunta, gostaria de direcionar para você explicar melhor, é era uma dívida entre pessoas físicas ou jurídicas não interessa, mas a questão é quem era de fato o titular do ativo a Torres, ela era quem estava dentro do Consórcio e que tinha o direito obviamente de explorar o sistema de mobilidade de Belo Horizonte dentro da sua cota dentro do Consórcio. OK?

(17:00) Como se dá essa triangulação do Consórcio com o Sr. Rubens Lessa, com logicamente um outro interveniente até chegar no senhor, por meio da empresa que vocês constituíram?

(17:13) Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor Bráulio pergunta interessante, o que acontece, realmente o titular das cotas de Consórcio era a Viação Torres.

(17:21) O Rubens era unicamente o Presidente da empresa líder do Consórcio, ele não tinha qualquer tipo de direito de propriedade em cima dessas cotas.

(17:35) O que ele tinha, como obrigação por ser a empresa líder, ele por exercer, tá trabalhando mandatado ali pela empresa Líder, era de manter a continuidade do serviço. O que era um desafio complexo.

(17:47) Então o que ele optou? Ele optou por negociar com a Torres essa saída da Torres, o que mitigaria os danos à população, que a Torres persistir em uma operação que ela não tinha capacidade econômica para executar, isso impactaria de forma drástica ali na prestação de serviço do Consórcio e consequentemente nas outras consorciadas. Ele fez essa negociação no que tange…

(18:18) Ver.(a) Bráulio Lara: Mas ele fez essa negociação então para ele?

(18:23) Nilo Gonçalves Simão Junior: Inesperado. Então assim, só para deixar muito claro, eu não fiz, eu assim, a BH Leste, ela não fez qualquer tipo de negócio com a Torres tá.

(18:33) Nós fizemos negócio com o Rubens, o Rubens sentou e resolveu essa questão lá com a Torres que sinceramente eu não tive acesso, tá? há como que foi negociado, se foi pago um preço, eu não tive acesso a isso que na verdade não me cabe.

(18:50) A única coisa que foi exigido, foi um documento da Torres que ele abriria, a Torres abriria mão de qualquer tipo de direito de regresso, enfim, qualquer tipo de direito reipersecutório em cima dessas cotas, eu posso estar sendo impreciso nos termos aqui desse documento, tá?

(19:05) Mas assim, nós, não tive acesso a contrato, não tive acesso absolutamente nada com essa negociação, mas a Torres anuiu ali na saída dela do Consórcio e na entrada da BH Leste. Então é o que o Rubens fez ali enquanto empresa líder foi tentar resolver um problema do Consórcio.

(19:29) Ver.(a) Bráulio Lara: Mas antes de resolver o problema do consórcio, então ele passa a ser o titular desses direitos e aí começa uma negociação de quitação de dívidas com o seu pai, é isso?

(19:37) Nilo Gonçalves Simão Junior: Na verdade não foi com meu pai, porque meu pai não aceitou, né?

(19:41) Ver.(a) Bráulio Lara: Houve uma interação, seu pai não aceitou, aí no segundo momento ele redirecionou essa possibilidade ao senhor, é isso?

(19:51) Nilo Gonçalves Simão Junior: Na verdade as coisas não acontecem exatamente em momentos temporais sequenciais, às vezes elas acontecem em momentos paralelos.

(20:00) Então as coisas não são negociação é assim, né. Meu pai meu pai não aceitou, eu tratei com ele essa questão da assunção de dívida e nós fizemos um,

eu fiz esse acordo com o Rubens, entendeu? Eu assim, enquanto lá cotista lá da BH Leste. Então, eu não sei se ficou claro.

(20:28) Ver.(a) Bráulio Lara: Então só para, é porque o seguinte, se houve transação, se houve assunção desses ativos, esse direito de exploração, pelo que o senhor está narrando, o seu Rubens então faz essa negociação com a Torres e depois ele passa essa negociação adiante, tenta ser primeiramente com seu pai não é viabilizado, isso pega e chega pro senhor, OK?

(20:50) Nilo Gonçalves Simão Junior: Repito, só para deixar muito claro, as coisas foram feitas em momentos simultâneos, então assim, o negócio foi em jargão, mas, foi a linguagem mais popular, feito casado, entende?

(21:06) Então o grande gargalo dessa operação da Torres, é porque a Torres já por dificuldade pela dificuldade financeira ou enfim não sei que tipo de dificuldade que eles enfrentaram, mas já por não ter a capacidade de operar, ela deixou de renovar a frota.

(21:24) Então, precisava-se de um investimento muito grande em frota, que é o que a BH Leste está pretendendo fazer, assim que conseguir a anuência.

(21:34) E o Rubens, ele claro que ele é uma pessoa responsável, ele não ia assumir esse compromisso sem ter a capacidade econômica para tal né?

(21:24) Então ele, o negócio feito casado, imagino que em sentido comercial mais por esse tom, ele primeiro meu pai aceitou a minha assunção ali na dívida do Rubens e enfim exonerar o Rubens.

(22:00) O Rubens negociou em paralelo com o pessoal da Torres, imagino que na pessoa do seu Joel, Jorge, não sei exatamente quem que, com quem que foi a negociação e aí foi feito um negócio ali de maneira simultânea, tá?

(22:16) Então, eu se o senhor a pergunta objetiva, se isso passou pelo universo patrimonial da Saritur, eu sinceramente não sei te dizer porque eu sei que o negócio foi feito de maneira simultânea, teria que analisar, sinceramente não sei.

(22:31) Ver.(a) Bráulio Lara: É, mas pensando pelo prisma do senhor da sua

empresa, o ‘que que foi comprado?

(22:39) Nilo Gonçalves Simão Junior: Única… os carros e as cotas de participação em consórcio. Então assim, até para poder esclarecer um fato que aconteceu na reunião passada.

Quando a Ester pontuou falou “olha os carros não são da BH Leste”, ela confundiu um conceito ali de direito, que propriedade bem móvel é transferida pela posse, o registro não está em nome da BH Leste, mas o carro ele é da BH Leste, tá?

Então isso é uma dúvida até comum, eu sei que muita gente confunde isso, acha que o carro é de quem tá com o nome lá no DETRAN, na verdade a transferência do bem móvel é feita pela posse.

Então assim no nosso contrato, entre BH Leste e Saritur, o que é… acredito que possa ter algumas outras coisas, não sei exatamente que o contrato é extenso, mas o que foi negociado de maneira geral, foram as cotas de participação do consórcio BH Leste e os veículos.

Mas por que, que os veículos não foram transferidos no DETRAN? Porque a operação de M&A, elas operam em com marcos temporais. Então você faz a operação, depois você tem diversas condições precedentes para serem cumpridas, depois você faz o close normalmente, esse tipo de ato, é ato que é feito dentro do closing.

Então isso não foi transferido ainda, mas não quer dizer que os carros não são da BH Leste, tá?

(24:08) Ver.(a) Bráulio Lara: Esse contrato que o senhor mencionou entre a BH Leste e a Saritur, então, ele que traz esse patrimônio para dentro da BH Leste, é isso mesmo?

(24:19) Nilo Gonçalves Simão Junior: Sim.

(24:21) Ver.(a) Bráulio Lara: É possível do Sr. mandar pra gente uma cópia desse contrato?

(24:24) Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor o que, que acontece.

(24:26) Possível é claro que é possível, uma coisa que, eu não sei como funciona juridicamente, esse contrato ele tem cláusula de confidencialidade, enfim, ele é um contrato que envolve lá direito privado entre a BHLeste e a Torres.

(24:41) Eu não tenho o menor problema em mostrar pros senhores, mas assim, eu só peço que o negócio seja por sigilo e eu sinceramente eu teria que consultar o doutor Fábio, para entender como que isso poderia proceder, tá?

(24:55) Ver.(a) Bráulio Lara: OK. Mas de qualquer forma então, Loíde fazer essa solicitação formalmente.

(25:00) Nilo Gonçalves Simão Junior: Objeção da minha parte não existe, tá? Nem sei se eu posso falar isso pelo contrato, tá, eu estou falando enquanto Nilo Júnior não enquanto empresa, até porque eu não sou mandatado para isso né?

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas a pergunta é só pra gente entender de fato a questão do patrimônio, que foi a pergunta que antecedeu, passou essa informação relativa ao contrato.

Bem, vamos falar então da questão da BH Leste SA, quando exatamente ela foi aberta?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, não fui eu que fiz a abertura dela, tá?

(25:36) Ver.(a) Bráulio Lara: Então vamos fazer uma segunda pergunta. Qual o momento que você entra nessa empresa?

(25:40) Nilo Gonçalves Simão Junior: No final do ano passado, não me recordo a data exata tá.

(25:46) Ver.(a) Bráulio Lara: Isso aí então, depois da tal comunicação que o senhor disse que a Torres fez pro Consórcio que ela entregaria o serviço é isso?

(26:00) Nilo Gonçalves Simão Junior: Na verdade a aquisição das cotas da BH Leste, aconteceu única e exclusivamente em função desse negócio.

(26:14) Então, quando o negócio foi entabulado pelo menos de maneira negocial, isso aí, então, eu fiz a aquisição das cotas da empresa, agora te falar exatamente qual que é o marco temporal, é difícil, até porque, igual eu comentei antes as coisas foram acontecendo de maneira simultâneas, não sei se existe uma cronologia exata nos atos.

Ver.(a) Bráulio Lara: Qual é a relação do senhor com o Bruno Santana Barros e Cristiano Carvalho de Oliveira?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Eu não tenho relação com eles, o que eu fiz foi comprar as cotas que eram deles da BH Leste através do escritório de advocacia de São Paulo.

(26:55) Então assim, só para deixar muito claro o meu contato no escritório, eu até conheço o senhor Cristiano e o seu Bruno eu não conheço.

(27:02) Mas o meu contato no escritório era com a advogada que estava tocando o caso, a Doutora Juliana, acho que até foi citada em alguns documentos. Os dois advogados que constituíram a empresa, que são apenas advogados do escritório, eles só estão prestando um serviço, entende. Então o negócio é simplesmente uma forma de se agilizar o processo ali de constituição de M&A.

(27:28) Não tive relação específica com eles até porque a empresa ela nunca operou, então assim, a gente não teve que fazer uma diligência muito grande teve toda uma negociação, é preço fixo e tal eles chegaram "ó eu presto esse serviço de acessório acho que é a forma mais rápida de fazer, é assim, assim e assado, a gente já tem a empresa pré-constituída aqui, fazemos todas as declarações que ela nunca operou, se responsabilizam por todos os atos antes da transferência" e isso é negociado junto com o serviço do escritório. Então é por isso essa questão, tá?

(28:14) **Ver.(a) Bráulio Lara:** As perguntas que a gente está fazendo são justamente porquê? Nossos registros aqui apontam que até pelo menos fevereiro deste ano, eles estavam no quadro de acionista.

E aí por isso que a gente está fazendo a pergunta por quê? Se de fato, você começou a operar com essas pessoas ainda lá, a gente quer entender, como que

isso se deu obviamente juridicamente, porque inclusive nesse primeiro mês a empresa operou o transporte público de Belo Horizonte e ainda recebeu recurso por isso.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Perfeito, o que que acontece, o documento hábil para isso, que vocês já até solicitaram e vão ser entregues, vai ser entregue para vocês, é o livro de transferência de ação.

Então, assim, quando a gente faz esse contrato com o escritório, como é que é transferido a propriedade das ações? via livre de transferência de ação e contrato de compra e venda. Se for o caso, não estou nem lembrado se nós chegamos a realizar contrato de compra e venda.

Mas assim, então eles assinam no livro transferindo as ações e a gente faz o pagamento, não tem muita, eu não sei de onde que vocês tiraram, qualquer tipo de outra propriedade de uma empresa S.A, a não ser do livro de transferência de ações, entendeu?

Então assim, não consiga entender quando vocês falam “consta até fevereiro no livro de transferência de ações” que vocês vão ter acesso logo, eu imagino que essa semana ainda, se vocês vão verificar que a transferência das ações do Cristiano e do Bruno, elas foram feitas antes da operação até por segurança minha, Pessoal, concorda?

Ver.(a) Bráulio Lara: Por isso fazemos as perguntas das datas, eu entendo que o fundamento que o senhor tá colocando teria total sentido se realmente tivesse acontecido antes, aí nós estamos querendo esclarecer a dúvida porque aparentemente foi depois.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, eu estou te afirmando que o foi feito antes, tá? E o que me está me chamando estranheza, que como que vocês tão afirmando que foi feito depois sem ter acesso ao livro? Vocês requisitaram o livro semana passada, entende a situação? Eu não sei se isso é algum engano.

Ver.(a) Bráulio Lara: Não é engano não sr. Nilo, só pro senhor entender o seguinte, quando uma CPI começa, há vários indícios já são estudados previamente.

E nós aqui temos que não só pedir formalmente a documentação toda para incorporar a documentação da CPI, assim como fazer essas oitivas para que tudo que está sendo tratado e falado seja formalizado.

Algumas das perguntas, inclusive o senhor, espero que tenha paciência conosco porque no dia da visita é técnica algumas delas já até tinha falado, então pode às vezes parecer poxa estou me perguntando de novo a mesma coisa. Mas não é por causa disso, é porque hoje sim é um momento público onde está se registrando essa informação e esse tipo de dúvida obviamente é importante para deixar bem claro, afinal de contas o senhor no prisma empresarial, está deixando bem claro como que o senhor entrou no sistema, como que foi feita a transação, que o senhor comprou uma empresa que já estava lá parada na prateleira esperando alguém comprar a empresa, ou o senhor já teve outros negócios com o Bruno e o Cristiano. Acredito que não, né?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, acho que não, não que eu me recorde, então a questão é o seguinte, eu entendo totalmente, não tem problema nenhum repetir aqui, eu acho que aqui é o momento adequado, até gostei muito da oportunidade de esclarecer os fatos, acho que eles demandavam esclarecimento, então fique à vontade, não tem problema nenhum a redundância.

Ver.(a) Jorge Santos: Senhor Nilo, bom dia. O senhor é o único herdeiro do seu pai?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, não sou o único herdeiro não.

Ver.(a) Jorge Santos: Tá, e qual é a participação dos seus irmãos na empresa?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Em qual empresa, doutor?

Ver.(a) Jorge Santos: Na empresa BHLeste?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, meus irmãos não têm participação na BH Leste não, nem meu pai.

Ver.(a) Jorge Santos: Nem seu pai?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Meu pai também não tem participação na BH Leste. O único sócio da BH Leste sou eu.

Ver.(a) Jorge Santos: É porque pelo o que a gente vem averiguando na CPI, no caso o CPF dos seus irmãos ele e do seu pai, hoje se encontra incorporado em dívidas trabalhista. Você tem ciência disso?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, não tenho ciência do CPF dos meus irmãos, do CPF do meu pai, eu tenho ciência sim, porque até trabalhei com ele na Transimão e eu tenho ciência que ele tem dívida trabalhista. Imagino eu, que ele vá quitar todas. Não vejo no perfil dele qualquer tipo de desvio de índole quanto a isto.

Ver.(a) Jorge Santos: OK, obrigado.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Nilo, por que adquiriu essa empresa lá de São Paulo? Vocês não tinham tempo hábil para poder adquirir, criar a empresa aqui em Belo Horizonte?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, nós, para ser muito sincero, eu acho que é isso é importante ficar claro, nós tivemos que fazer uma assunção de operação num prazo muito curto.

Isso foi inclusive prejudicial, mas foi uma demanda necessária pela continuidade do serviço.

Então assim, realmente eu não gostei da assunção ter sido feita logo em janeiro, eu acho que seria muito melhor se ela tivesse sido de maneira mais pausada com mais tempo planejada.

Mas como a Torres colocou como condição isso e deixou claro que os ônibus não rodariam a partir do dia primeiro de janeiro, por questão de responsabilidade até mesmo com a população, nós tivemos que fazer as coisas com o máximo de agilidade possível.

Eu confesso que que foi um final de ano turbulento ali de muito serviço para poder conseguir fazer essa assunção de operação e com certeza contra a minha vontade.

A verdade é que acho que se tivesse sido feita de maneira mais gradual seria melhor, mas aí eu também não sei exatamente como que era a situação da Torres, eu acredito que ela não daria uma declaração dessa pro consórcio, se ela efetivamente não tivesse realmente no estado bem drástico. Acho que eu acho que o correto é falar que foi drástico a situação da Torres.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor esteve em São Paulo, nessa data para abertura da empresa? Da compra, né?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, só para deixar até muito claro, com relação às deliberações, eu acho, que mais seja esse o intuito da sua pergunta.

Como que funcionam as deliberações, eu vi que isso surgiu algumas dúvidas quanto a fala da Ester e com relação às atas.

Então assim, a assembleia geral se reúne, é deliberada e a diretoria faz cumprir as deliberações da assembleia.

Então como a assembleia geral nesse caso era de um único cotista as coisas ficam muito mais simples, você não tem ali conflitos de interesse e às vezes a gente até peca ali por uma ausência de formalização, justamente porque não existe necessidade ali, intuito, quanto a quanto a isso.

(35:41) Então assim, todas as deliberações, elas foram feitas, eu até estive em São Paulo sim, para tratar disso com o pessoal do escritório, mas as deliberações eram feitas, são feitas lá por mim e são repassadas para Ester, o ‘que é um rito normal de deliberação em uma empresa SA.

(36:07) A Ester por ser a diretoria e representante legal, ela assina os documentos, mas não em nome próprio, ela assina em nome da empresa, não tem qualquer tipo de assunção de responsabilidade própria dela.

(36:21) Então o que é deliberado… uma das atribuições até se vocês conferirem lá no estatuto, acho que isso vai ficar muito claro tá? Até porque, vai até tirar um viés ali, parece que eu estou falando alguma coisa agora, mas no estatuto isso é previsto.

(36:35) Então, uma das atribuições da diretoria é cumprir as determinações da assembleia geral e é claro que ela não tem qualquer tipo de responsabilidade com a deliberação que não foi dela né, ela tem responsabilidade sim pela deliberação que ela toma lá dentro do operacional, enfim, as inúmeras deliberações que vocês viram aqui na quinta-feira que ela toma, né?

Ver.(a) Bráulio Lara: Nesse momento o senhor é o único acionista da empresa?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Nesse momento sim, nesse momento sim.

Ver.(a) Jorge Santos: Nesse caso você é o único herdeiro então da empresa do seu pai?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Só duas ressalvas, quando nós fizemos um planejamento lá com o escritório de São Paulo, então não sei exatamente como está cada passo, eles às vezes vão praticando os atos que já foram previamente acordados.

Então hoje eu posso te falar que eu sou o único, eu sou o beneficiário final não sei se eles colocaram alguma empresa ou com qualquer tipo de planejamento, acredito que não, mas só estou fazendo essa ressalva, até pelo compromisso que eu prestei aqui, o segundo ponto com relação ao que...

Ver.(a) Jorge Santos: Tem vereador que não tá presente, eu estou aqui, ele coloca aqui ó vereador Sérgio Fernando, “vale a pena perguntar ao sr. Nilo, se ele é o único herdeiro do pai dele e qual a participação dos seus irmãos na empresa”, isso o senhor já respondeu.

Porque que eu pergunto e ele está aqui também, que eu gostaria de tirar essa dúvida se o senhor é o único herdeiro, porque se encontra hoje, tudo está no seu CPF, porque devido os seus irmãos e seu pai não pode porque tem causa trabalhista. Eu gostaria de saber disso por gentileza.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, isso aí eu estou entendendo que isso não seja uma afirmação, porque essa afirmação ela não…

Ver.(a) Jorge Santos: é Pergunta.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Qual é a pergunta, desculpa?

Ver.(a) Jorge Santos: A pergunta é a seguinte, o senhor hoje é o único herdeiro do seu pai?

(38:28) Nilo Gonçalves Simão Junior: Eu vou tentar responder com o intuito eu acredito que o senhor perguntou. Não sou o único herdeiro do meu pai de fato.

A BH Leste nunca passou pelo patrimônio do meu pai, meu pai nunca foi dono da BH Leste, o que eu fiz foi uma assunção de dívida com o Rubens, então assim, o que eu efetivamente, tenho hoje com meu pai é um dever de pagá-lo a dívida que era do Rubens, é isso.

Ver.(a) Jorge Santos: E seus irmãos não tem nenhuma participação?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, não, meus irmãos não tiveram nenhuma participação nisso.

Ver.(a) Jorge Santos: Porque hoje se encontra tudo no seu CPF?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Na verdade assim, a única coisa que se encontra no meu CPF são as cotas da BH Leste, e meu pai tem inúmeros outros negócios, inúmeros outros patrimônios, enfim. E que não consta no meu nome.

Ver.(a) Jorge Santos: OK? Obrigado.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Você pode me informar quem era o contador lá em São Paulo?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, sinceramente, eu não sei quem fazia contabilidade pro escritório, eu sei que quem está fazendo a contabilidade agora, foi uma contadora até indicada por mim, foi a Celi Bassi.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A Celi Bassi, então é contadora aqui da empresa aqui em Belo Horizonte?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Sim, sim. Até para deixar muito claro, todos os… e até eu acho que isso é importante esclarecer também diante da reunião da Ester de semana passada.

Como que funciona lá até por questão de governança, a Ester ela é diretora operacional, ela toma os atos operacionais, por questão de, para não ter conflito de interesse evitar qualquer tipo de problema, quanto a manipulação de dados, roubo, desvio de conduta, a parte administrativa ela… a Ester não atua, então a gente trabalha com um back office terceirizado.

Justamente para eu não ter esse tipo de possibilidade, então assim, então eu acho que isso era importante para deixar claro tá, não que ela, não assuma qualquer tipo de responsabilidade, até porque os atos quem determina a compra é ela.

Mas assim, a parte de elaboração de dados, de balanço, enfim, de montagem do orçamento isso aí efetivamente não é com ela.

Ver.(a) Bráulio Lara: Sr. Nilo, só para complementar a pergunta que o vereador, nosso presidente Jorge Santos fez, essa questão patrimonial para não ficarmos com nenhum tipo de interpretação subjetiva.

O senhor disse que comprou sozinho, não tem vínculo com seus irmãos, não tem vínculo com seu pai, então você é o acionista da empresa e fez essa aquisição, o Sr. possui outras empresas? e também te perguntando qual é a forma do seu patrimônio de fato para te habilitar hoje, a comprar empresas desse porte?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Então assim até para tentar aí de forma mais objetiva, eu vou tentar, só não expor o patrimônio diretamente até por questão de segurança, é uma coisa…

(41:39) Mas assim, eu trabalhei enfim com meu pai ganhei dinheiro enquanto estava trabalhando com ele, fui diretor enfim tive salário, tenho recurso financeiro suficiente para poder assumir ali essas obrigações e por óbvio antes de fazer o negócio efetivamente lá com o Rubens, eu fiz um estudo de caso, montei um fluxo de caixa, entendi o que que era necessidade de capital e me planejei para poder fazer esse investimento.

Até deixando muito claro aqui, que eu acho que é importante até pelo intuito aqui da CPI, eu fiz todo um planejamento ali porque o gargalo realmente era essa renovação de frota.

(42:33) Então consegui estruturar, nós temos condição para poder fazer a renovação de frota, ainda não está definido se como que vai ser essa estrutura de capital, mas a emissão, aquela autorização para emissão de debênture, foi justamente por conta necessidade, tá? De renovação de frota.

(42:52) Nilo Gonçalves Simão Junior: E o que me chama muito, assim o que me soa muito estranho, é porque até pros senhores eu até entendo que não seja tão claro, mas principalmente para SUMOB.

Nós chegamos, apresentamos toda a documentação, fizemos toda a análise do edital antes de fazer a assunção da operação, a gente cumpria todos os requisitos e rol do edital para quando existe uma troca de concessão, ele é um rol taxativo, você tem que cumprir aqueles pré-requisitos que estão ali listados no edital.

E foi expresso lá em reuniões com a SUMOB, e olha a gente tendo a anuência e nós vamos fazer renovação de frota, a renovação de frota é um ponto muito interessante para população, ela vai trazer um grande benefício.

A população da região leste, está sofrendo ali com os ônibus depreciados e coisa que poderia ser resolvida com a anuência, que inclusive não é ato discricionário do poder público, ele é um ato vinculado.

Então assim, a SUMOB, ela não tem, até pelo um julgado do STF, acho que o Fábio até deve ter esse julgado aqui, não tem certeza, mas pelo julgado do STF é um ato vinculado.

Ele só tem que cumprir os requisitos e se a gente cumprir os requisitos eles são obrigados a dar anuência. O que me chamou muita estranheza é pô, são oito meses de análise para poder cumprir, analisar uns pré-requisitos simples.

E a população sofrendo durante 8 (oito) meses com os carros, com os carros sucateados. Eu senti ali assim que existem outros interesses que não da população envolvidos nessa demora pela SUMOB, entendeu, então assim é isso que, isso me

chama muita estranheza.

Ver.(a) Bráulio Lara: Para completar o senhor tem outras empresas?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Sim. Não no segmento, no segmento não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: É a primeira vez que o senhor está atuando na empresa de transporte? como…

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, o que acontece, eu trabalhei com meu pai há muito tempo, então assim, cheguei a ser sócio de empresa lá quando eu optei por sair, aí eu efetivamente saí, então existe lá isso também, são partes de como eu consegui ali o capital necessário entendeu.

Ver.(a) Jorge Santos: Vocês têm hoje autorização da SUMOB para estar funcionando do jeito que continua funcionando?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Hoje, como está a situação formal da empresa hoje, até para deixar isso muito claro tá. Nós fizemos alteração contratual no consórcio BHLeste, ou seja, a empresa BH Leste entrou no consórcio BH Leste.

(45:54) Assumiu a operação no dia primeiro de janeiro, fez a requisição da anuência prévia, que igual eu ponderei aqui há um tempo atrás é um ato vinculativo, ou seja, não é discricionário da SUMOB.

Se você cumpre os pré-requisitos, ela é obrigada a dar, entendimento que não é meu, tá? é do STF, eu posso até deixar isso julgado com vocês aqui, então assim, é a SUMOB simplesmente ela não decide.

Ver.(a) Jorge Santos: Pelo que eu entendo vocês não têm autorização hoje de estar funcionando.

(46:26) Nilo Gonçalves Simão Junior: Olha, as autorizações… a SUMOB ela não anuiu com a transferência das cotas da Viação Torres para a BHLeste Transporte, autorização de tráfego pros carros rodarem a SUMOB deu todas as autorizações.

(46:43) Até um fato muito interessante aqui pra vocês da CPI, quando a BH Leste assumiu a operação no dia primeiro de janeiro, só existiam, acho que um

número ínfimo de autorizações de tráfego que são vinculadas ao veículo, em dia, ou seja, é um número muito pequeno de veículos autorizados a funcionar.

(47:07) Depois que nós assumimos, nós colocamos isso em dia, então nós levamos todos os carros na vistoria da BHTRANS e a BHTRANS deu autorização de tráfego para os carros operarem.

Então, assim, isso é um fato importante até porque acho que o interesse da CPI é o interesse da população de Belo Horizonte, o interesse público.

(47:30) E os carros se encontravam em uma situação deplorável, nós gastamos assim um dinheiro absurdo ali com manutenção, para você ter noção, nós compramos quinhentos mil em pneus nesse tempo…

Ver.(a) Jorge Santos: Essa manutenção que vocês fizeram, é para vocês poderem passar na vistoria da BHTRANS?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não só por isso, por questão de segurança, olhe só o jeito que eu estou falando aqui é, os fatos que eu estou falando aqui são fatos assim relevantes.

Nós compramos quinhentos mil reais de pneu porque a frota não estava com os com os pneus em dia, cada pneu custa dois mil reais, nós tamo falando de renovar os pneus de toda a frota.

Então assim, existia ali realmente uma falta de capacidade econômica, enfim, não sei uma falta de capacidade de operação, que depois que nós entramos a gente foi regularizando.

Agora de fato, teve uma melhoria na qualidade do serviço? eu acredito que sim. Os carros estão… hoje a população está mais segura com a BH Leste operando, mas, eu acho que a população vai ficar mais, melhor atendida depois que a gente fizer a renovação. E aí para isso é necessário anuência, eu simplesmente não consigo…

Ver.(a) Jorge Santos: Hoje vocês não têm Anuência?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Anuência para a substituição da viação Torres no consórcio está sob análise, ela não foi nem deferida, nem indeferida.

Então assim, mas o que me chama atenção que eu estou voltando a falar aqui, é justamente o fato de ser um ato vinculado, ou seja, ser um ato obrigatório quando você cumpre os requisitos pelo entendimento do STF e ele demorar tanto a ser deferido, justamente com a população sofrendo com os carros mais velhos.

Ver.(a) Jorge Santos: Mas aí o senhor Júnior, o que eu consigo entender que as pessoas, como o senhor colocou, se você não tem anuência? Está lá, então como vocês estão funcionando hoje? Como é que vocês recebem hoje do consórcio? Porque pelo que eu estou entendendo aqui o senhor pode me corrigir, os demais vereadores.

Na minha concepção, pelo o que a sua colega esteve aqui na semana passada ou retrasada, dá para entender que a empresa de vocês não poderia estar aberta, não poderia estar circulando. E nem recebendo nada.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Eu vou deixar isso bem de forma muito clara, a anuência que foi solicitada pra SUMOB, ela é uma anuência de alteração na composição societária do consórcio.

Existem dois tipos que eu não posso até estar falando um pouco, não muito preciso aqui, mas eu acho que vai ser o suficiente para compreensão.

Então vocês têm a anuência que foi solicitada para alteração da composição do consórcio. O que não é uma alteração de composição do concessionário e nem uma alteração na maioria do consórcio, ela foi uma alteração simplesmente em dezessete por cento do consórcio que a SUMOB não negou e nem aprovou.

(50:30) Aí você fala assim, mas e a autorização de tráfego pro carro rodar? Quando nós assumimos não existia essas autorizações, por parte da viação Torres, existia em números pequenos.

Ver.(a) Jorge Santos: Ela não tinha essas autorizações?

Nilo Gonçalves Simão Junior: As autorizações não estavam em dia, então

o carro tem que ser levado na vistoria do BHTRANS, sinceramente não sei exatamente o processo operacional.

Mas eu sei que você tem que levar o carro lá para BHTRANS te dar a autorização que é vinculada ao carro. Nós levamos todos os carros lá, gastamos fortuna de peça, serviço, enfim, a Ester fez um trabalho lá profundo nisso aí, para conseguir, para conseguir manter os carros com todas as autorizações. E hoje eu te falo que todos os carros estão com autorização. Entendeu?

Ver.(a) Jorge Santos: Então hoje vocês só têm autorização da BHTRANS?

Nilo Gonçalves Simão Junior: A gente tem a autorização de tráfego do veículo. A autorização para a prática desse ato, de alteração da composição do consórcio está sob análise da SUMOB. E gerando esse, vou repetir gerando prejuízo para a população.

Ver.(a) Henrique Braga: Sr. Nilo, nesses sete meses que vocês estão funcionando, vocês têm recebido os referidos pagamentos ou esses valores estão sendo pagos para outra empresa e quem é essa empresa?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Acho que o senhor está se referindo a um subsídio, correto?

Ver.(a) Henrique Braga: Exatamente.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Perfeito. Como funciona isso aí, ao que eu entendo, tá.

(52:03) O subsídio é direcionado para o consórcio, ele diferente do que vocês chegaram a cogitar aqui semana passada, ele não é tratado de forma separada da receita e isso tem um propósito.

(52:17) Porque ele é justamente para complementar a receita, quando os custos estão superiores a ela, então de fato o valor que é recebido pelo consórcio, ele é repassado pra gente. Eu até te falo assim de forma muito taxativa, que sem o subsídio é impossível pagar os custos operacionais.

(52:50) Então assim, não sei se a situação da Viação Torres foi derivada disso tá, ausência de subsídio durante muitos anos, não sei. Mas eu sei que hoje se você não tiver o subsídio, você não consegue arcar com os custos operacionais da empresa. Então esse dinheiro sim é repassado pela BH Leste.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Em tom de explicação sei que não foi a pergunta, mas eles estão sendo empregados na operação de transporte.

Ver.(a) Henrique Braga: Dentro disso aí, estendendo uma outra pergunta, você diz que sem isso não tinha como operacionar, nesses sete meses de operação, você sabe dizer se a BH Leste está tendo lucro de aproximadamente quanto? Ou estão trabalhando com prejuízo e se é de prejuízo de quanto?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, acho que isso é um ponto muito interessante, eu cheguei até a comentar isso com o doutor Bráulio no dia que ele teve lá na reunião, uma coisa vantajosas de vocês terem assim, se vocês terem uma empresa S.A, participando dos consórcios, é que o nosso balanço ele vai ser auditado e vai ser publicado todos os anos.

Então isso é uma informação que vai ficar muito clara para a população quanto que teve de lucro, quanto que teve de prejuízo, nós queremos fazer uma coisa muito transparente.

Até porque eu acho que isso é o mínimo, né, para conseguir captar o investimento que é necessário para renovação e também para poder dar a devida transparência para população.

Eu não sei te precisar exatamente o que deu de resultado a empresa, mas nós estamos trabalhando para ter resultado positivo. Não sei se precisar exatamente o quanto.

Ver.(a) Henrique Braga: Mais uma outra perguntinha aqui. Vocês da empresa BH Leste estão com os pagamentos de FGTS e INSS rigorosamente em dia com todas as certidões negativas? também em dia desses sete meses?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, posso te afirmar, que não só esses

pagamentos aí, mas todos os demais pagamentos da BH Leste se encontram 100% em dia, tá?

Se tiver alguma coisa que não esteja em dia, com certeza é por erro material, alguma conta que não tenha chegado e tal, mas eu tenho certeza que todos os pagamentos estão em dia, a empresa até a empresa tem saldo em caixa.

Acho que isso foi demonstrado, acho que a gente entregou alguns balanços lá para SUMOB, acho que já chegou a vir aqui para a câmara, acho que está demonstrado nesses documentos.

Ver.(a) Henrique Braga: Uma pergunta que eu fiz na semana que passou, para sua funcionária lá ou sua sócia, é que eu mexo com o povo, eu tenho inúmeros conhecidos e de relacionamento que são motoristas do transporte coletivo.

Quando o motorista comete uma infração a empresa desconta no pagamento dele a infração. Agora qual é o motivo que vocês podem, talvez você possa estar começando agora esteja mais organizado que as empresas cobram do funcionário, mas não paga o erário público. Como é que você me explica isso?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, eu posso te afirmar que isso não é uma prática nossa, não posso afirmar na verdade porque isso é atribuição da Ester, mas eu tenho certeza que ela não faria uma prática injusta igual essa que o senhor está ponderando tá?

Se fizer me daria, me deixaria muito decepcionado, mas o que eu até por ter trabalhado em empresa de transporte, eu acho que eu posso te falar um pouco a respeito disso, eu não sei se as empresas deixam de pagar as multas até porque elas precisam dos documentos dos veículos, enfim.

Talvez esse questionamento possa chegar por questão de algum recurso é o que me soa, é o que me parece sabe? O cara cobra antes de recorrer ou coisa do tipo. Eu te afirmo que isso não é uma prática nossa.

Ver.(a) Henrique Braga: Pois é, a pergunta que eu fiz pro senhor foi baseada na resposta que ela me deu, que ela falou que quem saberia me explicar isso seria o senhor? Por isso que eu fiz a pergunta hoje.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Com relação a multa, doutor?

Ver.(a) Henrique Braga: Essa mesma pergunta. Vocês chegam à notificação, multou, vocês cobram na folha e do contracheque ali do motorista o valor da multa, desconta no pagamento dele. E não recolhe para o erário público. Eu não estou afirmando que a sua empresa faz isso, eu estou apenas fazendo uma pergunta.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, perfeito.

Ver.(a) Henrique Braga: Quando eu perguntei para ela, ela disse que o senhor podia.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, eu posso te afirmar que isso não é prática nossa, apesar de ser atitude dela, tá? Se ela te respondeu isso, acho que deve ter tido alguma ausência de compreensão na sua pergunta.

Talvez quanto ao pagamento de multa, agora o desconto é de responsabilidade dela, até para deixar muito claro, ela que é a pessoa responsável por tá tratando dos descontos de multa, o pagamento da multa realmente não é de responsabilidade dela, mas a gente não deixaria de pagar qualquer tipo de multa que seja descontado.

Ver.(a) Henrique Braga: você sabe porque eu fiz essa pergunta pro senhor, porque o nosso interesse aqui da CPI não é crucificar ninguém. Pelo contrário, fazer com que o transporte coletivo seja adequado e seja legal para o povo de Belo Horizonte que merece isso.

Agora às vezes a pessoa fica nervosa, nós estamos aqui para colaborar, nós não estamos aqui para estrangular ninguém, estrangulado o transporte público já está, tanto é que nós aprovamos esse ano, uma verba de 512 milhões para o transporte coletivo de Belo Horizonte. E sabendo agora talvez, vocês claro que sabem disto, vocês que são do ramo que a partir do ano que vem não vai ter mais essa votação que teve nos dois últimos anos de estipulando X.

Isso vai ser estipulado no orçamento do município pro ano que vem, então a Câmara agora tem por obrigação fiscalizar e vigiar, o que o transporte coletivo se

melhorou ou piorou.

Porque a primeira ajuda que nós demos pro transporte coletivo aqui, a segunda porque a primeira foi dada na Branca pelo prefeito então prefeito Kalil, a segunda nós já aprovamos e aí nós percebemos que não melhorou praticamente nada.

Eu sei que a sua empresa lá, isso colocação aqui da sua Diretora, ela disse para nós aqui que vocês têm nove ônibus que sai de circulação em dezembro, você já tem o processo de substituição desses carros? Porque um ônibus eu sei você não o compra em menos de seis meses.

Porque você compra o chassi de um lado, cada peça é tudo individual, você vai comprando e vai montando como quebra-cabeça, está previsto para você montar esses ônibus e repor esses nove ônibus. Quando? Porque a partir de dezembro vence o prazo final de circulação deles. É uma pergunta para você responder para nós?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, eu tenho o maior prazer de te responder isso aí, primeiramente o senhor citou aí do subsídio de quinhentos milhões, enfim que foi aprovado na Câmara, eu queria até ressaltar que isso foi até um dos motivos, essa iniciativa aí da Câmara de tá fazendo uma CPI, tá trabalhando aí em prol do transporte, foi até um dos motivos de eu ter interessado em fazer esse negócio lá com Sr. Rubens.

Porque eu acredito que essa iniciativa da câmara é muito benéfica pro transporte, quando o transporte está em pauta, ele é discutido, enfim são encontradas soluções. Então até parabenizo os senhores por isso.

Só em cima da pergunta de compra de ônibus, foi até um ponto que a Ester ponderou que ficou até para me responder. Eu vou responder de forma objetiva.

Existem sim alguns ônibus que estão vencendo no final do ano, existem alguns ônibus que estão vencendo no ano que vem, isso não é cinquenta por cento da frota. O nosso interesse é em renovar 50% da frota, porque? Para poder prestar o melhor serviço, nós queremos entrar e prestar um serviço de acordo com o que foi estipulado no edital.

Sua pergunta de forma objetiva, “mas quando que vai comprar os veículos, vocês já se planejaram para isso?” Nós já nós já nos planejamos para isso.

Um único impasse para a compra desses veículos que não são apenas os que estão vencendo neste final de ano, é a anuência da SUMOB, para poder dar segurança jurídica e para poder, pra gente conseguir trazer o dinheiro necessário para poder fazer essa aquisição.

(1:02:00) Que até foi estipulado ali pela senhora vereadora, o “esse dinheiro é oriundo do subsídio ou não”, subsídio ele é um dinheiro que entra para cobrir os custos operacionais.

(1:02:09) Esse dinheiro para renovação dessa frota, ele é um dinheiro que efetivamente vai precisar de ser investido na empresa.

Então assim, o que me está chamando muita atenção, volto a repetir é, por que não dar uma anuência sendo que isso vai beneficiar a população? O que me deixa mais indignado é, você tem uma empresa que não estava prestando um bom serviço, uma empresa que estava deixando a frota sucateada.

Tem uma outra empresa que está querendo entrar, prestar um bom serviço, dar publicidade pros atos, renovar a frota e essa anuência ela é protelada, atrapalhando ali tanto a população, quanto até as finanças da empresa quanto a renovação da frota. Então assim eu estou vendo um trabalho contra a população sendo feito.

Ver.(a) Jorge Santos: só um minutinho vereador, nós vamos até convidar o Sr. André para vir aqui na próxima porque como ele estava meio doente não pôde vim. E seria bom a gente convidar o senhor também para que os dois possam conversar sobre isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vereador Jorge, só para seguir ainda nesta questão, Sr.Nilo, o senhor disse que a questão do subsídio foi importante na tomada de decisão.

(1:03:35) No mês de dezembro, conforme o senhor relatou, a gente estava

vivenciando ainda as últimas parcelas do subsídio de 237 milhões, com metade do subsídio atual seria viável ainda assim o seu investimento?

(1:03:40) Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor só para esclarecer o que foi importante para tomada de decisão, foi a iniciativa da Câmara de debater o assunto tá, não foi exatamente o subsídio porque um ato pontual não resolve o problema do transporte.

Eu não sei te precisar de forma exata se o subsídio anterior resolvia ou não o problema, porque isso é um cálculo matemático complexo.

E assim, eu sei que as empresas precisam de receber o suficiente para poder conseguir cumprir o contrato, renovar a frota e prestar um bom serviço. E eu entendo que quando existe esse debate, a coisa caminha por esse, por esse lado, então, e foi isso a minha, um dos motivos da minha entrada.

(1:04:30) Ver.(a) Bráulio Lara: Mas falando dessa questão financeira, no depoimento que a senhora Ester deu aqui na semana passada para essa CPI, ela disse que é o senhor quem cuida de toda a parte financeira, jurídica e contábil da empresa e que ela só faz um trabalho operacional. É isso mesmo?

(1:04:43) Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, eu não operacionalizo absolutamente nada, tá? Só pra eu sou acionista.

Então, assim, quem faz o serviço de back office é o escritório de contabilidade terceirizado, como funciona as deliberações? A gente tem um orçamento, então esse orçamento é montado em conjunto entre a Ester e o escritório e eu participo da reunião enquanto acionista, eles levam isso para assembleia.

Então a gente delibera quanto ao orçamento e a Ester vai cumprir o orçamento, a contabilidade acompanha isso e nós fazemos reuniões mensais de prestação de contas.

Então assim a Ester não operacionaliza os pagamentos, tá? Mas assim, eu tenho ciência dos dados financeiros da empresa, se você puder me perguntar, eu sou, estou apto a responder.

(1:05:33) Ver.(a) Bráulio Lara: Qual é de fato então o seu papel na empresa, isso eu estou te falando na perspectiva executiva?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Eu não exerço papel executivo. Eu exerço papel único e exclusivamente…

Ver.(a) Bráulio Lara: O sr. são apenas um mero investidor patrimonial?

(1:05:51) Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, na verdade eu sou, eu exerço um papel assim de cotista. Então assim, de acordo com o nosso estatuto, tem algumas deliberações que são tomadas pela diretoria, que ela tem alçada, por exemplo todas as deliberações que estão dentro do orçamento e tem algumas deliberações que existe a necessidade de levar para assembleia.

Ver.(a) Bráulio Lara: Quem é a diretoria hoje então?

(1:06:06) Nilo Gonçalves Simão Junior: A diretoria é só Ester, nós não temos diretoria administrativa financeira, nós temos só a diretoria operacional, a parte administrativa financeira, a parte de orçamento ela é levada à aprovação na assembleia geral, que hoje…

Ver.(a) Bráulio Lara: É só você?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Sou só eu, mas poderia não ser, então assim até para deixar muito claro e o intuito disso é, imaginamos que você tem um orçamento da empresa, então se esse orçamento é discutido ali entre a diretoria, contabilidade, ele é levado à assembleia geral que pode ser uma ou várias pessoas, assembleia analisa o orçamento e aprova orçamento.

O que está dentro do orçamento a diretoria executiva executa, operacional executa, o que está fora do orçamento ela tem um limite de alçada que eu não me não recordo qual, caso exista necessidade de executar alguma coisa fora do orçamento, isso tem que ser isso levado a assembleia de novo.

Acontece que as assembleias gerais quando você tem um cotista só, elas não demandam tanta formalidade. Agora se tiver cem cotistas aí vai demandar uma coisa um pouco mais formal, mas assim, isso tudo é previsto se não me engano, a

cláusula onze do nosso estatuto, eu acho que vocês têm acesso, eu acho que ela vai ser muito elucidativa para entender essas tomadas de decisão.

(1:07:33) **Ver.(a) Bráulio Lara:** Em qual momento que o senhor assina como representante da BHLeste então?

(1:07:37) **Nilo Gonçalves Simão Junior:** Eu não assino como representante, até porque eu não sou, eu só sou cotista, então assim, até para deixar isso bem claro eu acho que isso vai ser importante também.

(1:07:46) Então, existe uma necessidade de tomada de decisão ou está na alçada da diretoria ou tem que ser levado para assembleia geral, se for levado para assembleia geral a deliberação é tomada na assembleia que hoje, sou eu, mas poderia não ser.

(1:08:08) Depois que ela é tomada na assembleia, quem pratica o ato pela empresa no instrumento de mandato, que é uma diretoria, não deixa de ser um instrumento de mandato, ela está praticando em nome da empresa é a diretora.

(1:08:21) Aí você fala, “mas pô, mas por que a diretora que pratica os atos?” Justamente para não existir conflitos de interesse entre os acionistas. Hoje, como é um só, não faz tanto sentido.

(1:08:33) Agora, se fossem vários, isso evitaria o conflito entre os acionistas, você imagina que quem trabalha erra, e você brigar com o sócio é muito complicado, você brigar com o diretor é mais simples. Então, é essa estrutura que ela é feita dessa maneira, até por questão de governança.

(1:08:53) Assim, talvez esteja além do que é necessário no momento, mas a gente já está deixando as coisas de forma bem estruturada. Então assim, é isso.

(1:09:00) **Ver.(a) Bráulio Lara:** É porque na verdade sr. Nilo a gente tem, obviamente a percepção de que vocês têm uma estrutura de S.A, mas atuam como se fosse uma limitada tradicional.

Onde você tem um dono majoritário ali que no caso tem 100% das cotas e você tem uma funcionária que tá ocupando um posto de diretora dentro da empresa,

que aparece a documentação como representante legal da empresa.

(1:09:28) Então assim, por isso que a gente quer entender até que ponto a senhora Ester que deveria estar respondendo tudo pela empresa e você nem existir basicamente, porque você é um cotista anônimo, você não precisava nem de aparecer em tese, mas ao mesmo tempo quando essas perguntas foram feitas para senhora Ester tudo ela remeteu como responsabilidade do senhor.

(1:09:48) Então é por isso que a gente está fazendo essas perguntas, obviamente por quê? Qual é a sua função executiva? Você autoriza pagamentos? Você paga? Você contrata? Você faz o que basicamente dentro da empresa? Sendo que de fato o senhor é o dono da empresa.

(1:10:03) **Nilo Gonçalves Simão Junior:** Perfeito, deixa eu voltar a explicar aqui. Eu não exerço qualquer tipo de cargo executivo, eu não operacionalizo absolutamente nada, tá?

(1:10:14) Então assim, os únicos atos que eu pratico, são os atos de deliberação na assembleia geral. Então assim, você me fala em operacionalização de qualquer ato, assinar um contrato, negociar alguma coisa pela empresa, igual a Ester deixou muito claro que as assembleias do sindicato, quem vai é a Ester.

Então se tiver alguma deliberação que foge da alçada dela, ela leva para assembleia geral.

(1:10:50) **Ver.(a) Bráulio Lara:** Então, por exemplo uma reunião na SUMOB, ela tem alçada?

(1:10:47) **Nilo Gonçalves Simão Junior:** sim ela tem. Eu fui em uma reunião da SUMOB justamente porque, tinha um advogado que estava assessorando a gente nesse caso em específico dessa anuência tá?

Doutor Rodrigo, até fizeram uma confusão com o nome dele e Doutor Rodrigo me pediu enquanto acionista para poder participar da reunião, justamente porque ele havia o receio de que isso aí, que o acionista fosse questionado, questão de laranja, então ele achou conveniente.

(1:11:21) Eu achei o cúmulo do absurdo, sinceramente, porque não se trata de um contrato personalíssimo, então esse é um contrato feito entre empresa, o acionista, quem é o acionista, isso não é de interesse público, sabe.

(1:11:33) E os atos não podem ser, eles têm que ser imparciais, então para deliberação da SUMOB, isso seria para mim é o cúmulo, mas eu participei da reunião com o maior prazer igual eu fiz a petição de esclarecimento para vocês, justamente para poder sanar essa dúvida.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Nilo, é comum os acionistas participarem dessas reuniões dentro da SUMOB?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, eu acho que é extrema estranheza um acionista ter que participar de uma reunião dessa, igual eu achei um absurdo questionarem a legitimidade da Ester enquanto diretora, achei que tratou de um ato assim preconceituoso para ser muito sincero.

Eu sei que não foi por parte de vocês, sei que foram fatos que chegaram aqui de maneira às vezes maldosa, mas me chamou uma extrema estranheza, me chamo, assim, até foto da casa da Ester, foi levantada, uma coisa absurda.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor tem algum registro por escrito, que lhe dê, que lhe elege como representante legal da empresa BH Leste?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, e lá, quando eu fui…

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O Sr. não tem?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Desculpe, repete para mim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nenhum documento que comprove que o senhor é um representante legal da empresa BH Leste?

(1:12:53) **Nilo Gonçalves Simão Junior:** Doutora, eu não sou representante legal da empresa, eu não posso falar pela empresa, eu posso falar por mim mesmo, então assim, eu enquanto cotista, eu não represento a empresa. Quando eu fui lá, eu fui enquanto cotista num papel meramente...

Ver.(a) Loíde Gonçalves: para discutir por exemplo?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, quem discutiu foi o advogado, eu fui lá simplesmente para poder dar a minha presença e colocar uma cara.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Foi exigida a presença do senhor nessa reunião?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não foi exigido não. Foi a pedido do meu advogado. Entendeu?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque o senhor não pode assinar pela empresa, existe algum impedimento jurídico que o senhor não possa estar atuando? já que o sr. compareceu na reunião da SUMOB como acionista, por que não como representante legal?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Tá. o que que acontece? Não existe qualquer impedimento jurídico. Eu poderia ser sócio e diretor, eu optei por não fazer isso, primeiro, porque exige uma disponibilidade de tempo muito grande para ficar exercendo cargos operacionais, coisa que eu não tenho, tá.

Então assim, esse foi o primeiro ponto, o segundo ponto é o seguinte, quando você coloca sócio para ser diretor, eu acredito que gere um conflito de interesse.

Então eu quero montar uma sociedade que já está dentro das boas práticas de mercado, eu não quero montar uma vou falar em linguagem popular, não quero montar um boteco, entendeu? Então eu quero montar um negócio profissional, então eu não acho que convém eu ser diretor ficar praticando atos e depois se tiver se trouxer outro acionista, ele também ser diretor, eu não acho que isso não é a forma mais eficiente.

Ver.(a) Jorge Santos: Então hoje o senhor não é representante da BH Leste?
7

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, eu não sou representante, sou só acionista.

Ver.(a) Jorge Santos: É então esse cartaz aqui está errado, porque aqui

representante legal da empresa BH Leste.

Nilo Gonçalves Simão Junior: preencheram ele errado aí pro senhor, com certeza.

(1:14:56) Ver.(a) Jorge Santos: Então está errado isso aqui, só um minutinho para eu poder entender. Então, quem é o representante legal desta empresa?

(1:15:00) Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, o representante legal da empresa é a Ester, eu sou acionista.

(1:15:09) Ver.(a) Jorge Santos: Mas quando a Ester teve aqui, o senhor acompanhou toda a CPI aqui na entrevista dela, ela falou que era o senhor.

(1:15:17) Nilo Gonçalves Simão Junior: Não. Ela falou que era ela mesmo, eu acompanhei, vi a entrevista gravada, eu acho assim que até de forma muito clara o Fábio até colocou aqui do meu lado eu posso fornecer esse documento para vocês, tudo que eu estou falando não é baseado na minha fala não é só comentado...

Ver.(a) Jorge Santos: Eu estou entendendo, não está nem julgando nem condenando o sr., a gente quer entender o que a gente está fazendo, porque quando ela esteve aqui, ela colocou se ela é representante legal da BH Leste, então ela colocou aqui que tem coisas que foge da alçada dela que compete ao senhor que está lá.

(1:15:55) Então a gente está tentando entender realmente quem é mesmo o representante, se é o senhor ou se é ela.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Perfeito. Vou explicar de novo, acho que dessa vez de forma mais clara.

Representante legal é a pessoa que representa a empresa na prática de algum ato, então a Ester é diretora, ela é mandatada para assumir esse cargo.

Então ela trabalha em nome de ela trabalha em nome da empresa, ela tem alçadas de acordo com o estatuto da empresa, está até aqui no artigo 11, eu posso fornecer pros senhores, vai bater exatamente com o que eu falei aqui.

Então assim, ela tem um limite de alçada dentro ali, do orçamento, enfim, das diversas regras aqui dos artigos aqui do estatuto. O que ela não tem alçada, ela leva para a assembleia geral. Assembleia geral é um órgão que pode ser coletivo com um ou vários desta

Ver.(a) Jorge Santos: Então quem é o dono da empresa?

Nilo Gonçalves Simão Junior: O dono sou eu, propriedade é comigo, quem representação é com ela, só que ela a representação dela é limitado aos atos do estatuto social da empresa.

Ver.(a) Jorge Santos: Então a empresa é do senhor?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Sim.

Ver.(a) Jorge Santos: É isso que eu quero entender, a empresa não é dela?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Empresa é minha.

Ver.(a) Jorge Santos: Então só para, ainda correr aqui, aqui oh, ocorre que a senhora Ester das Graça Ferreira Gomes consta como diretora junto ao senhor Cristiano Carvalho de Oliveira e de outras empresas do nome da BH Leste Transporte S.A.

Que é a matriz CNPJ, 4260355 e por aí a fora que não vou citar mais, o senhor deve saber desde 2021 localizada no mesmo endereço filial da BH Leste criada em 2023, para subsidiar a CCBB 34 participações, no mesmo período que trabalhava para você, como funcionária das empresas via viação de Belo Horizonte, como o senhor explica isso?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor desculpa não entendi.

Ver.(a) Jorge Santos: Vou explicar pausadamente. Tá. Ocorre que a senhora das Graças Ferreira Gomes que não é dona da empresa, o senhor é o dono. o sr. colocou aqui, que consta isso aí, consta como diretora junto com o senhor Cristiano Carvalho de Oliveira de outra empresa do nome de BH Leste Transporte SA, que é a matriz do CNPJ 42.603.554/0001/2023.

Desde 2021, localizado no mesmo endereço na filial da BH Leste, criada em 2023 para substituir o CCBB 34 participações. No mesmo período que trabalhava para você como funcionária na empresa Aviação Belo Monte. Como o senhor explica isso?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Assim eu acho que eu vou contar esse caso aí dessas deliberações, desde o início eu acho que vai ficar mais claro.

Então a Ester trabalhou comigo nas empresas do meu pai, foi eu que contratei ela lá, depois ela exerceu um papel excepcional lá como gestor de custos.

Então, quando eu tive esse quando eu resolvi fazer esse negócio com o Rubens, eu pensei nela para essa cadeira de diretor operacional, conversei com meu pai, claro que tinha que tirar ela lá da empresa dele, ele autorizou e conversei com ela, ela aceitou o cargo, ela saiu, foi desligada lá da empresa do meu pai, não sei como, enfim.

E assumiu a diretoria, quando que ela assumiu a diretoria? Assumiu efetivamente não sei exatamente quanto que ela assumiu no estatuto social, mas eu sei que ela começou a exercer papel de diretora no dia primeiro de janeiro.

Ver.(a) Jorge Santos: Ela era funcionária do seu pai?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Ela foi gestora de custo, ela trabalhou na controladoria e empresas do meu pai contratado por mim.

Ver.(a) Jorge Santos: E o senhor conversou com o seu pai para trazer ela para empresa? O sr. colocou isso aqui, o sr. afirmou. Porque o sr. colocou aqui e diz “ah eu não sei como não”. O senhor foi até seu pai, conversou com ele e pediu para tirar ela para levar ela para sua empresa.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, doutor, eu acho que o senhor não está entendendo o que eu estou falando. Eu estou falando de forma muito taxativa.

Ver.(a) Jorge Santos: O senhor repete a pergunta por favor. Porque o que deu pra entender aqui foi isto. o senhor falou assim, conversei com meu pai, mas não sei como ela saiu de lá. Então se eu converso com o meu pai, solicitando a ele uma

funcionária, então o senhor sabe como ela saiu de lá.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, não doutor, o senhor está enganado. Eu cheguei pro meu pai pedir autorização para negociar com ela.

Eu não poderia, eu não poderia tirar um funcionário da empresa do meu pai, sem conversar com ele, seria antiético. Então assim, se ele vai demitir ela, se ele vai … isso aí eu não posso …

Ver.(a) Jorge Santos: Então qual foi a sua negociação com ela?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Minha negociação?

Ver.(a) Jorge Santos: Isso

Nilo Gonçalves Simão Junior: eu cheguei para ela, propus para ela, assumir o cargo de diretora operacional e ela aceitou. Combinei salário, enfim, essas atribuições, responsabilidades, como que seriam as deliberações, mostrei o estatuto, falei olha, o cargo de diretor operacional vai trabalhar dessa forma, você vai ter autonomia dentro do orçamento, enfim, você vai representar a empresa, esse foi o combinado com ela. de forma muito claro e legal, para ser sincero.

Ver.(a) Jorge Santos: O sr. hoje é o dono da empresa, o senhor não é o representante do presidente da empresa. Você é o dono da empresa?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Sim.

Ver.(a) Jorge Santos: Para eu entender. Então quando o senhor a contratou, hoje ela é a presidente da empresa?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não. Ela é diretora operacional, eu acho que vocês estão tendo uma confusão, que a empresa …

Ver.(a) Jorge Santos: Qual foi as atribuições que o senhor deu para ela? porque o que estava me deixando assim um pouco perdido? Quero que o senhor entenda isso. O senhor acompanhou toda a CPI aqui.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Claro.

Ver.(a) Jorge Santos: Nós permitimos que o senhor ficasse sentado ali, nem era para ficar, mas a gente permitiu.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Agradeço.

Ver.(a) Jorge Santos: O senhor acompanhou toda a entrevista que aconteceu com ela e o senhor pode observar que de toda a entrevista que nós ficamos aqui, mais de dez vezes ela dizia, eu não posso responder pela empresa, quem tem que responder é o senhor Nilo Gonçalves Simão Junior, o senhor acompanhou isso aqui. Entendeu?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Perfeito. E acho que ela fez assim, extremamente correto.

Ver.(a) Jorge Santos: Só que agora está acontecendo a mesma coisa, o Sr. diz que não pode responder, tem coisa que cabe da alçada dela. Então nós vamos ter que chamar o senhor mais uma vez, e ela aqui pra gente tirar essas dúvidas.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, eu não estou entendendo a indignação do senhor.

Ver.(a) Jorge Santos: Não, não é indignação, deixa eu explicar uma coisa, nós estamos numa CPI, ela é importante, só um minutinho. Já vou te passar a palavra. Não existe indignação.

Apenas não está cruzando as palavras. Não está sendo cruzado. Então está deixando a gente aqui, só um minutinho, um pouco com dúvida, eu quero poder entender, entender, eu já consegui entender aqui, que o senhor não é o representante da empresa. Mas o senhor é o dono da empresa. Isso aí eu consegui entender.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Perfeitamente.

Ver.(a) Jorge Santos: Um outro ponto que eu quero conseguir entender é que todas as vezes que a gente fazia a pergunta, em todas as entrevistas ela sempre "não, ele tem que responder. Ele tem que responder."

Eu até ia deixar o senhor responder, mas como no requerimento não estava

a convocação e o senhor veio aqui, então, está sendo aqui “não, mas é ela que responde isso, eu só respondo aquilo, tem coisa que eu não sei responder”, então a dentro da CPI vereadores, eu não estou conseguindo entender.

Então nós vamos convocar, eu já levo isso aqui como presidente, vamos chamar o senhor André Dantas, vamos chamar o senhor novamente e vamos chamar a sua diretora. Para que possa ser esclarecido isso aqui. Pode falar, por favor.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, acho que vou tentar deixar uma coisa de forma mais clara. Eu acho que está acontecendo uma falta de compreensão do que são, o que, que é um papel diretor e o que que é um papel de acionista.

Acho assim, que talvez se o senhor conversasse com algum advogado, ele vai ter mais capacidade de explicar isso do que eu, tá. Mas de forma muito clara

Ver.(a) Jorge Santos: Só um minuto, a gente não precisa conversar com nenhum advogado. Eu estou entendendo muito bem o que eu estou falando com o senhor. Eu só quero entender para que a gente possa colocar no relatório da relatora. Porque antes de fazer a pergunta pro senhor eu já sei a resposta. Mas eu quero ouvir.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Perfeito. Então a pergunta objetiva é qual doutor?

Ver.(a) Jorge Santos: Senhor porque a gente colocou aqui a respeito quem é o dono da empresa. Quem é o representante aí você falou nos cartazes tá errado.

(1:24:13) Ver.(a) Bráulio Lara: Sr. Nilo de acordo com o estatuto da empresa do senhor, qual que é o maior posto da hierarquia da estrutura organizacional?

(1:24:22) Nilo Gonçalves Simão Junior: O maior posto, assim, o órgão soberano de qualquer empresa S.A é a assembleia geral, agora de cargo executivo, o maior posto é o único cargo executivo que existe, que é o da Ester, perfeito? Agora assim, tanto eu quanto a Ester, só para deixar…

Ver.(a) Bráulio Lara: Que é diretora?

Nilo Gonçalves Simão Junior: operacional.

Ver.(a) Bráulio Lara: Operacional. Então esse é o ponto.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Só para deixar ressalvado aqui, tanto eu, quanto a Ester, temos o maior prazer de explicar absolutamente tudo.

Não estamos evadindo de nada aqui tá, não tem problema nenhum, eu até fiz a sugestão da gente ser ouvido juntos, que eu acho que isso agregaria para a CPI.

Agora, se tiver alguma coisa que eu estou deixando de responder e tal eu peço desculpas para vocês, pode me perguntar novamente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Só fazer uma pergunta para o Sr.

Ver.(a) Bráulio Lara: Só um momentinho vereadora Loide, explica por favor para gente por que houve alteração do capital social da empresa? Se desde o momento vocês sabiam que vocês iriam operar um sistema de transporte, operar ônibus porque começou a empresa com capital social de mil reais?

(1:25:27) **Nilo Gonçalves Simão Junior:** Doutor, por que capital social não é a única forma de financiamento da empresa. Assim, isso foi um ponto muito questionado pela SUMOB, que me chamou também estranheza.

O edital tinha um rol taxativo sobre os requisitos que, precisariam, de ser cumpridos e dentro do roll do edital exigia o patrimônio líquido mínimo, que foi uma coisa que nós cumprimos desde o início.

(1:26:00) A SUMOB que era de três milhões de reais e que foi e que foi resolvido pela emissão de um título patrimonial, antes da assunção da operação. Só concluir, tá doutor? A SUMOB fez uma exigência que para mim, é ilegal, porque extrapola o edital de capital social.

(1:26:20) Com o intuito de resolver o problema, nós convertemos a debênture em capital social, mas, sinceramente, isso não é necessário para a operação.

O que eu acho que o pessoal da SUMOB, não levou em consideração, foi que existem diversas formas de uma empresa se capitalizar. Inclusive a integralização de capital, ela não retrata qualquer tipo de medida de solvência.

Então, você pode integralizar o capital social da empresa em um imóvel por exemplo. E um imóvel não é mercadoria hábil para aquisição de ônibus, então essa alteração foi feita por conta de uma exigência da SUMOB, que ao meu entendimento além de desarrazoada e ilegal, mas nós atendemos mesmo assim justamente pelo intuito de resolver o problema.

(1:27:25) Ver.(a) Bráulio Lara: Seu Nilo, e o senhor disse que integralizou três milhões de reais em debêntures, mas existia uma previsão de emissão de vinte e cinco milhões de acordo com a documentação. Por que, que não foi integralizado neste nível?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Foi feita a primeira emissão de três milhões de reais.

Ver.(a) Bráulio Lara: Havia autorização de vinte e cinco.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Perfeito, tem uma autorização de 25.

(1:27:45) 25 milhões é o capital que nós consideramos necessário para ser aportado, para financiar as atividades da companhia, tá? Então, nós fizemos uma autorização um pouco maior, pode ser que seja necessário menos capital, faço essa ressalva, mas nós já deixamos isso autorizado, não quer dizer que seria emitido.

Você faria a emissão à medida da necessidade, tá? Então, assim você fala "Porque que foi feito a emissão de 3 e não de 25 de cara?" Simplesmente porque a emissão de 25 ela só se faz necessária, para a renovação da frota que só ocorrera após a anuência da SUMOB e até agora não foi deferida, encontra-se em análise.

(1:28:33) Então esse é o ponto e a debênture, para ficar claro pros senhores, ela é também um instrumento, uma forma da companhia se financiar, que é exclusivo da empresa S.A.

Então, quando, até pra poder ficar muito claro, o jeito que o capital social não é uma medida cabível, e como que existem outras formas da companhia se financiar, está aí um ótimo exemplo se a gente integralizar um capital social na empresa de dez milhões de reais e um imóvel ela não necessariamente vai ter a capacidade

econômica para fazer a aquisição da frota que às vezes é o que a companhia necessita.

(1:29:11) Por isso que o edital não fez requisição de capital social e sim de patrimônio líquido, então assim, o que houve aí ao meu ver foi uma falta de entendimento ali por parte da SUMOB.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sr. Nilo, a integração da empresa BH Leste no consórcio não foi unânime, você sabe me informar porque a empresa Boa Vista não concordou?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, quem participou da assembleia, nesse caso foi a Ester porque isso era ato praticado pela empresa.

Só para voltar, acho que o presidente não entendeu isso muito bem, eu vou tentar deixar isso mais claro. A assembleia geral delibera, a diretoria executiva executa. Isso era um ato da empresa e quem participou foi a Ester, da recusa sinceramente não sei. Não sei te dizer. Provavelmente infundada.

Ver.(a) Jorge Santos: Mas tudo que ela participa, ela não reporta ao senhor, porque o senhor é o dono da empresa.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, ela só reporta os atos que ela não tem competência. Vou dando um exemplo: Nós temos um orçamento lá de um milhão de reais. Eu estou dando um exemplo.

Ver.(a) Jorge Santos: É isso que eu não entendo. Eu sou o dono de uma empresa, eu tenho uma diretora representante de uma empresa, ela participa de uma reunião e ela não reporta nada? Só aquilo que é dentro da área dela?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, ela reporta tudo que é relevante.

Ver.(a) Jorge Santos: Mas eu perguntei isso aqui pro senhor.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Eu deixei isso muito claro. O fato de uma das empresas terem oposto alguma rejeição e terem sido voto vencido, para mim sinceramente irrelevante, o fato que é relevante é que foi aprovado.

Então, se a gente ficar se apegando a detalhes inóculos não sobra tempo para tratar coisas que são realmente importantes.

Ver.(a) Bráulio Lara: Você concorda que essa reunião onde havia de fato dentro do consórcio a aprovação para que a concessão saísse da Torres e chegasse a BH Leste S.A, era uma reunião super importante. Não era só uma reunião administrativa.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, com certeza ela era uma reunião muito importante. E o resultado foi positivo. Disso eu tive plena ciência.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas uma das empresas mostrou contra porquê? ela queria ter o direito?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Eu tenho uma teoria da conspiração, não sei exatamente o que é isso, mas o que eu estou enxergando é uma verdadeira perseguição contra um novo entrante no sistema.

Estão sendo exigidos atos e instrumentos que não são do edital, são coisas totalmente absurdas e fora do contexto para mim. Eu só vejo um interessado nisso, porque a população sei que não é, porque para população é melhor a BH Leste entrar e renovar a frota.

Então quem que isso pode interessar? Só pode interessar um outro empresário. Se é esse ou quem que está tentando fazer a BH Leste não entrar, não começar a operar, eu realmente não sei. É o que eu ponderei desde o início da reunião.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Isso me chama muita atenção. Se a empresa legítima cumpriu todos os requisitos. É o melhor pro sistema. Vai renovar a frota por por que ficar exigindo coisas além do edital? Se o ato do poder público não é discricionário, se ele é um ato obrigatório desde que você cumpra os requisitos porque esse ato não foi dado até hoje? Por que que a população tem que sofrer com ônibus velho sendo que você tem uma empresa que tem a capacidade econômica para poder renovar a frota? são perguntas que não cabem na minha cabeça. Eu não vejo isso coadunar com o interesse da população.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas então, isso é um ponto obviamente de questionamento, entendo que o senhor está fazendo um questionamento mais interno, talvez dentro do próprio sistema de ônibus, consórcio, etc.

Por que isso não está acontecendo da forma que o senhor esperava? Ou digamos assim minimamente demorado demais. E por isso que a gente está fazendo algumas perguntas que tentem esclarecer isso. Alguém do consórcio te prometeu alguma coisa com relação a prazos, a questão de como que isso iria transcorrer para justamente o senhor ingressar dentro do consórcio?

Porque lá no início da nossa oitiva o senhor disse bem de forma muito clara, que a Torres passou os direitos ao senhor Rubens e o senhor Rubens fez uma triangulação de negociação que veio chegar em você na sua empresa. Como é isso aí?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Perfeito. Vou deixar isso de forma estritamente clara. As deliberações por parte do Consórcio, elas foram tomadas. Então, foi feita a assembleia o consórcio deliberou pela entrada da BH Leste. Nós fizemos todo esse estudo jurídico antes de ingressar com a operação. Anuência da prefeitura ela não é um ato discricionário, ela é um ato obrigatório desde que cumpra os requisitos, palavra do STF, não é não sou eu Nilo Júnior que está falando.

Então, ao meu entender, a prefeitura teria que estar restrita aos atos do edital e deveria simplesmente fazer o cheque, que foi o que o julgado que nós estudamos falou. E não foi isso que ela fez, ela começou a indagar diversas outras coisas, parecendo que a coisa era pessoal.

E começou a atrasar a anuência. Então atrasar, atrasar, atrasar. O que eu vejo com isso, é que a população fica sofrendo, porque nós estamos sem ônibus novos, Entendeu?

(1:35:05) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Nilo, qual que era o capital da empresa BH Leste Transporte quando ela ingressou no consórcio?

(1:35:11) Nilo Gonçalves Simão Junior: Quando ela ingressou, se não me engano, mil reais.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mil reais?

Nilo Gonçalves Simão Junior: E capital social que você fala? O que não significa capacidade econômica financeira, igual eu já expus aqui antes. Capital social é só uma das formas da empresa se financiar. Não significa que é a única.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E qual que era o capital da empresa BH Leste?

Nilo Gonçalves Simão Junior: O que a senhora quer dizer como capital? são capital social ou capital de investimento?

Ver.(a) Bráulio Lara: Capital Social. Se tivesse tirado um balanço certamente naquela data base, talvez nem estivesse integralizado o próprio crédito das debêntures que vocês venderam, certo?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Só para deixar claro, tá? Se a senhora estiver se referindo a capital social, o valor que os sócios aportam na, o primeiro valor que o senhor se aporta na sociedade e tal, eu imagino que deva ser de mil reais, à época, tá?

Agora se você está se referindo, a qual capital que a empresa tinha para poder fazer investimento no sistema? Ela já tinha três milhões, o compromisso de integralização da debênture, ele já havia sido feito. Entendeu?

Isso já teria sido contabilizado e isso, que afetou o cálculo do patrimônio líquido da empresa. No primeiro balanço que foi entregue junto ao pedido de anuência, o balanço se não me engano, do ano de 2022 já consolidado, já existia um patrimônio líquido de três milhões.

O que não existia era um capital social, porque o patrimônio líquido foi afetado pela emissão de um título patrimonial, então, eu estou falando com muita segurança, porque a gente não toma esses atos de forma infundada.

Na época nós fizemos uma consulta a um escritório de contabilidade externo que se não me engano tinha um mestre, um doutor em direito, um doutor em contabilidade, enfim, gente de alta qualificação para entender se essa operação era legítima. Como que se estruturaria isso da melhor forma possível. Então nós não

fazemos coisa de forma infundada, sabe?

Ver.(a) Bráulio Lara: Esse capital foi um motivo de objeção dos Coletivos Boa Vista de questionar a entrada da BH Leste? ou qual era o motivo?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Acredito que não. O que eu enxergo de interesse eu estou falando, aqui, não estou afirmando tá? O que eu enxergo de possível interesse não sei se é o caso da Boa Vista ou de qualquer tipo de interesse contra a entrada da BH Leste.

Porque existe o compromisso do consórcio de assumir uma operação quando uma empresa não opera, então assim o que eu posso enxergar é, se a BH Leste não entra, outras empresas do consórcio vão ter que assumir as linhas talvez não tenham a capacidade para poder fazer a renovação de frota necessária.

Talvez operem com a pior qualidade, mas isso pode ser economicamente vantajoso, ou seja, o que eu estou falando é possível cartelização, ficar na mão de quem já está lá. Eu não estou falando que isso tá ocorrendo, mas eu estou falando que é o único interesse que eu consigo vislumbrar contra a entrada da BH Leste, quem poderia ganhar com isso? Só vejo essa possibilidade.

Ver.(a) Bráulio Lara: Você quer dizer que digamos assim, os dezessete vírgula setenta e seis por cento da BH Leste hoje no consórcio estaria dividido para outras empresas. Seria isso que o senhor está dizendo?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Sim. que o que eu estou querendo dizer é o seguinte, as empresas que votaram favoráveis dentro do consórcio e eu não sei se foi o caso, o que que foi o motivo da Boa Vista não votar tá? Não estou falando que foi isso, mas enfim, para essas empresas se elas votaram de forma favorável, você tem outros consórcios, eu imagino que caso um consórcio não consiga operar que outros possam operar.

O que eu estou querendo dizer de forma ampla é muito mais negocial do que jurídica, não estou embasado em fato nenhum tá? Estou embasando simplesmente em possíveis interesses, é que a ausência da entrada da BH Leste só pode beneficiar outro empresário que está dentro do sistema, porque a população não vai beneficiar,

a população vai sair prejudicada, a BH Leste vai sair prejudicada, eu só vejo essa pessoa esse player aí.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor acha então que essa falta de anuência seria para beneficiar algum outro empresário?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Eu sinceramente não sei.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: mas pode ser que isso esteja ocorrendo?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Isso me chama muita atenção, porque eu volto a afirmar, os atos são taxativos. Nós pegamos o edital, olhamos todos os pré-requisitos, cumprimos todos os pré-requisitos, eu simplesmente não entendo porque a prefeitura não dá uma anuência sendo que isso vai beneficiar a população.

Nós estamos falando de melhorar a qualidade de vida da população da região Leste. Então por que não dar essa anuência? sendo que ela cumpre todos os requisitos.

Isso me chama muito a atenção, porque essa demora? eu até sei que todos vocês aqui trabalham em prol do interesse público e estão querendo melhorar o transporte. Eu enxergo com muito bons olhos, as atitudes de vocês, eu acho que isso é uma coisa a ser questionada.

Ver.(a) Bráulio Lara: Senhor Nilo, esse valor percentual da participação dentro do Consórcio que a gente já mencionou. Ele basicamente traz uma cota de participação, esse valor de 17.76% da participação ele se refere ao número de viagens cumpridas, certo?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, eu vou dar a resposta dentro do meu conhecimento, não estou te afirmando nenhum fato aqui, mas eu não cheguei a calcular exatamente se as outras empresas, se a participação no consórcio bate com a participação das viagens que as empresas operam. Suspeito que não, tá?

Então, isso para mim olhando de fora e como disse antes eu não acho que isso não me soa adequado. Não sei se isso tem algum fundamento jurídico ou não, não me debrucei sobre o assunto para entender isso não me soa, no feeling mesmo,

igual eu volto a repetir. Eu não sentei para apurar. Mas isso não me parece ter uma relação.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas que número existe, o dezessete, o senhor logicamente têm conhecimento...você quer dizer que, você não sabe exatamente como ele é calculado?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, na verdade o que eu quero dizer é o seguinte, se pegar o total das viagens da BH Leste, que está operando por mês e dividir pelo total das viagens que o consórcio opera, eu não sei se dá dezessete, foi uma conta que eu não fiz.

Eu estou falando que, no feeling eu acredito que não bata, o que me soa errado. Eu não sei se está certo. Não sei porque, isso é assim. Não tive acesso a isso. Mas isso me aparenta estar errado. Alguma coisa que eu posso afirmar para você é que as cotas de participação no Consórcio dão o direito político de votação dentro do consórcio.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então o que a gente constatou também é que o maior percentual dentro do Consórcio, é essa cota que era antes da Torres e agora da BH Leste SA. O senhor tem conhecimento disso? Que do bolo é a maior fatia.

Nilo Gonçalves Simão Junior: O que eu lembro de ter observado, era que não existia troca do controle societário, ou seja, a BH Leste sozinha não tinha mais do que 50% mais 1 (um) e não participava nem de bloco de controle, ou seja, não existia acordo de acionistas ali dentro do Consórcio, entabulando um bloco de controle.

Eu lembro de estudar isso, porque isso era um ponto taxativo para a substituição, existiam causas no edital diferenciando a troca de controle para a troca de participação. Agora, sinceramente, qual é a maior empresa? Isso eu realmente não me lembro, mas eu acredito que o senhor deva estar falando a verdade.

Ver.(a) Bráulio Lara: A questão justamente, como é um percentual grande poderia influenciar na questão do controle, inclusive impactando diretamente na própria prestação de serviço. O senhor é convicto de que, sem a substituição da

viação Torres o consórcio conseguiria manter a prestação do serviço regularmente?

Nilo Gonçalves Simão Junior: eu sou convicto que ele não manteria.

Ver.(a) Bráulio Lara: Não manteria.

Nilo Gonçalves Simão Junior: E eu te falo o porquê. O Consórcio tem uma declaração nesse sentido por parte do Consórcio, e até além dessa declaração pelo meu conhecimento da operação, eu entendo que isso seria descabido, sabe?

Então assim eu conheço alguns players, eu sei como o serviço funciona e eu sei o serviço que nós tivemos que fazer para poder manter a operação ali e sei do investimento que terá que ser feito para fazer a renovação de frota e eu acho que realmente seria complicado.

(1:45:00) Ver.(a) Bráulio Lara: E só para confirmar, visto que a gente sabe do percentual mas o senhor deixou entender, mas eu vou perguntar só para ficar bem pontuado aqui na CPI. Como funciona a divisão da receita dentro do Consórcio? ele de fato observa o percentual e dentro desta da câmara de compensação a BH Leste assumiu cem por cento da cota da Torres ou teve alguma alteração?

(1:45:20) Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, a câmara de compensação eu confesso que até uma coisa que eu quero me debruçar entender melhor como que funciona essa conta, até já fiz, eu não, a BH Leste já fez uma solicitação para o Consórcio, requisitando alguns dados para que a gente entendesse melhor.

Eu até dei uma olhada, porque eu acho que isso é importante enquanto acionista para entender um pouco do negócio, que você tá investindo, mas eu não cheguei a ir a fundo demais.

Mas eu acho assim que que não eu tenho certeza absoluta que não reflete a participação da societária, ou seja, não é 17% do consórcio, da receita do consórcio que é direcionado a BH Leste, isso é feito através de diversos critérios lá da câmara de compensação.

(1:46:30) Eu tive acesso aos dados da BH Leste, mas não tive acesso aos dados das outras empresas, então não sei se isso, como que se isso é calculado de

forma adequada ou não, mas eu presumo uma boa fé lá do Consórcio, mas respondendo de forma objetiva a receita ela é dividida de acordo com as regras da câmara de compensação.

(1:46:40) Ver.(a) Bráulio Lara: E essas regras é o que o senhor está pedindo para eles esclarecerem melhor, para ficar mais transparente é isso?

(1:46:46) Nilo Gonçalves Simão Junior: É não só as regras, quanto os dados enfim, eu acho que vai ser um trabalho aí para a Ester aí, nos próximos meses realmente debruçar em cima disso aí e entender de forma adequada como que isso funciona, de forma exata e levar isso em pauta lá para a assembleia geral, para que eu tome conhecimento.

(1:47:10) Ver.(a) Bráulio Lara: Porque se o senhor, imagina sr Nilo, se eu sei que é empresário do segmento, não tem acesso às informações, quem dirá a nós meros mortais, dentro da Câmara de Vereadores ou um cidadão comum que acompanha o tema da mobilidade e que aí é onde constitui a famosa Caixa Preta, nós tivemos vereador Jorge?

Ver.(a) Jorge Santos: É isso que a gente quer entender.

Ver.(a) Bráulio Lara: A caixa Preta da BHTRANS CPI que inclusive fez vários apontamentos, o senhor obviamente fala juridicamente do edital, mas foram feitos, tivemos diversos indícios de irregularidades lá em 2008, depois nós passamos por auditoria com consultores já em 2018, também com vários indícios de irregularidade, tudo isso foi apontado e o Ministério Público até agora não fez nada.

Aliás, fez sim, eu vou fazer uma correção, o Ministério Público propôs uma ação judicial, convidou a Prefeitura para fazer parte do polo ativo da ação, a Prefeitura pulou fora, não quis estar no polo ativo e de lá para cá o que a gente tá vendo é o quê? Subsídio, repasse de agendamento de vale-transporte que ninguém consegue saber como é que está sendo controlado isso.

Então assim são problemas sérios, sabe senhor Nilo, e o Sr., que está acabando de entrar no sistema, são fantasmas que habitam o sistema de mobilidade antes da sua chegada e que a gente quer aqui também ter esclarecimento, por quê?

A grande questão é como de fato esse dinheiro público está sendo gestado?

Porque na hora que o superintendente fala que, o subsídio é por quilômetro rodado, o vereador Jorge Santos, a gente vai vendo aqui que não é bem assim não.

O dinheiro vai todo para câmara de compensação, vai todo pro SETRA, vai todo pro sindicato, vai para Transfácil e aí na hora do de repartir o bolo reparte como? Cadê o dinheiro? Quanto vai para cada empresa? Quanto cada empresa de fato entregou de viagens? O que que tinha nas empresas de viagens antes do subsídio? O que que foi adicionado depois para melhorar a qualidade do serviço, vereador Henrique Braga? porque a grande questão é essa, todo mundo fala em melhoria e se a melhoria é paga, como que a gente vai pegar e deixar um dinheiro desse todo misturado?

(1:49:28) Ver.(a) Bráulio Lara: E agora, como o senhor bem disse no início da reunião, a Prefeitura conseguiu aprovar e a gente sabe que os vereadores estão aqui presentes foram contrários a isso, que agora não precisa de mais autorização da câmara para voltar a falar em subsídio, não basta vir na lei orçamentária anual ou seja se deixar o rolo compressor vai ser pior ainda.

Por quê? Se o empresário do próprio sistema não tem acesso à informação, como que a gente vai fazer isso? Então, a vereadora Loide Gonçalves, a senhora como relatora que tem aí a incumbência obviamente de reportar todos esses detalhes, ver a complexidade que é esse dinheiro todo circulando no sistema.

Esse dinheiro todo que a gente vê sendo aplicado, de forma extremamente nebulosa. Você não enxerga de fato o que que vai para cá ou para lá a própria empresa que entrou no sistema tá aqui, quase que clamando por agilidade do poder público por uma anuência que não sai.

Então nesse momento a empresa encontra-se irregular, mas por outro lado a empresa bem diz que se não tivesse lá a gente estaria com um buraco dentro do sistema e o usuário de ônibus não estaria sendo atendido e nós aqui como a CPI do ônibus sem qualidade tentando pegar as pontas dessa linha para entender, o que tá acontecendo de fato.

Ver.(a) Jorge Santos: Corretamente, por isso que nós vamos trazer o seu André Dantas aqui para explicar a respeito disso. E ainda dentro, senhor Nilo, do que o Bráulio estava falando, houve alguma promessa por parte do sindicato do Consórcio? Ou alguma outra pessoa sobre autorização para entrar em Consórcio e quem foi?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, Presidente, até entrando um pouco na linha do doutor Bráulio eu ratifico, eu acho que ter publicidade e ter transparência nas relações é extremamente importante.

Eu acho que esses dados têm que ser divulgados aqui para a câmara, enfim para qualquer um que tenha interesse nisso. Acho que quanto mais transparência, melhor.

Até por isso que nós lá na BH Leste vamos fazer nossa parte, vamos publicar os nossos balanços, vamos auditar os nossos balanços, vamos fazer a coisa com o máximo de transparência possível.

Ver.(a) Jorge Santos: Vou lhe fazer a pergunta de novo, houve alguma promessa por parte do sindicato do consórcio ou de alguma outra pessoa sobre a autorização para entrar no consórcio e quem?

(1:51:52) Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, para a entrada no Consórcio, quando foi trabalhada a deliberação, como eu fiz o negócio com o Rubens e ele era o Presidente do consórcio ele prometeu chamar a assembleia e deliberar.

Ver.(a) Jorge Santos: Então Rubens quem chamou?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Ele chamou a assembleia do Consórcio como ele realmente fez.

Ver.(a) Jorge Santos: Tá

Nilo Gonçalves Simão Junior: Ele chamou a assembleia, foi deliberado, teve essa contradição aí, que sinceramente eu nem sabia que alguém tinha contradizendo e eu sei que foi deliberado favorável.

Ver.(a) Jorge Santos: OK, obrigado então, vereadora.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Gente eu até sugiro que nós possamos também convidar o senhor Rubens Lessa, par participar,

Ver.(a) Jorge Santos: corretamente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Uma outra pergunta senhora Nilo.

Ver.(a) Jorge Santos: Agora são onze horas e quarenta minutos. Prorrogo essa reunião por mais uma hora.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora Ester disse que a empresa BH Leste recebeu subsídios dos meses de janeiro, fevereiro e março da lei 11.367/2022, não, na verdade foi uma pergunta, tá? Essa é a lei onze mil é a do ano passado. O de 237 milhões, quantos que vocês receberam desse subsídio nos termos desta lei de 2022. Quanto que entrou aí para o caixa da empresa BH Leste Transporte?

(1:53:15) Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, o que eu posso afirmar com muita precisão que a BH Leste, ela recebeu o que era de direito quando ela estava operando, a partir do dia primeiro de janeiro. Qual é a parte de subsídio que é de uma lei, da outra e tal, isso eu não sei afirmar.

(1:53:28) Mas eu sei que o que foi de competência do ano de 2022, antes do dia dois de janeiro, eu acho que foi uma segunda-feira que a BH Leste começou a operar, isso foi recebido pela viação Torres.

Agora, recebe sempre desculpa, tá gente eu fui impreciso aqui, sempre recebido pelo Consórcio e é rateado entre as empresas o que eu estou, quando eu estava falando de recebimento, é recebimento efetivo tá? O recebimento efetivo a BHLeste, recebeu na conta bancária dela apenas o que foi de competência a partir do dia 02 de janeiro de 2023.

Antes disso ela não recebeu absolutamente nada e se houve qualquer tipo de pagamento com relação ou coisa que o valha, isso foi recebido pela Torres. O que eu estou querendo dizer é período de competência.

Então assim deixando muito claro não os 17% a equivalência da câmara de compensação. Então que é igual eu volto a repetir, esse percentual de participação no consórcio ele não necessariamente reflete... eu não posso afirmar que ele reflita a operação, eu sei que o cálculo é feito com base na Câmara…

Ver.(a) Bráulio Lara: Quem que calcula a câmara de compensação? quem que faz o cálculo? A pessoa? não é entidade não, você sabe?

(1:54:40) Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, a pessoa não, mas o que eu posso afirmar para vocês é o seguinte, existe o Transfácil que gere a Câmara de compensação e existe o SETRA.

(1:55:13) Eu confesso que essas entidades ficam um pouco misturadas, mas eu sei que o Transfácil faz o cálculo da câmara de compensação, eu presumo que tem inúmeros empresários, não sei quantos que são, mas que isso já deve ter sido auditado, questionado por eles diversas vezes, entendeu? Eu não sei, que eu ponderei aqui para vocês é que BH Leste ela ainda não fez essa apuração. Mas isso já deve ter sido feito por eles.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vereadora Loíde, sugiro tá?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Quem é o responsável por apresentar o número também seja ouvido nesta CPI. Eu acho que vai ser importante pra gente ir linkando essas essas informações todas, porque o dinheiro público, ele é posto passa via Transfácil e depois vira um rateio e que vai e repassa para cada um dos empresários nas suas cotas percentuais. Aí a pergunta é, como que definiu esse percentual?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutor, eu acho que eu posso te ajudar nessa questão aí. Aparentemente, estou falando por favor, sei que estou falando sobre juramento então estou falando de forma passando, não estou afirmando nada tá?

(1:56:28) Então é aparentemente esses repasses eles são feitos, de acordo com as regras da câmara que refletem a operação. Então, Assim, eu acho que pode haver um descompasso entre a operação efetiva e a cota de participação do

Consórcio registrado na junta.

Agora, o cálculo de repasse seja de qualquer receita, ele é feito com base na estrutura da câmara de compensação, que eu não sei te afirmar exatamente quem que é, mas eu tenho certeza que se você intimar o Transfacil...

(1:57:00) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, eu acho que já até tem algum requerimento já que foi aprovado, ainda também, segundo a senhora Ester a BHLeste também recebeu o subsídio retroativo dos meses de janeiro, fevereiro e março, da lei 11458/2023. O de 512 milhões quanto que foi recebido nesse novo subsídio?

(1:57:28) Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, eu vou te falar um número aqui, que é você falando sobre juramento, você falar um número exato é complicado.

Mas assim eu vou falar mais ou menos por alto tá, eu lembro de forma… que a BH Leste recebeu subsídio em fevereiro, em março, eu não tenho certeza como é a competência desse subsídio, se ele é referente a uma lei ou se é referente a outra.

Eu sei que eu eu me recordo que tiveram alguns meses ali, que a BH Leste não recebeu subsídio, não sei porque, talvez um mês ou outro, acho que pode ser questão de competência, eu não tenho, recebeu que eu, é não recebeu em termos de caixa, tá? Não de competência, pode ser que isso tenha sido recebido no mês posterior.

Mas o que eu me recordo é que, no mês que não se recebe o subsídio, isso gera um déficit de caixa. Isso gera um déficit de caixa. E no mês que se recebe subsídio aí o caixa fica equiparado. Uma coisa que é importante.

(1:58:20) Ver.(a) Bráulio Lara: Isso vem separado senhor Nilo? Ou vem junto no mesmo repasse que vem o dinheiro da roleta apurada?

(1:58:30) Nilo Gonçalves Simão Junior: O rateio é feito com base na operação, então igual eu ponderei antes, pelo que eu entendo do subsídio, eu não sou a pessoa mais adequada para falar disso.

Mas ele é feito para complementar a receita com o intuito de equiparar ao custo, equiparar, manter ratir que foi pactuada lá na elaboração do contrato. Então

ele complementa os custos efetivos da operação, então por isso, ele vem junto, então quando não há o subsídio, isso aí efetivamente impacta na prestação de serviço.

(1:59:12) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então o senhor recebeu?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Eu pessoalmente, absolutamente nada.

(1:59:12) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A empresa né, já que o senhor falou que o senhor é o dono da empresa, deve ter conhecimento, que a dona Ester inclusive falou na ultima oitiva, que essas informações seriam, o sr. que deveria passar. A empresa BH Leste, recebeu esse subsídio de janeiro, fevereiro e março?

(1:59:35) Nilo Gonçalves Simão Junior: A empresa BH Leste recebeu todo subsid.. assim, todo subsídio, imagino devido referente aos meses que ela operou. Ela operou em janeiro, fevereiro, março, até hoje e portanto ela recebeu esse subsídio, aí é assim, se eu estou afirmando, o quanto que foi a respeito disso e o quanto que não foi isso não é uma coisa tão clara, porque o subsídio vem para cobrir os custos.

(2:00:00) Ver.(a) Bráulio Lara: Eu sei, mas a gente está preocupado em entender se isso vem estratificado ou se vem embolado.

Estratificado que eu quero dizer é, é um depósito só por exemplo por mês do subsídio ou eles vão repassando toda semana? Como que chega? Vem junto com outras coisas e uma planilha de apoio? o dinheiro que cai na conta ó “esse aqui é só subsídio, esse aqui é só receita tarifária”?.

(2:00:20) Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, só para vocês entenderem como que funciona a câmara de compensação, a empresa ela tem ali a câmara apura, a empresa, a câmara ela apura os custos da operacionais e a empresa ela pode ficar credora ou devedora da câmara de compensação.

(2:00:43) E ela, vou dar um exemplo clássico, tá? Se você tiver uma linha que é muito superavitária e a receita em dinheiro que a empresa efetivamente recebe, for maior do que os custos que ela tá operando e a dela por consequência fosse ficar maior do que aquela pactuada, ela devolve o dinheiro para a câmara.

E se a empresa for, se a linha for deficitária, ela vai receber ali o dinheiro da câmara, tá? Eu estou igual eu te falei, não estudei esse afundo, estou te dando o conhecimento que eu tenho. Por favor, não entenda mal.

(2:01:27) Assim, o subsídio ele vem dentro dessa compensação. Então é assim, eu não sei te falar se vem uma TED separada ou não, mas o que eu posso te afirmar aqui, é que ele vem dentro dessa compensação. Então, eu imagino que isso deve variar empresa a empresa, se a empresa é credora ou se ela é devedora da câmara de compensação.

Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, se existe então essa estratificação a gente pode fazer o pedido de informação para você reportar quanto de subsídio que foi recebido na sua empresa? Porque os pedidos que foram feitos para SUMOB, eles entram com que repassou é a Transfácil, numa perspectiva contábil mesmo, mas aí a vereadora Loíde como relatora, faz o pedido de informação.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Você quer a informação específica ou quer por alto?

Ver.(a) Bráulio Lara: Não, a gente quer específica, por isso não precisa até por causa do juramento, pra gente não encontrar nisto.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Isso não é problema nenhum.

Ver.(a) Bráulio Lara: A gente quer enxergar exatamente o que que sai lá de cima e que chega embaixo, na ponta no caso da empresa do Sr.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Perfeito, vai ser bom, porque todo ano vocês vão ter essa informação também quando a gente publicar balança.

Ver.(a) Bráulio Lara: Perfeito. A gente também não vai esperar a sua publicação de balanço em maio, abril do ano que vem, sei lá.

Nilo Gonçalves Simão Junior: Essa informação será entregue.

Ver.(a) Bráulio Lara: Senhora relatora, eu acho que vale a pena então, faz o pedido formal à empresa para que ela faça essa informação.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então eu acho que eu já posso fazer já ne, de uma vez então por gentileza.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Peço a Palavra pela ordem para esclarecer essa questão. Vossa excelência já determinou a apresentação destes dados, isso foi determinado na semana passada e sua excelência o ex-presidente deferiu o prazo de cinco dias úteis, que vai vencer na próxima quinta-feira e esses dados serão todos apresentados por escritos até quinta-feira, portanto respeitosamente eu não vejo necessidade de se expedir novo requerimento.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ótimo, é porque às vezes é muito, são muitos questionamentos, muitas perguntas, né?

Ver.(a) Bráulio Lara: Eu só para me justificar também, eu tinha perguntado rapidamente aqui para a vereadora Loíde, porque a gente fica na dúvida se os destinatários estão claros. Quem é o responsável por entregar a informação, mas obrigado pela colocação. Eu devolvo a palavra para a relatora.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Sempre às suas ordens aí.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Nilo, a possibilidade do recebimento do subsídio aí, de 2022 foi contabilizada na decisão da abertura da empresa? O senhor chegou a fazer conta desse dinheiro para que o senhor pudesse abrir a empresa BH Leste?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, como foi feito esse processo, ele foi feito com base empírica tá? Porque nós não tivemos acesso aos dados da Viação Torres, então era inerente a uma pessoa que tivesse experiência no sistema para poder ter uma mensuração um pouco mais concreta e a gente fez um orçamento.

(2:04:07) A gente presume, o cumprimento do contrato por parte da prefeitura e o equilíbrio ali das receitas e dos custos, era notório que isso não, que isso não ocorreria sem o subsídio. Então assim, isso foi levado em consideração com certeza, não especificamente de uma lei ou de outra, mas a gente levou em consideração que a prefeitura iria cumprir com os compromissos dela.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A remuneração do quilômetro rodado também o senhor assumiu que receberia e se tornaria o negócio mais interessante?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, na verdade não é nem que questão do negócio é mais interessante. É questão do negócio ser viável ou não ser viável.

O que eu ponderei aqui no início, que eu falei que até elogiei a iniciativa dos senhores, justamente porque quando o transporte é trago em pauta existe a transparência que os senhores estão clamando, fica evidente como são as relações de custo e receitas.

Então assim, para poder ter um bom serviço, por óbvio que o empresário tem que estar equilibrado. Então de fato eu levo estudo em consideração na hora de fazer um plano de negócio. O cenário macroeconômico ele não é macro é mais microeconômico da empresa, ele é muito relevante nessa tomada de decisão.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Até mesmo do quilômetro rodado?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Se do quilometro rodado, qual é a forma que isso vai ser distribuído? Como vai ser equilibrado o contrato? Isso, sinceramente, não faz muita diferença com orçamento financeiro, o que faz diferença se o contrato vai ser equilibrado ou não vai.

Então assim, com a Câmara atuante, com a Câmera em cima cobrando o poder executivo para melhorar o transporte, eu entendo que o contrato vai ser equilibrado, porque senão a coisa vai ser inviável e a Prefeitura não vai conseguir garantir o serviço, né?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então essas receitas foram todas calculadas, o subsídio, quilômetro rodado, chegou assim, o senhor fez um cálculo… dá pra gente entrar porque vamos ter aí lucro?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não necessariamente, o que, como que a gente enxerga isso e até eu acho que vai sanar um pouco de dúvida ali do doutor Bráulio.

Nós enxergamos a linha de receita e uma linha de custo, se a receita é tarifada

ou se a receita é via subsídio, como que ela é feita isso não é indiferente, então o que a gente se presume é que o equilíbrio econômico vai ser mantido.

E é claro que, quando está entrando em um negócio, você tem investimento para fazer. Então assim, você não considera que o negócio vai gerar todo o dinheiro que, para poder fazer o investimento, senão seria uma coisa muito fácil.

Então é igual vocês viram lá a autorização lá para emissão de debênture, tem que ter um investimento pesado do setor privado para poder conseguir cumprir as exigências do contrato.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: senhor Nilo, a lei foi aprovada agora em março deste ano, A lei de subsídio de 2023. A prefeitura chegou a garantir o senhor algo sobre isso que desse subsídio, mesmo ainda ele não sendo aprovado?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E o senhor fez conta mesmo assim, deste subsídio?

Nilo Gonçalves Simão Junior: O que eu levo em conta, a prefeitura promete nada até porque eu imagino que ela não deveria ter controle sobre o que, que é aprovado aqui na câmara.

Mas o que a gente leva em consideração, até por experiência no setor, é que quando você tem uma Câmara atuante que está cobrando ali uma qualidade no serviço, isso tende a melhorar o cumprimento da prefeitura nas obrigações contratuais dela.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Foi só um erro aqui, a lei foi aprovada em julho, mas entrou aqui na Câmara em março. Então, o sr. tinha alguma garantia de que essa lei fosse ser aprovada, o Sr., tinha alguma informação sobre isso?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não. Eu a única a única informação que eu tinha, era que a Câmera estava atuando pesado nisso, porque eu vi na mídia, que a Câmera, estava que isso estava em pauta, não especificamente uma lei, mas o transporte público estava em pauta, né?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A remuneração… só um minutinho, a negociação para remuneração por quilômetro rodado só começou, em março de 2023, dois meses após que o senhor já estava assim operando, a empresa do senhor estava operando, o senhor teve alguma informação privilegiada?

Nilo Gonçalves Simão Junior: De forma nenhuma, desculpe eu até não entendi qual a informação que a senhora está perguntando. Mas eu não tive informação nenhuma.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Há do subsídio porque o senhor até então, eu perguntei ao senhor anteriormente e o senhor falou que "claro que o negócio, ele estava fazendo conta já deste subsídio", mas ainda o projeto iria entrar na câmara, iria ser votado, então assim, o senhor teve alguma informação de que conseguiria?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Acho que essa pergunta da senhora é muito interessante, eu acho que ela vai esclarecer muita coisa, de fato eu não tive informação nenhuma privilegiada, nem nada.

Mas na hora que a gente vai analisar o cenário macro da empresa ali, como que tá comportando ali a Prefeitura, a Câmara, enfim.

Como está se tratando, a gente percebe que existe ali um clamor lá popular em Belo Horizonte pela melhoria do transporte, está pressionando em prol disso que o Prefeito está tomando uma pressão ali para melhorar o serviço.

Então quando eu vejo esse cenário eu presumo o equilíbrio entre custos e receitas. Porque sem equilíbrio entre custos e receitas não tem condição de ter um serviço de qualidade.

Então, e como eu conheço alguns empresários do setor, eu sei que isso nem sempre é uma coisa fácil, estou vendo aqui a iniciativa de vocês, a falta de informação que vocês têm, enfim, como que vocês tão querendo esclarecer isso e estou vendo a dificuldade, mas eu conheço os empresários e sei que por mais que demore, isso uma hora ia acontecer.

Porque não tinha condição de deixar o transporte num descaso, entende? a população sofre demais, isso tem um clamor público muito pesado. E já é o que vem

acontecendo em diversas cidades do mundo, né?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sr. Nilo, se a Torres, ela alegou incapacidade financeira para continuar a operação, como que a BHLeste, vai tornar essa operação viável?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Justamente pelos… por tratar desses princípios que vocês estão clamando aqui, qualquer, a Torres aparentemente não tinha ali a capacidade econômica financeira para continuar e a BHLeste vai ter essa capacidade se financiando de forma adequada nos melhores padrões de mercado, de forma barata, justamente por ter transparência, por ter uma diretora capacitada, por ter regras de compliance, por ter um balanço auditado, eu acho que essa é a diferença entre alguém que vai ser bem sucedido ou não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora Ester, ela manifestou que haverá compra de veículos novos para substituição da frota. Quantos veículos serão adquiridos? E aquisição desses veículos depende aí também do subsídio?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, igual eu ponderei mais cedo, existe uma exigência contratual da renovação de alguns veículos esse final de ano e outros no final do ano que vem.

A soma desses dois veículos eu não sei de cor a conta, mas elas não dão cinquenta por cento da frota. O que a BH Leste está se propondo é em renovar mais do que a necessidade de renovação desse ano e do ano que vem. Ela quer renovar cinquenta por cento da frota.

Então, assim, você fala assim, mas por que ela quer? Porque é bonzinho? Não, ela quer, é porque foi o plano de negócio que ela montou, isso vai, ela precisa de cumprir os índices do contrato, ela acha que isso, tipo assim, que você precisa trabalhar conforme as regras do negócio.

Então, nós não queremos trabalhar em qualquer tipo de desconformidade com o que foi, com o que foi pactuado no contrato.

(2:12:33) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas assim a aquisição desses veículos

depende do valor de suicídio?

(2:12:38) Nilo Gonçalves Simão Junior: Isso depende de segurança jurídica. Então assim, em geral pro negócio. Nenhum investidor coloca dinheiro em negócio nenhum, se não tiver segurança jurídica.

Principalmente hoje isso está dependendo da anuência da prefeitura que é o que está gerando a maior insegurança. Mas por óbvio que se caso essa a lei que passou for revogada ou coisa do tipo e o negócio ficar em desequilíbrio, isso pode gerar uma insegurança.

Eu particularmente, acho que é pouco provável, porque tendo anuência nós vamos fazer a captação de recursos e vamos fazer o investimento logo de pronto. Então eu não acho que isso depende, mas com certeza a verdade é o seguinte, se você fizer um investimento não for remunerado, isso vai dar problema, A empresa vai entrar em deflow, enfim, gera um vários problema.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Na oitiva da senhora Ester aí ela foi a gente a perguntou sobre o veículo 2554 da linha 5503A que após o acidente ele foi deslocado para o imóvel do grupo empresarial da Transimão, a senhora Ester disse que foi porque o imóvel pertencia ao seu pai. O senhor utiliza a estrutura de outras empresas do grupo para a BH Leste?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, a verdade é o seguinte, a Ester trabalhou lá com meu pai durante muito tempo, esse acidente em específico foi um acidente mais emblemático, no ponto de vista dela, tá?

Então ela fez essa opção, ligou lá pro pessoal operacional da empresa do meu pai, e pediu esse favor para eles.

Eu sinceramente eu sou contra esse tipo de atitude justamente porque eu não quero qualquer tipo de favor de outros empresários, mesmo que seja meu pai. Eles aprenderam de pronto até porque conheciam ela já é uma gente que ela estava trabalhando há muito tempo, e também porque provavelmente sou filho do meu pai enfim tem uma boa relação. Mas, acho que isso aí se tratou de um caso isolado e pontual, sabe, e eu tenho certeza que ela fez com a melhor das boas intenções. Mas

acho que foi isso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nesse caso, relatado que o veículo foi levado para a garagem da TranSimão, o custo do reboque, do reboque, do reparo foi contabilizado no curso da operação do transporte municipal do transporte intermunicipal?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, com certeza a BH Leste pagou toda a conta, tá? Isso aí você pode ter certeza absoluta, que meu pai não pagaria nos enviar esses.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Você consegue então nos enviar documentos que comprovam?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, ela pode te enviar, eu posso solicitar para ela, enfim, eu não sei se isso é feito de maneira específica ou não de fato não houve nenhum pagamento por parte das empresas do meu pai, entendeu?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então foi pela BHLeste Transportes?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Com certeza.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Os custos do combustível, garagem, limpeza dos ônibus da BH Leste também compartilham da estrutura de outras empresas e sim, quais com elas?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora a BH Leste, ela foi constituída única e exclusivamente para fazer a operação deste contrato.

Então assim vai se assemelhar com uma SPE Então assim, foi feita para essa operação, ela tem a garagem que ela alugou as coisas são todas individualizadas, até pra gente poder ter uma contabilização de forma mais assertiva, nós queremos que a contabilidade reflita a realidade, não tem qualquer tipo de utilização de outras estruturas, enfim.

Eu estou falando enquanto acionista pode ser que a Ester tenha, use qualquer tipo de coisa, de que ela conheça, não sei, mas se ela usar, ela vai pagar e o que o

que eu posso te garantir é que os a BH Leste é uma empresa cem por cento independente, tá? Ela não tem qualquer tipo de dependência de outras empresas não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora Ester, disse que a autorização de funcionamento é específica do ônibus e que as empresas dos consórcios podem usar ônibus de outras empresas. É comum esse compartilhamento de estrutura também entre as empresas do consórcio?

Nilo Gonçalves Simão Junior: O que, eu acho que eu vou conseguir esclarecer isso bem. O que acontece é que o consórcio é obrigado a manter o os níveis de operação.

Então se uma empresa dentro do consórcio, ela peca ali na qualidade de serviço por algum motivo, às vezes tem algum ônibus que não possa operar ou coisa do tipo, as outras assumem.

Então é o que eu acho que a Ester quis dizer foi isso, existem por exemplo linhas que são operadas de maneira compartilhada, o move, enfim. Mas isso eu sei que é uma coisa habitual. Então até as receitas oriundas lá da câmara de compensação igual eu ponderei antes elas são derivadas da operação que a empresa efetivamente atua.

Isso aí e por isso elas tem essa flutuação, mas eu acredito ser uma coisa usual em caso de uma de uma empresa não conseguir operar uma outra operar no lugar dela.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se houver uma multa em um ônibus operado por uma outra empresa, exemplo lá da BH Leste e uma multa de um ônibus que é operada por outra empresa. Quem é que pagar essa conta e como que onde que fica isso definido? Como vocês definem isso?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Só para deixar claro, cada empresa é responsável pela operação que ela executa. Então quando essa multa chega dentro do consórcio quem é o concessionário é o consórcio.

Então quem é multado é o consórcio, essa redistribuição interna ela ocorre

de acordo com a empresa que efetivamente operou. Se foi a empresa X multa é repassada pela empresa ASX. Eu não sei exatamente em qual documento que isso foi, que isso é formalizado dentro do consórcio. Não sei, mas provavelmente isso deve ser formalizado lá de alguma forma.

Mas eu sei que na prática o que ocorre é isso tá? Cada empresa é responsável pela operação que ela executa. Até gerou uma confusão aqui na fala da Ester na semana passada. Com relação a essa questão da propriedade dos veículos, seguros, enfim, eu ressalto que os ônibus da BH Leste que eles são de propriedade da apesar de não ter formalizado lá no DETRAN.

O seguro é feito em nome da BH Leste, o que não é problema nenhum tá? Você pode fazer o seguro de um carro que está formalizado em nome de outra pessoa, isso não é um problema. Então assim, não existe qualquer tipo de risco para população nesse tipo de operação.

E quanto ao poder público todos os entes consorciados são responsáveis por aquelas multas que são geradas ali. Então o poder público fica seguro. Eu acho que até por isso, a estrutura de consórcio é escolhida. Não posso afirmar também.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: É senhor Nilo, a senhora Ester, ela afirmou que a empresa recebeu o subsídio do ano passado nos meses de janeiro, fevereiro e março. Ocorre que o subsídio da lei onze três meias sete mil e vinte e dois não é era por quilômetro rodado. A que título que a BHLeste recebeu esse subsídio?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Doutora, eu acredito, não posso te afirmar, não li a lei, tá? igual eu falei anteriormente, o subsídio ele vem para poder fazer a complementação da receita em função dos custos.

Eu acredito que a BH Leste recebeu, não só esse, mas todo subsídio pela efetiva operação dela e com o cálculo equiparado ali aos custos, eu não tenho certeza de especificar assim, ó, em qual termo da lei, qual que é a natureza jurídica, enfim, essa está ali ao meu conhecimento, mas eu sei que ela efetivamente recebeu todo o subsídio referente a operação que ela fez.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então assim pra gente entender o senhor então

adquiriu uma empresa em vez do senhor investir o senhor recebe? Como funciona isso?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, doutora. O nível de investimento é muito pelo contrário, ele é muito alto.

A renovação de frota é um, é um ponto crucial ali pro plano de negócio, o valor do subsídio, se é isso que o senhor tá perguntando ou das receitas totais da empresa, tão longe de cobrir isso no curto prazo.

Existe uma demanda de capital grande, até por isso, a possibilidade de emitir debêntures que ressaltam que é uma possibilidade, tá, não quer dizer que é só por essa forma que a gente vai captar o dinheiro, mas assim preciso de investimento externo. Senão esse era inclusive um dos maiores problemas pro consórcio que eu assumi essa operação o investimento externo é ele é pesado.

Até tem uma coisa que, eu acho que é interessante esclarecer. As empresas dividem o carpex e o opex, então o que que é o resultado operacional e o que é o resultado de capital e empresas de ônibus normalmente demandam um Carpex muito alto.

Então assim você demanda um investimento muito alto inicial para começar a operar, quando você vai construir garagem, tal, quando você vai alugar, fica um pouco menor, mas mesmo assim o investimento em frota é um investimento muito pesado.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu só queria antes da senhora colocar, eu só queria sugiro aos vereadores, eu também tenho muita pergunta para ser feita aqui, vereador Bráulio, vereador Henrique, acho que a gente poderia deixar algumas perguntas para próxima oitiva, que a gente vai pedir para que ele retorne aqui de novo, acredito que isso vai ser muito bom, porque a oitiva, tem sido muito boa, muito esclarecimento também o André Dantas que eu quero tentar resolver essa situação, os demais que foram colocados.

Então Se alguém tiver algumas perguntas, seja objetivo devido ao horário para que a gente possa encerrar.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Já fugiu aqui o raciocínio, tinha uma outra pergunta que tinha que fazer, mas tudo bem, o grupo das empresas da família do senhor já teve alguma relação negocial com a empresa TransOeste?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Sim, ah, acredito que não sei se foi exatamente com a TransOeste, sei que meu pai já fez um negócio com o Fabiano há uns anos atrás, não tem conhecimento pleno tá?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor sabe me informar quais negócios?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Ah não sei.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pelo menos quais empresas ou ônibus do grupo econômico pertence a sua família que já vendeu aí para a TransOeste, alguma coisa assim?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, não sei te informar detalhes do negócio, eu sei que já houve um negócio entre meu pai e o Fabiano a uns anos atrás também não sei se especificar quantos anos exatamente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Foi uma compra?

Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, eu acho que o Fabiano comprou dele, mas eu não sei exatamente como é que foi o negócio.

Então, assim, é difícil assim, eu até entendo que para vocês as vezes a coisa parece um pouco obscura, mas dentro uma empresa quando a empresa tem um determinado porte, quinhentos funcionários, enfim, se você demanda pessoas ficarem um pouco mais específicas, sabe?

Nessa eu não na época eu lembro que com meu pai, mas eu não atuava nessa eu trabalhava na parte mais operacional, então eu sei por alto que teve um negócio, mas como é que foi o negócio não é não é assim de inteiro conhecimento entendeu. Eu sei que teve, mas eu sei que teve um negócio assim e enfim, acho que é isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: Já que nós teremos provavelmente outro momento,

vereador Jorge Santos? Eu acho só pra gente fazer essa finalização.

Sr. Nilo, é muito preocupante, para gente enquanto vereadores e cidadãos, porque nós estamos aqui em representação das pessoas, a percepção de como é que o sistema de um ônibus funciona, sendo que, empresas como uma empresa do senhor, que entrou sem ter nenhum tipo de relação pregressa no próprio CNPJ, que o senhor bem disse que o CNPJ foi adquirido especificamente para tapar um buraco da operação do consórcio, que foi conduzida pela batuta do senhor Rubens Lessa, que por meio de um acordo, com situações que o senhor já bem explicou antes viabilizaram que o senhor como o novo player do mercado acessasse.

E quando isso acontece, vem uma dúvida muito grande sobre por que não esse processo, não foi relicitado? Por que não o mercado não poderia ter sido aberto para que outras empresas pudessem concorrer.

Por que não o processo da mobilidade de Belo Horizonte não poderia de fato estar mais aberto para privilegiar empresas que realmente entregam bons trabalhos com qualidade nos ônibus, que que fazem realmente uma gestão exemplar enquanto nós vemos empresas que não só fazem o sucateamento das frotas, fazem… tem um descompromisso total com o cidadão de Belo Horizonte, e acabam em vários casos, como é o caso da Torres de praticamente sair por uma insolvência.

A viação torres já não tinha mais nem como operar. E lá fora o que a gente vê é o que? Ônibus quebrando, é descumprimento de quadro de horários e a população refém desse modelo que já está aí há tanto tempo.

Porque a gente tá falando aí de uma licitação de dois mil e oito, mas toda vez o vereador Jorge Santos, quando a Câmara de Vereadores fala sobre preparar uma nova uma nova, sistema de transporte público parece que o Prefeito até arrepia, por quê? É porque não vai ser bom pros amigos? Não vai ser bom para quem de fato a vida inteira quis que o sistema ficasse desse jeito.

Então assim, é preocupante, vejo nas palavras que o senhor trouxe, uma preocupação muito grande da sua empresa de fato de concluir o processo que vocês começaram no início do ano, mas ao mesmo tempo nos acende uma série de situações, por quê? Diferentemente do que a gente tinha antes, hoje tem dinheiro

público sendo injetado direto dos impostos para dentro do sistema de ônibus.

Porque enquanto a licitação de 2008 buscava justamente fazer com que a administração da concessão do direito de exploração fosse totalmente independente e não tinha dinheiro público, ou seja, tinha roleta, tinha só o que se observava na tarifa, agora tem dinheiro público.

Só que o seguinte, não é possível. Lá atrás, quando isso acontecia, o dinheiro estava sendo apenas da roleta, isso gerou vários problemas do sistema de entrega de má qualidade, por quê? Para se ganhar mais dinheiro era óbvio que entupia as pessoas dentro do ônibus gerava mais resultado do que de fato transportar todo mundo sentado, com os ônibus mais, digamos assim, mais confortáveis com menos pessoas que implicaria obviamente em mais veículos estarem rodando.

E um dos pontos que eu vejo que sucateou o sistema foi justamente lá atrás prefeito à época Alexandre Kalil de parar de fazer reajuste das tarifas, conforme estava no contrato. Agora a gente colhe o problema porque agora virou subsídio e na hora que virou subsídio cadê a transparência do subsídio.

Então assim o vereador Henrique Braga é muito preocupante o que a gente observa aqui na CPI dos ônibus sem qualidade. Porque muitos dos problemas aqui já estavam avisados lá de trás quando a gente fez a CPI da caixa preta da BHTRANS e a Prefeitura de Belo Horizonte insiste em continuar nos mesmos erros. Então vamos avançar nos trabalhos do vereador Jorge Santos, da vereadora Loíde Gonçalves.

Porque isso tudo tem que ser passado a limpo. Nós não podemos mais tolerar a desordem do serviço de transporte coletivo de Belo Horizonte, igual a gente vê hoje.

Todo dia é uma notícia no rádio falando de acidente. Todo dia é um ônibus que para estragado, todo dia é aquela confusão na cidade e a gente não pode simplesmente passar batido por isso. Então eu agradeço o espaço, agradeço o seu Nilo pela possibilidade de ter trazido para bastante informação aqui pra gente, mas esse assunto realmente precisa ser aprofundado. Obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos: Como o sr. bem colocou aqui, você vê acabou de

receber aqui que sempre manda usuário e a gente fica meio preocupado, a gente acabou de quebrar o ônibus da BH Leste agora, o 9211, com problema de água no radiador, indo para o Havaí, falta de manutenção. Aí colocou aqui o vídeo, aquelas coisas.

Essas coisas que a gente quer melhorar, tem que melhorar essa situação. Porque isso aqui aconteceu sexta-feira. Teve agora um hoje também pela manhã cedo que é o noventa e dois e catorze da BH Leste, quer dizer, o ônibus para a noite, com chuva, o usuário tem que descer e as pessoas sempre cobram. Porque às vezes ela não entende, mas e o subsídio? e a câmara aprovou tantos milhões. Aí vem para cima do Vereador. O Vereador Henrique já vai passar para o sr., algumas considerações?

Ver.(a) Henrique Braga: Eu fico impressionado. Não é que eu estou subjugando ninguém não, mas um carro parar por falta de água no radiador significa que a garagem está mal inspecionada, porque isso é uma das obrigações do motorista de conferir água no radiador, o óleo de freio. Ele não tem que abastecer o carro? Então quer dizer então faz parte de um desmazelo.

Não estou dizendo da sua empresa apenas não, isso é no geral, enquanto você a gente tá andando na cidade, você vê o ônibus parado, aquele povo descendo, descendo, ah o outro passa direto, aí a pessoa perde o serviço, perde o horário da faculdade, perde o horário de entrar na escola, perde e é prejuízo para todo mundo.

E o pessoal cai em cima da gente por quê? Porque na hora de votar a lei do subsídio, fomos nós que votamos, né.

Aí o pessoal acha o seguinte que a como a gente votou a gente é obrigado a dar a satisfação de tudo isso. Eu recebo todo dia reclamação. Eu moro lá na região do Barreiro e lá nós temos uma empresa lá, que é uma maldição para nossa região chamada Trans Oeste, que é horrível… é só problema, só problema, só problema e eles, parece que estão carregando.

Acho que quem carrega, pega na fazenda um caminhão de porco para trazer pro Matadouro acho que tem mais cuidado com os porcos do que eles com o pessoal.

Infelizmente a gente tem que agir dessa forma, mas eu quero te agradecer pela sua presença aqui, dizer o seguinte, não temos, já falei isso aqui no princípio, não temos nada contra a sua empresa.

O que nós queremos do tanto de reclamação que a gente recebe, nós queremos inteirar de tudo, porque agora, enquanto não tinha dinheiro público de quando não tinha dinheiro de impostos nas empresas a gente vê reclamação apenas ligava pro empresário assim ah dá uma olhada aí e tal, mas agora a cobrança está pesada em cima da gente.

Por isso nós estamos… foi criada a CPI de ônibus sem qualidade, não é só empresa que o senhor não, é outra, várias empresas, está aí listada para vim aqui se explicar para nós, porque o nosso objetivo é ver um transporte digno para o povo da nossa cidade que merece isso.

Ainda mais que a passagem era de ela mandar para seis e pouco não ia resolver. Nós pedimos para voltar pros quatro e cinquenta, e demos um subsídio de meio milhão, meio bilhão por para as empresas, agora, nós precisamos inteirar direitinho, ver como é que tá sendo distribuído isso aí, nós vamos ter que ir a fundo para ver como é que está sendo distribuído, porque de repente não tá sendo justo a distribuição e nós queremos contribuir nessa parte também.

Agradecer vocês pela presença e dizer que a nossa, a minha participação principalmente aqui, a minha intenção, como é do vereador Jorge, todos os vereadores que acompanham a CPI é de ajudar e não atrapalhar ninguém.

Ver.(a) Jorge Santos: Loíde, algumas considerações?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Agradecer também, a presença aí do senhor Nilo, do seu advogado e a intenção dessa CPI, gente, é a gente trazer mais transparência, um transporte público para os usuários, porque quando entra o dinheiro público a cobrança é maior e nós como vereadores nós temos que fiscalizar.

Não adianta a gente querer fazer vistas grossas, na sexta-feira mesmo quando o ônibus da BH Leste parou, o vereador Jorge presidente nos relatou aqui, foram várias mensagens no celular e aí que que nós estamos fazendo? Como que a

Câmara está fiscalizando isso? O dinheiro está sendo pago, ainda não sabemos de que maneira que está entrando na conta, mas nós queremos saber e nós vamos chegar nesse ponto que eu acho que é o fundamental aqui desta CPI.

A gente não está aqui também para crucificar as empresas, é também até mesmo para poder ajudar vocês, se o empresário está realmente recebendo dinheiro da forma correta, está chegando porque, tudo que chega aqui na câmara é que o empresário está recebendo. Então a gente tem que apurar se esse valor está chegando também na conta de vocês. Esse é o papel dessa CPI.

Eu agradeço a presença de todos vocês. E nós estamos aqui à disposição.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigada vereadora doutor Nilo suas considerações finais

Nilo Gonçalves Simão Junior: Primeiro eu queria agradecer vocês, acho que foi uma ótima oportunidade aqui para esclarecer. Fico grato.

Segundo quanto a esse caso pontual apesar da operação se é a Ester que executa, eu peço a colaboração de vocês poderem me ajudar, pressionar a Prefeitura pela essa anuência e pela renovação da frota, que isso é o caso mais necessário que vai trazer o maior impacto para população da região leste de Belo Horizonte.

É isso, muito obrigado e eu estou à disposição sempre que quiser mais esclarecimentos até de forma informal, da forma que precisar. Obrigado viu gente?

Ver.(a) Jorge Santos: Doutor o senhor quer fazer alguma pontuação? Suas considerações?

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Sim excelência, gostaria em nome dos meus clientes, senhor Nilo Simão e a empresa BH Leste Transportes SA. Agradecer a esta Egrégia comissão, pela oportunidade de comparecermos aqui hoje, para ofertarmos mais esclarecimentos, desta vez pelo acionista ou o único beneficial Woner da companhia que é o senhor Nilo.

E nos colocamos à disposição permanente desta comissão, para outros novos esclarecimentos em outras sessões que ocorrerem.

Inclusive, confrontamento, no bom sentido da palavra, por óbvio com outros participantes no sistema, em especial a Prefeitura para poder reiterar tudo isso que foi dito pelo senhor Nilo.

Nós disponibilizamos também para ofertar esclarecimentos técnicos de forma um pouco mais sistematizada do que o senhor Nilo apresentou.

O Sr. Nilo apresentou de fato muitos esclarecimentos, mas a algumas lacunas permaneceram e nós temos condições de prestar esses esclarecimentos, de forma mais sistematizada com os documentos na mão e cotejo mais preciso de datas.

Percebi que sua excelência, o vereador Bráulio, ele está muito atento com a situação referente às datas e é meritório, sem dúvida, é muito importante verificar as datas em que cada evento ocorreu e esses esclarecimentos podem ser prestados e estamos a inteira disposição.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Eu, inclusive, pessoalmente, mesmo na qualidade de advogado, eu posso prestar esclarecimentos detalhados com documentação. Muito obrigado, excelências.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu agradeço, doutor, a gente só está encerrando aqui, a gente tem mais tempo ainda, mas como o senhor bem colocou meus companheiros aqui da CPI colocou, eu tenho muitas perguntas não é só para ele, eu gostaria que tivesse aqui o André sentado, demais outras empresas, então nós vamos marcar uma nova oitiva, vocês serão comunicadas dessa oitiva, até mesmo pra gente tratar com respeito essa anuência. porque a CPI, ela está aqui para isso.

Porque tanto o senhor indo lá, como a sua ... não vai resolver. Então nós vamos convocar para que eles estejam aqui nesta CPI para que a gente possa ouvir mais.

Já ouvimos a… nossa a… quem teve aqui foi a Ester, você agora o Nilo e vamos ouvir os demais, vamos sentar depois a CPI, vamos ver aqueles que nós vamos chamar e vai ser uma oitiva muito boa, muito produtiva como foi essa.

E deixando bem claro, nós queremos ajudar, nós queremos que você tenha a sua anuência tranquila para trabalhar, não só você, como os demais, eu não sei se

tá assim, o que a gente quer é que a população de Belo Horizonte tenha ônibus de qualidade, é isso que nós queremos.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Se me permite uma última coisa, eu acho muito importante que essas novas sessões da CPI, nestas novas sessões, as pessoas compareçam presencialmente, não virtualmente.

Ver.(a) Jorge Santos: Corretamente.

Dr. Fábio Henrique Queiroz: Apesar de haver a possibilidade jurídica do comparecimento virtual, muito diferente vereador Bráulio, as pessoas se sentarem à mesa, uma pessoa olhar nos olhos da outra pessoa, a coisa soa muito mais autêntica e muito mais transparente e nesse sentido já é a minha, a segunda oportunidade que eu compareço aqui, gostaria de dizer a todos que eventualmente sejam convocados, que o tratamento dispensado por esta comissão a todas as pessoas que aqui vem, é um tratamento prestado com a máxima urbanidade, com o máximo respeito e a máxima cordialidade possível qualquer que seja a situação, qualquer que seja a pergunta.

Portanto excelência, não há qualquer fundamento plausível para que as pessoas não compareçam pessoalmente para tratar de assunto tão importante quanto a mobilidade urbana em Belo Horizonte. Mas uma vez, obrigado excelência.

Ver.(a) Jorge Santos: Por isso nós convidamos naquele dia o senhor André, que tinha passado por uma pequena cirurgia.

Estive com ele até a semana passada, ele já está ótimo, tranquilo e por isso nós falamos. Gostaria que você tivesse pessoalmente, ele afirmou "Eu vou estar pessoalmente," então isso aí é bom.

Então eu só quero aqui agora dizer que são 12h:27 min, não tendo mais nada a declarar, encerramos nossos trabalhos, que Deus abençoe a todos.

2.9 - DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A décima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem

Qualidade[10], foi realizada no dia 31/08/2023, às 9h:56 min, no plenário Camil Caram. Sob a presidência do vereador Jorge Santos, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves e dos vereadores Henrique Braga, Sérgio Fernando Pinho Tavares, Wesley Moreira, Professor Juliano Lopes e Braulio Lara, reuniu-se a comissão.

Sendo isto, foi apresentado, discutido e votado os seguintes requerimentos:

1. requerimento de comissão 2340/2023 turno único (vinculado a: requerimento 873/2023) solicitação: pedido de informação destinatário: representante legal do consórcio operacional do transporte coletivo de passageiros por ônibus do município de belo horizonte -Transfácil, Ralison Guimarães de Andrade finalidade: solicitar as seguintes informações: a) apresentar cópia de todas as atas dos quatro consórcios que compõem o sistema de trânsito do município com as empresas eleitas líderes de cada consórcio em cada período, desde janeiro de 2020 até a presente data. b) apresentar planilhas com informações sobre todos os repasses/pagamentos realizados mensalmente, incluindo os subsídios concedidos pela PBH, para todas as empresas pertencentes a cada um dos quatro consórcios do município de belo horizonte - mg, desde janeiro de 2020 até hoje, incluindo as indicadas pelas empresas para receber os valores. autoria: ver. Jorge Santos. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão, sendo deliberado que o prazo de resposta será de 10 dias úteis.

2. requerimento de comissão 2361/2023 - turno único (vinculado a: requerimento 873/2023) solicitação: pedido de informação destinatário: representante legal da empresa BHLeste transportes S.A, Ester das Graças Ferreira gomes borges finalidade: obter informações quanto ao contrato mencionado pelo sr. Nilo Gonçalves Simão júnior na 7a reunião, realizada no dia 28/08/2023, para que seja enviado o contrato que subsidiou a alteração da composição do consórcio por meio da aquisição de cotas da viação torres. autoria: ver.(a) Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão, sendo deliberado que o prazo de resposta será de 5 dias úteis.

---

[10] https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/10%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-31-08-2023

3. Requerimento de comissão 2362/2023 - turno único (vinculado a: requerimento 873/2023) solicitação: Realização de oitiva FINALIDADE: Intimar o administrador da Empresa Coletivos Boa Vista Ltda., Ricardo Cecílio dos Santos, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes a negativa, por parte da Coletivos Boa Vista Ltda., à substituição da Viação Torres Ltda. pela empresa BHLeste Transportes S/A no consórcio BH Leste. data: 28 de setembro de 2023 horário: 09:30h local: plenário Camil Caram há convocação de autoridade autoria: ver.(a) Loíde Gonçalves". Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão, sendo deliberado que o local da oitiva passaria a ser o Plenário Helvécio Arantes.

4. Requerimento de comissão 2363/2023 - turno único (vinculado a: requerimento 873/2023) solicitação: "pedido de informação destinatário: representante legal da BHLeste transportes s/a finalidade: obter as notas e quaisquer outros documentos de faturamento das despesas com manutenção e conserto do veículo prefixo 20554, que operava na linha 5503a, decorrentes do acidente ocorrido no dia 20 de maio de 2023." autoria: ver.(a) Loide Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão, sendo deliberado que o prazo de resposta será de 5 dias úteis.

5. Requerimento de comissão 2364/2023 - turno único (vinculado a: requerimento 873/2023) solicitação: realização de oitiva finalidade: intimar o sócio da empresa viação torres ltda, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em belo horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte da então viação torres, no consórcio BH leste, bem como sobre as sucessivas alterações no estatuto social e nos demais registros do consórcio BHLeste. data: 14 de setembro de 2023 horário: 09:30h local: plenário helvécio Arantes há convocação de autoridade autoria: Ver.(a) Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

6. Requerimento de comissão 2378/2023 - turno único (vinculado a: requerimento 873/2023) solicitação: realização de oitiva finalidade: intimar o

administrador do consórcio operacional do transporte coletivo de passageiros por ônibus do município de belo horizonte - Transfácil, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes sobre a destinação de valores às empresas operadoras do transporte público coletivo de passageiros por ônibus no município. data: 28 de setembro de 2023 horário: 09:30h local: plenário helvécio Arantes há convocação de autoridade autoria: Ver.(a) Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão, sendo deliberado que o horário da oitiva passaria a ser definido para às 10h30min.

7. Requerimento de comissão 2379/2023 - turno único (vinculado a: requerimento 873/2023) solicitação: "pedido de informação destinatário: representante legal da empresa BHLeste transportes S.A, Ester das graças Ferreira gomes borges finalidade: obter informações quanto o patrimônio líquido da empresa BHLeste transportes S.A, adquirido posterior a integração ao consórcio BHLeste." autoria: Ver.(a) Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão, sendo deliberado que o prazo de resposta será de 5 dias úteis.

Foram lidas as respostas aos Requerimentos de comissão n.º 2154, 2155 e 2166/2023.

Deu-se início à oitiva do Sr. Fabiano Borges, representante legal da empresa Trans Oeste Transportes Urbanos, que prestou o compromisso com a verdade.

10ª REUNIÃO

Ver.(a) Jorge Santos: 09h:56m, eu vou fazer a chamada dos vereadores presentes da comissão parlamentar de inquérito, instituída pelo requerimento 873/2023 a CPI de ônibus sem qualidade. Vereadora Loíde presente?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga presente?

Ver.(a) Henrique Braga: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Braulio Lara Presente?

Ver.(a) Bráulio Lara: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares presente?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Vereador Juliano Lopes presente? Vereador Wesley Moreira presente? Vereador Jorge Santos, eu estou presente.

Então havendo o quórum com a maioria dos membros desta comissão, abrimos a nossa reunião, é ordinária é isso? Extraordinária, não precisa, beleza.

Então a comissão de aprovação das atas da reunião sexta e oitava visto não ter havido impugnação desta nos termos regimentais. Vamos inverter a pauta aqui, vamos para o item um para depois a gente poder seguir a nossa oitiva, dentro de nossos trabalhos. Discussão e votação Proposições da Comissão

item 1 (um). REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2340/2023TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: representante legal do Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte -TRANSFÁCIL, Ralison Guimarães de Andrade FINALIDADE: Solicitar as seguintes informações: a) Apresentar cópia de todas as Atas dos quatro Consórcios que compõem o sistema de trânsito do município com as empresas eleitas líderes de cada Consórcio em cada período, desde janeiro de 2020 até a presente data. b) Apresentar planilhas com informações sobre todos os repasses/pagamentos realizados mensalmente, incluindo os subsídios concedidos pela PBH, para todas as empresas pertencentes a cada um dos quatro consórcios do município de Belo Horizonte - MG, desde janeiro de 2020 até hoje, incluindo as indicadas pelas empresas para receber os valores. Prazo de resposta: 10 dias úteis AUTORIA: Ver.(a) Jorge Santos

Eu coloco em discussão, eu coloco em votação, eu estou de acordo com o requerimento. Como é que vota o vereador Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como é que vota o vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes? vereador Wesley? Então fica aprovado o requerimento de comissão 2340/2023.

item 2 da pauta. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2361/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: Representante Legal da Empresa BHLeste Transportes S.A, Ester das Graças Ferreira Gomes Borges FINALIDADE: Obter informações quanto ao contrato mencionado pelo sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior na 7a Reunião, realizada no dia 28/08/2023, para que seja enviado o contrato que subsidiou a alteração da composição do consórcio por meio da aquisição de cotas da viação Torres. Prazo para resposta: 5 dias úteis AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves

Eu coloco em discussão, vamos para votação como voto vereador Wesley? Como vota o vereador professor Juliano? Como vota o vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vereador Jorge Santos também estou de acordo, está aprovado o requerimento de comissão 2361/2023, turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos para o item 3 da pauta. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2362/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Realização de oitiva FINALIDADE: Intimar o administrador da Empresa Coletivos Boa Vista Ltda., Ricardo Cecílio dos Santos, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes a negativa, por parte da Coletivos Boa Vista Ltda., à substituição da Viação Torres Ltda. pela empresa BHLeste Transportes S/A no Consórcio BH Leste. DATA: 28 de setembro de 2023 HORÁRIO: 09:30h LOCAL: Plenário Camil Caram HÁ CONVOCAÇÃO DE AUTORIDADE AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves

Ver.(a) Jorge Santos: Por favor Loíde.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O presidente, eu gostaria só de alterar aí o Plenário para o Helvécio Arantes, por gentileza.

Ver.(a) Jorge Santos: OK então fica aqui só acrescentando o requerimento que será no Plenário Helvécio Arantes. Em discussão, em votação, como vota o vereador Wesley? vereador professor Juliano? Vereador Sérgio Fernando como vota?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vereador Jorge Santos volto de acordo. Então está aprovado o requerimento item três da pauta, requerimento de comissão 2362/2023.

Só lembrando que foi alterado para o plenário Helvécio Arantes.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 4. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2363/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: representante legal da BHLeste Transportes S/A FINALIDADE: Obter as notas e quaisquer outros documentos de faturamento das despesas com manutenção e conserto do veículo prefixo 20554, que operava na linha 5503A, decorrentes do acidente ocorrido no dia 20 de maio de 2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu ponho em votação como voto do vereador Wesley? Wesley tá conseguindo me ouvir? Wesley? Como vota o vereador Professor Juliano? Vereador Sérgio Fernando? Como vota o Vereador Sérgio Fernando? Alguém está conseguindo ouvir a gente aí??

Ver.(a) Wesley Moreira: Tinha sumido aqui e voltou.

Ver.(a) Jorge Santos: Vou começar de novo, tá? vou fazer de novo aqui. Então, nos estamos aqui no item 4 da pauta, 2363/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: representante legal da BHLeste Transportes S/A FINALIDADE: Obter as notas e quaisquer outros documentos de faturamento das despesas com manutenção e conserto do veículo prefixo 20554, que operava na linha 5503A, decorrentes do acidente ocorrido no dia 20 de maio de 2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves. Como voto do vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: Voto com requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado, como vota o vereador professor Juliano? não entrou ainda. Como vota o vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado Vereador. Como vota o vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De Acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu o vereador Jorge Santos também estou de acordo. Então está aprovado um requerimento de comissão 2363/2023, turno único.

Vamos para o item 5. da pauta. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2364/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Realização de oitiva FINALIDADE: Intimar o sócio da Empresa Viação Torres Ltda, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte da então Viação Torres, no Consórcio BH Leste, bem como sobre as sucessivas alterações no Estatuto Social e nos demais registros do Consórcio BHLeste. DATA: 14 de setembro de 2023 HORÁRIO: 09:30h LOCAL: Plenário Helvécio Arantes HÁ CONVOCAÇÃO DE AUTORIDADE AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves

Eu coloco em discussão, vou colocar em votação, como voto vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: Com o requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De Acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vereador Jorge Santos também estou de acordo. Então tá aprovado o requerimento de comissão vinte e três meia quatro barra 2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 6 da pauta. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2378/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Realização de oitiva FINALIDADE: Intimar o administrador do Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte - Transfácil, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes sobre a destinação de valores às empresas operadoras do Transporte Público Coletivo de Passageiros por Ônibus no Município. DATA: 28 de setembro de 2023 HORÁRIO: 09:30h LOCAL: Plenário Helvécio Arantes HÁ CONVOCAÇÃO DE AUTORIDADE AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves

Ver.(a) Jorge Santos: Então vamos lá, em discussão, em votação, lembrando que vamos ter a alteração de horário para às 10h:30min. Como vota a vereadora Loide?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu o vereador Jorge Santos estou de acordo, e o vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Então está aprovado o requerimento de comissão 2378/2023. Lembrando que foi alterado para às 10h:30min. E só recapitulando votei, mas continuo votando. Estou de acordo.

Requerimento item 7. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2379/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: Representante Legal da Empresa BHLeste Transportes S.A, Ester das Graças Ferreira Gomes Borges FINALIDADE: Obter informações quanto o patrimônio líquido da empresa BHLeste Transportes SA, adquirido posterior a integração ao consórcio BHLeste. Prazo para resposta: 5 dias úteis AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Eu coloco em discussão, vamos para votação, como voto a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De Acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também, o vereador Jorge Santos estou de acordo. Então está aprovado o requerimento de comissão 2379/2023, turno único.

Outros assuntos: resposta a requerimento de indicações da comissão. É um o OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2154/2023 (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves RESPOSTA: OF. SMGO/DALE N° 761/2023 REMETENTE: Secretário Municipal Adjunto de Governo - Subsecretário de Relações Institucionais - Leonardo Amaral Castro o item dois é um OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2155/2023 (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves RESPOSTA: OF. SMGO/DALE N° 762/2023 REMETENTE: Secretário Municipal Adjunto de Governo - Subsecretário para Assuntos Legislativos - Leonardo Amaral Castro, também já se encontra nos anéis desta casa.

Item 3 OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2166/2023 (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) AUTORIA: Ver (a) Loíde Gonçalves RESPOSTA: Ofício n° 1263/2023 - PGJMG/PCO REMETENTE: Procuradora de Justiça - Iraídes de Oliveira Marques também já se encontra nos anéis desta casa.

Então nós vamos iniciar então a nossa oitiva, que foi a convocação do vereador Jorge Santos presidente da comissão parlamentar de um inquérito, convoca nos termos regimentais a vereadora Loíde Gonçalves e os demais membros desta comissão. Então vamos chamar para compor a mesa conosco Fabiano Borges, representante legal da empresa TransOeste Transportes Urbanos. Por favor, fique à vontade.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Presidente Jorge? Bom dia a todos.

Ver.(a) Jorge Santos: Bom dia Juliano, meu querido.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Apenas para anunciar a minha presença, está bom?

Ver.(a) Jorge Santos: OK, sua presença foi anunciada meu irmão seja bem-vindo.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos: Muito bem, vamos em frente, senhor Fabiano Borges, eu vou lê aqui ao senhor um termo de juramento, tá? Depois o senhor responde. Presidente, solicito a testemunha que represente ao compromisso nos termos do artigo 203 do Código do Processo Penal, que faço afirmação falsa ou negativa ou calar a verdade poderá incorrer num crime de falso testemunha de acordo com o artigo 343 do código penal. Pergunto ao senhor se está de acordo por gentileza.

Fabiano Borges: Sim.

Ver.(a) Jorge Santos: Por favor queira ler esse que está aí ao seu lado.

Fabiano Borges: Eu, Fabiano, 43 anos de idade, estado civil, solteiro, residente em Belo Horizonte, Minas Gerais, profissão administrador de empresas, cuja atividade é desenvolvida no endereço, rua Flor de Pitangueira, cento e vinte, bairro Independência, Barreiro, Belo Horizonte. Prometo dizer a verdade e relatando sempre o que souber, explicando sempre as razões da minha ciência sobre o fato ou as circunstâncias pelas quais posso avaliar-se de sua credibilidade.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Só quero só lembrar que temos a presença do nosso amigo ex-vereador Wellington Sapão. Seja bem-vindo meu amigo.

Então vamos dar início aqui aos nossos trabalhos, passar aqui pro meu companheiro vereador Henrique Braga. Vou passar agora a palavra alguns vereadores querem iniciar vamos primeiro quem está on-line quer começar ou não começar por aqui quem está presente, tem alguém aí que está querendo fazer alguma pergunta? Então vamos começar pela Vereadora Loíde.

Ver.(a) Wesley Moreira: Jorge?

Ver.(a) Jorge Santos: Pois não.

Ver.(a) Wesley Moreira: Eu gostaria só de já fazer uma observação, vereador Wesley.

Ver.(a) Jorge Santos: Por favor, fique à vontade.

Ver.(a) Wesley Moreira: Bom dia a todos aí. Bom dia, será ouvido hoje, O

senhor Fabiano, bom dia em especial ao Wellington Sapão que está presente aí, anunciado, uma grande referência na nossa região Barreiro.

gostaria de já iniciar essa oitiva realmente externando a minha preocupação e a minha tristeza, com um acidente ocorrido hoje, com a linha 318 no Bonsucesso, a gente agradece a Deus Por não ter acontecido nenhuma fatalidade, nenhuma morte, mas os relatos que a gente recebe é que o ônibus estava cheio e até então o que tem sido falado é que o ônibus perdeu o freio.

E esta é uma expressão que me deixa muito preocupado porque essa expressão perdeu o freio, me faz lembrar de um acidente no bairro Mangueiras, com a linha 305 no ano de 2018, se não me falha a memória. Então assim, triste coincidência, né?

No dia em que estamos ouvindo aí o senhor Fabiano, um acidente tão sério e tão grave hoje no bairro Bonsucesso, um lugar muito íngreme, E já gostaria de ouvir do senhor Fabiano aí, o que ele já tem de informação sobre esse acidente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador essa é a sua pergunta para o Fabiano, não é isso?

Ver.(a) Wesley Moreira: Isto.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Fabiano fica à vontade, pode responder ao vereador Wesley.

Fabiano Borges: Bom dia a todos, bom dia vereador, realmente esse fato ocorreu hoje, o carro é o veículo 30536, ele está regularizado, com a autorização de tráfego em dia, com a manutenção em dia, com os pneus. Então quando se fala perdeu o freio, evidentemente tem que ter uma apuração dos fatos.

Fabiano Borges: O fato ocorreu hoje cedo naturalmente o veículo já está sendo periciado pela nossa equipe de manutenção, até então para ver o que foi, foi falha humana, foi falha mecânica, mas o veículo estava 100% regularizado.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley quer fazer mais alguma pergunta? Está satisfeito com a resposta dele?

Ver.(a) Wesley Moreira: Qual é o ano desse veículo?

Fabiano Borges: 2014, vereador, Mercedes-Benz.

Ver.(a) Wesley Moreira: Perfeito, então tranquilo. Eu já estou chegando presencialmente aí, a gente continua, muito obrigado, Presidente.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu que agradeço, meu amigo, mas algum vereador que está online gostaria de fazer alguma pergunta? porque depois nós vamos ficar focados mais nos que estão presencialmente aqui. Mais ninguém? Então passo a palavra à vereadora Loíde, por favor.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia a todos, bom dia vereadores, assessores, bom dia senhor Fabiano. Nós já vamos iniciar com as perguntas, o senhor por gentileza, possa ir nos respondendo, tá.

Eu gostaria sr. Fabiano que o senhor fizesse para nós agora no início um breve relato se o senhor já trabalhou em alguma empresa, como que iniciou nesse ramo de transporte, precisa fazer um breve resumo das suas atividades hoje na área do transporte.

Fabiano Borges: Bom dia, vereadora. Eu já estou no transporte desde 2001, eu comecei sempre em Belo Horizonte, ou seja, tem 22 anos que eu opero o transporte público de Belo Horizonte. Eu comecei lá em Justinópolis, na região norte de Belo Horizonte.

Em dezembro de 2001 e fiquei até outubro de 2012, eu comecei minha carreira lá na Viação Jardins, na época o meu tio e a sociedade dele adquiriu a empresa da Viação Soares Andrade, no qual foi vencedora da licitação de 2008 e eles ficaram 3 anos no sistema, não ficaram satisfeito e eu na época eu era um garoto, entrei, fui aprendendo.

Nós começamos lá a empresa com 56 ônibus, o H1621 motor traseiro naquela época ainda e quando eu saí do sistema, alheio a minha vontade, porque nós prestamos, eu prestei, minha equipe toda da Viação Jardins, prestamos um bom serviço. Nós saímos de lá em outubro de 2012 com 107 ônibus, tivemos um

crescimento na região, com a idade média da frota entre três e meio e quatro anos, com todas as contas em dia e garagem própria.

Na época eu era voto vencido, e o meu tio e o sócio dele era majoritário e eu não tinha condições de comprar a parte dele, então saí chateado pelo trabalho que nós fizemos, fiquei três anos fora do sistema, 13, 14 e 15 e 16 eu retornei ao sistema, apareceu uma oportunidade, como eu sou do ramo, conheço Belo Horizonte, conheço o transporte, conheço da forma de remuneração e encarei esse desafio que apareceu para mim.

E assim estou até hoje lá na TransOeste do Barreiro, sou formado em administração, formei na Fumec, comecei em 2000, formei em meados de 2004, então basicamente minha vida inteira foi dentro de uma garagem de ônibus.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tem muito tempo que o senhor está nessa atual empresa?

Fabiano Borges: Fevereiro de 2016 até a data atual.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Fabiano o senhor poderia nos informar, às vezes até uma pergunta assim, a fonte de renda do senhor, se o senhor possui outras empresas, como que funciona aí essa questão da renda, do seu patrimônio, o senhor poderia nos falar por gentileza?

Fabiano Borges: Não, no momento eu não possuo outra empresa, a única empresa é a TransOeste, hoje eu vivo da TransOeste.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Poderia nos informar quais são os sócios da empresa TransOeste?

Fabiano Borges: A sócia da TransOeste é minha mãe.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sua mãe, qual é o nome dela, por gentileza?

Fabiano Borges: Adenilda.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Adenilda, é sua mãe? Eu gostaria que o senhor nos enviasse aí a cópia do estatuto e as alterações societárias da empresa, pode anotar.

E aí o senhor poderia até essa específica que consta aí a senhora Adenilda, Adenilda de que?

Fabiano Borges: Borges Vieira.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Adenilda Borges Vieira, o senhor responde como representante legal da empresa e a que título o senhor responde?

Fabiano Borges: Sim, eu sou procurador, eu tenho procuração e a gestão da empresa é toda comigo. O dia a dia, operação, manutenção, enfim. A gestão toda da empresa é comigo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Qual é o seu papel hoje dentro da empresa?

Fabiano Borges: Hoje eu sou o líder, o gestor da empresa. Operação, manutenção, administrativo, financeiro, tudo se reporta para mim. Evidentemente que eu tenho minha equipe, eu tenho 300 colaboradores, mas a decisão final, a gestão da empresa, a tomada de decisão, ela é toda comigo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A TransOeste ela constava no contrato inicial de Conceição em 2008. A empresa TransOeste?

Fabiano Borges: Eu acredito que não, porque eu participei da licitação de 2008, pela outra empresa. Ela não estava, ela naturalmente entrou posterior e quando eu cheguei no sistema em 2016, que eu retornei, ela já estava no sistema.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então quando em 2008 ela não estava, essa empresa TransOeste não constava então na licitação da Concessão?

Fabiano Borges: Não.

(27:20) Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia me informar quando ela foi substituída e se houve a anuência por parte do poder público?

(27:28) Fabiano Borges: Olha, a data exatamente eu não sei, porque eu não participei, eu estava fora do sistema, mas eu acredito que naturalmente ela teve anuência do Poder Público, porque ela está operando regularmente.

Então isso aí foi anterior a minha chegada, então eu não consigo precisar a data, mas naturalmente teve todo o trâmite legal.

(27:44) **Ver.(a) Loíde Gonçalves:** Então eu gostaria também, que o senhor pudesse. Pode estar anotando aí. Enviar o contrato de composição do consórcio e a alteração do consórcio e o processo de anuência da empresa TransOeste.

Ver.(a) Jorge Santos: Fiz a um prazo, tá? Cinco dias úteis, é melhor.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor se lembra como foi esse processo de anuência por parte da prefeitura? Da empresa TransOeste?

Fabiano Borges: Não, não me lembro, porque eu não participei, quando eu retornei, ela já estava devidamente cadastrada com todas as anuências. Então eu não participei do processo de inclusão da TransOeste no sistema.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas o senhor teve acesso a documentação? O senhor chegou a conferir?

Fabiano Borges: Eu conferi e sei que ela está regularizada, que ela tem todas as anuências. Eu não tenho documentação, mas lá no nosso consórcio no qual ela faz parte o Dez, tem tudo lá, naturalmente tem tudo lá e vai ser enviado.

(29:19) **Ver.(a) Loíde Gonçalves:** O senhor sabe me informar se a empresa Viação Paraense, ela, tem os mesmos sócios da empresa TransOeste? Trata-se da mesma empresa?

(29:25) **Fabiano Borges:** Hoje ela tem, ela foi adquirida em 2018, hoje ela é o mesmo quadro societário da TransOeste.

(29:39) A Viação Paraense, ela ficava ali na Amílcar Cabral e depois eu juntei em tratativas com o proprietário antigo, que já estava sem condições de seguir no sistema e hoje a operação, ela é toda dentro da garagem da TransOeste, a garagem da Amílcar Cabral já não existe mais.

(30:04) **Ver.(a) Loíde Gonçalves:** Então a empresa Paraense tem os mesmos sócios da TransOeste?

(30:09) Fabiano Borges: Positivo.

(30:11) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como que foi, como que o senhor adquiriu a empresa Viação Paraense e a que título?

(30:22) Fabiano Borges: No início de 2018, o antigo sócio da Viação Paraense, me procurou, já era um senhor mais de idade, já estava cansado, desgastado e o sistema já estava iniciando já com um pouco de desequilíbrio e ele não queria fazer os investimentos necessários ou ter a paciência ou ter o suporte financeiro para esperar o sistema equilibrar e não tinha sucessão também.

(30:53) Me procurou, eu encarei o desafio, as duas empresas têm sinergia de linha, foi bom pro sistema, redução de custo de duas garagens, nós passamos a operar em uma garagem e eu encarei esse desafio e assim eu fiz e assumi a Paraense no final do segundo semestre de 2018.

(31:17) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Segundo semestre de 2018. E a que título que foi? Como que foi feito? Sessão, como foi feita essa negociação da Paraense com o senhor? Como que foi feito, que título? Como foi negociado isso?

(31:33) Fabiano Borges: Foi negociado um contrato de compra e venda.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Compra e venda?

(31:40) Fabiano Borges: E eu assumi os ativos da Paraense, o passivo também, paguei muito trabalhista, paguei muito fornecedor na época que estava comprometido, rescisão, eu fiz todos esses investimentos iniciais para sanear a empresa, porque ela não tinha condições mais de continuar no sistema e o restante parcelado.

(32:04) Ver.(a) Loíde Gonçalves: As frotas da Viação Paraense são as mesmas da frota da empresa TransOeste?

(32:11) Fabiano Borges: A frota da Paraense, a Paraense na época, ela era maior do que a TransOeste, se eu não me engano tinha uns 40 carros da TransOeste, e a Paraense tinha uns oitenta e poucos.

(32:23) **Eu peguei, coloquei os ônibus da Paraense na garagem da TransOeste e hoje é uma operação só, tudo em nome da TransOeste.** Então os ônibus são diferentes naturalmente, hoje pode ter algum que tem propriedade da Paraense ainda, porque o quadro societário é o mesmo, é isso mais ou menos …

(32:40) **Ver.(a) Loíde Gonçalves:** As frotas, a pergunta foi, as frotas da Viação Paraense são as mesmas da frota da empresa TransOeste? são as mesmas ou tem essa diferença da TransOeste é uma e da empresa Paraense é outra?

(32:56) **Fabiano Borges:** A frota, a titularidade vamos falar assim, do documento, tem alguns em nome da TransOeste alguns em nome da Paraense, a titularidade do Duti. **Mas hoje todas fazem operação das 26 (vinte e seis) linhas que a TransOeste opera hoje.**

(33:12) Essas vinte e seis linhas naturalmente não eram todas da TransOeste. Eram uma parte da TransOeste uma parte da Paraense. Então todos esses ônibus operam as 26 (vinte e seis) linhas que a TransOeste opera hoje.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então são as duas empresas que operam essas vinte e seis linhas, que é a TransOeste e a Viação Paraense?

Fabiano Borges: Isso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Todas são do consórcio dez?

Fabiano Borges: As duas empresas fazem parte do consórcio dez.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia me informar, qual é a idade média dessas frotas?

Fabiano Borges: hoje a idade média da frota da TransOeste, ela está em oito anos.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu só esqueci de pedir ao senhor também se o senhor puder anotar por gentileza, esse contrato também se o senhor puder nos enviar aqui o contrato de compra e venda e as documentações, desta empresa também, da nova empresa Paraense. Por gentileza.

Fabiano Borges: É esse contrato de compra e venda, eu tenho que ver com o departamento jurídico, tem cláusula de confidencialidade que eles colocam, eu tenho que ver com a outra parte, eu tenho que analisar juridicamente, mas se tiver tudo dentro da normalidade eu entrego, mas eu tenho que analisar isso, porque tem cláusulas lá de confidencialidade.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia me informar se essa viação Paraense constava no contrato inicial da Concessão?

Fabiano Borges: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ela constava?

Fabiano Borges: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A empresa Paraense?

Fabiano Borges: Paraense. Ela participou de 2008.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia me informar também se a empresa mudou de dono e se ela tiver mudado de dono, se houve essa comunicação ao consórcio respectivo e também à prefeitura. Eu falo isso da Paraense?

Fabiano Borges: É, ela mudou, teve alteração contratual do antigo dono, e passou pelo mesmo quadro societário da Trans Oeste. Isso sim foi comunicado ao consórcio dez, que faz, no qual as duas estão, fazem parte.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Houve essa comunicação para a prefeitura?

Fabiano Borges: A comunicação para a Prefeitura, aí quem teria que fazer é o Consórcio.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Aí se o senhor puder também anotar eu gostaria também que o senhor enviasse pra gente essa toda a documentação de estatuto, alteração societária e a participação no consórcio da empresa Viação Paraense, vamos manter o prazo de cinco dias.

Ver.(a) Jorge Santos: Em vereadora, se quiser sua assessoria, pedir para

fazer a lista de documentação já entregue para ele aqui.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu vou pedir ao pessoal depois.

Senhor Fabiano, o sr. poderia me informar quem é o contador da sua empresa e se é o mesmo contador da Viação Paraense?

Fabiano Borges: o contador é a Texto Serviços Contábeis, ele é o mesmo da viação Paraense.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como que é o nome?

Fabiano Borges: O escritório chama Texto Serviços Contábeis, é o mesmo escritório que presta serviço para a TransOeste, presta serviço para a Viação Paraense também.

(37:05) Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia me informar também, qual é o percentual de participação da empresa TransOeste e da Viação Paraense dentro do Consórcio?

(37:16) Fabiano Borges: A Paraense tem 10% (dez por cento) e a Trans Oeste tem 9% (nove por cento) do Consórcio Dez.

(37:23) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A Paraense quanto tem?

(37:26) Fabiano Borges: Paraense 10% (dez por cento) TransOeste 9% (nove por cento), tem uma virgulazinha aí, é dez e alguma vírgula.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Alguns decimozinhos, pra gente não fazer confusão, eu gostaria também de solicitar ao senhor o Contrato de Constituição do Consórcio e todas alterações. Eu vou pedir depois para a assessoria listar, mas também é bom o senhor anotar, contrato de constituição do Consórcio e todas as alterações.

(38:00) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Dentro da Câmara de Compensação, quem recebe a Cota parte da TransOeste e da Viação Paraense?

(38:08) Fabiano Borges: Hoje é todo da TransOeste, hoje está centralizado

toda na operação da TransOeste, o CNPJ da TransOeste.

(38:18) **Ver.(a) Loíde Gonçalves:** Então a TransOeste, ela que recebe?

(38:25) **Fabiano Borges:** A TransOeste hoje, ela que recebe 100% (cem por cento) da receita, oriunda dos 98 (noventa e oito) ônibus que ela opera, que é a fusão da Paraense com a TransOeste. Então hoje o CNPJ da TransOeste que recebe toda a receita.

(38:40) **Ver.(a) Loíde Gonçalves:** O senhor poderia me informar quem é o Presidente do Consórcio?

Fabiano Borges: Consórcio Dez, a empresa Líder é a Betânia.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Só Betânia?

Fabiano Borges: Betânia, ônibus ou Betânia Transportes, se eu não me engano.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Betânia ônibus limitado. Sr. Fabiano, o Sr. poderia nos explicar por gentileza, como funciona esse percentual de participação dentro do Consórcio, ele é por viagem? Como funciona esses 10 (dez) e esses 9 (nove) por cento aí que o senhor nos falou?

Fabiano Borges: A participação no Consórcio, ela é por frota, que é diferentemente da participação na Receita do Sistema, então essa participação, ela é por frota, a participação no Consórcio Dez, ela é por frota.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Dez e nove por cento, ele é por frota, não por viagem. Então assim, como é a frota de... explica pra gente aí. Por gentileza.

Fabiano Borges: Porque hoje são quatro consórcios, BHLeste, Pampulha, Dez, Dom Pedro II, cada consórcio aí tem aproximadamente setecentos, seiscentos, entre seiscentos e oitocentos veículos cada Consórcio, perfazendo o total de 2.400,00 (dois mil e quatrocentos), que naturalmente vai ser aumentado agora diante dessa nova forma de remuneração.

Então dentro do Consórcio Dez, aí tem esse percentual pela quantidade de

frota, que é diferentemente… do custo da distribuição de receita, se tiver essa pergunta depois aí eu posso explicar também, como vai ser a receita, né?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu só fiquei um pouco na dúvida nessa questão da frota.

Fabiano Borges: Por exemplo… não sei quantos que o Consórcio dessa tem, seiscentos, setecentos. Então, o percentual é da frota, não necessariamente dá receita, a receita, ela é pelo sistema, pela união dos quatro Consórcios.

Ver.(a) Jorge Santos: Só uma questãozinha de ordens, vereadora eu gostaria só de pontuar se a senhora permite, vamos fazer uma rodada?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pode.

Ver.(a) Jorge Santos: Que daqui a pouco a senhora já está com vinte perguntas, e falta ele, falta o outro. Então a senhora continua mais uma e depois eu passo para ele, depois pro Henrique, pra gente aqui.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então vamos lá para mais uma pergunta.

(41:30) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como é calculada essa participação aí dentro da Câmara de Compensação, é por linha, por viagem dentro da câmara de compensação?

(41:40) Fabiano Borges: Dentro da Câmara de Compensação, ela é calculada por quilometragem e composição da frota, aí abrange todo o sistema. Por...

(41:51) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Aí não é só por frota, ai é tudo?

(41:53) Fabiano Borges: Aí entra quilometragem e frota e abrange todo o sistema.

(42:00) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quem faz esse cálculo?

(42:02) Fabiano Borges: Esse cálculo quem faz é o Consórcio Operacional Transfácil, que é integrante dos 4 (quatro) Consórcios: BH Leste, Pedro II, Dez e Pampulha.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu vou passar aí pro Presidente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique.

Ver.(a) Henrique Braga: Eu quero fazer algumas perguntinhas aqui, creio que é faço até de responder. Para vocês da TransOeste ou para você, teve alguma desvantagem o Nilo Simões Júnior ter adquirido a Viação Torres ou o ideal seria alguém do sistema ter incorporado a Viação Torres?

Fabiano Borges: Não, para a TransOeste é indiferente, partindo do princípio que vai entrar um operador qualificado, competente, com condições, para a TransOeste é indiferente.

Ver.(a) Henrique Braga: Todos os veículos da TransOeste e da Viação Paraense estão em nome de quem? o senhor pode fornecer a lista?

Fabiano Borges: Sim, claro. Tem alguns veículos em nome da TransOeste, alguns veículos em nome da Paraense e alguns veículos em nome de uma locadora que no período da pandemia, nós tivemos muito problema e ainda estamos tendo, eu tive problema de frota, com busca e apreensão inclusive de bancos, por falta de pagamento e para não deixar a população desguarnecida, eu aluguei para suprir a operação. Então esses ônibus naturalmente estão em nome da locadora.

Ver.(a) Jorge Santos: Dizer o nome dessa locadora?

Fabiano Borges: Norte Brasil.

Ver.(a) Henrique Braga: O sistema de pagamento por quilometragem melhorou para vocês da TransOeste e da Viação Paraense?

Fabiano Borges: Vereador, consideravelmente essa atitude que vocês aqui tiveram juntamente com a atual gestão, se ela não tivesse sido feita, Belo Horizonte, que é a quinta ou a sexta capital do país, ela estaria sem ônibus.

Porque os empresários, subsidiaram o sistema de Belo Horizonte, por quê? Porque o sistema de Belo Horizonte que sempre foi referência nacional, estou te falando na minha na trajetória, a minha empresa era um brinco, porque a gente tinha

as condições financeiras para isso e o transporte não pode ficar sem oxigênio.

Porque nós perdemos aqui uns cinco anos ladeira abaixo e não foi falta de avisar.

Nós tivemos inúmeros protocolos junto a prefeitura municipal de Belo Horizonte, informando, demonstrando o desequilíbrio econômico de Belo Horizonte, sem falta de tarifa, passageiro em queda, para vocês terem uma ideia, quando entrei no sistema em 2016, o sistema de Belo Horizonte transportava 410 milhões de passageiros ano.

No ano passado de 2022 nós fechamos com 270 milhões de passageiros ano, uma queda de aproximadamente 35%, e o sistema de Belo Horizonte jogando o custo todo pro passageiro pagar.

Nas grandes capitais na Europa, isso já se faz antigamente, o pagamento do subsídio. No Brasil algumas cidades começaram a fazer isso antes da pandemia e na pandemia veio acelerar esse processo.

Então respondendo a sua pergunta, oh vereador se não tivesse feito isso ia colapsar mais do que já colapsou, onde já se viu uma frota de Belo Horizonte com 7 anos de uso, de idade média, sendo que o ideal seriam 4, quatro anos e meio, mas para isso precisa de recurso.

Qual é o recurso que nós temos hoje? Tarifa Pública e subsídio. E tem uma pequena receita extra tarifária que é de mídia. Eu não acho justo botar tudo nas costas do passageiro. O óleo diesel aumentou, o ônibus explodiu, eu estou comprando ônibus agora por 750 mil reais. Vai colocar isso tudo nas costas do passageiro? Isso é exclusão social, o cara pagar 7, 8 reais na tarifa.

Então a tendência é esse mesmo e o custo do transporte, eu falo o seguinte, ele tende a aumentar, dentre em breve vai chegar em Belo Horizonte a eletrificação da frota, que já está chegando em outras capitais.

Então nós temos que nos preparar, eu falo, nós, operadores, Câmara Municipal e prefeitura, já para prevenir esses investimentos futuros que eles vão bater na porta.

Ver.(a) Henrique Braga: Só mais uma perguntinha aqui.

Ver.(a) Wesley Moreira: Henrique, posso fazer uma pergunta aí depois só? que é dentro desse assunto.

Ver.(a) Henrique Braga: Depois dessa, vou fazer essa, ai eu passo para você. É verdade que o senhor adquiriu ou vai adquirir cerca de 40 ônibus até o final do ano? E quantos ônibus estão para vencer o prazo de vida útil?

Fabiano Borges: Hoje eu tenho 14 ônibus vencendo a vida útil esse ano, isso porque aumentou a idade máxima de 10 para 12 devido à falta de capacidade das empresas de renovação de frota.

Entretanto para o operador é muito desvantagem você rodar com ônibus velho, é manutenção, é mão de obra que nós estamos com muita dificuldade de mão de obra hoje.

Então, eu já vou me atrever a renovação do ano que vem, eu preciso, pretendo colocar 40 ônibus, já tem 6 encarroçado, semana que vem deve faturar mais 6, as montadoras estão com dificuldades em entregar o chassi, devido ao Brasil todo ter ficado reprimido, agora já, todas as capitais, todas as cidades já estão começando a renovação de frota.

Então com isso, a minha idade média, ela deve ir para 4 anos e meio, porque desses 40 eu tenho que aumentar um pouco minha frota, porque tem neste decreto nós temos que aumentar 10% de viagens até o final do ano.

Então Belo Horizonte, deve aumentar aí até o final do ano, acredito uns 240 ônibus percentualmente a minha parte aí são 9 ônibus então eu vou de 98 pra 107.

Então eu preciso fazer isso para sobreviver, para reduzir custo de manutenção, para botar o ônibus na rua, para não ter problema. Então essa é a minha ideia e isso eu só consegui porque eu tenho uma previsibilidade de receita, porque os bancos estavam correndo de empresário de ônibus, desculpa a expressão.

(48:55) Fabiano Borges: **Hoje você chega com um contrato, você conversa com ele que nós temos um projeto de lei, que prevê um pagamento**

por quilômetro, naturalmente os bancos se animam a nos financiar.

Agora eu quero deixar uma, fazer um adendo aqui também, não sei se é o momento oportuno, nós já temos aí uns 4 decêndios aí da remuneração do novo modelo. Está tendo excessivas glosas por parte do Poder Concedente, a minha região lá do Barreiro por exemplo, essa semana está tendo obra da Copasa lá na Waldir Soeiro, minhas viagens estão atrasando 30 min, 40 minutos e eu não vou receber esse subsídio hoje, estou falando isso porque nos últimos 4 decêndios, descontaram uma pancada de viagem minha de atraso.

Esse subsídio, ele prevê numa cidade numa condição normal, como se a cidade não tivesse chuva, não tivesse trânsito, não tivesse acidente no anel rodoviário. Então as empresas que operam Anestonio Carlos e Cristiano Machado que tem corredor exclusivo, sente menos, todas sentem, mas sente menos.

(50:10) Fabiano Borges: Eu que estou lá no Barreiro sem faixa exclusiva, estou dentro do bairro lá …, estou sendo muito penalizado, **então gostaria de externar isso aqui e se possível rever excessivo de glosa, porque senão não adianta dar o subsídio e tirar, como que eu vou pagar a prestação do banco?**

Ver.(a) Henrique Braga: o sr. não concluiu a pergunta, quantos ônibus está para vencer a vida útil? O senhor sabe?

Fabiano Borges: Esse ano são 14.

Ver.(a) Wesley Moreira: O Fabiano eu, sabe? Eu gostaria muito de ver essa mesma alegria, quando você respondeu à pergunta do Henrique Braga, sobre a questão de como o subsídio melhorou a questão da gestão, do transporte coletivo na sua empresa.

Mas eu queria ver essa mesma alegria no rosto dos clientes do transporte coletivo, porque o que a gente percebe e o que a gente vê, é que realmente, primeiro com o Alexandre Kalil, 240 milhões aproximadamente com antecipação de compra de vale-transporte, essa confusão que ele arrumou aí na gestão aí, pífia dele, beleza, isso foi para vocês.

Depois teve mais de 227 milhões, que nós aqui, como Câmara Municipal aprovamos como subsídio, já foi tudo pro cofre e para administração de vocês, então estou falando de quase, meio bilhão que já foi pago para vocês.

Agora foram mais 512 milhões aprovados, e algumas parcelas já estão sendo pagas. Ou seja, qual é esse tamanho? Que tamanho é esse buraco? Até quando nós vamos ficar mandando recurso para vocês? Valores milionários que as empresas de ônibus estão recebendo e quando nós olhamos, ônibus lotado do mesmo jeito, ônibus perdendo freio como foi hoje, quem anda no Barreiro, você vai andando toda hora, você vê um ônibus parado, passageiro do lado de fora, esperando o outro ônibus vim, ou seja, é três bilhões, é cinco bilhões e quanto mais nós como Poder Executivo e Legislativo, vamos ter que ficar tirando a saúde, ficar tirando da educação, ficar tirando de obra, ficar tirando de outros setores para colocar no transporte coletivo, para que realmente o passageiro tenha um resultado.

Porque hoje depois de quase meio bilhão já entregue um transporte coletivo, eu não vejo ainda esses benefícios chegando para os clientes de vocês, ou seja, até quando? Que valor é esse?

Fabiano Borges: Vereador, essa colocação sua, é muito pertinente, na época que o Kalil fez o adiantamento para gente o sistema estava faturando 30%, 40% que faturava, isso era questão de sobrevivência, se não tivesse feito isso a cidade ia ficar sem ônibus.

Então assim foi questão de sobrevivência, o segundo que foram os 200 milhões, ele não resolveu em nada a situação do sistema, te explico porquê.

Porque nós aumentamos 30% das viagens, então esse valor de 200… o sistema já estava desequilibrado, então esse valor de 200 milhões foi só para aumentar a viagem para pagar óleo diesel e mão de obra e eu te falo mais, esses 512 que na verdade vira 492, e ele também não é suficiente para solução total do sistema não.

Nós viemos de mais de 6 anos colapsando o sistema, então nós temos que… eu tenho 14, eu tenho, eu preciso renovar 40 para chegar numa idade média de quatro anos e meios, que é uma Idade Média aceitável.

(53:55) O sistema hoje de Belo Horizonte custa um bilhão e oitocentos milhões por ano, o dinheiro tem que entrar de onde? Nós temos que ter dinheiro, então tarifa pública, subsídio, então sinceramente esses 512 milhões ajudaram bem.

(54:05) Não é assim, estamos comprando carros, os carros não chegaram, vão chegar. Você não resolve o problema de 6 anos em 2 meses. Um mês e meio que teve o subsídio. Ao resultado nas ruas ele vai chegar gradativamente e nós temos que manter esse subsídio e chegar no final do ano rever o custo do sistema, não estou falando… eu não quero nem um real a mais, nem um real a menos não, eu só quero trabalhar e receber o que a gente precisa para prestar um bom serviço que Belo Horizonte merece. Entendeu?

Então o custo de Belo Horizonte hoje é muito alto, são 2 mil e 600 ônibus. O custo do diesel está muito alto, o custo do veículo, da aquisição do veículo aumentou muito. Então quando se fala um número 500 milhões solto, é muita coisa.

Agora para um transporte numa cidade de quase três milhões que roda hoje onze milhões e trezentos mil quilômetros por mês, então nós temos que rever esse conceito, o custo nosso hoje é um bilhão e oitocentos milhões por ano, posso dar errado um pouco mais para menos.

Ver.(a) Wesley Moreira: Tá, só pra finalizar rapidinho então mais ou menos resumindo assim, então seja esse um bilhão que nós direto ou indiretamente já aprovamos para o transporte coletivo de BH é quase que ilusão ficar vendendo por passageiro aí fora, pros clientes do transporte coletivo, que vai trazer alguma melhoria.

Ou seja, prepare-se aí viu Loíde? Prepare-se que vai ter que separar mais grana, por isso é importante a gente rever essa questão deste contrato, lá na nossa comissão, sabe? A gente tá batendo pesado nisso aí e deixa vocês falarem um pouquinho se não vão ficar muito bravo.

Ver.(a) Henrique Braga: Só queria completar uma pergunta que eu fiz até a metade aqui, quando eu falei do transporte da aviação em nome de quem? O senhor pode fornecer a lista e o DUT de todos os veículos que estão em atividade e os que foram baixados desde 2020?

Fabiano Borges: OK providencio e mando dentro do prazo de cinco dias.

Ver.(a) Jorge Santos: Pode ser cinco dias tá, aí depois a que não tiver ela vai fazer que a gente te entrega, mas alguém quer fazer alguma pergunta, vereador Juliano que acabou de chegar…

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Diante da fala do senhor Fabiano, sr. Fabiano, pela fala do senhor, a gente percebe que o senhor tem sofrido muito operando essas linhas, nessas 28 linhas que o senhor tem em cima de sua direção.

O senhor já pensou em entregar esse este contrato? Parar de prestar esse serviço? O senhor já pensou sobre isso? Porque tudo indica que as coisas não estão muito boas por causa do senhor, mas mesmo assim o senhor insiste em continuar neste ramo.

Fabiano Borges: É, não está muito boa não só para mim, mas todo o sistema, eu fui mais afetado porque eu vivo muito exclusivamente da roleta das empresas. Igual falei no início aqui os empresários subsidiaram o transporte de Belo Horizonte, tiraram dinheiro de outro sistema, de metropolitano, de rodoviário, de outros negócios que não tem nada a ver com transporte para bancar o sistema, então isso que ocorreu.

Agora por que eu não entrego o contrato, porque eu tenho 300 funcionários, eu tenho fornecedores e nós temos diversas ações contra o Poder concedente de desequilíbrio econômico financeiro, que já passa da casa dos 2 bilhões de reais.

Inclusive agora em setembro vai ter uma audiência de conciliação de produção antecipada de prova.

Então eu tenho pra receber, eu já trabalhei e tenho para receber, então se eu tivesse recebido tudo que eu tinha de direito, nós não estaríamos nem aqui, estava todo mundo mexendo com outro assunto, a frota na rua estava de quatro, quatro anos e meio, que é uma frota aceitável.

Então é por isso que eu não posso sair do sistema, eu tenho muito a receber ainda e eu quero prestar um bom serviço que eu gosto e sei fazer modéstia parte eu faço bem, agora sem dinheiro pode colocar o papa lá que não toca, mas nós voltamos

a frisar, nós estamos no caminho certo.

Agora volto a frisar, nós estamos no caminho certo, vocês pegaram aí juntamente e deram o pontapé inicial, agora nós temos que manter e ajustar os detalhes, para não deixar desequilibrar mais, você pode ver exemplos do Brasil aí.

Vou dar um exemplo aqui, Palmas, estrangulou o operador até o operador não aguentar mais, está procurando um operador de ônibus lá para Palmas, não acha, ninguém quer operar. Por quê? Porque o empresário não vai investir numa prefeitura que não cumpre os contratos, não é o caso de Belo Horizonte.

Ver.(a) Henrique Braga: A nossa preocupação, e está fazendo essa CPI aí sobre a má qualidade dos ônibus? É porque a partir deste ano, esse subsídio vai passar a fazer parte do orçamento anual da prefeitura, que nós vamos votar agora lá mais no final do ano, então nós a nossa preocupação é estar subsidiando, mas não está tendo melhora.

Bem disso aí é que nós estamos a nossa preocupação, por exemplo a TransOeste é a maior empresa de ônibus da região do Barreiro, aqui fala que ela opera cerca de ou mais de vinte linhas e tem sido conhecido pela má qualidade na prestação do serviço. O que vocês têm feito na prática para solucionar este grave problema?

Fabiano Borges: Diante desse aporte, desses quinhentos, parte desses 512 milhões nós já recebemos aí uns quatro decentes, nós estamos investindo na manutenção da frota, colocar a manutenção em dia, motivar novamente os funcionários, procurar os funcionários novamente para trabalhar, nós perdemos muita gente boa, mineração, mineração não teve crise.

Então, para você ter uma ideia, hoje, eu tenho vaga para mecânico três, eletricista dois, manobrista. Então nós temos que melhorar a autoestima da empresa, dos funcionários, o dinheiro todo esse dinheiro que já entrou até agora, está todo investido na recuperação da empresa, se pegar os números da TransOeste aí, que era um péssimo, agora está ruim, então já melhorou, era péssimo agora está ruim.

E mediante os carros novos chegarem e naturalmente as coisas, vocês vão

ver a melhoria a melhoria não acontece, por isso que o transporte não pode deixar cair, porque é difícil você retomar porque você compra um ônibus, são seis meses.

A Mercedes está falando para entregar carro em janeiro, fevereiro, chassi, aí depois você tem que vir carroça, então a melhoria vai ser vista, não é assim igual …eu também gostaria, cara você não ver o estresse lá, ficar até oito hora da manhã arrumando motor, caixa, diferencial e arruma um e conserta outro. Então é dedicação, trabalho para resolver isso aí.

Ver.(a) Henrique Braga: Por isso que eu fiz aquela pergunta dá compra dos ônibus, porque eu sei que você não compra um ônibus montado, você o compra e é montado com um quebra-cabeça, cada coisa, tem que montar peça por peça.

Então eu sei que isso demora tempo, mas nós precisamos de atacar isso aí pra melhorar, porque o eu por exemplo que sou aquele que você tem aqui nessa mesa aqui, nós temos três vereador do Barreiro, tem o Wesley, tem eu e tem o Juliano, nós nunca tivemos uma época de tanta reclamação do transporte colegiado do Barreiro, como nós estamos tendo nos últimos tempo, né?

Em 19 de maio, outra pergunta, 19 de maio, 15 ônibus da sua empresa tiveram as autorizações de tráfego recolhidas, esses ônibus já voltaram a atuar novamente no sistema? e o senhor pode fornecer a lista e o DUT desses veículos?

Fabiano Borges: Sim, claro. Vou fornecer o DUT de todos os os veículos, hoje nós temos aproximadamente 7 ou 8 ônibus sem autorização de tráfego que estão dentro da garagem fazendo as devidas manutenções.

É igual eu te falei, você não consegue montar um motor, uma caixa num dia, não tem nem mão de obra para isso, eu tenho um mecânico montador lá, não consigo arrumar mais e assim que eles estiverem prontos naturalmente vai para vistoria na BHTRANS e bota para operar na rua.

Ver.(a) Henrique Braga: São várias reclamações, há vários casos de reclamação de passageiros do Barreiro, sem transporte, porque os ônibus da empresa estão sem combustível. O senhor entende que isso aí não demonstra total falta de capacidade, continuar atuando no sistema ou como pretende resolver essa

questão?

Fabiano Borges: Isso aí vereador, realmente aconteceu, eu chegava lá de manhã, o ‘que que eu vou pagar hoje? Diesel, funcionário, plano de saúde, pneu? A receita do sistema não era, ela não cobriu custo, muito menos investimento, isso aconteceu, hoje não acontece mais, diante da nova remuneração que está acontecendo.

Ver.(a) Henrique Braga: Eu tenho só mais duas perguntinhas. Além disso, são constantes as reclamações de passageiros da TransOeste, sobre a quebra de ônibus, falta de cumprimento de horários, sujeira e falta de manutenção e os problemas parecem não ter solução. Como o senhor pretende resolvê-los e se tem chegado muitas ou constantes para a TransOeste ou por reclamação?

Fabiano Borges: A solução disso aí, é a renovação de frota, eu nessa primeira renovação eu vou tirar veículos 11, 12 e já vou começar a retirar veículo de 2013. Então a hora que esses carros chegarem, naturalmente isso aí vai diminuir bem, vai ter um ponto ao outro porque mecânica, mecânica não tem como, estraga mesmo, mas a solução é renovação de frota, porque a frota que eu tenho lá já tá cansada, você arruma, quebra, arruma e outra coisa o custo disso aí? Então a solução é o que eu estou fazendo, renovação de frota.

Ver.(a) Henrique Braga: Mas eu dentro da pergunta aqui por exemplo, e por que tanta sujeira nos ônibus?

Fabiano Borges: A sujeira já melhorou muito, nós tivemos problema com mão de obra também! Só para você ter uma ideia, eu cheguei para entrevistar um candidato a vaga de limpeza, a limpeza trabalha de dezenove às duas. O salário dele é salário mínimo, mas tíquete, mas plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida.

Ele falou comigo, “Fabiano, esse salário aí eu não vou não, eu recebo seiscentos do governo”. Então nós estamos tendo dificuldade de mão de obra, mas nós estamos arrumando e estamos resolvendo isso aí também. Já melhorou muito a questão da nossa limpeza aí, você vê que o piso já está branquinho, nós estamos dentro da medida do possível, nós estamos trabalhando forte em cima disso aí.

Ver.(a) Henrique Braga: Só mais uma perguntinha. Segundo noticiário da imprensa, a empresa TransOeste juntamente com a Paraense, possui uma dívida ativa em torno de trinta e três milhões de reais, sendo aproximadamente vinte e um milhões da TransOeste e doze da Viação Paraense. Isso realmente é verdade?

Fabiano Borges: Qual o tipo de dívida que é isso aí?

Ver.(a) Henrique Braga: Dívida ativa, encontro em dívida ativa.

Fabiano Borges: Tributária?

Ver.(a) Henrique Braga: Ah, deve ser.

Fabiano Borges: isso aí deve, deve, tem imposto a vencer, estou esperando sair o REFIS, não acredito que não chega nesse valor todo não, mas que tem impostos em aberto, têm, que vai sair o Refis, um parcelamento e eu tenho que ter capacidade de pagamento também. Isso foi tudo oriundo da falta de remuneração que nós tivemos no sistema, se eu tivesse recebido tudo, é o que eu falo, nós o sistema, eu não teria isso.

Ver.(a) Henrique Braga: OK, estou satisfeito.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Bom pessoal, bom dia a todos! Fabiano, eu tive oportunidade de conversar com o Fabiano antes da CPI no meu gabinete, porque eu também sou do Barreiro, como o Henrique é do Barreiro, Wesley do Barreiro e nós não aguentamos mais, sinceramente a reclamação da população em relação a sua empresa, tem hora que é desrespeito, tem hora que o ônibus quebra, mas tem hora que vocês pulam os horários de propósito.

Semana retrasada, mês retrasada, eu moro próximo a estação diamante, havia um ônibus do senhor, eu esqueci o numero dele, azul com pisca alerta aceso, eu desci, eu estava descendo na João Rolando Filho para pregar vinha do minério, esse ônibus estava estragado com o alerta aceso.

Eu parei do lado do motorista e perguntei para ele, ele estava com uma uma

camisa do bolso escrito TransOeste, falei “por que o ônibus está parado? O que aconteceu?” Ele falou assim, “estragou”.

Eu falei “de novo?” ele me reconheceu, quando eu entrei na Via do Minério, passou cinco minutos o ônibus arrancou e foi embora. Então, são táticas usadas, para pular horário das empresas, não têm condição com todo respeito seu Fabiano, com todo respeito que o senhor explicou aí, o tanto que vocês fazem para ludibriar a população do Barreiro.

Hoje, agora, eu estava vindo aqui pro serviço, estava online, recebi um WhatsApp aqui e eu gostaria que o pessoal passasse esse WhatsApp hoje, que aconteceu no Barreiro se possível, depois passe o áudio.

Ver.(a) Jorge Santos: Tem aí? Vai passar? quanto ela tá procurando, se você quiser continuar falando.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Então assim, sabe? Eu sei que vocês tem que ganhar dinheiro, que ônibus custa seiscentos, setecentos mil, vocês precisam ganhar, que vocês investe o capital, só que existe um desrespeito enorme, por parte de alguém da sua empresa, porque não tem condição do ônibus andar completamente sujo, muito, a maioria deles são sujos, a maioria deles são ultrapassados, a maioria deles não respeita os horários, eles pulam os horários da Estação Diamante, da Estação Barreiro, de propósito para que o próximo ônibus saia mais cheio. Por favor, primeiro passo o vídeo.

“Passando vídeo na tela: E aí Juliano Lopes, dia 31, 9h:30min da manhã aqui na…”

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Ok. E aí Juliano Lopes, aí Wesley Moreira, aí Henrique Braga, aí Sapão, aí Jorge, aí toda hora aí ninguém aguenta, não é querer ser chato com vocês não, eu acho que a partir do momento que você não tá dando conta entrega a empresa, faça alguma coisa.

Ver.(a) Jorge Santos: Esse ônibus estava quebrado ou parado?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Estava quebrado com o pisca-alerta

aceso, tem mais um áudio, tem mais o áudio? Aí eu perguntei o que estava acontecendo, foi agora, está aqui no meu WhatsApp. Chama Diogo, o rapaz.

"Áudio WhatsApp: O ônibus estava parado estragado no meio da avenida entendeu, eu tava passando de moto e parei para filmar para te mandar."

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Então isso acontece direto, então assim, a situação hoje da TransOeste no Barreiro, está insuportável, eu não quero um real do senhor, eu não quero nada, eu só quero que o senhor preste um serviço de qualidade para população do meu bairro.

Sabe por que Fabiano? Com todo respeito. Teve uma época em que vocês ganharam muito dinheiro, muito dinheiro, porque não tinha Uber, não tinha transporte alternativo, não tinha aplicativo de moto e esse dinheiro? para onde foi parar? Desde 2008 essas mesmas empresas estão operando em Belo Horizonte.

Em 2009, 10, 11, 12,13, 13, 14, 15 e 16, não tinha aplicativo para falar que diminuiu a quantidade de passageiros, sabe? O que falta é investimento, eu sei que o prefeito Alexandre Kalil bagunçou a vida de vocês, não dando aumento do transporte.

Mas a situação no Barreiro, está insuportável porque a gente não pode nem andar no Barreiro, que venha uma reclamação da TransOeste e ele sabe que a TransOeste, está até escrito lá Consórcio Dez, mas a população não está mais boba não isso aqui ó, isso aqui filma, manda foto, manda vídeo, faz tudo.

E aí vem a grande pergunta que a vereadora Loide perguntou, por que então que está ruim para todos os empresários, eles não entregaram, será que esses mesmos empresários daqui a cinco anos vai ter uma licitação em Belo Horizonte, vai ter que ter porque o contrato é de vinte anos.

Será que eles vão tentar ganhar a licitação também Henrique? Então assim, sabe? Olha, eu respeito o senhor como empresário, eu também sou empresário.

Mas a população do Barreiro não aguenta mais a sua empresa fazer essa operação no Barreiro, chegamos no limite. É ônibus assaltando fumaça, fizeram memes no Barreiro Memes aqui, com o ônibus azul com a fumaça branca e aí chegou

por e-mail, barreira agora tem ônibus foguete? Sabe? Sem falar, sem falar que aí que fica a interrogação, será que se que mesmo com subsídio o senhor vai dar conta de continuar operando?

Tá aqui ó está aqui no meu WhatsApp, está aqui, vou falar até o nome do advogado, vou até falar o nome do advogado, Doutor Humberto Matias, está com 37 processos dos funcionários da TransOeste que não tiveram acerto, prestaram serviço, foi pra justiça, eles pagaram uma prestação só do refinanciamento que foi feito na Justiça do Trabalho, na Justiça do Trabalho e esses funcionários estão esperando uma definição da TransOeste, se vai pagar ou não.

Aí junta ônibus velho, processo trabalhista, diz que são mais de 100, tempo de uso do ônibus, e aí? Esse subsídio realmente vai dar para resolver o problema da empresa TransOeste? Vai dar para resolver o problema do transporte do Barreiro? Porque nós não temos metrô.

Nós já não temos metrô, temos uma região que depende exclusivamente do transporte de ônibus da cidade de Belo Horizonte e aí você sai, você anda, as pessoas mandam as mensagens e assim a informação que eu tenho, é que o senhor vai comprar ônibus, que o senhor já encomendou ônibus, mas e aí? Será que ano que vem tá vencendo mais ônibus, vamos chegar mais ônibus, será que esses ônibus novos vão respeitar os horários?

Em relação a multa, por que que vocês não pagam um tipo, qualquer tipo de multa? Por quê? Que não pagam multa, não pagam, vocês recebem multas e mais multas, mais multas, continua operando a mesma coisa, a BHTRANS não faz nada! Agora que começou a pegar alguns ônibus aí. Mas quanto tempo vem isso? Quanto tempo essas multas estão andando aí na prefeitura de Belo Horizonte não são pagas? Então assim, tem empresa que presta serviço de qualidade, não são todos não. Tem vários empresários que pegam.

Agora, eu espero sabe, de coração Fabiano, que você como empresário, parece que a empresa está no nome da sua mãe, não é isso? Sua mãe que é proprietária da empresa no contrato né, é a sua sócia, é ela que sua sócia no contrato social? Eu espero que vocês consigam realmente dar a volta por cima e eu posso

pegar esse mesmo microfone aqui que eu venho criticando a vocês há vários e vários meses lá na minha rede social e posso falar assim ó, “queria parabenizar o Fabiano, queria parabenizar a TransOeste”, porque ninguém aqui é contra você ganhar o seu dinheiro.

Porque quem faz um investimento de setecentos mil num ônibus novo, se ele deixar aplicado o dinheiro no mínimo, ele tem sete mil, sem força nenhuma, sem força nenhuma, ele tem que ter pelo menos uma garantia de uns vinte mil por ônibus, no mínimo, pagando as despesas de trabalho, isso tudo.

Então assim, é justo que você coloque o seu capital, invista o seu dinheiro e tenha lucro. Ninguém aqui é contra isso não, nós não somos aqui desse tipo não, porque é investimento privado do senhor.

Então eu espero Fabiano que com esse subsídio que o senhor disse que está sendo a salvação, realmente seja a salvação, você consiga colocar ônibus novos para rodar, parece que vão chegar a quarenta ônibus novos na TransOeste, a informação que eu tenho, até dezembro.

E eu espero também que pare com esse negócio da população, está no ponto do ônibus, na estação Barreiro Diamante e o ônibus não chega e o ônibus não chega e aí não tem a desculpa de falar que a garagem é lá na Pedro segundo, não tem desculpa de falar que a garagem é lá em Venda Nova. que tem uns que a garagem são lá.

A garagem é no bairro Independência muito próximo, próximo demais da Estação Diamante e muito próximo da Estação Barreiro, então quando não tem o ônibus é no mínimo duvidoso porque uma empresa tem que ter algum ônibus reserva se o outro estragar. Não é possível que nesse dia estragou 3, 4, 5 ônibus e não tem para substituir.

Então assim, com todo respeito ao senhor que eu sei que o senhor é um trabalhador, que o senhor está lá direto na empresa, trabalhando dia, Sapão me passou a informação do senhor, mas por favor, trate a população do Barreiro, que é que te dá o ganha pão, que te ajuda com respeito, que a população não aguenta mais e ninguém aqui é contra empresário de ônibus ter o dinheiro, receber o dinheiro, ter

lucro, porque eles investem, eles têm que ter lucro sim, como o Wesley investe na autoescola, como tem quadra, todo mundo aqui que tem negócio próprio tem que ter lucro.

Agora, continuar prestando esse serviço de péssima qualidade, de péssima qualidade e receber o subsídio esse ano e vai receber subsídio ano que vem, que nós não sabemos qual o valor que será aprovado aqui para essa casa, se vai ser os quinhentos e vinte mais ou menos.

Porque se aumenta o subsídio, se abaixa o subsídio e aumenta o preço da passagem, é um cálculo, se você baixar o subsídio, você tem que aumentar a passagem, se você aumentar o subsídio, a passagem continua o mesmo que está, então é uma balança, que é a câmara que vai discutir isso.

Então Fabiano, me perdoe aqui porque isso foi agora, está aqui, o rapaz que mandou este áudio. Isso é um dos tá?... Isso é um dos que coincidentemente eu estava em trânsito Diogo está aqui, Diogo o número do WhatsApp dele é 973570259, está aqui a mensagem, chegou às 10 horas e 41 minutos no meu WhatsApp, vereador Jorge está aqui, pode ver aqui.

Então é só isso que eu peço, um respeito a você como empresário que quem gera emprego, em relação aos mais de 100 processos trabalhistas que a sua empresa tem, segundo o advogado o sr. Humberto e eu estive reunido com a comissão aqui no gabinete de funcionários da TransOeste, que a TransOeste pagou a primeira parcela só para pegar uma certidão não sei aonde e não pagou as outras.

Inclusive eu vou pedir ao advogado se possível, vereadores que seja ouvido aqui nesta CPI e passe de fato o que que está acontecendo aqui em relação a todos os funcionários que estão na justiça devendo direitos trabalhistas que a TransOeste.

Que Deus abençoe o senhor, que o senhor consiga dar a volta por cima, mas por favor o Barreiro não aguenta mais a TransOeste prestando, hoje dia trinta e um de agosto, esse serviço é de péssima qualidade.

Ver.(a) Jorge Santos: OK, senhor Fabiano, o senhor pode respondê-lo!

Fabiano Borges: Vereador, são várias respostas quanto a esse carro hoje aí,

ele já tá na lista para ser substituído, isso aí foi um cardam que soltou, normal, não é normal, mas soltou, tá lá na manutenção.

Esse da fumaça foi uma turbina, acho que foi num numa sexta ou num sábado se eu não me engano, também já foi solucionado o problema, foram todos carros mais antigos, que já estão na lista para serem substituídos.

O que você falou tudo procede, mas você está falando o final do filme e o início do filme? Por que que chegou nessa situação? Nós temos uma ação de dois bilhões, só a minha parte dessa ação em oitenta milhões de reais.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Essa ação é contra a Prefeitura, é isso?

Fabiano Borges: Contra a prefeitura, se eu tivesse com meus oitenta milhões de reais não tinha acontecido nada disso, eu não estaria aqui, vocês estavam tratando de outro assunto aqui.

Então isso aí é o final do filme e o início do filme para chegar nesse caos que chegou hoje, nós temos inúmeros protocolos junto a Prefeitura de Belo Horizonte, notificando e avisando que ia chegar nesse caos, onde já se viu a cidade com 7 anos de idade média, quanto aos empresários eu vou até fazer uma defesa aqui dos empresários, dos operadores.

Belo Horizonte só tem ônibus, porque tem uns operadores que têm, porque eles bancaram, eles pegaram esse dinheiro aí que nós ganhamos antigamente e botaram agora, que não é obrigação do empresário subsidiar transporte de ônibus de Belo Horizonte.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então Fabiano, só um minutinho, então seria quase que um, os empresários subsidiaram já contando com um tipo como se fosse um empréstimo prefeitura depois passar passando o subsídio? Como funciona? Porque aí vocês, você está falando que os empresários subsidiados de transporte a troco de quê?

Fabiano Borges: A troca de não deixar a população sem ônibus.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Teria uma garantia de que receberia um subsídio

de alguma coisa?

Fabiano Borges: Garantia nenhuma, a troca da prefeitura ter ciência de equilibrar o sistema, porque senão Belo Horizonte ia ficar sem ônibus e os empresários foram se bancando, protocolo, reunião, cinco anos, nós, agora que resolveu. Então se fosse outro empresário ou se tivesse feito isso em outra cidade não tinha ônibus.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Então qual é que é o responsável, não estou falando da Prefeitura, a pessoa física que não deu o aumento pros empresários, quem foi?

Fabiano Borges: A gestão, o Poder Concedente.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Poder de Alexandre Kalil, Alexandre Kalil porque sempre na época do … vocês… o processo seus começaram em 2009, vocês ganharam a licitação em 2008, 09, 10, 11 … tudo teve aumento, quando chegou no Kalil?

Fabiano Borges: Parou.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Parou o aumento.

Fabiano Borges: Colapsou o sistema, isso aqui ó, isso aqui é tragédia anunciada, tragédia anunciada isso aí, nós temos tudo protocolado, poderia ter evitado isso aqui. Isso que você falou, está certo, a população do Barreto está com a idade… a minha é oito anos de idade média, carro quebrando, mas por quê? Falta do recebimento. Agora o empresário é obrigado a subsidiar o transporte de Belo Horizonte?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pelo que a gente está entendendo o empresário tá fazendo trabalho social.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Eu só queria, primeiro eu te agradeço a fala, dos empresários que deixaram de chegar a esse ponto, porque eu trabalho com quadra de grama sintética, antes da pandemia eu tinha três, veio a pandemia eu tive que vender duas, porque eu não estava dando conta de pagar o aluguel eu entreguei.

Por que então quando aconteceu isso lá atrás para o transporte todo em Belo Horizonte? Por que eles não pararam tudo chama a Câmara Municipal, fala assim, olha o povo tá parado porque nós não aguentamos mais, vai ficar vai doer a população um pouco? Vai doer, mas vai chegar o remédio.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vai crucificar os usuários.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Empresário vim bancando, bancando, bancado, por causa de uma irresponsabilidade do senhor prefeito Alexandre Kalil, porque essa que é a verdade, para fazer campanha política pró Governo do Estado.

Não deu o aumento que estava em contrato, ninguém é obrigado a assinar contrato, ele assinou… o contrato foi assinado em 2008, ele tinha que ter cumprido o contrato, então o grande problema também é o sr. Alexandre Kalil para fazer média com a população mais carente dizendo que no meu governo a passagem não aumenta, não aumenta não, mas ele estendeu o tempo de validade dos ônibus, que isso ninguém fala, não aumentou a passagem não, mas ele estendeu o tempo de validade do ônibus.

Então o empresário com o decreto dele, pode colocar ônibus mais velho para rodar em Belo Horizonte, mas ele não, no meu governo vai fazer política com a população de baixo condições financeiras nessa cidade.

Então também o vereador Jorge, seu Alexandre Kalil, é o grande responsável também por esse colapso, porque ele quis fazer média, agora, eu, se sou empresário, estou colocando dinheiro, como fazia com as minhas quadras que eu tive que fechar, sr. Henrique, estou colocando dinheiro, ... ou então vendo.

Não, não quero vender, porque lá na frente eu estou tendo perspectiva de melhorar. Para! Para o transporte como você já pararam tantas vezes, com a operação...

Eu era estudante, pegava o ônibus quarenta e seis da trans Luciano, ia lá pro estadual central, depois andava a pé para o contorno ou então pegava um circular um. Para, quantas operações….. faziam em relação ao aumento de funcionário, o motorista de greve, quando o motorista está querendo parar aqui não está recebendo

salário, eles param, estou falando do motorista, não estou falando empresário, então por que não parou também?

Deixou chegar nessa situação, aí o empresário tá bancando o transporte, aí sobrou para quem? para quem não tinha outra renda, como o senhor mesmo disse aqui.

Então espera aí gente, o problema é muito maior do que todos imaginam, é muito maior do que todos imaginam. Agora eu quero ver, eu quero ver, quem vai ganhar a próxima licitação de transporte público em Belo Horizonte. Quem são as empresas, porque se o negócio está ruim, difícil, vamos ver quem vai ganhar, melhorou agora com subsídio, melhorou agora com subsídio.

Então assim, é triste, sabe? É triste a realidade do transporte em Belo Horizonte, porque sobra pra todo mundo, sobra para quem pega ônibus cheio, para quem pega o ônibus sujo, aí ônibus sujo, como o vereador Henrique perguntou aqui, aí não tem desculpa de ônibus velho, de ônibus que estragou, aí é zelo.

Desculpa a palavra, aí é zelo. Então assim, sabe, Fabiano? Com muito respeito a sua pessoa, eu acho que vocês estão tendo a última oportunidade de fazer, de prestar um serviço de qualidade para região do Barreiro. Porque olha, se continuar desse jeito que tá, ninguém vai dar conta mais, nem você de operar, e a população de usar o seu ônibus. que vai continuar usando, que ela precisa, ela não pode ir a pé, ela não pode ir de jegue, ela não pode ir de bicicleta, ela tem que ir no ônibus, ônibus velhos, sujo, tudo, mas ela tem que ir no ônibus.

Então é uma oportunidade pro senhor e eu vir até esse microfone com o maior prazer, “Ó seu Fabiano, obrigado pelo transporte que o senhor está prestando de qualidade para região do Barreiro”. Faço questão de vir aqui, você pode ter certeza, questão, porque ninguém aguenta mais.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado pelo seu desabafo, vamos nos atentar às perguntas, vereadora Loide. Vamos lá na próxima rodada.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu quero fazer, vão ser duas perguntas, que eu já vou fazer de uma vez, porque tem ligação. Se a compra de ônibus, ela está

condicionada ao aumento de viagens? e se a Prefeitura exigiu a compra de ônibus para receber o subsídio?

O senhor entendeu? Duas perguntas, se o aumento de viagens pro senhor aumentar as viagens está condicionado aí a compra de veículos, "Ah sr. Fabiano precisa aumentar as viagens, o senhor tem que comprar veículos novos" e se essa compra aí foi exigida pela prefeitura, se o senhor foi exigido "ó senhor tem que comprar aí ônibus" como que foi?

Fabiano Borges: É, nós temos que aumentar 10% de viagem até o final do ano, gradativamente um por cento, um por cento, um por cento. E para que esse aumento de viagem ocorra, nós temos que investir em frota, aumentar a frota, porque nós não temos ônibus disponível no horário de pico. E o aumento de viagem tem que ser no horário de pico, então, é uma exigência sim. Nós temos que aumentar aí uns duzentos e quarenta ônibus, se eu não me engano para conseguir cumprir, esse aumento de viagem.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E teve que exigir a compra de veículos, com a compra, como que seria?

Fabiano Borges: Com a renovação, naturalmente tirar os ônibus mais velhos e aumento de frota.

Ver.(a) Jorge Santos: E até o final deste ano?

Fabiano Borges: Até o final deste ano.

Ver.(a) Jorge Santos: Vocês vão conseguir, será? Pelo que a gente está vendo aí está difícil.

Fabiano Borges: Está difícil. Assim, 100% eu não sei, mas grande parte sim, os meus, por exemplo, já tem seis, mas tem mais seis encarroçado, deve faturar mais uns quinze no mês que vem, previsto, a previsão da Volkswagen que me passou ontem, na integralidade eu não sei, mas grande parte, assim da minha parte eu acho que que eu vou conseguir sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quanto do subsídio, da lei 11367/2022 que foi

equivalente a 237 milhões que vocês receberam?

Fabiano Borges: Essa aí 237, teve um mês que cortou lá mais uns 5 milhões porque teve uma paralisação rodoviária, mas nesse aí, a TransOeste recebeu oito milhões e meio de reais. Desta lei.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Aí eu também vou solicitar que o senhor depois envie essa documentação detalhando aí mensalmente, eu vou entregar pro senhor aqui, pessoal já está digitando, tá? Mas aí seria documentação, detalhando o recebimento mensal de cada uma das empresas em subsídio e tarifa.

A outra pergunta seria, quanto também, que o senhor Recebeu do subsídio da lei 11.458/2023 agora, que equivale aos 512 milhões que a empresa recebeu?

Fabiano Borges: Esse 512 que na verdade é 492, até agora desde o início foi 8 milhões e meio de reais que a TransOeste recebeu.

Entretanto eu gostaria de frisar, o vereador Juliano, está tendo muita glosa, já falei inicialmente aqui, não sei se você teve a oportunidade de acompanhar aí online, tá tendo muita glosa por parte da Prefeitura, de viagem atrasada.

O Barreiro não tem faixa exclusiva, nós tamo em obra lá na Copasa essa semana, as viagens estão todas meias horas, quarenta minutos, naturalmente eu não vou receber isso aí. E eu trabalhei, pus o ônibus, gastei meu óleo diesel. Então, só para ficar atento nisso aí, que está tendo glosa excessiva por causa de atraso de viagem, Belo Horizonte tem chuva, aquele dia que foi a semana que choveu aí, parou.

Então nós não vamos receber porque atrasou dez, quinze, vinte minutos por causa da chuva, então eles estão cortando tudo, então esse valor de 8 milhões e meio que eu recebi, era para ser mais. Tá? Então assim, começa a comprometer já o cara, já estou avisando aqui.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Só para eu entender, desculpe a minha ignorância, muita oque glosa?

Fabiano Borges: Estão cortando a viagem, não tão pagando subsídio referente aquela viagem, por causa de atraso, atraso oriundos de obra, de chuva,

principalmente no Barreiro que não tem faixa exclusiva, aquelas ruazinhas nossas lá.

Então eu já estou avisando antes, nós já tamo protocolando lá na Prefeitura para rever isso aí, o GPS que é medida a quilometragem lá das linhas pela Tacon, tá dando a divergência, tem alguma parte da cidade que tem alguma sombra que não marca. A prefeitura está cortando o nosso subsídio, tem outras maneiras de medir isso aí o tempo de viagem média da linha. Então, isso é uma coisa também, esse que eu estou externando aqui que pode dar problema, nós vamos avisar, já avisamos, vamos recorrer, vamos.

Mas recorrer trinta dias, quarenta dias, eu preciso pagar o diesel hoje, eu preciso pagar o motorista hoje, entendeu? Então já está tendo esse problema com subsídio novo, de repente esse subsídio novo aí que é quinhentos e doze, quatrocentos e noventa e dois, daqui a pouco baixa para quatrocentos, colapso sistema de novo, vai nós aqui sentado, cheio de problema, ônibus velho na rua, banco tomando os carros do financiamento.

Eu só estou antecipando o problema para gente não chegar nesse problema que nós chegamos hoje e nós ficamos avisando desde há cinco anos. Sim, mas respondendo a sua pergunta desse novo subsídio já recebeu 8 milhões e meio de reais. É oito milhões e quinhentos alguma coisa.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu não sei, então eu gostaria também que o senhor enviasse a documentação tá? Desse detalhando aí, o mensal quanto que recebeu de subsídio e tarifa desse novo subsídio de 512 milhões, tanto foi dos 237 quanto de 512 milhões.

(1:30:46) Ver.(a) Loíde Gonçalves: E eu gostaria também de saber quem é que, pode nos informar, quem faz os cálculos e repasse do subsídio entre as empresas?

(1:30:52) Fabiano Borges: Consórcio Operacional Transfácil que abrange os 4 consórcios, Pedro II, BH Leste, Pampulha e o Dez.

(1:31:02) Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor nos afirmou, a essa CPI, que a empresa TransOeste ela irá adquirir aí os 40, 45 veículos? 40, 45 novos ônibus, essa

aquisição ela vai se dar com recurso do subsídio?

(1:31:16) Fabiano Borges: Não, o recurso do subsídio, ele é um complemento da tarifa para chegar no custo total do sistema, com, somando a receita tarifária mais a receita do subsídio, a gente chegando e mostrando aos bancos, eles conseguem financiar. Os veículos serão financiados, eles não serão comprados à vista com o dinheiro do subsídio não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tá então como está sendo esse processo de aquisição destes novos ônibus?

Fabiano Borges: Via financiamento banco. Nós estamos comprando um Volkswagen 17.260, 260 cavalos é mais forte para operar na linha 318, na 332 que é morro. Então já estou comprando esse carro, seis cilindros, euro seis que é um modelo menos poluente, carroceria Caio, através de financiamento de banco.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas qual a garantia do subsídio?

Fabiano Borges: Não. Eu mostro aos bancos, olha, "a TransOeste tem esse projeto de lei, então a TransOeste tem essa previsibilidade de receita, nós já recebemos oito milhões e meio e temos mais X milhões para receber e o banco aprova ou não aprova o crédito.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A Viação Paraense, ela também adquiriu ônibus com esse valor, quantos a Paraense? A Viação Paraense?

Fabiano Borges: Não, na verdade ficou tudo TransOeste, a TransOeste está recebendo todo o subsídio, então todo financiamento, todo investimento está sendo em nome da TransOeste…Paraense não está recebendo nada, que esta operação está toda em nome da TransOeste.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quando e como que o senhor teve conhecimento das tratativas para o recebimento do subsídio de 2022 e o de 2023? Como que isso foi comunicado? É bom se o senhor, sempre lembrar que o senhor está aqui falando, prestando… o senhor prestou um juramento, então é muito importante que o senhor sempre fale a verdade aqui.

Fabiano Borges: Claro, com certeza, estou achando muito oportuno esse bate papo, eu até agradeço vocês terem me convidado aqui, porque tem muita coisa que a gente não consegue esclarecer e aqui um ambiente propício para isso. É via sindicato nas assembleias, nas reuniões, toda tratativa é feita via nosso sindicato e passa para gente que somos as consorciadas, então assembleias…

(1:33:16) Ver.(a) Loíde Gonçalves: O consórcio ele auxilia o senhor na compra de combustível e peças do veículo? Se auxilia, qual é a forma?

(1:33:23) Fabiano Borges: Não, não auxilia, isso é gestão de cada um, cada empresa tem a sua gestão individual.

(1:33:30) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Os custos de combustível, garagem e limpeza dos ônibus da TransOeste são compartilhados com a Viação Paraense?

(1:33:36) Fabiano Borges: Hoje é tudo TransOeste, então assim, está tudo dentro da mesma garagem, o mesmo controle. Então os ônibus a gestão são feitos igualmente pros 98 ônibus tudo TransOeste.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tudo pela TransOeste?

Fabiano Borges: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor sabe informar se existe algum tipo de compartilhamento desses combustíveis, garagem com outras empresas, se outras empresas auxiliem, por exemplo, o senhor precisou de um auxílio, ali dentro do consórcio. Existe algum compartilhamento desse tipo de serviço, garagem, limpeza de ônibus?

Fabiano Borges: Não, cada empresa tem a sua garagem, cada empresa faz a sua gestão de abastecimento, limpeza, de manutenção, isso é individual de cada empresa.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Não compartilhe esse tipo de serviço?

Fabiano Borges: Não. Eu não, e a TransOeste não, a TransOeste eu faço tudo na minha garagem lá.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Em depoimento a esta CPI, a representante da BH Leste, disse que a autorização de funcionamento é específica do ônibus e por isso as empresas do consórcio podem usar ônibus umas das outras. É comum esse compartilhamento de estrutura entre as empresas do consórcio?

Fabiano Borges: Eu acho que ela quis se referir a autorização de tráfego… a autorização de tráfego é do ônibus, então, ela é individual do ônibus.

Ver.(a) Wesley Moreira: Eles permitem usar numa outra empresa?

Fabiano Borges: Uma outra linha permite, empresa Não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Dentro da mesma empresa? …Por exemplo, como que… dentro da linha pode?

Fabiano Borges: Linha pode, a autorização de tráfego do ônibus e o ônibus é da empresa. Por exemplo, a TransOeste está com dificuldade de operar a linha X, e uma outra empresa X, tem um K, a outra empresa X pega o carro dela e opera na linha X. Porque a linha não é da TransOeste, a linha do Consórcio. Então esse… inclusive tem várias linhas compartilhadas por várias empresas, questão de custo, de logística.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia me informar se existe algo que é compartilhado aí entre as empresas? Existe alguma coisa que se compartilha ou não?

Fabiano Borges: Não. Meu é tudo próprio lá.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se houver uma multa de um ônibus do senhor aí, operado por outra empresa, quem é que paga e onde que isso é definido?

Fabiano Borges: Não, o ônibus só é operado pela empresa, o ônibus é da empresa, então se tiver uma multa, a multa vai para empresa, ela, eu posso pegar meu ônibus e operar em outra linha. Mas a multa vai para empresa.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Aí a multa sempre vai para a empresa?

Fabiano Borges: Sempre vai para empresa.

(1:36:28) Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor já fez algum negócio com a empresa do grupo Transimão?

(1:36:32) Fabiano Borges: Sim, no meu retorno em 2016, eu fiz um negócio com o Sr. Nilo, na coletiva Asa Norte.

(1:36:40) Ver.(a) Loíde Gonçalves: E o Sr. então já fez, já teve negócio com a empresa Transimão?

(1:36:46) Fabiano Borges: Eu adquiri os ativos da Coletiva Asa Norte, que era consorciada na época em 2016, aí ela saiu do sistema e eu opero hoje a TransOeste com a participação deles.

(1:36:56) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Essa empresa estava no início do Consórcio?

(1:37:00) Fabiano Borges: A coletiva Asa Norte?

(1:37:02) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso.

(1:37:04) Fabiano Borges: Acredito que sim, porque depois que nós fizemos o negócio, ela já saiu do sistema, mas eu acredito que sim.

(1:37:11) Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor sabe me informar quais negócios foram esses e quais empresas do grupo, da Asa Norte?

(1:37:20) Fabiano Borges: Foi só com os ativos da Asa Norte, na participação que ela tinha no Consórcio. Foi só esse negócio que eu fiz com eles.

(1:37:28) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tá. Eu gostaria também de pedir, a Constituição do Consórcio Pampulha e todas essas alterações tá. O sr. quer anotar ne?. A constituição… eu vou passar depois pro senhor, a constituição do Consórcio Pampulha e todas as alterações. O senhor poderia me informar como se deu o pagamento desse negócio?

(1:37:50) Fabiano Borges: Isso foi de forma parcelada também, parcelas mensais.

(1:37:53) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Parcelas mensais?

(1:37:56) Fabiano Borges: isso foi dois mil e dezesseis, né?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor sabe se tinha alguma origem dessa dívida, de como que foi?

Fabiano Borges: A origem foi a compra dos ativos, da participação da Asa Norte no consórcio Pampulha. Eu paguei por isso, parceladamente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Parcelado?

Fabiano Borges: Isso. Aí eu não comprei a razão social. Eu peguei o direito de operar e os ônibus. E naturalmente os ônibus eu fui renovando, renovando e renovando, hoje eu acredito que deve ter no máximo uns dois ou três, em nome deles ainda que inclusive está na relação dos ônibus que vão ser substituídos esse ano.

(1:38:36) Ver.(a) Loíde Gonçalves: As cotas eram do consórcio Pampulha, como que ela opera aí no Dez? Como funciona isso? As cotas eram de uma concessionária e ela operava em outra?

(1:38:46) Fabiano Borges: A coletivos Asa Norte pertencia ao consórcio Pampulha, as linhas da Asa Norte pertenciam ao Consórcio Pampulha e foram distribuídas entre as consorciadas do Consórcio Pampulha e a TransOeste que já operava no Barreiro, eu troquei as linhas, eu fiquei com as linhas da TransOeste no Barreiro e a razão social e as linhas da Asa Norte foram distribuídas no Consórcio. Eu fiquei com o mesmo percentual só, porém no Barreiro.

(1:39:18) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então o senhor também opera no consórcio Pampulha?

Fabiano Borges: Não, hoje só no consórcio Dez, a TransOeste é só do consórcio Dez. As linhas Asa Norte operavam na época, foram distribuídas no Consórcio.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como funciona esse percentual? Como assim? Como funciona?

Fabiano Borges: Tinha, não sei o percentual na época, X percentual e tinha o direito de explorar na época cinquenta, quarenta e nove ônibus. Certo? Aí esses quarenta e nove ônibus vagas, foram distribuídas entre os integrantes do consórcio Pampulha e eu operei as mesmas quarenta e nove vagas, o mesmo percentual na TransOeste no consórcio Dez.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas não era da Pampulha?

(1:39:56) Fabiano Borges: As linhas sim, e as linhas do Consórcio Dez que é da TransOeste, eu passei a operar e essa empresa aqui que pertencia a TransOeste, ela tem outras empresas no consórcio, então nós só trocamos as linhas, a quantidade de veículos foi a mesma, eu comprei quarenta e nove, eu peguei… comecei com quarenta e nove no Barreiro, eu estou maior hoje por causa da Paraense que eu juntei. Não sei se ficou claro isso aí, que é complexo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Na visita técnica realizada por essa CPI lá na garagem do senhor, 13 dos veículos utilizados pela TransOeste estavam em manutenção. O senhor poderia nos informar por qual razão?

Fabiano Borges: Ah é motor, caixa, diferencial e o carro quebrava e não tinha o dinheiro para arrumar e se dar prioridade na folha, vou pagar diesel, deixo esse carro pára depois e agora que nós estamos tendo um pouco mais de condição, naturalmente nós estamos arrumando.

Hoje nós temos somente oito aí sem AT ainda, que já está em processo, igual eu te falei, não é rápido, depende de mão de obra. Você tem que arrumar os do dia para não quebrar e para arrumar e mão de obra faltando. Então assim está lento mas já está sendo arrumado. Mas a maioria deles também já está na lista para serem substituídos agora no final do ano.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia nos informar também quem está arcando com a manutenção destes veículos?

Fabiano Borges: 100% a TransOeste.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Aí também se o senhor puder nos enviar essa

documentação por gentileza, de comprovação de quem arca com esses custos ai da manutenção.

Fabiano Borges: Quer as notas fiscais das peças, da retífica, essas coisas né?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso, o sr. sabe me informar desses 13 veículos, quantos já voltaram a operar novamente?

Fabiano Borges: hoje nós só temos 8 fora de operação.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então foram quantos?

Fabiano Borges: 5 ônibus.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: 5 ônibus, estes veículos eles são eu falo geral tá? Eles são inspecionados regularmente e se o senhor puder nos falar aí de quanto em quanto tempo isso acontece, nos explicar isso por gentileza.

Fabiano Borges: Sim, nós temos um plano de nós temos uma manutenção preventiva e a manutenção corretiva, que é o caso de hoje, daquele carro. Vai lá pra garagem e nós vamos arrumar.

E nós temos a preventiva, o carro passa na garagem de três em três semanas, eu costumo dividir quinze carros por mecânico. Porque todo dia o mecânico pega um carro, então de três em três semanas o carro está lá na responsabilidade do mecânico e nós temos a corretiva também que é esse caso que aconteceu hoje, o cardam caiu lá na rua, vai pra garagem, arruma.

E a limpeza é feita todos os dias, a noite e assim o abastecimento também, toda noite abasteço todos os carros.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então eles são de três em três semanas?

Fabiano Borges: A preventiva sim, o que é preventivo? Entra de baixo, passa a lanterna, confere os apertos, se tem alguma… está precisando de lubrificar, se tem alguma coisa solta, se tem uma folga na manga de eixo, essa é a preventiva.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Todos os veículos eles do senhor, estão com autorização de tráfego em dia? O senhor sabe informar quantos não estão? E se esses encontram na garagem?

Fabiano Borges: Os que não estão encontram-se na garagem, assim que estiverem aptos...

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se eles então com a autorização em dia, todos estão?

Fabiano Borges: Todos estão. Inclusive todos esses aí que passou estão.

(1:43:35) **Ver.(a) Loíde Gonçalves:** O sr. Fabiano, eu recebi só uma outra pergunta aqui, que eu vou ter que voltar um tiquinho naquela questão do consórcio Pampulha e do Dez, se o senhor poderia explicar melhor como que como que, essas cotas, que eram do Consórcio Pampulha, possibilitou operar no Consórcio Dez? Como que que aconteceu? Como que sucedeu isso?

(1:44:05) **Fabiano Borges:** Asa Norte pertencia ao consórcio Pampulha, ela tinha o direito na época de 49 ônibus e eu fiz um negócio com o sr. Nilo, entretanto, a Asa Norte, ela… o sr Nilo ficou com a razão social e um grupo de Belo Horizonte tinha 3 razões sociais, tá?

(1:44:17) Uma delas era a TransOeste, aí eles falaram comigo, “Fabiano, eu passo a TransOeste para você”, que inclusive ele já estava querendo sair do Barreiro, devido ao desgaste do barreiro, a operação mais severa, esses detalhes e eu opero esses 49 ônibus que vagas, ônibus, que você adquiriu e transfiro a participação para duas empresas desse consórcio e assim eu fiz.

(1:44:44) Aí eu comprei o direito das vagas da Coletiva da Asa Norte que pereceu no Consórcio Pampulha, passei para essas duas empresas que têm operação no consórcio Pampulha e eu fiquei com a razão social da TransOeste que já estava no sistema regularizado e tudo, com a operação da TransOeste, que já operava no Barreiro, simplesmente nós trocamos de operação, “Ah, você opera na região do Ermelinda e eu opero na região…”.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Qual o grupo que é isso mesmo?

Fabiano Borges: É o grupo da Urca.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Grupo?

Fabiano Borges: Grupo da Urca.

Ver.(a) Wesley Moreira: Quais foram as duas empresas que assumiram lá no lá na Pampulha, no consórcio Pampulha? essas linhas?

Fabiano Borges: Foi a empresa Urca e a Rodopaz e eu fiquei com CNPJ da TransOeste e a operação lá do Barreiro e eles centralizaram a operação, isso foi bom também, que reduziu o custo, em vez deles terem três garagem, agora tem duas. É a mesma coisa, TransOeste e Paraense, eram duas garagens e agora tem uma. Isso tudo é redução de custo também pro sistema.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Assim, para mim só não ficou muito claro como que o consórcio Pampulha se transformou em consórcio Dez. Isso daí não ficou muito claro.

Fabiano Borges: Não, não, ele não transformou. A Asa Norte pertenceu ao consórcio Pampulha ok? Quarenta e nove vagas. E tem a Urca, tem a Rodopaz aqui e tem a TransOeste lá no Consórcio Dez que é do mesmo grupo. Só pra gente entender o raciocínio.

Aí eu fui lá, falei ó, “eu passo essa operação de quarenta e nove ônibus pra vocês aqui, tá dentro dessa garagem, tá dentro do seu quintal e você me passa operação de quarenta e nove ônibus aqui no Barreiro”.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ah tá, foi tipo uma troca ali. Isso. Aí nem precisou de comunicar, não precisa?

Fabiano Borges: Não, foi só uma troca interna.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Entre vocês mesmos, entre os empresários?

Fabiano Borges: Entre os consorciados, isso.

Ver.(a) Wesley Moreira: Essa Urca e essa Rodopaz é essa viação Carneirinhos? Então, as duas, não, então, na verdade é a Viação Carneirinho que você está falando então? Quando você fala de Urca e Rodopaz?

Fabiano Borges: Não, a URCA, RODOPAZ e Carneirinhos é o mesmo grupo.

Ver.(a) Wesley Moreira: É o mesmo Grupo?

Fabiano Borges: É o mesmo grupo.

Ver.(a) Wesley Moreira: Perfeito.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Fabiano, no dia da visita técnica na garagem TransOeste, repentinamente encostou na garagem de lá o veículo 30469 que rodava na linha 340 estações Barreiro/Mangueiras... O senhor sabe me dizer se este veículo estava circulando com passageiros e se ele atualmente encontra-se circulando?

Fabiano Borges: 30469 ele estava recolhendo para garagem e hoje ele já está circulando com a AT vigente, esse é um veículo 2012 que tá na lista também de substituição, mas só respondendo a sua pergunta, ele já tá rodando com AT vigente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Já está com a autorização?

Fabiano Borges: Sim. Autorização em dia já está rodando.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque nós tivemos um ofício, conforme ofício 357 da SUMOB em resposta ao requerimento 2071, que nós recebemos no dia 14/08/2023, constava que este veículo se encontrava irregular e com impedimento de circulação.

Fabiano Borges: Pode ser na época, hoje ele está rodando vigente, inclusive ele está na linha 309 hoje.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor também consegue nos mandar, vai mandar já né, essas documentações todas, os DUT, você pediu os DUT, autorizações, não foi?... é porque até então no dia 14/08 de 2023 a resposta que a gente teve é que ele estava sem autorização.

Fabiano Borges: Hoje, 31/08, ele está com autorização.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então nesse meio período o sr. conseguiu já …

Fabiano Borges: Já consegui, fizemos a vistoria…

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vistoriar e ele está circulando?

Fabiano Borges: Sim. Hoje sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tá. É a última pergunta né, eu gostaria de saber do sr., se o sr. ainda, se o sr. considera que o sr. tem aí essa capacidade financeira de continuar operando e gerindo a empresa Viação TransOeste? Pode ficar com a palavra.

Fabiano Borges: Sim. Mediante os Consórcios, nós operadores recebermos todo o custo do sistema, seja ele tarifa pública, seja ele subsídio, seja o que for, se o custo nosso for X, nós temos que receber X, recebendo todo o custo nosso, com certeza eu tenho.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor depende então desse subsídio?

Fabiano Borges: Não necessariamente subsídios, se você quiser botar tudo nas costas do passageiro, vamos por tarifa sete, oito reais. Nós precisamos, estou dando exemplo de número, o sistema custa hoje cento e quarenta, cento e trinta milhões por mês, cento e quarenta, não sei exatamente, mas é por aí.

Se a gente receber o cento e trinta, cento e quarenta milhões, não importa de onde, eu tenho, total condição porque eu sei fazer, mas eu preciso da receita.

Se vai ser setenta milhões de tarifas, setenta subsídio, estou falando mensal, se vai ser cem por cento subsídio tarifa zero, para gente não importa, nós temos que receber todo o custo do sistema. Sendo assim, vocês não terão problema com o transporte.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Obrigada, viu Presidente?

Ver.(a) Jorge Santos: Alguém? Por favor.

Ver.(a) Wesley Moreira: Fabiano a gente fala muito dessa questão, dessa desastrosa gestão do ex-prefeito Alexandre Kalil, quando a gente trata do transporte coletivo, pelo que eu vi seu histórico aqui, você foi feito e criado dentro de um ônibus, dentro de uma empresa e até hoje faz isso, nem sei se isso é comum com os outros proprietários também de estarem lá na garagem, vendo os ônibus, acompanhando e isso é muito legal.

Mas a gente fala muito do Alexandre Kalil, mas você acredita assim, a partir de quando, isso começou em 2008, o contrato, o novo contrato e a gestão. Mas a partir de que ano, vocês acreditam que o transporte coletivo de BH começou a operar de maneira deficitária? Isso foi antes ou só foi depois da gestão de Alexandre Kalil?

Fabiano Borges: Ladeira abaixo, ladeira abaixo foi a partir de 2018, mas nós já vínhamos perdendo passageiros, por exemplo, em 2016, quando eu entrei, eram 410 milhões de passageiros, ano, 2022 nós fechamos com 270, então não foi só 2018. Nós já vimos perdendo passageiros desde 2016, se pegar o número de passageiros no início do contrato que foi 2008 se não me falha a memória dá 435 milhões de passageiros.

Então de 435 milhões de passageiros para 270 hoje, então a partir de 2016 começou a queda brusca, 2018 ônibus com ar-condicionado, ônibus com suspensão a ar, não tem problema nenhum, a gente põe, mas tem custo, colocamos sem receber, aí depois passou 2019, passou 2020, pandemia, aí foi pro buraco, no meio da pandemia a guerra da Rússia com o crânio diesel bateu seis e cinquenta.

Aí foi o fundo do poço, então de 2016 para cá já começou assim, o que significa isso? Necessidade de receita extra tarifária que é o subsídio, que é o que as outras cidades do país estão fazendo, São Paulo, Campinas, Manaus, então, eu acredito que agora nós estamos no caminho certo.

Isso foi o primeiro passo, igual eu te falei, “esse subsídio resolve? Não”. Mas pelo menos você sai do CTI e vai pro quarto, agora a partir de agora com vindo isso, final do ano tem a nova forma paramétrica, vai entrar novos veículos e pagando o custo todo do sistema você começa a navegar no mar mais calmo.

Ver.(a) Wesley Moreira: Você consegue falar qual que é o valor do custo

desse sistema?

Fabiano Borges: Oh Wesley o custo do sistema hoje não fique em menos de 130 milhões de reais não.

Ver.(a) Wesley Moreira: Mês?

Fabiano Borges: Mês, 130 milhões, cento e trinta agora vai aumentar mais, 200 carros, mais primeiro de outubro agora nós temos o dissídio coletivo. Então no final do ano, esse nunca eu estou te falando hoje pode mudar, pode ser 140, 150 ou pode ser menos, vai que o diesel baixa é que o preço do carro abaixa, que não vai acontecer.

Mas então vai girar nesse torno aí, acredito eu, não tem bola de cristal, mas uns 140, 150 milhões para você ter um transporte de qualidade, com a frota boa e acabar com esses aí ou diminuir, porque o ônibus bate, a vida inteira vai bater…

Mês… O custo nosso anual é isso aí vezes 12, deve … nós temos dissídio, temos esse carro novo, temos duzentos e cinquenta… Isso ai deve chegar perto de um bilhão e oitocentos milhões ano.

É igual eu te respondi, de onde que vai vim esse dinheiro? Pode ser subsídio, pode ser tarifário, pode ser pode ser 100% subsídio tarifa zero, pode ser meio a meio, nós temos que sentar, compor e ver qual que é a melhor situação para Belo Horizonte, para prestar o melhor serviço pro passageiro.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Desde que entregue um serviço de qualidade, acredito que o usuário não vai nem questionar o valor da passagem, mas tem que ter um serviço de qualidade, não pode é aumentar o valor da passagem, sendo que o serviço não tem melhoria.

Fabiano Borges: Nós já fizemos isso aqui, se você olhar para trás lá, Belo Horizonte tinha quatro anos de idade média, nós recebíamos as visitas de outras capitais aí, para entender o nosso sistema, como é que a gente faz.

Então mais uma vez aqui, “há vai ter licitação em 2008, será se vão ser os mesmos empresários”, olha, vocês podem falar, “ah mas você é empresário, você

está defendendo a classe". Eu estou defendendo, porque esses empresários que estão aqui hoje, eles são bons, eles sabem operar e se eles não tivessem um pouquinho de estrutura, volto a falar que o sistema ia estar colapsado.

Então independente se vai ser agente ou se vai ser outro ou se vai ser empresário de fora, do Rio e de São Paulo, naturalmente todos vão ter que ter a receita necessária, isso é para qualquer negócio, qualquer prestador de serviço da prefeitura tem que ter o recebimento dela para cobrir os custos. A partir do momento que ela… qualquer um ônibus, o que for lá, então só para deixar registrado isso aí.

Ver.(a) Wesley Moreira: Eu lembro que uma das primeiras reuniões que eu participei, em 2017, eu e o vereador Henrique nós temos a alegria de sermos dessa da comissão de mobilidade urbana, desde, já fazer 7 anos, completar 7 anos agora, ali é uma das primeiras reuniões que eu participei, foi a convite do próprio Setra, o Joel ainda era o presidente.

Onde é que eu fiquei assustado lá, que ele mostrou lá, não sei quantos anos que o transporte coletivo vem trabalhando de maneira deficitária e tal, mas que isso, que absurdo, porque o que nós temos aqui fora, a informação é que sempre são pessoas abastadas, de muito dinheiro e tal, então quando ele trouxe aquele relatório lá, ele falou de não sei quantos anos, isso foi em 2017, ele já vinha lá trazendo aí essa mazela aí que vocês sempre retratam, que é o que é a vida de vocês hoje no transporte coletivo, lá fora levar isso para a população que é muito difícil, da população compreender isso aí.

Agora como você planeja monitorar e avaliar o impacto das mudanças realizadas com o subsídio no serviço de transporte e na satisfação dos passageiros, porque essa informação que você trouxe para gente, que tudo que está chegando até agora, ainda não vai ser visto lá na ponta. Então como vocês planejam isso, quando que isso pode chegar, lá pro passageiro? e o Juliano, eu, o Henrique, Jorge, que também tem uma grande atuação na região do Barreto. Quando que a gente vai parar de receber tanta mensagem, de tanta reclamação? Que que você pensa?

Ver.(a) Jorge Santos: Só um minutinho, antes você responder, eu só quero prolongar a reunião por mais uma hora. Não quer dizer que vai ficar mais uma hora,

mas às 11h 55min prolongo essa reunião por mais 1 hora.

Fabiano Borges: A população vai sentindo a medida que os carros novos forem chegando, certo, vão chegar 6, depois mais 6, mais 6 e até o final do ano entre 30 e 40 carros já estão rodando o barreiro, ai a população vai sentir.

Porque nós temos um mês, são 40 dias que nós recebemos o primeiro aporte e outra coisa, a gente estava no CTI, não é assim, você recebe o primeiro aporte, no outro dia você já sai andando na rua. Você vai do CTI, do CTI, você vai pro quarto depois que você ganha alta.

Mas isso já é o começo, vai começar carro novo, já vai começar aumentar um pouquinho nos quadros de horário, população já vai sentir, naturalmente final de ano, nós temos a forma paramétrica, tem o coletivo, tem todos esses carros, vamos pôr na planilha, vamos ver o real custo do sistema.

Eu não estou falando aqui para receber um real a mais nem um real a menos, igual o Juliano citou no início um real, eu não quero nem um real a mais nem um a menos, só quero trabalhar e receber, trabalhar e receber, é só isso que eu e os empresários precisam.

Ver.(a) Wesley Moreira: Dezembro agora vocês estimam receber quantos ônibus? Até dezembro.

Fabiano Borges: A TransOeste no mínimo dos 40, 45 que eu estou encarroçado, que eu estou comprando, no mínimo 30 já estarão rodando, no mínimo. Todo dia eu ligo para Volks, é lá em Resende que é a fábrica no Rio de Janeiro, todo dia eu falo com os caras lá e eles estão dando prioridade que eu externei para eles a minha situação e está tirando um bom sentido, o cara lá do Sul não arruma o crédito, eles põem meu chassi na frente estão fazendo o possível e o impossível, respondendo, eu acredito que uns 30 até o final, não tudo em dezembro, em outubro já vai ter…

Ver.(a) Wesley Moreira: Então não seria 44, mas 30 você acredita que?

Fabiano Borges: Se não chegar aos 44, chega 30, o restante chega em

janeiro, mas eu acredito que 30 até dezembro, se Deus quiser já vai estar rodando, não 30 em dezembro, em outubro já começa a pingar 6 ou 12 por aí em outubro, eu estou tomando cerca de 6 já estão encarroçado.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: São quantos ônibus que a TransOeste tem?

Fabiano Borges: Noventa e oito e vai para 107 com esse aumento de frota.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Tem 98 hoje e vai pular para 107, mas os velhos continuam rodando com os novos?

Fabiano Borges: Não, veja bem, eu vou aumentar a frota em 9, então se eu comprar 45 vão sair 34 tá, você põe 45 e tira 34 porque tem um aumento de 9.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Tá deixa eu só…acabou Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: Não, pode falar.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Deixa, eu só entender uma conta aqui, você falou que o número de passageiros desde 2016, vem diminuindo na cidade de Belo Horizonte, não somente da TransOeste, de todo, geral.

Concordo com você, aplicativo, moto, preço de combustível, todo mundo, só que eu quero entender o seguinte, diminuiu os passageiros, mas também vocês diminuíram o número de viagens.

Vocês trabalham de acordo com o número de passageiros, então essa fala sua não bate, não bate, tive de mim o número de passageiros, se vocês diminuíram o número de viagem na cidade de Belo Horizonte também, diminuiu sim porque eu tenho os quadros de horário de todos os quadro está aqui para essa CPI, tem os quadro de horários e a BHTRANS que sempre foi conivente com o transporte público de Belo Horizonte, diminuiu o número de passageiro, vereador Henrique, diminuiu sim, mas diminuiu o número quatro de horários.

Então esse fala aqui não bate, eu volto a falar de novo, Fabiano, com todo respeito a sua pessoa, você só tem uma empresa no seu nome? É isso? Fala no

microfone por favor...

Fabiano Borges: sim.

Ver.(a) Wesley Moreira: Diminuiu funcionário também.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Diminuiu o funcionário, diminuiu trocador, em 2016, 2015 a gente tinha trocador, retiraram os trocadores da cidade de Belo Horizonte, então o custo da planilha tem que diminuir também, então vão falar que eu acho que tem tudo ser explicado aqui, então é o seguinte, uma pergunta, você disse que só tem uma empresa no seu nome, confere? E sua sócia?

Fabiano Borges: Minha mãe.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Tem quantas empresas o nome dela?

Fabiano Borges: Só a TransOeste.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Só a TransOeste, né?

Fabiano Borges: E a Paraense.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Então tá. E essa planilha sua que você disse que diminuiu, que realmente é diminuir o passageiro, concordo com você.

Agora, as linhas, o número de viagens, o número de horários diminuiu, ó está aqui 1144 A, B, C, A independência, B Petrópolis, C Mineirão, 1144 na época, tinha ônibus de 3 em 3 minutos, saindo do bairro Independência, hoje dia de meia em meia hora, 40, 40 minutos para mandar pra estação, pra depois pegar o 30 para sair de 10 em 10, 15 em 15 com todos os bairros em volta, com todos os bairros Volta que pega o 30, eu estou dando o 30 que sai da Estação Diamante, então diminuiu.

Diminuiu o número de passageiros e as empresas diminuíram o número de horários, então assim, essa fala eu não concordo com você. Muita coisa que você falou e eu concordo, em relação ao que não tem de ter dado aumento, muitas, mas existe também uma fala que não bate. Sempre a fala é Belo Horizonte tinha tantos milhões de passageiros que diminuiu para tantos, diminuiu, Vereador Jorge, diminuiu.

Mas diminuiu o número de linhas, diminuiu o número de trocadores, que o motorista agora faz função dupla, até implantar o cartão digital em tudo, que tem que implantar mesmo, tem que implantar. Então assim, gente, o transporte público em Belo Horizonte não é só o caso da TransOeste, tem que ser realmente reinventado, tem que ser reinventado porque nós vamos estar aqui há 10 anos se eu não tiver ou tiver falando a mesma coisa.

Fabiano Borges: Vereador a queda de passageiros é um dos itens, nós perdemos a receita de 35% de 2016 para cá, teve redução de cobrador? Teve. Mas os custos que aumentaram de 2016 até hoje e que nós não fomos repassadas, custo de diesel, de peça de pneu. Então nós temos que botar tudo na ponta do lápis, o que o sistema roda, o que que o sistema custa e receber.

Se for X é X, se for zero sete X é X, é isso que eu estou falando, vamos por na ponta da caneta igual vocês estão fazendo agora, já começou já, já tem já está o serviço já está bem avançado, vocês fizeram agora, é só manter agora e ajustar, é isso que eu estou falando, passageiro caiu, custo aumentou o ônibus, que era 350 hoje é 2018, 17, ônibus zero trezentos e cinquenta, hoje é 700.

Então o custo aumentou demais também, então, o que eu falo é o seguinte, nós temos que botar tudo na ponte, já tá colocado, já tá bem adiantado com esse trabalho que vocês fizeram agora, só ajustar, ajuste fino e botar para rodar, que vocês vão ver, se tiver se as empresas receber o custo, vocês têm o transporte de qualidade.

Ver.(a) Wesley Moreira: Queria ver então assim, que a empresa então está pensando, planejando, com relação a essas reclamações que já foram trazidas aqui de sujeira nos ônibus, você disse da dificuldade de se contratar pessoas hoje, mas tem que resolver, tem que resolver, se você vai aumentar o salário do pessoal que trabalha lá, não sei, isso aí já é você como empresário.

Mas nós precisamos levar para a população uma solução para uma situação como essa, então o que a empresa pensa em relação a isso?

Com a relação também esses excessos de críticas, de atraso nas linhas, como já foram dito aqui mesmo, estação diamante, por exemplo, é todo dia, vídeos

e mais vídeos, a gente recebendo, nesses 2 pontos específicos assim. porque você além de dono, você é gestor, você opera o tráfego, você faz tudo lá dentro lá, então que que você tem para nos responder aí?

Fabiano Borges: O fator primordial para isso é a renovação de frota, hora que os carros chegarem naturalmente vai ficar menos carro na garagem, menos carro quebrado, isso aí já vai dar uma maior frequência nas linhas.

Questão de mão de obra, nós tamo trabalhando fortemente lá para repor o quadro de funcionário, hoje o meu quadro de funcionário tá deficitário tá? Igual eu te falei falta mecânica, eletricista, lanterneiro, pessoal da limpeza e nós já estamos trabalhando, já tamo mecânico, já estamos contratando até auxiliar para ir treinando para fazer o cara.

O motorista a gente tá contratando como manobrista, para ir treinando, nós temos uma escolinha para fazer o motorista lá dentro, então assim, o trabalho é dia a dia, é contratar mão de obra e carro novo.

E a frota, idade média mais nova, vamos falar assim, o segredo é esse, o restante é o dia a dia e muito trabalho porque empresa de ônibus, ela não tem como ser online o negócio é artesanal você tem que estar lá todo dia, dia e noite, sábado, domingo e feriado.

Você não administra empresa de ônibus por internet, por WhatsApp, e-mail. empresa de ônibus não existe não, você tem que estar lá todo dia. Então tem que arrumar gente que queira, nós estamos tendo dificuldade que essa garotada é mais nova e tudo é online.

On-line no WhatsApp, Instagram essas coisas, mas nós estamos na luta, ainda tem gente que queira, que precisa e queira trabalhar e nós estamos ajudando, formando motorista, formando mecânico, ainda nós estamos investindo para que a gente atraia, agora naturalmente o sistema é equilibrado, as contas vão ser paga em dia vai estar tudo em dia.

Você atrai mais ainda, o funcionário e tentar buscar os funcionários que nós perdemos para mineração, foi muita gente para mineração que a mineração explodiu,

mineração estava contratando assim a toque de caixa e nós perdemos bons funcionários inclusive e nós estamos tentando repatriá-los e formá-los novos interessados.

Ver.(a) Jorge Santos: Então mais alguém quer falar? Então vou encerrar. É que é só agradecer a sua presença aqui, as suas respostas deram pra gente entender.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vereador Jorge Santos, só fazer só uma parte final, aproveitando que todos estão aqui, tratado bem no início da reunião, eu queria só enaltecer que houve uma audiência pública ontem para tratar questão do suplementar que também reclamou a respeito dessa questão das glosas sobre as medições de viagens.

Só para deixar esse alerta aqui dentro da CPI também porque, agora mais uma pessoa está falando do mesmo problema e a prefeitura precisa entrar rapidamente para resolver essa situação. Então só deixando esse aparte aqui, agradeço a todos também, e obrigado o Presidente Jorge Santos.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado Vereador, inclusive a gente já tá até fazendo um requerimento sobre isso, para que o André Dantas venha tomar conhecimento a respeito do que aconteceu ontem e hoje aqui, tá bom? Pois não, Loíde.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Só também fala aqui, Sr. Fabiano, que foi feito já um requerimento, para a Prefeitura informando sobre esse termo… da alteração do termo do aditivo do contrato de Concessão, porque mudaram essas formas aí e até hoje eles não nos enviaram também, mas a gente já solicitou.

E aí eu estou com todos os pedidos que eu fiz, eu vou te passar, aí você, puder tá nos enviando, tá OK? Muito obrigada.

Ver.(a) Jorge Santos: Nós vamos lhe convidar a próxima aqui, porque o vereador Henrique, vereador Wesley e demais vereadores, nós já ouvimos aqui duas empresas, isso? Até agora. Três, duas, duas empresas. E o André não pode estar presencialmente devido a um problema de saúde, mas entrei em contato ele já está melhor. E o que a gente vê é que a que teve aqui ela não tinha ainda anuência para funcionar, no caso de vocês está registrada legalmente? Só responda por favor.

Fabiano Borges: Sim.

Ver.(a) Jorge Santos: Está legal a sua empresa?

Fabiano Borges: Legal.

Ver.(a) Jorge Santos: Beleza. Então a gente quer entender a questão do consórcio, também a questão da SETRA, então já quero deixar aqui já bem claro, que nós vamos preparar um requerimento, para que a gente possa num próxima Oitiva vereador Henrique, chamar a SETRA, chamar o Consórcio, chamar as duas empresas que esteve aqui presente, o André para que a gente possa esclarecer.

Porque se eu não me engano, acho que o Consórcio junto com a Setra que faz a divisão do subsídio que entra para as empresas de ônibus, me corrija se eu estiver errado?

Fabiano Borges: Você está correto. É o consórcio operacional Transfácil que integra os quatro consórcios, Dez, BH Leste, Pampulha e Pedro Segundo.

Ver.(a) Jorge Santos: E pelo que eu vi, você até pode me responder, parece que tem alguém que está se beneficiando disso aí, porque o que que acontece, algumas empresas parecem que estão recebendo mais do que a outra.

E muita reclamação, porque pelo o que eu tenho visto hoje, em o caso lá quando a gente teve na garagem lá, acho que você não consegue receber, a questão de o horário você não recebe, tem empresas que a gente tem que ver porque mesmo dentro da grande BH, existe empresa que está recebendo muito mais.

Embora tenha mais veículos rodando, mas hoje acho que no caso dele de algumas está sendo prejudicado e a gente tem que saber como é que está funcionando isso, né?

Fabiano Borges: É, a divisão é basicamente por quilometragem e composição da frota e agora no meu caso aí eu estou tendo muita glosa, devido esses atrasos, devido às obras, devido chuva, aí é geral. Mas eu falo no meu caso no barreiro específico porque lá eu não tenho outra saída, então eu fico muito parado no trânsito. Aí está tendo, mas a divisão lá na Transfácil ela é por quilometragem e

composição da frota. Ela é bem justa.

Ver.(a) Jorge Santos: É por isso que a gente tem que chamar porque você vê uma empresa que está legalizada, está trabalhando, está cheio de problema nos ônibus, o Henrique. E a outra que não está legalizada está recebendo o dinheiro e continua rodando. É complicado isso aí.

Ver.(a) Jorge Santos: Então são agora às 12 horas com 8 minutos, não tenho mais nada a declarar e encerramos nossos trabalhos. Obrigado a todos

2.10 - DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A décima primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade[11], foi realizada no dia 14/09/2023, às 09h:58 min, no Plenário Helvécio Arantes. Sob a presidência do vereador Jorge Santos, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves e dos vereadores Professor Juliano Lopes e Braulio Lara e Wesley Moreira, reuniu-se a comissão. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas da 4a e das 9a reuniões, realizadas em 1') e 28/8/23, respectivamente. O presidente comunicou a inversão da ORDEM DOS TRABALHOS, passando à apreciação do seguinte item:

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nc) 2.399/23 - pedido de informação ao “Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, “e ao “Superintendente de Mobilidade Urbana, André Dantas, “ para “obter informação sobre o cumprimento da Lei 11.458/2023, que 'Dispõe sobre o controle, a gestão e a transparência dos valores arrecadados para custeio da prestação de serviços de transporte público coletivo de passageiros por ônibus no Município no âmbito dos contratos de concessão e permissão vigentes.’ Prazo de resposta: 05 dias úteis”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé. Aprovado por unanimidade.

---

[11] https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/11%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-14-09-2023

2) Requerimento de Comissão n'' 2.400/23 - envio de ofício ao "Superintendente de Mobilidade Urbana, André Dantas," para "tomar conhecimento, e prestar esclarecimentos sobre as informações prestadas sob juramento de dizer a verdade em oitiva pelos depoentes Nilo Gonçalves Simão Júnior e Fabiano Borges Constantino na CPI dos Ônibus Sem Qualidade, onde ambos confirmaram em suas oitivas que estão adquirindo os ônibus novos com o valor recebido de subsídio da prefeitura. Prazo para resposta: 5 (cinco) dias úteis". Autoria: vereador Jorge Santos. Aprovado por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão n'' 2.401/23 - realização de Oitiva para "intimar o representante legal da Empresa Viação Torres Ltda, Luiz Fernando Paschoalin, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte da então Viação Torres, no Consórcio BH Leste, bem como sobre as sucessivas alterações no Estatuto Social e nos demais registros do Consórcio BHLeste", no dia 14/9/23, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. A data e o horário foram definidos em vista da solicitação constante no Documento de Protocolo nc) 5.91 1/23. Aprovado por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão no 2.402/23 - pedido de informação à representante legal da Empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda, Adenilda Borges Vieira," para "requerer a apresentação de documentos no que tange às informações prestadas pela oitiva do Sr. Fabiano Borges a esta comissão. Prazo de resposta: 5 (cinco) dias úteis". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Aprovado por unanimidade.

5) Requerimento de Comissão n'' 2.411/23 - pedido de informação ao "Responsável pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo - Consórcio Dez" para "obter informações sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, Prazo de resposta: 10 dias úteis". Autoria: vereador Wesley Moreira. Aprovado por unanimidade.

6) Requerimento de Comissão n'' 2.412/23 - pedido de informação ao

responsável pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Consórcio Pampulha" para "obter informações sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, com valor estimado de R$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a Gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei n') 11.367/2022, com valor aproximado de R$226.500.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais). Prazo de resposta: 10 (dez) dias úteis". Autoria: vereador Wesley Moreira. Aprovado por unanimidade

7) Requerimento de Comissão no 2.413/23 - pedido de informação ao "responsável pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo - Consórcio BH Leste" para "obter informações sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, com valor estimado de R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a Gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei no 11.367/2022, com valor aproximado de R$ 226.5000.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais). Prazo de resposta: 10 dias úteis". Autoria: vereador Wesley Moreira. Aprovado por unanimidade.

8) Requerimento de Comissão n'' 2.414/23 - pedido de informação ao "Responsável pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo - Consórcio Dom Pedro II" para "obter informação sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, com valor estimado de R$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a Gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei nº11.367/2022, com valor aproximado de R$226.500.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais). Prazo de resposta: 10 (dez) dias úteis". Autoria: vereador Wesley Moreira. Aprovado por unanimidade.

9) Requerimento de Comissão n') 2.415/23 - pedido de informação ao "Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman," para "obter informações

sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale transporte, com valor estimado de R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a Gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei no 11.367/2022, com valor aproximado de R$ 226.5000.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais). Prazo de resposta: 10 dias úteis". Autoria: vereador Wesley Moreira. Aprovado por unanimidade.

10) Requerimento de Comissão n'' 2.416/23 - pedido de informação à Presidente da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS), Júlia Gallo," para "obter informações sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte. Prazo de resposta: 10 dias úteis". Autoria: vereador Wesley Moreira. Aprovado por unanimidade.

11) Requerimento de Comissão n'' 2.440/23 - pedido de informação ao 'superintendente da SUMOB (Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte), André Soares Dantas," para "obter informações sobre acidente na Rua Décio Silveira Marques, no bairro Goiânia, em que um ônibus da linha 823 (Estação São Gabriel / Bairro Vitoria) perdeu o freio e se chocou em um poste e derrubou o muro de uma residência". Autoria: vereador Braulio Lara. O presidente anunciou que o prazo para resposta é de dez dias úteis. Aprovado por unanimidade.

12) Requerimento de Comissão nc) 2.441/23 - pedido de informação à "Viação TRANSOESTE" para "obter informações sobre ônibus da linha 318, que percorre o trecho entre a estação Barreiro e o bairro Jardim Liberdade, e se envolveu em um acidente na manhã de 31/08/23". Autoria: vereador Braulio Lara. O presidente anunciou que o prazo para resposta é de dez dias úteis. Aprovado por unanimidade.

13) Requerimento de Comissão n'' 2.442/23 - pedido de informação ao "superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - SUMOB, André Dantas," para "obter informações: 1 - Os veículos de números 20774; 20775; 20778; 20779; 20780; 20782; 20783; 20784 e 20786 possuem sistema de ar condicionado? O sistema esta operando normalmente em cada um desses veículos? 2 - Qual a última vistoria realizada pelo Poder Público nos veículos de números 20774; 20775;

20778; 20779; 20780; 20782; 20783; 20784 e 20786? 3 - Os veículos de números 20774; 20775; 20778; 20779; 20780; 20782; 20783; 20784 e 20786 estão com as respectivas Autorizações de Tráfego em dia? 4 - Qual o procedimento quando um ônibus é flagrado pela fiscalização com o ar condicionado desligado? O presente pedido de informações é extremamente pertinente ao objeto da investigação conduzida por essa Comissão Parlamentar de Inquérito. A qualidade dos veículos e a observância das normas vigentes é direito do cidadão de Belo Horizonte, não podendo ser ignorado". Autoria: vereador Braulio Lara. O presidente anunciou que o prazo para resposta é de dez dias úteis. Aprovado por unanimidade.

O presidente deu ciência à comissão sobre o recebimento do: a) Documento de Protocolo n' 5.824/23;

b) Documento de Protocolo n' 5.911/23 - Requerimento de Joel Paschoalin "requer dispensa de participação na reunião da CPI - Ônibus sem qualidade, com substituição por seu filho, Luís Fernando Paschoalin". Autoria: Joel Maurício Paschoalin, por intermédio de seu advogado, Leonardo Costa Bandeira. O presidente colocou em votação a substituição do intimado. Aprovado por unanimidade.

Deu-se início à oitiva do Sr. Luís Fernando Paschoalin, representante legal da Empresa Viação Torres Ltda, que prestou o compromisso com a verdade.

11ª REUNIÃO

Ver.(a) Jorge Santos: Bom dia os trabalhos, são 9 horas e 58 minutos, vamos fazer as chamadas regimentais da comissão parlamentar de inquérito, instituído pelo requerimento 873/2023, a CPI de ônibus sem qualidade, vereador Jorge Santos presente, vereadora Loide?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, Vereador Henrique Braga? vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares? vereador Wesley? então com a presença de vereador Jorge Santos, vereadora Loide, vereador Bráulio e vereador professor Juliano Lopes, temos quórum para iniciar os nossos trabalhos. Nós temos uma oitiva, mas nós vamos fazer a inversão aqui da pauta que a gente possa então, aprovar os requerimentos e a gente volta a nossa oitiva, só vou fazer a Comunicação de aprovação das atas das reuniões 4ª e 9ª, visto não ter havido impugnação destas nos termos regimentais.

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos para o requerimento item 1 da pauta, é o REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2399/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman e Superintendente de Mobilidade Urbana, André Dantas. FINALIDADE: Obter informação sobre o cumprimento da Lei 11.458/2023, que "Dispõe sobre o controle, a gestão e a transparência dos valores arrecadados para custeio da prestação de serviços de transporte público coletivo de passageiros por ônibus no Município no âmbito dos contratos de concessão e permissão vigentes." Prazo de resposta: 05 dias úteis AUTORIA: Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação como vota vereadora Loide?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Henrique Braga? Como vota o vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: de acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Sérgio Fernando? como vota o vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: como voto o vereador Wesley? Eu o vereador Jorge Santos estou de acordo, então fica aprovado o requerimento de comissão 2399/2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos para o item dois da pauta 2. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2400/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação FINALIDADE: Requer seja encaminhado ofício, para que possa tomar conhecimento, e prestar esclarecimentos sobre as informações prestadas sob juramento de dizer a verdade em oitiva pelos depoentes Nilo Gonçalves Simão Júnior e Fabiano Borges Constantino na CPI dos Ônibus Sem Qualidade, onde ambos confirmaram em suas oitivas que estão adquirindo os ônibus novos com o valor recebido de subsídio da prefeitura. Prazo para resposta: 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Jorge Santos.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, em votação, eu vereador Jorge Santos voto com o requerimento, como vota a vereadora Loide?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Henrique Braga? Como vota o vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando? vereador professor Juliano?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley? então está aprovado o requerimento de comissão 2400/2023.

Ver.(a) Jorge Santos: Item três da pauta é o REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2401/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Realização de oitiva FINALIDADE: Intimar o representante legal da Empresa Viação Torres Ltda, Luiz Fernando Paschoalin, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do

contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte da então Viação Torres, no Consórcio BH Leste, bem como sobre as sucessivas alterações no Estatuto Social e nos demais registros do Consórcio BHLeste. DATA: 14 de setembro de 2023 HORÁRIO: 10:30h LOCAL: Plenário Helvécio Arantes AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação, como vota a vereadora Loide?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vereador Jorge Santos estou de acordo, então está aprovado o requerimento de comissão 2401/2023.

Ver.(a) Jorge Santos: Item quatro da pauta é um REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2402/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: representante legal da Empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda, Adenilda Borges Vieira FINALIDADE: Requerer a apresentação de documentos no que tange às informações prestadas pela oitiva do Sr. Fabiano Borges a esta comissão. Prazo de resposta: 5 (cinco) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, em votação, como vota a vereadora Loide?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vereador Jorge Santos também estou de acordo, então está aprovado o requerimento de comissão 2402/2023.

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos para o item cinco da pauta é um REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2411/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: Responsável pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo-Consórcio Dez FINALIDADE: Obter informações sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte. Prazo de resposta: 10 dias úteis AUTORIA: Ver.(a) Wesley Moreira.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação, como voto a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Jorge Santos, estou de acordo, então está aprovado o requerimento de comissão 2411/2023. Só registrando a presença do vereador Wesley

Ver.(a) Jorge Santos: Item seis da pauta é um REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2412/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: responsável pelo

Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo - Consórcio Pampulha FINALIDADE: Obter informações sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, com valor estimado de R$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a Gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei nº 11.367/2022, com valor aproximado de R$226.500.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais). Prazo de resposta: 10 (dez) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Wesley Moreira.

Ver.(a) Jorge Santos: Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loide?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu o Jorge Santos estou de acordo, vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo, bom dia presidente.

Ver.(a) Jorge Santos: Bom dia, meu querido. Então fica aprovado o requerimento 2412/2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Item sete da pauta vereadores é um REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2413/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: responsável pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo - Consórcio BH Leste FINALIDADE: Obter informações sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, com valor estimado de R$

220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a Gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei nº 11.367/2022, com valor aproximado de R$ 226.5000.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais). Prazo de resposta: 10 dias úteis AUTORIA: Ver.(a) Wesley Moreira.

Ver.(a) Jorge Santos: Em discussão. Em votação, como vota a vereadora Loide?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo com o requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também estou, vereador Juliano, de acordo com o requerimento, então está aprovado o requerimento 2413/2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos para o item oito da pauta é REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2414/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Pedido de informação DESTINATÁRIO: Responsável pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo - Consórcio Dom Pedro II FINALIDADE: Obter informação sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, com valor estimado de R$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a Gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei nº 11.367/2022, com valor aproximado de R$226.500.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais). Prazo de resposta: 10 (dez) dias úteis. AUTORIA: Ver.(a) Wesley Moreira.

Ver.(a) Jorge Santos: Em discussão, em votação, como voto vereador

Wesley. Com o requerimento. Como vota o vereador Bráulio

Ver.(a) Jorge Santos: acordo. Como voto o vereador Juliano Lopes. De acordo. Vereadora Loide Gonçalves. De acordo. Eu, o vereador Jorge, estou de acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Então está aprovado o requerimento 2414/2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos:

Item nove da pauta. É o requerimento de Comissão nº 2.415/23 - pedido de informação ao "Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman," para "obter informações sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, com valor estimado de R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a Gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei no 11.367/2022, com valor aproximado de R$ 226.5000.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais). Prazo de resposta: 10 dias úteis". Autoria: vereador Wesley Moreira.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação, como voto vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: Com o requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Com requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vereador Jorge Santos, também estou de acordo, então fica aprovado o requerimento de comissão 2.415/2023.

Ver.(a) Jorge Santos: Item dez da pauta requerimento de Comissão nº 2.416/23 - pedido de informação à Presidente da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte (BHTRANS), Júlia Gallo,“ para “obter informações sobre os valores recebidos pelas empresas vinculadas ao consórcio durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte. Prazo de resposta: 10 dias úteis”. Autoria: vereador Wesley Moreira.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação o requerimento, como vota vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: Voto com requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Com requerimento

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. Como vota o vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vereador Jorge Santos também estou de acordo, então está aprovado o requerimento 2416/2023, turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Item onze da pauta, é requerimento de comissão nº 2.440/23 - pedido de informação ao 'superintendente da SUMOB (Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte), André Soares Dantas,” para “obter informações sobre acidente na Rua Décio Silveira Marques, no bairro Goiânia, em que um ônibus da linha 823 (Estação São Gabriel / Bairro Vitoria) perdeu o freio e se chocou em um poste e derrubou o muro de uma residência”. Autoria: vereador Braulio Lara. O pedido é dez dias úteis não é isso vereador.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação, como voto vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: Com requerimentos.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: A favor do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Jorge Santos também estou de acordo, então está aprovado o requerimento de comissão 2440/2023, lembrando que são dez dias úteis para a resposta.

Ver.(a) Jorge Santos: É o item doze, é o requerimento de comissão nº 2.441/23 - pedido de informação à "Viação TRANSOESTE para "obter informações sobre ônibus da linha 318, que percorre o trecho entre a estação Barreiro e o bairro Jardim Liberdade, e se envolveu em um acidente na manhã de 31/08/23". Autoria: vereador Braulio Lara. Prazo para resposta é de dez dias úteis.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação, como voto vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: Com o requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, vereador Juliano Lopes?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Acompanha o requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, Vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vereador Jorge Santos, também estou de acordo com requerimento, então está aprovado o requerimento 2441/2023 turno único. Lembrando que são dez dias úteis para a resposta.

Ver.(a) Jorge Santos: item treze da pauta é um requerimento de comissão nº 2.442/23 - pedido de informação ao "superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - SUMOB, André Dantas," para "obter informações: 1 - Os veículos de números 20774; 20775; 20778; 20779; 20780; 20782; 20783; 20784 e 20786 possuem sistema de ar condicionado? O sistema está operando normalmente em cada um desses veículos? 2 - Qual a última vistoria realizada pelo Poder Público nos veículos de números 20774; 20775; 20778; 20779; 20780; 20782; 20783; 20784 e 20786? 3 - Os veículos de números 20774; 20775; 20778; 20779; 20780; 20782; 20783; 20784 e 20786 estão com as respectivas Autorizações de Tráfego em dia? 4 - Qual o procedimento quando um ônibus é flagrado pela fiscalização com o ar condicionado desligado? O presente pedido de informações é extremamente pertinente ao objeto da investigação conduzida por essa Comissão Parlamentar de Inquérito. A qualidade dos veículos e a observância das normas vigentes é direito do cidadão de Belo Horizonte, não podendo ser ignorado". Autoria: vereador Braulio Lara. Prazo dez dias úteis para a resposta do requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em votação, eu coloco em discussão, como voto do vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: Com requerimento.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes, como vota o vereador Juliano? Como vota o vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vereador Jorge Santos estou de acordo, então fica aprovado o requerimento 2442/2023 turno único, lembrando que são dez dias úteis para a resposta do requerimento. Outros documentos recebidos pela comissão, já se encontram nos anéis da casa, eu só vou ler o a seguir, documento na portaria outros documentos recebidos pela comissão. Documento na portaria de número 0058224/2023, ele é vinculado a um requerimento 873/2023, o assunto é uma petição do advogado Fábio Henrique Queiroz, requer que juntamente da presente perdição dos documentos apresentados aos outros e eletrônicos vinculados a CPI de ônibus sem qualidade. Requer a juntada da presente petição e dos documentos apresentados aos autos eletrônicos vinculados à CPI - Ônibus sem qualidade. AUTORIA: BH Leste Transportes S.A., por intermédio de seu advogado, Fábio Henrique Queiroz.

Ver.(a) Jorge Santos: Documento de portaria de número 005911/2023, ele é vinculado a um requerimento 873/2023, é um assunto, é um requerimento de Joel Paschoalin "requer dispensa de participação na reunião da CPI - Ônibus sem qualidade, com substituição por seu filho, Luís Fernando Paschoalin ". Autoria: Joel Maurício Paschoalin, por intermédio de seu advogado, Leonardo Costa Bandeira

Ver.(a) Jorge Santos: Eu quero colocar aqui em discussão na data de hoje aos membros desta comissão, se a gente vai ouvir o Luís Fernando Paschoalin ou... em lugar do Joel Paschoalin, eu queria colocar em discussão com essa comissão, está aberta a discussão.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia, bom dia a todos, Presidente, eu acho que não haveria problema, em a gente está ouvindo o Luiz, já que ele se prontificou, e já está aqui presente, acho que não haveria problema em a gente estar ouvindo não. Se houver necessidade, a gente pauta aí novamente a convocação do Sr. Joel, mas fica aí, para deliberação de vocês.

Ver.(a) Jorge Santos: O oficio fala alguma questão de saúde? Nada ou não né? Há mais algum vereador que está on-line para discutir? Juliano, vereador Wesley, fiquem à vontade que a gente está vendo aqui.

Ver.(a) Wesley Moreira: O Presidente.

Ver.(a) Jorge Santos: Fica à vontade, vereador, pode falar.

Ver.(a) Wesley Moreira: Desculpa, acabei que eu perdi um pouco aqui a linha aqui, mas eu ouvir o que a vereadora relatora disse e eu estou de acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, eu também não vejo nenhum tipo de problema, mas vamos aguardar aqui só o vereador Bráulio Lara, que está dando uma olhadinha ali, aproveitando que, nós já temos aqui os convidados, né? Só a substituição, vamos só aguardar aqui, então enquanto ele está olhando ali, eu vou suspender aqui por doze minutinho. Já deu então podemos voltar... Então eu vou colocar em votação a substituição, tá? Precisa, tem que votar, tem que deliberar.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em votação como voto do vereador Wesley? Vereador Wesley? como vota o vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Estamos votando substituição tá? Como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu, o vereador Jorge Santos estou de acordo então está aprovado a substituição, nós estamos substituindo quem aqui? Só pra mim mesmo. O Joel? Não está, a substituição está sendo do Joel pelo Luiz, né? OK, obrigado. Então está aprovado.

Então vou chamar pra compor a mesa conosco, é o Leonardo Costa Bandeira que é advogado do senhor Luiz Fernando Paschoalin e o Joel Maurício Paschoalin, por favor queira... é ele é Advogado do Joel e também pra sentar à mesa o Luiz Fernando, por favor, que é o sócio da empresa Viação Torres Limitada, fica à vontade meu querido, escolha um lugar pra vocês e fique à vontade.

Ver.(a) Jorge Santos: Só lembrando ao seu convidado que o senhor vai ter que prestar um compromisso aqui, tá? Mas fique tranquilo, não é nada demais não, o senhor está vindo aqui só pra poder prestar algumas informações e é bom que seu advogado esteja aí também.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu gostaria que vocês ficassem nessa comissão tranquilos, porque essa comissão ela não está aqui, pra ficar investigando ninguém, nem condenando ninguém doutor, nós estamos aqui e nós abrimos essa CPI nessa casa, devido algumas reclamações da população de Belo Horizonte, com algumas empresas, com alguns veículos que circula na nossa cidade, com muito dinheiro público tem sido gasto nessa cidade e também aprovado por esta casa, que a população já não aguenta mais a gente ter transporte sem qualidade e um gasto muito grande.

Ver.(a) Jorge Santos: Então gostaria que vocês ficassem à vontade pra responder as perguntas, caso não queira responder um direito de vocês também tá? Então eu só vou ler aqui, "Presidente no caso sou eu, solicito a testemunha que preste o compromisso nos termos do artigo 203 do Código de Processo Penal, informo que fazer afirmações falsas e negar ou calar a verdade poderá incorrer nos crimes de falso testemunho de acordo com o código 342 do Código Penal. O senhor está ciente, fica à vontade.

Luis Paschoalin: Primeiramente bom dia a todos, então eu Luís Fernando Guedes Paschoalin, 44 anos de idade, estado civil casado, residente em Nova Lima, Minas Gerais, profissão administrador, cuja atividade é desenvolvida no endereço Rua Decamão em Betim. Prometo dizer a verdade relatando sempre o que souber, explicando sempre as razões da minha ciência sobre o fato ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade, declaro ainda que compareço espontaneamente a essa comissão na presente data, mesmo sem ter sido devidamente intimado abrindo mão portanto do prazo estabelecido no artigo 218, § segundo do Código de Processo Civil.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado, então vou abrir agora as palavras aos vereadores, eu só... vereador Wesley, você ainda está aí online? Wesley? então não está, então vamos começar aqui com a gente, então vou deixar... O Vereador Juliano está aí? Está presente? Mas aí não está respondendo.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Presidente, estou acompanhando o Presidente, obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos: O sr. gostaria de começar fazendo alguma pergunta devido o senhor está online? Porque depois a gente vai focar mais aqui presencial.

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Obrigado, vou acompanhar aqui.

Ver.(a) Jorge Santos: Tá, qualquer coisinha o senhor pode entrar, tá?

Ver.(a) Professor Juliano Lopes: OK, obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado, então, vamos começar pela nossa relatora, vereadora Loíde, bom dia, a senhora tem a palavra.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Obrigado Presidente. Sr. Luís, muito bem vindos, eu esqueci o nome do advogado, é o Leonardo? Bom dia dr. Leonardo, esta é a CPI do ônibus sem qualidade, como o nosso Presidente já falou, nós vamos fazer algumas perguntas pra vocês, que a gente gostaria, que vocês... que o senhor na verdade, o senhor nos respondesse, que você nos respondesse, você é jovem né? 44 anos é jovem.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sr. Luiz, em petição enviada a esta CPI, o senhor Joel Paschoalin, que ele afirma ser seu pai, indica o senhor como representante que conduziu a operação da empresa Viação Torres. O senhor me confirma isso?

Luis Paschoalin: Confirmo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor representa a empresa a que título?

Luis Paschoalin: Eu sou o diretor geral, era diretor geral.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia nos enviar essa documentação depois, por gentileza?

Luis Paschoalin: A empresa é familiar, né? Então a gente não tem essa... Eu representava, tinha a... como que fala... a procuração do meu pai, mas não tinha documentado isso nada. É porque é mais a questão familiar mesmo, entendeu? Eu que representava a família na empresa.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tá, mas esses não... só tinham uma procuração?

Luis Paschoalin: Isso, só tinha uma procuração que me dava todos os poderes da empresa.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Acho que poderia também ser.

Ver.(a) Bráulio Lara: Sr. Luiz bom dia, seja bem-vindo. O nosso cuidado obviamente dentro de uma comissão parlamentar de inquérito, é de entender exatamente quais são as pessoas que representam as empresas e que tomam atitudes, obviamente dirigindo essas empresas. Então a pergunta da vereadora Loíde, eu só estou querendo reforçar, é pra gente entender o seguinte, o senhor faz parte do quadro societário?

Luis Paschoalin: Não.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas o senhor é o administrador no CNPJ?

Luis Paschoalin: Sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: OK. Então, no contrato social, o sr. lá como administrador figurano, e aí se o sr. puder então, mandar pra gente essa documentação, pra gente logicamente embasar toda a construção das perguntas aqui dentro da CPI.

Luis Paschoalin: OK estaremos enviados.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Aí se o sr. quiser anotar, por gentileza. Então seria essa documentação no qual consta o senhor, dentro do quadro aí societário da empresa.

Dr. Leonardo Costa Bandeira: Vereadora se me permite, na verdade é a procuração que dá ao senhor Luís os poderes de representar a Viação Torres nos atoa inerentes a sua administração.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Por gentileza, então se o senhor puder, estar nos enviando a documentação.

Luis Paschoalin: Com certeza.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Obrigada. Sr. Luiz, a Viação Torres, ela foi a primeira empresa da sua família no setor de transporte público? O senhor poderia nos contar um pouquinho da história da Viação Torres, por gentileza?

Luis Paschoalin: Não, a Viação Torres não foi a primeira empresa de transporte público da minha família, ela foi a segunda, ela foi adquirida pela minha família em 1980 e desde então estava com a gente até final deste ano.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Qual seria a outra empresa que foi?

Luis Paschoalin: A outra empresa chama Viação Santa Edwiges.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Viação Santa?

Luis Paschoalin: Edwiges, ela fica no município de Betim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A Viação Torres, ela integrou o Consórcio desde o início da Conceição de 2008?

Luis Paschoalin: Sim

Ver.(a) Loide Gonçalves: A época da licitação o quadro societário da empresa era o mesmo que é hoje?

Luis Paschoalin: Era familiar, né? Era da mesma família.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então era a mesma.

Ver.(a) Bráulio Lara: Só pra deixar bem claro, qual que era o quadro societário de fato, mesmo sendo familiar, era com o pai do senhor? com os seus irmãos? com outros parentes? Eu não sei se tem irmãos, eu falei aqui com força de expressão. É só pro senhor explicar pra gente, quem são os proprietários?

Luis Paschoalin: Era meu pai e meus tios.

Ver.(a) Bráulio Lara: OK. E depois manteve?

Luis Paschoalin: Manteve.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Houve alteração? Não? Não houve alteração? Então o senhor poderia estar enviando essa documentação pra gente?

Luis Paschoalin: Sim claro, depois enviaremos pra vocês.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Está OK, obrigada. Quem era o contador da empresa Viação Torres?

Luis Paschoalin: Ela era... chama Paulo de Castro. Só que ele veio a falecer há 90 dias.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Meus sentimentos.

Luis Paschoalin: Obrigado. Estava com a gente há 30 anos já.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Trabalhava com vocês há 30 anos. A Viação Torres ela já tinha notificado Consórcio sobre as suas dificuldades financeiras antes da comunicação oficial da sua saída?

Luis Paschoalin: Como é que funciona lá? Oficialmente não, mas lá a gente sempre encontrava junto nas reuniões do nosso Consórcio, né? E aí eu sempre estava... todos, né? Todos estavam sempre reclamando da situação que se encontrava o sistema, então eles já sabiam, não oficialmente, mas eu sempre estava reclamando com eles lá.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então o Consórcio sabia das dificuldades financeiras que a Viação Torres estava passando ali?

Luis Paschoalin: Sim, sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E foi avisado isso por várias vezes?

Luis Paschoalin: Várias vezes.

Ver.(a) Bráulio Lara: Era uma situação pontual ou só a sua empresa ou nessas reuniões do Consórcio, essa questão era colocada por outros também?

Luis Paschoalin: Era colocado por vários. Não só pela... é que desde 2013,

quando começou realmente o problema de que ... daquela época das manifestações, após isso quando começou não ser passado a tarifa para as empresas, todas as empresas não tinham jeito, a gente tem os nossos insumos aumentando anualmente e não era repassado pra gente a questão do que constava em nosso contrato né?

Luis Paschoalin: Então a partir do momento disso foi a empresa, todas as empresas começaram a reclamar das dificuldades que estavam passando dentro de cada área delas.

Ver.(a) Bráulio Lara: Essas dificuldades então que a Viação Torres trouxe, o senhor poderia dizer então que é um acumulado desde 2013? É um acumulado aí de 10 anos?

Luis Paschoalin: Sim, desde 2013 que vem, desde daquelas manifestações da Copa das Confederações, que não tiveram aquela redução da tarifa da época da Dilma lá, desde então, todas as tarifas que eram pra ser dadas no final ano, ficou represado durante um bom tempo.

Luis Paschoalin: Então tinha tarifa, acho que se eles... precisamente eu não vou falar ainda, mas por causa do que eu falei aqui né? Que foi a promessa. Mas eu acredito que ficou pelo menos uns 3 ou 4 anos sem ter tarifa. E isso não tem como, vai repercutindo anualmente no dia... comeu a gordura que tinha no sistema, que já não era grande e vira negativo o negócio, vai virando uma bola de neve.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então o senhor entende que vocês estavam numa bola de neve, desde então, desde lá?

Luis Paschoalin: Sim, desde 2013.

Ver.(a) Bráulio Lara: O senhor já estava na administração desde essa época, 10 anos atrás?

Luis Paschoalin: Sim, já estava.

Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, então o Sr. como diretor, testemunhou e percebeu toda essa evolução?

Luis Paschoalin: Percebi e sofri bastante com isso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quando a empresa notificou oficialmente o Consórcio da sua ausência de capacidade de operação? Você sabe dizer se essa comunicação foi feita também à Prefeitura de Belo Horizonte?

Luis Paschoalin: Não, não foi feita a Prefeitura, foi feita só pelo Consórcio, mesmo porque eu não tenho contrato com a Prefeitura. Eu tenho, eu sou vinculado ao Consórcio, então o Consórcio que supostamente tem o convívio com a Prefeitura.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor lembra mais ou menos, quando que foi notificado oficialmente ao Consórcio, a sua ausência de capacidade?

Luis Paschoalin: Foi o segundo semestre... da data exata aqui de cabeça, eu não estou recordando, mas foi no segundo semestre do ano passado.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Você consegue enviar essa documentação, pra gente?

Luis Paschoalin: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O sr. está notando doutor? que às vezes são muitas perguntas?

Dr. Leonardo Costa Bandeira: Vereadora não sei se possível Assessoria talvez.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu vou pedir assessoria aqui.

Dr. Leonardo Costa Bandeira: A empresa até pra saber quais são os termos, pra gente responder exatamente na medida que for a intenção das informações que a comissão pretende. eu estou anotando aqui, mas só pra não ter nenhum ruído quando a gente for prestar as informações.

Luis Paschoalin: Para não esquecer nada.

Ver.(a) Jorge Santos: Seria bom Vereadora, a gente fazer isso igual da outra vez, a senhora pode continuar fazendo suas perguntas, mas a questão dos

documentos, pede pra sua assessoria registrar e já entrega para eles, fica melhor.

Dr. Leonardo Costa Bandeira: Perfeito.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vereadora Loíde, só fazer um complemento dessa pergunta. O senhor disse que é no segundo semestre, mas só pra gente entender, foi no final do ano, foi em dezembro ou não, é coisa realmente no meio do ano?

Luis Paschoalin: É foi lá pra... vou dar mais ou menos, setembro, outubro ou novembro alguma coisa assim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então não é em dezembro de fato?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Outubro e novembro do ano passado de 2022. Sim... a gente entende. Só ficou uma dúvida, até que chegou essa pergunta aqui, de uma questão até que o Bráulio questionou o senhor. Parece que ficaram na dúvida de como que o senhor não recebia essas tarifas desde 2013? Como que isso?

Luis Paschoalin: Deixa-me tentar explicar, nosso contrato lá, é claro, é aberto ao público, tá nos sites tudo certinho, lá nós temos, como é que é composto a tarifa nossa, então, vai tá lá mão de obra, como é que é composto a mão de obra? A mão de obra ela não tem um valor específico, mas como nós fazemos o dissídio coletivo da associação de classe que todo ano gere e faz assembleia e repassa o percentual, então supostamente, "ah deu 10% de aumento na mão de obra este ano", beleza, essa mão de obra tem um peso na minha tarifa.

Luis Paschoalin: Vou chutar aqui, vou dar um exemplo num número fictício, 50% então se é 10%, se ela tem um peso de 50% supostamente só a mão de obra teria que aumentar a minha tarifa em 5%.

Luis Paschoalin: Diesel, o diesel, ele segue a tabela nacional dos combustíveis, então ali é pego "oh lá, quanto que estava o diesel? Ah estava R$1,00 (um real)", se foi pra R$0,50 (cinquenta centavos) ele tem que abaixar. Mas se for pra R$3,00 (três reais) tem que aumentar 200%, qual que é o peso do diesel na planilha? E nisso vai botando peças, acessórios, coisas da administração, lá embaixo faz a fórmula paramétrica, "Ah não, minha tarifa esse ano é R$4,00 (quatro reais)", pela

forma paramétrica que está no contrato teria que ir pra R$5,00 (cinco reais).

Luis Paschoalin: Essa que é a forma que tem que ser, que consta em contrato assinado, licitado pelo órgão gestor, só que o Prefeito que tem o poder da caneta de envio e falar assim, está dado a tarifa, se ele não assinar, não tem tarifa. Com isso foi acumulando vários e vários e vários anos sem ter essa tarifa e com isso foi prejudicando ao longo do tempo, a saúde financeira das empresas, pelo menos na minha, no meu caso e muito. Então, por isso que funciona assim, expliquei melhor agora, está bom?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim e desde 2013 a empresa vem sofrendo com isso?

Luis Paschoalin: A empresa vem sofrendo com isso, teve anos que teve, mas se for pegar num período de 10 anos nós não tivemos no município de Belo Horizonte 4 tarifas, 4 reajustes anuais, 4 ou 5. Então no mínimo 5 anos, nós deixamos de ter tarifa com isso foi gerando o déficit nessa que apresenta hoje no sistema.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia nos informar quais foram os motivos, eu acredito que esse seja um, os motivos que levaram a empresa de enfrentar as dificuldades financeiras?

Luis Paschoalin: O principal foi esse, foi não ter a receita financeira, necessária pra ela sobreviver.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Teria outros?

Luis Paschoalin: Não. É não... O motivo é porque foi tendo o aumento dos insumos todos, a tarifa não acompanhou, todos acompanhamos vocês podem pegar... havendo uma queda de passageiro anualmente, fora a covid, claro por causa dos outros sistemas que temos hoje no Brasil, não é só de Belo Horizonte, é Uber, é Buzer, é clandestino, então teve queda de passageiro, não teve tarifa e aumento de insumos, isso fica insustentável para empresa sobreviver.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A gente... nós vimos que o senhor já respondeu, mas a gente gostaria, eu vou perguntar novamente... Pode perguntar.

Ver.(a) Bráulio Lara: Sr. Luís, essa questão dos custos aumentando, o senhor disse que, como as tarifas não eram reajustadas, foi gerado um achatamento da margem, depois um prejuízo e assim foi. Só pra gente entender, eu acho que é um momento importante para Sr. trazer isso aqui, publicamente pra cidade, para CPI, mas eu acho que assim, verbalizando isso mesmo.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vocês então, em um determinado momento começaram a trabalhar no vermelho e existe um contrato e existe também movimentos que aconteceram, que a gente inclusive, apontou aqui na CPI da BHTRANS, da abertura da caixa preta da BHTRANS, onde foi demonstrado que foi feito uma auditoria aí, totalmente questionável da Maciel, que se deu ali em 2017 pra 2018, ela se encerrou em 2018, depois a gente teve de fato um congelamento dessa tarifa e depois a gente vem com essa sequência de subsídios.

Ver.(a) Bráulio Lara: Uma vez que isso começou a acontecer, onde vocês começaram a tentar se equilibrar nas contas do sistema? Não renovando frota, não fazendo manutenção, não fazendo alguma outra tarefa que tinha que se fazer dentro da oferta de serviços públicos, o que que foi acontecendo no ponto de vista do gestor da empresa?

Luis Paschoalin: Olha o principal é não na renovação, porque pra gente renovar é o melhor do mundo, que é pra gente o carro dá menos defeito, o carro fica menos parado na oficina, até mão de obra é menor, é mais tranquilo pra viver.

Luis Paschoalin: Principal é não na renovação, porque o resto não tem como a gente não fazer, nossos carros passam pela vistoria, pelo órgão gestor. Se eu não passar na vistoria, eu não tenho ordem de tráfego e sem ordem de tráfego eu não posso rodar, entendeu? Então, o principal é isso, é não renovar não renovar a frota.

Luis Paschoalin: E claro que o pessoal dentro da empresa sofre, porque você vai pegar um funcionário que ganha um pouco melhor, você vai ter que mandá-lo embora e botar um cara um pouco mais barato, você tem que fazer nesse adequamento administrativo dentro da empresa. Mas o fora isso, é só isso, se eu não pagar minhas peças, eu não consigo arrumar meu ônibus, se eu não arrumar um ônibus, eu não consigo a ordem de trafego, se eu não comprar combustível o carro

não roda.

Luis Paschoalin: Então é tudo amarrado, isso é tudo amarrado, o principal é não comprar frota mesmo e acabar que você prejudica alguma coisa de salarial aos funcionários porque você tem que mandar os funcionários mais velhos de casa, e contratar gente mais nova, porque você não consegue pagar o salário da turma.

Ver.(a) Bráulio Lara: E eventualmente vocês reduziram frota durante esse período?

Luis Paschoalin: Não. Não reduzimos nada, porque é tudo órgão gestor controla a gente, se eu tenho X carros no contrato eu tenho que ter o X carros no contrato, não posso reduzir frota.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas em algum momento houve digamos assim, diminuição da prestação do serviço?

Luis Paschoalin: Só na época da covid, por autorização do órgão gestor porque não tinha passageiro.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sr. Luís, em relação a saída da Torres e entrada da BHLeste, uma empresa sucedeu a outra ou foi incorporação, fusão, foi algo assim? O senhor poderia nos explicar?

Luis Paschoalin: Não, eu não tenho vínculo nenhum com a BH Leste, minha tratativa nenhuma hora eu tive com a BHLeste. A minha tratativa foi o tempo inteiro com o Rubens, que eu passei pra ele, nem uma hora eu sentei com o pessoal da BH Leste, negociei, eu fiz contrato com eles, eu tive zero contato com eles.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas espera aí, só pra gente entender, vocês fizeram uma tratativa com Rubens Lessa, em qual função do Rubens?

Luis Paschoalin: Duas coisas, primeira coisa, ele é o líder do Consórcio BH Leste, então eu tenho que passar isso pra ele, falando que eu não estou querendo ficar mais no negócio, porque ele é o líder do Consórcio. A gente não pode desassistir a população, e eu não podemos prejudicar a população.

Luis Paschoalin: Então eu o procurei falar Rubens não quero mais ficar no negócio, não estou dando conta mais. Então eu queria não participar mais. Luiz me dá um tempo, deixa eu ver como é que eu vou fazer, em seguida, ele me chamou e conversamos e falou "não, Luiz pode deixar que eu vou assumir o seu direito e eu vou resolver", eu falei "perfeitamente, então está ótimo". Mas, nenhuma hora eu tive tratativa com a BH Leste.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então a sua tratativa foi com o Rubens e ele passou então a ser o, digamos assim, quem iria receber os direitos, que você tinha dentro do seu contrato, então essa aquisição entre aspas, que a gente estava lidando obviamente tudo isso aí, foi feita pelo senhor Rubens?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: tá. E nessa transação, nessa situação, como que funcionou? Porque se tratava de uma empresa que já estava no vermelho, como o senhor bem disse. Como que se deu isso? O que, foi transacionado?

Luis Paschoalin: Não, ele assumiu o direito de transportar o passageiro, fazer o serviço que eu fazia.

Ver.(a) Bráulio Lara: OK, mas os ativos eram de quem?

Luis Paschoalin: Não, eram meus e eu passei pra eles.

Ver.(a) Bráulio Lara: Você não passou cedendo o ativo, você vendeu o ativo pra ele, ou você cedeu?

Luis Paschoalin: Vendi pra ele.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então houve uma compra e venda de ativos?

Luis Paschoalin: Houve uma compra e venda de ônibus pra ele.

Ver.(a) Bráulio Lara: Tá? Então você vendeu pro Rubens?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: OK. E no momento que você faz então a venda pro Rubens Lessa, uma empresa que tinha o problema, você vendeu basicamente o direito e mais os ônibus, explica pra gente melhor o que, que era o objeto da transação?

Luis Paschoalin: É, sim, eu passei o direito do serviço pra ele e meus ônibus que eram meus, que eu operava.

Ver.(a) Bráulio Lara: Na última, em oitivas anteriores, com o sr. Nilo aqui, ele foi questionado e nós identificamos que diversos desses ônibus, que rodam ainda via consórcio BH Leste hoje, sobre a gestão da BH Leste SA, todos estão em nome da Torres. Como que se dá isso?

Luis Paschoalin: Isso porque o seguinte, vários dos meus ônibus, ainda estão em financiamento, então, quando você financia o carro, né? Você não pode transferir sem quitar.

Luis Paschoalin: Então, eu não quitei e tem alguns que tem algumas pendências, "Ah, se eu estou na Justiça do Trabalho com alguma coisa", é.. Só não foram transferidos por causa disso. Mas consta no contrato de compra e venda, a relação de todos os veículos, já está tudo já.... só não foi transferido via DETRAN.

Ver.(a) Bráulio Lara: Os que podiam ser transferidos foram?

Luis Paschoalin: Não, ainda não, porque eu estava terminando, quando teve a negociação estava... nenhum podia.

Ver.(a) Bráulio Lara: Todos tinham um passivo lá?

Luis Paschoalin: Se fosse uma multa de trânsito, qualquer coisa você não pode transferir sem nem resolver, então a gente está resolvendo tudo agora, pra poder ele nomear a empresa que eu vou transferir e vou passar pra ele.

Ver.(a) Bráulio Lara: Tá. Agora olha só, esse ponto pra gente é muito importante, houve uma triangulação. OK?

Luis Paschoalin: OK.

Ver.(a) Bráulio Lara: Todos já entenderam isso aí... Houve uma triangulação, como que se dá essa relação entre a sua empresa e a empresa BH Leste SA?

Luis Paschoalin: Zero.

Ver.(a) Bráulio Lara: Não é zero porque obviamente você está transferindo ônibus pra quem?

Luis Paschoalin: Pro Rubens.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas quem está rodando é a BH Leste.

Luis Paschoalin: Aí ele vai ter que transferir pra BH Leste, meu contrato de compra e venda com o Rubens.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas você poderia então nos enviar esse contrato?

Ver.(a) Bráulio Lara: E só uma outra pergunta, o Rubens é uma pessoa física e eu precisava que você detalhasse se é uma pessoa física ou se é uma pessoa jurídica e qual é?

Luis Paschoalin: Pessoa Jurídica...

Ver.(a) Bráulio Lara: Qual? com qual pessoa jurídica você assinou o contrato?

Luis Paschoalin: Se não me engano aqui tá? porque tem ele tem várias, se eu não me engano é S&M.

Ver.(a) Bráulio Lara: S&M?

Luis Paschoalin: É, mas eu não tenho certeza, vocês estão pedindo aí a....

Ver.(a) Bráulio Lara: Assim é uma informação importante, eu acho que até com o senhor advogado que está aqui, te assistindo, obviamente houve um contrato.

Luis Paschoalin: Sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: A gente precisa entender se o contrato então da sua

empresa, que pelo o que o senhor disse, o senhor tem procuração, então provavelmente foi o senhor que assinou.

Luis Paschoalin: Sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Ela é...

Luis Paschoalin: A compra e venda foi meu pai e meu tio por questão de ser propriedade, entendeu? Só a compra e venda que eles assinaram, porque o resto tudo eu que assino, eu até tenho na minha procuração, mas eu preferi botar eles pra assinar, porque fica mais certinho, entendeu? Acho que é isso, o pessoal mais velho.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas vamos lá, vamos voltar então aqui.

Luis Paschoalin: Mas eu que negociei, eu que fiz tudo.

Ver.(a) Bráulio Lara: O senhor conduziu toda a negociação, mas você não se sentiu digamos assim, confortável mediante a qual era a transação de você mesmo assinar como administrador e passar isso aos proprietários, que é o senhor, seu pai e seu tio qual é o nome dele?

Luis Paschoalin:

O que assinou... não vou saber falar porque são quatro.

Ver.(a) Bráulio Lara: São quatro sócios? E dois só assinaram?

Luis Paschoalin: É isso. É por consta no contrato social nosso, que tem que ter duas assinaturas.

Ver.(a) Bráulio Lara: OK. Então por isso dois?

Luis Paschoalin: É.

Ver.(a) Bráulio Lara: E aí, a pergunta que a gente gostaria de entender é, com quem foi transacionado, então eu gostaria que se você não tivesse informação ou não estiver seguro dela, o senhor advogado também estaria aqui, para confirmar pra gente a transação com qual empresa foi?

Luis Paschoalin: Foi a S&M.

Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, S&M, porque se puder inclusive a gente ter essa documentação aqui pra confirmar a informação pra gente não ter dúvidas.

Luis Paschoalin: Não tem problema.

Ver.(a) Bráulio Lara: A gente não quer chegar aqui e ficar falando coisas e não ter o direcionamento certo e depois incorrer em qualquer erro.

Luis Paschoalin: Vou só vou ver com o meu jurídico, que eu sei que tem cláusulas de confidencialidade.

Ver.(a) Bráulio Lara: As confidencialidades podem ser ocultadas, o que a gente precisa obviamente é de entender os contratantes, o objeto de fato da transação e enfim vocês já entenderam.

Luis Paschoalin: Não, está resolvido, é só ver essa cláusula, as cláusulas lá, mas o jurídico vem, a gente tampa o que tiver que tampar, encaminha o restante pra você.

Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, então isso é pra confirmar, então você não tem relação direta com a Torres?

Luis Paschoalin: A Torres não, a BH Leste.

Ver.(a) Bráulio Lara: Desculpe, a Torres não tem vinculação direta com a BH Leste SA?

Luis Paschoalin: Nenhuma.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Luiz, na Ata de alteração do consórcio consta que as cotas primeiro passaram para S&M Transporte e depois para BHLeste. Isto está correto?

Luis Paschoalin: Está correto.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Correto?

Luis Paschoalin: Correto, é o que eu falei S&M mesmo, eu fiquei na dúvida aqui.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Alguma outra empresa do Consórcio se ofereceu a assumir essa cota? Se tiver, o senhor poderia nos informar qual empresa?

Luis Paschoalin: Não quer... não, pra mim ninguém falou nada, ninguém mais se ofereceu pra ficar com a Viação Torres, ninguém.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ninguém se prontificou?

Luis Paschoalin: Não. não sei se de repente o Rubens chegou a tratar isso com alguém, mas eu acredito que não, pra ver se alguém teria interesse de ficar, mas comigo ninguém tratou comigo não.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então dentro do consórcio ninguém em hora nenhuma manifestou diante da sua... de interesse de cessar os serviços, de se aproximar do senhor pra uma possível transação.

Luis Paschoalin: É não, a minha conversa foi com o Rubens.

Ver.(a) Bráulio Lara: Eu to falando porque vocês tinham reuniões periódicas, que foi o que o senhor disse.

Luis Paschoalin: Mas eu falei mais é com o Rubens só, não falei na reunião de com "não quero ficar mais", não falei.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso não chegou a ser passado numa reunião dentro do Consórcio com a presença do Senhor com represente, de nenhuma outra empresa?

Luis Paschoalin: Não, nenhuma outra empresa.

Ver.(a) Bráulio Lara: Dentro do consórcio não seria natural entre os pares, essa tratativa acontecer ao invés de admitir um terceiro? Assim, vocês agem em conjunto, o consórcio é composto por mais de uma empresa.

Ver.(a) Bráulio Lara: Só pra gente entender, se isso de fato, em algum

momento o Consórcio não exige que entre sócios entre aspas não haja uma preferência de compra?

Luis Paschoalin: Não, eu falei pro presidente e pro Consórcio acabou.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: É porque a gente acha que, eu não sei, no entendimento que isso poderia ter sido deliberado dentro do... é, mas pelo jeito não aconteceu.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor ou outro sócio da Viação Torres, chegou a procurar outras empresas do Consórcio ou de outros consórcios para assumir essa cota?

Luis Paschoalin: Não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Não, apenas o senhor...?

Luis Paschoalin: Só o presidente do meu consórcio que era o Rubens Lessa.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor saberia nos informar a razão pela qual o adquirente da viação Torres decidiu operar com o novo CNPJ em vez de assumi-la por inteiro?

Luis Paschoalin: Em partes, nós nenhuma hora oferecemos vendendo o nosso CNPJ, a premissa nossa da família era o seguinte "o CNPJ é nosso" Por quê? Porque a gente gostaria de resolver todas as pendências que poderiam existir no futuro e como a gente tem se enraizado e que a gente tem a qualidade de querer honrar todos os compromissos.

Luis Paschoalin: Então a gente não, nenhuma hora nós botamos à venda o CNPJ, a gente só botou a venda a operação, porque a gente queria honrar todos os compromissos existentes ou futuramente pendências que poderiam aparecer.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas vocês vão manter a Viação Torres?

Luis Paschoalin: Ela ainda está... ela está desativada operacionalmente, mas ela ainda está ativa porque eu ainda estou terminando de pagar as coisas do financiamento essas coisas. Quando acabar isso aí sim será avaliado se nós vamos

desativar ou não.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas por exemplo os financiamentos, eu imagino que o senhor esteja respondendo sobre financiamentos de carros da frota que o senhor passou pra S&M, dentro dessa transação você ficou com a obrigação de pagar esse passivo?

Luis Paschoalin: Sim, eu que pago, é tudo meu, tudo que está no nome do CNPJ da viação Torres é meu.

Luis Paschoalin: A família faz aportes planejadamente para poder quitar e honrar todos os compromissos, trabalhistas, tudo.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então os ônibus que já estão em operação hoje lá na BH Leste, a quitação deles vai ser feita por vocês?

Luis Paschoalin: Eu continuo quitando tudo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves:

O senhor poderia nos informar qual era o percentual de participação da empresa Viação Torres dentro do consórcio BH Leste? E a que se refere este percentual?

Luis Paschoalin: Se eu não me engano é 17,7% (dezessete vírgula sete por cento) mais ou menos e representa a frota. Então minha frota representava 17,7% (dezessete vírgula sete por cento) no consórcio BH Leste.

Ver.(a) Bráulio Lara: Esse percentual é percentual da frota?

Luis Paschoalin: Frota.

Ver.(a) Bráulio Lara:

Ele não representava nada com relação ao proporcional dos trajetos e dos...

Luis Paschoalin: Não aí...

Ver.(a) Bráulio Lara: É por ônibus?

Luis Paschoalin: Ônibus por ônibus, nesta parte ônibus por ônibus, você pode estar com....

Ver.(a) Bráulio Lara: É dentro do consórcio, vocês fazem a divisão proporcionalmente à quantidade de ônibus que cada um tem?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: É assim que é feito a conta, aí por isso calculou-se esse 17,7% (dezessete vírgula sete por cento) e aí então a sua representação dentro do...

Luis Paschoalin: Do Consórcio BH Leste.

Ver.(a) Bráulio Lara: É do consórcio, né? Dentro do bolo, então a sua parte de 17, é por causa dos ônibus.

Luis Paschoalin: É isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: Que era cento e quatro ônibus. OK.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A empresa, ela sempre recebeu 17. 76% (dezessete ponto setenta e seis por cento) da receita, como que ela é calculada, esse valor aí a receber?

Luis Paschoalin: Não, não era 17,7 (dezessete vírgula sete por cento) que a gente recebia, "por quê?" Como eu falei lá atrás, igual tem a tarifa, tem a planilha também que a gente recebe de valor. Então, dentro dessa planilha, vai entrar vários itens que nós vamos... estão estipulados no contrato nosso.

Luis Paschoalin: Exemplo, vai depender da frota, da quilometragem, do consumo dos veículos, do custo de pessoal, horas trabalhadas, isso tudo compõe o que representa, o que eu vou receber.

Luis Paschoalin: Então pode variar de mês a mês, porque esse mês eu posso, por exemplo, rodar cinco mil quilômetros e no mês que vem eu posso rodar cinco e quinhentos, então, vai ter essa variação no peso do consórcio. Então por isso,

que não é exato todo mês.

Luis Paschoalin: Da fatura... Da receita. É, mas o peso no consórcio pra dar receita. Entendeu? O peso de frota é uma coisa, o peso de recebíveis é outra.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então só pra gente entender, o peso de frota é dezessete ponto sete?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: Todo mês é apurado então um novo critério que é balizado em deslocamento em quilometro?

Luis Paschoalin: Não, o critério já está pronto, o critério está pronto, só que você pode variar, "esse mês eu posso rodar mais", ou "eu posso rodar menos". Vai flutuar o meu percentual de recebíveis.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então todo mês tem uma planilha que pode ser diferente uma da outra?

Luis Paschoalin: Pode ser.

Ver.(a) Bráulio Lara: E esse aí é o dinheiro que vocês recebem na câmara de compensação?

Luis Paschoalin: Nossa é lá interna, isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: OK. Agora, e na operação do subsídio? Como funcionava isso? É o mesmo cálculo?

Luis Paschoalin: É o mesmo cálculo, porque o consórcio que recebe subsídio e ele nos... pelo seu trabalho, ele fazia divisão para as empresas.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vamos supor que o número batesse com a frota, né? Então na verdade o seguinte, recebeu o dinheiro da roleta, digamos assim. E aí, dividir pra todo mundo, então, em tese a Viação Torres recebia lá dezessete ponto sete, se o número fosse igual.

Ver.(a) Bráulio Lara: Quando veio o subsídio, esse número continua sendo o mesmo? Tipo assim, na hora que fazia o cálculo do rateio do mês da receita geral, o número era o mesmo?

Luis Paschoalin: Mesmo, era o mesmo.

Ver.(a) Bráulio Lara: Sempre é o mesmo?

Luis Paschoalin: É o mesmo, porque você imagina o seguinte, você vai dividir dez ou você vai dividir cem, por cento é a mesma coisa...

Ver.(a) Bráulio Lara: A proporção, ela era mantida... Ok, mas eventualmente por causa de alguma situação de alocação das empresas nas linhas, aí tinha flutuação?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então todo mês vinha uma planilha e essa divisão.

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então...

Luis Paschoalin: Claro que não vai ser... não vai de dezessete pra quinze.

Ver.(a) Bráulio Lara: OK, mas a questão é que todo mês como administrador você tinha que ir lá e bater a lista pra você ver se estava certinho, pra você não receber a menos do que merecia.

Luis Paschoalin: Conferir minhas viagens, exatamente.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então, mas sempre subsídio é igual ao resto da câmara de compensação das receitas...

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quem é que faz esse cálculo?

Luis Paschoalin: O Consórcio faz o cálculo e repassa para as empresas.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O consórcio que faz?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E repassar pra vocês?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: Agora, só uma pergunta complementar, o Consórcio faz esse cálculo a partir de qual sistema de controle? É aquele que a SUMOB, BHTRANS também controla o sistema e teoricamente, quando sai da garagem, porque a gente teve uma visita técnica, a gente viu que tem um sistema lá que é o Cingis, se não me engano, que aí, ele sabe que o veículo já está na rota e etecetera.

Ver.(a) Bráulio Lara: Esse sistema é que faz a base de dados pra todos esses cálculos funcionarem ou tem um controle especifico do SETRA?

Luis Paschoalin: Aí sinceramente eu não sei te responder, não sei.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas como que você como administrador validava isso?

Luis Paschoalin: Eu pegava pelo meu... meio que Excel, pelo que eu fazia diariamente, eu sabia que...

Ver.(a) Bráulio Lara: Você fechava o dia e jogava numa planilha pra você pegar e controlar pra ver se batia. Mas vem cá, pra saber de proporção, você tinha que saber quanto que tinha gerado o grupo inteiro, o Consórcio, porque você é uma proporção, então você sabia que você produziu X, mas você não sabia quando que o todo.

Luis Paschoalin: Mas no fechamento eles mandavam...

Ver.(a) Bráulio Lara: De todo mundo?

Luis Paschoalin: Não, não de todo mundo, do total.

Ver.(a) Bráulio Lara: Total de todo mundo e você via seu peso lá dentro?

Luis Paschoalin: É isso aí.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então você validava só o seu.

Luis Paschoalin: Só o meu.

Ver.(a) Bráulio Lara: O seu, tipo assim, beleza, e aí se foi justo ou injusto por causa do total, você não entrava nesse mérito.

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas você pelo menos sabia qual era o seu. Era assim?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: OK.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quantos veículos da Viação Torres, a BH Leste Transporte assumiu?

Luis Paschoalin: Total, todos, que eu saiba todos.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor sabe o número?

Luis Paschoalin: Ah, mas eu sei que eu passei 104 (cento e quatro).

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A que título foram repassados os veículos da Viação Torres a BHLeste?

Luis Paschoalin: Eu não passei pra eles, eu passei pra S&M.

Ver.(a) Bráulio Lara: Essa pergunta, ela é importante, vocês fizeram um termo de sessão, termo de comodato, é um termo de compra e venda, como que foi a transação específica dos ônibus, visto que, eles ainda estão financiados, então ainda estão sob o seu domínio.?

Luis Paschoalin: Escrito, como é que está escrito certinho? Eu não sei, mas eu peço e a gente encaminha pra você certinho, eu prefiro não falar a forma que foi, está falando errado, de cabeça aqui...

Ver.(a) Bráulio Lara: isso é importante pra gente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque os veículos ainda continuam no nome da Viação Torres? porque não foi feita a transferência, que a gente verificou que existem os veículos, vários veículos em nome de outras empresas. Inclusive...Rodopaz...

Ver.(a) Bráulio Lara: Só pra facilitar, que o senhor Luiz tinha colocado no início, justamente porque ainda está com o financiamento nos ônibus.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ah sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então, ele está esperando quitar isso aí pra...

Luis Paschoalin: Pra poder transferir.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: É, mas aí, existem... em outras empresas, então porque ainda está sob financiamento.

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: E todos estão financiados.

Luis Paschoalin: Já liberou, já tá liberando alguma coisa já, já liberou alguma coisa, pouca coisa, eu estou esperando agora só pra mim poder transferir só.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vocês pensariam em fazer um aporte e liberar todos de uma vez, pra liberar a transação como um todo?

Luis Paschoalin: Não, porque não vai no... outras situações que a gente teve que pagar, então a gente não tinha o capital suficiente e ficou acordado que a gente iria pagando.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas como vocês venderam, certamente vocês também receberam um capital pra fazer esse pagamento não?

Luis Paschoalin: Recebemos não.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vocês não receberam?

Luis Paschoalin: Não, não recebemos nada, pelo contrato...

Ver.(a) Bráulio Lara: Então uma transação pro futuro, digamos assim, vocês não tiveram ainda nenhuma receita dessa transação?

Luis Paschoalin: Não. Não. Já está tendo, mas não teve nenhum aporte inicial pra poder fazer qualquer coisa.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas isso não seria um risco alto, pra essa transação suas, porque vocês estão vendendo....

Luis Paschoalin: Mas nós amarramos do jeito que a gente podia amarrar, está amarrado em contrato. Então é um risco que tem que correr, mas foi o risco que a gente preferiu passar.

Ver.(a) Bráulio Lara: OK.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Os veículos da Rodopas ainda estão financiados? que estão em nome da Rodopas?

Luis Paschoalin: Em comodato, estão em comodato com a gente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eles estão em comodato ....

Luis Paschoalin: Em comodato com a gente, contrato em comodato.

Ver.(a) Jorge Santos: Fazer uma pergunta aqui, como e qual foi o valor realizado na transição da venda dessa empresa desse contrato? Qual foi o valor? O senhor sabe?

Luis Paschoalin: Isso aí é por causa do sigilo, eu não posso informar isso aí... está e consta, um dos sigilos no contrato é isso aí, eu não posso falar isso.

Ver.(a) Jorge Santos: Mas aí a gente pode encaminhar esse contrato?

Luis Paschoalin: Sim. Vou encaminhar.

Ver.(a) Jorge Santos: Porque precisa, porque como você bem colocou aí´, houve uma venda contratual, vendeu, não recebeu nada. Então se eu vendo, faço um

contrato e não recebi nada, porque o valor é alto, porque eu creio que lá na frente eu posso receber.

Luis Paschoalin: Não. É parcelado, ele é parcelado.

Ver.(a) Jorge Santos: Mas dessas parcelas vocês já receberam alguma parcela desde...?

Luis Paschoalin: Já recebi já. Já estou recebendo.

Ver.(a) Jorge Santos: aproximadamente o que cinquenta por cento do valor foi vendido ou não?

Luis Paschoalin: Não, de jeito nenhum, de jeito nenhum. É que, vocês têm que pensar o seguinte, o negócio está ruim, se você apresentar muita dificuldade, você continua botando dinheiro todo mês aí.

Ver.(a) Jorge Santos: Porque a gente está comparando a empresa que comprou, que teve aqui conosco e a gente não está tentando comparar esses valores aí.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Luís, por que a Rodopas, ela fez esse contrato de comodato? Essa.... a frota então, não era, não pertence a Torres?

Luis Paschoalin: Não, não pertence a Torres.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas o percentual era de acordo com o número de frotas, que era composto pelas?

Luis Paschoalin: Torres.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pela Viação Torres.

Luis Paschoalin: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas a da Rodopas não pertence a Torres?

Luis Paschoalin: Não, mas é um comodato.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: É um contrato de comodato?

Luis Paschoalin: Isso, como se fosse um aluguel, que isso é normal, eu não conseguia substituir a frota que precisava substituir, eu não tinha dinheiro pra comprar uma frota nova. Como é que eu fazia pra continuar operando o sistema? Eu tive que fazer um comodato para botar a frota pra rodar. Entendeu?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, as autorizações de tráfego desses veículos, elas estão em nome da empresa Viação Torres?

Luis Paschoalin: Não, hoje não, no dia que eu entreguei estava o nome da Viação Torres.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: As autorizações de tráfegos não estão mais no nome?

Luis Paschoalin: Não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor sabe no nome de quem? De quem que está agora ou não?

Luis Paschoalin: Não, não sei.

Ver.(a) Bráulio Lara: Pois, é possível ter uma autorização de tráfego sobre um veículo que não está em nome da empresa?

Luis Paschoalin: Eu acredito que sim, igual seria o caso do Comodato.

Luis Paschoalin: Em Comodato, o carro não está no meu nome e eu tenho ordem de tráfego pra operação.

Ver.(a) Bráulio Lara: Tá. Então é importante a gente entender essa documentação, porque só pro senhor entender, porque nós estamos fazendo essa pergunta pra esclarecer.

Ver.(a) Bráulio Lara: Diversos veículos, dentro da frota da BH Leste S.A, estão em nomes da Torres. OK? A emissão de uma autorização de tráfego então por uma outra empresa mantendo o veículo em nome da Torres significa que, tem que

ter uma conexão?

Ver.(a) Bráulio Lara: Você precisa entender o seguinte, é um comodato, é uma cessão ou foi de fato uma compra e venda? Então, isso tem que ser colocado... Só que a transação do senhor não foi com a empresa BH Leste S.A.

Ver.(a) Bráulio Lara: A transação que o senhor fez, pelo que o senhor disse aqui, foi com a empresa S&M, então nós da CPI, o vereador Jorge Santos, bem colocou aqui, a gente está confrontando informações que foram postas.

Ver.(a) Bráulio Lara: E a gente tem que deixar isso bem claro também, por quê? A grande questão, é houve o rito de toda a transferência desse direito de exploração da concessão. Foi feito da forma correta? É isso que a gente quer saber, a gente quer entender esses detalhes da transação porque a gente precisa entender se realmente foi tudo feito conforme deveria.

Luis Paschoalin: A minha parte, que eu posso falar só até a minha parte, né? Porque eu não posso falar da parte dos outros.

Luis Paschoalin: A minha parte foi feita o rito tudo certinho, informei o órgão, o órgão não, desculpa, o Consórcio, tem o meu contrato de compra e venda com relação de todos os veículos, tudo certinho, eu vou até ali. Em frente eu não posso te responder porque eu não sei.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas como funciona essa questão do comodato? eles emprestam de graça?

Luis Paschoalin: Aluguel, né? Como se fosse um aluguel.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Comodato?

Luis Paschoalin: É como se fosse um aluguel, comodato é ...uma empresa...

Ver.(a) Loíde Gonçalves: É um empréstimo.

Luis Paschoalin: Não, aluguel, como se fosse um aluguel, você paga um valor...

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O comodato é quando você empresta algo, não? a uma pessoa?

Luis Paschoalin: Não, nesse caso não, nesse caso é como se fosse um aluguel.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como se fosse o aluguel, aí vocês pagam pra eles?

Luis Paschoalin: Isso, isso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Será que o senhor tem documentação também.... acho que...

Ver.(a) Bráulio Lara: acho que assim, só o... se a transação fosse da Torres direto com a BH Leste, ia ser muito mais fácil da gente entender essas situações, porque em algum momento esse comodato, ele então foi cedido, ele foi... é uma cessão de direito sobre comodato, como que vai se dar essa conexão do ativo que vocês passaram pra S&M.

Ver.(a) Bráulio Lara: E a S&M passo ativo lá pra viação BH Leste S.A, que por sua vez então vai emitir as autorizações de tráfego em cima do CNPJ deles, e a gente nessa CPI aqui queremos entender.

Luis Paschoalin: É porque a doutora confundiu o comodato da Rodopaz com o meu, não... Eu não sei como é que a S&M vai fazer com a BH Leste, isso eu não tenho como falar, eu sei que a minha parte com eles, é que eu vou transferir meus carros, conforme que for tendo a quitação consta no contrato, conforme botei na quitação dos meus veículos, eu vou transferir o veículo pra eles.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas entre os 104 (cento e quatro) veículos, alguns então você tinha adquirido entre aspas para explorar os... para prestar o serviço, não vão falar explorar, para prestar o serviço, você tinha adquirido por meio de um comodato?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: É isso?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Que é os são da Rodopas.

Ver.(a) Bráulio Lara: Quantos são, mais ou menos? Aliás, mais ou menos não, quantos são se o senhor não souber responder de forma objetiva... não, o objetivo não é de bater o número, mas se não tiver é só pra gente entender qual o percentual da frota mais ou menos, aproximadamente que seria nesse formato.

Luis Paschoalin: Quinze, vinte por cento, um trem assim, no termo de cabeça aqui exato... Não, não é a maioria, não é.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Os ônibus, eles estão segurados em nome de qual empresa e de quem é a responsabilidade aí no caso de acidentes?

Luis Paschoalin: Hoje, até dia primeiro de janeiro o seguro estava no meu nome, a partir do dia dois de janeiro, que não sou eu mais que operava, eu não sei em quem está, eu acredito que seja de quem está operando.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas o senhor cancelou as apólices, ou você também fez um prorato da apólice e transferiu para eles a obrigação de pagar?

Luis Paschoalin: Não, eles que fizeram um seguro, eu acredito, né? Eu não passei nada pra eles não.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas você cancelou a sua ou ela já estava vencendo, como é que era?

Luis Paschoalin: Teve situações que tinha veículos vencendo, mais... teve cancelamento e não teve cancelamento. Aí nós pegamos lá na hora lá, não fizemos... é de cabeça que eu não vou recordar como é que a gente fez.

Ver.(a) Bráulio Lara: Assim, obviamente que quando a gente faz uma pergunta dessa pro senhor a gente não está fazendo a pergunta querendo tipo assim "há vírgula". Mas o senhor como administrador tomou uma providência de pegar... Pega todos aqui, liga pro seu corretor de seguros e pede pra ele dar a baixa ou não, "olha só tem alguns que estão acabando mês tal, está no bolo e vai..." é isso que a gente quer entender.

Ver.(a) Bráulio Lara: Qual foi sua postura como administrador?

Luis Paschoalin: Se eu não me engano, que é o que acontece no mercado, você não tem... não é igual veículo, não é automóvel, você paga no início depois você não tem como pedir reembolso, entendeu? Então se eu... não tenho certeza, mas eu acredito que eu não consegui cancelar.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: É seria tipo como se fosse, o senhor já pagou ali o seguro, então...

Luis Paschoalin: Mas eu acredito que a quem está operando hoje, teve que fazer, porque é obrigação, consta se em contrato.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: No contrato de aluguel da garagem, consta o nome da Viação Torres ou quando que o titular deste contrato de aluguel foi alterado?

Luis Paschoalin: O meu contrato foi até dia primeiro de janeiro, a partir do dia dois de janeiro já não era a ligação Torres Mais.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Do aluguel da garagem?

Luis Paschoalin: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor também poderia também, estar nos enviando cópia aí deste...

Luis Paschoalin: Do extrato?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Do extrato, por gentileza.

Luis Paschoalin: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nós estamos fazendo a cópia aqui tá, pedi pessoal pra ficar aí me acompanhando.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: É melhor, pra não faltar nada.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como foi feita a rescisão trabalhista dos funcionários? A Viação Torres já pagou todo o passivo trabalhista que deveria?

Luis Paschoalin: Na época que a gente fez, eu chamei o pessoal do Sindicato dos Trabalhadores, igual falei aqui do CNPJ, uma das premissas nossa sempre foi respeitar o trabalhador, ainda mais os trabalhadores que estavam lá.

Luis Paschoalin: Tinha trabalhador lá, que tinha trinta... eles fizeram uma camiseta de despedida da Viação Torres, então nós acertamos 100% (cem por cento) dos funcionários, pra não falar que nós já resolvemos 100% (cem por cento), deve dos 300 (trezentos) funcionários, deve faltar 15 (quinze) funcionários de acertarem com a gente.

Luis Paschoalin: Nós pedimos... nós combinamos com o Sindicato dos Trabalhadores, pagamos integralmente o FGTS de todo mundo, rescisão de todo o FGTS e fizemos acordo na Justiça do Trabalho, com 100% (cem por cento) dos funcionários pra exatamente ninguém sair com algum problema, reclamando de alguma coisa.

Luis Paschoalin: Então nós acertamos dos 300 (trezentos) funcionários se eu não me engano faltam no máximo 15 (quinze) fazer isso, porque eles não fizeram com a gente, porque nós criamos um mutirão para receber todos os funcionários, pra resolver o mais rápido possível pra eles já começarem a receber a rescisão deles.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Qual é a data do encerramento desses contratos?

Luis Paschoalin: O grosso foi dia dois de janeiro, só que ainda tinha um pessoal que estava de férias, pessoal que andava de licença, pessoal que estava com estabilidade, que aí foram matando no início do ano mesmo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A BH Leste assumiu alguma dívida trabalhista da Torres?

Luis Paschoalin: Zero, por isso que nós ficamos com CNPJ, a gente não quis passar problema, o problema é nosso, a gente não quis passar nada pra ninguém.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tá. A Viação Torres já pagou todos os débitos previdenciários dos agora ex-funcionários?

Luis Paschoalin: O FGTS está 100% (cem por cento) quitado, como eu falei no dia da... nós fizemos... pagamos todo mundo, e temos alguma coisinha que nós temos de INSS, que nós já estamos negociando, já estamos com protocolo, pra poder fazer o pagamento, fazer tudo certinho, regularizar tudo certo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A viação Torres recebeu as parcelas do subsídio de julho a dezembro de 2022?

Luis Paschoalin: Recebi.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quanto?

Luis Paschoalin: Ah de cabeça aqui eu não vou recordar, o valor exato é que eu não vou saber falar.

Ver.(a) Bráulio Lara: Seria aproximadamente os 17% (dezessete por cento) do que estava previsto?

Luis Paschoalin: Sim, sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E em 2023 a Viação recebeu alguma parcela em subsídio?

Luis Paschoalin: Não, nenhum.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nenhum?

Luis Paschoalin: Nenhum.

Ver.(a) Bráulio Lara: Aí no caso esse dinheiro de subsídio já foi tipo repassado pro S&M, digamos assim, que se virou lá para fazer o que ele achava que devia fazer.

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: É só uma pergunta sr. Luiz, hoje você está administrando qual empresa? Porque eu sei que vocês são um grupo.

Luis Paschoalin: Viação Santa Edwiges.

Ver.(a) Bráulio Lara: Vocês estão com a Santa Edwiges?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: E ela presta serviço na operação de ônibus urbano de Belo Horizonte?

Luis Paschoalin: Não, só no Metropolitano e no de Betim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Ah OK.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu só gostaria depois que o senhor também nos enviasse o valor que foi recebido do subsídio de 2022, por gentileza.

Luis Paschoalin: Tá. Eu só vou pedir um cuidado, eu não tenho funcionário mais na empresa, então meu pessoal administrativo todo não existe mais.

Luis Paschoalin: Então vou ter que pedir, igual eu brinco, ajuda aos universitários pra poder conseguir levantar tudo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: ah, mas você deve ter uma planilha.

Ver.(a) Bráulio Lara: E às vezes assim, a gente.... são perguntas de confrontação obviamente a gente está montando, mas eu acredito que o seu contador vai te dar um relatório rápido dessa informação.

Luis Paschoalin: É o problema que o contador morreu.

Ver.(a) Bráulio Lara: Ah tá. Ou principal, logicamente ele deve ter um escritório de contabilidade.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Às vezes ele deve ter um escritório.

Luis Paschoalin: É interno, nossa contabilidade é interna.

Ver.(a) Bráulio Lara: Com todo respeito obviamente, mas até pela idade do seu pai e do grupo, eu imagino que são pessoas que já tem uma longa trajetória, então, deve ter sucessão no escritório dele, com certeza.

Luis Paschoalin: Mas ele era...

Ver.(a) Bráulio Lara: Não, mas assim, certamente era um sr...

Ver.(a) Jorge Santos: Você quer estipular 5 dias úteis, como os demais?

Luis Paschoalin: Da 10 (dez) só por segurança.

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos colocar então fica aqui, 10 dias úteis.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nesses repasses de subsídio em 2023, que vem ocorrendo devido a nova Lei 11458/2023, vocês em algum momento foram procurados pela Transfácil para indicarem alguém para o recebimento?

Luis Paschoalin: Não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Em nenhum momento a Transfácil procurou vocês?

Luis Paschoalin: Lá em 2023 não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: É pra receber agora o subsídio deste ano.

Luis Paschoalin: Não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quem que o senhor... tudo foi feito pelo Rubens Lessa, ele que, como que o senhor nos informa sobre isso, porque até então consta ainda que a Viação Torres, inclusive para a Prefeitura de Belo Horizonte. Porque foi a... recebemos até um ofício agora recentemente que consta ainda que a Viação Torres que está operando.

Luis Paschoalin: É eu tenho com certeza em algum contrato, falando de uma procuração pra eles poderem receber, enquanto está regularizando isso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então o sr. indicou alguém?

Luis Paschoalin: Indiquei é. O Rubens Lesse indicou a empresa, que se eu não me engano, tá? Chama Buser pra receber o valor do serviço do Transfácil.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E o senhor passou essa procuração? Porque na prefeitura consta ainda a Viação Torres.

Luis Paschoalin: É o Rubens.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor consegue nos informar, nos enviar também cópia dessa procuração por gentileza, porque para a PBH, de acordo com o ofício que nós recebemos, ainda é Viação Torres.

Luis Paschoalin: Eu não recebo nada desde o dia primeiro de janeiro.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pois é, mas a gente quer entender como está funcionando isso, o senhor teria que indicar alguém para receber esse valor, porque esse valor foi pago. Inclusive nós recebemos aqui...

Luis Paschoalin: Nós indicamos que seria o Rubens.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor Nilo Júnior e ele nos informou que está recebendo., mas alguém tem que passar essa procuração para eles receberem.

Luis Paschoalin: Então deve ter sido Rubens que deve ter passado pra eles.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E o senhor indicou?

Luis Paschoalin: Eu indiquei o Rubens que poderia receber o meu valor.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tá. Aí eu gostaria que o senhor também nos enviasse essa procuração, por gentileza.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Qual era o capital da Viação Torres quando participou da licitação de 2008?

Luis Paschoalin: Nossa, eu não vou saber de falar isso aqui não, eu tenho que pedir um tempinho pra eu poder olhar na contabilidade e poder enviar pra vocês.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Está bom, gostaria que o senhor pudesse nos enviar. E qual era o capital social no momento em que saiu do consórcio?

Luis Paschoalin: Também não vou saber, posso informar os dois juntos?

Porque de cabeça aqui eu também não vou saber não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim. A Viação Torres ainda está operando em algum sistema de transporte coletivo?

Luis Paschoalin: Não, nada, nenhum lugar.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas conta pra gente, que a prefeitura informa que é a Viação Torres ainda, mas o senhor não?

Luis Paschoalin: Não, ela só não está desativada o CNPJ dela, porque eu estou terminando de honrar os compromissos que ela tinha.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu não consigo só entender o vereador Bráulio, vê se o senhor consegue me ajudar. Como funciona? Porque na Prefeitura consta que ainda é a Viação Torres que está operando, mas o Sr. Luiz ele afirma que já está desativado esse CNPJ. Como que é? A empresa está desativada em operação... Ainda está pagando. Mas a operação ainda consta na Prefeitura.

Ver.(a) Bráulio Lara: Essa pergunta Sr. Luís, é só porque é porque a grande questão é o seguinte, a empresa Viação Torres, ela ainda aparece nos cadastros públicos da Prefeitura.

Ver.(a) Bráulio Lara: E a empresa que sucedeu o senhor, que repassou pra outra empresa do grupo do Consórcio, ela ainda não estava devidamente credenciada, apropriadamente prestar o serviço. Então é por isso que a vereadora Loíde Gonçalves, está fazendo essas questões, justamente para elucidar e clarear todo o entendimento a respeito desse encaminhamento.

Luis Paschoalin: Se eu não me engano, porque o Sinop, eu sempre confundo o nome é a Sinop?

Ver.(a) Bráulio Lara: Não, SUMOB, a superintendência de mobilidade.

Luis Paschoalin: Desculpa, a SUMOB, tem que dar anuência pra a empresa que vai operar da... Eu acho que, como ela não deu a anuência ainda, deve ser por isso que ainda consta a Viação Torres.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pois é, e isso assim é até um caso, o vereador Bráulio, muito preocupante porque eu tenho realizado as visitas técnicas e na última vez que eu estive lá na Estação São Gabriel, eu estava lá acompanhando as viagens da linha 815, que está... que é ainda da Viação Torres, mas está já circulando inclusive com todas.... Eu verifiquei com a placa escrita BH Leste de Transporte.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eles, os usuários questionando todos os ônibus que passaram ali, estavam com problema, faltando pedaços de peças que compõem ônibus, a porta quebrada, as janelas abertas, o ar-condicionado não estavam funcionando, ônibus muito sujo e os usuários questionando isso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: É um usuário me falou assim, "olha vereadora, eu liguei lá na garagem e o gerente me informou, que eles não vão melhorar o transporte enquanto a prefeitura não der anuência".

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eles agora... Eu acho até bom se o André Dantas também ficasse atento a isso, porque ele nos enviou um ofício informando que a Viação Torres que está operando. Quem está operando na realidade é a BH Leste Transporte, que inclusive agora já está até utilizando essas justificativa, "que não vão poder melhorar o transporte, enquanto a Prefeitura não dá anuência".

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu acho que tá tendo uma omissão muito grande por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, e agora eles já estão já colocando essa responsabilidade para os usuários, e os usuários tendo que andar no transporte público sujo, quebrado, sem ar-condicionado, que está um caos.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Estou falando com o senhor, eu estive lá, eu presenciei a linha 815, está uma vergonha e eles falaram assim “a vereadora, ele está aqui, está saindo pontualmente, porque a senhora está aqui, porque normalmente a gente fica quinze, vinte minutos aqui aguardando", e é uma linha... é a maior linha da Estação São Gabriel.

Luis Paschoalin: Sim.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A fila fica enorme e a gente vendo a população saindo daquele jeito no transporte público daquele jeito e recebe o senhor aqui, que

o senhor fala que o senhor não está operando, que a Viação Torres não está operando.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A gente recebe um ofício da prefeitura de Belo Horizonte afirmando que quem está operando é a Viação Torres e a gente presencia, eu presenciei a BH Leste Transporte operando na linha 815, e eu fico pensando, coitado dos usuários, quem é que vai pagar essa conta? Estão recebendo um recurso público, por isso que nós estamos fazendo essa CPI.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque envolve recurso público e cabe a nós vereadores fiscalizarmos isso e de quem é essa responsabilidade? Quem vai responder por isso tudo?

Luis Paschoalin: Pra quem opera hoje.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas consta no quadro da Prefeitura a Viação Torres, isso é preocupante.

Luis Paschoalin: Mas aí a Prefeitura tem que dar anuência e resolver isso gente, eu já...

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Olha como foi feito essa transação, está muito confuso pra gente, por isso que nós tivemos que trazer o senhor aqui, porque nós não estamos conseguindo entender.

Luis Paschoalin: Olha o dia que a Viação Torres entregou a operação, estava tudo perfeitamente funcionando, isso é o que eu posso te falar.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tudo como?

Luis Paschoalin: Não tinha reclamação.

Ver.(a) Bráulio Lara: No dia primeiro de janeiro?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Desse ano?

Luis Paschoalin: É ué.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Não havia reclamação?

Luis Paschoalin: Não, reclamação do dia a dia normal, mas se for pegar no dia que eu entreguei a operação a empresa seguia e cumpria todos os índices necessários no contrato da BHTRANS, todos.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Inclusive a qualidade do transporte?

Luis Paschoalin: Tudo, tudo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Será que houve uma troca então desses, porque nós recebemos a documentação dos ônibus, nós vamos até conferir isso detalhadamente.

Luis Paschoalin: Mas eles não devem ter trocado ônibus.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Uma troca de ônibus porque a situação da frota.

Luis Paschoalin: A frota estava velha, estava velha... Não tinha condição de comprar, como é que você vai comprar? E olha que eu sou o maior interessado em comprar e como colocar um de novo pra rodar.

Luis Paschoalin: O empresário de ônibus é o maior interessado em colocar ônibus novo pra rodar, não é só a população não, porque a gente sabe que com isso melhora pra todo mundo.

Luis Paschoalin: Empresário de ônibus é o maior interessado porque população vai achar ótimo, você vai ter mais qualidade, você vai ter mais cumprimento de horário e você vai ter menos dor de cabeça, menos problema dentro da empresa.

Luis Paschoalin: Ônibus velho é ruim pra todo mundo, o empresário de ônibus só não compra porque não tem condição uai.

Ver.(a) Jorge Santos: Os vereadores só pra eu entender aqui... quando foi feito esse contrato, vocês permanecem com CNPJ?

Luis Paschoalin: Sim.

Ver.(a) Jorge Santos: Corretamente, foi passado somente os ônibus?

Luis Paschoalin: O direito.

Ver.(a) Jorge Santos: O direito, esse CNPJ ele está ativado ou desativado?

Luis Paschoalin: Está ativo.

Ver.(a) Jorge Santos: Está ativado, mas não está sendo usado?

Luis Paschoalin: Não está sendo usado.

Ver.(a) Jorge Santos: Por vocês não?

Luis Paschoalin: Não.

Ver.(a) Jorge Santos: Mas pra ele está sendo usado o seu CNPJ?

Luis Paschoalin: Não.

Ver.(a) Jorge Santos: Então porque quando ele esteve aqui, eu até falei "a gente tem que ver com André Dantas", o vereador Bráulio, que a gente vai ter que trazer. Porque a empresa recebe do subsídio, mas ela não tem a.....

Luis Paschoalin: O direito?

Ver.(a) Jorge Santos: Não, a anuência que fala, não é isso? A anuência ela não tem, aí a gente "mas como é que você está recebendo?", mas é a prefeitura que está repassando.

Ver.(a) Jorge Santos: Aí o que acontece? Eles estão rodando, mas continua rodando com os ônibus com o nome ainda da sua empresa, se o seu CNPJ está parado, como é que esses ônibus estão rodando com o nome da sua empresa?

Luis Paschoalin: O ônibus é considerado como um carro alugado, isso não tem problema, acontece no mercado. Tá?

Ver.(a) Jorge Santos: Então, desse contrato é como vocês... você vendeu não é isso?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Jorge Santos: Foi vendido, mas só que nesta venda você não recebeu ainda?

Luis Paschoalin: Estou recebendo parcelado.

Ver.(a) Jorge Santos:

Parcelado, então foi como se fosse um contrato?

Luis Paschoalin: Isso.

Ver.(a) Jorge Santos: Um contrato, olha vou te ceder aqui, 104 (cento e quatro) ônibus, vocês vão operar com o mesmo nome e tal. Só que eles pegaram, só que eles chegaram no SUMOB...

Luis Paschoalin: Mesmo nome não, outro nome.

Ver.(a) Jorge Santos: Outro nome, mas consta ainda que está o nome lá.

Luis Paschoalin: Mas é por causa da SUMOB, a gente já fez todos.

Ver.(a) Jorge Santos: Então a SUMOB não tinha que pagar esse subsídio, eles não tinham que receber... É, porque eles não têm autorização.

Luis Paschoalin: Toda parte da Viação Torres, oficial nós fizemos, nós fizemos tudo, nós fomos no nosso Consórcio, avisamos ao nosso líder, comunicamos oficialmente, fizemos tudo.

Ver.(a) Jorge Santos: Porque o que eu estou tentando...

Luis Paschoalin: Se eu não fizesse isso, eu não ia operar.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu vou lá, pegou a sua empresa, faço o contrato, pegar 64 ônibus. Um exemplo, peguei, está comigo, eu tenho o direito de rodar, só que quando eu peguei, já tinha passado por vistoria, já tinha autorização da SUMOB, tinha autorização da BHTRANS, estava tudo legalizado.

Ver.(a) Jorge Santos: Porque eu não vou pegar uma coisa que não esteja legalizada, só que pra mim pegar isso e levar pra SUMOB, pra eu poder rodar e receber o subsídio eu não tenho anuência em outras palavras, eu estou operando como uma empresa clandestina e recebendo.

Luis Paschoalin: É, eu já não posso responder.

Ver.(a) Jorge Santos: Não estou fazendo pro senhor responder, estou só recapitulando o que aconteceu aqui, porque está difícil da gente entender isso, que isso aí já não é questão do senhor, nem da empresa que está.

Ver.(a) Jorge Santos: Isso é questão da SUMOB, que a gente tem que .... Da Prefeitura com Andre Dantas e imediatamente chamar pra que a gente possa sentar e entender porque, como é que ele está recebendo?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Empresa fantasma?

Ver.(a) Jorge Santos: Corretamente.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso está errado, então a gente tem que chamar até atenção da população e da Prefeitura, porque é uma empresa fantasma que está aí rodando, porque o senhor Luís diz que passou a procuração para uma empresa receber o subsídio.

Luis Paschoalin: Não subsídio não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Subsídio não?

Luis Paschoalin: Não. vamos dizer assim, o valor de.... O trabalho deles lá.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pois é, mas aí nessa procuração entra o subsídio, ou eu estou errada e aí Braulio, Vereador Bráulio.

Ver.(a) Jorge Santos: Mas aí não é questão aqui, a questão é a SUMOB.

Ver.(a) Bráulio Lara: Pra gente não perder o objeto dessa oitiva, o que o senhor Luís tá falando é que dia primeiro de janeiro, ele transferiu a empresa dele pra outra pessoa, que é a S&M, dali pra frente ou que eles estão fazendo, como estão

fazendo é um problema que tem que ser esclarecido sim, nas próximas oitivas.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pela prefeitura.

Ver.(a) Bráulio Lara: Pela prefeitura, porque é o dinheiro público, não é mais da Viação Torres, porque eles já saíram da operação, mas a regularidade dessas transações, ela é questionável e é o nosso papel...

Luis Paschoalin: Não recebi mais nada depois disto.

Ver.(a) Bráulio Lara: E o que o senhor obviamente recebe e paga, é vinculado ao contrato do senhor com a S&M.

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos então, vamos a pergunta aqui, Sr. Luiz qual foi o motivo que levou a Viação Torres a sair do sistema?

Luis Paschoalin: O sistema não está sendo suportado mais.

Ver.(a) Jorge Santos: E como ficou a situação trabalhista dos funcionários da viação Torres e quem assumiu os passivos?

Luis Paschoalin: Eu até respondi já pra vereadora, mas vou repetir, o CNPJ ficou com a gente exatamente pra gente manter e assumir todas as pendências trabalhistas, acertamos com todo mundo...

Ver.(a) Jorge Santos: Existem causas trabalhistas hoje contra vocês dos funcionários ou não?

Luis Paschoalin: Dos antigos que aí nós mandamos?

Ver.(a) Jorge Santos: É.

Luis Paschoalin: Se eu não me engano, uma pequena parte que não aceitou.

Ver.(a) Jorge Santos: Cinco, dez por cento por aí não?

Luis Paschoalin: É no máximo.

Ver.(a) Jorge Santos: Okay, obrigado.

Luis Paschoalin: Nós acertamos com todo mundo, 100% (cem por cento).

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sem a substituição da Viação Torres, o Consórcio conseguiria manter a prestação do serviço regularmente?

Luis Paschoalin: Não.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Há ou já houve compartilhamento de estrutura entre os consorciados como garagem, limpeza, frota, isso é compartilhado?

Luis Paschoalin: O que eu me recordo é que só o que acontecia, o seguinte, garagem no meu caso não, não posso falar pros outros.

Luis Paschoalin: Como a gente tem um compromisso com o Ministério Público do Trabalho, de manter uma limpeza e a qualidade pros nossos trabalhadores, tem alguns pontos finais que são compartilhados, como que ele é o ditado popular, "filho feio não tem pai?" Então o que a gente combinava, a gente combinava um trabalho de épocas em épocas, uma empresa que operava naquele ponto final de ser a responsável pela limpeza e atendimento naquele ponto final.

Luis Paschoalin: Porque nós temos que ter bebedouro, micro-ondas, limpar o banheiro todo dia, isso tudo, então isso sim é ver um compartilhamento, uma pessoa, um líder ia lá, fazia esse trabalho e mensalmente se eu não me engano, no momento se era mensal ou se era por decêndio.

Luis Paschoalin: Mandava a prestação de contas, "ah qual que é o meu peso? Dez." Então dez por cento daquela conta, eu pagava, só isso que eu me recordo de ter lá na empresa.

Luis Paschoalin: Mas pra manter esse compromisso que nós temos com o Ministério do Trabalho, para ter qualidade de trabalho pros nossos funcionários.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como se dava a relação entre a Viação Torres e as demais empresas do Consórcio?

Luis Paschoalin: É, mas quando tinha essa questão de.... quando tinha reunião nossa e a gente encontrava lá em assembleia alguma coisa assim, mas é

isso.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Não sei se você já recebeu essa aqui, respondeu. Qual foi a negociação do senhor Rubens Lessa com o senhor para aquisição da Viação Torres e como foi feito o pagamento?

Luis Paschoalin: Eu já respondi...

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu não sei se ficou claro como foi feito esse pagamento.

Luis Paschoalin: Que ele está me pagando?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como que foi ....

Luis Paschoalin: É parcelado, eu fiz um contrato de compra e venda e ele está me pagando parcelado.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Aí nós solicitamos esse contrato?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Solicitou já.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ah sim. Vereador Bráulio, eu... o senhor quer fazer algumas perguntas? questionamentos.

Ver.(a) Bráulio Lara: Acho que está pra mim está tranquilo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Está tranquilo, eu assim, vamos aguardar o presidente, eu já fiz as minhas perguntas que eu já fiz todas, mas eu acho que é muito importante a gente enfatizar isso, que a população fica sem entender Sr. Luís, ela não consegue entender o que está acontecendo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque essas negociações não chegam até eles, o que eles nos relatam é a má qualidade do transporte, é ônibus sujo, é o ônibus que não chega no horário. E aí eles ficam sem entender o que está acontecendo, agora, que já estão chegando para os usuários essa não anuência do poder público.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eles nem sabem o que que é isso, há mas eles

estão falando agora ligando na garagem que está sem anuência, por isso que o ônibus não vai... não pode melhorar o ônibus, por isso que não posso trocar as peças dos ônibus, porque a gente não tem anuência.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E nisso os ônibus estão rodando na linha 815, você tem que ver a situação do vereador, eu ia passar o vídeo aqui e acabou que não dava tempo de passar.

Ver.(a) Jorge Santos: Mas aí a vereadora é aquilo que a gente colocou que nesse momento, em defesa do sr. Luís, mas o sr. Luís não tem nada mais a ver com isso, se fosse antes do dia primeiro de janeiro a gente com todo respeito, podia colocar a faca no seu pescoço, agora a gente tem que ir atrás do outro.

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos continuar, não tem alguma coisa aí pra gente?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu estava fazendo algumas ponderações até o sr. voltar.

Ver.(a) Bráulio Lara: Eu vou fazer só uma fala pra finalizar, Sr. Luís, até porque como o senhor ainda opera dentro do segmento, não em BH mas pelo que o senhor trouxe pra gente em Betim e no Metropolitano, que provavelmente é de Betim pra BH também, na pelo menos assim eu me recordo dos antigos ônibus da Santa Edwiges passando ali na Avenida Amazonas.

Ver.(a) Bráulio Lara: Eu gostaria apenas de frisar pro senhor e obviamente falando pra toda população, que hoje nós vivemos uma crise da imobilidade de A a Z, justamente por falhas muito grandes na gestão. E o problema todo é que o problema efetivo se observa na ponta que é o usuário, o cliente do sistema de transporte público extremamente mal atendido.

Ver.(a) Bráulio Lara: E antes de qualquer uma dessas situações, que estão mais acima sejam resolvidas, é o usuário lá na ponta que é massacrado, andando em ônibus lotados, ônibus que não tem a estrutura adequada porque a questão de itens de conforto como o ar-condicionado foram de fato pactuados.

Ver.(a) Bráulio Lara: As frotas envelheceram não foram renovadas e aí você

vê ônibus parados nas ruas constantemente deixando a pessoa atrasada pro seu trabalho, e aí enfim uma sequência de problemas e que ao invés de se trabalhar pra ter soluções efetivas o que a gente viu, foi muita omissão.

Ver.(a) Bráulio Lara: Omissão do poder público que é responsável por cobrar, omissão das próprias empresas de ter varrido poeira pra debaixo do tapete, porque muitos dos assuntos que não foram encarados à época, foi realmente bola de neve pra chegar agora e a gente ter o caos. E o caos ele está sendo remediado com subsídio, mas a gente está vendo o seguinte, o subsídio não resolve, o subsídio não resolve, porque quando a gente não tem um sistema que está de forma estruturado de forma sadia, não há dinheiro que consiga ficar injetando, tirando dos impostos, tirando do IPTU, tirando de receitas que estariam indo pra outras áreas da cidade, para tentar sanar de forma extremamente digamos assim, ineficiente, um problema que está estrutural.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então todos tem que fazer é valer da sua posição e atuar pela melhoria efetiva do sistema e eu acredito que não existe sistema que é bom só pra um lado, tem que ser bom para as partes, ele tem que ser sadio e as perguntas que nós fizemos pro senhor é por quê? Nós como vereadores temos que fiscalizar o cumprimento das normas que em tese serviriam para justamente defender o usuário.

Ver.(a) Bráulio Lara: E a gente vê que cada hora a situação se adapta de uma forma e inclusive os próprios questionamentos judiciais que foram feitos pelo SETRA em discussões com a prefeitura, não foram resolvidos devidamente, o sindicato alega que a prefeitura não cumpre o contrato, a prefeitura alega que as empresas não cumprem o contrato, ninguém cumpre o contrato, por que preservar então o contrato? Por que não começar do zero? Por que não se faz uma nova licitação e realmente pactua esses pilares da forma correta.

Ver.(a) Bráulio Lara: Porque do jeito que está, veja, o senhor fez uma transação com uma empresa que não é a empresa que tem operação e aí a gente chega aqui pra questionar e conforme o nosso presidente vereador Jorge Santos colocou, precisamos de saber do poder público representado hoje pela SUMOB por que não foi feito assim? Por que as coisas não andam devidamente?

Ver.(a) Bráulio Lara: Porque se for o caminho obviamente de se abrir o sistema pra que outras empresas operem, que fiquem as boas empresas, que fiquem aqueles realmente que entregam bons resultados. Mas quando está tudo encapsulado em Consórcio e aí entra a empresa, sai empresa, etc. e tal e continua do mesmo jeito? Vereadora Loíde Gonçalves, infelizmente a gente ainda vai ver essas cenas.

Ver.(a) Bráulio Lara: Faremos o máximo aqui na nossa CPI, mas enquanto realmente, não se falar em encerrar esse contrato e começar um novo capítulo na história da nossa cidade a gente vai ver isso andando. O prefeito Fuad tem que resolver. Se ele quer realmente encarar um problema de frente ou se vai ser mais um dos que passou por Belo Horizonte, só acumulando poeira debaixo do tapete. Obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos: Só fazer aqui antes da gente encerrar e dar as considerações finais, quando o senhor fez esse contrato, que o senhor vendeu a sua empresa, passou, qual era mais ou menos assim a qualidade dos seus ônibus, o tempo de vida dele? Já estava pra vencer ou já tinha vencido alguns veículos, o senhor lembra mais ou menos? Alguma porcentagem de cabeça? Pode chutar que não tem problema.

Ver.(a) Jorge Santos: Porque que eu estou fazendo essa pergunta? Pro senhor entender, porque assim, quando o senhor passou a sua empresa, porque o senhor já não estava aguentando mais. Corretamente, veio a pandemia, aquela coisa todinha, não tinha mais condições de comprar peça, manter o diesel, não estava mais dando, então o que que o senhor pensou? "Ah eu vou me livrar disso aqui," ha não tenho como... vamos supor, eu vou vender por um exemplo aí, cinquenta milhões, o cara não tem cinquenta milhões pra te dar, então faz o contato, vai me pagando aos pouquinhos, eu quero é me livrar disso aqui, que não tem...

Ver.(a) Jorge Santos: Só que quando você passou esses ônibus, são esses ônibus que hoje está rodando na cidade, que quando ele esteve aqui, como é que se fala? É a vida útil desses ônibus já está vencendo, está pra vencer agora. Alguns já até venceram por isso que ele sai e está quebrando.

Ver.(a) Jorge Santos: E às vezes quebra, não tem condições de mandar, tem que mandar pra garagem do outro, quitar essa complicação, mas ainda continua levando o nome da empresa. Só que ela não é mais sua, mas continua levando o nome.

Ver.(a) Jorge Santos: Então só queria entender mais ou menos, que quando esses 104 cento e quatro ônibus, não é isso? Foi passado que o senhor vendeu sobre mais ou menos o útil de vida dos ônibus, já tinha vencido?

Luis Paschoalin: Não tinha nada vencido, se eu não me engano, no final deste ano teria que mudar substituir...

Ver.(a) Jorge Santos: Algumas frotas?

Luis Paschoalin: É tipo ...chutando... dez por cento, uma coisa assim, pro final deste ano. Então esse ano o mês eu não teria que trocar nenhum veículo....

Ver.(a) Jorge Santos: Aí vereador, vem aquela questão na época do Kalil, que aumentou a vida útil dos ônibus por mais tempo, entendeu? Aí vamos, suponhamos que um exemplo, não estou condenando nem julgando.

Ver.(a) Bráulio Lara: É uma gambiarra do vereador Jorge.

Ver.(a) Jorge Santos: Suponhamos que quando o senhor vendeu a sua empresa, os seus ônibus tinham só um ano de vida útil, um exemplo, eu não estou julgando nem nada. Aí eles foram a BH Leste, outro que assumiu, pegou esses 104 ônibus, só tem um ano, Prefeito me vem e dá mais 10 anos pela frente.

Ver.(a) Jorge Santos: E por isso que os ônibus estão despedaçados. Entendeu? E ele falou que está pra comprar mais ônibus, mas não consegue comprar ônibus. E está recebendo subsídio não tem anuência e é complicado. Então fica as suas considerações finais aí também, se quiser falar.

Luis Paschoalin: Eu queria agradecer, espero que tenha conseguido responder da melhor forma possível todas as perguntas que vocês fizeram e estamos aí. Boa sorte pra vocês aí. Eu acho que vocês estão fazendo um extremamente importante o trabalho, que o nosso consumidor merece.

Luis Paschoalin: Então eu acho que vocês estão de parabéns aí, que tudo der certo pra vocês.

Ver.(a) Jorge Santos: Doutor quer considerações de alguma coisa? Bráulio? Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Agradecer a presença de vocês, o que a gente tá buscando nessa CPI é melhorar mesmo a vida aí dos nossos usuários, que muitos deles passam quatro horas por dia dentro do ônibus. É que eles liguem o ar condicionado, é que eles passem no horário, é que os ônibus estejam limpos.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Hoje mesmo no MGTV de manhã estava passando, o ônibus da BH Leste 815 com o banco rasgado e um tanto de barata saindo do ônibus. Como é que um ônibus desse sai da garagem do vereador Bráulio? pra pegar o usuário, o usuário mandou de manhã cedo.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: A última vez que eu estive lá na BH Leste, a moça falou assim “nossa, mas você não sabe como que os usuários são, eles são terríveis, eles rasgam a poltrona dos ônibus, eles quebram os ônibus", a culpa agora também é até do usuário, a gente sabe que tem uns que estragam.

Ver.(a) Jorge Santos: Tem os vândalos.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas tem que ter esse cuidado, sair sim, de cuidar da limpeza, mas a gente está aqui pra buscar melhoria do transporte público, igual o vereador Bráulio falou, para que esse mandato não saia aí sem deixar uma melhoria pro transporte público. Tá? Mas muito obrigado a vocês.

Ver.(a) Jorge Santos: Agradeço a todos, é o que eu falo, a gente tem um pepino pela frente aí.

Ver.(a) Jorge Santos: Então agora são 11 h 43 min, não tendo mais nada a declarar encerramos nossos trabalhos, obrigado a todos.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia.

2.11 DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A 12ª Reunião[12] Extraordinária desta comissão realizou-se no dia 26 de setembro de 2023 as 10h17min, no Plenário Helvécio Arantes, sob a Presidência do Vereador Jorge Santos, que, após registrar as presenças da Vereadora Loíde Gonçalves e dos Vereadores Bráulio Lara, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Wesley Moreira e havendo quórum regimental, deu início aos trabalhos.

Após a comunicação da aprovação da ata da 7ª Reunião, deu-se início a apreciação dos seguintes Requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nº 2.512/23 - pedido de informação dirigido ao Sr. Luiz Fernando Paschoalin para obter informações no que tange às informações prestadas pela sua oitiva à comissão, bem como requerer apresentação de documentos, com prazo de resposta de 10 dias úteis e de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves;

2) Requerimento de Comissão nº 2.574/23 - pedido de informação dirigido ao Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, e ao Superintendente de Mobilidade de Belo Horizonte, André Dantas, para obter informações acerca do repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei nº 11.438/23, percebidos pelo Suplementares e Convencionais, com prazo de resposta de 5 dias úteis e de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves;

3) Requerimento de Comissão nº 2.575/23 - requer a realização de oitiva para intimar o Presidente do SINDPAUTRAS - Sindicato dos Permissionários Autônomos do Transporte Suplementar de Passageiros dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, Júlio César Guimarães, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional, no dia 5/10/23, às 9h30min, no Plenário Helvécio Arantes, de autoria das Vereadoras Loíde Gonçalves e Fernanda Pereira Altoé;

4) Requerimento de Comissão nº 2.576/23 - requer a realização de oitiva para

---

12 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/12%C2%AA-reuni%C3%A3o-comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-26-09-2023

intimar o Sr. Jeferson Luiz Gazolla Palhares, Presidente e Líder do Consórcio TRANSUPLE - Consórcio Operacional do serviço de Transporte Suplementar de Passageiros de Belo Horizonte/MG, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 34.605.173/0001-55, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional, no dia 5/10/23, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes, de autoria das Vereadoras Loíde Gonçalves e Fernanda Pereira Altoé.

Após os referidos requerimentos terem sido aprovados por unanimidade dos Vereadores presentes, o presidente deu ciência à comissão do recebimento dos ofícios em resposta aos requerimentos de comissão de nº 2.006, 2.249, 2.250, 2.252, 2.253, 2.254, 2.262, 2.263, 2.294, 2.295, 2.296, 2.297, 2.298, 2.299, 2.302, 2.399 e 2.400/23.

Em seguida, colocou-se em deliberação o Ofício nº 459/23, do Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte - Transfácil, informando a resposta aos ofícios Dirleg nº 7.028, 7.031, 7.034, 7.037 e 7.121/23 e solicitando prazo de 30 dias para apresentação de resposta aos ofícios Dirleg nº 7.020 e 7.222/23, onde o presidente informou a data de 06/10/2023 como prazo final para a referida resposta, que foi aprovado pelos demais Vereadores presentes por unanimidade.

Posteriormente, a Comissão deliberou sobre o pedido apresentado pelo Sr. Ricardo Cecílio dos Santos para que seja substituído por seu sócio, José Braz Gomes Pereira Júnior, na oitiva marcada para o dia 28/9/23, às 9h30min, no Plenário Helvécio Arantes, sendo que, por unanimidade dos Vereadores presentes, decidiu-se pela apreciação da solicitação no momento da oitiva, com a presença de ambos na reunião.

Por fim, após a Comissão concluir a apreciação dos itens constantes da pauta da Reunião, o Presidente declarou encerrados os trabalhos às 10h44min.

2.12 DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A décima terceira reunião[13] da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade, foi realizada no dia 28/09/2023, às 9h46min, no Plenário Helvécio Arantes. Sob a presidência do vereador Jorge Santos, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves, Braulio Lara e a presença remota dos vereadores Wesley Moreira, Henrique Braga, Professor Juliano Lopes, e do vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, reuniu-se a comissão.

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas das 11ª e 12ª reuniões, realizadas em 14 e 26/9/23, respectivamente.

Sendo isto, foi apresentado, discutido e votado os seguintes requerimentos:

1) Requerimento de Comissão n'' 2.610/23 - “Requer que seja acionada a Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte para exigir, em juízo, a busca e apreensão dos documentos solicitados pelos parlamentares em 28/08/2023, durante a 9=' reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - Ônibus Sem Qualidade, realizada em 28/08/2023 - às 09:30“. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Aprovado por unanimidade pela comissão.

2) Requerimento de Comissão n') 2.611/23 - “Requer que seja enviado, por meio da assessoria institucional dessa Casa Legislativa, convite para a 17a Promotoria de Justiça, na figura de Luciana Ribeiro da Fonseca, para acompanhar todas as reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Aprovado por unanimidade.

3) Deliberação sobre o Requerimento de Comissão n'' 2.575/23 - realização de oitiva para “intimar o Presidente do SINDPAUTRAS - Sindicato dos Permissionários Autônomos do Transporte Suplementar de Passageiros dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, Júlio César Guimarães, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias sobre o tratamento

---

13 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/13%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi-%C3%B4nibus-sem-qualidade-28-09-2023

diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional". Autoria: vereadoras Loíde Gonçalves e Fernanda Pereira Altoé. Aprovada a deliberação para a alteração do local para o Plenário Camil Caram.

4) Deliberação sobre o Requerimento de Comissão n') 2.576/23 - realização de oitiva para "intimar o sr. Jeferson Luiz Gazolla Palhares, Presidente e Líder do Consórcio TRANSUPLE - Consórcio Operacional do serviço de Transporte Suplementar de Passageiros de Belo Horizonte/MG, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 34.605.173/0001-55, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional". Autoria: vereadoras Loíde Gonçalves e Fernanda Pereira Altoé. Aprovada a deliberação para a alteração do local para o Plenário Camil Caram.

Foi colocada em deliberação requisição de Ricardo Cecílio dos Santos para que este seja substituído por seu sócio, José Braz Gomes Pereira Júnior, na reunião da CPI. Bem como, aprovado por unanimidade.

Deu-se início à oitiva do Sr. José Braz Gomes Pereira Júnior, representante legal da empresa Coletivos Boa Vista Ltda, que prestou o compromisso com a verdade.

DA 13ª REUNIÃO

00:00:14 Ver.(a) Jorge Santos: Bom dia a todos, sejam bem-vindos à Câmara Municipal de Belo Horizonte. Agora são 9 horas com 46 minutos. Vamos fazer a chamada aos membros da comissão parlamentar de inquérito. Instituída pelo requerimento 873/2023 da CPI de Ônibus sem Qualidade.

00:00:37 Ver.(a) Henrique Braga: Eu, Vereador Jorge Santos, posso apresentar, Vereadora Loíde

00:00:42 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Presente.

00:00:43 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley?

00:00:46 Ver.(a) Wesley Moreira: Presente.

00:00:47 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

00:00:50 Ver.(a) Henrique Braga: Presente.

00:00:51 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes

00:00:53 Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Presente.

00:00:53 Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado Vereador. Vereador Bráulio Lara

00:01:00 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares

00:01:06 Ver.(a) Jorge Santos: Então com o coro, vamos começar aqui nossos trabalhos da 13ª reunião, no dia 28/09/2023, no plenário Alvécio Arantes.

00:01:19 Ver.(a) Jorge Santos: Vamos para a ordem dos trabalhos, item 1. Comunico a aprovação das atas das reuniões 11a e 12a, visto não ter havido impugnação destas nos termos regimentais. De praxe, vamos fazer uma inversão da pauta antes de entrar na nossa oitiva para que a gente possa votar aqui alguns requerimentos e algumas respostas que nós recebemos. Então vamos lá para a discussão e votação, Proposições da Comissão: Item 1. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2610/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Requer que seja acionada a Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte para exigir, em juízo, a busca e apreensão dos documentos solicitados pelos parlamentares em 28/08/2023, durante a 9a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito - Ônibus Sem Qualidade. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves

00:02:07 Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação. Como o vota é vereadora Loíde

00:02:32 Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

00:02:33 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga

00:02:38 Ver.(a) Henrique Braga: Do acordo.

00:02:39 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Wesley

00:02:43 Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

00:02:44 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes

00:02:45 Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

00:02:46 Ver.(a) Jorge Santos: E eu, o Vereador Jorge Santos estou de acordo, então está aprovado o requerimento de comissão 2610/2023. Turno único. O item 2. REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2611/2023 - TURNO ÚNICO (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Requer que seja enviado. por meio da assessoria institucional dessa Casa Legislativa, convite para a 17a Promotoria de Justiça, na figura de Luciana Ribeiro da Fonseca, para acompanhar todas as reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves. Eu ponho em discussão, eu coloco em votação. Como vota a vereadora Loíde

00:03:35 Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

00:03:36 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga

00:03:38 Ver.(a) Henrique Braga: Do acordo.

00:03:39 Ver.(a) Henrique Braga: Vereador Juliano Lopes

00:03:42 Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

00:03:43 Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Vereador Wesley

00:03:45 Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

00:03:45 Ver.(a) Jorge Santos: Eu também estou de acordo, então está aprovado o requisito de comissão. 2611/2023. turno único. Alteração de Evento Aprovado Anteriormente pela Comissão: Item 1. EVENTO REFERENTE AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2575/2023 (VINCULADO A: REQUERIMENTO

873/2023) SOLICITAÇÃO: Realização de oitiva FINALIDADE: Intimar o Presidente do SINDPAUTRAS - Sindicato dos Permissionários autônomo do Transporte Suplementar de Passageiros dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG, Júlio César Guimarães, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves: Fernanda Pereira Altoé. Eu

ponho em discussão

00:04:56 Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Senhor presidente., bom dia. Só para registrar minha presença. Vereador Sérgio Fernando presente.

00:05:01 Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado Vereador Sérgio Fernando. Eu acabei de ler que é só para poder fazer a alteração do plenário, não é isso?

00:05:09 Ver.(a) Jorge Santos: Então não percebe botar em votação não, ne? Não. Então vou colocar em votação em plenário esse requerimento que acabei de ler. Pessoal é somente para alterar para o plenário Camil Caram. Em votação como vota Vereadora Loíde

00:05:23 Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

00:05:23 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga

00:05:27 Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

00:05:27 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando

00:05:29 Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo

00:05:30 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Professor Juliano

00:05:31 Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

00:05:32 Ver.(a) Wesley Moreira: Vereador Wesley

00:05:35 Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

00:05:36 Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado Vereador. Também estou de acordo, então está aprovado o requerimento 2575/23 alteração de plenário. O outro também é a mesma coisa, mas eu vou ler aqui. Pode ler? Tá. Evento referente ao requerimento de comissão. 2576 barra 2023 é condicional ao requerimento 873 barra 2023, solicitação relevam de oitiva específica, instituir.2. EVENTO REFERENTE AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2576/2023 (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) SOLICITAÇÃO: Realização de oitiva FINALIDADE: Intimar o sr. Jeferson Luiz Gazolla Palhares, Presidente e Líder do Consórcio TRANSUPLE - Consórcio Operacional do serviço de Transporte Suplementar de Passageiros de Belo Horizonte/MG, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 34.605.173/0001-55, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional. AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves; Fernanda Pereira Altoé. Também a mudança de plenário para o Camil Caram. Coloco em votação, como o vota Vereadora Loíde

00:06:52 Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

00:06:53 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga

00:06:54 Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

00:06:55 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio

00:06:57 Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

00:06:58 Ver.(a) Henrique Braga: Vereador Professor Juliano Lopes

00:07:00 Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

00:07:01 Ver.(a) Henrique Braga: Vereador Wesley Moreira

00:07:04 Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

00:07:04 Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado Vereador. Eu, Vereador Jorge Santos também estou de acordo. Então está aprovado o requerimento. 2576/2023 mudança de plenário. Vou ler aqui somente algumas respostas de alguns

requerimentos indicados da comissão que são ofícios. 1. OFICIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2318/2023 (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves RESPOSTA: S/N REMETENTE: TRANS OESTE TRASPORTES URBANOS LTDA. E nós também temos aqui um OFÍCIO EM RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE COMISSÃO 2402/2023 (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) AUTORIA: Ver.(a) Loíde Gonçalves RESPOSTA: S/N REMETENTE: Advogado - Augusto César Vieira Neri, lembrando que este ofício aqui o item 2, segundo a nossa assessoria e segundo que foi encaminhado, nós vamos colocar aqui em votação para que a gente possa adiar mais um pouco ele. É os senhores vereadores que estão nos acompanhando, só orientar vossas excelências, nós recebemos aqui da TRANSOESTE Transportes Urbanos LTDA, algumas solicitações da relatora do requerimento Loíde Gonçalves, e eles também nos mandaram aqui., o outro também que é o advogado, dizendo que algumas dessas respostas já se encontram em alguns que já encaminharam. Só que caso não esteja todos lá estão pedindo aqui mais um prazo. Caso será o quê? 5, 10 dias úteis? O que a senhora acha, Vereadora relatora? 10 dias para a senhora?

00:08:29 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Está bom.

00:08:30 Ver.(a) Jorge Santos: Está ok, então vou colocar em votação aqui esse requerimento. 2402/2023 solicitando aqui pelo advogado é Augusto César Vieira. Um prazo de mais 10 dias úteis. Eu coloco em discussão, eu ponho em votação, como vota a Vereador Loíde

00:08:51 Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

00:08:52 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga

00:08:54 Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

00:08:55 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando

00:08:58 Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

00:08:59 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes

00:09:01 Ver.(a) Professor Juliano Lopes: De acordo.

00:09:01 Ver.(a) Professor Juliano Lopes: Vereador Wesley Moreira

00:09:03 Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

00:09:05 Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador. Eu, o vereador Jorge Santos, estou de acordo, então está aprovado o requerimento. 2402/2023, observação 10 dias úteis para a resposta. Outros Documentos Recebidos pela Comissão 1. DOCUMENTO PROT. N° 006092/2023 (VINCULADO A: REQUERIMENTO 873/2023) ASSUNTO: Ricardo Cecílio dos Santos, representado por seu advogado. requer a sua substituição pelo sócio José Braz Gomes Pereira Júnior na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito Ônibus sem Qualidade agendada para a data de 28/09/2023, às 09h3Omin, via on-line ou no Plenário Helvécio Arantes, sendo está a melhor forma de contribuir com os digníssimos trabalhos da comissão especializada. AUTORIA: Ricardo Cecílio dos Santos, representado pelo advogado Marcos Paulo Resende Neves. OAB MG 75.128.

00:09:35 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Presidente Jorge, vou só falar que eu vou acompanhar online. Bom dia para todos.

00:09:41 Ver.(a) Jorge Santos: Obrigada querida. Seja bem-vinda.

00:09:56 Ver.(a) Jorge Santos: A assessoria pode nos informar se já chegaram os convidados? José Braz está aí? Por favor, queira sentar aqui, por gentileza.

O senhor está acompanhado do advogado? Por favor, doutor pode se sentar aqui também.

O Marcos Paulo é o seu advogado, não é isso?! Por favor, fica à vontade. Então só vou ler aqui para fazer a votação.

É o documento protocolado número 006092/2023. Vinculado ao requerimento 873/2023 Ricardo Cecílio dos Santos, representado por seu advogado. requer a sua substituição pelo sócio José Braz Gomes Pereira Júnior na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito Ônibus sem Qualidade agendada para a data de 28/09/2023, às 09h3Omin, via on-line ou no Plenário Helvécio Arantes, sendo está a

melhor forma de contribuir com os digníssimos trabalhos da comissão especializada. AUTORIA: Ricardo Cecílio dos Santos. representado pelo advogado Marcos Paulo Resende Neves. OAB MG 75.128. Eu coloco em discussão, eu coloco em votação. Como vota a Vereadora Loíde?

00:11:27 Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

00:11:28 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga

00:11:32 Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

00:11:35 Ver.(a) Henrique Braga: Obrigado. Vereador Sérgio Fernando

00:11:40 Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

00:11:41 Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Professor Juliano Lopes. Vereador Professor Juliano Lopes em votação. Vereador Wesley Moreira. Vereador Wesley? Deve ter caído. Eu, Vereador Jorge Santos estou de acordo. Vereador Bráulio

00:12:08 Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

00:12:09 Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado Vereador. Seja bem-vindo também. Então está aprovado o requerimento. Então vamos lá mais uma vez, bom dia a todos e a todas. Seja bem-vindo, senhor Marcos Paulo Rezende Neves, advogado, seja bem-vindo também o senhor José Braz Júnior a esta casa. Nós vamos dar início aqui a nossa oitiva. Senhor José Braz Júnior, vou fazer aqui uma leitura é uma coisa simples, tranquilo. O senhor se encontra em juramento diante dessa comissão. Solicito a testemunha que preste o compromisso nos termos do artigo 203 do código de processo penal, e informo que fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade poderá incorrer em crimes de Falso Testemunho de acordo com o artigo 342 do código penal. Se o senhor está ciente, por gentileza, bom dia.

00:13:34 Sr. José Braz: Bom dia a todos, estou ciente. Eu José Braz, 57 anos de idade, estado civil casado, residente na avenida 31 de março, 133, cidade Belo Horizonte, estado Minas Gerais. Administrador de empresa cuja atividade é desenvolvida no endereço da avenida 31 de março, 133 prometo dizer a verdade, relatando sempre o que souber, explicando sempre as razões da minha ciência sobre

o fato ou circunstâncias pelas quais posso avaliar-se de sua credibilidade. Declaro ainda que compareço espontaneamente a essa comissão, na presente data, mesmos sem ter sido devidamente intimado, abrindo mão, portanto, do prazo estabelecido do artigo 218, parágrafo segundo, do código de processo civil.

00:14:28 Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado tá. Bom, vamos dar início, então, aos nossos trabalhos. Primeiramente, quero agradecer a sua presença, a presença do seu advogado e dizer que o senhor fique tranquilo, porque nós estamos aqui nessa casa trabalhando seu José Brás, em favor do povo e vocês vêm acompanhando aí a situação que se encontra hoje dentro da nossa cidade de Belo Horizonte, essa casa, por meio dos vereadores nós temos tido uma luta muito grande que a gente vem observando a questão do subsídio que essa casa aprovou um valor muito alto para as empresas de ônibus da cidade e essa CPI foi instaurada dentro dessa casa para que a gente possa melhorar a qualidade de ônibus e também apoiar os empresários, porque os empresários têm feito uma boa contribuição dentro dessa cidade.

O que nós queremos aqui é que as perguntas sejam respondidas, né? Corretamente. O senhor pode ficar tranquilo porque aqui o senhor não está sendo investigado. O senhor não está sendo punido de nada, apenas o senhor foi convidado e o senhor veio, diria, espontânea vontade. A gente gostaria de ouvi-lo, o advogado também fica à vontade, tá bom doutor?! Como também os demais vieram aqui esclarecer e a gente quer que essa cidade ande.

Eu gostaria, então, primeiro de abrir as palavras para os vereadores que estão online, porque aqui presencial está a Vereadora Loíde. Algum vereador que está online gostaria já de iniciar as suas perguntas ao senhor José Brás Júnior? Por gentileza. Juliano, Henrique Braga, Sérgio Fernando, Bráulio, Wesley. Então, caso vocês queiram se manifestar, vai estar aberto, é só chamar.

Eu vou passar aqui então a palavra para nossa relatora Loíde como de praxe, que ela possa também participar. E a vereadora Fernanda, que está acompanhando, caso a Vereadora Fernanda, queira também fazer alguma pergunta, manifestações, o microfone está aberto para a senhora, tá?

00:17:11 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Obrigada.

00:17:12 Ver.(a) Jorge Santos: Por nada. Vamos lá, Vereadora Loíde fique à vontade., bom dia.

00:17:18 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia a todos. Bom dia senhor José Brás, doutor Marcos, bom dia a todos os vereadores e a todos que nos acompanham. Senhor José Braz, nós vamos fazer algumas perguntas para o senhor, né? E já vou começar já aqui perguntando, o senhor ou algum sócio da Coletivo Boa Vista LTDA possui alguma relação com sócios da viação Torres LTDA e com a BHLESTE transportes SA, E também com a aviação Anchieta?

00:17:52 Sr. José Braz: É, nós temos participação na aviação Anchieta.

00:17:59 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor então, possui uma participação com a Aviação Anchieta?! E com a Aviação Torres?

00:18:05 Sr. José Braz: não temos participação com aviação Torres e nem com a BH leste, nada.

00:18:11 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia falar um pouquinho da história do senhor dentro do transporte público? Um breve relato, não preciso do senhor alongar muito não, só um pouquinho da experiência e como que o senhor iniciou esse trabalho?

00:18:25 Sr. José Braz: Com muito prazer, nós estamos no transporte, se não for a empresa mais antiga, deve ser uma das mais antigas do sistema. Ela é desde 1959, foi fundada pelo meu pai, José Braz e ao longo desse período, começou com meio ônibus com o ônibus, foi cobrador, foi motorista, a família seguiu no mesmo caminho do pai durante esse período e estamos aqui até hoje, dentro do sistema de Belo Horizonte. Já tivemos empresa fora e hoje não temos mais.

00:19:01 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Em algum momento o senhor ou algum sócio da coletiva Boa Vista LTDA recebeu alguma proposta para substituir a Aviação Torres limitada? O senhor sabe se alguma empresa recebeu essa proposta também? Se o senhor recebeu, se alguma outra empresa dentro do consórcio também recebeu essa proposta?

00:19:26 Sr. José Braz: Vou falar por mim né, pelos outros eu não posso falar, já. Já recebemos proposta e não achamos interessante assumir a aviação Torres. Nós já recebemos algumas propostas, mas não achamos interessante assumi-la.

00:19:42 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor então, foi procurado pelo consórcio para poder substituir ou assumir?

00:19:49 Sr. José Braz: Fomos procurados e nós não achamos interessante, devido aos problemas que o sistema passa em assumir aquela empresa, a Viação Torres.

00:20:00 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A coletiva Boa Vista tinha algum interesse em assumir a cota dessa Aviação Torres?

00:20:10 Sr. José Braz: Como eu disse, a gente não tinha interesse porque o sistema passa por um período muito difícil, então nós achamos que não era conveniente endividar para esse tipo de atitude. Então nós não temos interesse, não tivemos interesse em pegar cotas, nem assumir a Aviação Torres.

00:20:31 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia nos explicar como que foi apresentado o pedido da saída da Aviação Torres, o consórcio já tinha conhecimento das dificuldades financeiras da empresa?

00:20:45 Sr. José Braz: Teve uma reunião, acho que até a comissão tem poder dessa ata, foi reunido o líder do consórcio, senhor Rubens Lessa, reuniu os membros e fez uma reunião colocando em votação a saída da Aviação Torres e a inclusão da BH Leste.

00:21:10 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nessa reunião foi já diretamente apresentado a saída, a votação para a saída da empresa? Não foi apresentado nenhuma outra solução? Ou apresentada a possibilidade da substituição desta empresa por alguma outra do consórcio? O senhor poderia falar como que foi feita essa reunião?

00:21:28 Sr. José Braz: Nessa reunião foi simplesmente isso. Apresentou-se uma empresa e apresentou-se a subsequente empresa que estaria substituindo. Olha, complementando a sua pergunta, eu entendo e acredito que no nosso caso nós não tínhamos interesse em assumir a Aviação Torres por várias questões financeiras e por questões administrativas. Então, imagino que os colegas do consórcio deveriam pensar da mesma maneira. A solução que foi posta na mesa no dia da reunião foi que sairia a Torres, e entraria a BH Leste.

00:22:17 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor poderia então nos informar por que a Boa Vista votou contra essa substituição da Aviação Torres, pela BH Leste? Os motivos, o senhor poderiam nos explicar por gentileza.

00:22:29 Sr. José Braz: Nós votamos contra porque foi solicitado igual tem na ata que foi fornecido já para a comissão. Nós votamos contra, porque na hora da reunião nós questionamos a documentação da BH Leste e nos foi informado que ela já tinha sido conferida pelo jurídico do consórcio. Olha, eu me sinto no direito de ver a documentação, aí falei, se não está disponível, eu voto contra. Já que não está disponível para que eu veja a documentação, estava contra. E complementei falando, no meu entendimento, não estou falando que esse é o entendimento dos colegas e nem é o entendimento do dos contratos, eu não sei, da minha cabeça eu entendia que primeiro a prefeitura deveria dar anuência para depois modificar o consórcio.

00:23:34 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor então chegou a relatar isso durante essa reunião?

00:23:38 Sr. José Braz: Relatei.

00:23:38 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Para todas as empresas, para todos os presentes, não é?

00:23:42 Sr. José Braz: Para os presentes.

00:23:43 Ver.(a) Loíde Gonçalves: As dificuldades que o senhor mesmo relatou, financeiras da empresa a viação Torres era de conhecimento de todo o grupo do consórcio? Foi colocado ali apenas nessa reunião ou isso era passado para todo o grupo ali?

00:24:02 Sr. José Braz: Vereadora Loíde, o que acontece muito simplesmente é que o sistema está falido, na minha visão. Poucas empresas vão querer assumir uma outra empresa hoje, e se assumir, sabe o passivo que tem que arcar, correto?! Tem que pagar os funcionários, tem que pagar impostos, tem que pagar muitas coisas, então é complexo trabalhar dentro de uma situação que, até se me permite falar, essa CPI tende a ajudar o sistema porque o problema não é só o ônibus, não é só o ar-condicionado.

Se você pensar friamente, imagino que o bairro que te elegeu faz uma curiosidade, pega um ônibus, dá uma volta no ônibus e vê se o itinerário que o ônibus passa é todo asfaltado. É mais fácil ter ruas que o ônibus não passa a não ser asfaltada do que o itinerário do ônibus. E o que que acontece? Desgaste de ônibus, o motorista se desgasta, o passageiro se desgasta, então eu acredito que o que está despertando aqui nessa casa, nesse momento vai ser super importante para melhorar a mobilidade em um todo no transporte.

00:25:18 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, a intenção da CPI é esse mesmo, não é? Como o senhor bem relatou, lá na região a gente encontra sim essas dificuldades, não é? Não é só do ar-condicionado, da questão da qualidade ali, do ar-condicionado quebrado, ônibus quebrado, faltando peças, mas também das vias de circulação, isso então é tudo um conjunto e a intenção da CPI, esse mesmo é trazer melhorias no geral.

Mas voltando à pergunta, era de conhecimento do grupo do consórcio todo que a a viação Torres estava passando por dificuldade? Isso era levado para o grupo nas reuniões nas atas? Todos sentavam, olha só gente, estamos com uma empresa hoje que tem passado dificuldade e aí corre o risco de ela ser substituída, alguma das empresas gostariam de assumir... Isso era passado para o grupo do consórcio?

00:26:19 Sr. José Braz: Essas reuniões do consórcio BH Leste, não são reuniões semanalmente nem mensalmente. Essas informações são mais informações de colegas, né? Às vezes, você está passando mal de saúde e fala para um ou outro colega, nem todos os colegas vão ficar saindo. Então a gente sabia das dificuldades porque via reclamação dos funcionários, no nosso caso específico dos coletivos Boa

Vista, sabia que passava por algum tipo de dificuldade que ela gostaria de sair do sistema.

00:26:58 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso era passado pelos colegas, não numa reunião, né, convocando todos os membros do consórcio? Isso era passado em conversa entre colegas mesmo?!

00:27:09 Sr. José Braz: Neste caso específico, não.

00:27:11 Ver.(a) Loíde Gonçalves: E aí nessa reunião que foi apresentada às dificuldades financeiras da Torres imediatamente também foi apresentada a empresa que iria substituir?!

00:27:23 Sr. José Braz: Exatamente, foi o que aconteceu, no momento da reunião que foi convocada pelo líder do consórcio, senhor Rubens Lessa, ele, neste momento apresentou a entrada da BH Leste com a saída da Aviação Torres.

00:27:38 Ver.(a) Loíde Gonçalves: No qual o senhor votou contra, né?!

00:27:41 Sr. José Braz: É porque eu não tive acesso a documentação, e achava que deveria passar primeiro para a prefeitura para depois dar se a aprovação, contudo, eu entendo, isso é um entendimento meu, que o sistema, o consórcio, poderia entrar em colapso se não tivesse tomado essa atitude mais certeira de colocar uma outra empresa para colocar alguém que assumisse essa empresa.

Porque o consórcio não conseguiria se ela chegasse a parar de 1 dia para o outro, colocar 104 veículos para rodar no dia para o outro, então o consórcio teria que sacrificar todos os outros consorciados para conseguir suprir parte da operação da Aviação Torres, não sei se eu me fiz claro.

00:28:40 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim. O senhor participa de alguma outra empresa do ramo de transporte? Se sim, o senhor poderia nos informar qual empresa?

00:28:51 Sr. José Braz: Como eu disse, nós estamos no sistema desde 1953. Nós começamos com a aviação, na verdade, nós começamos com a Aviação Anchieta, era antiga linha 33. Depois passamos para o Pradinho Vermelho, que era o

número Pradinho 20. Aí entrou a BH, não, é Metro Bel, e fez uma junção de empresas e assim foi. Hoje nós temos o sistema a viação Anchieta, temos a Millennium Transportes, temos a Via BH e temos a Coletivos Boa Vista.

00:29:41 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A viação Anchieta LTDA vendeu algum ônibus para BH Leste Transporte SA?

00:29:49 Sr. José Braz: Ela vendeu? Você fala quando?

00:29:52 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se ela chegou a vender algum ônibus?

00:30:02 Sr. José Braz: Não, o que é que acontece, depois da CPI eu fui procurado pela BH Leste para melhorar o serviço de transporte. Como existe dificuldades de compra de veículos novos em investimento altíssimos, como a gente procura trabalhar sempre renovando a frota constantemente, nossa gestão é uma gestão de cata migalhas, vamos dizer assim, então o nosso foco principal é renovação de frota sempre. Sempre foi.

Então, como a gente tirou alguns veículos 2016 semana passada, nós fizemos um acordo, um acordo, nós fizemos uma venda para Aviação BH Leste, eles adquiriram 12 veículos novos e provavelmente essa semana estão adquirindo mais 11 veículos novos da substituição dos veículos que nós estamos fazendo, dos novos que colocamos na frota. Ficou claro?

00:31:02 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então a empresa do senhor chegou a vender ônibus para a empresa BH Leste, essa que está operando hoje no lugar da Aviação.

00:31:12 Sr. José Braz: Foi semana passada.

00:31:14 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Semana passada.

00:31:15 Sr. José Braz: Semana passada. Esse negócio foi concluído semana passada.

00:31:22 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Qual a idade desses veículos?

00:31:25 Sr. José Braz: 2016 e 2018.

00:31:27 Ver.(a) Loíde Gonçalves: 2016 2018?!

00:31:28 Sr. José Braz: É. São veículos de ano 2016 para frente. Tem 2016, 2017,2018, e tem até um veículo 2019.

00:31:40 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Esses ônibus que o senhor passou agora para BH Leste, eles procuraram para poder solicitar alguns ônibus que o senhor tinha? A empresa BH Leste que chegou a procurá-lo?

00:32:04 Sr. José Braz: Como é que funciona o sistema, quando você faz uma substituição, os colegas sabem que você está colocando o carro novo, então não somente eles, mas alguns outros colegas nos procuraram para comprar nossos veículos. Geralmente eu vendo o veículo para fora do sistema, mas o sistema nosso não permite que só entre veículos 0 km.

Então, em vez de eu vender o veículo para fora do sistema e querendo ajudar o sistema, eu guardei esses veículos e repassei para substituir veículos de 2011,2012 e vendendo para os colegas aqui para tentar levantar a qualidade do sistema.

00:32:44 Ver.(a) Loíde Gonçalves: É isso que a gente não está entendendo, né?! Que eles estão adquirindo ônibus velhos e na CPI que eles tiveram aqui presentes, eles nos relataram que iriam estar comprando uma nova frota de veículos novos. E nós recebemos documentação, de que estava acontecendo essa venda da empresa do senhor para a BH Leste, que é a Aviação Torres, né?

00:33:12 Sr. José Braz: Fazer uma ressalva, não são ônibus velhos, né? Esses ônibus são ônibus seminovos, inclusive 10 desses ônibus já vêm com ar-condicionado. São veículos com ar-condicionado. É porque a nossa empresa procura trabalhar com o máximo de ônibus novo possível, independente...

00:33:35 Ver.(a) Jorge Santos: Quer dizer, o senhor tem a sua empresa, o senhor comprou ônibus novos para a sua empresa? Aqueles ônibus que o senhor tinha que estava rodando na empresa, que é seminovo, podemos dizer assim, para o senhor não passar para fora do estado? O senhor preferiu vender para outras empresas de ônibus dentro do estado, no caso, a BH Leste, é isso?!

00:34:00 Sr. José Braz: Perfeitamente.

00:34:01 Ver.(a) Jorge Santos: Perfeitamente. É porque, deixa só pro senhor entender o seguinte, quando eles tiveram aqui conosco, eles falaram que eles já haviam comprado alguns veículos novos, não tem nada a ver com o do senhor, e que esses veículos novos que eles tinham comprado estava demorando porque tinha que montar, ainda, que demora a montar o veículo né? E agora quando o senhor chega aqui e diz que eles compraram esses veículos, Só que esses veículos que lhe foram vendidos, ele andou em 2016, correto? 2018 e talvez algum 2019.

00:34:32 Sr. José Braz: O presidente, o que acontece é o seguinte, eu estou fazendo e eu faria a mesma coisa.

00:34:39 Ver.(a) Jorge Santos: Não corretamente, só quero só entender. O senhor não está errado.

00:34:43 Sr. José Braz: Eu só vou complementar

00:34:45 Ver.(a) Jorge Santos: Só raciocínio nosso aqui,

00:34:46 Sr. José Braz: Mas a informação que eu tenho é que eles têm que trocar muito veículo.

00:34:50 Ver.(a) Jorge Santos: Corretamente, era onde eu ia entrar, porque me deixa explicar para o senhor, porque esses ônibus quando o senhor passou pra eles, praticamente 2016, 2018 até 2019 no caso, 12 veículos, correto? Esses veículos, qual é o tempo de vida que ele tem? Porque o senhor trocou seus veículos ainda seminovo, porque geralmente nós tivemos aqui na época, se eu não me engano, eram 5 anos e na época, o prefeito Kalil, ele aumentou para 10 o tempo útil de vida dos ônibus. E quando essa empresa esteve aqui, a BH Leste, os ônibus dele praticamente não tinham condições de rodar.

Até eu posso dizer assim, entre aspas, um pouco feliz, porque ele tem comprado esses ônibus aí para começar a rodar, mas quando o senhor vendeu esses ônibus para ele, há algum motivo? Ano de vida ainda decisão a gente pode rodar até quando?

00:35:35 Sr. José Braz: Com a nova lei que foi colocado aí o novo decreto, o carro pode rodar até 12 anos, então se o carro é 2016 ele pode rodar até 2028 né?! Agora eu quero fazer uma ressalva aqui, antes que eu me esqueça, eu tenho a informação, informação não significa que eu tenha a comprovação, que foi comprado, sim veículos novos para pôr na BH Leste, sim.

Mas realmente a intenção que eu observo é que ele está tentando consertar um problema o mais rápido possível. Eu acho que foi uma saída que ele encontrou.

00:36:17 Ver.(a) Jorge Santos: Também tentar entender, eu acredito, eu quero pensar assim, que enquanto a empresa não entregou os ônibus novos que ele comprou, que é uma coisa que a gente vai ver lá na frente, ele deve ter comprado esse seu e está colocando para rodar até chegar. Eu quero pensar assim dessa maneira.

00:36:40 Ver.(a) Loíde Gonçalves: É porque o senhor falou que estava trocando os ônibus, estava renovando a sua frota de 2011, mas o senhor vendeu os ônibus do ano de 2016. É isso mesmo?

00:36:58 Sr. José Braz: Eu vendi, nós vendemos ônibus ano 2015 e modelo 2016.

00:37:06 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, mas o senhor falou...

00:37:08 Sr. José Braz: E vendemos o ônibus ano 2017 modelo 2018, e 2017 modelo 2019.

00:37:13 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, é porque o senhor até falou, você chamou né, os ônibus velhos. É porque quando o senhor falou em 2011, o senhor estava trocando a frota 2011, mas chegou a vender... a gente ficou sem entender esses ônibus, se foi só uma confusão de ano.

00:37:32 Sr. José Braz: Eu vou explicar melhor, nós não temos nenhum ônibus abaixo de 2017.

00:37:37 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Na empresa do senhor?

00:37:39 Sr. José Braz: Na minha empresa todos os ônibus são acima de 2017.

00:37:43 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se o senhor puder, por gentileza, estar nos enviando o contrato dessa venda dos ônibus para a Aviação Torres.

00:37:50 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Posso fazer uma pergunta?

00:37:51 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, a vereadora Fernanda quer perguntar. Se o senhor puder enviar pra gente, por gentileza, esse contrato de compra e venda dos veículos. Vereadora Fernanda, você está com a palavra.

00:38:08 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Bom dia pra todo mundo, bom dia para o senhor José Brás. Pelo que a gente tem acompanhado, a saída de uma empresa e a substituição por outra, ela acabou partindo da decisão do consórcio antes do aval da BHTRANS, agora no caso, a SUMOB, que foi até a oportunidade em que o senhor se colocou contra e o senhor até falou que fez a observação a todos de que essa alteração dependeria do município, né? É isso mesmo?

00:38:48 Ver.(a) Jorge Santos: Pode é falar um pouquinho mais alto? Aumenta o áudio dela aqui, porque a gente não está conseguindo ouvir.

00:38:54 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Está melhor?

00:38:56 Ver.(a) Jorge Santos: Deixa-me só eles aumentarem aqui dentro, o retorno nosso aqui, porque o convidado não conseguiu ouvir. Pode repetir por favor Fernanda?

00:39:06 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Pelo que a gente tem acompanhado é que quando teve a saída da Aviação Torres e entrou a BH Leste, o senhor mesmo mencionou aí que chamou atenção porque isso dependeria da anuência do município, né? E que não tinha anuência do município naquele momento.

E aí todos os pedidos de informação que nós fizemos, eu inclusive, fiz muitos pedidos de informação assim que eu descobri essa situação, a gente vê que a SUMOBI não aceitou a entrada da BH Leste porque ela não preenche os requisitos exigidos no edital.

Como que uma empresa que já foi proibida de substituir outra compra ônibus? E como essa empresa continua operando? O senhor falou que vendeu esses ônibus agora recentemente, para BH Leste. Então o senhor vendeu o ônibus para uma empresa que o senhor já sabia que tomou bomba para entrar no consórcio?

00:40:22 Sr. José Braz: Bom, a minha conclusão é que, não sei se a Vereadora Fernanda ouviu o meu depoimento da pergunta da Loíde, eu entendo que deveria ter a anuência da prefeitura primeiro. Esse é o primeiro tópico que eu quero ressaltar, segundo tópico que eu quero ressaltar, eu não estou ouvindo a vereadora, só um minuto.

00:41:52 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor José Brás, porque mesmo o senhor discordando da entrada da BH Leste Transportes, o senhor ainda, até mesmo a pergunta da Fernanda, vendeu os ônibus para ela?

00:42:07 Sr. José Braz: É como eu disse aqui, eu não discordei da entrada da BH Leste, eu discordei da falta de apresentação de documentação conforme está em ata em poder desta comissão. Eu não discordei. Eu pedi que se colocasse, eles colocaram em votação, eu falei, meu voto vai ser contra então, porque eu não tive acesso à documentação.

Eu só queria ter acesso à documentação. E ato contínuo, eu entendia que deveria se passar primeiro para a prefeitura. Anuir para depois fazer as mudanças no contrato social. Tanto é que eu assinei o contrato social, mesmo sendo o voto vencido, porque eu vi a necessidade da intervenção dentro da a viação Torres.

Veja bem, o que é que acontece, vamos dar um exemplo que me veio a cabeça. Se um, dois, três, quatro vereadores se afastam por doença ou por qualquer que seja o motivo, vocês vão substituí-los.

A empresa é a mesma coisa. Agora, se não tiver nenhum vereador para substituir, se não tivesse os vereadores já preparados para substituir vocês teriam que fazer uma nova eleição, né? Ou então vocês teriam que chamar os suplentes. Os suplentes não quiseram assumir a empresa. O negócio estava tão ruim que nós não quisemos assumir a empresa. Os consórcios não tinham condição de assumir a empresa.

00:43:49 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, até aí eu entendi, a gente está querendo entender porque mesmo o senhor tendo ciência que a empresa não tinha anuência, o senhor vendeu um ônibus para a empresa BH Leste.

00:44:04 Dr. Marcos Paulo Resende Neves: Vereadora, uma questão de ordem só que eu gostaria de ressaltar é que a BH leste, salvo engano, ela não foi ainda indeferida. Está sob análise a entrada dela no sistema tá?

Então só para ser pautado que ela não foi ainda indeferida a sua entrada ao sistema, então ela está sob análise até que se que seja indeferido, ela está na prática trabalhando e a questão dos ônibus foram colocados em mercado para a venda e ela foi uma das empresas que adquiriu. A viação Anchieta nos últimos 6 meses adquiriu mais de 90 ônibus 0km, colocou no sistema para rodar e vendeu todos os ônibus sobrando, que não pode colocar quantos ônibus quiser no sistema.

00:44:49 Ver.(a) Jorge Santos: Correto, Doutor. É porque, relatora, deixa eu explicar para a senhora o que acontece, ele não tem nada a ver com a BH Leste, os ônibus são dele, ele vende para quem ele quiser.

00:45:00 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas a empresa BH Leste foi indeferida. Ela Foi indeferida.

00:45:03 Ver.(a) Jorge Santos: Não, a BH Leste não.

00:45:04 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Foi.

00:45:05 Ver.(a) Jorge Santos: Ela não tem anuência ainda para funcionar.

00:45:06 Dr. Marcos Paulo Resende Neves: Esse é o ponto que eu quero ressaltar.

00:45:09 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nós temos respostas da SUMOB de que foi indeferido.

00:45:11 Ver.(a) Jorge Santos: Então tem que ver ai, relatora.

00:45:13 Dr. Marcos Paulo Resende Neves: O sistema não foi avisado, as empresas não foram avisadas.

00:45:17 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nós temos a resposta.

00:45:19 Dr. Marcos Paulo Resende Neves: A viação Anchieta não sabe disso ainda.

00:45:23 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Oi? Eles pediram reconsideração, mas já foi indeferido. Ta?

00:45:29 Sr. José Braz: Deixa-me falar uma coisa, o Presidente que falou muito bem, a minha intenção é manter a minha saúde financeira da minha empresa. Se eu, tenho quem compre o meu ônibus, se ele vai pôr no escolar, no ônibus urbano, em Belo Horizonte, em São Paulo, Rio, no cacha prego não me interessa, me interessa é vender pôr o dinheiro no bolso e eu tentar comprar mais ônibus novo e prestar um bom serviço. Esse é meu objetivo. Agora, se for indeferido, o abacaxi vai ficar para eles. Eles guardam o ônibus lá ou eles vão ter que revender esse ônibus.

00:46:02 Ver.(a) Irlan Melo: Por gentileza, o senhor falou uma questão interessante, inclusive doutor, tudo bem? .... Você falou uma coisa muito bem, é tentar prestar um bom serviço, porque infelizmente o que a gente está vendo aqui na cidade de Belo Horizonte é que o serviço não está sendo bem prestado. Se você pegar todas as pesquisas que estão falando sobre os problemas da cidade de Belo Horizonte, a mobilidade está no topo. No topo, não estou falando de sua empresa específica, estou falando do sistema como um todo.

Nós esperamos que as atitudes que nós tomamos aqui na Câmara Municipal, de mudar o sistema para receber por quilometragem essa questão do subsídio e tal, possa transformar a cidade, até porque nós estamos chegando já em 2028. Em 2028, é uma nova história. Então, assim, quem sabe realmente, né? Presidente, é a expressão dele é se concretizar na realidade que é prestar um bom serviço para a população. Vereadora Fernanda

00:47:10 Sr. José Braz: Gostaria de fazer um complemento aqui, para prestar um bom serviço não depende só das empresas de ônibus, não Vereador Irlan, me entenda de coração aberto que eu falo de coração aberto, como é que você vai prestar um bom serviço e você não tem itinerário para andar com ônibus? É buraco

puro, você estressa o motorista, você estressa o passageiro, todos os itinerários de ônibus são destruídos. Agora, asfalta uma rua do lado.

00:47:37 Ver.(a) Irlan Melo: Quem que regulamenta isso? É prefeitura, não é?

00:47:40 Sr. José Braz: Pois é, estou fazendo as constatações para melhorar o serviço ... Se me permite, então, por favor, presidente, se você começa pelos asfaltos, não tem, agora vou te falar uma coisa aqui, ó, cúmulo do absurdo, Belo Horizonte tem mais quebra-molas que o país dos Estados Unidos inteiro.

Você já pensou em entrar dentro do ônibus no qual, por exemplo, na Paulo Portugal, que eu tenho uma linha que passa lá e em menos de 2 km, vai passar em 15 e quebra-molas?! Como é que o motorista, o rodoviário, vai ter que parar? Primeira, segunda, terceira, passa na quebra mola. O passageiro lá em cima, por mais que seja confortável, ele balança para um lado e para o outro. A velocidade média da pista cai, porque não põe o radar? Então todas as medidas que estão sendo tomadas na Câmara, beleza, ótimo, vai estar legal.

Só que se não tiver a contrapartida de uma pista exclusiva, você pega uma pista exclusiva de um ônibus hoje, ela tem mais buraco do que a pista normal. Mais um simples exemplo, uma pequena intervenção que você faz com uma pista exclusiva em 2, 3 quarteirões de um engarrafamento se aumenta a viagem média do carro em 15/20 minutos, o passageiro quer conforto, passageiro quer ar-condicionado, mas o passageiro quer chegar em casa rápido e isso não acontece.

Então, por mais que a gente faça o esforço, é só completar minha fala... Eu recebi 30 ônibus zero, está à disposição da Câmara para ir lá visitar os ônibus. Fico feliz em mostrar e ver. Desses 30 carros zeros, todos os dias eu tenho diariamente um técnico da Mercedes dentro da minha empresa. O carro não está rodando, é uma mudança do motor do euro 5 para o euro 6. O que que acontece? O carro dá uma viagem quando não é problema mecânico, é ar-condicionado, carro 0 km, que estamos falando aqui.

O fiscal para o carro 9 horas da manhã, de 9 até o técnico arrumar o carro e chegar a gente não recebe a viagem, corta a viagem que foi dada pela metade, o

nosso subsídio., nós temos mais de sei quantos milhões, mais de 30 milhões, 40 milhões, bloqueados na prefeitura. Eu acho que quando se faz isso, e coloca na mídia, se fala como uma virtude, que está penalizando o empresário. Não está penalizando o empresário, está penalizando o empresário, está penalizando o usuário. Está penalizando a mobilidade.

Eu acho que a sugestão que eu estou dando, que é de coração aberto, tem que montar uma comissão, trazer dois vereadores, trazer um pessoal da SUMOB, trazer o pessoal do transporte que quer realmente, para mostrar assim ó: os pontos são esses, porque existe a contrapartida, e sem essa contrapartida nós não vamos conseguir, vou falar sinceramente, melhorar a mobilidade tem que ter a contrapartida do asfalto, tirar, quebra mola. É um absurdo o que nós vivemos.

00:50:40 Ver.(a) Irlan Melo: Eu entendo o senhor e vou deixar a Vereadora Fernanda falar só te dizer 2 coisas. Primeiro, você sabia que vocês têm mais poder que um vereador em relação ao asfalto? Por quê? Porque no contrato que foi feito lá em 2008, qualquer solicitação sua em relação a buraco a prefeitura atende muito mais rápido que nós vereadores aqui. Estou falando mentira? Demoram anos aqui pra resolver, com vocês, vai bem rapidinho.

Outra coisa, o que nós vereadores recebemos de pedido não é pra tirar quebra mola, não, infelizmente é pra colocar quebra-molas e infelizmente também isso demora anos e anos é uma questão sistêmica, eu concordo contigo agora quem gere o transporte é que precisa apresentar soluções, nós estamos tentando contribuir agora, isso que o senhor falou, o senhor tem espaço de fala lá dentro?

Essa é a questão, às vezes não querem ouvir, não querem te ouvir, não querem ouvir o suplementar, você tá vendo a luta aí do suplementar ou suplementar, nem sentar à mesa, eles sentavam.

Agora que está tendo algum tipo de diálogo porque nós estamos pressionando aqui, então, realmente, se todos nós temos o mesmo objetivo, prestar um bom serviço para a população, todo mundo quer chegar rápido em casa, todo mundo quer um ônibus confortável, com ar-condicionado. Agora, se não senta para resolver, sempre tem um culpado e o culpado é sempre o outro, não é? Então assim,

nós estamos tentando chegar lá, vamos ver se a gente consegue. Desculpe também o desabafo.

00:52:11 Ver.(a) Jorge Santos: Fernanda, por favor.

00:52:14 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: É desculpa gente, melhorou?

00:52:16 Ver.(a) Jorge Santos: Está ótimo. Aí pode seguir em frente.

00:52:22 Ver.(a) Irlan Melo: Só porque falou, travou. Agora voltou. Vamos lá

0**0:52:34 Ver.(a) Fernanda P. Altoé:** É que o mais importante, é que há uma convergência de interesses que é a mobilidade, e fala-se como se o nosso objetivo fosse prejudicar, né? Eu participei durante um ano de um grupo de trabalho e a gente escutou um especialista por semana.

Depois de 1 ano escutando especialistas toda a semana de como melhorar o transporte público coletivo, a primeira providência que foi feita pela prefeitura foi sugerir um novo subsídio.

Então, assim, a gente entende, mas é importante entender o nosso lado também, porque a partir do momento em que a gente conseguir fazer com que o sistema seja mais eficiente e mais transparente, todo o mundo sai ganhando.

E aí a minha pergunta, quando teve a reunião para a substituição da aviação Torres, pela BH Leste o senhor mesmo mencionou que falou que isso não depende do consórcio. Isso depende de uma anuência prévia da prefeitura, certo?

00:53:40 Sr. José Braz: Eu falei que na minha concepção, no meu entendimento, eu entendo que deveria primeiro levar ao conhecimento dos órgãos públicos os responsáveis.

00:53:56 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: E o seu conhecimento e a sua concepção está certa, porque essa é uma exigência do contrato. Então, eu entendo que o sindicato tenha que ter conhecimento do contrato, porque eu vejo que em todas as negociações, inclusive quando estávamos na última audiência a respeito da

auditoria do sistema, todo mundo sabe o contrato ao pé da letra. Então o senhor está certo. O contrato exige a anuência do poder público, não do consórcio.

A partir daí, a Câmara Municipal e eu até fui pioneira nesse movimento, porque esses pedidos todos partiram do meu gabinete, a gente começou a pedir a pedir esclarecimentos a SUMOB. Uma empresa entrou no consórcio, teve anuência da prefeitura, teve anuência da SUMOB e a partir daí, teve uma decisão de que ela não teve anuência para operar e que não tem anuência para operar. E aí coisas que só se vê em Belo Horizonte.

Nós temos uma decisão do órgão responsável afirmando que a empresa não pode operar porque ela não teve anuência. Ela não preenche os requisitos que o contrato exige, essa empresa está recebendo subsídio, sem poder operar, e agora o senhor fala que vendeu ônibus recentemente para essa empresa. Esses ônibus estão rodando em Belo Horizonte?

00:55:37 Sr. José Braz: Eu não sei te responder isso. Eu vendi para essa empresa e para outros também. Nós temos lá mais de 30 ônibus à venda, mas eu gostaria de fazer alguma observação o seguinte, se me permite vereadora...

00:55:49 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Deixa só uma questão, se a gente fizer o pedido de documentação para identificação de quais são os ônibus que foram vendidos para essa empresa, para sabermos se eles estão rodando em Belo Horizonte, o senhor tem como fornecer para a gente?

00:56:03 Sr. José Braz: Perfeitamente, claro que eu tenho. Nós estamos aqui para ajudar o máximo possível para fazer com que a mobilidade seja a melhor possível na cidade de Belo Horizonte.

00:56:14 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: E esse é o nosso objetivo.

00:56:15 Sr. José Braz: O sistema de sistema de Belo Horizonte no passado já foi considerado o melhor do Brasil.

Então, se está acontecendo isso, alguma coisa está acontecendo de errado e acho que a gente pode trabalhar para voltar a ser o melhor do Brasil... E o vereador

aqui, Ilan falou, essa comissão que a vereadora participou aí ó, que eu me lembre, se for que eu estou sabendo, sequer participou nenhum empresário dela para falar o que?

00:56:48 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não? Nós fizemos inclusive reuniões, 2 ou 3 com os empresários. O pedido, inclusive, foi um compilado de ideias, um compilado de exigências e um compilado de tudo aquilo que não funciona em Belo Horizonte e esse documento nunca chegou, então assim, parece que não há interesse, inclusive de quem opera no sistema.

00:57:11 Sr. José Braz: Você me desculpa, a vereadora, isso pra mim é um fato super importante saber que eu, como associado, eu vou levar isso para dentro de casa,

00:57:19 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Pode levar e eu vou até achar o número da ata, inclusive da reunião onde teve esse combinado.

00:57:25 Sr. José Braz: Eu gostaria. Isso é muito sério, eu acho que é uma situação muito séria. Nós precisamos saber o que está acontecendo também, porque às vezes eu estou trabalhando aqui como igual escravo, trabalhando forçando a barra, pô, tentando prestar o melhor serviço possível, e aí infelizmente é uma coisa, eu te agradeço essa informação.

00:57:45 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: E essa é a preocupação que eu tenho, porque às vezes chega na ponta do empresário que a Câmara Municipal está dificultando e impedindo, quando, na verdade, a gente pediu a participação ativa, a gente pediu todas as observações, não foi feito. Não foi feito. O empresariado não trouxe pra gente durante o grupo de trabalho, quais eram as mudanças necessárias para prestar um serviço de qualidade.

00:58:12 Sr. José Braz: Vereador Fernanda, eu queria te falar mais uma coisa é o seguinte, para te esclarecer a sua dúvida, o sistema de Belo Horizonte, ele só permite que entre veículos 0 km. Esclareci um pouquinho mais cedo aqui, mas vou dar mais uma pitada nisso. aí Só permite que entre veículo 0km, mas o veículo que está dentro do sistema, ele pode permanecer no sistema. Não sei se ficou claro o entendimento.

00:58:38 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Inclusive aumentou o prazo em função da alteração contratual número 8.

00:58:44 Sr. José Braz: É não, mas ok. Mas por exemplo, uma vez que eu pego esse veículo, um veículo que rodou no sistema de Belo Horizonte na minha empresa, ele pode ser transferido para outra empresa para continuar rodando dentro do sistema.

O que eu não posso é ir em São Paulo comprar um ônibus e trazer um ônibus usado depois para rodar aqui. Aí já não, não é permitido na SUMOB ou na BHTrans.

00:59:15 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não, ok. Mas como que uma empresa que não pode operar em Belo Horizonte está comprando o ônibus? Então agora a gente tem que saber se ela está comprando ônibus para operar em outra cidade ou se é para operar em Belo Horizonte quando ela não tem autorização, ela está fazendo um investimento já com a negativa de que ela pode operar? É arriscado, né? É um, é um gasto meio arriscado, concorda?

00:59:37 Sr. José Braz: Concordo que é uma situação que vai ter que ser resolvida.

00:59:40 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não, resolvida já tá, a gente tem que descobrir agora, porque ela já está impedida de atuar.

00:59:46 Sr. José Braz: Se ela está resolvida, como é que nós vamos fazer?! Então você me deixa preocupado nessa...

00:59:51 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: E precisa ficar, porque como é que o senhor vai receber um ônibus que não pode rodar na cidade?

00:59:56 Sr. José Braz: Não, eu não estou nem preocupado em receber o ônibus. Estou preocupado em saber quem vai operar lá, porque eu não vou, não quero operar e não tenho condições de operar. Como é que eu vou operar lá? Então vai ter que... Eu até de certa maneira, acho que eu parabenizo. Aí alguém tem que operar naquela região. Como é que vai fazer? Ninguém tem condições de investir 70,

80 milhões de reais em ônibus. Se você for colocar ônibus, zero ali são quase 10 milhões de reais de investimento.

01:00:29 Ver.(a) Jorge Santos: O senhor vendeu para eles, foram 12 ônibus, né?

01:00:32 Sr. José Braz: 12 ônibus.

01:00:33 Ver.(a) Jorge Santos: Essa venda foi à vista ou parcelado?

01:00:36 Sr. José Braz: Essa venda foi à vista.

01:00:38 Ver.(a) Jorge Santos: À vista. Eles já pagaram? Então, se for à vista, já pagou.

01:00:43 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se for a vista então já garantiu o do senhor.

01:00:45 Ver.(a) Jorge Santos: Porque não tem nada a ver com o senhor, é a mesma coisa pegar meu relógio aqui e vender para o senhor. Você me pagou à vista ou parcelado.

01:00:53 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Parcelado que você vai ter problema.

01:00:55 Sr. José Braz: Presidente, vocês vão ter acesso ao contrato.

01:00:58 Sr. José Braz: Não, obrigado, ok. Já dá para entender. Porque o ‘que que a gente quer entender, porque a Fernanda, quando estiver aqui, Irlan, aí entra a questão do subsídio.

Então, se ele comprou esses 12 ônibus à vista, de onde que veio esse dinheiro? Não tem nada a ver com o senhor. Nós estamos falando de outra questão.

01:01:16 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Provavelmente do subsídio que foi para uma empresa que nem poderia receber Jorge, olha que loucura isso, né?

01:01:21 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Inclusive, o Nilo falou aqui que não iria investir enquanto não tivesse anuência, ele falou que nós temos investidores, mas enquanto não sair a anuência, nós não iremos investir no transporte público.

01:01:32 Ver.(a) Jorge Santos: Ok, então vamos seguindo em frente com mais algumas perguntas, porque às 11 horas nós temos outro convidado por aqui, né?

0**1:01:40 Ver.(a) Loíde Gonçalves:** Se o senhor quiser, depois eu posso passar para o senhor e também posso ler aqui o indeferimento da SUMOB que fala o seguinte, ó, diante do cenário de incerteza, essa autarquia, valendo-se das suas prerrogativas e pautada em resguardar a segurança e efetividade na execução do serviço de transporte público, vem indeferir a integração da empresa BH Leste transporte SA, no consórcio BH Leste, por ausência de preenchimento dos requisitos financeiros e contábeis para declarar sua viabilidade econômica e para atuar em favor do município de Belo Horizonte como concessionária de serviços de transporte público coletivo.

01:02:26 Sr. José Braz: Qual a data?

01:02:28 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Essa data aqui, 8 de agosto. Então, a venda foi feita na semana passada?

01:02:34 Sr. José Braz: Eu gostaria de fazer uma observação usando a fala do Vereador Irlan, que foi muito pertinente, e da vereadora Fernanda. O que acontece aqui está se comprovando. Estou falando na prática do dia a dia, do sofrimento das populações, do empresário, de todo mundo. Aqui está se comprovando que não existe, ninguém se escuta.

É um absurdo, no meu entendimento, não aprovar uma empresa que quer colocar em risco o capital dela sendo em um sistema que não está legal.

Então, aí o vereador, parabenizo você e a vereadora Fernanda, que leve isso na SUMOB, porque vocês estão indeferindo? tem reconsideração? Vamos analisar isso aqui com calma, porque nós não podemos deixar a população entrar em colapso.

01:03:26 Ver.(a) Irlan Melo: A questão é essa, a população.

01:03:29 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas em detrimento, doutor, é porque a empresa não preenche requisitos para garantir que o sistema vai ser prestado com qualidade. Nós estamos falando de um sistema que custa milhões e de uma empresa que tem o capital social de mil reais. E aí? E se mata alguém? Essa empresa vai pagar como, o que tem que pagar de indenização?

01:03:50 Sr. José Braz: Quem vai pagar é o próprio consórcio. Se o consórcio aprovou, o consórcio é responsável.

01:03:56 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas não é isso que está acontecendo e não é isso que exige o contrato.

01:04:01 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: O Município está sendo responsável pela decisão. A questão é que o município toma a decisão com uma cara para um lado e com outra cara para o outro. A gente precisa de alinhamento e transparência.

01:04:14 Sr. José Braz: Não, transparência, alinhamento, bom serviço, concordo gênero número de grau. O que eu estou querendo falar é o seguinte, é se tá indeferido a BHTrans vai lá agora e vai recolher os 104 carros. Como é que vamos fazer com a com a população Vereador Irlan? É isso que eu falo.

01:04:33 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: É isso que nós precisamos ver. É o caso dos ônibus suplementares. São mais de 200 viagens que não vão ser mais feitas.

01:04:41 Ver.(a) Irlan Melo: Nós só estamos falando porque é o seguinte, agora no sábado, 15 ônibus já saíram do sistema suplementar, e prefeitura só.

01:04:48 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então nem se importando.

01:04:49 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso poderia acontecer com vocês também. A questão é essa, qual que é o Fim? O fim não é prestar um bom serviço para o cidadão? Esse é o Fim, só que a gente fica patinando nessas circunstâncias, então nós estamos tentando aqui ajudar, se todo mundo caminhar para o mesmo lado, por mais que exista alguma divergência, a gente vai avançar, é o que a gente está buscando hoje aqui, mas você vê o indeferimento, é 8 do 8, só não estava nem

sabendo. Hoje é que dia? Hoje é dia 28. Quer dizer, já tem 1 mês e 20 dias, então nós precisamos realmente que as coisas não é?

01:05:26 Dr. Marcos Paulo Resende Neves: Vereador, a explicação até da assistente ali é porque houve um pedido de reconsideração, por isso que não foi o fato.

01:05:34 Ver.(a) Irlan Melo: Mas enquanto está no pedido, está indeferido. Até que se né? Pois é.

01:05:39 Dr. Marcos Paulo Resende Neves: Indeferido, está, mas também não está

01:05:42 Ver.(a) Irlan Melo: Sim de tudo, né?

01:05:43 Dr. Marcos Paulo Resende Neves: Pelo órgão público competente sacramentada a decisão, né? Nenhuma decisão foi tomada pelo órgão público.

01:05:49 Ver.(a) Jorge Santos: Ok, gente, então vamos só nos atender aqui que nós temos outro convidado. Loíde, quer fazer mais alguma pergunta rapidinho? Para que a gente não possa perder a hora dentro do nosso prazo.

01:05:56 Ver.(a) Loíde Gonçalves: É só passar aqui a documentação que a Vereadora Fernanda falou, né? Das atas, estão aqui as 3 atas e aqui na última página fala que as partes se comprometem a, no prazo de 1 ano, apresentar propostas de repactuação do contrato e reformulação da tarifa.

E também a desenvolver mecanismos para potencializar as receitas advindas das qualidades, né? Da publicidade dos ônibus, com parte da revisão contratual. O item 11, não é? Aí eu vou passar para o senhor aqui às 3 atas, para que o senhor possa ter conhecimento nessas reuniões e no mais, eu não tenho mais perguntas, viu, vereador.

01:06:35 Ver.(a) Jorge Santos: Então eu só vou deixar as considerações finais do senhor, primeiramente, quero te agradecer. Tudo tranquilo, foi bom e isso aqui a população está acompanhando, parabenizar, pelo seu serviço, pela sua

empresa. Continue assim, porque eu tenho certeza que a cidade vai ganhar suas considerações finais, por favor.

01:06:55 Sr. José Braz: Eu agradeço a oportunidade de vir aqui tentar esclarecer algumas coisas. É, convido o Presidente, a Vereadora Loíde, relatora, o Vereador Irlan, Fernanda e todos os outros vereadores que quiser conhecer uma garagem de ônibus, não sei se conhecem a minha garagem está à disposição de vocês para ir lá para conhecer, para ver as dificuldades que a gente passa.

Queria falar um pouquinho também sobre essa questão de subsídio. Quando fala que foi dado um subsídio, o subsídio não foi dado ao presidente.

O subsídio está subsidiando um transporte, gente não ganhou nada. Se fosse dado eu não teria que reinvestir na minha empresa, então eu acho que tem que mudar um pouquinho essa fala que ''eu estou dando subsídio'', não está dando subsídio. Nós recebemos dinheiro para investir na empresa e nós fazemos isso...

01:07:51 Ver.(a) Jorge Santos: Essa questão que quando o senhor fala 'nós', vamos botar um parêntese, outros não estão fazendo isso, vou te dar um exemplo, a BH Leste nesse caso, com a TransOeste, você vê, quando ela teve aqui, para o senhor entender, 2 vezes, eles não tinham anuência para funcionar e estão recebendo esses subsídios para que eles possam manter a empresa.

O capital de giro, hum mil reais e agora consegue comprar do senhor, 12 ônibus à vista e a gente não sabe de onde veio esse dinheiro.

01:08:25 Sr. José Braz: Eu não vou discordar da sua fala em momento algum, mas eu acho o seguinte, dá o prazo para eles. Porque o negócio andou tão sufocado, deu um prazo.

A comissão dá um prazo para BH Leste. Ó, você tem 90 dias para colocar os carros que o comprou para melhorar a operação. Dá o prazo para TransOeste. você tem 90 dias. Agora, o que não pode é rotular todo o sistema.

01:08:48 Ver.(a) Jorge Santos: Mas não é gente que dá o prazo, é a SUMOB que dá o prazo para eles. A briga está entre eles e a SUMOB, por isso eles vão ter que retornar aqui, o André junto com ele.

01:08:59 Sr. José Braz: Vocês mandam muito, né? Vocês mandam muito.

01:09:03 Ver.(a) Jorge Santos: Agradeço vossa excelência. Então nós vamos agora, o senhor fique à vontade, tá bom? Porque nós vamos entrar agora em outra oitiva então. Pode ficar à vontade. Muito obrigado pela sua presença, doutor obrigado aí, bom trabalho para o senhor. Vereador, o senhor poderia sentar aqui? Porque me solicitaram para ele se sentar aí. Obrigado. Do lado daqui para ficar mais fácil ali.

Eu gostaria de convidar para compor a mesa conosco o Ralison Guimarães, presidente do consórcio operacional do transporte coletivo de passageiros por ônibus ou município de Belo Horizonte, a Transfácil.

Por favor, seja bem-vindo e também a Ana Carolina Hallson, advogada da Transfácil. Seja bem-vinda, doutora. É um prazer poder estar recebendo vocês aqui, vocês ficam à vontade. Deixa-me só eu me atualizar aqui. Seja bem-vindo, Sr. Ralison. O senhor acompanhou aí, fica tranquilo, à vontade, entendeu? Sem estresse.

O que a gente quer aqui é esclarecer para a população de Belo Horizonte sobre essa situação que vem ocorrendo na nossa cidade, que até então a gente poderia considerar a primeira e agora a gente está nessa situação muito difícil, então vou ler aqui para o senhor, o senhor está sobre juramento.

Solicito a testemunha que preste o compromisso nos termos do artigo 203 do Código de Postura Penal e informo que fazer informação falsa ou negativa, ou calar a verdade poderá incorrer no crime de falso testemunha de acordo com o artigo 342 do código penal. O senhor está ciente, pode ler por favor.

01:10:57 Sr. Ralison Guimarães: Bom dia a todos. Gostaria de agradecer a oportunidade, falar que eu estou à disposição aqui dos senhores e das senhoras vereadores. Bom, eu, Ralison Guimarães de Andrade, 49 anos de idade, casado, residente em Belo Horizonte, profissão, administrador de empresa cuja atividade é desenvolvida a rua para Petrópolis, 452, bairro Botafogo. Prometo dizer a verdade, relatando sempre o que souber, explicando sempre as razões da minha ciência sobre o fato ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

01:11:48 Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Então vamos dar início aos nossos trabalhos, continuando aqui, tem algum vereador online neste momento que gostaria de fazer as perguntas? Caso contrário, nós iremos começar com os vereadores presentes e, caso queira entrar, está aberto. Vamos agora passar a palavra ao vereador Irlan Melo.

01:12:07 Ver.(a) Irlan Melo: Bom dia a todos, mais uma vez, bom dia, obrigado pela presença. Eu gostaria inicialmente que o senhor pudesse explicar aqui para cada um de nós como é que funciona o sistema da câmara de compensação.

01:12:22 Sr. Ralison Guimarães: Bom dia, Vereador Ilan. Obrigado pela pergunta, até uma oportunidade para esclarecer sobre a câmara. Primeiro é importante a gente falar sobre a função da Câmara, né? A Câmara de compensação é uma exigência do nosso regulamento, né? Está dentro do contrato de prestação de serviço e é através dela que é possível Belo Horizonte ter uma tarifa única. Hoje nós temos em Belo Horizonte uma tarifa de 4,50 que compõem aí aproximadamente 80% das linhas de BH, e uma de 4,20 para as linhas alimentadoras e circulares.

Então é através da Câmara de compensação que essa tarifa pode ser única. Um exemplo comparativo é o sistema metropolitano, ele tem mais de 60 grupos tarifários que lá não tem câmara de compensação.

Então, se você vai daqui para Betim, a tarifa é uma, daqui para Ibirité, por exemplo, a tarifa é outra. Então a câmara de compensação tem essa intenção, essa função, certo? Como que ela funciona? Ela tem decendialmente, a cada 10 dias, são rodados os dados do sistema que são baseados aí nos quilômetros rodados de cada linha, né? E na receita tarifária que cada linha recebe.

Então decendialmente são apurados todos esses dados, esses valores e é feito um equilíbrio entre as linhas, de forma que aquela linha vamos dizer assim deficitária, né? Mais deficitária, por exemplo, alguma linha social que atende um bairro, uma região que tem uma demanda menor que se fosse olhar pelo simplesmente pelo valor da arrecadação, não seria possível ela existir, então a câmara de compensação faz esse equilíbrio entre as linhas que tem uma demanda

maior para uma linha que tem demanda menor, a fim de possibilitar um equilíbrio na operação do transporte do município como um todo.

01:14:29 Ver.(a) Irlan Melo: Tem alguma relação entre a cota de participação do consórcio com a divisão dos valores da câmara de compensação?

01:14:39 Sr. Ralison Guimarães: Diretamente, não.

01:14:42 Ver.(a) Irlan Melo: E indiretamente? Como seria?

01:14:45 Sr. Ralison Guimarães: A cota de participação, do que somos 4 consórcios em Belo Horizonte. A cota de participação em cada empresa no consórcio é baseada na quantidade de veículos que aquela empresa tem dentro do consórcio, por exemplo, números hipotéticos aqui tá?

Se o consórcio tem 100 veículos para fazer aquela operação daquela região, se uma empresa tem 10 veículos, ela tem 10% de participação no consórcio. No caso, você me perguntou sobre a remuneração das empresas, não é?

01:15:18 Ver.(a) Irlan Melo: É, porque é exatamente isso que eu quero entender, se ela recebe pela cota ou pela frota.

01:15:25 Sr. Ralison Guimarães: Então, para a composição do consórcio, é da forma que eu expliquei, não é? Em cima da quantidade de veículos. Para recebimento do serviço prestado é calculado em cima do quilômetro rodado, né? E da composição da frota. Então, cada linha faz as suas viagens.

É medida essa quilometragem em cima da de cursos variáveis, custos fixos e a empresa é remunerada a partir da composição desses dados, dos valores e chega lá no percentual, vamos dizer assim, que ela representou, dentro da operação total do município naqueles dias.

01:16:04 Ver.(a) Irlan Melo: Entendi. A qual empresa está sendo pago os valores devidos Viação Torres? Quem é indicado para receber por ela?

01:16:17 Sr. Ralison Guimarães: Bom, já é público e notório essa questão da Viação Torres, não é? Desde janeiro de 2023, ela deixou de operar o sistema de

Belo Horizonte por problemas diversos, principalmente ao arcar com seus compromissos e entrou em operação a BH Leste.

No momento de sair a Aviação Torres, porque a gente tem que pensar aqui que isso tudo é um processo dinâmico, né? Não, não existe aquilo, a aviação Torres parou hoje, agora vamos esperar uns 2 dias para entrar a BH Leste no caso.

É um processo dinâmico. Então a Viação Torres entregou um documento lá na Transfácil indicando para onde seriam depositados os créditos eletrônicos, que seriam de titularidade dela.

01:17:03 Ver.(a) Irlan Melo: Isso foi no início do ano? Que ela informou isso?

01:17:07 Sr. Ralison Guimarães: Sim, no dia que ela deixou de operar, não vou lembrar corretamente o dia, mas um dia antes ou 2 dias antes, não sei.

01:17:17 Ver.(a) Irlan Melo: Ela informou aqui que ela não sabe quem é que está recebendo... E a BH Leste diz que está recebendo por indicação da Torres. Então só para deixar essa contradição aqui, para que a gente possa avaliar. Mas é só uma conjectura. Outra pergunta, é comum que a Transfácil repasse os valores à CNPJ não constante nos consórcios em relação de acordos, em razão de acordos comerciais que foram firmados fora do consórcio? Isso é comum? Acontece?

01:17:47 Sr. Ralison Guimarães: Não é comum, no caso específico da Viação Torres, posso dizer até que é uma situação de exceção, né? ... Por exemplo, pode acontecer, se a empresa financia ônibus, por exemplo, num banco x, e ela faz um acordo com o banco que tem que depositar naquela conta específica lá para financiar. Isso pode acontecer, então a empresa indica o Transfácil, por favor.

Os créditos que eu tenho direitos você deposita nessa conta do do banco x aqui, porque eu financiei os ônibus lá.

Isso é uma coisa mais comum de acontecer, mas no caso, o que está acontecendo aí com a com a Viação Torres e a BH Leste é uma situação realmente de exceção.

01:18:34 Ver.(a) Irlan Melo: Quando vocês fazem o repasse, gera-se uma nota fiscal, nesse caso, quando há o repasse para outro CNPJ, mesmo assim faz uma nota fiscal e depois gera uma outra ou é direto para essa outra?

01:18:51 Sr. Ralison Guimarães: Especificamente o Transfácil, a pessoa jurídica dele… Quem é dono dele são todas as empresas que compõem os 4 consórcios. Então o Transfácil contabiliza essa, vamos dizer assim, porque não sei nem te falar a respeito de notas, acho que Transfácil não emite nota fiscal para as empresas. Como as empresas são donas no Transfácil, isso é tudo feito a nível de contabilidade, então o Transfácil contabiliza esses dados para quem foi encaminhado os créditos.

01:19:22 Ver.(a) Irlan Melo: Só assim a título de informação, também não sei se vossa excelência tem conhecimento, existe um instrumento jurídico entre a TransOeste e a MIL Locadora que indica que a MIL é que recebe pela TransOeste através da Transfácil, o senhor tem conhecimento disso?

01:19:43 Sr. Ralison Guimarães: Bom, o conhecimento que eu tenho é que o repasse é feito à TransOeste. No caso dessa MIL Locadoras, provavelmente deve ser o que eu falei aqui anteriormente. Deve ter alguma relação comercial de financiamento de ônibus, uma coisa. Eu tenho que averiguar, tá? Não tenho certeza. Tem que ver.

01:19:59 Ver.(a) Irlan Melo: Mas na teoria, não há nenhum empecilho para que faça esse repasse para essa outra se houver o pedido da TransOeste.

01:20:07 Sr. Ralison Guimarães: Se tiver uma justificativa, no meu entendimento, não teria empecilho …

01:20:13 Ver.(a) Irlan Melo: Ok. Como esses valores são registrados a título de contabilidade? Se é uma empresa que não presta serviço dentro do consórcio, como é registrado o repasse? Contabilmente, o senhor tem como informar? Até o senhor na resposta anterior falou um pouquinho sobre isso, mas eu não sei se o senhor tem como informar.

01:20:31 Sr. Ralison Guimarães: Bom, dados mais específicos e técnicos é que é difícil de responder aqui de bate pronto, até pelo compromisso que eu prestei no início, mas no meu conhecimento, o Transfácil contabiliza essas transferências dos créditos eletrônicos para o consórcio. No caso da viação BH Leste, o consórcio BH Leste.

01:20:55 Ver.(a) Irlan Melo: Certo. E os valores do subsídio do ano passado, eles passaram pela Transfácil?

01:21:03 Sr. Ralison Guimarães: Sim.

01:21:03 Ver.(a) Irlan Melo: E o da remuneração complementar passa pela Transfácil?

01:21:07 Sr. Ralison Guimarães: Sim.

01:21:07 Ver.(a) Irlan Melo: Também. Todos os depoentes até aqui disseram que a Transfácil é que faz a conta da divisão dos valores. Se a Transfácil é agente de bilhetagem, porque ela faz cálculo e repasse de subsídio entre os consórcios?

01:21:26 Sr. Ralison Guimarães: Bom, como eu expliquei, o Transfácil é o consórcio que todas as empresas compõem a constituição dele, então vamos dizer assim, ele é a pessoa jurídica que tem a responsabilidade de receber esses créditos e fazer a distribuição.

01:21:43 Ver.(a) Irlan Melo: E aí seria interessante que o senhor pudesse clarear pra gente aqui, qual é o papel da Transfácil então no sistema de transporte de Belo Horizonte?

01:21:56 Sr. Ralison Guimarães: Bom senhor vereador, o Transfácil é uma exigência do nosso contrato com o poder concedente. Ele existe para cumprir uma função que está dentro do nosso contrato de prestar os serviços que são comuns entre os consórcios dentro do município de Belo Horizonte, então o Transfácil tem essa exigência de existência legal, vamos dizer assim.

01:22:28 Ver.(a) Irlan Melo: Certo. Quando há um corte no valor do subsídio por não contabilização da viagem, isso tem acontecido agora, não é? Esse corte é

dividido entre todo o consórcio por questão lá da câmara de compensação, é descontado somente da empresa que não fez a viagem?

01:22:48 Sr. Ralison Guimarães: Bom, o critério que a gente utiliza, expliquei aqui um pouco da Câmara de compensação dentro do índice de cada empresa de percentual de participação nos custos do sistema, então ela tem o direito de receber os créditos que são de titularidade dela, mas também tem o dever de cumprir o que é estipulado nas programações de viagens e tal.

E se ela não cumpre, ela deixa de receber, especificamente aquela empresa, deixa de receber aquele valor que não é devido a ela. Então, se diretamente, né, respondendo, se aquela empresa x não fez aquela viagem de qualquer linha, quem não vai receber é a empresa.

01:23:34 Ver.(a) Irlan Melo: OK, então isso não entra na compensação do sistema de compensação.

01:23:41 Sr. Ralison Guimarães: É, quando você faz essa conta né, vamos dizer assim, essa não prestação de serviço daquela viagem específica, ele não vai receber um 1 km que ele não rodou, né? Vamos dizer assim.

01:23:55 Ver.(a) Irlan Melo: Sim. Bom, nós temos uma situação aqui que os valores do subsídio repassados às empresas, BH leste e TransOeste, informados na resposta ao requerimento de comissão 2262 e 2263/23 e ofício 458/23 da Transfácil divergem das informações prestadas pela SUMOB na resposta ao requerimento 2250-2252/2023. Vou explicar aqui, para o consórcio 10 o valor informado pela Transfácil é 247.335,44 menor do que o informado pela SUMOB, que foi de 58.473.721,23 e o da SUMOB 58.226.385,83 pela Transfácil.

Ou seja, essa diferença é de 247. Já para o consórcio BH Leste, o valor informado pela Transfácil é de 780.474,12% maior do que a SUMOB, a da SUMOB 56.000.000,23 e a da Transfácil 57.000.000,04. Os períodos questionados foram os mesmos. O senhor tem como informar a que se deve essas diferenças de informação entre Transfácil e a SUMOB?

01:25:13 Sr. Ralison Guimarães: Bom, eu não tive acesso a essa informação da SUMOB, não posso falar por eles, claro, mas o que eu posso dizer é que dentro do Transfácil, o critério utilizado é o critério de distribuição de acordo com o quilômetro rodado e composição da frota de cada empresa né, que compõem cada consórcio. Poderia imaginar que talvez, no montante total, esse valor, deve bater. Imagino que sim. Então, pode ter sido em função dessa questão de viagem não realizada por uma empresa, viagem realizada por outra.

Até interessante falar vereador, por exemplo, o move, nós temos aí mais de 400 veículos do move rodando que a fase da operação é o Transfácil e é uma operação muito dinâmica, né? Quase 90% das empresas que rodem no município de Belo Horizonte fazem operação no move, então, diariamente você tem uma programação, né? Umas viagens a serem realizadas pela empresa A,B,C, e D, pode ocorrer um fato do homem se quebrar ou o motorista passar mal e não poder fazer aquela operação, uma outra empresa imediatamente substitui. Quer dizer, esse processo é muito dinâmico, então isso pode afetar de alguma de uma forma essa divergência de remuneração de transferência de créditos eletrônicos, de um consórcio para o outro. Estou aqui, tá, imaginando, eu não posso realmente falar o que é essa conta da SUMOB. Mas eu posso falar pela Transfácil que é o critério que a gente utiliza. É esse critério que se baseia principalmente no quilómetro rodado e na composição da frota.

01:26:59 Ver.(a) Irlan Melo: Bom, isso aí senhor presidente, eu acho que seria interessante a gente começar a pensar acendendo os poderes da CPI né até de quebra de sigilo bancário, dependendo das circunstâncias, para definir o que que é essa diferença, né? Porque nós temos os documentos enviados pelos dois.

Se há uma divergência, num caso, uma diferença de 247MIL a menor, no outro uma de 780MIL maior, realmente há um equívoco aí. Então nós temos que perceber isso no futuro e isso é um assunto para que a gente possa conversar. Eu quero falar um pouquinho sobre a questão dos suplementares.

Nós temos informações do poder público de que as parcelas dos subsídios do ano passado, de 237 milhões que venciam em janeiro, fevereiro e março deste ano, foram contabilizados como receita recebida em 2023 e, portanto, estão sendo

descontados dos 512 milhões a ser recebido esse ano. O senhor sabe se isso procede? Como que tem sido feito esse desconto e qual que é a proporção?

01:28:00 Sr. Ralison Guimarães: Bom, ano passado a gente teve aquela lei do auxílio emergencial, se não me engano 11MIL, me falha o número aqui correto. E esse ano nós tivemos a lei aí do subsídio, né, que está compondo agora a nossa rememoração complementar, o que eu posso dizer assim, sobre essa pergunta do senhor é que bom, no meu entendimento, o que foi recebido, transferido para o para os consórcios no ano de 2022 compõe o orçamento de 2022, e o que está sendo recebido no ano de 2023, está compondo o orçamento de 2023. Realmente não consigo, eu não entendi muito bem, desculpa, mas eu acho que é uma questão mais ali, de orçamento.

01:28:45 Ver.(a) Irlan Melo: O que que acontece, na parcela de 237 milhões tem um percentual, inclusive, que foi determinado pela Câmara Municipal, só que por questões alheias à vontade da Câmara Municipal a SUMOB demorou a fazer toda a parte jurídica que cabia a ela e no final da história começou a descontar dos 512 milhões porque parte desse repasse de cinco milhões foi feito esse ano.

Só que a lei é anterior, a lei previa dentro do orçamento do ano de 2022, e não do orçamento de 2023. Então, assim, por conta disso. Agora, com relação ao adiantamento dos vale transportes, no valor de 220 milhões quanto ao transporte suplementar, recebeu de repasse dentro do contrato de vales transportes para servidores. Quanto que o suplementar recebeu de repasse em relação a esse adiantamento dos 220 milhões? O senhor sabe informar?

01:29:47 Sr. Ralison Guimarães: Bom, número aqui de cabeça, me desculpe, mas eu não vou saber, né? Mas o que eu posso dizer e tenho conhecimento e participei é que o Transfácil repassou ao suplementar o que foi determinado pelo poder concedente e pela justiça. Se falar um número aqui agora eu posso me enganar, mas o que eu posso dizer isso.

01:30:07 Ver.(a) Irlan Melo: Esse valor, a Transfácil cobra uma taxa de administração. O senhor sabe informar qual é o percentual?

01:30:17 Sr. Ralison Guimarães: Bom, o Transfácil é um prestador de serviço, não é? E especificamente para o transporte suplementar a taxa hoje é de 3%. Parece que com a lei nova...

01:30:31 Ver.(a) Irlan Melo: E a anterior?

01:30:32 Sr. Ralison Guimarães: Anteriormente, era de 6,5% mais impostos.

01:30:36 Ver.(a) Irlan Melo: Que chega em torno 7% e alguma coisa, não é isso?

01:30:40 Sr. Ralison Guimarães: Acho que é 1,8% imposto, né?

01:30:43 Ver.(a) Irlan Melo: Isso, isso mesmo. No tempo da pandemia, houve alguma dificuldade em relação a um repasse nas datas acordadas ou foram tudo dentro dos prazos?

01:30:56 Sr. Ralison Guimarães: O senhor fala do repasse da prefeitura para o Transfácil?

01:31:00 Ver.(a) Irlan Melo: Isso, da prefeitura para Transfácil e da Transfácil para o suplementares.

01:31:05 Sr. Ralison Guimarães: Bom, a gente passou, o Júnior falou aqui de alguma coisa, mas a gente passou por momentos difíceis, né? Desde depois aí da copa de 2014, passando por momentos, por ano sem congelamento de tarifa e que veio acarretar todo esse problema que chegamos aqui hoje, que já os senhores já estão bem cientes. Durante a pandemia, vamos dizer assim, o ponto extremo, a gota d'água do problema por questões que nós sabemos aqui de queda de demanda, as pessoas tinham que ficar em casa, não podia sair, então isso causou, vamos dizer assim, enterrar o problema que já estava difícil, não é? Eu não vou saber corretamente responder o senhor se as Datas que a prefeitura repassou o Transfácil foram as datas acordadas ou não, o que eu posso falar é que foi estipulado esse adiantamento de recebimentos para tentar manter o serviço em operação e esses valores forem passados Transfácil. No que diz respeito ao repasse do Transfácil para o serviço

suplementar, nós cumprimos com todas as determinações do poder concedente e da justiça, tanto com relação aos valores quanto com relação às datas de repasse.

01:32:39 Ver.(a) Irlan Melo: Então quero perguntar para o senhor, como que foi calculado o percentual a ser repassado para o suplementar? Na parte que diz respeito ao contrato de fornecimento de vales aos servidores municipais.

01:32:53 Sr. Ralison Guimarães: Com relação aos valores da época do COVID, né?

01:32:56 Ver.(a) Irlan Melo: Isso. O percentual.

01:33:00 Sr. Ralison Guimarães: O Transfácil, eu não sei, não posso falar como é que foi isso lá internamente da prefeitura, mas o Transfácil cumpriu o que foi determinado a ele né? Inicialmente, o poder concedente determinava os valores e as datas posteriormente teve uma reunião no tribunal de justiça que determinou também valores e datas e o Transfácil cumpriu integralmente o que foi determinado a ele.

01:33:26 Ver.(a) Irlan Melo: O senhor tem ciência?

01:33:28 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Só um minutinho Irlan, senhor Ralison, em relação ao vale de servidores municipais, que é do contrato, não teve decisão judicial, então como que foi feito esse cálculo de percentual? O senhor lembra como que foi o percentual de repasses em relação ao vale do servidor municipal?

01:33:49 Sr. Ralison Guimarães: Bom dia, senhora vereadora, quando a senhora se refere ao vale do servidor municipal, em relação ao dinheiro do COVID, imagino né... bom, o que eu posso falar é que o Transfácil repassou ao suplementar tudo que foi determinado a ele pelo poder concedente posteriormente pela justiça, tá? O que eu tenho conhecimento é isso.

01:34:12 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Pois é, mas a justiça não teve determinação, em relação ao vale do contrato da Transfácil com o município e o poder concedente, inclusive a gente sabe que as 5 primeiras parcelas, eles não receberam nada, o suplementares.

01:34:28 Ver.(a) Irlan Melo: E depois passaram a receber 10%, correto, Fernanda?

01:34:33 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Exatamente, e depois caiu para 7.85%. Isso aí era o município quem determinou para Transfácil como que seria repassado nada nas 5 primeiras parcelas, 10% em algumas e depois 7.85%? Os senhores receberam uma documentação com esclarecimento do município a respeito disso?

01:34:56 Sr. Ralison Guimarães: Boa senhora vereadora, o que eu posso falar é que realmente o Transfácil cumpriu o que foi determinado a ele. É isso que eu posso falar sobre este assunto.

01:35:06 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Tá, então assim, só para eu ter uma linha aqui de pensamento. Se nós pedirmos a Transfácil a documentação que justifica não ter repassado nada para os suplementares nas 5 primeiras parcelas, ter repassado 10% em algumas parcelas e depois tem reduzido para 7.85% vocês vão ter uma justificativa documentada ou algum tipo de convênio da reunião e meio do município determinando isso. A gente tem como pedir isso? Porque se partiu do município, tem que ter algum tipo de orientação, né?

01:35:40 Sr. Ralison Guimarães: Sim. Está à disposição.

01:35:43 Ver.(a) Irlan Melo: Vamos fazer o requerimento, né, Fernanda? Sobre essa parte tocante do acordo judicial a previsão na ata era que o sistema suplementar recebesse 10%. Isso de como o senhor está dizendo que foi repassado, nós vamos fazer a solicitação então para que o senhor possa informar para a comissão esses repasses que foram feitos. Embora a ata do acordo previsto que fosse repassado o valor de 10%, a informação que a gente tem é o que que foi repassado 8,5%. Houve um desconto de 1,5%. O senhor sabe informar a título de que houve esse desconto? Se isso aconteceu de fato?

01:36:29 Sr. Ralison Guimarães: Bom senhor vereador, desculpa repetir a resposta, mas o Transfácil repassou o que foi determinado a ele e não teve, o senhor está falando de algum desconto...

01:36:41 Ver.(a) Irlan Melo: O senhor conhece um desconto de 1,5%, a título de assessoria jurídica, que o Transfácil fez em relação suplementar? Existe isso? Que serviço que é esse?

01:36:53 Sr. Ralison Guimarães: Não, não senhor, até porque o Transfácil não presta esse tipo de serviço.

01:36:59 Ver.(a) Irlan Melo: Ok, então nesse caso, presidente, a gente precisa ouvir os suplementares, porque foi uma informação que a gente recebeu. O representante está dizendo que não existe então nós vamos descobrir se é que realmente existe mesmo porque é uma informação que nós recebemos dele, né Fernanda?

01:37:18 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Pois é, eu até fiquei curiosa. A Transfácil nunca fez nenhum tipo de desconto em razão de assessoria jurídica?

01:37:26 Ver.(a) Irlan Melo: Para os suplementares, correto?

01:37:28 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Para os suplementares.

01:37:29 Sr. Ralison Guimarães: Não, o Transfácil não presta esse tipo de serviço, não, senhora vereadora.

01:37:33 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Pois é, por isso que a gente achou esquisito, porque não está dentro desse corpo de atuação suas.

01:37:43 Ver.(a) Irlan Melo: Os suplementares os valores que foram recebidos, eles foram individualizados ou vocês passaram para o Transuple o consórcio?

01:37:52 Sr. Ralison Guimarães: Se me permite, senhor vereador, até para complementar a pergunta da Fernanda, a pergunta anterior, qual é o serviço que o Transfácil presta para o serviço suplementar, até aproveitar aqui para reiterar meus préstimos aqui ao senhor Gazolla, que é uma pessoa correta e íntegra que eu já tive oportunidade de conversar várias vezes e que representa também o pessoal do serviço suplementar, que tem um papel muito importante na nossa cidade também, como o serviço convencional.

O Transfácil presta serviços de apuração dos logs, serviço de comercialização dos créditos eletrônicos em todo o município de Belo Horizonte. Faz também ali toda a parte administrativa e financeira. Então ele é um agente ali de apoio, né? Vamos dizer assim, ao serviço suplementar. Então justificando porque daquela taxa dos 6,5 e no escopo do Transfácil não está essa questão da assessoria jurídica. E respondendo a pergunta, você pode repetir por favor?

01:39:00 Ver.(a) Irlan Melo: Se esse valor que foi repassado para os suplementares pela Transfácil, ele é individualizado ou se ele foi para o consórcio, para o Sindpautras, e de quem é a orientação para que isso seja feito?

01:39:17 Sr. Ralison Guimarães: Bom, no meu conhecimento esse valor é repassado para o sindicato, o Sindpautras, pelo meu conhecimento, é isso. E o Transfácil mais uma vez segue determinação sempre do poder concedente, então imagino eu...

01:39:31 Ver.(a) Irlan Melo: Então essa determinação foi do poder concedente, para que enviasse para o sindicato e não individualmente? Porquê da parte de vocês não haveria nenhum problema se tivesse que individualizar esses 250 permissionários?

01:39:47 Sr. Ralison Guimarães: Sim né, já é bastante tempo que o Transfácil já trabalha com suplementar então a forma pelo menos que eu me recordo aí da época da minha atuação no Transfácil, é diretamente para o Sindpautras. E não vou confirmar aqui né, claro que, como tem muito tempo que já acontece dessa forma, mas eu imagino que seja uma determinação do poder concedente.

01:40:12 Ver.(a) Irlan Melo: Ok. O senhor sabe informar porque o valor antecipado ativo de vale transporte ou suplementar está sendo devolvido em dinheiro para a Transfácil?

01:40:25 Sr. Ralison Guimarães: Quando o senhor fala em dinheiro em espécie, porque o Transfácil não trabalha com dinheiro assim.

01:40:31 Ver.(a) Irlan Melo: Estava envolvendo. É tipo eles não, não está sendo descontado. Eles estão fazendo a devolução, só para o senhor ter uma ideia, até a data de hoje, eles já devolveram 3.181.415,56.

01:40:43 Sr. Ralison Guimarães: Bom, isso aí com relação ao dinheiro lá do COVID, né?

01:40:47 Ver.(a) Irlan Melo: Sim.

01:40:48 Sr. Ralison Guimarães: Talvez valha a pena então explicar um pouco sobre a empresa...

01:40:52 Ver.(a) Irlan Melo: É 750,00 por mês que desconta em cada um deles.

01:40:54 Sr. Ralison Guimarães: Talvez vale a pena, então, explicar um pouco, como é que funcionou essa questão. Quando nós recebemos esse valor de adiantamento, né? De créditos da prefeitura municipal foi repassado ao serviço suplementar a cota parte deles, que foi determinado como já expliquei aqui pelo poder concedente, pela justiça. Esses valores têm que ser devolvidos por força de lei e tudo mais, tem que ser devolvido a prefeitura municipal correto? Então o Transfácil...

01:41:26 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não, espera aí. Teve um acordo judicial que era compra antecipada de vale-transporte, certo?

01:41:35 Ver.(a) Irlan Melo: Os 220 milhões correspondia à compra antecipada de vários transportes.

01:41:39 Sr. Ralison Guimarães: Sim, foi adiantamento, né?

01:41:41 Ver.(a) Irlan Melo: Isso, adiantamento.

01:41:42 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas o município não faz adiantamento, nós não somos banco, inclusive a improbidade administrativa o município emprestar dinheiro para qualquer empresa. Você tem certeza que vocês querem afirmar que foi um adiantamento o empréstimo?

01:41:57 Sr. Ralison Guimarães: A senhora colocando dessa forma, eu não vou ter certeza não, desculpa, desculpa.

01:42:02 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Pois é. Eu, acho que é temerário vocês colocarem isso.

01:42:06 Sr. Ralison Guimarães: Deu até medo de responder agora.

01:42:07 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Então vamos focar aqui. Não, porque é fato, você teve o contrato de vale transporte dos servidores, vocês utilizaram a gordura que existe no contrato para comprar vale transporte de forma antecipada, ok? A decisão judicial, houve um pedido de subsídio, mas em um acordo judicial virou vale transporte de compra antecipada.

E é isso que nós não estamos entendendo. Se há um vale transporte antecipado e há uma inclusive, uma reunião com o Ministério público, onde o promotor de justiça Dr. Leonardo Barbabela, consta na ata de que isso não seria em valores que a passagem pode mudar de valor e isso geraria um prejuízo para o município, mas que consta em número de passagens, como está sendo utilizada essa compra antecipada de passagens? Porque a partir do momento em que o convencional, ele está agora desovando isso através dos vales, aí gratuitos, da lei do subsídio atual os permissionários estão devolvendo em dinheiro, uma devolução que não há previsão no acordo, uma devolução que é proibida por lei, então esse é o nosso questionamento.

Em cima de quê? Há uma decisão da SUMOB, há uma decisão que contraria a decisão judicial, determinando a devolução desses valores pelos permissionários? Essa nossa grande questão, eu estou te interrompendo para não te colocar numa situação difícil depois.

01:43:49 Sr. Ralison Guimarães: Agradeço aí, senhora vereador, mas só um ponto importante que a senhora colocou, o Transfácil não recebe nada em dinheiro assim de terceiros, né? O Transfácil comercializa

01:44:00 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas no acordo judicial vocês receberam.

01:44:02 Sr. Ralison Guimarães: Não, em dinheiro não, é tudo depositado em conta, né? Via transferência eletrônica, se não fica parecendo que a gente...

01:44:10 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Olha, mas esse não é dinheiro, não?!

01:44:13 Sr. Ralison Guimarães: Não é que... Desculpe, sim, é só para esclarecer...

01:44:16 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não é em espécie?! Vocês receberam valores.

01:44:17 Sr. Ralison Guimarães: Isso...

01:44:17 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Vocês receberam valores do município através do acordo?

01:44:22 Sr. Ralison Guimarães: Isto. Bom, eu vou responder aqui dentro do meu entendimento, correndo até o risco do que a senhora me alertou e mas dentro do meu entendimento...

01:44:30 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Relata como que aconteceu pra gente. A gente quer saber o seguinte, por que que esse pessoal está devolvendo? Com base no quê? Teve uma determinação do município ou foi um acordo? Como que isso aconteceu? Porque isto não está na determinação judicial e nem na lei.

01:44:46 Sr. Ralison Guimarães: Tá, é dentro do meu entendimento, do meu conhecimento, o que aconteceu. É, como já expliquei aqui o sistema passou por uma fase complicadíssima, que veio assim, acabar de se agravar, né? O fundo do poço, vamos dizer assim, na época do COVID, né? E a solução encontrada na época que eu tenho conhecimento, foi fazer esse adiantamento para as empresas, tanto para o sistema convencional como pelo sistema suplementar. Bom, esse adiantamento é como é um adiantamento, ele tem que ser devolvido, no meu ponto de vista tá? Ah, desculpa, não vou usar aqui a forma jurídica na minha forma prática de entender e de falar, ele tem que ser devolvido dentro da legalidade, dentro do que é determinado e a forma que está acontecendo isso é da seguinte maneira, mensalmente a prefeitura

municipal adquire créditos, eletrônicos ou Transfácil para n motivos aí, servidores, etc...

01:45:50 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Ela continua adquirindo?

01:45:52 Sr. Ralison Guimarães: Sim, ela faz, ela pede, né? A Transfácil esses créditos eletrônicos e desde que foi determinado eu acho que tem bom 2,3 anos, eu não vou lembrar de cabeça aqui a data, esses valores, esses créditos eletrônicos que a prefeitura tem solicitado e adquirido ela não está pagando, né? Ela já pagou, melhor dizendo, ela não está pagando hoje, mas ela já pagou anteriormente e está sendo descontado do valor do que foi adiantado. Da mesma forma, o serviço suplementar ele recebeu através do Transfácil, né? Da mesma forma e como a prefeitura compra esses créditos do Transfácil, não compra do suplementar a forma que está sendo feita, é descontar o que está sendo comprado do que já foi adiantado. O sistema suplementar arca, vamos dizer assim, devolve a sua cota-parte, o seu percentual de participação proporcional ao que ele recebeu à época desses valores. Não sei se foi clara a minha resposta aqui.

01:47:07 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Tá, então vamos lá. Em relação ao contrato de servidores, os servidores também usam, também utilizam o transporte suplementar, né?

01:47:20 Sr. Ralison Guimarães: Imagino que sim.

01:47:22 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Então como que foi calculado da compra de vale transporte antecipado do contrato de servidores? Como que foi feito o cálculo daquilo que os servidores andam de convencional e daquilo que os servidores andam de suplementar?

01:47:38 Sr. Ralison Guimarães: Bom, não sei se eu entendi bem, porque o crédito da prefeitura compra o crédito, não é? Vamos dizer assim de uma forma mais geral, no final do início do mês, ela compra o crédito e durante o mês, o servidor e os beneficiários utilizam esse crédito, né? Nos cartões.

01:47:55 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Isso.

01:47:55 Sr. Ralison Guimarães: Então no momento que ela compra, ela faz um pedido para o Transfácil uma compra, como ela já pagou antes né, que foi adiantado, vamos dizer assim dessa forma, está sendo abatido desse valor que foi adiantado. Então, tanto o Transfácil faz essa compensação e o serviço suplementar na sua cota-parte, no seu percentual tipo, a participação proporcional ao que foi recebido também está devolvendo esse dinheiro. Desculpa, não se não foi muito claro, mas eu não entendi muito bem a pergunta da senhora.

01:48:30 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: É porque se vocês estão prestando um serviço, a Transfácil, está entregando o vale para que o servidor utilize serviço em prestação de serviço, que era o combinado do convencional, porque que não foi feito também a Transfácil entregar um vale em relação ao suplementar, né? Utilizando o vale na prestação do serviço, ao invés de fazer o desconto deles em dinheiro?

01:48:55 Sr. Ralison Guimarães: Talvez, não sei se eu estou entendendo bem, mas o crédito ele é comprado anteriormente da utilização porque a prefeitura compra...

01:49:03 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Isso, foi o que aconteceu. A prefeitura comprou o crédito, certo?!

01:49:07 Sr. Ralison Guimarães: No momento que passou ali na catraca, vamos dizer assim, o crédito já foi comprado, né?

01:49:14 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Isso.

01:49:15 Sr. Ralison Guimarães: Então esse crédito que foi comprado que está sendo descontado do que foi adiantado.

01:49:19 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: É, isso. Mas só para o convencional, para suplementar não. Isso que eu estou querendo entender. O suplementar está devolvendo em dinheiro. Ele não está prestando em serviço aquele crédito que foi comprado de forma antecipada e você só tem que fornece para o município passar para o servidor.

01:49:38 Sr. Ralison Guimarães: No meu entendimento, senhora vereadora, está sendo feito da mesma forma, né? O Transfácil...

01:49:45 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Nós temos provas documentais de que não.

01:49:48 Sr. Ralison Guimarães: O Transfácil está devolvendo e o suplementar também.

01:49:52 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Então, se os dois estão devolvendo o suplementar, então nós temos que saber o seguinte, estes pedidos da prefeitura, eles são feitos documentalmente? Ó nós vamos utilizar esse mês X vales que já estão antecipados, eu quero que você me entregue x créditos em vale para os suplementares x créditos em vale para o convencional? O município tem feito isso com a Transfácil?

01:50:18 Sr. Ralison Guimarães: O município, ele compra o crédito, né entrega ali..

01:50:22 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Ele já comprou, não é? Ele já comprou.

01:50:24 Sr. Ralison Guimarães: Sim.

01:50:24 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Então como que vocês estão entregando esse crédito? Esses vales em espécie, em créditos de transporte, que foi a determinação do MP, inclusive.

01:50:36 Sr. Ralison Guimarães: É o município, compra o crédito e vamos dizer, ele entrega ali ao seu servidor, o servidor ele pode andar no suplementar, pode andar no metrô, pode andar no ônibus convencional, pode andar no ônibus do move, não é? Então o ponto no meu entendimento, pelo menos é no momento da compra, não é? Está sendo descontado que foi adiantado, onde o servidor vai utilizar fica a cargo do servidor, imagino eu da pessoa...

01:51:01 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Essa preocupação nós não temos, a gente quer ver o seguinte, lá em 2020 2021, o município entregou para Transfácil x

milhões. Certo? Então eu tenho, vamos botar assim, o município entregou 10,00 para comprar 10 vales de transportes de forma de adiantada, certo?

01:51:23 Sr. Ralison Guimarães: Certo.

01:51:27 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Agora no mês de janeiro, ele que nos dá um vale transporte, então vocês creditaram um vale na conta que o município já pagou, certo?

01:51:36 Sr. Ralison Guimarães: Certo.

01:51:38 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Vamos botar que foi usando assim mensalmente, até agora, setembro, então o município já gastou dos créditos de 10, 9 não é isso?

01:51:47 Sr. Ralison Guimarães: Correto. Ele fez a compra de 9, né? Nós devíamos 10 para eles, se a senhora está entendendo bem, eles fizeram a compra de 9 não pagaram esses 9 porque já tinham pago antes, foi descontado do valor que já havia sido adiantado.

01:52:00 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Isso, e o município está com o crédito de um ainda né? Na nossa noção aqui. Bem, a Transfácil ala faz essa operação tanto para suplementar quanto para o convencional, né?

01:52:18 Sr. Ralison Guimarães: Sim.

01:52:20 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Em relação ao convencional, quantos vale transporte foram comprados de forma antecipada? Qual o número? Porque o Doutor Barbabela exigia o número, exigiu outro acordo que fosse um número de vales e não em valor, o cálculo. Quantos vales transportes o município comprou de forma antecipada para o convencional e para o suplementar?

01:52:50 Sr. Ralison Guimarães: Bom, eu não vou saber responder a senhora aqui, desculpa, a quantidade vale transportes, não é? Eu sei que foi...

01:52:58 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Nós temos documento sobre isso? Nós temos uma quantificação em documentos sobre isso?

01:53:03 Sr. Ralison Guimarães: Tudo que tem essa relação, poder concedente e Transfácil é documentado sim senhora.

01:53:11 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Que aí nós vamos saber então dessa forma, quantos vales nós ainda temos do convencional e quantos vales nós ainda temos o suplementar. Então porque é que o suplementar está devolvendo um dinheiro, se ele presta o serviço e dinheiro é que está gastando esse crédito ao qual faz o convencional? Você consegue entender?

01:53:32 Sr. Ralison Guimarães: Ó doutora, oh, desculpa, senhora vereadora. Assim, talvez na minha resposta aqui simplesmente porque não é o suplementar que comercializa os créditos, é o Transfácil.

01:53:44 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Então o município que termina quantos vales vai ser utilizado a cada mês?

01:53:51 Sr. Ralison Guimarães: Não. O município compra os créditos, não é? E o servidor, vamos supor, se ele mora em uma determinada região da cidade, ele vai querer, vai precisar ali de 2 passagens, 3 passagens por dia, 4 não sei. Então, dentro disso ele compra e o servidor ou beneficiário utiliza esse crédito.

01:54:11 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: É isto que eu não estou entendendo Ralison, porque assim, se há o crédito, se ele paga como crédito de vale transporte, porque não é utilizado em forma de compensação o vale transporte que já foi comprado e eles estão devolvendo? A informação que nós temos é que o suplementar já devolveu em dinheiro para Transfácil, em dinheiro não, em transferência 3.181.415,56. Isso é que eu não estou conseguindo entender. Quem define o quê? é a Transfácil, é o município? O município é quem fala para Transfácil? O município que determinou a Transfácil devolver em dinheiro, o suplementar devolver em dinheiro, é o município que determinou que o convencional prestaria aqui em serviço, né? Usando o crédito e o suplementar, devolveria em dinheiro? Nós queremos saber onde que nós achamos isso? Ninguém responde.

01:55:09 Sr. Ralison Guimarães: Senhor vereadora, talvez a questão é a seguinte, o Transfácil comercializa os créditos, então a forma está sendo devolvida, que foi é determinado ser devolvida é através da compra de créditos eletrônicos que

a prefeitura faz, certo? E ela vai estar deixando de pagar porque já pagou anteriormente e está sendo descontado. O suplementar não faz a venda, não faz a comercialização, como é que ele devolveria?

01:55:34 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas a Transfácil sim, a Transfácil faz. Porque é que o suplementar está devolvendo para a Transfácil ao invés de vocês emitirem os créditos para o servidor usar o suplementar? Essa é a questão.

01:55:48 Sr. Ralison Guimarães: Bom, o Transfácil, tanto o Transfácil como suplementar recebeu adiantamento, né? Eles têm que devolver o que foi recebido, não é?... A forma que foi encontrada foi o que eu já expliquei aqui várias vezes, e o suplementar ele tem que compor esse devolvimento.

Como é o Transfácil que vende, né? Então aquela parte proporcional ao que foi adiantado para o suplementar tem que ser encaminhado para o Transfácil, porque o Transfácil já entregou a parte inteira. Talvez eu expliquei melhor agora...

01:56:22 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: E por que que o convencional não está devolvendo?

01:56:27 Sr. Ralison Guimarães: Ele está devolvendo.

01:56:29 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Prestando serviço, mas não está devolvendo em dinheiro, porque?

01:56:32 Sr. Ralison Guimarães: Em dinheiro, o convencional não está recebendo. Está vendendo um crédito que não está recebendo.

01:56:38 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não, ele está prestando em serviço, e o suplementar quer o mesmo tratamento. Porque que está diferente?... Quem determinou a diferença?

01:56:48 Sr. Ralison Guimarães: Bom o suplementar recebeu um valor, né? Proporcional que foi determinado pelo poder concedente, pela justiça, conforme eu já expliquei aqui antes. E a forma de, talvez eu possa encaminhar para a senhora toda a documentação explicando mais detalhadamente por escrito o que está sendo feito, porque eu acho que eu não estou sabendo explicar para senhora.

01:57:10 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Eu gostaria de saber porque ninguém consegue explicar pra gente. Teve alguma determinação da SUMOB ou da BHTrans que o convencional prestaria em serviço e o suplementar faria devolução do dinheiro?

01:57:25 Sr. Ralison Guimarães: Tanto o suplementar como o convencional prestam serviços para o município de Belo Horizonte, não é?

01:57:30 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Prestam. Não estou perguntando isso. Eu estou perguntando sobre o crédito dos 220 milhões de reais, porque que um está prestando em serviço e o outro está devolvendo em dinheiro?

01:57:41 Sr. Ralison Guimarães: Se pensarmos bem aqui senhora, nós também estamos devolvendo em valores, porque nós não estamos recebendo, não é?

01:57:51 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas não é esse o caso. Porque um devolve em prestação de serviço e o outro devolve em dinheiro? Eu quero só saber essa resposta. É simples, não sei, sei, teve orientação do município, não teve orientação do município, pôs decidimos que seria assim. Eu quero saber quem decidiu, só isso, mais nada.

01:58:11 Sr. Ralison Guimarães: Mas eu sei, desculpa discordar, mas eu sei...

01:58:14 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Então me fala.

01:58:15 Sr. Ralison Guimarães: ...A forma que está sendo devolvida. A prefeitura está comprando os créditos, o Transfácil não está recebendo, era a mesma coisa se o Transfácil estivesse depositando, vamos supor que a prefeitura compre os créditos, comprou 1 milhão de créditos...

01:58:28 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não, então ótimo. A gente fica nesse círculo. Eu quero que você repita aqui comigo, o convencional está devolvendo fazendo transferência da conta do convencional para a conta da Transfácil? Sim ou não.

01:58:43 Sr. Ralison Guimarães: O convencional para a conta do Transfácil? O Transfácil é o convencional, vamos dizer assim, não é? O Transfácil é o convencional.

01:58:50 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não, mas não deveria ser porque são questões distintas. Os ônibus, os consórcios do ônibus convencional, os 220 milhões de reais da pandemia. Há transferências dessas empresas ou do sindicato para a Transfácil da compra antecipada de vale transporte? Sim ou não?

01:59:15 Sr. Ralison Guimarães: O Transfácil é o convencional e ele está devolvendo o dinheiro que foi adiantado pela prefeitura através do não recebimento dos créditos que a prefeitura compra.

01:59:24 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não sei o que eu perguntei. A resposta é simples, é porque vocês não têm resposta. Porque vocês sabem que está errado, vou fazer outra pergunta. O suplementar, eles estão fazendo transferência para a Transfácil do dinheiro adiantado, a título de compra antecipada de vale transporte? Sim ou não?

01:59:46 Sr. Ralison Guimarães: Sim.

01:59:47 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Viu como é fácil? É porque o outro não faz. E deixa eu te perguntar, esse dinheiro que o suplementar está devolvendo para Transfácil, como que a Transfácil está devolvendo para a prefeitura de Belo Horizonte?

02:00:03 Sr. Ralison Guimarães: Através da prefeitura não estar pagando os créditos...

02:00:07 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Ou seja, não está devolvendo o empréstimo do suplementar que você me falou que tinha decisão judicial em lei, falando que tinha que devolver, o dinheiro está voltando para o sistema? Então, o convencional recebeu a forma antecipada de vale transporte e está prestando em serviço. O suplementar recebeu o dinheiro está devolvendo em dinheiro e como a Transfácil é o consórcio, está ficando para o consórcio, é isso?

02:00:38 Sr. Ralison Guimarães: Bom, eu vou repetir a mesma resposta, a senhora me desculpa, porque né...

02:00:42 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas você não está respondendo o que eu estou te perguntando Ralison, tá ficando chato. Vocês estão devolvendo sim ou não? Não interessa se vocês são a mesma coisa que o consórcio, que o Setra. A Transfácil está devolvendo dinheiro emprestado, nas suas palavras, o dinheiro emprestado é do município. Vocês estão envolvendo para o município, sim ou não?

02:01:10 Sr. Ralison Guimarães: Sim.

02:01:11 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Como?

02:01:12 Sr. Ralison Guimarães: Através do não recebimento das compras que são realizadas mensalmente pela prefeitura.

02:01:20 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Certo, através de uma prestação de serviço do convencional.

02:01:25 Sr. Ralison Guimarães: Não. A prestação de serviço do município de Belo Horizonte é realizada pelo convencional e pelo suplementar, pelos dois.

02:01:31 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Então por que que o convencional não está prestando em serviço e você está pedindo a devolução em dinheiro?

02:01:37 Sr. Ralison Guimarães: Não, todos nós estamos prestando o mesmo serviço, cada um na sua área de atuação...

02:01:42 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas uns estão devolvendo através da prestação de serviço, outros estão devolvendo em dinheiro.

02:01:48 Sr. Ralison Guimarães: Vamos supor que...

02:01:50 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Que volta para o sistema em prestação de serviço...

02:01:53 Ver.(a) Jorge Santos: Só um minutinho vereadora, agora são 11 horas e 47 minutos. Prorrogo a reunião por mais 1 hora, pode continuar.

02:02:03 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Eu vou fazer a pergunta agora, isso aí eu já vi que vocês não vão conseguir responder... Eu vou mandar para o Ministério Público... para o Setra, Sindpautras e para o Transfácil.

02:02:14 Sr. Ralison Guimarães: Posso tentar responder uma última vez?

02:02:16 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Pode.

02:02:17 Sr. Ralison Guimarães: Vamos imaginar que a prefeitura adiantou imaginar, não a prefeitura adiantou esse crédito tanto para o convencional quanto para o suplementar, OK? Bom, vamos imaginar que a prefeitura compre os créditos do Transfácil e pague. O que o Transfácil teria que fazer? Pagar novamente para a prefeitura. É só essa diferença. Em vez da prefeitura pagar o Transfácil e o Transfácil pagar a prefeitura, está sendo feito uma compensação. E o suplementar...como o suplementar não faz a comercialização de créditos eletrônicos, não pode fazer isso. Ele tem que fazer isso via Transfácil, que é o que está sendo feito.

02:02:52 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Isso eu também já entendi. Só quero saber porque é que eles não estão fazendo isso através do crédito do servidor. Vou passar para a próxima. Os valores que são devolvidos para Transfácil pelos permissionários correspondem ao número de passageiros transportados?

02:03:11 Sr. Ralison Guimarães: Bom, o valor que está sendo devolvido não é o Transfácil, é o município, porque foi o município que adiantou. Então o suplementar está devolvendo proporcionalmente o que ele recebeu dentro da compra mensal da prefeitura é feita ao Transfácil, que não está sendo paga, está sendo, isto é, está sendo descontado que foi adiantado.

02:03:32 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: E esse proporcional é de 10% ou de 7.85%?

02:03:36 Sr. Ralison Guimarães: Proporcional ao que ele recebeu à época.

02:03:40 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: De 10%, proporção, proporção do todo, 10% ou 7.85%? Minha pergunta é só qual é a proporção, eu só quero saber isso.

02:03:48 Sr. Ralison Guimarães: A proporção era relativa ao que ele recebeu do que foi determinado pelo poder concedente e pela justiça.

02:03:54 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: E ele recebeu quanto?

02:03:58 Sr. Ralison Guimarães: Eu não vou saber de cabeça aqui agora exatamente. Posso encaminhar para a senhora toda a documentação, de cabeça aqui agora eu não vou saber.

02:04:06 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Se eu fazer um pedido por escrito, querendo saber qual foi a proposta que recebeu no mês e qual foi a devolução daquele mês, eu vou encontrar exatamente o mesmo número?

02:04:16 Sr. Ralison Guimarães: Sim, proporcionalmente, sim.

02:04:20 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Então ótimo. Eu vou fazer o questionamento por escrito para vocês e para os complementares... quanto que eles receberam por mês proporcional e qual é o valor da devolução proporcional. E aí o valor tem que ser o mesmo, né?

02:04:37 Sr. Ralison Guimarães: Sim.

02:04:40 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: É como é que a Transfácil identifica o uso dos cartões de servidores num veículo do suplementar?

02:04:50 Sr. Ralison Guimarães: Como a Transfácil identifica o número do cartão?

02:04:53 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: É. Nós não estamos falando que a transferência proposta falar o número do usuário, que a devolução também. Então como que vocês fazem a identificação do número de servidores?

02:05:05 Sr. Ralison Guimarães: A transferência do que foi adiantado é proporcional, tanto o Transfácil e ao suplementar recebeu, né? Eu não entendi a pergunta da senhora, por favor, você pode repetir?

02:05:17 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: O suplementar recebeu proporcional o número de servidores que descarregam, não é?

02:05:22 Sr. Ralison Guimarães: Não. Proporcional o suplementar, recebeu proporcional que foi determinado pelo poder concedente e pela justiça.

02:05:33 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Pois é, então as 5 primeiras parcelas, eles receberam zero porque ninguém determinou nada. A justiça não determinou nada em relação às compras antecipadas de vale transporte para servidores. A BHTrans determinou 10%, depois 7.85%. Tem com base no quê?

02:05:59 Sr. Ralison Guimarães: Nós transferimos os valores, exatamente o que foi determinado pelo poder concedente e pela justiça.

02:06:07 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Então tá, então vocês estão fazendo a evolução conforme determinação do poder concedente da justiça. Outra pergunta, vocês conseguem identificar quantos servidores do município, os suplementares carregam?

02:06:24 Sr. Ralison Guimarães: Bom, se todo servidor utiliza o cartão de vale transporte eletrônico é possível determinar se aquele cartão é de um servidor ou não. Agora, se ele pagou em espécie...

02:06:39 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não, não. Só quero saber a quantidade de servidores. Então se eu te pedir uma planilha de quantos servidores do município andaram de ônibus suplementar mensalmente vocês têm esse controle?

02:06:49 Sr. Ralison Guimarães: Se o servidor utilizou o cartão sim, pagou em espécie., não, não sei se é servidor ou se não é.

02:06:55 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Aí não vem ao caso, aí não é responsabilidade suas. Mas o número de servidores que utilizou o cartão, então você vai ter esse controle?

02:07:04 Sr. Ralison Guimarães: Se o cartão foi utilizado sim.

02:07:08 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Tá, e esse valor que tem o desconto dos 7.58%, que dá taxa de administração de vocês, ele foi devolvido também?

02:07:21 Sr. Ralison Guimarães: Está sendo devolvido exatamente o que recebeu.

02:07:26 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas calma, o dinheiro saiu do município, vocês descontam 7.58% pela prestação do serviço de vocês, isso é contratual.

02:07:37 Sr. Ralison Guimarães: Antes era 6.5, agora é 3, né?

02:07:41 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: É, mas na época desse dinheiro era 7.58%.

02:07:44 Sr. Ralison Guimarães: Era 6,5 + 1,08 de impostos.

02:07:48 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Pronto, deu 7.58%?

02:07:50 Sr. Ralison Guimarães: Sim.

02:07:52 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Tá, então na hora que o dinheiro entra, você repassa o dinheiro para o permissionário sem os 7.58%, aí o permissionário devolve o dinheiro para Transfácil e coloca o dinheiro no sistema. Esse 7.58% também está sendo devolvido ou ele já ficou para Transfácil em função da prestação do serviço?

02:08:11 Sr. Ralison Guimarães: Não, o Transfácil já recebeu na origem sobre a prestação de serviços, né? O que...o suplementar recebeu está sendo devolvido exatamente o que ele recebeu, exatamente o que ele recebeu. Eu acho que eu entendi que a senhora está perguntando. A taxa foi descontada antes, se era 10 o suplementar recebeu 9 e alguma coisa, né? Em função dessa taxa, ele está devolvendo esse 9 e alguma coisa, vamos dizer assim. Ficou claro?

02:08:40 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Pois é, então a taxa de serviço não entra nesse retorno para o sistema na forma de prestação de serviço, porque essa taxa já foi descontada pela Transfácil, né?

02:08:52 Sr. Ralison Guimarães: O suplementar não pode devolver mais do que ele recebeu, né? Devolvendo exatamente o que ele recebeu.

02:08:59 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Tá, mas aí quando a Transfácil devolve pra prefeitura através da prestação de serviço, ela devolve os 7.58% da taxa de... ou não? Ou ela devolve só que o suplementar devolveu?

02:09:09 Sr. Ralison Guimarães: O Transfácil devolve exatamente o que ele recebeu.

02:09:14 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Do suplementar? Ou do município?

02:09:19 Sr. Ralison Guimarães: O Transfácil tem que devolver exatamente o que ele recebeu do município.

02:09:23 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Então tá, então ele devolve essa taxa, tá. Acho que eu já fiz quase todas as outras aqui, só um pouquinho. No caso, quando o servidor público municipal ele anda no ônibus convencional o consórcio que o transportou recebe o valor desse vale ou não?

02:09:51 Sr. Ralison Guimarães: Sim.

02:09:54 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas já recebeu antes, né? Não está recebendo de novo não, né?

02:09:57 Sr. Ralison Guimarães: Não, eu expliquei que anteriormente, os créditos geralmente são, a maioria deles pelo menos, são comprados antecipadamente no início do mês, por exemplo, para que as pessoas utilizem os cartões durante os mês, principalmente, as pessoas jurídicas fazem assim, o município e tal, então quando passa o cartão lá na catraca se esse valor já foi pago anteriormente, o consórcio já recebeu.

02:10:31 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: É, porque não vai receber, né? Tá. Só mais uma questão, a prefeitura está compensando mensalmente quanto desse adiantamento do contrato de servidores, você sabe informar?

02:10:44 Sr. Ralison Guimarães: Qual o valor que ela está compensando mensalmente?

02:10:47 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: É, qual o percentual mais ou menos, o valor se você tiver aí.

02:10:50 Sr. Ralison Guimarães: 100% do que ela compra, o número que eu tenho aqui de cabeça, a senhora me desculpa que eu não tenho número detalhado, posso encaminhar posteriormente, que já foi devolvido em torno de 20% do que foi adiantado.

02:11:03 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Aí isso relação ao contrato de servidores. E o acordo judicial, teve alguma devolução? Você sabe falar?

02:11:11 Sr. Ralison Guimarães: Eu estou considerando aqui quando eu falei os 20% o montante do que foi adiantado na época do COVID, né?

02:11:18 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: São razões diferentes, né? Uma é o acordo judicial, o outro é a compra antecipada em função do contrato, né?

02:11:26 Sr. Ralison Guimarães: Tá tudo sendo devolvido da mesma forma, já foi devolvido em torno de 20%.

02:11:34 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Agora em relação a essas gratuidades, que estão sendo criadas aí, como que está sendo feito o pagamento das gratuidades para as concessionárias e para os permissionários?

02:11:44 Sr. Ralison Guimarães: Bom, com relação à gratuidade, essas questões de benefício gratuidade, é uma questão de política tarifária, né? Então o município, ele tem uma política tarifária de dar, por exemplo, agora o estudante parece que né? Alguns estudantes também não pagam. Então isso tudo compõe a política tarifária que vai compor também a todas as contas para se chegar ao valor da tarifa da receita tarifária e da receita complementar, então a gratuidade compõe esse banco de dados, vamos dizer assim, para a estipulação do valor da tarifa e da receita complementar.

02:12:28 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas como é que vocês fazem o controle de quem é quando gratuito ou não? Para fazer pagamento e entram essa compensação?

02:12:35 Sr. Ralison Guimarães: No município de Belo Horizonte, por exemplo, temos vários tipos de gratuidades, não é? Algumas utilizam o cartão de vara eletrônico. Outros, por exemplo, o idoso pode andar no ônibus até com carteira de identidade, né? Então isso tudo compõe a política tarifária municipal. Então é a prefeitura que define essa política tarifária, né? Juntamente com a Câmara Municipal claro, desculpa. Então isso tudo compõe a política de tarifária que vai compor o valor da tarifa, né? Porque vai impactar diretamente na receita tarifária do sistema.

02:13:12 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas vocês conseguem quantificar o número de pessoas que usam de gratuidade tanto suplementar quanto convencional ou não?

02:13:34 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Mas depois é cobrado essa pessoa da política tarifária gratuita, né? Do município.

02:13:41 Sr. Ralison Guimarães: Bom, eu não entendi o que a senhora quis dizer como cobrado, mas volto a explicar, isso tudo compõe a política tarifária do município e vai também compor a receita tarifária e a receita complementar necessária para que o sistema opere.

02:13:57 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Eu quero saber o seguinte... vocês não vão transportar o idoso de forma gratuita, o município paga por ele, né? O idoso não paga, mas o município paga porque não é... vocês transportarem de forma gratuita, particular, a empresa particular não tem que transportar gratuidade de forma gratuita, você concorda? Ela percebe por esse transporte.

02:14:18 Sr. Ralison Guimarães: Podemos dizer assim, se todo mundo pagasse, inclusive o idoso que no caso hipotético, claro que por legislação não pode, se todo mundo pagasse a tarifa ia ser um pouco mais barata.

02:14:30 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Pois é. E aí, algum cálculo porque quem passa com o cartão ok, está ali registrado, e quem não passa? Como que o município faz uma análise que está andando gratuito ou não, sem passar o cartão para depois? Para depois o convencional ou permissionário receberem por isso?

02:14:51 Sr. Ralison Guimarães: Bom, se a pessoa tem direito à gratuidade por lei e tem o direito também de utilizar essa gratuidade sem utilizar o cartão a única forma de saber através de uma pesquisa de campo.

02:15:06 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: E essa pesquisa de campo, ela é feita de quanto em quanto tempo?

02:15:11 Sr. Ralison Guimarães: Bom, não tem uma data específica para se fazer, não sei nem dizer a senhora qual foi a última, não sei nem te dizer, mas posso procurar saber e encaminhar posteriormente.

02:15:26 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Então a gente tá no escuro, né? Em relação a isso, nesses cálculos, né?

02:15:30 Sr. Ralison Guimarães: É uma questão legal né, o idoso que tem o direito de utilização ao transporte público e...

02:15:35 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Eu estou querendo assim, eu tenho que saber como que vocês recebem, como que o município paga e como que calcula, né? Até para saber, por exemplo, agora tem várias gratuidades nessa nova lei, desse novo subsídio, como é que vai ser feita essa análise? Até porque vocês vão utilizar o crédito de vale transporte, como é que vocês vão calcular o número de pessoas... porque de repente falar assim, ah não, em 3 meses usa o crédito inteiro, com base no quê? Ninguém sabe falar, né? Você não sabe falar nem qual foi a última pesquisa de sobe e desce. Então quantas pessoas usaram?

02:16:10 Sr. Ralison Guimarães: Outra coisa senhora, pesquisa de sobe e desce, é pra gente determinar fator de utilização... Fator de rotatividade que vai compor aí...

02:16:20 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Usei o termo técnico errado aqui. Então essa pesquisa de quantas pessoas usaram, né?

02:16:27 Sr. Ralison Guimarães: É, tudo isso vamos supor que todo mundo em Belo Horizonte fosse gratuito, ok? Mesmo assim, teria um custo e quem arcaria com esse custo, teoricamente, é o município.

02:16:37 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Eu vou passar para as próximas aqui que eu estou vendo assim, a grande maioria das questões eu vou ter que perguntar por escrito mesmo, acho que vai ser mais fácil. Na planilha de cálculo do valor do quilômetro rodado enviado à Câmara pela SUMOBI consta a inscrição, preços e coeficientes de referência, outras defesas operacionais Transfácil no valor mensal de mais de 2.500.000, sendo a referência da média de julho de 2022 mais uma de 12 parcelas de mais de 81MIL reais de 13º Transfácil e uma de 12 parcelas de compra de cascos de cartões no valor de 190MIL reais. Porque que a Transfácil faz parte do cálculo do curso do quilômetro rodado?

02:17:24 Sr. Ralison Guimarães: Bom, o Transfácil, a existência dele é uma questão legal e exigida pelo contrato de prestação de serviços com o município de Belo Horizonte. O Transfácil, responsável por toda operação comum aos consórcios em Belo Horizonte. Só para o senhor ter uma ideia, o Transfácil tem hoje aproximadamente 400 funcionários. Toda aquela operação dentro das estações de transferência dos terminais, equipe técnica, de planejamento, toda a tecnologia embarcada nos veículos é tudo de responsabilidade do Transfácil, então por exigência contratual, o Transfácil tem essa prerrogativa, presta esses serviços, né? Então, ele tem um custo de operação, imagino que esses valores que a senhora relatou devam ser relativos a esses custos.

02:18:22 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Tá, então vocês colocaram no custo quilômetro rodado a prestação de serviço de vocês, onde vocês já são remunerados pelo percentual de todos os prestadores de serviço?

02:18:34 Sr. Ralison Guimarães: Não senhora...

02:18:35 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Aí vocês estão lá como custo do sistema...

02:18:37 Sr. Ralison Guimarães: Não senhora, nós não colocamos esse valor da forma que a senhora está falando...

02:18:42 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não vocês não, a SUMOB né? Desculpa.

02:18:44 Sr. Ralison Guimarães: O Transfácil, ele compõe o custo do sistema, por exemplo, a estação Pampulha, que todo mundo conhece aqui tem vários colaboradores. Gostaria até de mandar um abraço, parabenizar eles pelo trabalho que eles executam ali, que não é fácil, então eles estão registrados no Transfácil né, o Transfácil tem que pagar o salário deles, então eles compõem o custo do sistema a tecnologia embarcada dentro dos veículos, né? Os avaliadores, os computadores, os painéis de motorista, todo o serviço de processamento de logs, tudo isso eu Transfácil que faço.

A operação do move, né? Que temos vários colaboradores que fazem a operação do move, que é uma operação conjunta, uma operação que não é fácil, uma operação complicada. A senhora imagina 400 ônibus com vários operadores todo dia, então tudo isso é feito pelo Transfácil. Então o Transfácil tem esse custo, e esse custo compõe o custo do sistema como um todo. Esse custo também entra nas auditorias, é todo feito dentro da legalidade, todo feito com documentação comprobatório dos cursos, das despesas e tudo mais.

02:19:56 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Tá, eu não tenho mais pergunta não. Obrigada senhor Ralison.

02:20:00 Sr. Ralison Guimarães: Eu que agradeço.

02:20:06 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia. Eu vou fazer só algumas perguntas, a gente está encerrando também... O que significa o 13º Transfácil de 12 parcelas. Fernanda fez essa? Já fez né?! A do Irlan foi, 52? Ao que se refere a compra mensal de 190.187,8 em cartões, porque isso está no curso do quilômetro? Quem compra esses cartões que dá aí o total de 2.282.244,00?

02:20:57 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom, quando a senhora se refere a cartões imagino que é o casco do cartão que o nosso cliente utiliza para transporte, para se locomover na cidade?... Então o Transfácil ele tem um contrato de prestação de serviço com o fornecedor de cartões e mensalmente, aproximadamente, se não me falha a memória, em torno de 30.000 cartões são repostos nos postos de venda do Transfácil.

Então o Transfácil tem que fazer a aquisição desses cartões, colocar nas máquinas de ATM nas bilheterias, fornece às pessoas jurídicas que fazem a compra dos vales eletrônicos para os seus trabalhadores, então é esse custo é um custo de aquisição. E vale aqui até ressaltar que o Transfácil para pessoa jurídica que compra os cartões de crédito para seus funcionários ele é emprestado a título de comodato e para a população em geral que faz a compra do cartão nos postos de venda ele é vendido hoje a 02,00 reais que é menos da metade do valor do que ele é adquirido. E tudo isso também compõe o custo de prestação de serviço do serviço de transporte municipal na capital de Belo Horizonte.

02:22:16 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O contrato firmado entre o Transfácil e a Coopervans, de 24/06/2005 a 18/07/2008 previa um valor de 4% mais impostos sobre o acerto de créditos eletrônicos. Em 2009, passou a ser 6,5%, mas os impostos pela obrigação do repasse ser individualizado nas contas dos permissionários. Essa aqui é das suplementares. Em 2019, o repasse passou a ser feito de forma conjunta para a conta do Sindpautras. Porque o Transfácil não suspendeu a cobrança dos valores de 2,5% referente à individualização?

02:23:00 Sr. Ralison Guimarães: Bom, a senhora falou alguns dados de vários anos atrás, talvez eu não vou saber responder, mas o que eu vou saber responder é que o Transfácil presta um serviço ao serviço suplementar, né? Já falei aqui anteriormente de processamento de logs e outros mais. E cobra uma taxa dentro do que é determinado pelo poder concedente e pela justiça. Atualmente, essa taxa é de 3%, né? Já foi 6,5%, a senhora está me falando aí que foi 4, eu não me recordo, mas hoje é 3% dentro do que é determinado.

E só para falar, essa taxa de 3% não cobre os custos do serviço que é prestado. Para a senhora ter uma ideia, só com as taxas das operadoras de cartão de crédito, débito, pix, taxas bancárias, o percentual já é maior do que esse.

Então hoje o Transfácil está prestando um serviço suplementar, e vamos dizer assim, está recebendo um valor insuficiente para a prestação desse serviço, mas que, no final das contas também vai compor aí o valor da tarifa, porque tudo isso compõe os custos que vão refletir lá na frente. Então podemos dizer hoje que o serviço

suplementar está recebendo também um subsídio do município em cima dessa taxa de serviço que o Transfácil está cobrando.

02:24:29 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu tenho mais algumas outras perguntas aqui que foram feitas até mesmo de algum de usuários do transporte público. No que consiste a gestão da Transfácil referente ao controle das viagens realizadas? Existe um controle por parte?

02:24:42 Sr. Ralison Guimarães: Sim, o Transfácil faz a operação do móvel, por exemplo, que faz o planejamento, faz a programação de quais empresas vão operar diariamente, soluciona os problemas, né? Dinâmicos, diários que são muito dinâmicos diariamente, então essa atuação direta aí, principalmente na operação do move.

02:25:02 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quais foram os critérios utilizados para adotar o atual sistema de monitoramento?

02:25:10 Sr. Ralison Guimarães: Bom, na época da última licitação, existe um caderno de requisitos né, determinações que determinavam o que o sistema deveria controlar e o Transfácil fez exatamente o que foi determinado por essas determinações aí dentro do nosso contrato.

02:25:27 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então é por uma determinação que vocês escolhem qual que vai ser, qual será o monitoramento? Quem que decide isso? Por exemplo aqui, quais foram os critérios utilizados para adotar o atual sistema de monitoramento? Aí existe ali uma reunião e vocês decidem será essa?

02:25:45 Sr. Ralison Guimarães: Não, o critério de monitoramento é determinado pelo contrato de prestação de serviço, pelo município.

02:25:52 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O município determina?

02:25:54 Sr. Ralison Guimarães: Sim.

02:25:54 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quem decide qual a empresa do consórcio realizará as viagens de uma linha? A Transfácil tem alguma interferência nisso, alguma decisão?

02:26:05 Sr. Ralison Guimarães: Não. Bom, o sistema de transporte de Belo Horizonte conta hoje com 4 consórcios. Além do Transfácil o consórcio de comercialização. Mas ele conta com 4 consórcios, né? E 33 empresas com várias garagens localizadas em todas as regiões do município. Bom, então é dentro da logística da questão de custo, melhor atendimento, aquelas empresas que estão localizadas nas regiões mais próximas às linhas têm assim, vamos dizer assim, a tendência de operar aquelas linhas, não é? Então eu posso dizer que essa organização é feita dentro de cada consórcio.

02:26:45 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A Transfácil não tem nenhum tipo de decisão quanto a isso?

02:26:50 Sr. Ralison Guimarães: Diretamente, não.

02:26:51 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas ela dá às vezes sugestões? Alguma coisa?

02:26:54 Sr. Ralison Guimarães: Não. O Transfácil, ele faz a operação do move com planejamento, por exemplo, tem uma linha do move ali na estação Pampulha, que tem uma empresa que é mais próxima e tem um veículo adequado, então o Transfácil aloca aquela empresa naquela linha do móvel, né? No intuito de prestar o melhor serviço pro passageiro. Da mesma forma, cada consórcio faz essa organização regionalmente de forma a otimizar, vamos dizer assim, a prestação de serviço, tanto no sentido da qualidade como de custo.

02:27:28 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então assim, a Transfácil tem algum tipo de decisão dentro dessa questão aí... A Transfácil é de alguma forma comunicada ou tem ciência se ocorre algum problema em uma viagem? Se sim, eu gostaria que o senhor me falasse qual é a ação tomada pela Transfácil quando isso acontece?

02:27:48 Sr. Ralison Guimarães: Bom, diretamente na operação do move acontece, são problemas diários e rotineiros, não é? Uma empresa, por exemplo, o motorista de alguma empresa específica não foi trabalhar, faltou aquele veículo, ela tem que pôr um veículo substituindo imediatamente, que o nosso cliente não pode ficar sem atendimento. Então o Transfácil faz essa gerência direta no move,

diariamente. **02:28:09 Ver.(a) Loíde Gonçalves:** Aí quando acontece algum problema na viagem também é comunicado imediatamente a Transfácil?

02:28:14 Sr. Ralison Guimarães: Sim, porque ele tem que repor o veículo imediatamente no move.

02:28:18 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Aí o que que vocês fazem? Vocês se comunicam a quem?

02:28:22 Sr. Ralison Guimarães: A gente comunica a empresa, tem os veículos reservas que precisam ser colocados em operação, tudo no intuito de prestar o melhor serviço possível.

02:28:31 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A Transfácil também tem ciência ou é comunicada se uma empresa não está cumprindo as viagens programadas? Se sim, qual é a ação da Transfácil neste caso?

02:28:42 Sr. Ralison Guimarães: Com relação ao move diretamente, que a operação está diretamente na mão do Transfácil, a Transfácil tem que tomar altitude para arrumar um outro ônibus para fazer aquela viagem.

02:28:53 Ver.(a) Loíde Gonçalves: De imediato?

02:28:54 Sr. Ralison Guimarães: Sim senhora.

02:28:54 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então eles são vocês são comunicados e de imediato vocês já colocam outro veículo para suprir aquilo?

02:29:00 Sr. Ralison Guimarães: Sim, porque, por exemplo, vamos supor que um veículo foi fazer uma viagem lá do move e no meio do caminho ele bateu, por exemplo, ou quebrou, né? É informado, nós temos ali um painel do motorista que informa temos telefone., a empresa entra em contato, nós também entramos porque tem um monitoramento via GPS ao vivo daquela operação, então o Transfácil tem ferramentas e tem que tomar atitude para repor esse veículo, fazer a próxima viagem pro nosso cliente não ficar desatendido.

02:29:29 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Uma das reclamações constantes dos usuários quanto ao sistema de bilhetagem é no tocante às máquinas de recarga do cartão BHBUS, como dificuldade em aceitar notas, provavelmente aceitar cartões de crédito e débito, máquinas fora do funcionamento, etc... a Transfácil está ciente destes problemas e o que vem fazendo para poder resolver?

02:29:49 Sr. Ralison Guimarães: O Transfácil tem um setor de atendimento ao cliente que a gente faz esse acompanhamento, tem uma equipe técnica que trabalha diretamente vamos dizer assim, na rua, resolvendo esses problemas. Eventualmente acontecem problemas sim, mas eles são trabalhados, solucionados o mais rápido possível.

O Transfácil tem investido bastante também em tecnologia, buscando soluções, em outras cidades, inovações de forma a prestar um melhor serviço, investindo bastante também no seu site, no seu aplicativo. Hoje a senhora deve saber, nós temos até o pagamento via QR Code, então o Transfácil faz esse trabalho, busca sempre se aprimorar e está sempre buscando inovações aí no mercado para prestar um serviço de melhor qualidade.

02:30:37 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Outra reclamação é quanto ao número de postos de recarga disponíveis, a Transfácil pretende ampliar os pontos de recarga do cartão BHbus?

02:30:46 Sr. Ralison Guimarães: O Transfácil tem uma rede de postos de venda, bilheterias né, sempre dentro da necessidade do que é solicitado pelo nosso cliente é feita a abertura de novos postos e hoje, principalmente, nós estamos investindo na aprimoração da venda digital online também, que é um ponto forte hoje.

02:31:10 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Não tenho mais perguntas. O senhor gostaria de fazer algumas considerações? A doutora também.

02:31:16 Sr. Ralison Guimarães: Gostaria só de agradecer a oportunidade e parabenizar também a Câmara Municipal e a Prefeitura Municipal por essa atitude de enfrentamento do problema do transporte coletivo municipal hoje na capital. Eu acho que vocês estão de parabéns, principalmente a CPI aqui no intuito de achar soluções

para esse problema que não é um problema especial de Belo Horizonte né, é um problema nacional.

Dizer também que o transporte, o Transfácil, o transporte municipal, convencional e móvel, estão à disposição. Nós passamos aí por muitas dificuldades, em virtude de vários problemas, mas a gente está enxergando agora que dentro dessa atitude de enfrentamento da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal, vamos ter soluções positivas aí para o transporte municipal e principalmente, no que tange ao atendimento à população que é. em primeira e última instância a razão da nossa existência.

02:32:21 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Gostaria de falar, Dra. Ana Paula? Pode encerrar né? Então às...

02:32:28 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Obrigado, Ralison...

02:32:30 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Doutora Fernanda, desculpa, a senhora que dar algumas considerações? Pode ficar à vontade.

02:32:35 Ver.(a) Fernanda P. Altoé: Não só agradecer, agradecer pela participação, a as observações que tiver pra melhoria do sistema, pode encaminhar também, né? Como o senhor José Braz ali mostrou, fica a sensação de que vocês não estão participando de uma tentativa de melhoria, não estão sendo ouvidos, mas eu acho que, na verdade, é que não chega a todos a esse pedido nosso de participação e de entrega, né? De análises pontuais de melhorias que a gente possa contribuir.

02:33:04 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, é muito bem, né? A falar da vereadora Fernanda, porque quando o nosso primeiro depoente que estava aqui, ele nos relatou essa dificuldade até mesmo deles, né? Em se comunicarem com a prefeitura e isso aí é um ponto que nós temos agora né vereadora Fernanda, de trazer de novo esse diálogo, porque se eles não estão sendo ouvidos agora é o momento, né, de trazermos esses empresários também, porque eles que estão ali sofrendo na ponta né, que estão circulando nos ônibus com as ruas com péssima qualidade.

Nós fiscalizamos, nós estamos todos os dias nas ruas buscando melhorias, mas a fala do empresário também, que está ali exercendo esse serviço tão essencial para a cidade é muito importante, né? Que possa haver esse diálogo entre a prefeitura, entre os empresários, junto com a Câmara Municipal, que a intenção nossa dessa CPI é sim trazer melhorias, né? E um conforto. Eu gosto sempre de usar a fala da vereadora Fernanda.

Nenhum usuário reclama do valor da passagem. Ele só reclama da falta de qualidade do ônibus, que não cumpre o horário, né? Então a gente tem que ajustar esses pontos aí pra gente poder sermos aqui na cidade de Belo Horizonte, né? Referência no transporte público tá, então, muito obrigada, vereadora Fernanda, muito obrigada, senhor Ralison, doutora Ana e a todos também os assessores, né? Que nos ajudam.

02:34:24 Ver.(a) Bráulio Lara: .....Vou fazer uma ponderação aqui, agradecer a participação do senhor Ralison....mas a gente hoje, quando a gente fala de melhorar o sistema, a gente quer melhorar todos os aspectos e um dos pontos que a gente inclusive acredita que esse serviço de pilhagem eletrônica ele funciona de forma independente, dando mais transparência, vai permitir que diversas das perguntas que foram feitas sejam respondidas praticamente que em tempo real para que todo mundo saiba exatamente como o fluxo financeiro do sistema como um todo funciona, uma vez que agora Belo Horizonte passa dentro do sistema de transporte de dinheiro público.

Se for só uma operação privada igual, já foi no passado, talvez esses controles não fossem tão importantes como agora eles são, então saibam que a gente tá tentando de fato também realmente pautar modelagem melhor desse sistema pra que a gente consiga realmente ter uma cidade mais eficiente, mas a gente agradece as respostas e obviamente a gente vai continuar aprofundando aqui na CPI. Obrigado Vereadora Loíde Gonçalves, por estar relatando aí esse trabalho todo da CPI.

02:35:43 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Muito obrigada, Vereador Bráulio, então às 12:22h eu encerro essa reunião.

2.14 DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A décima quarta reunião[14] da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade, foi realizada no dia 05/10/2023, às 9h52min, no Plenário Camil Caram. Sob a presidência do vereador Jorge Santos, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves e dos vereadores Henrique Braga, Braulio Lara, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Wesley Moreira, os quatro últimos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Sendo isto, foi apresentado, discutido e votado os seguintes requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nc) 2.637/23 - pedido de informação a "Ralison Guimarães Andrade" para "informar sobre o adiamento de vales-transportes abordado no depoimento prestado nessa CPI em 28/09/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé. Aprovado por unanimidade. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

2) Requerimento de Comissão n'' 2.638/23 - pedido de informação a "Ralison Guimarães Andrade" para "prestar informação sobre o depoimento prestado nessa CPI em 28/09/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

3) Requerimento de Comissão n'' 2.639/23 - pedido de informação a "Ralison Guimarães Andrade" para "prestar informação sobre o pagamento de gratuidades abordado no o depoimento prestado nessa CPI em 28/09/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

4) Requerimento de Comissão no 2.661/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Dantas," para

---

14 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/14%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-05-10-2023

“obter esclarecimento complementar sobre o Requerimento de Comissão no 2.014/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

5) Requerimento de Comissão n') 2.662/23 - pedido de informação ao “prefeito Fuad Noman“ e ao “superintendente de Mobilidade, André Soares Dantas,” para “obter informações quanto ao sistema de apuração de quilômetro rodado, bem como a política tarifária aplicada, se houver, ao Transporte Suplementar. Prazo para resposta: 5 dias úteis”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

6) Requerimento de Comissão n') 2.663/23 - pedido de informação ao “superintendente de Mobilidade, André Soares Dantas,” para “solicitar documentos quanto ao acidente ocorrido com o veículo 40400 que operava na linha 815 (Estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI) na madrugada da última terça-feira, 03/10/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

7) Requerimento de Comissão n'' 2.664/23 - pedido de informação ao “prefeito Fuad Noman“ e ao “superintendente de Mobilidade, André Soares Dantas,” para “obter informações acerca do repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n' 11.438/23 e Lei n'11.367/2022, percebidos pelos Consórcios BH Leste, Dez, Pampulha, Dom Pedro II e os Permissionários dos Suplementares. Prazo para resposta: 5 dias úteis”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

8) Requerimento de Comissão n') 2.665/23 - pedido de informação à “representante legal da Empresa BHLeste Transportes S.A, Ester das Graças Ferreira Gomes Borges,“ para “solicitar documentos quanto ao acidente ocorrido com o veículo 40400 que operava na linha 815 (Estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI) na madrugada da última terça-feira, 03/10/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o

mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

9) Requerimento de Comissão nc) 2.666/23 - realização de Oitiva para “intimar João Kerson Pereira Pinto, para, pessoalmente, prestar informações acerca de seu testemunho como usuário dos serviços prestados pelo consórcio BH Leste“, em data, horário e local a serem definidos posteriormente. Autoria: vereador Jorge Santos. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

10) Requerimento de Comissão n') 2.667/23 - pedido de informação ao “sócio administrador da Empresa Coletivos Boa Vista Ltda, José Braz Gomes Pereira Júnior,” para “obter informações quanto aos veículos vendidos a Empresa BHLeste Transportes S.A., como mencionado no depoimento do destinatário à Comissão realizada no dia 28 de setembro deste ano. Prazo para resposta: 5 dias úteis”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

11) Requerimento de Comissão n'’ 2.668/23 - pedido de informação à “representante legal da Empresa BHLeste Transportes S.A, Ester das Graças Ferreira Gomes Borges,“ para “obter informações quanto aos veículos adquiridos posteriormente ao depoimento da destinatária à Comissão realizada no dia 24 de agosto deste ano. Prazo para resposta: 5 dias úteis”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

12) Requerimento de Comissão n') 2.669/23 - pedido de informação ao “representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (SetraBH), Raul Lycurgo,“ aos “representantes do Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros de Belo Horizonte - TRANSFÁCIL“, ao “representante do Consórcio BH Leste, Rubens Lessa Carvalho,” e ao “representante do Consórcio Dez, Renaldo de Carvalho Moura,“ para “obter informações acerca do repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n' 11.438/23, percebidos pelos Consórcios BH Leste e Dez. Prazo para resposta: 5 dias úteis”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

13) Requerimento de Comissão no 2.670/23 - solicitação de juntada de documentos ao “presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito - Ônibus Sem Qualidade, vereador Jorge Santos,“ para “juntada de mídia contendo arquivos de som e de imagem a seguir enumerados: a) Vídeo do acidente ocorrido com o veículo 40400, da empresa BHLeste Transportes S/A, que operava na linha 815 (Estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI), no dia 03 de Outubro de 2023; b) Foto comparativa dos acidentes ocorridos com o veículo 40400, da empresa BHLeste Transportes S/A, que operava na linha 815 (estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI), no dia 03 de Outubro de 2023 e com o veículo 20561 que também operava na linha 815 (Estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI) no dia 20 de Setembro de 2023); c) Link de reportagens sobre os acidentes que envolveram veículos da empresa BHLeste Transportes S/A, no 20595, que operava na linha 83D (Estação São Gabriel/Centro - Direta) no dia 17 de agosto de 2023 quando o mesmo pegou fogo, no 20561, que operava a linha 5503B (Goiânia), quando o mesmo perdeu uma das rodas, no dia 13 de Junho de 2023, no 20554, que operava na linha 5503A (Goiânia), quando acertou um poste, no dia 20 de maio de 2023, e n'' 40400, que operava na linha 815 (Estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI), no dia 03 de Outubro de 2023; d) Vídeo de Reportagem exibida pela Record TV Minas sobre a greve dos funcionários da então Viação Torres no dia 20 de Dezembro de 2022; e) Vídeo do acidente ocorrido com o veículo 20554, da empresa BHLeste Transportes S/A, que operava na linha 5503A (Goiânia), no dia 20 de maio de 2023“. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

Foram lidas as respostas aos Requerimentos de comissão nº 2.361, 2.363, 2.379, 2.411 a 2.416 e 2.440 a 2.442/23.

Foi também comunicado o recebimento do Documento no 6.266/23, de autoria da empresa BH Leste Transportes S.A.

Deu-se início à oitiva do Sr. Jeferson Luiz Gazolla Palhares, Presidente e Líder do Consórcio TRANSUPLE - Consórcio Operacional do serviço de Transporte Suplementar de Passageiros de Belo Horizonte/MG, e em segundo momento o depoimento do ,Presidente do SINDPAUTRAS - Sindicato dos Permissionários Auestounomos do Transporte Suplementar de Passageiros dos Municípios da Região

Metropolitana de Belo Horizonte/MG, Júlio César Guimarães, ambos prestando o compromisso com a verdade.

14ª REUNIÃO

Ver.(a) Jorge Santos: Bom dia a todos e a todas, agora são exatamente 10 horas com 52 minutos, 9 horas, perdão. Olhando daqui com um tijolão ali, parece que é 10, então são 9 horas e 53 minutos. Vamos fazer a chamada dos vereadores membros da comissão parlamentar de inquérito, da CPI de ônibus sem qualidade, vereador Jorge Santos, estou presente, vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano Lopes? Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: Presente.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, então tendo o quórum, abrimos a comissão parlamentar de inquérito, instituída pelo requerimento 873/2023, a CPI de ônibus sem qualidade, 14ª reunião do dia 5/10/2023, ordem dos trabalhos. É, vou pedir aqui aos nossos vereadores que, nós vamos é inverter a pauta aqui, para que depois a gente possa voltar aqui, na nossa oitiva, está de acordo vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: De acordo vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: De acordo, Braulio? De acordo, o vereador Sérgio?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: De acordo Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado, vereador, oK, vamos lá, ordem dos trabalhos, item 1, comunicado de aprovação da ata da 10ª Reunião, visto não ter havido impugnação desta, nos termos regimentais.

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos para o item 1 da pauta, proposição de comissão, item 1 é um Requerimento de Comissão nº 2.637/23 - pedido de informação a "Ralison Guimarães Andrade" para "informar sobre o adiamento de vales-transportes abordado no depoimento prestado nesta CPI em 28/09/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação, como vota o vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes? Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu o vereador Jorge Santos, estou de acordo, está aprovado o requerimento de comissão 2637/2023, turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 2 é um Requerimento de Comissão nº 2.638/23 - pedido de informação a “Ralison Guimarães Andrade” para “prestar informação sobre o depoimento prestado nesta CPI em 28/09/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação, como voto o vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes? Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu, vereador Jorge Santos, estou de acordo, está aprovado o requerimento de comissão 2638/2023, turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 3 da pauta é o Requerimento de Comissão n'' 2.639/23 - pedido de informação a “Ralison Guimarães Andrade” para “prestar informação sobre o pagamento de gratuidades abordado no o depoimento prestado nessa CPI em 28/09/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação como voto, vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando? Vereador Sérgio?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado, vereador professor Juliano Lopes? Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, eu Jorge Santos, também estou de acordo, fica aprovado o requerimento de comissão 2661/2023 turno único, perdão é o 2639/2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Agora vamos para o item 4 da pauta, é o requerimento de comissão nº2661 de 2023, ele é turno único, é vinculado ao requerimento 873/2023, a solicitação deste requerimento é um pedido de informação, o destinatário é o "prefeito Fuad Noman"e ao "superintendente de Mobilidade, André Dantas," a finalidade do requerimento é "obter esclarecimento complementar sobre o Requerimento de Comissão nº 2014/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Ver.(a) Jorge Santos: Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado, como é o voto do vereador Juliano Lopes? Como voto é o vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu o vereador Jorge Santos, estou de acordo, então está aprovado o requerimento 2661/2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 5 da pauta, é o requerimento de comissão 2662/2023. Turno único, é vinculado ao requerimento 873 barra 2023, a solicitação deste requerimento é um pedido de informação. Destinatário "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Soares Dantas," finalidade é "obter informações quanto ao sistema de apuração de quilômetro rodado, bem como a política tarifária aplicada, se houver, ao Transporte Suplementar. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Jorge Santos: Em discussão, em votação, como o voto a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Professor Juliano? Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também o vereador Jorge Santos, estou de acordo, então está aprovado o requerimento de comissão 2662/2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos para o item 6 da pauta, é um requerimento de comissão 2663/2023 turno único vinculado ao requerimento 873/2023, é uma solicitação de um pedido de informação, destinatário ao "superintendente de Mobilidade, André Soares Dantas," finalidade deste requerimento é "solicitar documentos quanto ao acidente ocorrido com o veículo 40400 que operava na linha 815 (Estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI) na madrugada da última terça-feira, 03/10/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, vamos para a votação, como vota vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Professor Juliano? Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu o vereador Jorge Santos, estou de acordo, está aprovado o requerimento de comissão 2663/2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 7 da pauta é um requerimento de comissão nº 2.664/23, turno único vinculado ao requerimento 873/2023, - é uma solicitação de um pedido de informação, o destinatário é o "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Soares Dantas," finalidade deste requerimento é "obter informações acerca do repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n' 11.438/23 e Lei n'11.367/2022, percebidos pelos Consórcios BH Leste, Dez, Pampulha, Dom Pedro II e os Permissionários dos Suplementares. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Jorge Santos: Em discussão, coloca em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Braulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano? Vereador Wesley?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, eu, Jorge Santos, estou de acordo, está aprovado o requerimento de comissão 2664/2023, turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 8 da pauta é o Requerimento de Comissão 2.665/23 - pedido de informação à "representante legal da Empresa BHLeste Transportes S.A, Ester das Graças Ferreira Gomes Borges," para "solicitar documentos quanto ao acidente ocorrido com o veículo 40400 que operava na linha 815 (Estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI) na madrugada da última terça-feira, 03/10/2023. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu ponho em discussão, coloco em votação, como o vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano? vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, eu vereador Jorge Santos, também estou de acordo, está aprovado o requerimento de comissão 2665/2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 9 da pauta é um Requerimento de Comissão 2666/23 - realização de Oitiva para “intimar João Kerson Pereira Pinto, para, pessoalmente, prestar informações acerca de seu testemunho como usuário dos serviços prestados pelo consórcio BH Leste“, em data, horário e local a serem definidos posteriormente. Autoria: vereador Jorge Santos.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano Lopes? Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu o vereador Jorge Santos, estou de acordo com o requerimento de comissão 2666/2023 turno único está aprovado.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 10 é o requerimento de Comissão nº 2.667/23 - pedido de informação ao “sócio administrador da Empresa Coletivos Boa Vista Ltda, José Braz Gomes Pereira Júnior,” para “obter informações quanto aos veículos vendidos a Empresa BHLeste Transportes S.A., como mencionado no depoimento do destinatário à Comissão realizada no dia 28 de setembro deste ano. Prazo para resposta: 5 dias úteis”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano? Vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De cordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu também vereador Jorge Santos, estou de acordo, então está aprovado o requerimento 2667/23 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 11 da pauta é o requerimento de Comissão nº 2668/23 - pedido de informação à "representante legal da Empresa BHLeste Transportes S.A, Ester das Graças Ferreira Gomes Borges," para "obter informações quanto aos veículos adquiridos posteriormente ao depoimento da destinatária à Comissão realizada no dia 24 de agosto deste ano. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria:

vereadora Loíde Gonçalves

Ver.(a) Jorge Santos: Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota o vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Professor Juliano, e o Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu o vereador Jorge Santos, estou de acordo, está aprovado, então o requerimento de comissão 2668/23, turno único, aprovado.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 12 da pauta é o requerimento de Comissão nº 2.669/23 - pedido de informação ao "representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (SetraBH), Raul Lycurgo," aos "representantes do Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros de Belo Horizonte - TRANSFÁCIL", ao "representante do Consórcio BH Leste, Rubens Lessa Carvalho," e ao "representante do Consórcio Dez, Renaldo de Carvalho Moura," para "obter informações acerca do repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n' 11.438/23, percebidos pelos Consórcios BH Leste e Dez. Prazo para resposta: 5 dias úteis". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Jorge Santos: Em discussão, em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano, vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado vereador, eu o Jorge Santos também estou de acordo, está aprovado o requerimento de comissão 2669/2023 turno único.

Ver.(a) Jorge Santos: Item 13 da pauta é o requerimento de Comissão no 2.670/23 - solicitação de juntada de documentos ao "presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito - Ônibus Sem Qualidade, vereador Jorge Santos," para "juntada de mídia contendo arquivos de som e de imagem a seguir enumerados: a) Vídeo do acidente ocorrido com o veículo 40400, da empresa BHLeste Transportes S/A, que operava na linha 815 (Estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI), no dia 03 de Outubro de 2023; b) Foto comparativa dos acidentes ocorridos com o veículo 40400, da empresa BHLeste Transportes S/A, que operava na linha 815 (estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI), no dia 03 de Outubro de 2023 e com o veículo 20561 que também operava na linha 815 (Estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI) no dia 20 de Setembro de 2023); c) Link de reportagens sobre os acidentes que envolveram veículos da empresa BHLeste Transportes S/A, no 20595, que operava na linha 83D (Estação São Gabriel/Centro - Direta) no dia 17 de agosto de 2023 quando o mesmo pegou fogo, no 20561, que operava a linha 5503B (Goiânia), quando o mesmo perdeu uma das rodas, no dia 13 de Junho de 2023, no 20554, que operava na linha 5503A (Goiânia), quando acertou um poste, no dia 20 de maio de 2023, e nº 40400, que operava na linha 815 (Estação São Gabriel/Conjunto Paulo VI), no dia 03 de Outubro de 2023; d) Vídeo de Reportagem exibida pela Record TV Minas sobre a greve dos funcionários da então Viação Torres no dia 20 de Dezembro de 2022; e) Vídeo do acidente ocorrido com o veículo 20554, da empresa BHLeste Transportes S/A, que operava na linha 5503A (Goiânia), no dia 20 de maio de 2023". Autoria: vereadora Loíde Gonçalves.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu coloco em discussão, eu coloco em votação, como vota a vereadora Loíde?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Henrique Braga?

Ver.(a) Henrique Braga: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Braulio Lara?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador professor Juliano? vereador Wesley Moreira?

Ver.(a) Wesley Moreira: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Eu o vereador Jorge Santos, também já estou de acordo, então está aprovado o requerimento de comissão 2670/2023 turno único.

Ver.(a) Henrique Braga: O vereador Jorge?

Ver.(a) Jorge Santos: Por favor.

Ver.(a) Henrique Braga: Solicito a vossa excelência suspenda essa reunião a partir desse instante, pra gente fazer a solenidade lá embaixo.

Ver.(a) Jorge Santos: Correto, então agora são 10 horas com 13 minutos, suspendemos essa reunião por tempo indeterminado.

Ver.(a) Jorge Santos: Às 11 horas 01 minutos, retornamos a nossa reunião da comissão parlamentar de inquérito, instituída pelo requerimento 873 /2023, ACPI de Ônibus Sem Qualidade.

Ver.(a) Jorge Santos: Vamos aqui a outros assuntos, resposta a requerimentos, indicações da comissão, item 1 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2361/2023, já se encontra nos anéis da casa, item 2 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2363/2023, item 3 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2379/2023, item 4 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2411/2023, item 5 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2412/2023, item 6 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2413/2023, item 7 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2414/2023, item 8 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2415/2023, 9 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2416/2023, 10 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2440/2023, 11 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2441/2023, 12 ofício em resposta ao requerimento de comissão 2442/2023.

Ver.(a) Jorge Santos: REMETENTE: Secretário Municipal Adjunto de Governo - Subsecretário para Assuntos Legislativos - Leonardo Amaral Castro. Outros documentos, requerimentos de comissão, isso aqui é para votar, não é isso?.... É uma reconsideração.... É, nós vamos ler isso aqui Vereadores, é um pedido de reconsideração que foi um pedido de busca e apreensão, não é isso? .... Ok. Tá bom, obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos: Outros documentos recebidos pela comissão é um documento de protocolo de número 006266/2023, vinculado ao requerimento 873/2023. O assunto desse requerimento é uma petição de BH LESTE TRANSPORTES S.A., representada por seu advogado, ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída a partir do Requerimento nº 873/2023, requerendo que:

Ver.(a) Jorge Santos: Item 1, seja encaminhada, imediatamente, cópia da presente petição à Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte, item 2, Seja promovida a juntada, por meio exclusivamente físico, do contrato mencionado na 9ª reunião, realizada em 28/08/2023, requisitado no Requerimento nº 2361/2023, preservando-lhe o sigilo e disponibilizando-o apenas aos membros da Comissão, considerando sua cláusula de confidencialidade, item 3, Seja o Requerimento nº 2610/2023 (busca e apreensão) considerado inteiramente prejudicado, nada havendo a ser buscado e apreendido que já não tenha sido apresentado à Comissão, item 4, caso o Requerimento nº 2610/2023 (busca e apreensão) não seja considerado prejudicado ante a juntada do único documento ao qual se refere, seja o mesmo tornado sem efeito, em sede de pedido de reconsideração, com fincas na refutação apresentada dos fundamentos que o embasam, porquanto calcados em premissas fáticas que não se coadunam com a verdade. Autoria BHLeste Transportes S.A, por intermédio de seu advogado, Fábio Henrique Queiroz, OAB/MG 90.410. Eu ponho a discussão.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Para discutir, Presidente. Eu vou sugerir aos colegas que a gente votarem a favor da suspensão dessa busca e apreensão, mas antes eu gostaria de esclarecer até mesmo para o advogado, o Doutor Fábio Henrique, que o endereço que nós enviamos, solicitando o documento, é o endereço que consta dentro da receita federal, no CNPJ da empresa.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então a gente, nós não tiramos esse endereço da cartola, nós realizamos a visita técnica lá na garagem, lá em Sabará, mas nós enviamos a comunicação para o endereço que consta no CNPJ da empresa.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: E aí eu gostaria de pedir, a todos os colegas para a gente votar a favor da suspensão da busca e apreensão, porque ele encaminhou o Contrato, então houve perda do objeto aqui neste pedido.

Ver.(a) Jorge Santos: Mas alguém queira discutir, então vou colocar em votação.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota a vereadora Loíde Gonçalves?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: De acordo com?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Com a suspensão da busca e apreensão.

Ver.(a) Jorge Santos: OK, vereadores, nós vamos colocar em deliberação o pedido de reconsideração feito pelo advogado da BH Leste S.A, o doutor Fábio Henrique Queiroz, delibera por aprovar a solicitação, encaminhar ao ofício à procuradoria legislativa, dispensando a providência solicitada no requerimento de comissão 2610/2023.

Ver.(a) Jorge Santos: Então vamos lá de novo, como vota a vereadora Loíde Gonçalves?

Ver.(a) Loíde Gonçalves: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota a vereadora Fernanda, suplente do Henrique?

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Como vota, o vereador Bráulio?

Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Sérgio Fernando?

Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: De acordo.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereador Juliano? vereador Wesley?... Eu, o vereador Jorge Santos, também voto de acordo, então está aprovado o documento protocolado, do número 006266/2023, para a suspensão dele, para suspender a busca e apreensão do requerimento 2610/23.

Ver.(a) Jorge Santos: Então vamos agora a nossa oitiva, gostaria de convidar para compor a mesa conosco o senhor Jefferson Luiz Gazolla, é presidente e líder do consórcio, por favor, fique à vontade. Também o senhor Júlio César Guimarães, presidente do Sindpautras. E também a senhora Mércia Cardoso, advogada do doutor Jefferson e Júlio, por favor, doutora, fica à vontade.

Ver.(a) Jorge Santos: Ressaltando aqui aos vereadores, é, nós temos aqui vereador Irlan e vereadora Loíde, segundo aqui, o nosso Regimento e como a gente praxe na CPI, nós podemos somente ouvir uma o vereador Irlan, por vez. Nós não podemos ouvir as 2 testemunhas ao mesmo tempo.

Ver.(a) Jorge Santos: Nesse caso, o senhor gostaria de ouvir?

Ver.(a) Irlan Melo: Eu acho que seria interessante a gente ouvir Gazolla primeiro, porque ele foi o primeiro, não é?.... Primeiro não, assim, antes do Júlio, não é?... Pode ser?....

Ver.(a) Jorge Santos: Caso, nós vamos ouvir quem vereador? o Jefferson?

Ver.(a) Irlan Melo: isso.

Ver.(a) Jorge Santos: Então o seu... A senhora é advogada do Jeferson também? Dos 2?... Então nós vamos ouvir o senhor Jefferson e o senhor Júlio no momento se permaneça em silêncio, tá, senhor Júlio?... É só para seguir o protocolo aqui, não tem problema não.

Ver.(a) Jorge Santos: Então eu vou aqui..., solicito a testemunha que preste o compromisso nos termos do artigo 203 do Código Penal de Processo Penal, informo que fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade poderá ocorrer um crime de Falso Testemunho, de acordo com o Código 342 do Código Penal, o senhor está ciente, fica à vontade e responda, por favor.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Bom dia a todos, eu, Jeferson Luiz Gazolla Palhares, 67 anos de idade, estado civil casado, residente em Belo Horizonte - Minas Gerais, profissão permissionário do Transporte Suplementar de passageiros de Belo Horizonte, cuja atividade é desenvolvida no endereço Rua Doutor Álvaro Camargo, nº 99. Prometo dizer a verdade, relatando sempre que souber, explicando sempre as razões da minha ciência sobre o fato ou as circunstâncias, pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado. Então nós vamos iniciar, eu vou começar abrir a palavra, então pela vereadora Fernanda, respeitando sempre as mulheres que sempre estão conosco, Vereadora Fernanda, começo a palavra com a senhora fica à vontade, bom dia.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Obrigada presidente, bom dia a todos, obrigada pela presença.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O aditamento aconteceu basicamente em função do repasse dos 220 milhões de reais, que a gente viu que tinha uma atuação diferenciada do município em relação aos Suplementares, daquilo que estava acontecendo com os convencionais.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, o assunto vai gerar muito em torno disso, pra gente poder entender, por que o Município atuou de uma forma, como parte do sistema e de uma forma é, a gente quer entender se isso foi prejudicial ou não. A gente quer entender porque é que foi um tratamento diferenciado.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Porque é dinheiro público, e como dinheiro público, alguém tem que ser responsável por ele, então a nossa preocupação aqui nesse momento, é a questão da prestação do serviço e também o repasse, dessa quantia vultosa.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Posso te chamar de Gazolla?... Gazolla os 220 milhões de reais, que foi aquela questão dos vales transporte, na época... no período da pandemia. Eu queria que o senhor explicasse para a gente, como que aconteceu a tratativa para recebimento desse dinheiro? Porque tem uma primeira parte, um primeiro momento que foi a questão do aditamento do contrato.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Depois, num segundo momento, foi um acordo judicial, então, nesse caso, vocês já tomaram conhecimento que isso estava em tratativas e vocês procuraram a prefeitura, para receber a parte que vocês representam no sistema? foi a prefeitura quem procurou? Como vocês tomaram conhecimento disso e como que aconteceram essas tratativas?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Bom dia a todos vereadores e a todos que estão nos acompanhando, agradecer a oportunidade de estar aqui, de ter sido convidado ou intimado para esclarecer e espero que a gente consiga realmente contribuir para que não paire dúvidas daquilo que a gente tem conhecimento.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Vereadora, eu entendo o seguinte, o momento da pandemia foi um momento de muita dificuldade para todos. Desculpem, é então foi um momento difícil para todos, de todas as atividades, de todas as crenças que o mundo sofreu e Belo Horizonte não foi diferente.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: E especificamente para o transporte suplementar, a dificuldade, ela veio logo no início que houve uma redução muito grande de atividades em geral é atividade essencial do transporte, não podia parar.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: E houve uma redução imensa na receita do serviço, com a queda brusca de demanda, com redução da receita de tarifas, que era a única forma de receita do serviço.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Desde então, eu no momento era presidente do Sindicato e do Consórcio e a gente tomou providências para oficializar ao Poder Concedente, BH Trans e a Prefeitura, da necessidade premente de recomposição de receita e solicitamos subsídio. E está oficializado isso e não recebeu...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Teve uma reunião formal?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, oficializado por...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Um documento? foi feito um pedido, então?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Documento... sem resposta.

Ver.(a) Irlan Melo: Só um parêntese, quando você fez essa solicitação, você já tinha ciência de que haveria para o convencional ou não?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, era em função da grave situação que todos passavam, não é? E os pedidos não foram 1 nem 2, foram vários, e a gente insistindo na situação grave que passamos.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Em determinado momento, nós tivemos notícia pela imprensa, onde foi divulgado que haveria uma antecipação de compra de vale transporte, foi divulgado isso em notícias, na televisão.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Os pedidos que vocês começaram a enviar para ofício, o senhor lembra mais ou menos quando foi?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Desde o primeiro ofício, foi antes do primeiro pagamento.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então foi em março, o primeiro pagamento foi em abril.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: É, não o primeiro pagamento, eu acho que foi em março do convencional, mas o pedido é anterior ao primeiro pagamento, com certeza. E aí, documentação que precisar a gente pode conceder.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: E aí, então a gente começou a fazer um pedido direcionado aquilo que estava sendo noticiado, que seria, concedido uma antecipação de compra de vale transportes, apesar de nós não é fazermos comercialização do vale, mas temos uma relação com o Transfácil, que faz o repasse do processamento, que é feito dos logs semanalmente.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: E a gente, então, solicitou que fosse também contemplado de alguma forma, porque o momento era muito complicado, em algum momento nós fomos convidados a participar de reuniões normalmente eram virtuais naquele momento, ou contato por telefone.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: E foi informado, sim, que a gente iria passar a receber também, e o convencional já estava recebendo nesse momento, já foi em maio que a gente iria passar a receber também, parte daquele que estava sendo....

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: porque os cincos primeiro repasses de compra antecipada de vale transporte do contrato, vocês ficaram sem receber?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: É, esse número, ele é controverso, eu tenho como 6 até 7 repasses anteriores...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Sem vocês receberem?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E aí os repasses já estavam acontecendo e ainda demorou, então mais um, alguns meses...?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Foi mais doque a gente começou a receber o primeiro repasse, maio...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Foi depois, não foi maio?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Maio.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O primeiro é de abril, não?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, o primeiro repasse é maio... março...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pois é. Ah, é porque era semanal, tá certo. Mas aí, desculpa, então....

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Vocês devem ter as datas aí.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Está certo, é porque era semanal e eu fiquei com mensal na cabeça. Então, e aí, vocês tiveram notícia?..

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: As datas que eu tenho aqui, é primeiro repasse para o convencional foi em 25/03/2020, e o primeiro que nós recebemos foi em 29/05/2020.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, na verdade, vocês começaram a receber, porque vocês viram notícia no jornal e correram atrás do direito de vocês?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim, oficializamos também.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Porque em nenhum momento a Prefeitura, a BHTrans ou a Transfácil alertou vocês, que vocês teriam direito a parcela também, já que vocês fazem, fariam parte do sistema?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Vereadora, aquele momento era um momento aflitivo, e a gente procurou de todas as formas fazer contato com a BHtrans, através do seu Presidente, diretoria, da necessidade de alcançarmos um recurso para poder suprir a falta daquele que a gente estava tendo naquele momento. Então, contatos foram feitos de várias formas e oficializados também.

Ver.(a) Irlan Melo: Existia Gazolla, um contato permanente, uma mesa de negociação, de conversa permanente com a BHTrans nesse período?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Existia um canal aberto e a gente tinha o telefone do presidente.

Ver.(a) Irlan Melo: Sim, mas assim, ao invés de se reunir mensalmente ou quinzenalmente, não né? só de acordo com as necessidades?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, só quando era... sim.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, dentro dessa questão do repasse de vales transporte do contrato de vales para servidores, quanto que o suplementar é recebeu ao todo?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Total?

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Isso.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: O percentual foi de 7,85/83.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: 7,85/83, e esse percentual ele foi o mesmo do início ao fim?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, começamos recebendo conforme foi informado, seria 10%, ai nós tivemos...

Ver.(a) Irlan Melo: Em algum momento vocês receberam os 10%?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim. Nos 1,2,3,4,5,6,7, nos primerios sete repasses foram 10%.

Ver.(a) Irlan Melo: E porque caiu?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Houve uma mudança pelo que a gente entendeu, muito depois, nós tivemos acesso aos ofícios que eram gerados pela BHtrans para a Secretaria da fazenda, que liberava as memórias de cálculo e aí é lá, a partir de 13/08/2020, existia uma indicação de mudança de forma do repasse, em função de quantidade de passageiros e tal, e aí os percentuais começaram a ser variados, não existiam uma regularidade de percentual a partir de 13/08/2020.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eles decidiram o percentual e eles transferiram?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não era em memórias de cálculo, que eu depois descobri, na época, eu não sabia de nada. Aliás, é bom ressaltar isso.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Lá no início de estudo e durante todo esse processo, nós nunca fomos chamados a participar de nenhuma reunião de nenhuma decisão com relação a isso.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Tudo o que a gente sabia vinha em função de informação ou do próprio TRANSFÁCIL no dia do pagamento de quanto que seria. Nós não tínhamos informação sobre essa divisão. Sabíamos que era 10% no primeiro momento, de quanto nós não sabíamos.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: 10% que durou os 7 primeiros repasses e depois passou para 7.85/83.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: O que eu estou te falando aqui hoje, porque hoje, a gente tem dados para poder elucidar, mas na época era tudo muito obscuro, assim não tinha nenhuma...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eles que decidiam?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: É, vinha a informação...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E essas informações é, vocês recebiam com informes de que o percentual tinha alterado ou não. Simplesmente vocês constatavam na hora que o dinheiro chegava?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: É não, informava pelo valor que chegava.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Quanto que deu o valor total que vocês receberam do contrato?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Lembrando também é que, talvez seja motivo de alguma pergunta, já vou falar, é porque na hora de falar o valor, eu tenho de dizer o seguinte, era, nós tínhamos um contrato com a Transfácil, o Sindicato com o Transfacil,

regular em função da bilhetagem eletrônica.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Então, semanalmente havia um desconto contratual de 7,58% daquilo que era transportado em vales transportes, em bilhetagem, era descontado na hora de repassar para o Sindicato, que era devido aos permissionários.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Então, também no valor da antecipação, o Transfácil fez o decote de 7,58% que veio por decisão, não sei de quem. Em função, talvez, de eles entenderem que, como vinha do Transfácil, para os suplementar, eles entenderam, talvez que.... não fazia parte de nenhum contrato.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Só entender aqui Gazolla, pois é, a taxa de administração deles é em função...?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Da bilhetagem. Sim.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Da bilhetagem. Bilhetagem, você pressupõe transporte do passageiro?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Isso foi simplesmente um repasse de vale-transporte, sem bilhetagem e sem questão do passageiro e eles cobraram do mesmo jeito?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Normalmente.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Você sabe, se tem alguma autorização da BH trans, tem alguma autorização do município ou isso foi automático do que eles fizeram?

Ver.(a) Irlan Melo: Ou autorização do consórcio do sindicato?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não tem nenhuma.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Foi automático?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Foi automático.

Ver.(a) Irlan Melo: Mas também, vocês questionaram isso em algum momento?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, aliás assim, é difícil a gente hoje, é porque às vezes, essas pessoas não vão entender o que que se passava aquele momento. E naquele momento, o que viesse de ajuda, não dava muito pra ficar perguntando.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: É, e na verdade, sendo um dinheiro público que é pra suporte à mobilidade, quem tinha que tá atento ao valor do repasse é o Município, porque esse dinheiro é público.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não caberia a vocês como consórcio ou como sindicato, questionar a cobrança de taxa nesse momento, porque vocês têm uma relação contratual. Caberia ao Município questionar por que está descontando um dinheiro sem uma prestação de serviço efetiva, dinheiro público.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Acredito, inclusive, que se tivesse vindo diretamente da Prefeitura, não teria acontecido, nem seria passível de qualquer desconto.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E o dinheiro está indo para uma finalidade que não foi a que ela se propunha.

Ver.(a) Irlan Melo: E esse 7.58% foi descontado durante qual período total?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: De todo o repasse, que foi feito de antecipação, sofreu o desconto de 7.58%.

Ver.(a) Irlan Melo: OK, é porque, eu estou dizendo isso, Fernanda, porque é importante depois a gente quantificar esse valor. Porque... eu quero saber dos 7.58%, do valor que foi descontado.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: O valor eu tenho aqui, falo aqui agora.

Ver.(a) Irlan Melo: Isso é dinheiro público.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Você consegue o total do contrato e do percentual quanto que seria?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Então, não existe contrato, nós estamos falando de antecipação...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: É porque a gente fala antecipação do contrato de servidores e do acordo.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Do valor que nós recebemos total.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: De tudo, dos R$220 bilhões.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Foi descontado de 7,58%, R$1.425.300,97 (hum milhão quatrocentos e vinte e cinco mil, trezentos reais e noventa e sete centavos),

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Isso é o correspondente à taxa de administração?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim, 7,58%.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá e o valor total que foi repassado?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Foi repassado R$ 17 Milhões, já descontado esse percentual, R$17.378.141,87 (dezessete milhões, trezentos e setenta e oito mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos).

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá, esse é o total?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Vocês conseguem mandar pra gente a planilha com a data de cada depósito, o valor repassado para o suplementar e aí a gente, depois pediria para Transfácil, qual foi o valor recebido pela Transfácil.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sem problema.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Obrigada.

Ver.(a) Bráulio Lara: Eu tenho uma pergunta antes, o senhor Gazolla, só para deixar bem claro, até porque esse assunto, a gente vem acompanhando já há um tempo, não é? E o senhor falou da questão do percentual dos 10% e tudo, mas me recordo que quando começaram os repasses de adiantamento de vale transporte, os primeiros repasses não foram compartilhados com os sistemas suplementares.

Ver.(a) Bráulio Lara: Na verdade, o sistema convencional, se não me engano, lá no décimo repasse, é que começou a repassar 10%. E eu me lembro que vocês faziam uma conta que era observando sempre, obviamente, o total não é, ou seja, os 7,5% aproximadamente. Ele foi sendo composto ao longo do tempo, ou seja, teve uma parte do tempo que foi 10%, teve uma parte que era, se não me engano, 8 e meio, não foi assim? Tiveram variações ao longo do período, não é só para a gente...

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Deixa-me te esclarecer. Eu falei aqui que foram os 7 primeiros repasses de 10%.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas os 7 primeiros para o suplementar não foram os 7 primeiros para o sistema.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, primeiro para o suplementar, os anteriores nós não recebemos.

Ver.(a) Bráulio Lara: Eu estou fazendo a pergunta só para deixar isso bem claro, porque quando a gente fala dos R$220 Milhões, a gente está falando do sistema como um todo.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Total.

Ver.(a) Bráulio Lara: E aí é só para ficar bem enfatizado, não foi no sétimo repasse global que o suplementar.... não sei se é o sétimo, eu estou querendo dizer o seguinte, quando você fala que só os 7 primeiros foram 10%, foram 7 primeiros que vocês receberam?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Exatamente.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas tiveram repasses anteriores da Prefeitura ao sistema?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Exatamente.

Ver.(a) Bráulio Lara: Só para confirmar essa informação, como que se deu isso?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: A partir do momento que nós passamos a receber o repasse dessa antecipação, que eu citei aqui, que foi dia 29/05/2020, passamos a receber 10% do valor, daquele repasse feito pela Prefeitura ao transporte público, convencional e suplementar.

Ver.(a) Bráulio Lara: E aí depois, os percentuais começaram a variar, depois desse sétimo?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Exato. Depois do sétimo, começaram a variar e a informação que a gente depois descobriu, que era em função de um cálculo que a BHTrans fazia, em função de quantidade de passageiros transportados, aí variava o valor a ser repassado de antecipação.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: É isso que não faz sentido, depois vou até pedi para gente fazer esse pedido de informação para BH trans, porque vocês estavam recebendo o vale transporte adiantado, não é pelo número de passageiros que estava sendo transferido, aquilo ali foi uma forma de ajudar.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então como é que eles estavam repassando para vocês com percentual diferenciado, porque não era proporcional ao número de passageiros. E eles não explicavam, não é? Não tem justificativa para nada.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: No momento, só viemos saber depois.

Ver.(a) Bráulio Lara: Pois é, mas no final do período, se não me engano, o percentual era de 8,5%, não era? Que era 10% menos 15%?

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Isso aí na cor judicial.

Ver.(a) Bráulio Lara: Pois é, aí mudou o percentual, só confirma a informação.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Após um período grande de percentuais variados, voltou a ser 10%.

Ver.(a) Bráulio Lara: Não era 8,5%, não?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: No repasse do dia 30/12/2020 foi repassado 10%, teve mais esse aí e aí a posterior, vieram repasses que....

Ver.(a) Bráulio Lara: 2021.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Isso dois mil e.... não, 30/12/2020 ainda veio um repasse de 10%, a partir de 2021 começaram a ter repasses que não davam 10% e aí sim, a gente...

Ver.(a) Bráulio Lara: Qual que era o percentual?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Aliás, antes ...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Só começar essa questão do início o Gazolla, que você explica pra gente, porque a questão é a seguinte. Acabou a gordura do contrato de prestação de serviço para o Município.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Aham.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então aí, dessa forma, eles entraram com a ação judicial, que foi uma ação judicial que pedia subsídio, uma ação judicial que correu em Vara da Fazenda Pública, que, misteriosamente, o Presidente do Tribunal de justiça avocou o acordo e foi feito um acordo no Tribunal de Justiça.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Nesse acordo do Tribunal de Justiça, consta que foi em dezembro de 2020, consta que haveria um repasse de 10% de todo o valor para o suplementar. Vocês não fizeram parte do acordo, vocês não estavam presentes lá. Quem que informou para vocês, que vocês estavam ali? É sendo contemplados com 10% daquele valor do acordo judicial? Como é que essa notícia chegou para vocês, que aí já depois entra na questão ali do que o Bráulio perguntou.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Como eu disse, não existe documento que diz que a partir daquele momento vai ser tal, como eu disse, a gente ficava sabendo na hora de receber, quanto que estava recebendo.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Hoje fazer planilha só foi possível, quer dizer, hoje não, lá quando a gente insistiu em receber, ter acesso esses ofícios da BHtrans para a Secretaria da Fazenda, e quando foi liberado essa documentação, a gente teve acesso de montar uma planilha como essa e poder saber que aquilo representava x por cento.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Antes disso, a informação ela vinha no dia, ó, "vocês vão receber hoje o repasse" e aí vinha o valor.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Comunicavam... comunicavam, que iriam receber e...

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: e o valor vinha, depositado.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Quando que foi o primeiro repasse do acordo judicial?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Aí de uns 10% foi, é 30/12/2020.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: 30/12/2020.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Eu queria te pedir a oportunidade de esclarecer coisa anterior, depois eu volto nesse ponto, por favor.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Ao longo desse período todo, ocorreram falhas de repasse, e aí lá na frente a gente veio a perceber isso e começamos a cobrar do Transfácil as diferenças, por exemplo.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: É, de um repasse realizado em 25/05/2020 para o convencional, que era o período que a gente recebia 10%, nós não recebemos o repasse e aí deveria ter sido passado R$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil) para o Suplementar e não veio.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Então, naquele momento já faltava esse valor, quando foi no repasse, já era daqueles percentuais variados e que a gente só veio descobrir quando teve acesso aos Ofícios. Era para ter sido... Esse valor, já era, já constava no Ofício da BHtrans o valor que deveria ser repassado para o suplementar, R$238.420,65 (duzentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos).

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Fomos verificar, nós tínhamos recebido R$225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil) faltaram R$13.420,65 (treze mil, quatrocentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos), e, a partir desse momento, dos 10% ter voltado, a partir dali nós passamos a não receber 10%, a partir do dia 15/01/2021. Todos os repasses eram de 8 e meio por cento. E aí quando tivemos acesso....

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas nessa época, não tinha um acordo que definia que era 10%. **Jeferson Luiz Gazolla Palhares:** Nós não tínhamos consciência disso, nós só viemos saber disso, quando nós tivemos acesso aos ofícios e a gente percebeu que ...**Ver.(a) Bráulio Lara:** Mas vocês não participaram do acordo?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não participamos de nenhum acordo.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas o acordo, ele acabou sendo publicizado, obviamente, e lá, definia de forma muito Clara que o repasse de 10% deveria ser feito ao Suplementar, percentual, inclusive que já havia sido aplicado no início, conforme o senhor bem disse, nas 7 primeiras transações, como que se deu isso?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Nós começamos a questionar o Transfacil sobre a falta do pagamento que deveria ter sido feito. E aí, ao final de todo o pagamento, juntando os R$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil) os R$ 13.000,00 (treze mil) e todos esses decotes de 1/1% (um e meio por cento) nesses outros pagamentos, gerou um valor total que nós oficializamos por e-mail ao Transfacil, que faltavam, na verdade é R$ 2.500.420,04 (dois milhões, quinhentos mil, quatrocentos e vinte reais e quatro centavos).

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: E eles nos responderam esse e-mail, concordando em fazer esse pagamento e propondo que fosse feito em 10 parcelas.

Ver.(a) Irlan Melo: Qual que é o valor?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: R$2.500.420,04 (dois milhões, quinhentos mil, quatrocentos e vinte reais e quatro centavos). Então, esse valor é a somatória daqueles 350 que faltou os 13.000 mil e pouco que faltou e todos aqueles repasses que não deram os 10%. Juntando tudo isso, dá esse valor e eles propuseram fazer o pagamento em 10 parcelas e nós aceitamos e eles fizeram a partir de 16/07/2021, sempre descontando 7,58%, e foi até o dia 17/09/2021.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Fizeram os 10 pagamentos e concluíram então, em suma ....

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O acordo foi cumprido, passaram os 10%.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Pagaram tudo aquilo que estava acordado.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ainda bem que vocês acordaram, porque senão vocês iriam ficar no prejuízo.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Quero deixar isso claro. Então foi feito o pagamento completo e que ao final, nós começamos a fazer a devolução de 10%. Quando falaram que a gente ia começar a fazer a devolução, nós fizemos de 10%.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Que é a devolução do dinheiro do acordo judicial?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, devolução da antecipação de ...., Eu sei que a devolução de antecipação e aí …

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Foi do período todo então, essa devolução. Quem decidiu que seria feita a devolução? Porque o senhor Ralison falou que foi uma opção do SINDPAUTRAS.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, de forma alguma.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ele falou que na CPI, na oitiva dele, que o SINDPAUTRAS, escolheu fazer a devolução em dinheiro, ao invés de pagar em prestação de serviço como convencional.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não aconteceu?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Nós fizemos, foi feita uma reunião virtual, com a BHtrans e ela nos informou, que nós íamos passar a fazer a devolução, inclusive isso aconteceu, se eu não me engano, final de dezembro e era retroativa a agosto de 2020 a devolução.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Eu tenho inclusive aqui, uma planilha e um e-mail que na época, os valores a cada pedido de compra da BHTrans, eu tenho os valores dos pedidos que foi mandado por e-mail, uma planilha de agosto, setembro, outubro e novembro e enquanto a gente tinha que fazer o pagamento de 10% ...

Ver.(a) Irlan Melo: Sim, mas onde surgiu?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Foi informação da BHtrans.

Ver.(a) Irlan Melo: Mas documentado?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não.

Ver.(a) Irlan Melo: E aí, vocês começaram a repassar em dinheiro.

Ver.(a) Irlan Melo: Recebi e-mail do Transfacil, com o valor que tinha que ser transferido e a gente fazia a transferência bancária.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Mas não foi por opção nossa não.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, é porque foi falado aqui na CPI, que o SINDPAUTRAS, optou por fazer a devolução e depois receber, a cada, é passageiro transportado depois nas próximas compras, porque o Convencional ficou com o crédito. A prefeitura manda, digamos, a planilha mensal, e eles deixam de receber agora pelos passageiros que estão transportando. E ele falou que foi uma opção do SINDPAUTRAS fazer de forma diferente, que para eles não teria problema mudar, já que vocês tinham feito esse pedido.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, não foi ... Do mesmo jeito que veio como transferência, voltou como transferência.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Quando que vocês devolvem, vocês devolveram só aquilo que vocês receberam?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim, é o valor que eles comunicam, que é a compra é de vales daquele mês, era informada, a gente repassava, a princípio 10% e depois eles mesmo perceberam que o total que a gente recebeu, representava 7,85/83. E a partir daquele momento foi feito um ajuste daquilo que a gente já tinha passado. Então aí passamos a repassar 7,85/83. Deu para entender?

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não.

Ver.(a) Bráulio Lara: É que na verdade, senhor Gazola, esses números parecem que, assim, nunca bateram e nunca ninguém enxergou uma última linha para falar se está tudo certo ou errado, porque querendo ou não, até hoje vocês ainda estão repassando esses saldos.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então assim é, a gente está fazendo essas perguntas, porque a gente precisa de esclarecer, justamente porque a Transfacil da forma que ela está gerenciando ninguém sabe exatamente em que posição financeira que está o sistema como um todo, o sistema relativo a suplementar e, obviamente, o Convencional.

Ver.(a) Bráulio Lara: Essas nossas perguntas são para esclarecer isso, inclusive só para entender os 7.58, era o valor total retido a partir do convênio., entre o Suplementar com o contrato Suplementar e o Transfacil?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: De bilhetagem.

Ver.(a) Bráulio Lara: De bilhetagem, então ali estava incluso as taxas de operação desse sistema de bilhetagem que já funcionavam antes da pandemia, o que vocês produziam, obviamente, apontava lá no validador dos ônibus, fechava os relatórios, mandava para lá e eles faziam um repasse, se não me engano, uma vez por semana. Não é isso?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Exatamente.

Ver.(a) Bráulio Lara: E aí nesse repasse, então, do valor todo, recebido na catraca 7.58% era debitado?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim.

Ver.(a) Bráulio Lara: Esse 7.58%, ele ia rodar de qualquer forma, porém aí veio o adiantamento do vale transporte, que no início, vocês não receberam, depois vocês começaram a receber 10%, depois virou um valor que ninguém consegue explicar até hoje, que era 7 e alguma coisa, depois fizeram acordo, o acordo 10% começaram a repassar 8,5, né?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Que depois repuseram os 10%.

Ver.(a) Bráulio Lara: Pois é, mas aí repuseram 10% em relação a tudo, ou seja, dos R$220 milhões, no total lá, 10% de 220, bateu certinho?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Vereador, não porque, como eu disse, e depois, se você verificar os Ofícios da BHtrans para a Secretaria da Fazenda, teve um período desse repasse de antecipação, que ela era, dava valores variados. O valor do suplementar já vinha definido no ofício da BHTrans para ...

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas eu estou perguntando assim ...

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Aí o percentual que estava definido ali, ele variava.

Ver.(a) Bráulio Lara: No final do fritar dos ovos, quantos por cento do montante do subsídio, 7.85/83?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então, não chegou em 10?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então, quando o senhor afirma que os 10% foram sanados, fica aparecendo pra gente que na verdade, ocorreu um acerto correto. E aí a gente tá querendo deixar bem claro aqui, porque foi um acerto só da última parte, após o acordo?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: O vereador Bráulio, a partir daquele

momento em que a vereadora ...

Ver.(a) Bráulio Lara: Só para deixar o Gazolla bem claro aqui na resposta, para não suscitar nenhuma dúvida de interpretação sobre esse andamento da CPI.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Que fique claro, a partir daquele momento que a vereadora falou que teve uma decisão de pagar 10%.

Ver.(a) Bráulio Lara: Que foi 2021?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim, nós recebemos uma parcela de 10 e as demais de 8/1 (oito e meio). Eu disse que foi reposto os 10% desse período.

Ver.(a) Bráulio Lara: só deste período foi reposto?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: E aquelas faltas de pagamentos anteriores, dos R$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil) de um repasse...

Ver.(a) Bráulio Lara: De uma e depois uma diferença de R$13.000,00 (treze mil).

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Eu estou dizendo, é isso.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então só isso? E as outras que não bateram?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Eu não disse que foi .... 10% de tudo, eu disse do período do acordo judicial.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Que houve uma determinação.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então completou os dez, ok.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O Gazolla até ....

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Mas me deixa responder a sua pergunta.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pode.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Você estava em dúvida sobre o como chegar nesse.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Isso.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Por favor, você tem um total de repasse da Prefeitura, que representa, se eu não me engano, aí estiver R$221.142.856,80 (duzentos e vinte e um milhões, cento e quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Você tem o quanto que o transporte Suplementar recebeu R$17.378.141,87 (dezessete milhões, trezentos e setenta e oito mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos), você divide um pelo outro, você vai achar quantos por cento que o transporte Suplementar recebeu, ele recebeu 7,85/86.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: E aí em cima desse percentual que nós todo mês, repassamos, devolvemos ao Transfácil sobre o valor ...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Vocês passam o valor do total dividido ... vocês passam esse valor de 7.85... tá, não é 10% tantos por cento daquele mês?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Da compra mensal, não... Dá compra mensal, acredito eu. Porque eu não tenho esse dado informado, mas é, vem um e-mail da Transfácil, ó, "esse mês o valor é tal." Esse valor é calculado em 7,85 e 83 da compra de vales da Prefeitura.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Entendi, e vocês repassem esse valor para a Transfácil?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Para o Transfácil.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E você sabe se a Transfácil devolve esse dinheiro para a Prefeitura?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, isso aí eu não posso te falar, não sei.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá? Agora só uma dúvida é com relação aos 10%, que era o acordo judicial, é uma decisão judicial, eles descumpriram uma decisão judicial, era 10% e erraram, OK.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eles falaram, eles já justificaram porquê, que passou para 8/1% (oito e meio por cento)? O que é que justificou a redução dos 10 para 8 e meio por cento?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: É, segundo informação, eles teriam tido gastos com advogados para poder chegar a esse acordo judicial e queriam que nós participássemos desse custo, nós não concordamos.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eles chegaram ...

Ver.(a) Irlan Melo: Mas mesmo assim, foram tirados? Porque eu perguntei pro depois da Transfácil e ele falou que não tinha conhecimento disso.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Pois é, eu estou te falando, eu estou te informando ...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Fundamento que deram na época...

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Foi descontado, mas depois foi reposto todo o valor.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, na época, eles falaram que tinham que fazer o desconto de 1/1% (um e meio por cento) em função do pagamento de advogados?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Havia um entendimento desse sentido. Nós discordamos e eles depois concordaram conosco e fizeram o pagamento.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Como que essa informação foi passada para vocês, por ofício, em reunião?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, não foi em ofício, foi em reunião que eles chamaram a gente pra poder participar.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E falaram vocês têm que custear o nosso advogado e o valor é 1/1% (um e meio por cento) de todo o repasse.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: E nós não concordamos.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Mas eles passaram 8/1% (oito e meio por cento).

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Levamos inclusive pra categoria essa discussão.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E eles passaram, inclusive, 8/1% (oito e meio por cento), eles ignoraram o que vocês aceitaram ou não.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim, exatamente.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E vocês concordaram em entrar com ação judicial, participaram dessa decisão?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, não, não.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Vocês tiveram uma anuência prévia de custeio de advogados?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, nós não participamos de nenhuma discussão da antecipação.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pois é, e o ruim é porque o Ralison esteve aqui, e ele falou que isso nunca existiu, porque eles não prestam assessoria jurídica, que eles nunca, nunca fariam um desconto de uma prestação de serviço que não cabe a eles.

Ver.(a) Irlan Melo: Essa reunião teve ata?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não.

Ver.(a) Irlan Melo: Essa reunião podia entrar com o celular?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não.

Ver.(a) Irlan Melo: Essa reunião podia entrar com o relógio sem ser? ...

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: o relógio ....

Ver.(a) Irlan Melo: Mas celular não podia participar dessa reunião?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não.

Ver.(a) Irlan Melo: Entendi.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então foi uma reunião de medo, assim.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não sei, eu não posso falar ...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Assim, sem nada que pudesse vazar.

J**eferson Luiz Gazolla Palhares:** É, na avaliação do ...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: está certo ...

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não vou fazer juízo de valor ...

Ver.(a) Irlan Melo: Mas isso é normal? Essa reunião foi onde?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: No Transfácil, nós não temos costumes, inclusive de fazer reuniões dessa forma, mas eu não sei te explicar o porquê.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E aí esses valores, dos vales transportes. Eles eram recebidos de forma individual ou ele era enviado, é, para o Consórcio ou para o Sindpautras que fazia o repasse para cada ônibus?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, ele era enviado para o Sindpautras que fazia o repasse, aliás. É mais um ponto que, lá no início disso tudo, o nós oficializamos.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Quando eu falo oficializar, é um documento, um ofício a BHtrans, pedindo que nos orientasse como fazer o repasse aos permissionários. Não fomos orientados ou em algum e-mail, disseram que a gente tinha que fazer do jeito que a gente achasse melhor, mas não definiram a forma de fazer.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E aí a decisão de fazer o repasse para o Sindpautras e para depois fazer o repasse para os permissionários, foi um acordo

também ou quem definiu essa orientação?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, de como vir para nós, eu te falo que não participamos de nada.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Você também não sabe?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Mas, eu pedi a orientação de como dividir aos permissionários, e não teve ...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pois é, mas como passar para o sindicato, o senhor não sabe como que ...

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não participamos de nenhuma, definitivamente, nós não participamos, não fomos chamados a discutir sobre esse assunto.

Ver.(a) Irlan Melo: Mas esses valores, os permissionários receberam individualmente?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim.

Ver.(a) Irlan Melo: Por repasse do sindicato?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Sim, e tem todo um controle de quanto que cada um recebeu.

Ver.(a) Irlan Melo: Entendi, mas vocês pediram orientação à BHtrans e não veio nenhum tipo de orientação?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, mas eles falaram que a gente tinha que decidir.

Ver.(a) Irlan Melo: Entendi. E a ideia da divisão, ela se baseou no valor igual para todos, ou...?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Nós pegamos, a princípio, o cadastro da BHtrans, imaginando que todos que são permissionários, independentemente de

estar operando ou não, teriam direito a receber aquilo. Que ele era um permissionário e fazia o repasse daqueles que estavam operando, que é quem estava exatamente precisando. Porque a qualquer momento algum que não estivesse operando, tivesse questionado o direito de receber, a gente teria essa verba para poder passar para eles.

Ver.(a) Irlan Melo: Ok. Esses valores que são devolvidos à Transfácil correspondem ao número de passageiros transportados nos veículos dos permissionários?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Nada a ver, isso aí é um valor, como eu disse, entendemos que a informação foi dada a cada carga, que eles usam falar isso.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: A cada carga que a Prefeitura recebe no mês, é pedido por e-mail que a gente repasse ao Transfácil. O próprio Transfácil passa o e-mail do valor, que a gente não sabe, não tem lá nota de quanto que foi comprado. Passa o valor e a gente faz uma transferência daquele valor daquele mês para o Transfácil.

Ver.(a) Irlan Melo: Entendi.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Ah, desculpa, eu vou esclarecer porque às vezes vocês passam perguntar, esse valor, ele é dividido de forma igual a todos os operadores daquele que estão operando, operando no transporte Suplementar atualmente, que estão operando. Porque eu não tenho como descontar....

Ver.(a) Irlan Melo: De quem não está tendo receita...

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Então, como é a gente que faz o repasse semanal em determinada semana, eu agora estou em dúvida, mas eu acho que na segunda... Eu acho que a primeira ou segunda semana, é feito o desconto no repasse que é feito para os permissionários, desconta no valor da divisão daquele repasse para o Transfácil, por quantidade...

Ver.(a) Irlan Melo: E desconta o 7.58, que está sendo descontado...

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, o 7.58 não tem nada a ver mais com isso. Ele descontou lá...

Ver.(a) Irlan Melo: Descontou. Já vem descontado.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Isso, já a gente devolve o valor...

Ver.(a) Irlan Melo: E quando um servidor Público Municipal, ele anda de ônibus Suplementar, o permissionário que o transportou recebe o valor desse vale sim ou não?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Ele recebe porque ele é uma passagem como uma outra qualquer. Eu não tenho lá identificado quem é o passageiro, se ele é um servidor, se não é um servidor. Todos que passaram pelo ônibus aquela semana, eles passam pelo Transfácil no processamento dos dados, e os dados daquela semana são repassados por... eu não sei se é um servidor, se não é, é uma passagem...

Ver.(a) Irlan Melo: Não tem como saber disso?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Não, eu não tenho acesso a essa informação.

Ver.(a) Irlan Melo: Tá bom.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Se amanhã me passarem os números de todos os cartões de servidores da Prefeitura, talvez a gente possa identificar quantos servidores eu transporto, mas eu não tenho acesso ao número do cartão que o servidor usa.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas só uma pergunta, se o dinheiro que foi repassado já tinha sido debitado, 7.58, que era a taxa de administração, na hora que você faz a devolução, você está voltando o dinheiro que foi recebido teoricamente tem que matar Zero a Zero, batendo Zero a Zero, certo!

Ver.(a) Bráulio Lara: Na hora que você recebe de novo o cartão, que você não sabe que passageiro que é, você vai pagar de novo 7.58. Isso não interfere na conta do todo, não?

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Vereador, essa pergunta é importante pra esclarecer.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Eu acho que às vezes fazem confusão, de um contrato de bilhetagem eletrônica que tem regra, tem um percentual a ser pago, hoje nem é mais o 7.58. Então, assim, é 3 mais os impostos.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: O que ocorre, eu acho que há uma confusão de misturar uma antecipação que vê, que é uma verba totalmente independente de qualquer transporte que a gente faça de passageiros, que tem uma regra própria daquilo que passou é processado, vem, tem um desconto de 7.58 pronto, aquilo é uma coisa. Outra coisa é veio uma antecipação de compra de vale transporte em dinheiro, eles resolveram lá descontar os 7.58, que não tem nada a ver com o contrato que existe. Eu entendo o seguinte, em vez de passar 100% do que ia passar, descontaram.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Quer dizer, eles ficaram com um pouco mais do que o valor que estava destinado a eles. Eles ficaram com 7.58 a mais, então só que veio uma verba para o Suplementar que está devolvendo exatamente essa verba. Quer dizer, não tem que misturar, eu acho, passageiros com esse....

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eu entendi a questão que o Bráulio está botando, se foi uma compra antecipada de vale transporte, nas próprias palavras, na época do prefeito, foi um empréstimo, e o Município não faz empréstimo. Não deveria ter sido descontado uma taxa, que é um contrato entre o permissionário e a Transfácil, que é uma questão de bilhetagem e prestação de serviço de bilhetagem.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ali era um dinheiro do município sendo repassado para vocês, a título de acordo judicial e a título de pertencimento ao

sistema. Então, o primeiro desconto foi errado, o desconto que a Transfácil fez.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eles não poderiam ter feito esse desconto, mas quando os suplementares, eles devolvem o dinheiro para Transfácil, eles recebem exatamente o que eles receberam.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Exatamente.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eles receberam 10, porque já foi descontado o 7 e meio por cento. O erro foi o desconto de 7 e meio por cento antes de fazer a transferência. A partir do momento que eles recebem 10, devolvem 10, eles estão devolvendo o dinheiro todo.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: A questão é, o próprio Ralison falou, que ao invés desse dinheiro ser devolvido para a Prefeitura, ele volta para o sistema e aí na hora que esse dinheiro volta através da prestação do serviço de bilhetagem, tem o desconto de 7 e meio por cento de novo. Só que aí, nesse caso, eles estão prestando efetivamente o serviço. Na primeira oportunidade, não...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Exatamente... então, é como se fosse um empréstimo de dinheiro pelo município que não é banco e a Transfácil está ficando com uma parte de um dinheiro público que não lhe cabia. Isso para mim é apropriação indébita.

Ver.(a) Jorge Santos: Vereadores, deixa eu fazer uma observação aqui, porque nós podemos ficar aqui até meio-dia e 45. Eu poderia suspender mais 1 hora, mas é porque 1 hora tem outra comissão... É porque já ir pra outro, tá? ... Não, não vou prorrogar ainda não. Eu só disse que a gente só tem 45 minutos, tá? ...

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Com respeito, eu queria reforçar o que foi dito. Eu não vou dar nome a isso, a vereadora citou aí uma, deu como exemplo, eu entendi, com o nome de empréstimo, não é? Foi a senhora que usou esse termo.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não fui eu não, foi na época o Prefeito e é o

nome que eles dão pra gente nas respostas, a pedido de informação.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Então vamos usando esse termo aí, que que foi dito, então assim se vem um empréstimo de X, nós estamos devolvendo x, quer dizer, é o fato de ser descontado 7,58 ocorreu que diminuiu o X fim.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Então, assim, o que não pode, eu acho que ... não é, que não pode, cada um faz o que acha melhor, mas assim, eu não entendo o porquê, o fato de ter descontado a taxa, que é a taxa lá do contrato, gera essa confusão. Mas assim, matematicamente não tem confusão.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: No final da ... não pode ter, então assim, só vamos ter a certeza, eu concordo com você, com o senhor vereador, é ao final, se é lá no final, não sei quanto que vai ser esse final, que for devolvido todo o valor, tem que estar fechado o valor que foi entregue ao transporte Suplementar, eu espero até que um dia alguém vire e fale assim, ó, "isso aí é um subsídio e nós não vamos ter que devolver mais".

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eu te falo até mais.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: A minha expectativa é essa, viu? Porque aqui se transforma em um subsídio.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eu não, eu acho que o erro não é seu, o erro é da prefeitura, porque dinheiro público, é um dinheiro que é responsabilidade, é dela.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então se é um dinheiro que é repassado de forma errada, porque o primeiro repassa foi errado. E se eles não fazem o controle de como esse dinheiro, entra num sistema de como ele sai.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E há um acordo com o Ministério público inclusive, é para fundamentar a compra antecipada de vales transportes, onde o promotor de justiça deixa bem claro, "o cálculo não vai ser em créditos", porque o crédito, se a passagem muda de valor, você tem uma defasagem da prestação ali, daquele serviço. Não é crédito, é número de vales transportes, então tá tudo errado

...

Ver.(a) Bráulio Lara: Isso a vereadora Fernanda Pereira Altoé, exatamente, confirmando a nossa tese na época de bater que estava havendo um empréstimo de dinheiro público, e não compra de vales. Porque compra de vales, vocês lembram como é que era antigamente, com um papelzinho, era aquilo, ó, "comprei um tanto de vale e vai gastar esse vale até cansar", que eles, inclusive pelas projeções que nós tínhamos na época, mostravam que extrapolariam inclusive o próprio prazo da concessão do convencional que se encerra agora em 2028.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então a gente sabe que a operação que era adiantamento de vale transporte é para ficar bonito. Mas a operação a gente estava vendo, é uma operação financeira e com grandes chances de fazerem errado ainda, porque eu torço para ver essa última linha da planilha bater no Zero a Zero.

Ver.(a) Bráulio Lara: Mas eu sei que no final das contas, não vai, vai acontecer alguma coisa no meio do caminho, assim como aconteceu, era pra ser 10, pagaram 8,5, não pagaram, pagaram valores variados, ou seja, cada hora sai de uma forma e ninguém consegue demonstrar de forma Clara, como que essa contabilidade é controlada.

Ver.(a) Bráulio Lara: E a relação também se é da prefeitura, com o próprio sistema convencional mais suplementar, ou se a relação toda é intermediada pela Transfácil e faz a forma que ela bem entende.

Ver.(a) Bráulio Lara: Porque os nossos questionamentos aqui são em cima disso, não é. A Transfácil então, como que ela demonstra isso? Porque uma vez que o dinheiro está sendo pago pelo sistema suplementar e entra no caixa da Transfácil, como que esse acerto é feito então, visto que foi feito um adiantamento de vales transporte e não uma operação de crédito e de dinheiro pura e simplesmente.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O senhor quer esclarecer mais alguma coisa? Alguém quer fazer mais uma pergunta? Que a gente já vai para o senhor Júlio.

Ver.(a) Irlan Melo: Mas você pode ficar, porque se quiser, se tiver alguma

coisa...

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Eu vou ficar, eu faço questão de ficar.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Obrigada.

Ver.(a) Irlan Melo: Por favor, Presidente.

Ver.(a) Jorge Santos: OK, então nós já temos o senhor Júlio na mesa, tem o papelzinho que o senhor tinha lido aí? é que eu vou ter que fazer para ele aqui.

Ver.(a) Jorge Santos: Solicito a testemunha que preste o cumprimento nos termos do artigo 203 do Código de Processo Penal, que informe que fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade poderá incorrer no crime de falso testemunho de acordo com o artigo 342 do Código Penal. Se o senhor está ciente, por favor, responda.

Júlio César Guimarães: Sim, senhor, gostaria de agradecer aqui, a oportunidade de esclarecer alguns pontos, mas eu deixo claro aos senhores que, na época da antecipação de vale transporte, eu não era...

Ver.(a) Jorge Santos: O sr. só responda primeiro isso aí, por gentileza, tem que ler isso aí.

Júlio César Guimarães: Eu, Júlio César Guimarães, 55 anos de idade, estado civil casado, residente a rua 2, número 199, Belo Horizonte, Minas Gerais, profissão motorista, cuja atividade ela é desenvolvida no endereço avenida doutor Álvaro Camargo, número 99, bairro São João Batista, venda nova, nessa cidade.

Ver.(a) Jorge Santos: Prometo dizer a verdade, relatando sempre o que souber, explicando sempre as razões da minha ciência sobre o fato ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

Ver.(a) Jorge Santos: Obrigado, qual o vereador quer continuar? à vontade...

Ver.(a) Irlan Melo: Sim, primeiro agradecer o Júlio pela presença, vamos

começar falando sobre as gratuidades. Sim, pois não.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eu vi que o ... Pode chamar de julho? ... Eu vi que o Júlio fez uma observação de que ele não estava na época da transferência, foi por isso que a gente fez essas perguntas para o Gazola e a gente vai se limitar agora a fazer perguntas a respeito de subsídio, como que é feita a transferência, se tem descontos, porque aí já é uma situação que o senhor já tá, já estava no sistema?

Júlio César Guimarães: Sim.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá.

Júlio César Guimarães: Como eu estava falando anteriormente, quando se iniciou aí a compra antecipada de vale transporte, eu não era diretor.

Ver.(a) Irlan Melo: Júlio, como é que funciona então, a questão das gratuidades aos Suplementares, quando um portador de gratuidade, seja ele da nova lei ou das gratuidades anteriormente existentes, ele entra, e utiliza o suplementar? O permissionário recebe essa tarifa no acerto semanal?

Júlio César Guimarães: Não. A gratuidade é a gratuidade, nós não recebemos nem quando é utilizado o cartão BHbus, que dá o direito ao giro de roleta, nem mesmo o usuário que maior de 65 anos, que apresenta um documento de identidade, tem o direito de descer pela porta dianteira, essas passagens não são ...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Vocês não recebem pela gratuidade? Porque a gratuidade é pro passageiro, vocês prestam o serviço, vocês têm que receber por Ela...

Ver.(a) Irlan Melo: Quem está dando gratuidade entre aspas, quem está gerando a gratuidade, é o permissionário, então?

Júlio César Guimarães: sim, exatamente.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O senhor sabia que o convencional recebe esse valor, na revisão tarifária.

Júlio César Guimarães: Nós não temos revisão tarifária, nós andamos a reboque do transporte convencional, o que dá para eles, dá para nós também.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pois é nesse caso, então, o convencional, eles têm um acerto final, porque eles têm modicidade tarifária, então tudo o que eles recebem, todos os serviços de gratuidade, depois faz ali na balança do município e do convencional, eles vão receber isso na hora que faz a análise da revisão tarifária.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Como vocês não têm política tarifária, então vocês literalmente trabalham de graça, no caso das gratuidades?

Júlio César Guimarães: Trabalhamos de graça no caso da gratuidade, não recebemos.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Enquanto o convencional recebe na política tarifária.

Júlio César Guimarães: A única ajuda que tivemos, por parte de gratuidade foi ano passado, salvo engano ou esse ano, estou bem certo, que veio aí um dinheiro destinado à gratuidade do Governo Federal. Nós recebemos uma parte desse dinheiro, a quem daquilo que a gente merecia e faz jus, porque sempre a nossa porcentagem ela é abaixo daquilo que de direito.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Vocês conseguem fazer um levantamento de gratuidade, aproximado de quanto que vocês transportam, mensal ou semestral?

Júlio César Guimarães: Catracados, sim, tudo que passa na catraca que é gratuidade, vem separado. Então a gente sabe o que a gente carregou de gratuidade no mês, ou melhor, no descendente, porque vem lá especificado aonde somente os catracado, aquele que desce pela porta dianteira fazendo uso de documento de identidade, isso não existe comprovação.

Ver.(a) Irlan Melo: É isso que eu ia falar, desse jeito...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E é um percentual que é menor ou maior do que o pessoal que usa o cartão, você sabe?

Júlio César Guimarães: 50% de quem usa cartão, só que infelizmente não ....

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Vocês não conseguem ter controle nenhum?

Júlio César Guimarães: Não.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, além de não conseguir ter controle de quem entra e sai pela porta da frente, aqueles que passam o cartão, vocês não recebem, a gratuidade literalmente vocês transportaram de graça nesses casos?

Júlio César Guimarães: É literalmente trabalhar de graça.

Ver.(a) Irlan Melo: Mas, nessa revisão Fernanda, do sistema convencional, eles também teriam esse mesmo problema, de quem entra pela porta da frente, sai pela porta da frente, será que eles conseguem inflar esses números lá pra na revisão contratual, na revisão tarifária?

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não. E tem mais um problema, porque nos R$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), o convencional ficou com crédito, certo?

Ver.(a) Irlan Melo: Certo.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Como o crédito do convencional é maior do que o prazo do contrato, eles estão desviando esse crédito através das gratuidades da lei que foi aprovada aqui na Câmara municipal, que eu graças a Deus, eu fui contra.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então o convencional, ele vai receber por essas gratuidades, inclusive através dos R$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), que é o vale da mulher em situação de violência doméstica, é o vale do SUS, é o vale do estudante. Vocês estão devolvendo este dinheiro, então vocês literalmente transportaram de graça enquanto convencional, vai receber 2 vezes pelo mesmo serviço, o valor seus, inclusive.

Júlio César Guimarães: Se for instituído, realmente gratuidade para os

estudantes e as mulheres em situação de risco e com isso, eles proporcionaram um cartão gratuidade, sim, nós vamos transportar de graça. Porque eu não vou ter nem controlo do que, que é ...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, e é com os 220, porque vocês estão devolvendo o dinheiro?

Júlio César Guimarães: Sim.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ralison falou que foi a pedido do sindicato, o Gazolla falou que não foi, vocês estão devolvendo o dinheiro, então vocês não têm crédito, porque se vocês estivessem com esse crédito, vocês estariam recebendo por essas gratuidades agora, mas vocês devolveram o dinheiro. Esse dinheiro aumentou aí R$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), o último subsídio, que tem uma previsão de R$517.000.000,00 (quinhentos e dezessete milhões) então suplementar, além de estar prestando em serviço, ele ainda vai receber o valor que vocês devolveram.

Júlio César Guimarães: Sim, e como a senhora bem falou no meu entendimento, não sou técnico nem jurídico. Mas para o suplementar foi feito um empréstimo porque eu, mensalmente, sou obrigado a devolver em dinheiro.

Júlio César Guimarães: E inclusive, existe uma reivindicação nossa ao Prefeito e ao Presidente ao superintendente de mobilidade urbana, o senhor André Dantas, para que nós passemos a pagar em serviço, porque eu entendo, que quando eu pago em dinheiro, se eu passar a pagar em serviço.

Júlio César Guimarães: Eu vou explicar assim, do meu jeito, se eu tenho que devolver cinquenta mil passagens e essas cinquenta mil passagens, o custo dela é R$225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais). Quando o Transfácil, ele me faz o pagamento desses R$225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), existe um decote de 7.58 e eu vou receber R$207.000,00 (duzentos e sete mil).

Júlio César Guimarães: Mas eu recebo de imediato uma cobrança de R$225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), então nós estamos pedindo para

pagar em serviço justamente por isso, porque eu paro de pagar essa taxa, porque retém essas cinquenta mil passagens que eu deveria pagar e como ela está retida lá, eu não vou pagar os 7.58, que é a taxa de serviço.

Júlio César Guimarães: É a minha forma de entender.

Ver.(a) Irlan Melo: Mas sem resposta até hoje?

Júlio César Guimarães: Não tem resposta, estamos aguardando, está caminhando, está na fase final, já os levantamentos que foi apresentado, né doutora? ... Muitos documentos são mais de 800 páginas de documentos, a advogada da SUMOB está finalizando os levantamentos, já sabem que a forma que está sendo devolvida está errado, mas a forma correta ainda não nos foi apresentada.

Ver.(a) Irlan Melo: A prefeitura, através de um decreto do prefeito, estabeleceu um grupo de estudos em relação ao transporte suplementar, é um grupo de trabalho GT, quantas reuniões já tiveram desse grupo?

Júlio César Guimarães: Que suplementar não tenha participado nenhuma.

Ver.(a) Irlan Melo: É exatamente, mais uma vez a gente quer cobrar aqui. Naquela época, quando é que surgiu o vereador Bráulio, a vereadora Fernanda, vereadora Loíde, vereador Jorge, esse decreto? foi justamente quando estávamos votando o veto do prefeito, justamente para dar uma aliviada, para falar assim, "não pode votar tranquilo o veto, nós vamos sentar e vamos conversar".

Ver.(a) Irlan Melo: Conversa fiada, até hoje não teve uma reunião, uma reunião, e todos os atores já foram indicados, deveria ter acontecido e mais, no repasse é do subsídio desse ano, teve algum desconto de valores que vocês deveriam ter recebido no ano anterior e não receberam? Explica pra gente como é que foi, primeiro, qual o percentual dos 512 caberia a vocês?

Júlio César Guimarães: Sim, houve sim, todo o subsídio recebido da lei 11.367, que acabou é ... os 11 milhões, eles foram parcelados, recebemos ele no mês de julho, salvo engano, retroativo, abril e depois mensalmente. Então no ano ...

Ver.(a) Irlan Melo: Pera ae, os 512, vocês não receberam?

Júlio César Guimarães: Os 11 milhões, estou falando lá dos 11 milhões.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Os 11 é dos subsídios do ano passado.

Júlio César Guimarães: Do ano anterior.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: As parcelas de janeiro, fevereiro e março desse ano, do subsidio do ano passado.

Júlio César Guimarães: Isso, então três parcelas de R$485 mil foram recebidas esse ano, três parcelas.

Ver.(a) Irlan Melo: Mas referente ao subsídio do ano passado?

Júlio César Guimarães: Referente ao subsídio de 2022.

Júlio César Guimarães: E dos 5 milhões que a casa designou ao transporte Suplementar, nós recebemos R$4.672.000,00 (quatro milhões, seiscentos e setenta e dois mil reais) que também foram decotados agora desse subsídio. Então nós tivemos um decote. Desculpe, é que... Eu tenho anotado, está aqui.... Os 2 valores? Não.... Eu tenho aqui... Bom, eu acabei por perder aqui o documento.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: De 11 milhões vocês tinham que receber esse ano vocês ... De 16 milhões que vocês tinham para receber janeiro, fevereiro e março desse ano relativos ao subsídio do ano passado, vocês só receberam 11?

Júlio César Guimarães: Recebemos os 11 milhões que terminou em março desse ano. Sendo que esse ano de 2023, veio 3 parcelas no valor de R$485 mil, isso vai gerar em torno de Quase 1 milhão e meio, somado com aqueles R$4.672.000,00 (quatro milhões, seiscentos e setenta e dois mil reais), decotaram desses 20 milhões que a remuneração complementar que nós temos direito, para esse ano, que é de 20 milhões, 545 mil, decotaram em torno de 6 milhões e meio.

Júlio César Guimarães: Porque nós recebemos no ano de 2023, mas é uma

lei de 2022, e o fato de nós termos recebido esses 5 milhões que na verdade foram 4.672, atrasado no ano de 2023, não foi culpa nossa. Nós fomos penalizados 2 vezes, primeiro eu não recebi esse recurso ainda no ano de 22, ele fez foto pro sistema, para a manutenção do sistema.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Aí há um descumprimento de lei ali, porque o repasse é decorrente de Lei.

Júlio César Guimarães: Me pagaram esse dinheiro esse ano de 2023, parece até que já estava programado porque sabiam que viria um pagamento aí por uma remuneração complementar por KM produzido e como eu receberia esse valor no ano de 2023, daria então, a PBH o direito de decotar esse valor.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eles têm algum documento justificando esse desconto do subsídio do ano passado? Dessas últimas parcelas no quilômetro rodado desse ano?

Júlio César Guimarães: Que eu tenho conhecimento, não.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eles simplesmente estão fazendo esse desconto e estão descobrindo a lei do ano passado, porque a garantia suas, é legal.

Júlio César Guimarães: Vereadora, eles já descontaram porque no mês de julho, salvo engano, dia 26, nós recebemos o retroativo, porque a lei ela retroagiu lá janeiro, então eu recebi no mês de julho o retroativo de primeiro de janeiro a 7 julho de 2023 e nesse valor veio decotado esses 6 milhões, em quase 6 milhões e 500 mil reais.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Vocês estão entendendo? O subsídio desse ...

Ver.(a) Bráulio Lara: Eu estou entendendo que na verdade não tem um trem mais complexo que isso, para criar uma nova caixa preta.

Ver.(a) Irlan Melo: Exatamente.

Ver.(a) Bráulio Lara: Essa que é a grande questão, a gente está vendo uma nova caixa preta ser desenvolvida debaixo do nariz de todo mundo, orquestrado pela prefeitura, porque na verdade os números, vereador Irlan Melo, eles na verdade vão se misturando e aí é cada vez mais dificulta qualquer um da cidade de Belo Horizonte de entender realmente o que está acontecendo.

Ver.(a) Irlan Melo: Transparência zero.

Ver.(a) Bráulio Lara: E aliás, e deixa um alerta aqui pra todos vereadores, a forma com a qual a legislação foi alterada recentemente, dificulta muito da gente manter inclusive esse tipo de gestão, porque hoje basta vir na alô, o valor destinado a subsídio, que vai continuar sendo essa dificuldade toda pra gente saber pra onde que cada coisa tá se dirigindo.

Ver.(a) Bráulio Lara: Para onde que os valores estão se consolidando, então fica um alerta que realmente, porque a gente vê agora que existe dinheiro público dentro do sistema de ônibus, a dificuldade da gente saber realmente pra onde cada um, desse real, do pagador de impostos de Belo Horizonte está indo muito complicada a situação.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: É gravíssimo, porque é o seguinte, nós temos um subsídio do ano passado, onde 3 parcelas finais ficaram para esse ano. Nós temos esse ano um subsídio, que é pagamento por quilômetro rodado, que retroagiu e para fazer o pagamento retroativo eles descontaram, o que era do ano passado.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: A prefeitura está descumprindo a lei, agora o convencional está acontecendo isso com eles também? Eu vou perguntar, vou fazer pedido de informação.

Júlio César Guimarães: Eu queria prestar outra informação, apesar que eu acho que vocês já sabem, quando se discutia um subsídio por KM produzido de 476 milhões para o ano de 2023, o suplementar ficaria com 28 milhões. Nós achamos muito estranho, porque o valor de 476 milhões ele foi aumentado e foi para 512 milhões.

Júlio César Guimarães: Mas o valor destinado ao transporte suplementar, ele diminuiu para 20 milhões, e nós não temos explicação do porquê isso aconteceu, mas também eu agradeço muito a emenda do vereador Irlan Melo, a lei 11.458, tentando fazer com que o suplementar ficasse com 10%.

Júlio César Guimarães: Mas 10% é teto, o que eu quero informar para os senhores que, como nós, estamos recebendo hoje, porque nós estamos recebendo, chegamos a receber só 46% das viagens produzidas, nós não vamos receber nem os 20 milhões.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Isso não se resolveu nem depois da audiência pública?

Júlio César Guimarães: Não se resolveu, nós temos próximo a 30 mil viagens decotadas em 7 decênios, ou seja, é 29 mil 800 e alguma coisa .... próximo a 30 mil viagens que deixaram de ser pagas.

Ver.(a) Irlan Melo: Deixa-me fazer só um comentário, quem que audita BH Trans? Quem que controla a BHtrans? Porque o que a BHtrans fala para eles é lei e acabou, entendeu? Então, a BHtrans, fala, ó, "eu tenho aqui 5 maneiras de auferir que você fez a viagem, eu escolho essa aqui que é a mais complexa" vereador Bráulio, essa aqui é a única que eu escolho, é a única que dá problema, porque as outras você consegue explicar, mas essa aqui por problemas técnicos, aí o sistema, aí dá um problema, aí atrasa o repasse, depois não consegue provar, quer dizer, é um sufocamento do sistema Suplementar, é isso que está acontecendo.

Ver.(a) Irlan Melo: Vocês estão sendo sufocados para perder o ar e morrer, não tem outra explicação.

Júlio César Guimarães: Vereador, quando a pessoa está doente, precisa de uma injeção, ela tem que ser aplicada na hora, sim, e a gente tem a fala do presidente da SUMOB que, comprovando as viagens que foram decotadas, serão pagos. Mas o senhor entende que o Suplementar precisa do dinheiro é hoje?

Ver.(a) Irlan Melo: Ontem não é verdade.!

Júlio César Guimarães: E se ele chegar amanhã, semana passada, nós tivemos 2 permissionários que entregaram a permissão, eles não estão aguentando pagar a prestação.

Júlio César Guimarães: O senhor entende que se esse dinheiro tivesse chegado, ele teria pago uma prestação e com 2 em atraso, o banco não pede a busca e apreensão?

Ver.(a) Irlan Melo: Certeza.

Júlio César Guimarães: Porque eu não vou dizer que é muito que decotou, não, é em torno de 1 milhão e meio, dividido grosseiramente em 250 permissionários, em torno de R$5 mil reais, mas R$5 mil, ajuda a pagar uma prestação, se paga uma e não chega às 3, não existe busca e apreensão. Ou seja, eu sei que vou receber, porque eles terão que me pagar, porque eu tenho como provar que eu trabalhei. Mas se demorar para chegar o dinheiro, muitos não irão suportar.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Já não estão suportando, e o meu receio é, como é um valor máximo se vocês não recebem na hora e esse dinheiro vai embora, acabou. Ganhou mais não levou.

Júlio César Guimarães: Como foi bem falado pelo Jefferson, não existia uma determinação para decotar 7.58 do subsídio. Vou simplificar 221 milhões e 142 mil, porque foram 3 etapas, mas tiraram de nós 1 milhão e meio. 1000000 e meio. Ou seja, eles já tinham a parte deles e ficaram com mais de R$ 1 milhão e meio que era nosso. Isso não é justo gente, e o pior ...

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Além de não ser justo, isso é ilegal, o dinheiro é público.

Júlio César Guimarães: Mas o pior é que quem deveria ter fiscalizado não fiscalizou.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Mas não tenha dúvida disso.

Júlio César Guimarães: Não se importou, denúncia foi feito, eu me lembro

que, eu não era parte da diretoria, mas quando começamos a receber o subsídio, houve uma orientação, porque só existe orientação, não existe documento que comprove esse subsídio, não tem um documento que prova quanto teria que vir para o transporte suplementar.

Júlio César Guimarães: Mas houve uma orientação do prefeito à época, Alexandre Kalil, de 10% suplementar, nós nunca recebemos 10%. Quando veio a segunda etapa, 54 milhões, que foi negociado lá no MP, aí a BH trans, ela passou fazer um não sei como, ela fazia um valor lá e fala assim, ó, "suplementar tem direito a tanto". Aí podia ser 10% do valor, podia ser 8%, ela determinava lá quantos por cento era para nós. Então, nós não somos respeitados. E o pior, a gente até reclama, mas nossa voz não ecoa, não é coa.

Júlio César Guimarães: Também falado aí, o primeiro sobre o R$117 milhões e 142 mil, o primeiro pagamento que foi feito desses R$117 milhões, apesar de ser uma determinação do tribunal, a Transfácil, não repassou nem um centavo para nós, descumpriu uma decisão.

Júlio César Guimarães: Tudo bem, lá na frente aquilo que deixou de nos pagar fizeram um cálculo e nos pagaram. Mas descumpriu o que estava na decisão, porque se era 10% para nós e naquele momento foi, salvo engano, salvo engano não, foi R$ 6 milhões 370 mil, esses 10% desse dinheiro, fazia falta por suplementar, porque nós éramos obrigados a operar, mas não tinha demanda de passageiro.

Júlio César Guimarães: Isso aqui teria deixado, teria feito com que muitos permissionários, não abandonasse o suplementar.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Quanto tempo depois que teve o acerto daquelas parcelas faltantes do um e meio por cento, deu quanto tempo depois? Para fazer o acerto daquele um milhão e alguma coisa?

Júlio César Guimarães: Bom, eu fiz até um breve relato aqui, se a senhora me permitir, eu vou ler.

Júlio César Guimarães: Sobre os R$117.142.000,00 (cento e dezessete

milhões, cento e quarenta e dois mil reais), nós recebemos R$11.714.285,00 (onze milhões, setecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais), recebemos os 10%. Porem o Transfácil não cumpriu com o que foi determinado, porque a primeira parcela paga em 22/12/2020, no valor de R$6.370.000 (seis milhões, trezentos e setenta mil reais), naquele momento, não foi repassado nada ao Suplementar, simplesmente ficaram com todo o dinheiro.

Júlio César Guimarães: Na segunda parcela repassada a eles, no dia 29/12/2020, no valor de R$9.630.000,00 (nove milhões, seiscentos e trinta mil reais), nós recebemos os 10%, foram transferidos para o sindicato R$963.000,00 (novecentos e sessenta e três mil reais) no dia 30/12. Porém, as parcelas pagas entre o dia 15/01 e 02/07/2021, elas foram repassadas decotando 1/1% (um e meio por cento), só nos pagaram 8 8,5% ao suplementar.

Júlio César Guimarães: Durante 25 parcelas, nós recebemos só 8.5, e sim, a conversa é de que ajuda, que é esse decote, era para ajudar com os custos jurídicos suportados pelo Transfácil. Eles queriam nos obrigar a pagar os advogados deles, mas nós não contratamos ninguém, nós não participamos da conversa, nós não sabíamos nem quanto estava sendo discutido no TJ, mas nós éramos obrigados a ajudar a pagar. Agora se isso aqui virar moda, nós estamos mais ou menos enrolados, o suplementar.

Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Até eu vou mandar minha conta ...

Ver.(a) Bráulio Lara: É só pra entender, a gente tá falando então que é como se fosse uma taxa de um pagamento para suportar advogados?

Júlio César Guimarães: Sim, porque segundo eles, tiveram a despesa alta para conseguir chegar nesse acordo de R$117 milhões, e nós teríamos que contribuir sim com eles, porque não existe almoço de graça.

Ver.(a) Bráulio Lara: Então é como se fosse 15% pago de honorários advocatícios sobre esse valor do acordo, é isso?

Júlio César Guimarães: Não 15%, eu não sei o que precisar, o valor certo,

como fosse 15%.

Ver.(a) Irlan Melo: O Júlio, como a gente está chegando no final do horário aqui, eu queria te perguntar o seguinte, pra caminhar aqui, em relação ao Tacon, ela tem feito alguma cobrança extra, sem instrumento contratual, para utilização do aparelho de registro dos passageiros? A gente recebeu essa denúncia.

Júlio César Guimarães: Não, isso não existe. O que existe vereador, é o seguinte, durante a pandemia nós ficamos, eu não sei precisar quanto tempo pagando 50% do valor do aluguel dos equipamentos a Tacon.

Júlio César Guimarães: Quando foi em 2022, nós iniciamos uma negociação com eles, porque o Suplementar não tem como pagar esse retroativo, então nós iniciamos com eles, uma negociação para não pagar esse valor, porque também nós contratamos deles um pacote de serviço e nem todos esses serviços foram entregues.

Júlio César Guimarães: Na verdade, até hoje ainda existe ainda inconsistência no sistema, não funciona direito, baseado como eles não conseguiram nos entregar todo o serviço contratado. Nós alegamos também que não seria justo haver, então, o perdão do que se devia. Perdão, do que se devia e também o que não funcionou, a gente deixaria de lado e que eles colocassem para funcionar corretamente a partir de agora.

Júlio César Guimarães: Acontece que anualmente, por força de contrato, existe um reajuste do valor, ano passado, o mês de julho, quando eles quiserem aplicar esse reajuste, eles mandaram inclusive para a cobrança para o Transfácil, nós impedimos o Transfácil de pagar esse reajuste, o do aluguel, então, manteve-se o valor do aluguel dos equipamentos que estava vindo, que era de R$510 reais, para cada permissionário.

Júlio César Guimarães: Não aplicou se o reajuste, que era de R$146 reais, isso tudo para forçar a Tacon a finalizar conosco a negociação, que estava emperrada. O Jefferson cobrava, mas nem resposta tinha, começou a negociar depois, na verdade, terminou a negociação depois de 1 ano que ela se iniciou.

Júlio César Guimarães: Então essa não autorização de pagamento desse reajuste, foi para forçar essa negociação, esse ano quando eles resolveram dar o perdão da dívida, eles queriam receber os R$146 reais, que nós deixamos de pagar de julho do ano passado a junho desse ano.

Júlio César Guimarães: Então agora o aluguel é R$656 reais, esse ano não teve um aumento porque OIGPM deu negativo, então se mantém o valor que seria, teria que ter sido aplicado lá em julho de 2022 e nós estamos pagando a diferença de R$146 reais, que nós deixamos de pagar por causa da negociação, então, não há cobrança extra, nós estamos pagando o que é devido.

Ver.(a) Irlan Melo: Entendi, você gostaria Júlio de falar mais alguma coisa? Também a doutora Mércia está aí, nós temos pouco tempo, fica a vontade.

Júlio César Guimarães: Eu gostaria de agradecer aqui o espaço e mais uma vez dizer, a minha fala não foi uma fala técnica, e nem uma fala jurídica, eu sou motorista. Então, se houve erro, me perdoe.

Advogada Mércia: Eu gostaria de agradecer a todos, vereador Irlan, Vereadora Fernanda, que recebeu com tanto carinho, o vereador Bráulio que sempre nos atendeu, a equipe técnica dos gabinetes todos, depois por último acabei conhecendo a vereadora Loíde.

Advogada Mércia: O transporte suplementar deve muito a vossas excelências, porque foi através das discussões que vocês fizeram aqui, que nós conseguimos avançar nas discussões com a prefeitura. E, às vezes, cobram muito do jurídico, "porque que o jurídico não entrou com uma ação judicial.?"

Advogada Mércia: O que o Júlio colocou aqui, é uma das manifestações mais pertinentes que você tem. A prefeitura descumpriu determinação judicial para pagamento para aumento de tarifa de ações colocadas em mandado de segurança pelo SETRA. O transporte suplementar precisa do dinheiro é hoje, uma demanda judicial e ela vai se arrastar na justiça e quando ela chegar com o Socorro, eu já perdi 50% do sistema.

Advogada Mercia: Foi uma evolução muito grande a discussão política que foi feita aqui, a discussão técnica que foi feita aqui, particularmente assim, os agradecimentos e as honrarias a vocês são muito grandes, por isso, porquê, porque através das discussões que foram feitas aqui, a prefeitura entendeu, flexibilizou, avançou e o transporte suplementar hoje tem uma condição de receber, ainda que a destempo.

Advogada Mercia: Porque eu tenho permissionários que saíram diante do gargalo do represamento da tarifa, que é o que está acontecendo agora. A prefeitura vai lá no TJ reconhece que o valor da tarifa é R$6 reais, coloca um subsídio para uma quilometragem complementar, começa a represar em virtude de falhas técnicas, do transporte suplementar, que não gozou de nenhuma curvatura da administração pública para o zelo do serviço.

Advogada Mercia: Resolveu decotar dos permissionários, porque não atinge a condição técnica. E por que que não atinge a condição técnica? É muito fácil de explicar, se eles estão recebendo menos do que eles deviam receber, eles não têm condições de fazer uma contratação técnica eficiente para poder combater as discussões que estão sendo feitas pela prefeitura.

Advogada Mercia: Este ano, em janeiro, deliberamos com a categoria a necessidade de contratar uma equipe técnica para que nos ajudassem tecnicamente a resolver as questões do sistema. E Economicamente, a situação foi inviável, e o que se faz com isso? Represam os valores, represa a condição desse grupo de permissionários de discutir nem é ..., porque o que está discutindo, o que está se pedindo, não é um tratamento equânime é para tratar os iguais como os iguais e os desiguais na medida da sua desigualdade.

Advogada Mercia: São permissionários, pessoas naturais que dirigem os seus ônibus, o tratamento não pode ser igual, porque a prestação... o atendimento aqui, ele vai chegar tarde. E nós avançamos muito com as discussões que foram feitas aqui, por isso, seremos eternamente gratos. Obrigada.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Senhores, faço aqui. Parabenizo os meus

colegas, a doutora e o Júlio, faço das minhas palavras que eles pronunciaram aqui e quero realmente agradecer essa casa que sempre esteve com a porta aberta para o transporte suplementar, ao longo desses anos todos, alguns já não estão mais aqui.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: E agradeço aqueles que estão aqui, que realmente nos dão oportunidade de um debate como esse, e poder aqui esclarecer dúvidas e aí eu espero que a gente tenha conseguido, trazer luz aqui as questões que foram colocadas e deixar claro que a nossa porta lá está sempre aberta e gostaríamos de receber a cada um de vocês, para conhecer melhor, presencialmente, as nossas condições, são simples, mas a gente procura fazer o melhor que pode e todos estão sempre convidados a estarem lá conosco.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Para saber o dia a dia, como é que é o nosso dia a dia, agradecer aqui também a todos do transporte suplementar, os permissionários que têm lutado esse tempo todo aí na pandemia foi uma loucura, perdemos alguns, inclusive perdemos a vida de alguns companheiros e agradecer aos nossos colaboradores que estão lá, com certeza nos ouvindo e a luta é grande, obrigado.

Ver.(a) Irlan Melo: É só pra encerrar aqui Presidente, relatora, dizer pra vocês, que vocês têm as portas abertas aqui, dessa casa. O poder legislativo entende e nas palavras da doutora Mércia, até a hipossuficiência, que eles se encontram.

Ver.(a) Irlan Melo: Infelizmente, é o que está acontecendo, nós entendemos e queremos ajudar, mas do outro lado, infelizmente, existe um poder econômico e um poder de lobby e política com o fígado, infelizmente, é o que está acontecendo. Então assim, ninguém aqui, está querendo prejudicar a prefeitura, nós estamos querendo ajudar o usuário, nas palavras de vocês, os clientes de vocês.

Ver.(a) Irlan Melo: Nós estamos querendo ajudar é a população, não tem ninguém aqui fazendo lobby por questões econômicas, só que parece que a prefeitura, ela não entende isso e o tempo todo tem que ser na base da briga, da confusão, tem que ficar um puxando para um lado para o outro. Se a gente conseguisse dar as mãos, essa situação se resolveria.

Ver.(a) Irlan Melo: A Fernanda fala isso e eu concordo, o suplementares eles são a chave do sistema, com suplementares a gente resolve o sistema, mas isso tem que ter boa vontade e eu deixo mais uma vez para o prefeito, prefeito Bandeira branca, marca essa reunião do grupo de trabalho, nós estamos aqui disponíveis para dialogar.

Ver.(a) Irlan Melo: Nós não estamos disponíveis aqui para brigar, nós queremos ajudar, mas como é que vai fazer se não quer dialogar? Então assim, conte com o nosso apoio, tenham convicção que nós estamos aqui para ajudar vocês naquilo que a gente puder, todos dessa casa. Obrigado, viu Presidente.

Júlio César Guimarães: Contamos sim vereador e nós tentamos inicialmente...

Ver.(a) Jorge Santos: Tem 2 minutos.

Júlio César Guimarães: Nós tentamos inicialmente uma discussão técnica com a PBH, mas foi só através da discussão política, com envolvimento político é que nós conseguimos alguma coisa, graças a Deus, como é de seu conhecimento, semana passada tivemos algumas vitórias por transporte suplementar e ela começou lá atrás, porque cobrou tanto, que agora nós somos convocados, pedimos uma reunião e tivemos nossos pleitos atendidos, pela metade, mas graças a Deus alguma coisa nós conseguimos. Então, muito obrigado por essa casa, porque tudo começou aqui.

Jeferson Luiz Gazolla Palhares: Eu só esqueci, queria não deixar passar a oportunidade. Agradecer a todos os nossos familiares que nos apoiam tanto, dão a gente força para seguir e dá as boas-vindas que a gente, uma dessas conquistas foi poder chamar novos adjudicatários. Para complementar, os 300 que nós somos e seremos e dar boas-vindas a eles, que nós estamos de braço aberto e aguardando que eles consigam concluir o processo deles. Obrigado.

Ver.(a) Jorge Santos: Então, obrigado a todos. São agora 12 horas e 45 minutos, encerramos nossos trabalhos.

2.15 DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A décima quinta Reunião[15] Extraordinária desta comissão realizou-se no dia 11 de outubro de 2023, às 09h37min, no Plenário Helvécio Arantes, sob a Presidência da Vereadora Loíde Gonçalves, que, após registrar as presenças dos Vereadores Jorge Santos, Sérgio Fernando Pinho Tavares, Henrique Braga, Braulio Lara, Professor Juliano Lopes e Wesley Moreira, e havendo quórum regimental, deu início aos trabalhos, com a apreciação dos seguintes Requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nº 2.734/23 - Pedido de informação ao Superintendente de Mobilidade de Belo Horizonte, André Soares Dantas, solicitando a íntegra do Processo Administrativo nº 01-011.242/23-89, referente ao pedido de anuência da substituição da Viação Torres Ltda. pela BHLeste Transportes S/A no Consórcio BH Leste. bem como explicar se houve ou não decisão do pedido de reconsideração apresentado pela empresa BHLeste Transportes S.A, diante do indeferimento da sua requisição para substituição, com prazo de resposta de 5 dias úteis de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves;

2) Requerimento de Comissão nº 2.735/23 – Envio de ofício para a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Defensor Público Especializado na Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, Estevão Machado de Assis Carvalho, para que seja informado quanto à denúncia do Sr. João Kerson Pereira Pinto a esta Comissão sobre o fato ocorrido em 04 de Outubro de 2023 na linha 9214 (Caetano Furquim / Havaí via Alto Havaí), onde os ônibus operados pela empresa BHLeste Transportes S/A estavam rodando com o elevador para pessoas com deficiência inoperante, em especial o veículo de prefixo 40435, de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves;

3) Requerimento de Comissão nº 2.736/23 - Realização de Oitiva para intimar André Soares Dantas, Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, para, pessoalmente, "prestar esclarecimentos sobre o seu depoimento",

---

15 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/15%C2%AA-reuni%C3%A3o-comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade---11-10-2023

no dia 26/10/23, às 9h30min, no Plenário Camil Caram de autoria do Vereador Jorge Santos;

4) Requerimento de Comissão nº 2.742/23 - Pedido de informação à Empresa BHLeste Transportes S.A. e à Empresa TransOeste para obter informações para a apresentação dos Laudos de manutenção de todos os veículos desde o início do ano de 2020 até a presente data, com prazo de resposta de 5 dias úteis, de autoria do Vereador Jorge Santos;

5) Requerimento de Comissão nº 2.743/23 - Realização de Oitiva para intimar André Soares Dantas, Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes à substituição da empresa Viação Torres Ltda. pela BHLeste Transportes S/A no Consórcio BHLeste, no dia 26/10/23, às 9h30min, no Plenário Helvécio Arantes, de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves;

6) Requerimento de Comissão nº 2.744/23 - Realização de Oitiva para intimar o sócio administrador da empresa Transimão Transportes Rodoviários Ltda, Nilo Gonçalves Simão, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes aos esclarecimentos apresentados pelo intimado em oitiva realizada na Comissão no dia 28 de agosto deste ano, em 26/10/23, às 10h30min, no Plenário Helvécio Arantes, de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves.

Com exceção do terceiro, que foi rejeitado, os demais requerimentos foram aprovados pelos Vereadores presentes, em ambos os casos, por unanimidade, sendo que, após a apreciação dos requerimentos, a Presidente deu ciência à comissão do recebimento dos ofícios em resposta aos requerimentos de comissão de nº 2.251, 2.340 e 2.574/23.

Por fim, após a Comissão concluir a apreciação dos itens constantes da pauta da Reunião, a Presidente declarou encerrados os trabalhos às 09h52min.

2.16 DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Da décima sexta Reunião[16] Extraordinária desta comissão realizou-se no dia 23 de outubro de 2023, às 13h18min, no Plenário Helvécio Arantes, sob a Presidência do Vereador Jorge Santos, que, após registrar a presença da Vereadora Loíde Gonçalves e dos Vereadores Henrique Braga, Braulio Lara, Wesley Moreira e Sérgio Fernando Pinho Tavares, e havendo quórum regimental, deu início aos trabalhos.

Após a comunicação da aprovação das atas da 13ª, 14ª e 15ª reuniões, realizadas em 28/9, 5 e 11/10/23, respectivamente, a Comissão apreciou os seguintes requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nº 2.788/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Dantas," para "obter informações acerca da supressão de viagens e do atraso de viagens no sistema convencional de transporte coletivo de Belo Horizonte", de autoria do Vereador Gabriel;

2) Requerimento de Comissão nº 2.829/23 - realização de Oitiva para "intimar o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, André Soares Dantas, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes à substituição da empresa Viação Torres Ltda. pela BHLeste Transportes S/A no Consórcio BHLeste", no dia 27/10/23, às 13h30min, no Plenário Camil Caram, de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves;

3) Requerimento de Comissão nº 2.831/23 - envio de ofício para os "representantes do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais" para "encaminhar cópia do ofício conjunto 001/2023 em anexo, bem como os documentos que o instruem, para comunicar possível irregularidade em ato administrativo municipal em relação às alegações do Poder Público Municipal na edição do ato administrativo que concede anuência à empresa BHLeste S/A para operar no sistema de transporte coletivo da capital", de autoria dos Vereadores

---

16 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/16%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade.-23-10-2023

Jorge Santos e Braulio Lara e da Vereadora Loíde Gonçalves.

Após os referidos requerimentos terem sido aprovados por unanimidade dos Vereadores presentes, o Presidente deu ciência à Comissão os ofícios em resposta aos Requerimentos de Comissão de nº 2512 e 2637, 2638 e 2639/23, apreciando-se em seguida o pedido de dilação de prazo para a resposta dos Requerimentos de Comissão nº 2637, 2638 e 2639/23, onde os Vereadores presentes, por unanimidade, concederam o prazo de 30 dias para as respostas aos referidos requerimentos, a contar do dia 05/10/2023, dando-se em sequência ciência da resposta aos Requerimentos de Comissão de nº 2.661, 2.662, 2.663, 2.664, 2.665, 2.667, 2.668 e 2.669/23.

Também foi dada ciência a Comissão o Ofício GAB-PGM/CMBH nº 2.961/23, da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, informando que o Superintendente de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte, André Soares Dantas, irá representar o Município no Congresso Arena ANTP 2023, 22ª edição do Congresso Brasileiro de Mobilidade Urbana, promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT - na cidade de São Paulo, entre os dias 24 e 26/10/23, onde o presidente comunicou que o superintendente de Mobilidade da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - SUMOB, André Dantas, não poderá comparecer à reunião do dia 26/10/23, conforme documento recebido.

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos as 13h30min.

2.17 DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A décima sétima Reunião[17] Extraordinária desta comissão realizou-se no dia 26 de outubro de 2023, às 09h37min, no Plenário Helvécio Arantes, sob a Presidência do Vereador Jorge Santos, que, após registrar a presença da Vereadora Loíde Gonçalves e dos Vereadores Henrique Braga, Wesley Moreira, Professor Juliano Lopes e Sérgio Fernando Pinho Tavares, e havendo quórum regimental, deu início

---

17 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/17%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-26-10-2023

aos trabalhos.

Após a comunicação da aprovação da ata da 16ª Reunião, realizada em 23/10/23, a Comissão deliberou sobre os seguintes Requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nº 2.891/23 - realização de Oitiva para "intimar Nilo Gonçalves Simão para, pessoalmente, prestar informações a título de testemunha referida, nos termos art. 209, §1° do Código de Processo Penal, por ter sido mencionado em diversos depoimentos prestados à CPI", no dia 9/11/23, às 9h30min, no Plenário Helvécio Arantes de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves;

2) Deliberação sobre o Requerimento de Comissão nº 2.788/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Dantas," para "obter informações acerca da supressão de viagens e do atraso de viagens no sistema convencional de transporte coletivo de Belo Horizonte" de autoria do Vereador Gabriel, onde o presidente sugeriu o prazo de cinco dias úteis para resposta.

Após ter a Comissão aprovado, por unanimidade dos presentes, com a presença posterior do Vereador Bráulio Lara, o requerimento e a deliberação, respectivamente, o presidente deu ciência à Comissão as respostas aos seguintes Requerimentos de Comissão nº 2734 e 2742/23, bem como:

a) do documento em resposta ao Ofício Dirleg nº 8.477/23, onde a empresa requer mais 10 dias úteis para resposta, contados a partir do dia 17/10/23, que foi acatado por unanimidade dos Vereadores presentes;

b) do ofício do "Ministério Público do Estado de Minas Gerais, notificando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Gabriel Sousa Marques de Azevedo";

c) da petição em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.744/23, onde o presidente informou que o evento de que trata a petição será realizado no dia 9/11/23, nos termos do Requerimento de Comissão nº 2.891/23;

Além disso, também se comunicou o adiamento das oitivas do Superintendente de Mobilidade, André Dantas, e do sócio administrador da

Transimão Transportes Rodoviários Ltda, Nilo Gonçalves Simão, marcados inicialmente para esta reunião, em razão dos deferimentos dos Requerimentos de Comissão de nº 2744 e 2891/23.

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 09h49min.

2.18 DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A décima oitava reunião[18] da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade, foi realizada no dia 27/10/23, às 13h42min, no Plenário Camil Caram. Sob a presidência da vereadora Loíde Gonçalves, que registrou a presença dos vereadores Braulio Lara, Jorge Santos, Sérgio Fernando Pinho Tavares e da vereadora Fernanda Pereira Altoé, suplente do vereador Henrique Braga, os três últimos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Foi aprovada, por unanimidade, a inversão da ORDEM DOS TRABALHOS, passando-se a apreciar:

1) Requerimento de Comissão n') 2.907/23 - realização de Oitiva para “Intimar o superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, André Soares Dantas, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional, bem como, informações relevantes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte por parte das empresas BH Leste Transportes S/A e TransOeste Transportes Urbanos Ltda.,“ em 16/11/23, às 9h30min, no Plenário Juscelino Kubitschek. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão, deliberando o local da oitiva foi definido para o Plenário Camil Caram.

---

18 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/18%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito-cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-27-10-2023

2) Requerimento de Comissão n') 2.908/23 - “Requer seja prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo de duração desta comissão”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Os vereadores discutiram o requerimento e o mesmo foi aprovado por unanimidade pela comissão.

Deu-se início à oitiva de forma remota do depoente, Sr. André Dantas - Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, que prestou o compromisso com a verdade.

DA 18ª REUNIÃO

00:00:14 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Às 13h e 42 minutos, daremos início à comissão parlamentar de inquérito, instituída pelo requerimento 873/2023 CPI do ônibus sem qualidade, 18ª reunião terceira sessão legislativa, 19ª legislatura, Plenário Camil Caram.

00:00:33 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Farei a chamada dos vereadores, vereador Jorge Santos? Vereador Sérgio Fernando?

00:00:44 Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Presente.

00:00:46 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador Bráulio Lara?

00:00:47 Ver.(a) Bráulio Lara: Presente.

00:00:49 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador Wesley Moreira? Vereador Henrique Braga, mas nós temos a vereadora Fernanda, que é suplente do vereador Henrique, vereadora Fernanda Pereira?

00:01:03 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Presente.

00:01:05 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador Professor Juliano Lopes? ... Eu, a vereadora Loíde Gonçalves, estou presente, então...

00:01:12 Ver.(a) Jorge Santos: Loíde, presente, Jorge Santos, presente.

00:01:15 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador Jorge presente, então, eu vereadora Loíde Gonçalves, também estou presente, então nós temos quorum

regimental para podermos darmos início a nossa reunião.

00:01:26 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ordem dos trabalhos primeiro item um comunicação de aprovação de atas não prevista, item 2 oitiva. Aí nós vamos fazer a inversão da pauta e depois nós voltamos para o item 2, item 3, discussão e votação proposições da comissão item um requerimento de Comissão nº 2.907/23 - realização de Oitiva para "intimar o superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, André Soares Dantas, para, pessoalmente, prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional, bem como, informações relevantes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte por parte das empresas BH Leste Transportes S/A e TransOeste Transportes Urbanos Ltda.," em 16/11/23, às 9h30min, no Plenário Juscelino Kubitschek. Autora: vereadora Loíde Gonçalves.

00:02:47 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Em discussão em votação, como vota o vereador Jorge Santos?

00:02:54 Ver.(a) Jorge Santos: De acordo.

00:02:54 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como vota o vereador Sérgio Fernando?

00:02:59 Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação do requerimento.

00:03:01 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como vota o vereador Bráulio Lara?

00:03:04 Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

00:03:05 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como vota, o vereador Wesley Moreira? Como vota a vereadora, Fernanda Pereira Altoé? Como vota o vereador Professor Juliano? Eu a vereadora Loíde Gonçalves também voto de acordo, então fica aprovado o requerimento 2907/2023, turno único.

00:03:25 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Item dois na pauta, requerimento de

Comissão nº 2.908/23 - “Requer seja prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo de duração desta comissão”. Autoria: vereadora Loíde Gonçalves. Em discussão, em votação, como voto o vereador Jorge Santos?

00:03:49 Ver.(a) Jorge Santos: De acordo.

00:03:51 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Com o voto, o vereador Sérgio Fernando?

00:03:54 Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Pela aprovação.

00:03:56 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como vota o vereador Bráulio Lara?

00:03:57 Ver.(a) Bráulio Lara: De acordo.

00:03:58 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como vota o vereador Wesley Moreira? Como o vota, o vereador Henrique Braga? Como vota o vereador, Professor Juliano Lopes? Como vota a vereadora Fernanda Pereira Altoé? Acho que está com problema na conexão. Eu, a vereadora Loíde Gonçalves, também estou de acordo, então fica aprovado o requerimento de comissão 2908/2023, turno único.

00:04:25 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então nós vamos voltar agora para o item dois da pauta, que é oitiva, finalidade, intimado superintendente de mobilidade do município de Belo Horizonte, André Soares Dantas para, pessoalmente, prestar informações pertinentes à substituição da empresa Viação Torres LTDA, pela BH Leste Transporte S.A, no consórcio BH Leste, requerimento de comissão, 2829/2023, vinculado ao requerimento 873/2023, de autoria da vereadora Loíde Gonçalves.

00:05:00 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Acredito que já está presente o superintendente André Dantas e também está presente o Procurador-Geral do município, doutor Hércules Guerra. Sejam muito bem-vindos.

00:05:15 Procurador Hércules Guerra: Boa tarde, vereadora, boa tarde, vereadoras e vereadores.

00:05:22 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Boa tarde, presidente, eu estou presente também, eu sou Procurador do município, Francisco e estou aqui também acompanhando o depoente.

00:05:34 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Está presente também o procurador do município, doutor Francisco. Seja muito bem-vindo.

00:05:41 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Muito obrigado.

00:05:42 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Superintendente, o senhor precisa de prestar agora o compromisso de dizer a verdade, o senhor tem uma cópia aí?

00:05:50 Sr. André Soares Dantas: Sim, senhora.

00:05:52 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se o senhor quiser já prestar, por gentileza, fique à vontade.

00:05:56 Sr. André Soares Dantas: Perfeito. Eu, André Soares Dantas, 51 anos de idade, casado, residente na cidade de Belo Horizonte, profissão, engenheiro civil cuja atividade é desenvolvida no endereço, a rua Goitacazes, 1451, Barro Preto, Belo Horizonte. Prometo dizer a verdade, relatando sempre o que souber, explicando sempre as razões da minha ciência sobre o fato ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar se de sua credibilidade.

00:06:31 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Obrigada. Então nós vamos dar início agora, vereador Bráulio, o senhor quer iniciar?

00:06:37 Ver.(a) Bráulio Lara: Boa tarde, superintendente André Dantas. Boa tarde, advogados, procuradores do município, doutor Hércules Guerra, demais colegas vereadores.

00:06:48 Ver.(a) Bráulio Lara: André, Senhor André, eu vou falar, André mesmo, pode ser?

00:06:55 Sr. André Soares Dantas: Vereador é um prazer falar com você.

00:06:57 Ver.(a) Bráulio Lara: No mês de agosto nós tivemos, pela pelas informações que nos foram passadas, uma fiscalização grande de veículos, foram, três mil veículos foram fiscalizados num período de praticamente dez dias e foram emitidas duas mil, cento e quatro autuações.

00:07:17 Ver.(a) Bráulio Lara: Gostaria de saber, quantos veículos foram

fiscalizados no mês de outubro pelos agentes públicos e quantas autuações foram lavradas como foi encaminhado esse trabalho?

00:07:33 Sr. André Soares Dantas: Bom vereador, você começou com uma pergunta, assim, que a minha memória não vai me permitir nesse momento, se o senhor quiser, eu posso responder por escrito pro senhor com maior prazer, mas assim ...

00:07:43 Ver.(a) Bráulio Lara: Bem, vamos ampliar então, um pouquinho e vamos falar de uma forma mais macro, porque se não você vai ficar preocupado em cravar o número e se você não tiver com o relatório realmente aí na mão, talvez você tenha dificuldades, mas vamos lá, trabalhos de fiscalização do mês é corrente?

00:08:02 Sr. André Soares Dantas: Vereador, assim, eu posso puxar até no site aqui, tem o relatório do decêndio, mas assim, de maneira geral, nós temos intensificado as fiscalizações, e por orientação nossa, para que nós tenhamos cada vez mais o controle da situação e obviamente que é muito variável, vereador, porque nós alocamos a equipe disponível e às vezes essa equipe, ela tem variações em termos de número, porque tem férias, tem é distribuição, tem às vezes as atividades são diferentes.

00:08:42 Sr. André Soares Dantas: Então assim, não é algo constante que a gente consegue manter, por exemplo, três mil fiscalizações em um período de 10 (dez) dias.

00:08:56 Ver.(a) Bráulio Lara: Essa intensidade de 10 dias, esses três mil em 10 dias, de fato, foi uma força tarefa, certo? O que a gente quer entender é justamente nesse sentido, como que se deu a continuidade, porque um dos grandes problemas é a questão da frota. Muitos veículos que não estão em condição e a gente veem aí notícias da imprensa, veículo que estraga na rua e isso é um ponto muito importante dentro dessa perspectiva da mobilidade nesse sentido que eu gostaria que o senhor passasse mais essa informação.

00:09:28 Sr. André Soares Dantas: Perfeito, então é um dos fatores muito importantes vereador, é a contribuição que nós temos recebendo, temos recebido dos nossos usuários, quando começa a se falar muito, chama a atenção, quando

acontece um evento, às vezes queima o ônibus lá do serviço metropolitano, aí chegam reclamações para gente do serviço metropolitano e aí nós aproveitamos para verificar e para constatar que aquilo não era relacionado ao nosso serviço.

00:10:07 Sr. André Soares Dantas: Então é muito direcionado por essa contribuição, obviamente que a nossa equipe tem uma escala, de atuação, por exemplo, nós fizemos uma grande operação na estação de São Gabriel no mês de setembro. Porque nós queríamos constatar as razões dos atrasos lá, e nós constatamos que uma grande parte era devido às obras que estão acontecendo naquela região e também as condições de tráfego no anel rodoviário.

00:10:43 Sr. André Soares Dantas: Então assim, é muito variável e a equipe da diretoria de operações, em coordenação com a equipe da BHtrans, aloca o recurso necessário.

00:11:01 Ver.(a) Bráulio Lara: André, nos depoimentos que foram colhidos aqui na CPI, diversos empresários falaram, confirmaram, inclusive sob o Juramento que eles estão usando o valor do subsídio para a renovação de frota.

00:11:14 Ver.(a) Bráulio Lara: Visto isso, eu queria te fazer a seguinte pergunta, o valor de subsídio ele foi calculado levando em conta aquisição de novos veículos?

00:11:26 Sr. André Soares Dantas: Sim, vereador, na planilha que nós montamos, de custos são vários elementos que são considerados, entre eles, a aquisição, a remuneração, a depreciação dos veículos e, nessa planilha lá consta a inclusão dos veículos, se não me engano, no valor é 240 veículos a mais novos entrando no sistema neste ano, certo?

00:11:55 Sr. André Soares Dantas: Então assim, mas esse dinheiro da remuneração complementar, é muito importante, dar um passo atrás e entender, nós calculamos os custos de operar o sistema, como é que os consórcios vão alocar os recursos para a provisão desses serviços, nós fizemos uma estimativa e, posteriormente, como diz a lei, no artigo segundo da Lei 11.458.

00:12:23 Sr. André Soares Dantas: Nós verificaremos ao final do exercício,

se aquilo que nós fizemos as previsões foram executadas, e se foram, tudo bem, se não foram, elas vão ter que ser consideradas para o próximo exercício. É assim que fala a lei, é assim que nós cumpriremos.

00:12:47 Ver.(a) Bráulio Lara: Então o dinheiro não foi de fato para aquisição da frota, ele remunera depreciação dos ativos dos consórcios, é isso?

00:12:55 Sr. André Soares Dantas: Não, ele é um conjunto vereador, nós consideramos o valor de aquisição dos veículos que tem que entrar no sistema, nós consideramos que há veículos em processo de depreciação, há veículos operando que têm que ser remunerados pelo valor do bem empenhado.

00:13:18 Sr. André Soares Dantas: É tudo na planilha, lá é explicado nas informações técnicas que é estão disponibilizadas no nosso portal.

00:13:28 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, André, a pergunta, ela justamente tem como propósito aclarar essa questão dos 240 veículos novos, porque a gente quer entender se o subsídio condiciona aquisição de 240 veículos ou se de fato as empresas estão fazendo uso desse fluxo de caixa para fazer aquisição, mas na perspectiva de depreciação desses equipamentos que eles já deveriam estar atualizando há mais tempo.

00:13:53 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas a gente sabe aí de toda essa trilha, da questão da mobilidade em BH, então fica a dúvida ao declarar aqui nesta CPI que usa o subsídio para adquirir novos ônibus, a pergunta é se, de fato, aquisição de ônibus novos, tá dentro do subsídio? Essa é a pergunta.

00:14:13 Sr. André Soares Dantas: Bom, de forma direta, vereador, sim. A aquisição de veículos está incluída no pacote dos 512 milhões, certo? É um conjunto de intervenções que são necessárias.

00:14:29 Sr. André Soares Dantas: Agora, o valor de 240 veículos foi chegando em função de uma definição de aumento da quilometragem em 10% (dez por cento) ... Aumento do número de viagens em 10% definido na lei. Então, para viabilizar número de viagens, há um aumento de é veículos, e aí, há necessidade de incluir mais frota e essa frota foi calculada e planilhada.

00:15:04 Sr. André Soares Dantas: E se o senhor abrir lá, eu tenho o prazer até de mostrar aonde é que isso acontece na nossa planilha, se preciso for, e tudo isso é conjunto, e é necessário para prover os serviços neste ano 2023 e atender os requisitos legais.

00:15:26 Ver.(a) Bráulio Lara: Ok, bem, eu vou te fazer agora uma outra pergunta, a respeito da lei orçamentária anual que foi enviada aqui para a Câmara e que traz nela um aumento de tarifa, mas só que quando a gente pega e dá uma olhada no quadro, aí eu vou citar aqui especificamente, até porque a imprensa está aqui também e pode ter, dúvidas.

00:15:48 Ver.(a) Bráulio Lara: O quadro... É o quadro número 14, é apresentado na lei orçamentária, na LOA e nesse quadro traz os valores para as tarifas públicas de referência, então tem uma coluna para a tarifa de R$ 4,50, que é a tarifa vigente e tem uma coluna por uma tarifa de R$5,00 (cinco reais).

00:16:14 Ver.(a) Bráulio Lara: Nessa tarifa de R$ 4,50, nós temos aqui uma projeção de R$851 milhões de reais e é aproximadamente, R$851.500.370,59 (oitocentos e cinquenta e um milhões, quinhentos mil, trezentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos) e um custo de referência de um bilhão, seiscentos e dez milhões duzentos e noventa e seis mil e quarenta e três centavos, e aí que é o ponto específico para uma projeção quilométrica de 154.961.683 km rodados, e aí a planilha faz um cálculo de custo total por quilômetro de 10 reais e 39 e fala que o valor de remuneração complementar por quilômetro é R$4,90.

00:16:58 Ver.(a) Bráulio Lara: O que nós não entendemos é que a projeção de aumento de tarifa para 5 reais mantém o mesmo patamar de projeção quilométrica. Ou seja, a gente não tem mudança da projeção quilométrica, então a gente entende que não há um crescimento da rede.

00:17:16 Ver.(a) Bráulio Lara: Houve uma pequena variação nos cursos de referência que a gente não entendeu, inclusive se era uma projeção qualquer de inflação, mas a gente achou que não faria sentido da forma que está e essa é a dúvida.

00:17:31 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas a receita tarifária ao sair de R$4,50 para

R$5,00 reais, ela subiu para 944.000.000,00 de reais. Porém, o valor da remuneração complementar por quilômetro, na verdade, teve um decréscimo que não é proporcional ao todo, teria como o senhor explicar para gente como é que vocês projetaram e se de fato a projeção é pra aumentar a tarifa para R$5,00 reais?

00:17:57 Ver.(a) Bráulio Lara: Sua voz não tá saindo, André.

00:17:59 Sr. André Soares Dantas: Perdão, aqui no microfone, vamos lá, conforme determina a Lei 11458, nós submetemos dentro da LOA esses quadros, quatorze e quinze nesses valores que o senhor referenciou, são relacionados ao sistema convencional, há também um outro quadro, que é o 15, que se refere ao sistema suplementar.

00:18:26 Sr. André Soares Dantas: Esses cálculos, são cálculos preliminares e apresentam 2 cenários aí, onde há uma perspectiva de uma tarifa de 5 BRL, em contraposição a outra, de R$4,50 BRL, o aumento que ... Quero destacar que existe uma informação técnica que eu posso encaminhar para o senhor, que descreve todos esses cálculos com um aumento de quilometragem da ordem de 5% no sistema convencional.

00:19:00 Sr. André Soares Dantas: Há aumento de custos previstos, por exemplo, como o aumento do valor da mão de obra, de forma definida contratualmente em cada ordem. Se não me engano, da ordem de 8% de IPCA acumulado e há uma série de alterações e quanto maior a receita que é o caso do cenário, com 5 BRL, nós temos uma maior incidência de tributos, entre eles, um que nos incomoda muito, e o senhor sabe disso.

00:19:35 Sr. André Soares Dantas: É o do ISSQN, que é um tributo que é muito engraçado, porque nós cobramos e depois devolvemos via subsídio, por isso que aumenta essas variações ainda. Mas de forma sintética, eu queria só dizer que existe um método de cálculo que é totalmente transparente, que nós seguimos e que nós vamos refinar nos próximos meses, porque nós estamos no processo de coletar as evidências mais uma vez e eu quero dizer o seguinte, não significa que nenhum...

00:20:12 Sr. André Soares Dantas: Não há uma definição, não há qualquer decisão em relação ao valor da tarifa, neste momento, compete ao senhor prefeito

definir isso no momento que em couber, compete a nós a SUMOB submeter essa informação para avaliar dentro da LOA.

00:20:37 Ver.(a) Bráulio Lara: André, então, só para confirmar esse acréscimo de 5 milhões de reais no custo de referência, considerando o mesmo valor de projeção quilométrica, se dá, então, a questão tributária?

00:20:51 Sr. André Soares Dantas: Tributário, Vereador.

00:20:52 Ver.(a) Bráulio Lara: Então vocês estão aplicando o tributo no custo, e não descontando na receita, é isso?

00:20:58 Sr. André Soares Dantas: Nós temos que toda receita, ela é tributada, né?

00:21:04 Ver.(a) Bráulio Lara: Não, eu sei, porque a questão é, o tributo sobre o valor da receita, então ele está indo no faturamento.

00:21:10 Sr. André Soares Dantas: E aí vira custo.

00:21:11 Ver.(a) Bráulio Lara: Ele vira custo, então por isso a variação de 5 milhões, é isso?

00:21:16 Sr. André Soares Dantas: Sim.

00:21:16 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, tá, vou passar para a vereadora Loíde Gonçalves.

00:21:21 Sr. André Soares Dantas: Obrigado, vereador.

00:21:25 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Boa tarde, superintendente, a primeira pergunta é a seguinte, a BH Leste obteve anuência para funcionar? A empresa BH Leste Transporte.

00:21:40 Sr. André Soares Dantas: Nós comunicamos ao SETRA, para que comunicasse ao consórcio BHLeste, no dia 10 de outubro, que aconteceu mediante todo o processo administrativo, nossa equipe avaliou e chegamos à conclusão pela anuência.

00:22:02 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor André, eu gostaria de entender esse processo desde o começo, se o senhor pudesse explicar pra gente. O pedido do SETRA ... Eu vou fazer uma breve introdução aqui, de um textinho que a gente fez.

00:22:14 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O pedido do SETRA para a substituição das empresas, ele foi apresentado em 23/12/2022, em 03/03/2023 o requerimento de comissão 377/2023, de autoria da vereadora da Fernanda Altoé, pediu documentação da saúde da empresa.

00:22:30 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Segundo as informações que nós temos, a primeira manifestação da SUMOB, acusando o recebimento do pedido do SETRA e requerendo a documentação, foi em 13/03/2023. Por que a SUMOB, demorou tanto para pedir a documentação da empresa substituta? Se o senhor puder, não é nos explicar, aí é toda essa linha do tempo que a gente lançou aqui agora.

00:22:54 Sr. André Soares Dantas: Tá bom, perfeitamente, então, tivemos aí uma comunicação do SETRA que falava da substituição da Viação Torres lá em fevereiro, nós replicamos, dizendo que nós não tínhamos informações suficientes para dar uma anuência, segundo os parâmetros definidos na cláusula contratual 28.5. Então, essa cláusula define critérios relativos à capacidade jurídica, técnica, econômica, financeira e contábil.

00:23:48 Sr. André Soares Dantas: Em particular, vereadora, nos chamou a atenção a que a empresa BH Leste SA., ela tinha um capital social muito baixo, ela tinha uma composição societária, que não parecia de forma transparente, nós não tínhamos conhecimento das origens, então se seguiu um processo, de forma muito sintética, eu vou colocar para a senhora aqui de idas e vindas de documentação solicitadas pela SUMOB, para que nós tivéssemos o devido processo administrativo.

00:24:38 Sr. André Soares Dantas: Em que nós pudéssemos fazer a avaliação da forma mais completa possível, e nesse processo, felizmente, eu devo dizer que, em função da CPI, houve um posicionamento da empresa BH Leste de contribuir com informações que até então, não tinham sido passadas para a SUMOB.

00:25:10 Sr. André Soares Dantas: E no dia 8 de agosto de é 2023, a

empresa comunicou tanto ACPI como a SUMOB em ato contido que quem era o dono e que o dono tinha integralizado recursos da ordem de 3 (três) milhões, e isso mudou completamente a nossa análise, porque nos permitiu avaliar com elementos tangíveis que a empresa tinha uma capacidade de operar financeiramente contábil, que era um ponto fundamental.

00:25:49 Sr. André Soares Dantas: E que, por consequência, atenderia os requisitos do edital, então demorou, porque também, vereadora, finalizando, nós passamos por um processo, como a senhora sabe, de transição da BHtrans.

00:26:09 Sr. André Soares Dantas: Até primeiro de julho de 2023, a SUMOB, tinha um papel, ela tem outro agora, e isso, a BHtrans colabora, nós temos todo esse processo do subsídio da Lei 11.458. Tudo isso contribuiu para que nós tivéssemos que gastar mais tempo nessa atividade paralela, já que são tantas outras.

00:26:33 Sr. André Soares Dantas: Mas eu acredito que ao final desse processo, todos os elementos foram levantados e é uma segurança de que a empresa está fazendo investimento, 55 veículos entrando no serviço, melhorias em andamento, a gente percebe toda semana, chega um pedido de inclusão de veículos novos, então há uma tendência de melhoria muito melhor do que estivéssemos uma empresa que estava desinteressada e se dizia incapaz de operar o serviço como elas ou ... a Viação Torres.

00:27:11 Ver.(a) Loíde Gonçalves: André, então a empresa BHLeste Transportes, ela começou a operar em primeiro de janeiro de 2023, mesmo sem anuência. Mas desde quando que a SUMOB sabe dessa operação?

00:27:27 Sr. André Soares Dantas: Nós tomamos conhecimento, vereadora, nesse ofício primeiro aí do SETRA em fevereiro.

00:27:36 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O ofício foi em fevereiro de 2023?

00:27:40 Sr. André Soares Dantas: Foi ofício dejour 070 de 03 de fevereiro.

00:27:47 Ver.(a) Loíde Gonçalves: 3 de fevereiro, foram concedidas autorizações de tráfego em nome da BH Leste desde janeiro de 2023, a SUMOB

sabia disso, porque como que o senhor, a gente quer entender, se a SUMOB tinha conhecimento que é a BH Leste tinha essa autorização de tráfego?

00:28:10 Sr. André Soares Dantas: Não, no nosso sistema de controle, vereadora, todos os registros se referem a Viação Torres até o dia 10 de outubro, tá. Não tem essa determinação associada à BH Leste só a partir desta data.

00:28:28 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A Viação Torres, então que estava operando? que tinha essa autorização de tráfego?

00:28:34 Sr. André Soares Dantas: Para nós, os veículos que eles ... Para nós os veículos estavam registrados em nome da Viação Torres, no nosso sistema o controle tem sido feito com base no registro da Viação Torres.

00:28:58 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O ofício SUMOB/SETRABH nº 169/2023 datado de 09/05/2023, informou que, em consulta à contadoria do Município, entendeu que a documentação trazida pela empresa, incluída a complementação requerida, não foram suficientes para atestar a qualificação econômico-financeira da empresa BHLeste. O

00:29:19 Ver.(a) Loíde Gonçalves: ofício solicitou que a BH Leste adequasse seu capital social às atividades a serem exercidas, apresentasse o registro da ata perante a junta comercial de Minas Gerais que demonstrasse a forma de capitalização, apresentasse o balancete mensal contendo o referido valor de capital integralizado e demonstrasse a capacidade da operação do objeto previsto no edital de concorrência Pública 131/2008.

00:29:50 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Esses requisitos, eles foram cumpridos?

00:29:57 Sr. André Soares Dantas: Agora, no final eles foram cumpridos, vereadora, à época, não.

00:30:02 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A época não, eles foram cumpridos, então, nesse período de janeiro a agora outubro?

00:30:09 Sr. André Soares Dantas: Exatamente vendedora, agora só com a completude do material que foi indicado é que foi submetido para nossa avaliação, é

que nós conseguimos ter o completo entendimento da situação e a verificação do atendimento dos itens contratuais.

00:30:34 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, quando essa empresa BH Leste Transporte, começou a operar, então, no início, quando ela entrou, começou a fazer parte do consórcio, ela não havia cumprido nenhum desses requisitos aqui, que era adequação do capital, apresentação do registro da ata, apresentação do balancete e demonstrasse a capacidade de operação.

00:30:55 Sr. André Soares Dantas: Sim.

00:30:56 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu gostaria só de passar um vídeo, um vídeo, por gentileza. O secretário superintendente, o vídeo não está passando, mas é porque fica essa dúvida aí, quanto a esta CPI ... Ah, vai dar certo só um momento. [... passando vídeo...]

00:33:18 Ver.(a) Loíde Gonçalves: André, então, essa dúvida que fica, a gente sabe que o capital, como diz o senhor Nilo, ele não é a única coisa, mas e os outros requisitos, eles também, pelo que o senhor nos afirmou, eles não foram cumpridos. É isso mesmo?

00:33:35 Sr. André Soares Dantas: Àquela altura, não vereadora, mas como eu disse anteriormente, houve alteração do capital social, houve a integração de um dinheiro, vamos chamar assim, bem diretamente, na ordem de 3 milhões de reais, que opera a composição completa da situação.

00:33:59 Sr. André Soares Dantas: Então, felizmente, eu acho que depois desse depoimento aí, em todos os outros que seguiram, houve uma conscientização que era necessário ser mais transparente, e essa transparência culminou na produção de documentação e nos permitiu avaliar de uma forma mais ampla e mais correta.

00:34:24 Sr. André Soares Dantas: Nós tivemos os elementos que estão registrados no processo, que nos dão a tranquilidade de que a empresa vai assumir os serviços, a empresa vai atuar dentro da legalidade e a empresa vai buscar melhorar o serviço.

00:34:42 Sr. André Soares Dantas: Então, nós temos essa expectativa, nós trabalhamos fiscalizando intensamente, como vereador, Bráulio mostrou aí no início das perguntas dele, interesse pela fiscalização e acredito que nós estamos andando na direção certa.

00:35:02 Ver.(a) Bráulio Lara: André, se me permite, porque você sabe, obviamente, que a gente está questionando, é o como foi feito esse processo todo. A Viação Torres, em tese, saiu do sistema no final do ano e a BH Leste S.A entrou no sistema no início do ano.

00:35:21 Ver.(a) Bráulio Lara: A BH Leste S.A, recebeu subsídio a BH Leste S.A rodou com frota da Viação Torres, com aquela autorização de tráfego em nome da Torres e todas essas questões, elas na hora que a gente aprofunda nos documentos pairam as dúvidas, sobre por que de fato, lá então ela era inviável ao sistema e foi negado pelo SUMOB.

00:35:46 Ver.(a) Bráulio Lara: E agora a SUMOB pega e troca de posição, quer dizer que lá atrás, então o fato é, ela não tinha capacidade, ela passou a ter capacidade agora, então em outubro.

00:35:58 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque as análises tinham que ter sido feitas, antecipadamente ao ato dela pegar e entrar no sistema, e não a gente ir adaptando o sistema à medida que foi passando o tempo. Qual que é, de fato, a análise, uma vez que, pela documentação que foi apresentada, ao início do ano, mostrava que era uma empresa que não tinha capacidade, era uma empresa que foi ali montada para é fazer uma transição à revelia das regras que são estabelecidas por uma empresa, substituir a outra dentro de um consórcio. Qual é a interpretação do senhor?

00:36:36 Sr. André Soares Dantas: Vereador, eu quero dizer que o senhor não está errado, tá? É, eu acho que nós precisamos definir bem, como o senhor disse clarificar, vamos separar em 2 coisas.

00:36:50 Sr. André Soares Dantas: O processo de anuência e a operação sem a devida legalidade, então, à época que os documentos foram submetidos não se conseguia vislumbrar, uma operação, uma qualificação comprovada.

00:37:11 Sr. André Soares Dantas: E isso mudou... Os critérios não mudaram, o que mudou foi o conjunto de documentação que foi apresentado para que nós analisássemos o todo.

00:37:26 Sr. André Soares Dantas: O senhor, nesse depoimento aí, que o senhor questiona o senhor Nilo, tomou conhecimento de vários fatos que ajudam a entender esse processo todo, que não, nem me compete julgar.

00:37:43 Sr. André Soares Dantas: Então assim, os critérios não mudaram, o item 28.5 do contrato, ele não mudou, a interpretação desses itens, não mudou, o que mudou foi que uma documentação inicial falava de forma muito abstrata e a documentação final tornava tangível a integração de dinheiro, que é suficiente para atender os requisitos do contrato e a demonstração que tem um dono, a demonstração que é tem uma responsável técnica, tem todo o conjunto, de informações que nos permitiram tomar decisão.

00:38:29 Sr. André Soares Dantas: Agora, eu queria falar para o senhor, que em momento algum esse fato de que eles operaram sem a nossa anuência. Isso não quer dizer que nós não estamos fazendo um processo administrativo para verificar as devidas punições necessárias. Certo?

00:38:53 Ver.(a) Bráulio Lara: Então vocês reconhecem que o processo foi feito de forma incorreta?

00:38:58 Sr. André Soares Dantas: Eu reconheço, vereador que eles ... A anuência, não foi feita do ... Eles iniciaram uma operação sem a nossa autorização,

00:39:06 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas, eles receberam o dinheiro público, André, esse é o ponto principal. E eles foram lá e fizeram uma operação dentro da cidade.

00:39:15 Sr. André Soares Dantas: Não, vereador, quem está na nossa relação contratual, e o senhor sabe disso, a nossa relação contratual é com o consórcio.

00:39:27 Sr. André Soares Dantas: O consórcio é responsável pela

prestação do serviço, certo.? Então nós em momento algum, falamos ó "10 reais para a empresa x", nós direcionamos o recurso via Transfácil para os consórcios.

00:39:45 Sr. André Soares Dantas: Tanto é que, se o senhor me mandar um pedido de informação e nós recebemos vários pedidos de informação, nós não temos condição de afirmar categoricamente, se esse recurso é da empresa ABCDZ, certo, nós transferimos o dinheiro para o consórcio e este consórcio foi notificado e esse consórcio receberá as devidas medidas punitivas, se assim o processo administrativo que eu determinei que seja instaurado ...

00:40:23 Ver.(a) Bráulio Lara: A SUMOB já iniciou esse processo administrativo?

00:40:28 Sr. André Soares Dantas: Eu determinei que ele seja iniciado.

00:40:30 Ver.(a) Bráulio Lara: Já existe a qualificação dos quesitos que foram descumpridos?

00:40:36 Sr. André Soares Dantas: Simplesmente isso, não é? É simplesmente o fato de que um item 28.5 do contrato, foi realizado à nossa revelia. Esse é o ponto fundamental.

00:40:47 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, então o seguinte, porque isso pra gente é um ponto muito importante, André, nós precisamos que seja apresentado a essa CPI os encaminhamentos da SUMOB com relação a todas as irregularidades dessa é transferência da operação que foi executada dentro do nosso município, então, a gente tem que fazer esse pedido de informação.

00:41:09 Ver.(a) Bráulio Lara: Veja, André, dentro dessa questão, da capacidade técnica de operar, o senhor mesmo, declarou, junto com 5 diretores da superintendência, que o garantidor do capital social da empresa BH Leste transporte S.A, é empresário do setor de transporte metropolitano de Minas Gerais, possuindo expertise profissional para atuação em favor do sistema de transporte público do município.

00:41:35 Ver.(a) Bráulio Lara: No depoimento, o senhor Nilo Simão Júnior

foi enfático ao afirmar para essa CPI, que ele é apenas um mero acionista e não exerce controle sobre as atividades de operações diárias da empresa. O senhor entende que um acionista garante capacidade técnica a empresa em que ações?

00:41:54 Ver.(a) Bráulio Lara: O senhor entende que esse expertise de um acionista é vinculado a outras frentes de investimento, por exemplo, se ele tiver lá vinculado ao investimento da Petrobras, vai indicar que ele tem know-how para operar o segmento de petróleo e gás, pode justificar dessa forma, então, uma capacidade técnica dentro de um edital de concorrência?

00:42:18 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque a BH Leste SA, quem, que ela, de fato, trazia capacidade técnica para operar o transporte coletivo de Belo Horizonte?

00:42:30 Sr. André Soares Dantas: Bom, Vereador, é um conjunto, quando se fala de capacidade técnica, é um conjunto que compreende a capacidade comercial, a capacidade negocial, a capacidade logística.

00:42:46 Sr. André Soares Dantas: A senhora Ester, depois a esta CPI demonstrou todo o conjunto de conhecimento que ela tem na bagagem, mais de 20 anos de trabalho e o que aconteceu é que houve uma sucessão da Torres para BH Leste, ao assumir os ativos completamente, ao assumir a frota, assumir pessoal a equipe, todo conjunto da obra que nos aponta para uma capacidade operacional que se qualifica como técnica.

00:43:25 Sr. André Soares Dantas: Então é assim, não é uma coisa que é preto, branco, é um conjunto, uma análise que o gestor tem que fazer essas ponderações para chegar à conclusão, certo? Então assim ...

00:43:44 Ver.(a) Bráulio Lara: André, mas só que é o seguinte, são questões fáticas, são questões pontuais que a gente precisa de se remeter, tratando-se, obviamente, da coisa pública, um acionista, ele vai garantir capacidade técnica à empresa porque ele tem ações da empresa?

00:44:03 Ver.(a) Bráulio Lara: O senhor entende que a gente teve uma chancela pública, já tardia, justamente porque o acionista tinha um vínculo, na verdade, que não era o vínculo da operação em si da empresa. E outra coisa, o fato

de alguma empresa ou mero preposto do pai nos negócios familiares, seria o ato para subsidiar a capacidade técnica da BH Leste? Não é um contrassenso? Qualquer um pode entrar no sistema de ônibus de Belo Horizonte dessa forma?

00:44:37 Sr. André Soares Dantas: A capacidade operacional daquela empresa que foi adquirida, que já existia, já funcionava, já tinha um nome, já tinha uma história que foi adquirida, o acionista dá um direcionamento diverso daquele que anterior, práticas de gestão que o senhor conhece muito bem, o senhor está correto, não é pelo facto de que sicrano é acionista de uma empresa que o qualifica tecnicamente.

00:45:15 Sr. André Soares Dantas: Mas juntando esse fato, mais o fato de que adquiriu toda a expertise, todo o know-how adicionou profissionais, para complementar, é o que nos dá uma tendência de uma confiança pela a qualificação técnica.

00:45:35 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, mas então, assim, de forma objetiva, quais foram os documentos que atestaram essa expertise da BH Leste?

00:45:44 Sr. André Soares Dantas: Os documentos que comprovam que os ativos foram transferidos, que as condições operacionais foram mantidas, a documentação toda que foi juntada que faz a descrição do que é que vai fazer o negócio, tudo isso é que compõe, o processo, fala como um todo e nós analisamos o processo ao longo dele, fomos aprendendo e fomos destrinchando, é isso.

00:46:15 Ver.(a) Loíde Gonçalves: André, então, é uma sucessão nesse caso, porque nós recebemos, tanto o senhor Nilo quanto a senhora Ester, eles falaram que eles não assumiram a dívida, que eles não assumiram nada.

00:46:31 Sr. André Soares Dantas: Assim, parece, que o termo sucessão, ele denota essa implicação de absorver os passivos, se eu usei o termo de sucessão incorretamente, mas houve uma compra daquilo que estava lá, certo? Ou seja, eles não pegaram e falaram assim, "agora sai todo o mundo, sai os veículos, sai a garagem, não é mais essa garagem, não é mais esse veículo, não é mais esse motorista, não". Todo mundo que tá indo ainda vai continuar, tá bom? Tudo bem, então vamos embora, é isso que aconteceu, certo.

00:47:07 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas se não, se não é sucessão, pode falar em experiência? Porque assim a gente fica sem entender, que o senhor Nilo e a senhora Ester, falaram que não foi sucessão. A senhora Ester falou que ela ..., tem até um vídeo que fala que ela começou a operar em janeiro de 2023. Então, assim, o edital prevê que a pessoa teria que ter esta experiência.

00:47:31 Sr. André Soares Dantas: Sim, mas primeiro, bem, é o que eu estou falando, houve uma compra da operação que estava lá. Podia até botar na placa lá na porta, "Sob nova gerência". É isso.

00:47:45 Sr. André Soares Dantas: Agora se eu usei o termo, se o termo é inadequado sucessão, mas com a continuidade do negócio que trocou de mãos e para nós, com tudo aquilo que está juntado no processo é que nos dá garantia de que existe a construção, física, financeira, contato fiscal, jurídico técnico, conjunto da obra.

00:48:12 Ver.(a) Bráulio Lara: André, olha só como é que a coisa é engraçada, no documento, que é o senhor assinou com mais 5 diretores, foi entendido que a saúde financeira da empresa, foi demonstrada nos documentos de folhas 126 a 129 e que foram anexados.

00:48:31 Ver.(a) Bráulio Lara: Esses documentos está aqui, ó, JCM consultores, os documentos aqui falam o seguinte: "Que a foi atestada a capacidade financeira com base no Balanço de demonstrações contábeis de 31/12/2022".

00:48:48 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, tipo assim, você está fazendo um relatório que pega a última demonstração contábil do ano anterior, 2022. Só que em 2022 a empresa nem sequer estava de fato em operação, ou seja, ela só foi ser aberta mesmo em 2023.

00:49:07 Ver.(a) Bráulio Lara: E o mais interessante dessa história toda, é o seguinte, que a página 149, onde tem a ata de assembleia geral extraordinária da BH Leste transportes, essa data, que dia 23/06/2023, que é onde tem aqui, estou localizando aqui a integralização do capital social da companhia no valor de R$3.000.000,00 de reais, ou seja, apenas em 23/06/2023 que foi integralizado o capital e foi aprovado a alteração do estatuto do ...

00:49:41 Ver.(a) Bráulio Lara: Ou seja, foi aprovada a alteração do estatuto e o aumento de capital social, então como que um parecer que é dado, baseia-se numa demonstração contábil de 2022 para uma empresa que integralizou o capital em junho de 2023 por um ato que aconteceu no início do ano de fato e só agora em outubro que vocês estão dando anuência.

00:50:07 Ver.(a) Bráulio Lara: É uma coisa inexplicável, e é isso que a gente está te questionando, por que esses documentos? Como você vai testar a capacidade financeira de uma empresa que se quer existir em 2022, se balizando em balanços contábeis de 2022, não é um contrassenso total essa documentação que foi apresentada?

00:50:25 Sr. André Soares Dantas: O vereador, é exatamente esse questionamento que nós apresentamos para eles e que foi complementado depois, com os balanços subsequentes, o que exigiram deles essa integralização dos R$3.000.0000,00 e as debêntures estavam lá emitidos, mas não integralizados.

00:50:46 Sr. André Soares Dantas: Então esta mudança, vereador, é que gera uma alteração na nossa interpretação, assim, houve uma evolução que nos permitiu comprovar que existia uma estrutura mínima financeira, contábil, que nós vamos continuar fiscalizando e que nós tenhamos obrigação de verificar se o serviço, vai ser prestado.

00:51:09 Sr. André Soares Dantas: Agora, o senhor está certo, por que não fez isso logo do começo? O senhor está certo em questionar ...

00:51:18 Ver.(a) Bráulio Lara: A pergunta é mais, isso já deveria estar concluso para que a empresa entrasse em operação, isso não é uma questão, e até uma pergunta, senhor André Dantas, dessa forma, qualquer cidadão de Belo Horizonte, então, que resolver montar uma empresa de viação vai poder entrar no sistema? Porque pelo o que a gente está percebendo, há uma flexibilização.

00:51:38 Sr. André Soares Dantas: Obviamente que não.

00:51:39 Ver.(a) Bráulio Lara: Pois é, eu sei que você riu aí, mas é de chorar, porque é exatamente, a gente até já discutiu isso em algumas reuniões, não é? Hoje

a gente tem um monopólio, um oligopólio dentro de Belo Horizonte, é baseado numa licitação que foi feita lá atrás, em 2008, que nós, na CPI da caixa preta da BHtrans, já mostramos que foi uma formação de cartel.

00:52:01 Ver.(a) Bráulio Lara: Vivemos isso até hoje, mas o cartel na hora que eles mesmos, têm uma empresa saindo, eles mesmo dão um jeito de criar uma outra forma para entrar uma outra empresa, em que as regras não são relevantes, porque as regras a gente ajusta depois. Isso é um absurdo.

00:52:22 Sr. André Soares Dantas: Bom, como o senhor sabe nós, neste um ano e 6 meses, de trabalho contínuo na SUMOB, nós estamos trabalhando para modernizar o contrato e, com a ajuda da Câmara, nós fizemos um avanço significativo, não posso deixar de expressar a qualidade do trabalho e o avanço que nós tivemos. Então, o contrato, tem que ser modernizado, nós estamos trabalhando, demos um passo significativo na remuneração.

00:52:57 Sr. André Soares Dantas: As questões são relacionadas ao oligopólio, o cartel, eu acho não compete a mim, fazer julgamento ou avaliação, nesse momento é porque estão judicializadas, mas segue o compromisso nosso aqui de atuar de formas correta, eu acho que já efetivamos isso com ações que nós estamos trabalhando, e vamos continuar nesse sentido.

00:53:29 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor André, eu vou voltar aqui, sobre aquela questão dos requisitos, que não foram cumpridos, tá. Em 12/06/2023 a SUMOB reitera que seja respondido, sob pena de indeferimento, em 20/06/2023, há uma reunião, com o senhor Nilo, que disse que nunca foi representante da empresa para tratar desta questão.

00:53:55 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O que foi discutido nesta reunião? E por que o senhor Nilo foi quem que compareceu e não a senhora Ester, que é a representante da empresa?

00:54:11 Sr. André Soares Dantas: Vamos lá, o objetivo dessa reunião é que a gente precisava resolver o problema e ficava trocando ofício para lá, ofício para cá, então eu convoquei uma reunião com o SETRA, para que nós entendêssemos uns aos outros que nós estamos tratando de um processo sério, que nós temos cláusulas

contratuais a serem cumpridas.

00:54:40 Sr. André Soares Dantas: E que a documentação, se eles queriam, avançar para a possibilidade da anuência, que eles tinham que apresentar as devidas comprovações. Então assim, os primeiros documentos encaminhados, eles são de uma superficialidade que não nos davam qualquer tipo de garantia, então nós reforçamos para eles nessa reunião. "Ora, eu não sei se você está entendendo, mas o que tem aqui é esse critério, esse critério.

00:55:19 Sr. André Soares Dantas: E quando eu convoquei essa reunião, vereador, veio o advogado da empresa e o senhor Nilo, que eu nunca tinha conhecido e que se apresentaram como representantes da empresa. E eu, por ter, uma relação formal, já com o SETRA, eu vi como convidado do Setra que queria se inteirar.

00:55:46 Sr. André Soares Dantas: Então assim, foi nesse contexto que nós discutimos que havia necessidade de cumprir os requisitos contratuais, só isso.

00:55:59 Ver.(a) Loíde Gonçalves: É comum, André, que a SUMOB, faça reunião com acionistas e não com os dirigentes das empresas? É comum que um acionista vá às reuniões da SUMOB?

00:56:12 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, nós nos reunimos com todo tipo de pessoa.

00:56:17 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas para tratar diretamente sobre essa questão dos ônibus, desse contrato, da anuência da empresa BH Leste transporte, que a gente está falando de um acionista e não do representante da empresa BH Leste, é comum receber os acionistas?

00:56:32 Sr. André Soares Dantas: Sinceramente, vereadora, naquele momento da reunião, simplesmente um é, vamos dizer assim, não tive maldade... É, eu nem sabia que o senhor Nilo era acionista da empresa.

00:56:44 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor não sabia?

00:56:46 Sr. André Soares Dantas: Naquele momento eu não sabia. É, então assim...

00:56:51 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nessa reunião o senhor não convidou o representante da empresa BH Leste, o senhor nem teve assim a intenção de verificar-se quem realmente estava sentado à mesa era o representante da empresa ou era uma reunião que ...

00:57:04 Sr. André Soares Dantas: Lá na hora, as pessoas se apresentaram, esse é o Nilo Júnior, que representa a empresa BH Leste, ou se o senhor acho que é Rômulo, que representa a questão jurídica da empresa, e senhor Raul Lycurgo Leite que é o presidente do Setra nos apresentou.

00:57:23 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas assim, senhor André, pensa bem, o senhor estaria fazendo essa reunião para tratar sobre alguns assuntos, sobre a questão do indeferimento do deferimento da anuência. Então o senhor sabia, não sei, o senhor sabia quem é o representante da empresa BH Leste neste dia? Nessa reunião, o senhor tinha conhecimento de quem representava a empresa BH Leste?

00:57:46 Sr. André Soares Dantas: Não, vereadora, eu cheguei à reunião, as pessoas estavam aqui, já estavam em outro compromisso, vir de outro, eu cheguei, prazer, como é que tá tudo bem? Você é quem? Não sei quem, tudo bem, as pessoas sentaram e começaram a perguntar, nós viemos aqui para entender como é que, como é que é isso, como é que deixa de ser? E nós reforçamos a nossa posição, só isso.

00:58:06 Sr. André Soares Dantas: Então assim, eu acho que é do poder público ouvir a todos, a gente ouve taxista, calceiro, Transportes escolar todo o mundo, a minha sala eu recebo todo o mundo, a senhora já veio aqui, obrigado pela visita.

00:58:29 Sr. André Soares Dantas: Então, eu acho que é muito importante ter esse diálogo com as pessoas de forma republicana, de forma tranquila, transparente, tanto é que nós registramos a reunião na agenda pública, sem qualquer receita, sem qualquer problema com transparência e registamos a ata também.

00:58:54 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, senhor André, o ofício sobre SUMOB-Setra número 581/2023 reconsiderou a decisão que negou a anuência e a concedeu, sob o argumento de que em 11/08/2023, a empresa apresentou petição

de reconsideração, acostando os balancetes contábeis atualizados até julho de 2023, elaborados por Celi Bassi Novaes, o contador debilitado perante OCRC sobre o número 107830, que declarou que a empresa candidata BH Leste Transporte SA, possui ativo financeiro na monta de R$6.816.200,00 reais, acontece que, conforme o depoimento prestado a essa CPI.

00:59:41 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A empresa recebe subsídio desde janeiro de 2023, o que, pelas respostas apresentadas, já passou de R$10.000.000 de reais, sem contar com a receita de tarifa.

00:59:56 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor considera que o aumento do patrimônio de uma empresa, por meio do recebimento de subsídio público, seja suficiente para comprovar o patrimônio mínimo exigido pelo edital?

01:00:15 Sr. André Soares Dantas: Nós precisamos entender uma coisa aqui, o dinheiro da remuneração complementar, repito, ele vai para o consórcio, segundo esse dinheiro da remuneração complementar, ele complementa a remuneração para cobrir os custos.

01:00:34 Sr. André Soares Dantas: É assim, dinheiro, ele vai para pagar o óleo diesel, a mão de obra, assim, não tem nenhuma forma desse dinheiro se transformar em pagamento em ativo, isso é um processo gradual, e principalmente, como nós temos atuado com muita correção e muita determinação em cortar quando as viagens não são realizadas, todos sabem que todo decêndio, nós vamos lá e efetuamos uma série de cortes, e há reclamações diversas, relacionadas a esse corte.

01:01:18 Sr. André Soares Dantas: Reclamações públicas realizadas pelas empresas e é muito improvável, que uma parte considerável desse valor, se transforme em ativo da empresa em tão curto prazo. Um investimento em transporte, ele é de longo prazo, que se consolida com muita graduação. Então assim, nós precisamos separar primeiro, o dinheiro vai para o consórcio, segundo não existe essa retroalimentação argumentada aí.

01:02:01 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor André, o senhor considera que esse aumento de patrimônio, ele possa se dar durante a execução do contrato para cumprir o requisito prévio do edital?

01:02:13 Sr. André Soares Dantas: Perdão, vereadora, eu não entendi a pergunta.

01:02:16 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se o senhor considera que esse aumento de patrimônio, ele pode se dar durante a execução do contrato para cumprir os requisitos do edital?

01:02:24 Sr. André Soares Dantas: A qual aumento de patrimônio que a senhora refere?

01:02:27 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O aumento do patrimônio da empresa BH Leste Transporte.

01:02:31 Sr. André Soares Dantas: O aumento do patrimônio se deveu, inicialmente, à emissão de debêntures e assunção dos ativos e dos passivos como parte do quadro da empresa. Então, isso a empresa não tinha nada, assumiu os passivos, assumiu os ativos e começou a ter uma movimentação do zero. E gradualmente ela vai ter que apresentar o plano de contas dela, ela vai ter que apresentar condições fiscais.

01:03:03 Sr. André Soares Dantas: E dinheiro não aparece se é dinheiro novo, que se configura, então, assim, não é que de um dia para o outro virou a chave lá e começa a receber remuneração complementar e a empresa começa a faturar rios de dinheiro. Então, assim, é um processo gradual, que entra dinheiro novo de investimento e para poder comprar um carro novo, para poder regularizar pagamentos dos funcionários e tudo mais.

01:03:36 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor André, é porque quando nós recebemos a senhora Ester aqui, ela também nos afirmou que ela iniciou sem patrimônio, ela nos afirmou que ela assumiu, iniciou sem patrimônio. Então por isso que a gente está questionando isso daí, que são perguntas que a CPI precisa de entender.

01:03:54 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor André, o mesmo ofício que dá anuência, ele atesta que o garantidor do capital social da empresa BH Leste transporte S.A, é empresário do setor de transporte metropolitano de Minas Gerais,

possuindo expertise profissional para atuação em favor do sistema de transporte público do município.

01:04:13 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso quer dizer que a experiência do senhor Nilo, ela também é garantia de experiência na empresa BH Leste?

01:04:21 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, eu acho que eu já respondi essa pergunta na fala do vereador Bráulio, é um conjunto de fatores, que nos levou à avaliação da qualificação técnica.

01:04:34 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O edital da concessão exige, no item 8.35.1, inciso primeiro, a apresentação de atestado em nome da empresa concorrente ou da empresa componente do consórcio licitante firmado por ente público ou privado que comprove desempenho anterior na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus, pertinente, com o objetivo da licitação com no mínimo 100 veículos em operação por dia.

01:05:05 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A outra previsão para a comprovação de experiência de pessoa física no item 8.3.51, inciso quarto, quando se fala da qualificação do responsável técnico. Todavia, em depoimento a essa CPI, o senhor Nilo disse que não tem nenhuma função executiva na empresa, que é um mero acionista.

01:05:26 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como que a experiência de um mero acionista pode substituir a experiência de uma empresa para fins de cumprimento do edital?

01:05:38 Sr. André Soares Dantas: Perfeito. Eu ratifico aquilo que eu já afirmei anteriormente, a empresa assumiu toda a operação, todo o conjunto de ativos de experiência, o que, se aplica nesse momento de transferência, pertinente a essa anuência, tá?

01:05:59 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O atestado não teria que ser em nome da empresa?

01:06:03 Sr. André Soares Dantas: A anuência ... o atestado, ele se referiu,

vereadora, ao processo, que tinha entrado na licitação. Agora nós temos uma outra situação em que há uma transferência e que nós focamos no item do contrato 28.5, que é da alteração da Constituição das empresas, do consórcio.

01:06:28 Sr. André Soares Dantas: Então assim, nós focamos, se a empresa que estava absorvendo uma à outra tinha condições de o fazer.

01:06:38 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, só um exemplo, se eu quiser, se eu compro ali 50 ônibus e quiser me integrar dentro deste consórcio, eu consigo operar apenas comprovando ali a experiência de outra empresa que eu estou substituindo não necessariamente é a experiência da pessoa ... do representante da empresa, como é que funciona?

01:07:02 Sr. André Soares Dantas: Mediante as regras do contrato, a senhora teria que obter a anuência primeiro, de uma autorização do consórcio, que é o contratante, com a Prefeitura de Belo Horizonte. Tem este primeiro item de controle, e nós verificamos que houve uma concordância do consórcio, posteriormente, obter essa documentação comprobatória da capacidade técnica, financeira, contato jurídica que foi apresentado para nós.

01:07:34 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A empresa BH Leste, o CNPJ da empresa BH Leste comprovou experiência prévia de desempenho anterior de serviços de transporte público, com no mínimo 100 ônibus em operação por dia?

01:07:49 Sr. André Soares Dantas: Acabei de responder essa pergunta para senhora, com entendimento que foi absorção daquilo que já existia.

01:08:02 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor André, o que que foi levado em consideração para que fosse decidido que a empresa BH Leste tem qualificação técnica prevista no item 8.3.5?

01:08:14 Sr. André Soares Dantas: Mais uma vez, como já respondido, todo o conjunto de evidências, documentos, testemunhos, que nos dão a garantia de que essa empresa, dentro de um consórcio e na nossa relação com total com o consórcio, ela vai ser capaz de operar.

01:08:38 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor doutor André, no parecer que o senhor ... Neste parecer aí, senhor André, que nós vamos compartilhar com o senhor. O senhor afirma que a empresa cumpre os requisitos e pede a PGM um parecer. Por que isso? E com base em que o senhor afirma que a empresa tem esses requisitos? Porque antes da sua afirmação não tem ninguém da SUMOB falando que cumpre, inclusive, após a apresentação de toda a documentação.

01:09:30 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então a gente gostaria de entender, o senhor deve ter acesso ao parecer do senhor aí? Por gentileza.

01:09:44 Sr. André Soares Dantas: Sim, eu tenho acesso ao parecer da PGM sim, o meu também, como eu expliquei anteriormente, Vereadora, quando há a apresentação da integralização das debêntures, a situação se transforma e aí coube a mim por um ato de avaliação jurídica final para desencargo de qualquer consciência, consultar a Procuradoria Geral do município, para verificar se havia qualquer óbice.

01:10:18 Sr. André Soares Dantas: Pelo contrário, é muito interessante ver que o parecer exarado pela Procuradoria-Geral do município, aponta que é um dever, conclui-se que é devida a anuência do poder, é concedente, é um direito que se tem de fazer uma alteração, nas cláusulas, na composição do consórcio, desde que atendidos os requisitos.

01:10:43 Sr. André Soares Dantas: Então, dessa forma, eu repito, a integralização das debêntures, chegando alterando o patrimônio líquido, alterando o capital social, alterando a composição como um todo nos levou a decisão.

01:10:59 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, uma empresa pode utilizar o atestado de outra empresa, é isso mesmo, é isso que o senhor está explicando?

01:11:09 Sr. André Soares Dantas: Ela pode, desde que seja absorvido como foi todo o conjunto da obra, material humano, as instalações, os veículos, é isso que eu estou falando.

01:11:27 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor André, já que a SUMOB, constatou a ausência da Torres, por que não houve uma nova licitação dando a

oportunidade de outras empresas concorrerem?

01:11:42 Sr. André Soares Dantas: Porque o edital e o contrato permitem que as empresas sejam substituídas, e que o consórcio absorva as operações. Não existe qualquer previsão contratual que nos determine isso, de forma arbitrária.

01:12:12 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor André, recentemente, nós temos recebido muitas reclamações na linha 815, lá do Paulo sexto da empresa BH Leste Transporte, inclusive alguns acidentes, foram 3 acidentes em 1 mês.

01:12:27 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quanto ao processo de fiscalização da prefeitura, isso tem acontecido? Tem ocorrido? O senhor sabe falar algo sobre esses 3 acidentes, que impactaram diretamente a população ali?

01:12:42 Sr. André Soares Dantas: Bom, vereadora, nós acompanhamos, obviamente as operações, com muito interesse, assim como de todos as empresas concessionárias dentro dos consórcios, os acidentes que aconteceram, estão sendo investigados, não compete a mim opinar sobre o que causa um acidente, porque são várias condicionantes que afetam a ocorrência de um acidente.

01:13:12 Sr. André Soares Dantas: Então, mas o mais importante é primeiro, a nossa fiscalização está lá. Segundo as nossas autuações, quanto devidas são estabelecidas. E terceiro, como eu já falei antes, qualquer tipo de irregularidade vai ser verificada na forma devida, tá.

01:13:38 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor André, você viu que nós aprovamos um novo requerimento, para nós ouvirmos o senhor no dia 16? Se o senhor puder estar presencial, é bom, mas temos muitas perguntas.... pode falar?

01:14:02 Sr. André Soares Dantas: Se a senhora me permitir, eu vou pedir música no fantástico...

01:14:04 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Está igual aqui na Câmara, aqui tem uns que estão precisando de pedir música 3 vezes. É três processos de cassação, é isso. Já vai ser a terceira do senhor, não é? Mas é porque aquele dia, na primeira, ficou muito ruim e com esses fatos novos, agora que surgiram da anuência, para a empresa

BH Leste, a gente teve que chamar o senhor para a gente poder ouvir entender.

01:14:25 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, tudo que o senhor falou que foi anotado e será reiterado aqui na nossa CPI, aí no mais eu agradeço a participação do senhor mais uma vez, do doutor Francisco e do senhor doutor Hércules também que está .... O senhor quer fazer alguma consideração, doutor Hércules?

01:14:49 Procurador Hércules Guerra: Não vereadora, o André já falou o suficiente, eu acho que já foram esclarecidos os pedidos, mas nós estamos aqui à disposição desta CPI, vocês, vereadores e vereadoras, o que vocês quiserem, muito obrigado.

01:15:09 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Obrigado, senhor. Então, muito obrigado, viu André, Doutor Francisco e dia 16, nós nos encontramos novamente. Aí o senhor pede à música. Obrigado.

01:15:22 Sr. André Soares Dantas: Obrigado, boa tarde.

01:15:23 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Boa tarde, então, às 14 horas e 57 minutos, nós encerramos esta reunião.

2.19 DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A décima nona Reunião[19] Extraordinária desta comissão realizou-se no dia 09 de novembro de 2023, às 09h37min, no Plenário Helvécio Arantes, sob a Presidência do Vereador Jorge Santos, que, após registrar a presença da Vereadora Loíde Gonçalves e dos Vereadores Braulio Lara, Professor Juliano Lopes e Sérgio Fernando Pinho Tavares, e havendo quórum regimental, deu início aos trabalhos.

Após a comunicação da aprovação da ata da 17ª Reunião, realizada em 23/10/23, deu-se ciência à comissão do recebimento dos ofícios em resposta aos Requerimentos de Comissão nº 2.637, 2.638 e 2.639/23.

---

19 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/19%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito--cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-09-11-2023

Posteriormente, deu-se início a oitiva do Sr. Nilo Gonçalves Simão, sócio administrador da empresa Transimão Transportes Rodoviários Ltda, para prestar informações a título de testemunha referida, nos termos art. 209, §1º, do Código de Processo Penal, por ter sido mencionado em diversos depoimentos prestados à CPI.

Compuseram a mesa: a) o sócio administrador da Transimão Transportes Rodoviários Ltda., Nilo Gonçalves Simão; b) o advogado de Nilo Gonçalves, Rodrigo Bruno.

Nilo Gonçalves comunicou que seu advogado estava presente.

Rodrigo Bruno informou que havia sido concedida uma liminar de habeas corpus a Nilo Gonçalves. Pediu que o presidente atestasse o recebimento do documento enviado à coordenação desta comissão.

O presidente afirmou o recebimento do documento.

A vereadora Loíde Gonçalves reforçou que a comissão havia recebido a decisão de habeas corpus. Informou que Nilo Gonçalves teria o direito de ficar em silêncio e informou que o filho dele, Nilo Simão Júnior, não é investigado por esta CPI, sendo apenas um acionista de uma empresa investigada.

Rodrigo Bruno registrou que Nilo Gonçalves é uma pessoa idosa e com algumas questões de saúde. Disse que informará caso seja necessário interromper a reunião.

O presidente pediu que a testemunha lesse termo, prestando compromisso legal de dizer a verdade.

Rodrigo Bruno comunicou que a decisão de *habeas corpus* limitava essa prestação de compromisso.

O presidente afirmou que não via problema na leitura do termo, já que Nilo Gonçalves não está sendo investigado.

Rodrigo Bruno concordou, mas reforçou o deferimento do habeas corpus.

Nilo Gonçalves leu o termo, prestando compromisso legal de dizer a verdade.

O presidente perguntou há quanto tempo a testemunha atua no ramo do transporte.

Nilo Gonçalves respondeu que há 60 anos.

O presidente perguntou à testemunha de quais empresas ele é proprietário atualmente e onde elas atuam.

Nilo Gonçalves informou que está aposentado há mais de 10 anos.

Às 10h10min, o presidente suspendeu a reunião por 5 minutos.

Às 10h12min, os trabalhos foram retomados.

O presidente disse que, quando prestou informação a esta CPI, a diretoria da BHLeste contou um pouco sobre como assumiu a operação da antiga Viação Torres, hoje BHLeste, mencionando que havia uma dívida de alguém da família Lessa. Pediu que a testemunha explicasse sobre essa dívida.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

A vereadora Loíde Gonçalves solicitou que o depoente informasse se a BHLeste nasceu em transação entre ele e Rubens Lessa.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

O presidente perguntou ao advogado se Nilo Gonçalves poderia responder a algumas perguntas.

Rodrigo Bruno informou que as perguntas que não tivessem relação com o cliente ou seu filho, conforme *habeas corpus*, seriam respondidas.

O vereador Bráulio Lara observou que a pergunta feita não mencionava Nilo Júnior, mas a BHLeste. Perguntou se esse caso também estaria respaldado pelo habeas corpus.

Rodrigo Bruno disse entender que sim, pois a convocação da testemunha se deu por ele ter sido mencionado em outros depoimentos que têm ligação direta com a situação de Nilo Júnior. Declarou que, embora a testemunha não seja formalmente investigada, como a questão atinge, direta ou indiretamente, situação pessoal da testemunha, entendia não ser necessária a resposta em vista da liminar concedida.

O vereador Bráulio Lara afirmou que esta CPI tem como propósito investigar como a empresa BHLeste entrou no sistema de transporte público de Belo Horizonte, mas não pretende desrespeitar o habeas corpus. Disse que, conforme apurado até o momento, quando a BHLeste assumiu a operação da Viação Torres, conforme informações de Esther Gomes, diretora da BHLeste, havia uma tratativa entre a família Lessa e Nilo Gonçalves. Apontou que essa informação não vincula Nilo Júnior, mas são muito importantes no contexto da mobilidade urbana da capital. Perguntou se o advogado entende que isso está resguardado pelo *habeas corpus*.

O vereador Professor Juliano Lopes pediu que a situação do som da reunião fosse resolvida, pois estava atrapalhando a compreensão de quem a acompanhava remotamente.

O vereador Bráulio Lara registrou a presença remota do vereador Henrique Braga.

O vereador Bráulio Lara refez a pergunta feita anteriormente a Rodrigo Bruno.

Rodrigo Bruno informou que a parte final da pergunta foi cortada por problemas na conexão.

O vereador Bráulio Lara repetiu a pergunta.

Rodrigo Bruno declarou que esses temas haviam sido objeto de perguntas a Nilo Júnior e Esther Gomes em depoimento à CPI e que Nilo Gonçalves havia sido mencionado por eles. Afirmou que, com base no habeas corpus, Nilo Gonçalves, hoje testemunha, teria direito ao silêncio em questões que pudessem implicar a si próprio ou a seu filho.

O vereador Bráulio Lara informou que a comissão, então, faria as perguntas e a testemunha deveria declarar que não as responderia.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares sugeriu que, logo após a reunião, o depoimento seja encaminhado ao corpo técnico e jurídico desta Casa para análise de manifestação sobre possíveis perguntas que poderiam ter sido respondidas apesar do habeas corpus. Disse que, se necessário, poderão convocar a testemunha novamente para prestar os devidos esclarecimentos presencialmente.

O presidente disse que acatava a sugestão.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou ao depoente se a compra da BHLeste configurou assunção da dívida ou se ainda há débitos a serem quitados com ele.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

Nilo Gonçalves informou que não responderia à pergunta, conforme orientação de seu advogado.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou por que não foi o depoente que abriu a empresa BHLeste para assumir a operação da Viação Torres, se a dívida era dele.

Nilo Gonçalves comunicou que tem 78 anos e alguns problemas de saúde. Informou que não tem capacidade de gerir nem tem interesse de fazê-lo, pois já trabalhou muito. Declarou que não recebia, pois não pagavam, e seu filho assumiu. Afirmou que, do seu filho, receberá.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou como se deu o pagamento da dívida entre o depoente e Rubens Lessa: em espécie, assumindo o ativo da Viação Torres ou envolvendo imóveis, carros etc.

Nilo Gonçalves disse que não sabia responder, pois os créditos da dívida foram passados para seu filho e a negociação foi feita por ele.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou ao depoente se ele é acionista da Viação Belo Monte.

Nilo Gonçalves negou.

A vereadora Loíde Gonçalves repetiu a pergunta.

Nilo Gonçalves afirmou que não gostaria de responder à pergunta e, em seguida, disse que não é.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou por qual razão houve a fundação de duas novas empresas: Viação Belo Monte e BHLeste. Perguntou por que as empresas existentes do depoente não assumiram as operações.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

Nilo Gonçalves informou que não responderia à pergunta, conforme orientação de seu advogado.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou se as novas empresas assumiram dívidas de outras empresas.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

Nilo Gonçalves informou que não responderia à pergunta, conforme orientação de seu advogado.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou se o Grupo Transimão possui credores em outras empresas jurídicas.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus.*

Nilo Gonçalves informou que não responderia à pergunta, conforme orientação de seu advogado.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou por que foi adotado o tipo societário de sociedade anônima pela Viação Belo Monte e pela BHLeste, enquanto a Transimão Transportes Urbanos e Turismo e a Transimão Transportes Rodoviários são sociedades limitadas.

Nilo Gonçalves informou que não sabia responder.

A vereadora Loíde Gonçalves afirmou que a Viação Belo Monte e a BHLestre Transporte declararam como integrantes de seus órgãos de administração na receita federal, nos respectivos quadros de acionistas: Ruy de Oliveira Melo Neto, presidente do Conselho de Administração da Viação Belo Monte, Vilmar Gonçalves Sena, diretor da Viação Belo Monte, e Esther das Graças Ferreira Gomes, diretora da BHLeste Transporte, no entanto, em depoimento a esta CPI, foi relatada a prática de poderes de gerência e decisão por parte de uma diretora da operação. Perguntou se isso também acontece na Viação Belo Monte.

Nilo Gonçalves informou que não sabia responder.

O vereador Bráulio Lara disse que, durante as oitivas, foi constatado que um dos veículos da BHLeste que teve um problema mecânico foi levado para a garagem da empresa do depoente. Perguntou se isso acontece com frequência.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

O vereador Bráulio Lara perguntou como fica o rateio dos custos se isso acontecesse, se uma empresa paga custos para outra.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

O vereador Bráulio Lara perguntou qual a relação do depoente com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - Setra-BH.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpu*s.

O vereador Bráulio Lara informou que, em 1989, a Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - realizou sua primeira CPI e os temas abordados foram a baixa qualidade do serviço e a falta de transparência de gestão dos valores e custos do sistema de transporte. Perguntou se a testemunha se recorda desse fato.

Nilo Gonçalves negou.

O vereador Bráulio Lara afirmou que os questionamentos sobre a qualidade do serviço parecem se repetir ano após ano. Perguntou se o caso é um problema sem solução.

Nilo Gonçalves disse que não saberia responder isso. Opinou que o sistema precisa evoluir.

O vereador Bráulio Lara declarou que o depoente possui grande experiência no setor, informando que, em 1989, ele era presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - Setransp.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*, e também em função da distância histórica da questão.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares elogiou o trabalho de Rodrigo Bruno. Defendeu a produtividade da CPI, diante da possibilidade de interpretação subjetiva do habeas corpus. Solicitou flexibilidade do advogado quanto às orientações sobre a possibilidade de resposta para evitar que Nilo Gonçalves tenha que ser novamente convocado para prestar depoimento. Disse que questões como a relação da testemunha com o Setra-BH, por exemplo, são muito simples de serem respondidas e não podem gerar efeitos indesejados.

Rodrigo Bruno afirmou que a intenção não é privar a comissão de informações. Disse que o objetivo do habeas corpus é preservar o direito ao silêncio da testemunha em casos que possam comprometê-lo direta ou indiretamente. Reforçou que, por se tratar de questão histórica, a testemunha provavelmente não se recorda.

Nilo Gonçalves declarou não se lembrar de algo que aconteceu em 1989.

O vereador Bráulio Lara perguntou se o antigo Setransp tem relação com o atual Setra-BH.

Nilo Gonçalves informou que o Setra-BH é a sucessão do Setransp.

O vereador Bráulio Lara perguntou se a testemunha participou da licitação de 2008 que fez a concessão de transporte coletivo de Belo Horizonte por 20 anos.

Nilo Gonçalves respondeu que sim.

O vereador Bráulio Lara perguntou se a testemunha entende que a licitação era um negócio interessante para os operadores. Disse que, na época, foi alterada a forma como o transporte era gerenciado.

Nilo Gonçalves disse que, da forma como foi feito, penalizou muito.

Acrescentou que não foi uma boa opção para o usuário nem para as empresas.

O vereador Bráulio Laura perguntou se a testemunha passou a ter relação com a Transfácil a partir daquele momento.

Nilo Gonçalves informou que não tem mais relação.

O vereador Bráulio Lara perguntou se Esther Gomes já trabalhou para o depoente.

Nilo Gonçalves negou.

O vereador Bráulio Lara perguntou se a testemunha sabe informar se a contadora que presta serviço para o depoente é a mesma da BHLeste.

Nilo Gonçalves respondeu não saber informar.

O vereador Bráulio Lara perguntou se o depoente conhece Cely Bassi. Nilo Gonçalves negou.

O vereador Bráulio Lara perguntou se as empresas do depoente têm débitos trabalhistas, fiscais ou previdenciários em aberto.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

O vereador Bráulio Lara perguntou ao depoente por que ele acha que não existe hoje um sistema de integração de bilhetagem dos ônibus da capital com os da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

O presidente perguntou se algum vereador participando remotamente gostaria de perguntar mais alguma coisa, onde o Vereador Wesley Moreira registrou sua presença.

Os vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Professor Juliano Lopes e Wesley Moreira disseram que estavam satisfeitos.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou se Nilo Júnior já atuou como administrador das sociedades empresárias do Grupo Transimão.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou se Nilo Júnior é único filho e herdeiro do depoente.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou qual a participação dos outros filhos da testemunha na atividade empresarial da família.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou se a testemunha conhece a empresa Mil Locadora de Veículos Eireli.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

O presidente solicitou que Nilo Gonçalves informasse que não iria responder por recomendação de seu advogado.

A vereadora Lóide Gonçalves informou que repetiria algumas perguntas para que a testemunha as respondesse novamente. Perguntou se Nilo Júnior é o único filho e herdeiro do depoente.

Nilo Gonçalves informou que não gostaria de responder.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou qual a participação dos outros filhos da testemunha na atividade empresarial da família.

Nilo Gonçalves respondeu que nenhuma.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou se a testemunha conhece a empresa Mil Locadora de Veículos Eireli.

Nilo Gonçalves informou que não responderia, pois não se lembra.

A vereadora Loíde Loide perguntou qual a origem do crédito que a empresa da testemunha tinha com a Mil Locadora de Veículos.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

Nilo Gonçalves informou que não responderia.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou quem é o representante legal da Mil Locadora de Veículos.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

Nilo Gonçalves informou que não responderia.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou se a testemunha tem alguma relação com Hudson Henrique Campos Silva e, em caso afirmativo, qual é a relação. Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

Nilo Gonçalves informou que não responderia.

A vereadora Loíde Gonçalves perguntou se há alguma outra sociedade empresarial do Grupo Transimão que já realizou transações com a Transüeste e, em caso afirmativo, quais são.

Rodrigo Bruno orientou que seu cliente não respondesse a essa pergunta, nos termos do *habeas corpus*.

Nilo Gonçalves informou que não responderia.

O presidente agradeceu as presenças e comunicou que respeita a ordem judicial, mas a comissão analisará se será feita nova convocação da testemunha.

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 10h46min.

2.20 DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Não houve a realização da 20ª Reunião Extraordinária, marcada para o dia 16 de novembro de 2023 às 09h30, no Plenário Camil Caram, uma vez que não houve presença dos parlamentares membros da Comissão.

2.21 DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A vigésima primeira Reunião[20] Ordinária desta comissão realizou-se no dia 7 de dezembro de 2023, às 09h41min, no Plenário Camil Caram, sob a Presidência da Vereadora Loíde Gonçalves, que, após registrar a presença dos Vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos, Braulio Lara, Wesley Moreira e Henrique Braga, e havendo quórum regimental, deu início aos trabalhos da Comissão, inicialmente comunicando a aprovação das atas da 18ª e da 19ª reuniões, realizadas em 27/10 e 9/11/23.

Após o questionamento, por parte do Vereador Wesley Moreira, do fato de

---

20 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/21%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito-07-12-2023

13 requerimentos de sua comissão não terem sido incluídos na pauta da reunião, o Vereador Jorge Santos esclareceu que os referidos requerimentos foram indeferidos por não caber a CPI apreciá-los, mas sim a Comissão de Mobilidade Urbana, Indústria, Comércio e Serviços, onde os demais Vereadores pediu o prosseguimento dos trabalhos.

Em seguida, a Comissão deliberou-se sobre os seguintes Requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nº 3.053/23 - pedido de informação ao "responsável pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo - Consórcio BH LESTE -" para "obter informações sobre o detalhamento do ofício nº 08/2023 encaminhado como resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.413/2023, originário desta CPI, com prazo para resposta de 10 (dez) dias úteis", de autoria dos Vereadores Wesley Moreira e Professor Juliano Lopes.

Rejeitado, com voto contrário do vereador Wesley Moreira.

2) Requerimento de Comissão nº 3.054/23 - pedido de informação ao "responsável pelo Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo - Consórcio PAMPULHA -" para "obter informações sobre o detalhamento do ofício nº 08/2023 encaminhado como resposta ao Requerimento de Comissão nº 2.412/2023, originário desta CPI, com prazo para resposta de 10 (dez) dias úteis", de autoria dos Vereadores Wesley Moreira e Professor Juliano Lopes.

Rejeitado, com voto contrário do vereador Wesley Moreira.

3) Requerimento de Comissão nº 3.055/23 - pedido de informação à "direção da S&M TRANSPORTES S.A" para "obter informações sobre o detalhamento dos valores recebidos pela empresa, vinculada ao consórcio BH LESTE, durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, com valor estimado de R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei nº 11.367/2022, com valor aproximado de R$ 226.5000.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais), com prazo para resposta de 15 (dez) dias úteis", de autoria dos Vereadores Wesley Moreira e Professor Juliano Lopes.

Rejeitado, com voto contrário do vereador Wesley Moreira.

4) Requerimento de Comissão nº 3.056/23 - pedido de informação à "direção da Viação Jardins S/A" para "obter informações sobre o detalhamento dos valores recebidos pela empresa, vinculada ao consórcio Pampulha, durante a vigência do repasse, cuja origem se deu da compra antecipada de créditos de vale-transporte, com valor estimado de R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), durante a gestão do então Prefeito Alexandre Kalil, e do subsídio instituído pela Lei nº 11.367/2022, com valor aproximado de R$ 226.5000.000,00 (duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais), com prazo para resposta de 15 (dez) dias úteis", de autoria dos Vereadores Wesley Moreira e Professor Juliano Lopes.

Rejeitado, com voto contrário do vereador Wesley Moreira.

5) Requerimento de Comissão nº 3.063/23 - pedido de informação ao "presidente do Consórcio TRANSFÁCIL, Ralison Guimarães," para "obter informações complementares sobre o requerimento de comissão nº 2661/2023, protocolado em 04/10/2023, que pediu à SUMOS esclarecimentos complementares sobre o cálculo da remuneração complementar, com prazo para resposta de 5 dias úteis" de Autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Aprovado por unanimidade.

6) Requerimento de Comissão nº 3.064/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Dantas," para "obter informações complementares sobre o requerimento de comissão nº 2.661/2023, protocolado em 04/10/2023, que pedia esclarecimentos complementares ao Requerimento de Comissão nº 2.014/2023, protocolado em 25/07/2023, com prazo para resposta de 5 dias úteis" de Autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé.

Aprovado por unanimidade.

7) Requerimento de Comissão nº 3.129/23 - pedido de informação ao "presidente do SETRA, Raul Lycurgo," para "obter informações sobre a aquisição de novos ônibus, com prazo para resposta de 5 dias úteis" de Autoria da Vereadora

Fernanda Pereira Altoé.

Aprovado por unanimidade.

8) Requerimento de Comissão nº 3.133/23 - pedido de informação ao "Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman," e ao "Superintendente de Mobilidade, André Dantas," para "obter as seguintes informações: 1. Até o presente momento, qual foi o valor de subsídio disponibilizado à Empresa Trans Oeste Transportes Urbanos Ltda estabelecido pela Lei 11538/2023? 2. Dos 420 novos veículos, quantos veículos foram adquiridos/disponibilizados pela Empresa Trans Oeste Transportes Urbanos Ltda? 3. Quantos veículos compõe a frota da Empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda? 4. Qual a média de idade dos veículos atualmente em circulação da Empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda? 5. As linhas 318, 332, 3054 e 330 foram contempladas cada um com quantos veículos novos? 6. Qual a frequência de manutenção dos veículos que operam as linhas acima? 7. Qual a idade dos veículos que operam as linhas acima mencionadas? 8. Qual a frequência de limpeza dos veículos que operam as linhas acima mencionadas? 9. Considerando que as linhas anteriormente mencionadas são campeãs de reclamação, quais medidas estão sendo adotadas tanto pela empresa quanto pelo poder público para mitigar os problemas apontados pelos usuários? 10. Quais são os critérios estabelecidos para que uma linha de ônibus tenha sua tarifa zerada em razão de operar dentro de vilas e favelas?" de autoria do Vereador Helinho da Farmácia.

Aprovado por unanimidade com prazo de resposta de dez dias úteis.

9) Requerimento de Comissão nº 3.142/23 - pedido de informação ao "Representante Legal da Empresa BHLeste Transportes S.A, Ester das Graças Ferreira Gomes," para "obter as seguintes informações: a) Dos 420 novos veículos, quantos veículos foram adquiridos/disponibilizados pela empresa BHLeste Transportes S.A? b) Nos últimos 2 meses quantos veículos foram adquiridos? Todos estão circulando como transporte público? c) Caso contrário, qual o motivo da não circulação? d) Atualmente quantos veículos compõem a frota da Empresa BHLeste Transportes S.A? e) Qual a média de idade dos veículos atualmente em circulação da Empresa BHLeste Transportes S.A? f) As linhas 815, 822, 5503A, 55038, foram contempladas cada uma com quantos veículos novos? g) Qual a frequência de

manutenção dos veículos que operam as linhas acima? h) Qual a idade dos veículos que operam as linhas acima mencionadas? i) Considerando que as linhas anteriormente mencionadas possuem altos índices de reclamação, quais medidas estão sendo adotadas, tanto pela empresa quanto pelo poder público para mitigar os problemas apontados pelos usuários?", com prazo para resposta de 5 dias úteis" de Autoria da Vereadora Loíde Gonçalves.

Aprovado por unanimidade.

10) Requerimento de Comissão nº 3.146/23 - realização de Oitiva para "convocar o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, André Soares Dantas, para, pessoalmente, para prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional, bem como, informações relevantes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte por parte das empresas BHLeste Transportes S/A e TransOeste Transportes Urbanos Ltda", no dia 19/12/23, às 9h30min, no Plenário Helvécio Arantes, de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves.

Aprovado por unanimidade.

11) Requerimento de Comissão nº 3.147/23 - realização de Oitiva para "intimar o sócio administrador da empresa S&M Transportes S.A, Rubens Lessa Carvalho, para, pessoalmente, prestar informações a título de testemunha referida, por ter sido mencionado em diversos depoimentos prestados à CPI", no dia 21/12/23, às 9h30min, no Plenário Helvécio Arantes, de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves.

Aprovado por unanimidade.

12) Requerimento de Comissão nº 3.152/23 - pedido de informação à "contadora Celi Bassi" para "obter informações a respeito dos documentos subscritos pela destinatária do pedido de informações no âmbito do processo administrativo nº 01-011.242/23-89, que trata da anuência da empresa BHLeste para operar no sistema de transporte coletivo de passageiros na capital, com prazo de resposta de 10 (dez) dias, de autoria do Vereador Bráulio Lara.

Aprovado por unanimidade.

Após a apreciação destes requerimentos, foi dada ciência à comissão do recebimento: a) dos ofícios em resposta aos requerimentos de comissão de nº 2.742 e 2.788/23; b) dos documentos relacionados aos requerimentos de comissão de nº 2.891 e 2.907/23; e) do deferimento do pedido de liminar "para que seja assegurado o direito ao silêncio de Nilo Gonçalves Simão".

Nada mais havendo a ser tratado, a presidenta declarou encerrados os trabalhos às 10h28min.

2.22 DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A vigésima segunda reunião[21] da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade, foi realizada no dia 19/12/23, às 9h59min, no Plenário Helvécio Arantes. Sob a presidência da vereadora Loíde Gonçalves, que registrou a presença remota dos vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos, Braulio Lara e Henrique Braga, reuniu-se a comissão.

Como não houve impugnação, a presidenta comunicou a aprovação da Ata da 21ª Reunião, realizada em 7/12/23.

A presidenta deu ciência à comissão do recebimento do Ofício GABPGM/CMBH nº 3.570/23.

A presidenta registrou presença da vereadora Fernanda Pereira Altoé, suplente do vereador Henrique Braga, e do vereador Bruno Miranda, que não integra a comissão. Compuseram a mesa remotamente: a) o superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, André Soares Dantas; b) o advogado Francisco de Melo Franco Ferreira; c) o procurador do Município Hércules Guerra.

Deu-se início à oitiva de forma remota do depoente, Sr. André Dantas - Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, que prestou o

---

21 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/22%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito-cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-19-12-2023

compromisso com a verdade.

DA 22ª REUNIÃO

00:00:43 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Às 9h:59min daremos início à nossa 22ª reunião, farei a chamada dos vereadores, vereador Bráulio Lara? Vereador Sérgio Fernando? Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que é suplente do vereador Henrique Braga.

00:01:10 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Presente.

00:01:13 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador Henrique? Vereador Sérgio? Vereadores, vocês estão me ouvindo?

00:01:36 Ver.(a) Jorge Santos: Assessoria, vereadora Loíde? Está conseguindo ouvir?

00:01:39 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador Jorge, eu estou te ouvindo, o senhor me ouve?

00:01:44 Ver.(a) Bráulio Lara: Agora, a gente está ouvindo.

00:01:46 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador Jorge, presente?

00:01:54 Ver.(a) Jorge Santos: Presente.

00:01:55 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador braulio Lara?

00:01:59 Ver.(a) Bráulio Lara: Presente.

00:01:59 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador Henrique Braga?

00:02:02 Ver.(a) Henrique Braga: Presente.

00:02:03 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu, vereadora Loíde Gonçalves, também estou presente, então nós temos ... Vereador Sérgio Fernando?

00:02:10 Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Presente.

00:02:13 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu também, vereadora Loíde Gonçalves,

estou presente. Então daremos início à 22ª reunião da terceira sessão legislativa, 19ª legislatura.

00:02:23 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ordem dos trabalhos item 1. Comunicação de aprovação da ata da 21ª reunião, visto não ter havido impugnação dessas nos termos regimentais.

00:02:34 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O item 2. É oitiva, eu vou inverter a pauta aqui, porque nós vamos ter a presença do nosso superintendente André e o item 3 são outros assuntos, que foram recebidos aqui pela comissão, o documento de protocolo número 007246/2023, já está aqui nessa comissão.

00:02:55 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O item 2 da pauta é oitiva, finalidade convocado superintendente de mobilidade do município de Belo Horizonte, André Soares Dantas para, pessoalmente, prestar informações pertinentes às inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da administração pública, dispensada ao sistema suplementar de transporte coletivo, em comparativo com o sistema convencional, bem como, as informações relevantes, as inúmeras denúncias de descumprimento do contrato de prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte por parte das empresas BH Leste transporte S.A., e TransOeste Transportes Urbanos Limitada, o requerimento de comissão atenção 3146/2023, vinculado ao requerimento 873/2023, de autoria da vereadora Loíde Gonçalves.

00:03:50 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, nós vamos dar início, a nossa oitiva.

00:03:53 Ver.(a) Bruno Miranda: Bom dia Presidente, só para registrar minha presença, viu?

00:03:55 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vereador Bruno, bom dia, Vereador Bruno Miranda, também está aqui presente com a gente. Eu já ia apresentar, desculpa. Está de forma remota, o superintendente de mobilidade do município de Belo Horizonte, André Dantas. Bom dia.

00:04:13 Sr. André Soares Dantas: Bom dia, vereadora, tudo bom?

00:04:16 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia, o senhor está escutando?

00:04:19 Sr. André Soares Dantas: Muito bem, vereadora.

00:04:21 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Também está presente o Procurador do Município, Francisco de Melo Franco Ferreira, que está também de forma remota, o doutor Hércules guerra, que é o Procurador-Geral do Município, bom dia, vocês todos estão nos escutando?

00:04:42 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Ouvindo muito bem aqui, eu estou ao lado do doutor André, relatora.

00:04:47 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Seja bem-vindo, viu Francisco? Doutor Francisco, doutor Hércules, eu não sei se ele tá nos escutando.

00:04:53 Procurador Hércules Guerra: Eu estou sim.

00:04:54 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, então, okay. Também está aqui presente, o senhor Bruno Henrique dos Santos, por uma Minas melhor e também o João Kerleson Pereira Pinto, que é o presidente da associação da União das Pessoas Com Deficiência de Minas Gerais.

00:05:11 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu vou chamá-los pra ouvir, a gente vai começar primeiro fazendo uma pergunta sobre o Suplementar, aí logo após que a gente entrar no sistema convencional, eu vou chamá-los também pra gente estar participando aqui também. Agora, a presença do nosso vereador Bráulio, que acabou de chegar. Vereadora Fernanda, eu vou passar a palavra pra senhora. A senhora pode iniciar, com as perguntas e aí os vereadores podem ir intercalando.

00:05:46 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá, bom dia, gente, bom dia a todos, bom dia aos vereadores, André, doutor Francisco, doutor Hércules. Minhas perguntas são a respeito do aditamento da CPI, que é a questão do sistema suplementar.

00:06:04 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: A gente ouviu aqui, na oitiva do Transfácil, do consórcio Transfácil, que a forma de devolução dos vales transportes que foram antecipados em 2020 é a mesma para o convencional e para o

suplementar, que a diferença é que o convencional tem valor da devolução descontado semanalmente, enquanto suplementar é mensal., confirma isso, superintendente?

00:06:36 Sr. André Soares Dantas: Sim, senhora vereadora, bom dia.

00:06:38 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Bom dia, então, os representantes dos permissionários, eles têm afirmado pra gente que a forma de devolução não é igual, porque enquanto eles estão devolvendo em dinheiro de forma mensal, o sistema convencional, ele só devolve em prestação de serviço. Então, porque está sendo feita essa compensação de forma diferenciada entre os 2 (dois), 1 (um) em dinheiro e o outro em prestação de serviço?

00:07:10 Sr. André Soares Dantas: Só confirmando, a senhora se refere a participação no ofício do suplementar?

00:07:20 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: É não, são aqueles 220 milhões de reais da pandemia.

00:07:25 Sr. André Soares Dantas: Eu entendo isso, mas a forma de manifestação a que a senhora está se referindo, é alguma específica ou é na CPI ou de ofício para SUMOB, só pra gente registrar.

00:07:42 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Foi... na verdade, são várias situações, teve uma audiência pública em que eles questionaram porque eles estão devolvendo o valor mensal, se não me engano, o valor era 600/700 reais mensais e a gente sabe que o convencional não está devolvendo o dinheiro, ele está sendo descontado através da prestação de serviço.

00:08:05 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, teve essa fala de ambos em audiência pública e até nessa CPI também, onde o representante do Transfácil, ele confirmou isso.

00:08:13 Sr. André Soares Dantas: Perfeito, era só para confirmar, é verdade, já notório, eles também nos manifestaram essa forma como foi conduzido o processo. E nós estamos em discussão com o sistema suplementar, porque eles

não ainda colocaram de forma assertiva a vereadora, que eles, para nós aqui na SUMOB, que eles gostariam de pagar em serviço, o dinheiro que eles receberam dos créditos antecipados. Nós estamos...

00:09:04 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: ficou mudo.

00:09:05 Sr. André Soares Dantas: Eles chegaram a uma conclusão, lembrando a vereadora que, da nossa parte, é independe essa forma de retorno, porque ...

00:09:20 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Está sem som.

00:09:23 Sr. André Soares Dantas: Eles fizeram um acordo lá atrás, com a Transfácil, um acordo entre privados, mas nós como órgão .... fiscalizador, nós podemos obstruir um novo caminho.

00:09:39 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: tá, a minha dúvida é, o dinheiro é público, porque os 220 milhões de reais que foram, para esse sistema, tanto o convencional quanto o suplementar é um dinheiro público, foi um empréstimo do município, nas palavras do ex-prefeito Alexandre Kalil.

00:09:59 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Se essa devolução está sendo feita, porque foi um empréstimo, não caberia ao município ter determinado como essa devolução seria feita? Qual forma para cada um dos sistemas? Porque que o município está emprestando dinheiro e a forma de devolução está sendo acordada entre Transfácil e Permissionários e Concessionários?

00:10:30 Sr. André Soares Dantas: Bom, vereadora, acho que fundamentalmente, é preciso destacar que eu não tive qualquer participação nesse arranjo que foi estabelecido. Então, eu não sei nem julgar e opinar sobre essa situação. O que me compete é simplesmente executar a forma como os créditos adquiridos antecipadamente vão ser utilizados.

00:11:01 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Qual órgão que eu tenho que questionar isso? Quem vai saber, me responder qual o documento que está formalizando a forma de devolução de um dinheiro público que foi emprestado por

um município, que não é banco?

00:11:17 Sr. André Soares Dantas: O, vereadora, eu acredito que os questionamentos, eles têm que ser encaminhados para prefeitura de forma geral, porque foram feitos contratos, como eu disse a senhora, eu posso responder não sobre esse assunto, mas sobre os assuntos a partir do dia primeiro de abril de 2022, quando eu me tornei Superintendente de Mobilidade. (00:11:17)

00:11:46 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pois é, mas nós temos uma resposta, uma resposta escrita da prefeitura de Belo Horizonte, que foi até assinada pelo senhor, onde fala que, é a SUMOB, pode pedir esses créditos de volta e que vocês que determinam.

00:12:06 Sr. André Soares Dantas: Sim vereadora, a senhora me perguntou sobre e eu respondi sobre o arranjo, o arranjo que foi feito lá atrás antes da minha chegada, eu não posso opinar. O que eu estou falando e repito ....

00:12:25 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá falhando a voz do André.

00:12:28 Sr. André Soares Dantas: Eu já falei isso anteriormente em várias ocasiões, o uso dos ...

00:12:33 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá, eu vou ver como é que eu descubro isso aí. Como é calculado esse valor da compensação da compra antecipada de vale de 2020, para cada sistema, como é feito o cálculo?

00:12:46 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, foi feito para o sistema convencional à medida que a prefeitura emite ordens de ... compra é descontado do montante que foi ... É, então, existe um controle dentro da prefeitura, desse montante. Para o sistema convencional, é simplesmente um arranjo em que eles pagam mensalmente o valor fixo que foi determinado à época lá entre as partes.

00:13:19 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá? Então a forma de devolução do convencional e do suplementar é feita com base então no valor total que eles receberam?

00:13:31 Sr. André Soares Dantas: Sim, eles têm que devolver tudo, de

acordo com o que eles acordaram lá atrás.

00:13:38 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E como que ficou determinado qual era o valor a ser devolvido?

00:13:50 Sr. André Soares Dantas: Perdão, vereadora, eu não consegui entender a pergunta da senhora.

00:13:53 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Como que ficou determinado qual valor que seria devolvido? Do valor total que foi repassado, vocês estão aplicando alguma taxa de multa de juros ou de correção monetária? E aí isso é feito anualmente e é feito esse abatimento de valores anualmente, essa devolução é de valores?

00:14:12 Sr. André Soares Dantas: Não, vereadora, a devolução, ela é do Transfácil para a Prefeitura.

00:14:22 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Falhou. André, estou achando que vocês vão ter que sair e entrar.

00:14:26 Sr. André Soares Dantas: Em viagens, aquilo que foi convertido em viagem...

00:14:31 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Fala de novo, por favor, que está falhando.

00:14:38 Sr. André Soares Dantas: A minha conexão, parece que está muito boa aqui, vereadora, repetindo. Vereadora Loíde, a senhora me ouve bem?

00:14:48 Ver.(a) Loíde Gonçalves: André, assim, a sua fala está falhando, então assim, a gente vai ter problema na hora de fazer a transcrição, porque a gente não vai conseguir pegar a fala completa. Se o senhor puder sair e entrar novamente, talvez o problema possa ser solucionado, por gentileza. Eu vou suspender a reunião, então, por 5 minutos, às 10 horas e 13 minutos.

00:16:36 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Às 10 horas e 15 minutos nós retornamos a reunião, a vereadora Fernanda.

00:16:46 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: André, então, essa devolução na

verdade, ela é em dinheiro ou ela é em viagens?

00:16:52 Sr. André Soares Dantas: Não. Bom, vou repetir para ficar registrado. A prefeitura emite pedidos de créditos que são disponibilizados, então são viagens que são compradas. O valor é convertido em viagens e isso é contabilizado e, à medida que eles são utilizados nós temos o registro.

00:17:19 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E está sendo feito a partir de quando? Essa compra com viagem, com pedidos de crédito em viagens compradas?

00:17:28 Sr. André Soares Dantas: Desde o início dos contratos, desde que aconteceu a celebração dos contratos.

00:17:38 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Quais celebração dos contratos? Eu não entendi.

00:17:44 Sr. André Soares Dantas: Existem 3 (três) lotes de compras de contratos, que totalizam 220 milhões aí, certo?

00:17:54 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, tem uma parte que é de ação judicial.

00:17:57 Sr. André Soares Dantas: Exato, mas é um ... bom se eu não estou usando a nomenclatura correta, é 3 conjuntos de aquisição de créditos antecipados.

00:18:08 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá. Então, desde meados de 2020 que o valor está sendo devolvido, vocês estão fazendo pedidos de crédito em viagens compradas, certo?. Mas o Suplementar não funciona assim, no caso dele, é um valor em dinheiro, que eles devolvem mensalmente.

00:18:24 Sr. André Soares Dantas: Sim.

00:18:28 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Como que é calculado então, as viagens compradas, se eles estão devolvendo quase R$700,00 (setecentos reais), desde meados de 2020.

00:18:39 Sr. André Soares Dantas: Não entendi, vereadora, pode repetir, por favor?

00:18:41 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Vocês estão pagando de volta o dinheiro emprestado através de pedidos de créditos em viagens compradas pelo município, desde 2020.

00:18:55 Sr. André Soares Dantas: Primeiro, sim, não posso classificar, acho que seria equivocada a minha parte classificar como empréstimo, houve uma aquisição de créditos antecipados.

00:19:05 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Isso, então, vamos à nomenclatura que vocês gostam de usar, compra antecipada de vale transporte desde meados de 2020, essa restituição está sendo efetuada, certo? Certo.

00:19:16 Sr. André Soares Dantas: Certo.

00:19:19 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E você falou que são pedidos de créditos de compras de viagens, certo?

00:19:26 Sr. André Soares Dantas: Certo.

00:19:27 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: A prefeitura tem todos esses documentos, então, certo?

00:19:32 Sr. André Soares Dantas: Sim, senhora.

00:19:33 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pois é, além de eu pedir todos esses ... fazer o pedido de todos esses pedidos de compra de viagem, como que o suplementar está tendo pedido de compra de viagens, se eles estão devolvendo em dinheiro?

00:19:48 Sr. André Soares Dantas: Não, muito bem, é como eu já falei anteriormente, queria explicar então, o suplementar teve um arranjo diferente. Ele recebeu um recurso via Transfácil e está devolvendo o recurso mensalmente, o valor fixo por permissionário, é um arranjo diferente do que foi estabelecido.

00:20:12 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Quem determinou esse arranjo diferente?

00:20:15 Sr. André Soares Dantas: À época, as partes entraram em um

acordo, e tem documentação de um termo de acordo entre as partes, o Transfácil e o Sindpautras entraram neste acordo.

00:20:30 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Bem, o pessoal do Transfácil, eles falaram que é um e-mail.

00:20:35 Sr. André Soares Dantas: Não, não, vereadora, obviamente, eles podem produzir isso, esse documento, mas eu tenho esse documento aqui também, posso enviar para as senhoras.

00:20:48 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Como que duas empresas, como particulares, fazem um acordo de devolução de dinheiro público? Como funciona? O dinheiro é público são da prefeitura.

00:21:00 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, eu não posso opinar sobre um acordo, que foi ...

00:21:02 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Mas esse é o problema André, o senhor não pode opinar, mas ninguém responde, 220 milhões de reais. Não existe um documento que responda ao meu questionamento.

00:21:14 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Como que o dinheiro público está sendo devolvido? Porque que o convencional agora em 2023, vai pagar viagem para mulher em situação de violência doméstica e familiar, para quem procura emprego e para quem está no SUS e o suplementar tá devolvendo em dinheiro e o Transfácil, não devolve esse dinheiro para a prefeitura.

00:21:36 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Onde está esse dinheiro? É só isso que eu quero saber? O doutor Hércules Guerra, o senhor sabe me responder? Alguém tem que me responder.

00:21:46 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Vereadora Fernanda?

00:21:48 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Por favor, doutor Francisco.

00:21:50 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Vereadora Fernanda, é o Francisco, tudo bem?

00:21:54 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eu quero uma resposta gente, eu só quero isso.

00:21:56 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Não, eu só queria ... Não, eu entendi que ao fim da sua fala, a senhora fez uma resposta objetiva e eu já devolvo aqui a palavra pro André para falar sobre ...

00:22:09 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá falhando, Francisco. Começa de novo ai por favor, porque falho.

00:22:13 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Eu queria só fazer uma ... Não, eu entendi aí que é o Fim da sua fala, a senhora fez uma pergunta objetiva ...

00:22:27 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E falhou de novo.

00:22:30 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Sendo feita essa devolução e a Superintendência está acompanhando, então já vou passar a palavra para ele para responder, mas eu queria só fazer uma ponderação assim, primeiro, as perguntas que caminham no sentido de opinião, que não é muito objeto aqui, do depoimento da opinião. E sim, falar sobre fatos e sobretudo esses arranjos, aí que pelo que eu ...

00:22:56 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Está falhando doutor Francisco, nós não estamos te escutando.

00:22:58 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Estou tentamos entender também este contexto, até ...

00:23:05 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Doutor Francisco, nós não ...

00:23:07 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: É só a senhora vereadora, que não me escuta, ou os demais também?

00:23:10 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O som não está chegando aqui na CPI.

00:23:12 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Deixa-me chegar mais.

00:23:14 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas aqui, não é que a voz do senhor não,

é o microfone, pode não está saindo aí no microfone de vocês. Agora melhorou.

00:23:39 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pronto, pode falar.

00:23:45 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Olá, agora me escutam?

00:23:47 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Escutamos, pode falar.

00:23:50 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: É porque a gente realmente fica na dúvida, assim, se é melhor cada um entrar no computador ou se dividir o computador, talvez seja melhor dessa forma e eu vou ser bem breve ou doutora Fernanda, porque eu entendi.

00:24:03 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Então, só para recapitular, eu entendi que a senhora terminou a sua fala com uma pergunta de ordem objetiva sobre a devolução e é algo que realmente está na competência da superintendência acompanhar não é? E vou passar para o depoente responder.

00:24:17 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: A minha única ponderação é, seria uma sugestão de evitar perguntas que caminham muito assim, no sentido de uma opinião.

00:24:26 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Falhou de novo.

00:24:29 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Até porque não é objeto aqui do depoimento.

00:24:30 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então não vou pedir opinião, eu quero saber o seguinte. Então, vamos lá, doutor André, como é calculado o valor de compensação da compra antecipada de vales de 2000 mil... Aí eu quero o seguinte, ou me dê resposta, ou me responda, eu não sei.

00:24:45 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Vereadora?...

00:24:47 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Porque também, me dá resposta de que não é da minha época, não adianta. (00:24:47)

00:24:51 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Tá. Desculpa a

intervenção, é só porque eu vou me colocar no mudo aqui e fechar minha Câmera para o André, aumentar o volume dele e ele conseguir dar prosseguimento e minha intenção é não fazer a intervenção.

00:25:01 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O nosso acordo aqui, não vou pedir opiniões, eu quero resposta, se não souber a resposta, me responda, "não sei", eu não quero saber se foi da gestão anterior, eu quero a resposta, "não sei". É o que eu quero saber.

00:25:16 Sr. André Soares Dantas: Perfeitamente, vereadora.

00:25:19 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Porque não adianta todas as vezes que não é dentro da sua gestão, porque agora você está me falando que teve um documento de 2020, não foi na sua gestão, 2020 você não estava aí.

00:25:29 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, na hora que tem interesse, o documento sabe tem conhecimento, na hora que não é interesse em responder, não estava lá.

00:25:39 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eu quero saber, porque não foi o município que decidiu como seria feita a restituição da compra antecipada de vale transportes?

00:25:53 Sr. André Soares Dantas: Vou ser muito direto, vereadora, para ficar registrado, não sei.

00:25:56 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ótimo, quem sabe?

00:26:02 Sr. André Soares Dantas: Os que participaram à época, vereadora.

00:26:04 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Quem participou à época?

00:26:07 Sr. André Soares Dantas: Ora vereadora, a prefeitura, Transfácil ...

00:26:09 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Quem é a prefeitura? A prefeitura é muita gente, é prefeito, é procuradoria, é corregedoria, secretário de fazenda, é Célio Bouzada, é Julia Gallo, quem?

00:26:24 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, a senhora já falou todos os itens aí, todos acima, exceto a Júlia Gallo, que não estava à época, que ela começou também praticamente junto comigo.

00:26:36 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ótimo, então vamos lá, Célio Bouzada, não está mais na responsabilidade disso, quem pode falar por ele, na ausência dele?

00:26:53 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Está sem som, André.

00:26:55 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, eu acho que a senhora está perguntando pra pessoa errada, eu li essa pergunta não. Posso repetir?

00:27:03 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pode, pode repetir.

00:27:10 Sr. André Soares Dantas: Está me ouvindo agora?

00:27:11 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Está sem som.

00:27:12 Sr. André Soares Dantas: Como responsável, não tenho nem conhecimento jurídico, nem outro conhecimento que me possa indicar quem que a senhora tem que falar, na ausência do Célio.

00:27:24 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então ótimo, então 220 milhões de reais, o senhor não sabe, porque o senhor não estava. E quando eu vou fazer pedido para a prefeitura, como eu já fiz em várias outras oportunidades, mas é o senhor quem assina, aí o senhor não sabe me responder. É isso que eu quero mostrar.

00:27:41 Sr. André Soares Dantas: Não sou eu quem assina a vereadora, a prefeitura, eu assino aquilo que é competência da SUMOB.

00:27:53 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pois é, eu agora vou ter que ver quem vai responder isso para mim, 220 milhões de reais. Quantas viagens ou quanto em crédito a PBH ainda detém?

00:28:06 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, eu não vou saber o número exato agora não, eu acho que a gente já respondeu isso algumas vezes em requerimentos diversos. Se a senhora me permitir, eu posso responder a um valor

atualizado que ele muda todo mês.

00:28:21 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pode ser, a última? Os últimos números que vocês têm aí, qual que é?

00:28:32 Sr. André Soares Dantas: Eu não tenho aqui minha frente não, vereadora, eu peço desculpas.

00:28:35 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá, Suplementar ... convencional devolve prestação de serviço convencional, devolve em dinheiro, sim ou não?

00:28:49 Sr. André Soares Dantas: Sim.

00:28:51 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Teve um acordo com o Ministério público, em 8/07/2020, onde o promotor que estava responsável, ele se posicionou favorável à viabilidade de aquisição antecipada de créditos para ajudar o sistema, desde que as regras de devolução fossem claras e que o crédito correspondesse ao número de viagens e não valores. O senhor está ciente deste documento?

00:29:17 Sr. André Soares Dantas: Sim, sim, é isso que nós estamos fazendo.

00:29:20 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E aí, quando a prefeitura procura o Ministério público, a procuradoria do patrimônio público firma um acordo, mas o acordo depois é descumprido, a responsabilidade aí, vai ser de quem?

00:29:42 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, eu acho que eu não sou a pessoa correta para a senhora fazer essa pergunta não, porque eu não sei responder.

00:29:47 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá. O Transfácil participou desse acordo com o Ministério público?

00:29:54 Sr. André Soares Dantas: Não sei.

00:29:56 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Os permissionários participaram desse acordo com o Ministério Público?

00:30:01 Sr. André Soares Dantas: Não sei, vereadora.

00:30:02 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ok, a última informação que eu tive é que já foram compensados 46 milhões do crédito de vale transporte.

00:30:10 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: A prefeitura sabe fazer uma distinção daquilo que é devolução do suplementar e do que é devolução do convencional?

00:30:21 Sr. André Soares Dantas: É, Não.

00:30:25 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: A prefeitura sabe quanto que envio de dinheiro para o convencional e quanto que envio de dinheiro para o suplementar?

00:30:32 Sr. André Soares Dantas: Sim.

00:30:33 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Vou só repetir a pergunta, mas a prefeitura não sabe quanto que o suplementar devolve nem quanto o convencional devolve?

00:30:43 Sr. André Soares Dantas: Não entendi bem a pergunta, vereadora.

00:30:45 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: A prefeitura sabe quanto que o convencional recebeu da compra antecipada de vale transporte? Sabe quanto que o suplementar recebeu? Sim ou não?

00:30:55 Sr. André Soares Dantas: Sim.

00:30:56 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Vocês sabem diferenciar quanto que cada sistema recebeu de compra antecipada de vale transporte?

00:31:10 Sr. André Soares Dantas: Sim.

00:31:11 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Mas vocês não sabem diferenciar quanto que cada um devolveu?

00:31:19 Sr. André Soares Dantas: Nós sabemos o quanto está sendo devolvido dos 220 milhões.

00:31:25 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, a pergunta é, quanto que o

suplementar devolveu, quanto que o convencional devolveu?

00:31:32 Sr. André Soares Dantas: A senhora tem que perguntar quanto o convencional devolveu, nós temos todos esses controles do total dos 220 milhões, quanto que o suplementar devolveu, tem que se perguntar ao Transfácil e ao Sindpautras, que são as entidades envolvidas nesse acordo.

00:31:52 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Mas quem que mandou o dinheiro para eles? Isso é dinheiro privado ou é dinheiro público?

00:32:02 Sr. André Soares Dantas: Vereadora é crédito antecipado de viagem adquirido.

00:32:07 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Esse dinheiro saiu de qual conta, foi da conta da Transfácil ou foi dar conta da prefeitura?

00:32:16 Sr. André Soares Dantas: O dinheiro de onde? Pra quem vereadora?

00:32:19 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Os 220 milhões de reais, que foram tanto para o convencional quanto para o Suplementar.

00:32:25 Sr. André Soares Dantas: A prefeitura adquiriu 220 milhões de créditos antecipados junto ao Transfácil, que é o ente responsável pela emissão dos créditos de vale transporte.

00:32:36 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá vendo, Dr. Francisco? Daí fica difícil, eu estou perguntando, o dinheiro saiu de qual conta? Foi da conta da prefeitura ou foi da conta do Transfácil? Quem comprou o crédito, foi o Transfácil ou foi a prefeitura?

00:32:57 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, a prefeitura comprou créditos junto ao Transfácil, que é o emissor dos créditos.

00:33:04 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ótimo, a prefeitura comprou o crédito, isso. Quem pagou a compra?

00:33:12 Sr. André Soares Dantas: A prefeitura pagou a compra.

00:33:15 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ótimo, e o dinheiro é público ou privado?

00:33:21 Sr. André Soares Dantas: Obviamente o dinheiro é público.

00:33:23 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ótimo, então vocês sabem quanto que o convencional está devolvendo desse adiantamento, dessa compra?

00:33:32 Sr. André Soares Dantas: Sim, o, vereadora, eu sinceramente, eu não entendo porque eu já respondi essa pergunta, a senhora, já neste depoimento inúmeras vezes, a mesma coisa, e em depoimentos em circunstâncias anteriores.

00:33:47 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: É porque quando vem documentado, o senhor não me responde o que o senhor está respondendo aqui e falando.

00:33:53 Sr. André Soares Dantas: Não, desculpa, vereadora, mas nós temos mantido uma linha muito consistente de resposta.

00:34:01 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Isso, exatamente isso, a linha consistente é resposta. Eu quero saber onde está esse dinheiro. Eu quero saber o seguinte, se vocês estão, se tem um acordo com o Ministério público, onde o Ministério público concordou, em ter um certo adiantamento e considerando que vocês inclusive compraram adiantado antes mesmo de ter o acordo com o MP, e ele permitiu essas devoluções em viagens, porque que o suplementar está devolvendo em dinheiro?

00:34:27 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Primeiro ponto, porque o acordo foi feito com a prefeitura e o Ministério público, e aí a responsabilidade sai, porque a devolução é acordada, entre outras pessoas que não fizeram parte desse acordo, muito embora o dinheiro seja público, tenha saído da conta da prefeitura e seja de responsabilidade dela e isso não é opinião, isso é fato, inclusive, o senhor respondeu.

00:34:52 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eu quero saber, inclusive, a prefeitura consegue saber quais servidores que usam o ônibus suplementar e quais usam o ônibus convencional?

00:35:03 Sr. André Soares Dantas: Ela pode fazer esse levantamento sim, eu não sei, se esse levantamento já foi feito, vereadora.

00:35:11 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O contrato, onde teve compra antecipada de vale transporte, é de servidores, é de crédito de vale transporte para servidores, a prefeitura está recebendo devolução sem saber quantos servidores usam o sistema e qual sistema?

00:35:41 Sr. André Soares Dantas: Não vereadora, os créditos dizem para o público que a prefeitura determina que é atualmente o público de ...

00:35:50 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, André, foi um aditivo contratual, vocês utilizaram 20% do excedente do contrato para fazer a compra antecipada de vale transporte.

00:36:00 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Esses valores estão num contrato de vale transporte de servidores e essa devolução está sendo feita sem saber quantos servidores utilizam o sistema e qual sistema.

00:36:16 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, o que eu estou a falando para a senhora, é que existe esse controle para aqueles que estão recebendo, obviamente esse controle existe.

00:36:28 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, o senhor falou que não é feito ainda que pode vir a ser feito.

00:36:32 Sr. André Soares Dantas: Não. O que a senhora me perguntou especificamente, é se eu tenho o controle, se eu tenho a informação, falei para a senhora ... O que a senhora me perguntou é, se eu tenho um controle da utilização dos créditos ... O que eu estou respondendo para a senhora, é que eu não faço esse controle.

00:37:07 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ótimo, a SUMOB faz? Ai está sem som.

00:37:13 Sr. André Soares Dantas: A SUMOB, eu sou mobile, não fazemos esse controle, porque ...

00:37:20 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pode responder, parece que voltou. Está muito ruim.

00:37:30 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Vereadora Fernanda, eu estou ao lado do André e mas eu estou com a impressão que meu computador aqui está com uma conexão melhor, mesmo estando aqui no Wi-Fi da prefeitura, estou pensando em passar para ele aqui.

00:37:45 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu ia te sugerir isso.

00:37:47 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Seria ótimo.

00:37:49 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Melhor ele utilizar o computador do senhor, porque a sua conexão mostra para gente que ele está melhor.

00:37:55 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eu acho também.

00:37:56 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Pois é, para não ter nenhum problema, não vou afirmar qual é a marca do computador dele e a marca do meu, mas que está dando uma diferença absurda, está, então, então eu vou fazer isso, tá?

00:38:10 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O André pode sair daquele e continuar aí no seu, não tem problema.

00:38:13 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Eu vou tirar o ... nós vamos fazer isto aqui, um segundinho.

00:38:52 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O André, o que eu quero saber é o seguinte, a prefeitura tem o controle, a prefeitura, a SUMOB, o senhor, qualquer pessoa, vamos botar o poder público municipal, alguém, por favor, me ajuda. Tem o controle de quantos servidores públicos municipais usam desse crédito? Quem é? Quando é? Como é?

00:39:24 Sr. André Soares Dantas: Esses créditos foram.... Sim.

00:39:32 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Sim, então vocês têm isso planilhado?

00:39:43 Sr. André Soares Dantas: É sim. A prefeitura deve ter esse controle planilha.

00:39:47 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, deve ter ou não sei.

00:39:54 Sr. André Soares Dantas: vereadora, como não é da minha alçada, como não é da minha responsabilidade, eu posso falar pra senhora é que todo mês esse controle é feito, para gerar os créditos, nós temos que enviar uma planilha, nós a prefeituras, temos que enviar uma planilha para que os créditos sejam inseridos nos cartões dos funcionários que recebem os créditos.

00:40:23 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pois é, então a prefeitura sabe quanto que esses funcionários, nós, prefeitura fazemos o cálculo do crédito, a prefeitura sabe quantos que usa o suplementar e quantos que usa o convencional?

00:40:36 Sr. André Soares Dantas: Isso, eu não sei responder tecnicamente, porque mais uma vez, eu não faço esse controle, vereadora, mas eu, posso, a palavra não é imaginar. Mas eu acredito que é possível rastrear isso aí.

00:40:56 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá, então como que tá sendo feito uma devolução de R$700,00 (setecentos reais) mês, desde meados de 2020 pelos permissionários, se nós não sabemos o número de pessoas que está usando o sistema e como que nós estamos calculando um desconto pela prestação de serviço que nós não temos o número de servidores que utilizam o sistema convencional para utilizar desse crédito?

00:41:24 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, o importante são 2 coisas, primeiro a devolução dos créditos gradualmente a medida ...

00:41:39 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: importante é a devolução dos créditos.

00:41:42 Sr. André Soares Dantas: Houve o acordo que ... Sim, os créditos de viagem comportam, eles foram adquiridos, eles precisam ser retornados, e eles

estão sendo retornados.

00:41:54 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Isso, mas para mim, o importante, como, quando, porquê e quanto, vocês têm essa preocupação também?

00:42:04 Sr. André Soares Dantas: É lógico, vereadora, é lógico, da mesma forma que a senhora pensa, nós queremos que o dinheiro público seja utilizado da melhor forma.

00:42:11 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Mas eu não quero que o dinheiro público seja utilizado, eu quero que vocês sejam condenados, porque isso aí para mim é improbidade administrativa, município, não empresta dinheiro, vocês não, porque você não estava ai.

00:42:23 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: O, vereadora Fernanda, então, eu acho que é um caso até da gente suspender o depoimento.

00:42:31 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, porque, isso aqui é uma CPI, CPI é um processo de investigação.

00:42:35 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Porque o André está aqui, ele está na condição de testemunha. O Fernanda com todo respeito.

00:42:36 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ele tá como testemunha, ele não fez a entrega do dinheiro, e eu quero saber se ele está fazendo o controle da devolução, que é o papel dele, dá SUMOB.

00:42:47 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Pela ordem, ele veio prestar um depoimento sobre fatos.

00:42:50 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Isso.

00:42:51 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: E aqui, eu fui surpreendido com a acusação de que ele teria praticado improbidade administrativa.

00:42:55 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eu excluir, o nome dele, claramente, eu quero saber o que foi feito com o dinheiro público e hoje ele está num cargo que faz o controle da devolução. Eu quero saber, e o que eu estou ouvindo é

que nós não temos respostas.

00:43:09 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Não, a senhora disse que queria que ele seja condenado, Vereadora, eu achei isso muito grave num depoimento desse tranquilo que ele vem falar sobre os fatos, a senhora dizer que quer que ele seja condenado.

00:43:16 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não falei que quero que ele seja condenado. Eu falei que eu quero que as pessoas que passaram o dinheiro público de forma ilegal sejam condenadas.

00:43:25 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Eu sugiro que ou a gente suspenda o depoimento ou que a gente tente levar o depoimento num clima um pouco mais ameno, porque eu estou sentindo o clima cada vez mais ácido, um clima mais quente que não está sendo produtivo, com todo respeito.

00:43:32 Ver.(a) Bruno Miranda: Presidente, presidente, posso fazer uma sugestão.

00:43:40 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, eu continuo os pedidos ... Eu vou ser mais amena.

00:43:44 Ver.(a) Bruno Miranda: Presidente, eu acho que a gente precisa aqui.

00:43:45 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Deixa só o Vereador Bruno falar.

00:43:46 Ver.(a) Bruno Miranda: Presidente, só para fazer uma sugestão de encaminhamento, vereadora Fernanda já mencionou claramente que ela entende que houve a improbidade, não em relação ao André Dantas, isto ficou claro.

00:44:00 Ver.(a) Bruno Miranda: Mas de fato a gente precisa retomar o debate com serenidade e a gente está com problema também no áudio, a conexão está muito ruim, as falhas estão picantes, sistematicamente. De repente, não seria oportuno suspender e marcar uma nova data?

00:44:16 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Só se for para ... Se ele pudesse vir

pessoalmente...

00:44:19 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Eu já vou terminar meus meus pedidos de informação aqui, as perguntas que eu quero, eu já estou tendo, que a verdade é que não tem a resposta e isso aí, está muito claro para todo mundo.

00:44:29 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Dr. Hércules o microfone do senhor está ligado, se o senhor puder desligar, por gentileza.

00:44:36 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Mais 5 (cinco) perguntas aqui. No dia 5 e no dia 11 de novembro, quando teve o Enem, algumas linhas do sistema suplementar que não tem quadro de horário aos domingos, prestaram serviço. Como essas linhas serão remuneradas pela prestação de serviço nesse dia?

00:45:00 Sr. André Soares Dantas: A senhora está falando do Enem?

00:45:02 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Isso, dia 5 e dia 12 de novembro.

00:45:06 Sr. André Soares Dantas: É, não houve qualquer tratamento diferenciado em termos de receita tarifária nesses dias, não vereadora.

00:45:16 Sr. André Soares Dantas: Então, elas foram remuneradas, pela união da tarifa, com a remuneração complementar.

00:45:28 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Como é que é? Não entendi. Desculpa, você tem como responder de novo.

00:45:34 Sr. André Soares Dantas: Sim, sim, perfeitamente. Eu acho que a senhora está preocupada se existir algum tipo de é tratamento diferenciado nesses dias do Enem, certo?

00:45:45 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, eu quero saber como que o sistema suplementar que não tem quadro de horários aos domingos, vai ser remunerado pela prestação de serviço gratuita no dia 5 e no dia 12 de novembro, dia do Enem?

00:46:02 Sr. André Soares Dantas: Não há previsão de operação gratuita nos dias do Enem.

00:46:07 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Mas nós temos resposta, de que nos dias 5 e no dia 12, algumas linhas do sistema suplementar trabalharam de forma gratuita, nós temos essa resposta.

00:46:21 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E eu tenho resposta escrita do Transfácil, de que esse dinheiro vai sair também dos 220 milhões. A SUMOB também não sabe a resposta para essa pergunta?

00:46:35 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, desconheço essa resposta, se a senhora puder compartilhar comigo, não existe previsão legal nenhuma para operar nos dias do Enem com, sem cobrança de tarifa.

00:46:50 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá, eu vou te mandar o ofício respondido por ZAP agora.

00:46:54 Sr. André Soares Dantas: Por favor.

00:46:57 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Você já tinha respondido, não é, que no dia 31/10/2022, o transporte gratuito das eleições gerais, vai ser remunerado também pelos 220 milhões, certo?

00:47:14 Sr. André Soares Dantas: Não, a resposta é que nós faremos o encontro de contas no equilíbrio econômico financeiro do contrato.

00:47:24 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ah, não, desculpa, foi o Transfácil que respondeu que vai sair dos 220 milhões também. Desculpa, a prefeitura respondeu diferente.

00:47:31 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: É agora dois pontos diferentes, outras perguntas diferentes, saindo desse tema. Eu tenho um requerimento que é o 2661/2023, onde a SUMOB explicou que os cascos dos cartões da BH bus são contabilizados como o custo do sistema convencional, porque é o Transfácil quem compra esses cartões para disponibilizar aos usuários. É verdade, é isso mesmo ou não?

00:48:04 Sr. André Soares Dantas: Bom, o Transfácil compra os cascos dos cartões, e esse custo é inserido porque o primeiro cartão é disponibilizado de graça

para o usuário.

00:48:19 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E isso consta do custo do sistema convencional?

00:48:24 Sr. André Soares Dantas: Sim, e do sistema como um todo.

00:48:28 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá, e todo primeiro cartão, ele é gratuito?

00:48:32 Sr. André Soares Dantas: Primeiro cartão é gratuito.

00:48:35 Sr. André Soares Dantas: É, eu tenho aqui vereadora, a resposta ao ofício da senhora, ela está pronta, já foi encaminhada para a senhora com todas as respostas detalhando. Aliás, são 2 ofícios, um é em que detalha essa situação da compra dos cartões.

00:48:58 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ah, então, ótimo, porque esse daí eu não tive ainda acesso a esses pedidos que eles foram feitos, ainda não tinham chegado.

00:49:06 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, o primeiro cartão, ele é disponibilizado de forma gratuita pela Transfácil e aí a prefeitura coloca esse cartão no custo do sistema para o cálculo do quilômetro rodado. É isso?

00:49:23 Sr. André Soares Dantas: Só informando a senhora, que o segundo ofício sobre esse assunto, vereadora, foi pra sair da SUMOB, dia 15 de dezembro tá?

00:49:31 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ah, então, deve ser por isso, tá.

00:49:33 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, ótimo, então esse ai vou ver a pergunta, e aí, um outro que eu estou com uma dúvida aqui e aí, eu encerro. Porque eu também não vi a resposta a esse requerimento, foi explicado que o Transfácil é um custo do sistema convencional, não é? Então o Transfácil, ele entra no cálculo do quilômetro rodado, certo?

00:50:00 Sr. André Soares Dantas: Sim.

00:50:00 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E aí o Transfácil, ele cobra do sistema suplementar, 7.58%, pela prestação do serviço de gerenciamento da bilhetagem, certo?

00:50:13 Sr. André Soares Dantas: Não, pela Lei 11.458, esse percentual é de 3%.

00:50:22 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Mas essa lei é desse ano.

00:50:25 Sr. André Soares Dantas: Sim, senhora.

00:50:27 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E como que foi ... O cálculo então, vai ser feito a partir da lei desse ano, o 7.58% dos anos anteriores não entrou no cálculo do sistema?

00:50:37 Sr. André Soares Dantas: Não.

00:50:40 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Mas como vocês estão com números antigos?

00:50:47 Sr. André Soares Dantas: Desculpa, vereadora, não entendi a pergunta.

00:50:49 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Como vocês estão contando o cálculo do sistema, antes da aprovação da lei, vocês fizeram uma planilha com base no último ano, não?

00:51:00 Sr. André Soares Dantas: Sim.

00:51:01 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé:

Então, entrou com 7.58%, porque a lei é desse ano.

00:51:04 Sr. André Soares Dantas: Não, nós fizemos para esse ano, nós consideramos 3% e para o ano que vem, 3%.

00:51:14 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, o cálculo da Transfácil para

o sistema é só 3%?

00:51:20 Sr. André Soares Dantas: O cálculo do custo de tecnologia de bilhetagem para o sistema suplementar é limitado pela Lei 11.458 em 3%.

00:51:32 Sr. André Soares Dantas: Isso, que é a lei desse ano. Então tá, então, o que está entrando no cálculo da quilometragem é só os 3%?

00:51:44 Sr. André Soares Dantas: 3% (três por cento).

00:51:45 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá, e a SUMOB tem conhecimento que desde 2019, o Transfácil não faz mais um repasse individualizado, que justificou aquele acréscimo de 2/1% (dois e meio por cento) no percentual cobrado suplementares?

00:52:02 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, esse arranjo aí, como eu disse, antecede ao meu tempo e eu não tenho detalhes sobre ele, não.

00:52:11 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá, então sobre isso, o senhor não tem conhecimento?

00:52:17 Sr. André Soares Dantas: Por favor vereadora, pode chamar de você.

00:52:20 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Você não tem conhecimento disso?

00:52:22 Sr. André Soares Dantas: Não, não, senhora.

00:52:24 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá, e agora, minha última pergunta. No ofício SUMOB SMGO 707/2023, foi respondido na minha indicação da publicidade, que os recursos arrecadados com publicidade, são contabilizados como receita dos concessionários e dos permissionários, visando a modicidade tarifária, certo?

00:52:56 Sr. André Soares Dantas: Sim.

00:52:57 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé Como que funciona para o

permissionário se eles não têm política de revisão tarifária?

00:53:04 Sr. André Soares Dantas: A partir da Lei 11.458, vereadora, nós incluímos essa receita extra tarifária no cálculo da remuneração complementar, anteriormente, eles vão ter que fazer um exercício de revisão contratual, que poderá contabilizar isso no contrato deles.

00:53:30 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, não entendi, como é que é?

00:53:36 Sr. André Soares Dantas: Tudo que foi de receita acumulada ao longo do tempo, tem que ser contabilizado na revisão contratual, certo?

00:53:45 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: É, mas eles não têm revisão tarifária.

00:53:52 Sr. André Soares Dantas: Eles não têm a visão tarifária, mas eles podem pedir a revisão contratual, fica a critério deles é fazer esse pedido para que essa avaliação seja feita.

00:54:09 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ah, então eles nunca pediram para fazer a revisão tarifária em função da publicidade?

00:54:16 Sr. André Soares Dantas: Não, não pediram nada nesse sentido, mas há indicações de que farão.

00:54:23 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, tá, obrigado.

00:54:27 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Muito obrigada vereadora Fernanda. André, eu vou fazer algumas perguntas para você, mas agora, relativo à empresa BH Leste Transporte. o senhor está ouvindo?

00:54:41 Sr. André Soares Dantas: Sim, senhora.

00:54:42 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor superintendente, desde a comunicação por parte da Viação Torres Limitada ao consórcio BH Leste até a concessão de anuência por parte da SUMOB, a BH Leste Transporte S.A, passaram-se cerca de 9 meses, período no qual a BH Leste, operou sem a anuência. Em razão disso, pergunto ao senhor, qual é a posição da SUMOB quanto ao recebimento do

subsídio por parte da BH Leste Transporte S.A, no período em que estava operando sem anuência?

00:55:26 Sr. André Soares Dantas: Bom, vereadora, como eu já disse no depoimento anterior, o fato da operação ter acontecido sem a nossa anuência, está sendo objeto de um processo administrativo em que se averiguaram as responsabilidades e as providências serão tomadas.

00:55:49 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Já se iniciou esse processo administrativo?

00:55:53 Sr. André Soares Dantas: Sim, senhora.

00:55:58 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Outra pergunta, senhor André, que chegou aqui, ao nosso conhecimento, dessa comissão, que a empresa BH Leste Transportes, ela recebeu na sua garagem, 14 novos veículos 0 km, mas ainda eles permanecem estacionados sem operar. A SUMOB tem ciência da chegada desses veículos e se tem, por qual razão estes veículos ainda não estão em operação?

00:56:26 Sr. André Soares Dantas: Sim, há um processo em andamento de entrada desses veículos no sistema. Esses e mais outros que eles indicaram que entrarão ainda neste ano, mas há uma pendência de documentação, até que essa pendência seja eliminada, esses veículos não poderão entrar no sistema em diálogo por ofício. Com o SETRA há a documentação necessária.

00:57:01 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então estes ônibus, acredito que não temos mais tempo hábil para que eles possam operar neste ano de 2023, isso procede?

00:57:19 Sr. André Soares Dantas: Peço desculpa, vereadora, não ouvi a pergunta toda.

00:57:22 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor informou que tudo indica que ainda existem algumas questões administrativas para que esse ônibus .... algumas atualizações para que esses ônibus possam operar.

00:57:33 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nós já estamos no dia 19 de dezembro,

os veículos, eles deveriam já estar circulando na cidade de Belo Horizonte, porque é uma empresa, a BH Leste Transporte é uma empresa, aí que a gente tem feito fiscalização e eles têm colocado ônibus em situações precárias para rodar. E aí o senhor acredita que esses ônibus ainda vão circular neste ano de 2023 ou só irão circular em 2024?

00:58:01 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, eles só circularão independente de ser 23 a 24, se toda a documentação estiver correta e de acordo com os requerimentos legais.

00:58:12 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O Andréia, mas é por isso que a gente fica assim e nós estamos aqui rediscutindo na CPI sobre isso, porque o senhor sabia que a empresa BH Leste Transportes, ela não tinha autorização para poder operar.

00:58:27 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mesmo assim, vários depoimentos aqui, eles afirmaram que receberam, adquiriram veículos novos e mesmo assim não estão operando. E assim, e a comunidade e os munícipes, eles nos pedem uma resposta sobre isso.

00:58:41 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eles querem saber por que que tem aqueles 14 ônibus parado? Por que a prefeitura não teve essa conversa, não disponibilizou essas autorizações antes? Por que não foi feito isso? E o ano de 2023, está se encerrando e os ônibus não circularam. Senhor André, você está me ouvindo? Ah, sim.

00:59:14 Sr. André Soares Dantas: Voltou agora o áudio vereadora, pode repetir, por favor?

00:59:18 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, então assim, a gente fica sem entender por que esses ônibus novos estão parados dentro da garagem. Eu vou passar um vídeo para o senhor de uma fiscalização que a gente fez semana passada.

00:59:30 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Esse já foi até feito alguns pedido de informação, não sei se já chegou ai, se o senhor puder colocar da situação com que os ônibus na linha 9214 da empresa BH Leste, estão circulando.

00:59:42 Ver.(a) Loíde Gonçalves: É uma opinião minha, não quero que o doutor Francisco leve isso aí em consideração que eu vou falar, já até falei já com o jornal, eu, sinceramente, eu acho que isso aí é caso de prisão.

00:59:56 Ver.(a) Loíde Gonçalves: De prisão, porque nós recebemos a senhora Ester que a diretora operacional que nesta nessa CPI, ela nos informou que todos os dias antes dos ônibus saírem, eles fazem a fiscalização. Nós paramos ali, fizemos a fiscalização, 2 ônibus com 4 ... ó, cada ônibus com 4 pneu careca, em estado precário, pode colocar o vídeo.

01:00:17 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Não sei se o senhor vai conseguir acessar os vídeos. Eu gostaria Sr. André, que o senhor prestasse atenção nesse vídeo, porque o que a gente está observando nas ruas é que a prefeitura não está fazendo essa fiscalização, nas linhas que necessitam fazer.

01:00:36 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Colocar um ônibus, que sai da garagem nessas condições, olha as condições do pneu? Olha se tem condições de um ônibus desse estar circulando na cidade de Belo Horizonte gente, lá no bairro Havaí. Isso aí é todos ... olha aí, ó, isso é o óleo de freio.

01:00:53 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso aí gera um risco tão grande para a vida das pessoas, para a vida do motorista, para a vida dos usuários e essas fiscalizações a gente tem observado que não tem acontecido. Tudo bem, tem que mandar reclamação para o WhatsApp da SUMOB, mas o que está adiantando?

01:01:10 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Essas denúncias, está indo alguém lá fiscalizar? Tem um outro ônibus também que está circulando, que a gente vai passar o vídeo dele aí, ele está assim, uma parte de trás da traseira do ônibus, este veículo nós tentamos parar e conversar, ele estava com ... não, esse daí é o outro, esse daí é do pneu careca, esse daí ele não teve nem condições de voltar a circular, porque a polícia militar de trânsito chegou ao local e recolheu ele por parte do Detran.

01:01:40 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque gente, não tem condições de andar com ônibus desse, olha a traseira. são ônibus da empresa BH Leste Transportes, que tem na garagem 14 veículos novos.

01:01:50 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O que a prefeitura está fazendo sobre isso? Eu entendo, não é a pessoa do senhor, a gente sabe ali ... a gente não está aqui querendo faltar com respeito a sua pessoa. A gente só quer que atitudes sejam tomadas, o papel nosso é fiscalizar e o que eu falo, para os usuários, o que eu vou falar para eles?

01:02:09 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Fizemos a fiscalização na semana passada desse veículo, esse veículo sem autorização, faltando parte do ônibus, todo sujo, em péssimas condições, mas voltou a circular. O outro veículo, que também estava com 4 pneus carecas, esse 4352 aqui, esse ônibus, o senhor não acredita?

01:02:32 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu tenho imagens desse ônibus, que o nosso usuário mandou para gente, circulando hoje na estação. Ele está dentro de uma estação circulando, então, assim, o que a SUMOB, o que nós que estamos aqui representando o povo, estamos fazendo?

01:02:48 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque assim a gente fica assim, enxugando gelo, aqui nesta CPI completamente, porque o ‘que vai acontecer? A situação do transporte público da empresa BH Leste, 14 ônibus novos na garagem.

01:03:04 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Essa empresa, eu não sei nem se o senhor tem conhecimento de quantos ônibus que essa empresa vai receber, quantos ônibus a outra linha vai receber, a gente está falando de 3 linhas, que são precárias, que é a 815, 9214, a 9211, a Goiânia-A, a Goiânia-B, são ônibus que estão em péssimas condições e que carregam um fluxo muito grande de passageiros todos os dias.

01:03:34 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então assim, a gente quer o resultado dessa CPI, a gente quer que esses ônibus que estão lá parados, que a prefeitura tome providências, já que deu autorização, tem que resolver o problema da empresa.

01:03:50 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Agora eu, na minha opinião, isso é caso de prisão, porque a senhora Ester esteve nesta comissão, ela estava aqui sob Juramento e ela deu falso testemunho aqui. Ela falou que fiscaliza os ônibus, que ela é uma diretora operacional e que ela tem conhecimento de todos os ônibus que saem daquela empresa, ela mentiu aqui, isso é muito grave.

01:04:12 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque você vai na rua, encontra um ônibus naquela situação, colocando em risco a vida das pessoas, o que a gente vai poder fazer com isso? Qual é o nosso papel? Eu gostaria que o senhor me respondesse, o que o senhor vai fazer com isso? Qual a atitude que a prefeitura vai tomar? Qual a atitude? Ah, vai descontar no subsídio, então, essas empresas ganham milhões e milhões por dia.

01:04:38 Ver.(a) Loíde Gonçalves:

Infelizmente eu acho o valor muito baixo que está sendo devolvido, pelo tanto de dinheiro que eles recebem, é baixo. O senhor vai me desculpar, 15 milhões, 8 milhões, para mim, eu falo gente, olha o que a população está passando, nós estamos aqui com pessoas que têm mobilidade reduzida, não consegue utilizar o transporte público por falta de manutenção no elevador.

01:04:59 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quando tem um elevador que funciona, o ônibus está sem autorização de tráfego, quando tem autorização de tráfego, o ônibus do elevador não funciona.

01:05:07 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Hoje, para o usuário chegar até CPI, não teve condições de pegar o transporte público, por que não estava funcionando, a gente está falando da empresa BH Leste Transportes, essa empresa que está sendo aqui investigada na CPI. O que eu peço para o senhor, é que o senhor tem que olhar para isso.

01:05:22 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor tem que cobrar essas fiscalizações, a gente está levando, a gente está fazendo o nosso papel, mas oque a prefeitura tem feito? porque o mesmo ônibus que nós fiscalizamos saiu nos jornais, todos tiveram acesso, a gente fez pedido de informação, não sei se chegou na mão do senhor, mas saiu no jornal, vamos lá, vamos fazer o nosso papel ... vamos dar uma resposta, vão fingir que nós estamos trabalhando, vamos lá pegar aquele ônibus, dar uma resposta para a população, não.

01:05:48 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O ônibus está circulando hoje na estação, foi visto ele, tem imagens do ônibus circulando, não sei se tem ele aí, se estar o vídeo do ônibus, circulando, tem vídeos do ônibus circulando hoje, então eu gostaria que o

senhor nos respondesse, o que que vai ser feito, o que a prefeitura vai fazer?

01:06:07 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vamos colocar esses 14 ônibus para rodar? O que está faltando? Porque a autorização não saiu? Não deu anuência, eles não estão podendo operar? Receberam subsídio, estão tendo dinheiro, não estão comprando ônibus. E agora? Como que vai fazer? Porque o ano de 2023 já está acabando, ano que vem vai ser mais dinheiro para o transporte público. E a resposta desse ano que a gente tem que dar?

01:06:33 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque o valor devolvido foi muito pouco em relação ao tanto de denúncias que a gente tem recebido e eu nem sei como é que esse cálculo é feito. Fora a questão dos ônibus que estão circulando durante o dia, sem os ônibus vazios, que a gente tem recebido também.

01:06:49 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu gostaria que o senhor falasse hoje aqui, que é o último depoimento do senhor, o 'que o senhor vai fazer para nossa Belo Horizonte, para o transporte público, qual é a resposta que o senhor vai dar para mim? Para eu falar, para as pessoas com deficiência, que vai melhorar o transporte, que o botãozinho do elevador vai funcionar, me ajuda nisso aí, eu preciso da ajuda do senhor. Eu preciso que a prefeitura me ajude.

01:07:15 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque estão aqui, ó, na minha frente, o que nós vamos fazer? Se não tem condições de operar, nós já demos a sugestão aqui nesta CPI várias vezes, como que deveria ter sido feito, mas, ninguém está fingindo que está acontecendo nada. As coisas estão acontecendo.

01:07:32 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nós tínhamos uma fatalidade, igual aconteceu no posto de saúde, quase uma fatalidade. Aí nós vamos mudar, vamos tirar esses ônibus, vamos encostar os ônibus, eu gostaria que o senhor usasse esse momento, para o senhor falar sobre isso. Sobre, principalmente sobre essa empresa BH Leste Transportes, que é o que a gente está discutindo aqui.

01:07:51 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Essas linhas que estão operando em péssimas qualidades, em menos de 1 mês, 3 acidentes e aí, o que nós vamos fazer? Está tendo manifestação quase todos os dias dentro da estação São Gabriel, por conta dessas linhas.

01:08:03 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: O, relatora, se eu puder só fazer uma intervenção breve, a senhora me escuta bem?

01:08:10 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Perfeito.

01:08:12 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Eu queria, só confirmar, até para facilitar a resposta do depoente e a produtividade aqui do nosso trabalho. Se a sua pergunta objetivamente é o que a gestão atual da superintendência tem feito para aprimorar a fiscalização? Porque a senhora fez menção a possível cometimento de crime. Mas eu queria confirmar que isso não foi uma imputação ao depoente, né?

01:08:38 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Não, estou falando assim, de responsabilidade, porque vieram aqui nesta CPI, diretores da empresa e nos afirmaram que são feitas fiscalizações diárias, que os ônibus antes de sair para a circulação, é feita a fiscalização. Quando eu estive na empresa, a gente nem pôde olhar os ônibus direitos.

01:08:55 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Os ônibus com problema não estavam lá, ne Bráulio, não sei se você viu? Os que estavam, estavam lá no mecânico e a gente conseguiu olhar, os ônibus com defeito, estavam na rua.

01:09:06 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu estou falando questão de responsabilidade de crime, não do nosso amigo aí, do André. Eu estou falando das pessoas que estão mentindo aqui nesta CPI, que estão falando que estão fazendo o trabalho, não estão sendo feitas. Porque na hora que acontecer um acidente, está tudo gravado, tem as falas de todo mundo aqui... É, pois é, quantas reclamações, quantas reclamações estão sendo feitas?

01:09:37 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: É uma pergunta muito pertinente porque, como todos sabem ... Em que o depoente, efetivamente ...

01:09:52 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O doutor Francisco.

01:09:54 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Presidência do órgão, que assumiu a gestão do contrato, então já dá para ... claro que há pouco tempo, mas já é possível, ele responder, é como ele tem tratado a questão da fiscalização. Então eu

queria só ... fazer essa moldura, para que a resposta dele fosse adequada dentro do objetivo da CPI. Mas ele havia comentado comigo aqui, André, que você precisa fazer uma parada técnica aqui pra..

01:10:17 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Dr. Francisco o senhor... Dá uma para o André fazer uma análise aí. Mas eu acho que o André tem capacidade de questionar a Loíde, a pergunta que ela está fazendo, então, se o André tiver dúvida de qual é o questionamento, eu acho que cabe a ele, fazer o questionamento e não o senhor conduzir.

01:10:37 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Não, não...

01:10:41 Ver.(a) Bruno Miranda: O Fernando o procurador está lá, justamente para auxiliar nessas suas dúvidas.

01:10:43 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, o procurador não está lá para auxiliar, o procurador está lá para defender o cliente dele, mas na hora que ele conduz a pergunta da Loíde, quem tem que fazer o questionamento se não entende a pergunta, é o André, porque o depoimento é dele.

01:10:58 Ver.(a) Bruno Miranda: O procurador .... para não haver dúvida na resposta.

01:11:00 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Doutor Francisco, termine.

01:11:02 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: O, vereadora, Fernanda, com todo respeito. Primeira coisa, eu queria fazer 2 ponderações, primeiro, uma que eu tenho certeza que a doutora Fernanda, minha colega, que eu tanto admiro, vai concordar comigo.

01:11:11 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Como na fala da relatora e na pergunta, houve várias menções a possível cometimento de crime, eu tinha que fazer essa intervenção, para deixar claro ...

01:11:17 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, porque ficou muito claro, doutor Francisco, que eu não me referi ao André.

01:11:21 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Agora, doutor Francisco, se o senhor falar pra mim, o senhor vai ter que falar nesse microfone, que o senhor vê um ônibus, o ônibus nessa situação. Se o senhor falar para mim, que isso daí não tem que ter responsabilidade, colocar um ônibus com 4 pneus careca, o ônibus até hoje está dentro do pátio da BHTrans.

01:11:37 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se isso dali para mim, não é caso de prisão, não estou falando do doutor André não. As pessoas que estão acompanhando a CPI, sabem quem que estou falando, colocar o ônibus naquela situação para andar no bairro Havaí, colocando em risco a vida das pessoas. Se fosse o motorista, batesse aquele ônibus ali, ele iria ser preso, ele sairia dali preso.

01:11:52 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Obrigada viu, Relatora, exatamente isso.

01:11:54 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas a responsabilidade iria ser de quem? Porque alguém está autorizando, eu quero ... É isso que eu estou falando aqui, gente, alguém está autorizando o ônibus sair de dentro da garagem naquela situação, quem é que faz isso? Quem é ... A prefeitura não tem esse controle? Porque nós fizemos a fiscalização, saiu no Tempo, mandamos pedido de informação para a prefeitura.

01:12:13 Ver.(a) Loíde Gonçalves: É isso que a gente está questionando, não adianta eu ficar aqui falando, CPI já está quase no seu final, a gente tem que dar uma resposta, a gente não está querendo que punir as pessoas não, a gente está querendo trazer melhoria para o transporte público.

01:12:25 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Agora, no meu ponto de vista, falei gente, na minha opinião aqui, é caso grave, portanto, que é caso de polícia que eu chamei a polícia. Eu chamei a polícia militar, porque você ... O que eu ia fazer? ia deixar? A empresa BH Leste, chegou lá na hora, queria trocar o pneu, os pneus dos ônibus na nossa frente.

01:12:43 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora espera 2 horas e meia, que nós vamos trocar os pneus aqui, gente, pelo amor de Deus, é rir da cara da gente, não respeitar um parlamentar, não respeitar a polícia militar.

01:12:53 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Que iriam retirar o veículo dali e voltar para garagem, o veículo está parado até hoje, lá no pátio da BHTrans, porque não tiraram o veículo de lá. Qual é o problema que tem, já que era só os pneus? Se for só os pneus iam lá, resolvia.

01:13:10 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Doutor Hércules, é essa resposta que eu gostaria que o senhor desse para a sociedade hoje, que é o último depoimento do senhor. Doutor André, Dr. Hércules, não é o senhor agora, não. Eu vou suspender aqui o doutor André. O doutor Francisco, foi só um erro aí viu, de nome.

01:13:30 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Eu vou suspender por 5 minutos, para o André tomar uma aguinha, porque a gente sabe que ele está passando ... Às 10:00, às 11:00 e.

01:13:45 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Ele está com diagnóstico recente, é uma situação delicada.

01:13:47 Ver.(a) Loíde Gonçalves: sim. Às 11 horas e 13 minutos, eu suspendo essa reunião.

01:14:24 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Às 11 horas 18 minutos nós retomamos aqui a reunião. Doutor Francisco, André, Hércules.

01:14:39 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Só um instante, por favor, 4 segundos, por favor.

01:14:48 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tá, vou suspender então, por mais 2 minutos.

01:14:53 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Muito obrigado.

01:14:54 Ver.(a) Loíde Gonçalves: 11 horas, 18 minutos, suspendemos por mais 5 minutos. Às 11 horas e 25 minutos, nós retomamos aí a nossa reunião, doutor Francisco, tá me ouvindo?

01:15:20 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Muito bem.

01:15:22 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Andrei, consegue nos responder

por gentileza?

01:15:26 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Consegue, só queria, só fazer aquela rápida intervenção para passar a palavra para o depoente e para agradecer todo o esclarecimento Relatora que a senhora fez de que a imputação não é do possível crime, não se fazia em face do depoente, até porque ele é superintendente da SUMOB e a gente está falando de um fato, Lá na ponta da fiscalização.

01:15:49 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: E aí eu queria com isso lhe agradecendo, porque eu acho que responde muito bem ao questionamento, que a vereadora Fernanda me fez quanto a pertinência da minha intervenção e eu não estou aqui para ajudar de forma nenhuma o depoente. Eu não tem conhecimento técnico sobre esse assunto, não vinha acompanhando esse assunto.

01:16:10 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Então, não estou aqui para ajuda lo, não acho que ele precisa de ajuda e a conclusão minha no sentido de dar uma moldura mais clara à pergunta, foi justamente para uma vez esclarecido, que não havia imputação de lista, até porque se houver aqui imputação direta ou indireta ao depoente, eu acho que fica prejudicado o depoimento.

01:16:29 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: E isso não está acontecendo, então acho que quanto a isso não tem dúvida, mas uma vez feito isso, então, para que haja um direcionamento mais claro quanto ao questionamento fático que está sendo feito e cabe a ele, não cabe a mim, eu não tenho nada que ajuda lo e ele não precisa de ajuda. Eu não tenho condição de ajuda lo. Então queria ...

01:16:53 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Falhou.

01:16:54 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Agradecer pelo esclarecimento que a relatora fez ... aqui passando a palavra para ele, muito obrigado.

01:17:00 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, eu quero dizer à senhora que essa situação tira o meu sonho. Certo? Existe um comprometimento muito grande, meu, de toda equipe da SUMOB, de fiscalizar, de não deixar que isso aconteça.

01:17:20 Sr. André Soares Dantas: Agora, se a empresa de forma deliberada atua no sentido de burlar as nossas fiscalizações, que, diga-se de passagem, aumentaram significativamente, as autuações aumentaram significativamente.

01:17:41 Sr. André Soares Dantas: E se essa empresa se presta a burlar o nosso esquema de fiscalização e atuar de forma irregular, nós aplicamos todas as penalidades contratuais previstas, nós aplicamos todas as penalidades estabelecidas pela Lei 11.458, e nós faremos tudo o que for possível em todos os meios legais para que é essa situação seja revertida. Então é o meu compromisso, é a minha atuação e dá toda a equipe da prefeitura, da SUMOB atuando nisso.

01:18:25 Ver.(a) Bráulio Lara: Superintendente André Dantas, eu gostaria de fazer um gancho nessa sua resposta e te questionar, quais são essas autuações? Quando a prefeitura teve a oportunidade de se juntar numa peça promovida pelo Ministério Público de Minas Gerais, para anular o contrato e começar tudo do zero, a prefeitura não quis.

01:18:54 Ver.(a) Bráulio Lara: Em vez dela estar junto no polo ativo, ela, na verdade, não quis participar desse movimento. Depois nós tivemos esses capítulos todos da época da pandemia, adiantamento de vale transporte que a gente sabe que não foi adiantamento de vale transporte nenhum, porque não existe controle de crédito sobre vale transporte, a CPI da caixa preta da BHtrans mostrou isso, a CPI da COVID mostrou isso.

01:19:26 Ver.(a) Bráulio Lara: Nós tivemos grupo de trabalho para revisão do contrato e revisão da política tarifária, nada foi feito e o mundo de faz de conta da prefeitura continua imperando.

01:19:40 Ver.(a) Bráulio Lara: Nós não vemos ações práticas, as pessoas que foram convidadas a se manifestar reclamando no WhatsApp recebem respostas padronizadas e a gente não vê nenhuma ação efetiva. Todas as multas que foram aplicadas no sistema, ainda então, apuradas na época da CPI da caixa preta, da BHtrans, nada foi pago.

01:20:05 Ver.(a) Bráulio Lara: Eu não sei se cada uma dessas medidas que o senhor acaba de colocar, é só para inglês ver, nada chega nas vias de fato, porque

na hora que tinha que pegar e ser duro e falar que o sistema não podia fazer uma troca de empresa sem a devida anuência, o que a gente viu? A Empresa BH Leste S.A, recebendo o subsídio, a empresa BH Leste S.A, operando com nome de ônibus em outras companhias.

01:20:36 Ver.(a) Bráulio Lara: A gente viu uma série de irregularidades e o que a prefeitura fez? Simplesmente ajustou a situação ao final do ano e está tudo andando, os ônibus, que são ruins e que estão sendo reportados pelas pessoas, mudam de linha, eles não são tirados de circulação não, só tenta se fazer uma movimentação para fazer com que a vida do fiscal seja dificultada. Isso tudo está acontecendo debaixo do nariz de vocês.

01:21:06 Ver.(a) Bráulio Lara: E o pior André, e que nós, vereadores, estamos aqui em representação à população, fazendo uma comissão parlamentar de inquérito para buscar uma melhoria mínima no sistema, porque na verdade ela é mínima, sabe por quê? Porque o sistema já tinha como obrigação prover isso.

01:21:26 Ver.(a) Bráulio Lara: Vocês tinham obrigação de fazer isso ser garantido e o que nós estamos vendo é, sempre um gerúndio infinito, estamos fazendo, já estamos ajustando, mas nisso passa um ano numa velocidade, passa 2 anos, vai passar um mandato. Ano que vem, na hora das eleições, eu quero ver o prefeito lá falando que tá tudo lindo e nós os vereadores chatos que estamos sempre em cima do lance, cobrando, não estão inventando, isso é uma questão política, estão querendo desgastar a imagem do prefeito, desgastar nada o prefeito é que tá desgastando a cidade inteira.

01:21:59 Ver.(a) Bráulio Lara: E a gente está cansado de reclamar, cansado de levantar essa Bandeira de alerta e mobilidade urbana, é um assunto mais Sério e relevante que a cidade tem. É igual quando acontece um acidente que a defesa civil vai lá, a primeira coisa que eles procuram saber se teve o ART do Crea na reforma, que o não sei o que e tal, para saber se a documentação está certa.

01:22:21 Ver.(a) Bráulio Lara: Na hora que um bendito ônibus enfia num poste porque estava sem freio, vai todo mundo lá para saber o que tinha autorização de tráfego? "Ah, não estava regular", regular nada, os ônibus estão saindo das

garagens sem o menor pingo de condição mecânica de tá nas ruas. E aí, se a gente for pra análise legal, as empresas têm que estar atendendo a idade máxima dos veículos e não estão.

01:22:48 Ver.(a) Bráulio Lara: O prefeito, ex-prefeito Alexandre Kalil, lá em uma atitude desesperada, prorrogou o prazo, mas agora a gente está vendo essa quinquilharia de ônibus que não tem um pingo de condição ainda rodando, e aí eu vou colocar aqui agora uma questão que é justamente o seguinte, foi falado aqui nessa CPI.

01:23:09 Ver.(a) Bráulio Lara: Que justamente pelo dinheiro do subsídio que estava se viabilizando, comprar ônibus e aí vem a grande questão, porque fica muito claro que esses novos veículos que estão sendo comprados, estão sendo comprados por causa do dinheiro público que foi injetado no sistema, o subsídio e se as empresas sabiam que tinham que fazer renovação de frota e não fizeram no prazo que deveriam fazer, absorvendo nos seus nos seus fluxos o dinheiro que tinha que estar provisionado para a renovação de ônibus, sendo que trata-se de uma concessão de 20 anos, começou em 2008 e vai até 2028.

01:23:50 Ver.(a) Bráulio Lara: A gente estaria premiando a má gestão, aqueles que se provisionaram e que fizeram o para casa de ir renovando a frota de acordo com o estado de desgaste desses equipamentos, esses, na verdade ficaram prejudicados. Agora, aqueles que deixaram tudo ruim, tudo se desgasta até o final, tudo deixado no estado de calamidade que a gente vê, agora receberam uma injeção de recurso público e que estão lá fazendo aquisição dos ônibus.

01:24:19 Ver.(a) Bráulio Lara: E isso não deveria ser uma obrigação contratual a ser cumprida e não uma benesse do poder público de entregar dinheiro do subsídio para comprar ônibus. Qual é a interpretação do senhor sobre esse capítulo que a gente vive na cidade?

01:24:42 Sr. André Soares Dantas: Vereador, obrigado, bom dia. Eu entendi o relato do senhor, eu entendi a insatisfação do senhor, eu queria só confirmar por gentileza ...

01:25:07 Ver.(a) Bráulio Lara: André, na hora que você fez a pergunta sumiu

o áudio para gente, então eu não entendi nem qual foi a dúvida do senhor.

01:25:14 Sr. André Soares Dantas: Tá, vereador, eu só queria saber qual é a pergunta específica que o senhor está fazendo para mim.

01:25:23 Ver.(a) Bráulio Lara: A pergunta específica é sobre o dinheiro do subsídio estar custeando aquisição de veículos novos, isso não deveria ser uma obrigação contratual que eles deveriam cumprir e não o dinheiro do estado, o dinheiro da prefeitura está bancando essa aquisição de veículos?

01:25:51 Sr. André Soares Dantas: Bom, vereador, para responder a sua pergunta, eu preciso explicar que no modelo definido pela Lei 11.458, nós computamos todos os custos, a serem imputados ao sistema e um dos custos é a aquisição, é a remuneração, é a depreciação dos veículos.

01:26:18 Sr. André Soares Dantas: Então, no meu entender é incorreto falar que o dinheiro da remuneração complementar está indo para comprar veículos novos, ele está indo para remunerar complementarmente a receita tarifária e a receita extra tarifária.

01:26:39 Ver.(a) Bráulio Lara: André, o senhor já viu aquela propaganda que está estampada nos backbus? Lá está de todo tamanho quem é que fez aquisição de 420 ônibus foi a prefeitura, e aí?

01:26:55 Sr. André Soares Dantas: Vereador, o que a propaganda mostra ... dos 420 ônibus é ou mais, foram possíveis de aquisição em função da ação que foi feita com a lei 11.45 8, que possibilita a renovação da frota e a adição de 240 carros novos ao sistema, certo? Então, são 180 renovados, 240 novos e isso é parte da lei.

01:27:31 Sr. André Soares Dantas: O que se está se falando, o que se está divulgando é que, com o esforço que foi feito a partir de um novo modelo de remuneração, nós observamos isso e se isso não tivesse acontecido? Se a lei não fosse sancionada, se os recursos não fossem direcionados para o sistema como um todo.

01:27:59 Sr. André Soares Dantas: Nós não teríamos 4 e 50 hoje, nós não

teríamos uma gradual melhoria do sistema, uma gradual confiabilidade, melhoria da confiabilidade do sistema, nós precisamos reconhecer, há problemas, eles são históricos e, finalmente, nessa gestão, eles foram enfrentados uma nova perspectiva, aquilo que se é configurou ao longo de muitas gestões.

01:28:31 Sr. André Soares Dantas: Belo Horizonte tem uma perspectiva de futuro que...

01:28:38 Ver.(a) Bráulio Lara: André, sua voz novamente falhou.

01:28:40 Sr. André Soares Dantas: Muita convicção que nós estamos na direção da oferta para melhorar. Não, senhor ..., por favor… finalizar, porque eu ouvi pelo senhor quase 5 minutos.

01:28:51 Ver.(a) Bráulio Lara: Não, nós estamos falando é que está tendo um problema técnico, a gente não está te ouvindo, não estou te interrompendo.

01:28:58 Ver.(a) Loíde Gonçalves: É o som que não está saindo, o senhor está com a palavra.

01:28:59 Sr. André Soares Dantas: Estão me ouvindo agora?

01:29:05 Ver.(a) Bráulio Lara: Ok, estamos.

01:29:09 Sr. André Soares Dantas: Tá, então eu quero só finalizar dizendo que a perspectiva Futura é muito boa, se a gente olhar o ao nosso redor, cidades, sistemas que têm uma perspectiva muito pior do que a nossa, porque não investiram como nós estamos investindo, não se muda uma situação sem o investimento que nós estamos fazendo para superar o passivo que foi acumulado ao longo dos anos.

01:29:41 Sr. André Soares Dantas: Então toda a insatisfação, eu concordo vereador, nós temos que melhorar e nós estamos trabalhando para melhorar e eu acho que seria muito injusto dizer que nós não fizemos nada, nós fizemos muita coisa. O simples fato da lei 11.458 existir, no esforço hercúleo para viabilizá-la de todos os sentidos políticos, financeiros, emocionais, é um avanço.

01:30:18 Sr. André Soares Dantas: Então eu quero responder

especificamente o senhor, nós estamos com uma tendência de melhoria e nós temos a possibilidade de ter um futuro.

01:30:33 Ver.(a) Bráulio Lara: André, de forma objetiva, o senhor não respondeu a pergunta e esse é o questionamento, a prefeitura, ela vai estudar a possibilidade de pedir reversão então, desses veículos, no final do contrato, em nome de quem que cada um desses ônibus estão sendo adquiridos fica? Quem é o proprietário?

01:30:56 Sr. André Soares Dantas: Vereador, eu respondi sim, objetivamente sim à pergunta, os custos da aquisição dos veículos são parte do sistema.

01:31:06 Ver.(a) Bráulio Lara: São das empresas? O veículo é da empresa ponto.

01:31:10 Sr. André Soares Dantas: O veículo será ao final do contrato, revertido como um residual que será computado na revisão contratual final dele.

01:31:21 Ver.(a) Bráulio Lara: Espera aí, André, olha só, olha só que salada, quem foi lá e comprou? A nota fiscal sai em nome de quem? Os carros, os novos, de quem?

01:31:36 Sr. André Soares Dantas: A nota fiscal sai no nome das empresas concessionárias.

01:31:40 Ver.(a) Bráulio Lara: Então elas são as donas dos veículos, ponto.

01:31:43 Sr. André Soares Dantas: Mas por contrato, por contrato ao final, ao final se faz uma avaliação do equilíbrio econômico financeiro, esses veículos.

01:31:52 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O contrato só paga em 10%, André.

01:31:55 Sr. André Soares Dantas: Mas esse é o valor residual, vereadora.

01:31:58 Ver.(a) Bráulio Lara: Então você quer dizer que os veículos que estão sendo comprados no ano de 2023, que vão rodar durante 5 anos até o final do

contrato, porque o contrato é de 2028, encerramento dele, eles, ao final desse contrato, eles vão sair com o valor residual de 10%? Não faz sentido.

01:32:20 Sr. André Soares Dantas: Nós analisaremos para cada veículo, nós analisaremos, a prefeitura, no processo de revisão contratual, acho que acho ...., analisará num exercício de revisão contratual o valor do bem que está sendo considerado no contrato, é isso.

01:32:38 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, André, essa pergunta, sabe por que a pergunta é pertinente, porque ao final do processo de 2028, ninguém pode garantir que as mesmas empresas que estarão prestando serviço não, porque passaremos por um novo processo licitatório. Concorda? Então, os ativos são de quem? Do município ou das empresas? Hoje eles são das empresas. ok?

01:33:09 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Doutor Francisco, o senhor quer falar no microfone? É por isso que eu estou falando, que está indicando a resposta para o cliente. Eu te conheço? O senhor me conhece. Nós estamos vendo você falando a resposta para o André Dantas.

01:33:25 Dr. Francisco de Melo Franco Ferreira: Não, não estou falando resposta nenhuma não, vereadora, que que é isso.

01:33:31 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, não existe essa história, o contrato diz que os bens pertencem a tudo, tudo vai ser parte de uma análise final, é assim que funciona em qualquer contrato.

01:33:44 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não. Esse contrato fala que 10% do valor dos ônibus será computado para a revisão tarifária, 90% desses veículos está sendo dada pelo município, num ônibus que tem data de validade de 12 anos, de uma recente alteração feita pela SUMOB, a legislação de Belo Horizonte permite que os ônibus rodam com até 12 anos.

01:34:15 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O nosso contrato só tem mais 4 anos, estamos dando, deixa eu ler, deixa eu ver aqui a fotinho que eu tirei de trás do ônibus, deixa eu ver quantos ônibus nós estamos doando, 420 ônibus.

01:34:33 Ver.(a) Bráulio Lara: André, você quer comentar? Você quer responder?

01:34:36 Sr. André Soares Dantas: Sim, eu discordo do entendimento, então, assim como muitas outras coisas foram faladas, há um entendimento da nossa parte, está sendo colocado há nossa intenção de agir de forma correta, dentro dos preceitos contratuais e legais. Mas se existe a divergência na opinião, nada mais cabe a mim do que respeitar a opinião de vocês, que é divergente da minha, então é isso.

01:35:07 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Não, eu não estou dando opinião não, estou falando do contrato, eu estou mentindo que o contrato fala em 10%?

01:35:14 Sr. André Soares Dantas: Vereadora, se a senhora está falando.

01:35:15 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então, espera aí, que eu vou pegar o contrato, eu vou ler o pedaço dele aqui.

01:35:20 Sr. André Soares Dantas: Não sei, vereadora, eu acredito na senhora.

01:35:22 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nós vamos suspender às 11 horas e 46 minutos, nós suspendemos a reunião por 5 minutos.

01:35:38 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Às 11 horas 51 minutos, nós retomamos a nossa reunião e prorrogamos por mais 1 hora.

01:35:47 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: André, deixa eu te mostrar, o contrato fala que só o citybus é reversível. Certo? Tem uma resposta onde nós temos, onde vocês estão colocando como valor residual 10% dos veículos. Certo?

01:36:12 Sr. André Soares Dantas: Certo, vereadora. Posso tentar explicar mais uma vez?

01:36:15 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Pois é, eu vou esses 3 dados. aí você vai explicar para a gente poder entender e aí tem uma resposta sua no pedido de informação, que é o 465/2023 que consta isso daqui ó, abre aspas, "Por fim, cabe também destacar que os custos relativos a veículos estão relacionados na planilha

de custos. O que compõe a orçamentação dos sistemas, conforme definido nos artigos segundo e quinto da Lei 11.458/2023. A cada tipo de veículo é atribuído um valor residual que não é depreciado, razão pela qual, ao fim de sua vida útil, não caberá reversão do bem ao poder público." Fecha aspas.

01:37:04 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Então só mostrando a vida útil de qualquer ônibus em Belo Horizonte por lei é de 12 anos, nosso contrato só tem mais 4 anos, nosso contrato só o citybus é reversível e na planilha o valor residual dos veículos que vocês colocaram é de 10%.

01:37:21 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Só para mostrar que não é uma questão de interpretação, são informações, então pode ficar à vontade para explicar para a gente.

01:37:41 Sr. André Soares Dantas: No meio da pergunta da vereadora, parou o áudio dela.

01:37:51 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Ah, então ...onde que parou?

01:37:55 Sr. André Soares Dantas: Parou que você falava que o valor residual é de 10%.

01:37:59 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: É porque consta na planilha, certo? ai, você leu o que eu li entre aspas, que foi a resposta, deu para ouvir?

01:38:06 Sr. André Soares Dantas: Eu ouvi.

01:38:07 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá. Então pegando aqui no nosso contrato, só o Citibank é reversível, pegando a planilha onde tem uma resposta sua, que só 10% está constando e pegando esse que eu li entre aspas e considerando que o nosso ônibus, ele tem vida útil de 12 anos, mas o nosso contrato só tem mais 4 anos, explica pra gente. Como que nós não estamos entregando um ônibus pro sistema? O sistema não, para empresa?

01:38:42 Sr. André Soares Dantas: A haverá um exercício de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, onde serão computados os valores residuais. Nós estamos remunerando e deprecia ... estaremos depreciando e remunerando esses

veículos no período que eles serão utilizados.

01:39:03 Sr. André Soares Dantas: Então, quando se calcula o custo do sistema, será considerada essa vida útil até o final do contrato, ponto, então, não existe entrega de valor nenhum. O bem, ele é remunerado e depreciado a um custo referente à utilização dele, a aquisição dele, daí a necessidade de fazer todo o cálculo com muita exatidão, assim como nós estamos fazendo, é isso.

01:39:32 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Tá, a última análise de equilíbrio, econômico-financeiro e de revisão tarifária em Belo Horizonte aconteceu quando?

01:39:45 Sr. André Soares Dantas: Bom, a senhora sabe muito melhor do que eu, que essa parte está judicializada, há um processo em andamento e que nós tivemos uma primeira revisão na Ernst & Young, a segunda da Ernst & Young e a terceira da Maciel, que é parte do processo que está em andamento.

01:40:08 Sr. André Soares Dantas: Eu estou-me referindo à revisão final do contrato, que tem …. e tem que acontecer ao final dele.

01:40:17 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Mas como é que nós vamos fazer uma revisão final do contrato, se a gente pulou 2 revisões de quadriênio?

01:40:25 Sr. André Soares Dantas: Meu entendimento, vereadora, é que essa revisão final do contrato é necessária para encerrar, assim, não se limita porque houve ou deixou de haver um conjunto de revisões ao longo do ...

01:40:43 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: O André, eu acho que ... eu acredito, eu tenho certeza que vocês me entendem, porque a teoria é lindo, mas a prática que a gente vê é outra. Então assim, cada ônibus custando aí 600 mil reais, 420 ônibus, sendo comprados com dinheiro de subsídio. E eu pessoalmente que estou acompanhando essa ação judicial, foi lindo, eu estava cheia de Esperança lá em 2022, quando a gente assentou na mesa e todo mundo concordou em fazer uma auditoria.

01:41:19 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: E nós estamos aí há mais de 1 ano, e se quer contratar a empresa que vai fazer essa auditoria foi contratada, sabe? Mas

é isso, Deus nos ilumine, obrigado.

01:41:35 Ver.(a) Bráulio Lara: André, eu vou finalizar também aqui a minha última questão. Já que o contrato é um lixo, não está servindo para nada, quando a gente vai para os questionamentos, ele não pode ser referência, quando as CPIs fazem os encaminhamentos, a gente relativiza parâmetros, a cidade não sabe exatamente o que que ela deve seguir ou não.

01:41:58 Ver.(a) Bráulio Lara: E hoje o que a gente vê é que, com esse meio bilhão de recurso público dentro do sistema, a gente não consegue nem ter um relatório cravado de como que esses capitais financiam as operações, aos equipamentos e, principalmente, entregam para o usuário o que a gente espera na ponta. Difícil, mas qual que é a visão do senhor e visão da prefeitura naturalmente, sobre a possibilidade de sustar esse contrato e partir para um novo formato, de juridicamente falando de gestão, da mobilidade de Belo Horizonte?

01:42:36 Sr. André Soares Dantas: vereador, obviamente essa pergunta do senhor, ela abre um caráter opinativo, eu vou me restringir a dizer o seguinte, é, existe um contrato vigente, nós adotaremos todas as medidas dentro do contrato, para fazer a fiscalização e controle dele. A decisão se vai ser judicial, se vai ser administrativa de alterar o contrato, cancelar contrato, não compete a mim a fazer esse tipo de avaliação.

01:43:11 Sr. André Soares Dantas: É como técnico da área, eu, eu quero só deixar um alerta, não falando de Belo Horizonte, mas falando do Brasil como um todo. Todas as experiências que geraram uma ação litigiosa no estágio em que nós estamos, pode gerar uma séria disjunção na estrutura toda. Então assim é é com muita cautela que, eu vejo qualquer decisão a ser tomada, de forma radical, radicalização leva a problemas sérios.

01:44:05 Ver.(a) Bráulio Lara: Obrigado, superintendente.

01:44:11 Sr. André Soares Dantas: Obrigado, vereador. Pensei que você não tivesse me ouvido, tá. Obrigado.

01:44:15 Ver.(a) Loíde Gonçalves: André, também, nós já estamos quase

finalizando, mas ainda, voltando lá na minha fala, que eu passei logo depois para o vereador Bráulio.

01:44:23 Ver.(a) Loíde Gonçalves: É que a gente gostaria que o senhor fizesse a fala, para todos os usuários do transporte público, sabe? Várias pessoas, com a mobilidade reduzida e que utilizam o transporte também, que muitas das vezes tem o seu direito cerceado ali, porque eles não conseguem utilizar o transporte.

01:44:40 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quais são as medidas, que o senhor disse que vocês vão estar tomando? E quais são essas penalidades? Porque as pessoas, elas não sabem. Então, se o senhor pudesse falar para nós quais medidas e quais penalidades que vão ser tomadas diante da gravidade aí, que nós estamos apresentando pro senhor.

01:45:03 Sr. André Soares Dantas: Perfeito, vereadora, eu quero dizer pra senhora, e pra ir pra todos que estão acompanhando, que nós queremos que todos tenham acesso ao transporte público da melhor forma possível e aquilo que não estiver funcionando, aquilo que foi detectado, como não funcionando, seja ele o elevador, a plataforma elevatória, seja ele o pneu careca, a falta de letreiro correto, tudo isso está sendo fiscalizado.

01:45:40 Sr. André Soares Dantas: Aumentou a fiscalização e com a entrada de todo um Arsenal de recursos e que desaba em veículos novos em 2023, em mais em 2024, a tendência é que, juntando fiscalização, controle e investimento, a perspectiva de melhora. E nós não vamos tapar o Sol com a peneira, nós vamos fazer o que tem que ser feito, a prefeitura como um todo, a SUMOB em particular, com o apoio da BHTrans está dedicada a isso.

01:46:14 Sr. André Soares Dantas: Agora nós temos que ter muita humildade para receber as críticas, para identificar onde está tendo falha e atuar, certo? É, eu não atuarei de forma a ignorar que existem problemas e eles precisam ser corrigidos, isso é parte da minha vida profissional e o meu compromisso de fazer o trabalho com muita honra de tocar essa situação, depois de tudo que aconteceu, principalmente depois de todos os estragos foram gerados para a sociedade como a pandemia.

01:46:52 Sr. André Soares Dantas: Então nós estamos recuperando, nós vamos recuperar e vai ficar melhor.

01:47:01 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O André, as pessoas têm questionado muito, sobre a questão da fiscalização ali do do transporte da BH Leste dentro da estação São Gabriel, parece que não está tendo fiscalização, então, já que o senhor se colocou à disposição pra gente solucionar o problema, eu convido o senhor, a estar junto com essa fiscalização lá na estação São Gabriel, levando a BHtrans, levando a farda, porque lá está uma situação precária.

01:47:30 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pela manhã, principalmente a empresa tem descobrindo os horários, não tem ... as pessoas assim, tá tendo uma fila gigantesca, a situação não está de melhora, como o senhor disse aqui, que está tendo uma melhora, que tudo está assim, caminhando para melhorar, isso daí eu não sei, só se for, aí na planilha pelos números que o senhor está tendo acesso, mas na realidade, nas ruas, com transporte público, não tem essa melhora, não existe.

01:47:59 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A gente sabe que tem empresas que já exercem um bom papel também, tem um transporte de qualidade, a gente não está aqui para criticar elas todas não, mas o que a população mais humilde tem utilizado, eles têm levantado muitas reclamações.

01:48:11 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então eu convido o senhor a estar junto, talvez um dia em uma fiscalização dessa, para o senhor acompanhar diretamente e aí o senhor vai até mesmo falar para a sociedade se aquilo ali, se aqueles a situação do veículo que eu mostrei para o senhor, se não é caso de polícia e de prisão.

01:48:27 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque colocar a vida das pessoas em risco, colocar a vida ... Às vezes, de uma mãe que está caminhando numa calçada com uma criança em risco, eu não sei o que pode ser feito. Então, é o que a população tem me mandado, solicitado mais fiscalizações nas estações, o transporte público a gente não quer chegar na rua e parar o ônibus e prejudicar os usuários.

01:48:47 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A gente quer essa fiscalização, aconteça nas garagens, quando a gente chega lá, a gente não consegue fiscalizar, mas talvez, o senhor a SUMOB, consegue chegar lá dentro, fiscalizar e sim tirar esses ônibus de

circulação, porque eu acho que só vai dar certo, só vai dar certo, no meu ponto de vista, só vai dar certo quando nós pegamos os ônibus que estão com problemas e colocamos ele dentro do pátio do Detran.

01:49:10 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Porque os ônibus voltando pra garagem, eles estão sendo maquiados, estão sendo levados para outras linhas e estão circulando do mesmo jeito, então a gente está enxugando o gelo, então assim nem é a fala que eu tenho para o senhor, que eu gostaria de contar com o apoio do senhor, essa é a última oitiva, o senhor tem aí o microfone aberto.

01:49:29 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se o senhor quiser falar, desabafar, você falou que não está dormindo, nós também não, porque o meu celular chega mensagem todos os dias de madrugada, de manhã, das pessoas que não estão conseguindo pegar o transporte público e muitas das vezes eles acham que a responsabilidade é do vereador. É lógico, que é minha fiscalização, mas aí quem tem que executar, a execução, a questão dos contratos tudo, é da prefeitura.

01:49:49 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A prefeitura, que tem esse poder e de trazer sim, um transporte público de qualidade. Eu acredito que tem como a gente melhorar, mas nós não estamos melhorando assim como o senhor disse não, mas nós temos condições de melhorar, mas pra isso nós temos que tomarmos uma série de medidas que o senhor já sabe. O senhor quer falar alguma coisa?

01:50:07 Sr. André Soares Dantas: Obrigado pela oportunidade, eu quero dizer para a senhora que eu fui inúmeras vezes a todas as estações, eu rodei todo o sistema, eu conheço o problema, eu comecei a minha carreira nesta cidade há 31 anos atrás, como estagiário da BHtrans. Eu fui inúmeras vezes à estação São Gabriel, por minha intervenção específica, nós adotamos medidas lá inúmeras e a fiscalização é intensa lá sim.

01:50:42 Sr. André Soares Dantas: Eu, recentemente não tenho ido mais às estações porque eu ia muito cedo ou muito tarde, no final da tarde e esse desgaste acabou sendo um dos fatores que contribuiu para eu ficar doente, a minha dedicação, o estresse que isso gerou, acabou provocando todo o desgaste que hoje necessita dessa parada, necessita um acompanhamento médico.

01:51:15 Sr. André Soares Dantas: Mas eu quero dizer, se a entrada de 431 ônibus novos, a manutenção de R$4,50 na tarifa, e os relatórios que a gente tem, em que os problemas, ainda que existem, ainda são pontuais. Se isso tudo, não é condição de melhoria. Eu não sei, mas é eu, vereadora, me comprometo, sim, a acompanhar a mandar minha equipe a fazer o que for possível.

01:51:42 Sr. André Soares Dantas: Aí a senhora está certa, eu quero confirmar o que a senhora falou, né? Realmente, medidas como a utilização de um pátio para recolhimento dos veículos, ela pode está sendo verificada e nós vamos adotar todas as medidas possíveis.

01:51:59 Sr. André Soares Dantas: A minha equipe de fiscalização, junto com a equipe da BHtrans tem despendido todos os esforços para fazer a melhoria. Eu acho, então, vereadora que nós estamos na mesma página, nós queremos a mesma coisa, nós queremos melhorar e nós vamos conseguir com muito trabalho, diálogo, respeito e sem acreditar em soluções mágicas. Soluções mágicas só geram enganação.

01:52:26 Sr. André Soares Dantas: Eu não estou aqui para fazer solução mágica, estou aqui para trabalhar e para liderar essa equipe na melhoria do sistema de Belo Horizonte, obrigado.

01:52:37 Sr. André Soares Dantas: Muito obrigada, André. E a senhora gostaria de falar, vereadora?

01:52:45 Ver.(a) Fernanda Pereira Altoé: Só agradecer a presença, parece que o doutor Hércules Guerra quer falar.

01:52:49 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Doutor, Hércules, desculpe, o senhor vai falar agora, com a palavra.

01:52:54 Procurador Hércules Guerra: Bom dia a todos e todas. Bom dia, vereadora Loíde, relatora dessa CPI. Eu só queria falar uma pequena coisa. Todos sabem que nós ficamos, algum tempo, a passagem de R$4,50 já tem alguns anos. A manutenção dessa passagem a R$4,50 antes da nova lei. Ela, foi ... nós só conseguimos isso, eu não estava aqui na Procuradoria-Geral, mas eu sou procurador

do município, estava na Secretaria da fazenda, eu via a movimentação, só foi conseguida através tanto do subsídio que foi é aprovado pela Câmara quanto pela compra antecipada de vale transportes.

01:53:49 Procurador Hércules Guerra: Hoje falar em subsídio me parece que é um erro técnico, hoje não existe subsídio, hoje o município complementa o valor da passagem para manter a passagem a R$4,50. Nós ouvimos, eu ouvi alguns dos senhores falar sobre a nossa falta de ação.

01:54:16 Procurador Hércules Guerra: Logicamente existe ... a gente, eu entendo. Existe um tempo político que é mais rápido, existe um tempo jurídico, existe um tempo administrativo que exige uma maior, a meu ver, uma maior maturação das ideias, para alguma, pra gente tomar algumas atitudes.

01:54:47 Procurador Hércules Guerra: Nós fizemos o grupo técnico para estudar a questão da eventual irregularidade ocorrida no processo licitatório lá em 2008, e esse grupo chegou a um relatório final no final do mês de novembro e que me foi enviado no início de dezembro.

01:55:17 Procurador Hércules Guerra: Eu analisei o relatório, sentamos para para uma decisão, e decidimos, nós entramos no polo ativo da ação do Ministério público, nós não é?.. Nós aconselhamos, sugerimos e defendemos que o contrato não deve ser simplesmente anulado, porque colocaria em risco o serviço de transporte público em BH, nós estamos no processo do MP, no polo ativo.

01:55:56 Procurador Hércules Guerra: E com requerimento que se provado a fraude, porque o Cadê disse que existe indicado indícios, o nosso relatório vê indícios, a gente tem uma preocupação com prescrição, um contrato de 2008. Nós estamos no nessa ação civil pública e se o comprovado qualquer lesão, ao erário público, nós vamos, numa perícia judicial apurar esses danos e cobrar, das empresas que forem condenadas.

01:56:42 Procurador Hércules Guerra: Outro ponto também que eu gostaria de ressaltar, outra é ... que foi também dito, por um dos senhores a respeito das multas ... Secretaria da Fazenda....

01:57:12 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Doutor Hércules?

01:57:15 Procurador Hércules Guerra: Assim é do controle de legalidade para não termos lá na frente, quaisquer problemas com a legalidade na inscrição, com a forma de autuação, a fazenda já está bem adiantada nisso e a gente planejava fazer já algumas, distribuições finais e fiscais este ano ainda.

01:57:46 Procurador Hércules Guerra: Estamos dependendo um pouco do sistema da Prodabel para fazer essa distribuição, que é uma transformação das multas por com toda a nova legislação, com todo esse controle da legalidade. Parabéns a gente também conseguimos já cobrar as multas das empresas de ônibus.

01:58:14 Procurador Hércules Guerra: Não há, por nossa parte, não há por parte da prefeitura de Belo Horizonte, nenhuma omissão, a gente trabalha com afinco, a gente trabalha, com o direito, com o controle de legalidade e do princípio da impessoalidade, aqui nós não temos, a gente não tem preferência para poder executar x ou y, está inscrito em dívida ativa, a inscrição é regular, passou pelo controle de realidade, nós vamos executar.

01:58:50 Procurador Hércules Guerra: Nós temos um acordo com o tribunal de justiça de Minas Gerais para ... de um piso para as execuções fiscais, a gente executa geralmente as dívidas de R$15.000,00 (quinze mil reais) para cima. Então ficam as multas, nem sempre são valores inferiores, vamos ter que juntar muitas CDAS, para fazer essa distribuição e esperamos também é que a gente consiga fazer o maior número de cobrança das multas com o menor número de execução fiscal, de processo de execução fiscal, que é um processo muito custoso que abarrota as 2 varas de execução fiscal do município.

01:59:41 Procurador Hércules Guerra: Então assim, a única coisa que eu gostaria de pontuar, nós estamos trabalhando com afinco e estamos olhando todos os problemas e estamos analisando os todos os problemas, temos uma imensa confiança no trabalho do meu colega André Dantas na frente da superintendência, nós trouxemos para Belo Horizonte, tem um dos maiores especialistas em transporte público.

02:00:15 Procurador Hércules Guerra: E tenho certeza que, ele

transformará o transporte público, muito obrigado.

02:00:27 Ver.(a) Loíde Gonçalves: OK, muito obrigado, doutor Hércules, pelas suas ponderações, mais algum vereador aí que está online, que quer fazer uso da palavra. Eu vi que o vereador do Wesley entrou. Se não tem, o vereador Bráulio quer deixar essas considerações? Fernanda? Vereador Bráulio?

02:00:50 Ver.(a) Bráulio Lara: Só agradecer realmente e dizer que Belo Horizonte, sabe do desafio que vai ser realmente resolver essa mobilidade, porque infelizmente nós temos estruturas que estão, é quase que fossilizadas, como se fossem escritas na Pedra de que o poder público fica à mercê do poder privado.

02:01:13 Ver.(a) Bráulio Lara: Em 2008, quando essa licitação foi feita, e isso foi demonstrado na CPI da caixa preta da BHtrans, todas as evidências de formação de cartel foram apontadas, se a justiça não agiu, se o Ministério público não agiu, se a Câmara, em outras legislaturas, não agiu.

02:01:32 Ver.(a) Bráulio Lara: O fato é que nesse momento, nessa legislatura, em 2023, a gente está aqui tentando lutar para que as coisas sejam devidamente esclarecidas e que o sistema de mobilidade seja tratado de forma séria nessa cidade e séria, porque agora tem muito dinheiro público envolvido, injetado diretamente no sistema.

02:01:55 Ver.(a) Bráulio Lara: Quando era só uma exploração do transporte coletivo da cidade, era outra tocada, agora não, o dinheiro entra diretamente no sistema, a gente não consegue saber quanto de vale o transporte antecipado está rodando no convencional e no suplementar, você não sabe quanto que o sistema deve de volta, você não consegue ter informação clara e objetiva de nada.

02:02:19 Ver.(a) Bráulio Lara: Então assim, estamos aqui lutando, mas o modelo atual infelizmente vai ser muito difícil a gente chegar a uma boa solução, obrigado a todos.

02:02:30 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Muito obrigada vereador o Bráulio. O André, só falar uma coisa com o senhor, porque tem 2 usuários aqui de transporte público, eu gostaria de encerrar a oitiva do senhor, mas se o senhor pudesse

permanecer online rapidinho, só porque eles querem ter um minuto de fala, o senhor pode aguardar ele rapidinho, podemos?

02:02:49 Sr. André Soares Dantas: Perfeitamente vereadora, estou a disposição.

02:02:51 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, nós vamos encerrar a oitiva. Então, nós já encerramos a oitiva do senhor, está agora, eles vão falar como usuários aqui, muito obrigado, o João kerlyson vai levar aí o microfone ... que quem está com a palavra agora é João kelson, ele é o presidente da Associação União das Pessoas com Deficiência de Minas Gerais.

02:03:18 João kellyson kerlson: É bom dia, boa tarde a todos, Sr. André, a minha pergunta nem é só referente a mim, eu que sou um usuário assíduo da empresa 9214, que é da BH Leste, mas de todo um conjunto de pessoas, a quem eu represento. Como sou presidente da associação, como foi falado.

02:03:42 João kellyson kerlson: E todos os dias eu passo a mesma dificuldade que todos passam, não só na linha dessa empresa, mas como todas outras linhas dessa empresa, as quais foi aceitado aqui para o senhor, que são as que é mais tem problema que é lá na estação São Gabriel e essa linha 9211-9214 aqui me atende a 9214, a qual hoje eu, mas não consigo mais utilizar.

02:04:09 João kellyson kerlson: Provo todos os dias, eu tenho mais de 10 processos, não tenho mais por causa do constrangimento que às vezes você gerar um boletim de ocorrência é constrangedor, porque às vezes você para um ônibus, até você é solicitar a polícia militar, muitas vezes para chegar ao local, como eu fiz para poder é gerar um boletim de ocorrência, tem que parar o ônibus, ficou parado, perco o horário de trabalho, perco até consultas médicas porque tem que ficar 12 horas na frente do ônibus para não deixar o motorista arrancar, como muitas vezes eles até tentam arrancar, como tentou fazer com nós lá no final da nossa blitz que a gente fez lá na linha 9214, com o motorista, praticamente jogou o ônibus em cima da gente.

02:05:00 João kellyson kerlson: Porque foi orientado pela empresa que não poderia parar e nem acionar o elevador para ser feita a investigação, ou seja, há algo

de errado entre a prefeitura e essa BHLeste. Há um complô entre essa empresa e a BHLeste, tem que ser identificados se não é do seu conhecimento, do seu identificar como o senhor que está o responsável na aponta, disso aí, para ver o que está acontecendo, porque a nossa cidade, ela está andando para trás.

02:05:34 João kellyson kerlson: O que a BHLeste está fazendo dentro da nossa cidade, vai dar margem para outras empresas fazer a mesma coisa, porque a BH Leste, ela anda com ônibus sucateado. Se for como o senhor falou que vai até a estação São Gabriel, com a vereadora Loíde, lá também até a empresa da BH Leste e confere todos os ônibus.

02:05:56 João kellyson kerlson: Mas que todos que esteja rodando, que muitas vezes quando vai fazer uma blitz lá, eles tiram os carros ruins, deixa só os, os bons lá dentro, lá, mas tem que ser feito um trabalho realmente de fiscalização. E como a vereadora pôs aqui, se algo acontecer na nossa cidade, como vem acontecendo, que o responsável é a prefeitura e o senhor que está na ponta.

02:06:21 João kellyson kerlson: Então, assim que o senhor seja realmente responsável como o senhor gestor da SUMOB, que a gente ... hoje a SUMOB não funciona, infelizmente, aquele, WhatsApp da SUMOB lá não funciona, é como foi dito, a gente manda as denúncias e vem uma pra gente uma resposta lá automatizada e nada é feito.

02:06:42 João kellyson kerlson: Porque você denuncia o ônibus hoje, o ônibus roda o mês todo com o mesmo problema, e eu não estou falando de boca para fora, porque eu tenho provas para poder.... vídeos, eu tenho boletins de ocorrências. Então, assim, eu gostaria que o senhor realmente se posicionasse na sua cadeira como gestor da SUMOB aí, como o senhor está na ponta, realmente o senhor solucionasse o problema dessa BH Leste e das outras, que tem o maior problema na cidade, muito obrigado.

02:07:14 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Muito obrigada, João, André o senhor tem a palavra.

02:07:20 Sr. André Soares Dantas: Bom, vereadora, obrigado pela oportunidade de ouvir a comunidade, kellyson, obrigado pelas seguintes ...

02:07:29 Ver.(a) Loíde Gonçalves: João kellyson.

02:07:32 Sr. André Soares Dantas: João kellyson , quero falar para você que eu repito tudo aquilo que, eu falei anteriormente, sobre o nosso trabalho e vou assim averiguar as suas reclamações, as considerações, muito obrigado.

02:07:56 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Agora nós vamos, então, ouvir Bruno Henrique dos Santos por uma Minas Melhor representante.

02:08:04 Bruno Henrique dos Santos: Boa tarde, André Dantas, eu queria perguntar ao senhor se a gente voltasse no passado, vimos que depois de 2020, quando a fiscalização, a vistoria dos veículos parou de ser na BHtrans e as empresas começaram a mandar laudos, vimos que a situação na cidade piorou.

02:08:23 Bruno Henrique dos Santos: Que vários veículos estão com problema e a empresa manda laudo técnico constante e parece que o problema não é solucionado, falo com o senhor que eu já presenciei isso na ponta. Um veículo da própria viação BH Leste estava com problema, foi feito um laudo, falando que o veículo foi consertado o problema, mas só que o veículo continua com o mesmo problema e nada é solucionado.

02:08:52 Bruno Henrique dos Santos: E o que é que acontece, os laudos estão indo e os veículos voltam para a rua do mesmo jeito, é a mesma coisa que ele citou aqui do elevador. todos elevadores que rodam na linha 9214-9211 com problema e são apreendidos a AT está feito Heights que são avaliados problema do veículo.

02:09:11 Bruno Henrique dos Santos: Aí você pega o veículo no outro dia, o veículo está com o mesmo problema, e lá está a autorização de tráfego, falaram que foi feito um laudo e esse laudo não solucionou o problema. Oque o senhor tem falado a respeito disso? Será que se a gente retroceder, para a gente melhorar essa situação não seria mais importante para a cidade não? porque eu estou vendo que a situação de laudo está sendo um retrocesso para a cidade, muito obrigado.

02:09:43 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Muito obrigada.

02:09:45 Sr. André Soares Dantas: Bruno, obrigado pela sua consideração, eu quero dizer para você que nós fizemos realmente uma flexibilização e ela gerou benefícios porque os veículos ficam menos tempo parado.

02:10:00 Sr. André Soares Dantas: Agora é se um profissional, atesta um profissional regulamentado, com Crea e atesta que o veículo está em condições, é como se fosse um atestado de um de um instituto de inspeção, como se fosse um atestado, até do de uma vistoria da SUMOB, nós temos que considerar da mesma forma.

02:10:24 Sr. André Soares Dantas: Agora se há uma má fé da empresa, como eu já disse durante o meu depoimento, de burlar a fiscalização, nós temos que adotar as medidas cabíveis. Ora, eu acho que, eu acho não, eu tenho muita convicção que, com a renovação da frota que nós estamos fazendo é com os veículos novos o número de problemas vai ser reduzido drasticamente.

02:10:53 Sr. André Soares Dantas: E se não foi percebido, é um ganho até agora ele será nos próximos dias, mas eu quero agradecer, porque é importante ouvir a sua preocupação é prestar mais atenção ainda, nas operações de fiscalização, que serão ainda mais intensificadas, obrigado.

02:11:19 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Muito obrigada, André, obrigada, Bruno obrigada, João, pela presença. Alguém quer descer? Algumas considerações? Não. Se ninguém tem mais, para falar agora, ah, só lembrando aqui, já que está todo mundo acompanhando a nossa CPI.

02:11:38 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nós gostaríamos de refazer o convite aqui, que se possível na nossa próxima reunião de comissão que vai ser a quinta é quinta-feira, que se o depoente pudesse vir pessoalmente para poder facilitar a gente aqui nos trabalhos, porque às vezes prorroga muito, porque tem dificuldade no son, na sala, a gente tem que pedir para repetir, então a gente faz o convite aqui novamente para que os depoentes pudessem estar, possam estar aqui presencialmente, na nossa próxima reunião.

02:12:13 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então às 12 horas e 27 minutos, nós encerramos essa reunião, muito obrigada, André, muito obrigada doutor Francisco,

doutor Hércules. Até mais.

2.23 DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A vigésima terceira Reunião[22] Extraordinária desta Comissão realizou-se no dia 21 de dezembro de 2023 as 09h48min no Plenário Helvécio Arantes, sob a Presidência da Vereadora Loíde Gonçalves, que, após registrar a presença dos Vereadores Henrique Braga, Sérgio Fernando Pinho Tavares e Bráulio Lara, e havendo quórum regimental, deu-se início aos trabalhos, com a presença adicional da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, onde a comissão deliberou sobre os seguintes requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nº 3.202/23 - pedido de informação ao "prefeito Fuad Noman" e ao "superintendente de Mobilidade, André Soares Dantas," para obter informação sobre a integração do aplicativo BHBUS+ ao sistema suplementar", de autoria do Vereador Gabriel Sousa Marques de Azevedo;

2) Requerimento de Comissão nº 3.203/23 - pedido de informação ao "prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman," e ao "superintendente de Mobilidade Urbana, André Dantas," para "obter informações e esclarecimento de fatos trazidos no depoimento prestado pelo Superintende, em 19/12/2023" de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé;

3) Requerimento de Comissão nº 3.211/23 - pedido de informação ao "superintendente de Mobilidade de Belo Horizonte, André Soares Dantas," para "obter informações sobre os veículos 40352 e 40408, flagrados com os elevadores inoperantes e com pneus carecas enquanto operavam na linha 9214 (Caetano Furquim/Havaí via Alto Havaí)", de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves;

4) Requerimento de Comissão nº 3.212/23 - pedido de informação ao "superintendente de Mobilidade de Belo Horizonte, André Soares Dantas," para "obter informações sobre o processo administrativo que apura o recebimento de

---

22 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/23%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito-cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-21-12-2023

subsídio por parte da BHLeste Transportes S/A, enquanto esta operava sem a anuência do Poder Concedente", de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves.

Após os requerimentos terem sido aprovados por unanimidade dos Vereadores presentes, a Presidente deu ciência à comissão do recebimento dos ofícios em resposta aos Requerimentos de Comissão nº 3.064 e 3.133/23.

Em seguida, a Presidente informou que o intimado Rubens Lessa Carvalho não está presente e que o mesmo protocolou hoje, na Diretoria do Processo Legislativo, um ofício informando que, por compromissos inadiáveis, não poderia comparecer a esta reunião e, pelo fato da CPI encerrar seus trabalhos em 02/02/2024 e que o depoimento de Rubens Lessa Carvalho é essencial para elaboração do relatório, salientou que a atitude do intimado é uma falta de respeito com a comissão, e que em razão disso solicitou o envio de ofício para a Procuradoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH com a solicitação de que sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis para que ocorra a condução coercitiva de Rubens Lessa Carvalho para comparecer perante esta Comissão.

Após os Vereadores presentes terem manifestado o apoio e a sua concordância com a Vereadora Loíde Gonçalves, a Presidente solicitou que a Procuradoria da CMBH tome as medidas judiciais cabíveis para que seja feita a oitiva da testemunha na próxima semana, abrindo a possibilidade de que a testemunha se apresente de forma espontânea para agendar uma nova data e horário para comparecimento, onde questionou qual tipo de compromisso seria mais urgente e inadiável do que o comparecimento a uma CPI e lembrou que existia a possibilidade de participação remota da testemunha, sendo que a impossibilidade de deslocamento à CMBH não seria justificativa para a ausência.

Por fim, a Presidente informou que vai ser realizada uma nova reunião da CPI no dia seguinte a esta reunião para apreciar a proposta de envio de ofício à Procuradoria da CMBH.

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente declarou encerrados os trabalhos às 10h14min.

2.24 DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A vigésima quarta Reunião[23] Extraordinária desta comissão realizou-se no dia 22 de dezembro de 2023 as 09h54min no Plenário Camil Caram, sob a Presidência da Vereadora Loíde Gonçalves, que, após registrar a presença dos Vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos e Bráulio Lara, e havendo quórum regimental, deu-se início aos trabalhos, onde a comissão deliberou sobre os seguintes requerimentos:

1) Requerimento de Comissão nº 3.213/23 – requer a realização de pedido de condução coercitiva de Rubens Lessa Carvalho, para prestar depoimento a esta CPI, de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves;

2) Requerimento de Comissão nº 3.214/23 - realização de oitiva para "intimar Rubens Lessa Carvalho, sócio administrador da empresa S&M Transportes S.A, para, pessoalmente, prestar informações a título de testemunha", no dia 28/12/23, às 9h30min, no Plenário Helvécio Arantes, de autoria da Vereadora Loíde Gonçalves.

Após os requerimentos terem sido aprovados por unanimidade dos Vereadores presentes, a Presidente deu ciência à comissão do recebimento do documento de autoria de Rubens Lessa Carvalho, S&M Transportes S.A., que "requer o reagendamento da oitiva pela CPI - Ônibus sem qualidade".

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente declarou encerrados os trabalhos às 09h58min.

2.25 DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

A vigésima quinta reunião[24] da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Ônibus sem Qualidade, foi realizada no dia 28/12/23, às 9h48min, no Plenário

---

23 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/24%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-22-12-2023

24 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/25%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---%C3%B3nibus-sem-qualidade-28-12-2023

Helvécio Arantes. Sob a presidência do vereador Bráulio Lara, que registrou a presença da vereadora Loíde Gonçalves e dos vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos e Henrique Braga, os três últimos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 23ª Reunião, realizada em 21/12/23.

Informou que inverteria a ordem dos itens da pauta, passando à apreciação do seguinte item: O presidente deu ciência à comissão do recebimento: a) do ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 3.063/23; b) do Memorando Proleg nº 46/23; c) da resposta ao Ofício nº 10.090/23; d) da petição para envio de link de acesso a esta reunião para Rubens Lessa de Carvalho, representado por seus advogados.

Posteriormente, compuseram a mesa remotamente: a) o sócio administrador da empresa S&M Transportes S.A., Rubens Lessa Carvalho; b) o advogado Guilherme Ribeiro Grimaldi

Deu-se início à oitiva de forma remota do depoente, Sr. Rubens Lessa Carvalho, sócio administrador da empresa S&M Transportes S.A, que prestou o compromisso com a verdade.

25ª REUNIÃO

00:00:14 Ver.(a) Bráulio Lara: Vou presidir essa sessão aqui, em conjunto com a vereadora Loíde Gonçalves, nossa relatora da CPI. Então o técnico, já está no jeito?... Então, vamos começar. Ás

00:00:27 Ver.(a) Bráulio Lara: Então vamos lá, às 9 horas e 48 minutos, hoje dia 28/12/2023 a gente dá início a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo requerimento número 873/2023, que é a CPI - Ônibus Sem Qualidade. E para dar início aos trabalhos eu vou fazer a chamada dos vereadores que participam dessa comissão, Vereador Jorge Santos?

00:01:10 Ver.(a) Jorge Santos: Presente.

00:01:12 Ver.(a) Bráulio Lara: Vereador Henrique Braga?

00:01:16 Ver.(a) Henrique Braga: Presente.

00:01:17 Ver.(a) Bráulio Lara: Vereador Sérgio Fernando?

00:01:21 Ver.(a) Sérgio Fernando Pinho Tavares: Presente.

00:01:22 Ver.(a) Bráulio Lara: Vereador Wesley? ... Vereador Juliano? ... Vereadora Loíde Gonçalves?

00:01:31 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Presente.

00:01:33 Ver.(a) Bráulio Lara: contam, com a presença de 5 vereadores a gente dá início aos trabalhos.

00:01:39 Ver.(a) Bráulio Lara: Primeira comunicação de aprovação da ata da 23ª reunião, visto não ter havido impugnação desta nos termos regimentais. Hoje nós temos uma oitiva, mas antes da gente começar a oitiva eu vou apenas passar aqui outros assuntos da comissão, cumprindo rito, é burocrático aqui, regimental.

00:02:03 Ver.(a) Bráulio Lara: Respostas a requerimentos e indicações da comissão, 1 (um) ofício em resposta ao requerimento de comissão número 3063/2023 de autoria da vereadora Fernanda Pereira Altoé, remetido pela senhora Ana Flávia Camilo da Silva, diretora executiva da Transfácil, já se encontra disponível no nosso site da Câmara.

00:02:28 Ver.(a) Bráulio Lara: Outros documentos recebidos pela comissão, documento protocolado sobre o número 7310/2023, é o Memorando da Proleg, encaminhando cópia da sentença proferida nos autos do Habeas Corpus número 5303100-84.2023.1300.24, impetrado por Fábio Henrique Queiroz, em favor do paciente Nilo Gonçalves Simão, convocado para prestar depoimento na CPI dos ônibus sem qualidade, é de autoria da procuradora geral adjunta da Câmara municipal de Belo Horizonte e senhora Isabela Santos Nunes Romualdo.

00:03:11 Ver.(a) Bráulio Lara: Segundo documento protocolado de número 7312/23 é uma resposta ao ofício número 10090/23, para informar que não foi

possível comparecer à reunião da CPI dos ônibus sem qualidade, requer designação de nova data para oitiva, de autoria do senhor Rubens Lessa Carvalho. Terceiro documento protocolado número 7321/2023, o assunto é, petição requerendo o envio do link para acesso da reunião do CPI dos ônibus sem qualidade a ser realizada no dia 28/12/2023 às 9 da manhã, de autoria do senhor Rubens Lessa de Carvalho, representado por seus advogados.

00:03:54 Ver.(a) Bráulio Lara: Bem, então, cumprindo aqui os ritos formais, eu quero, primeiramente, dar boas-vindas ao senhor Rubens Lessa, que se encontra de forma remota conosco, bom dia, senhor Rubens, está nos ouvindo?

00:04:08 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Estou sim, bom dia. Bom dia a todos presentes e os vereadores e quem estiver assistindo.

00:04:14 Ver.(a) Bráulio Lara: OK, senhor Rubens, primeiro, eu gostaria de agradecer ao senhor de estar vindo de forma voluntária a essa CPI na data que foi agendada hoje, nossa ficamos muito incomodados na outra semana, recebemos de última hora o comunicado do senhor e por isso, inclusive, a Câmera tomou as providências, inclusive para viabilizar uma vinda com esse tipo do senhor aqui, se necessário fosse.

00:04:39 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas muito bom, de não ter sido necessário fazer dessa forma, afinal de contas, o senhor sabe certamente da importância que essa CPI tem para nossa cidade e a gente sabe também da relevância que o senhor tem perante todo o sistema de mobilidade e é muito importante que a gente possa esclarecer, por meio de perguntas, que faremos ao senhor.

00:05:00 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, faça aqui esse registro e de forma também protocolar, precisamos que o senhor faça a declaração que, segundo a assessoria, já foi remetida ao senhor, como testemunha para o senhor prestar o compromisso é perante essa CPI, o texto já está com o senhor aí?

00:05:20 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Esta sim, primeiro eu queria ...

00:05:21 Ver.(a) Bráulio Lara: Passo a palavra ao senhor.

00:05:24 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Justificar, que na semana passada ocorreu um fato imprevisto. Peço desculpa, já mandei um ofício e não imaginava que ia causar assim, tanto transtorno, mas é, infelizmente, eu não pude comparecer. Hoje, estou aqui à disposição de vocês e qualquer dia que vocês precisarem.

00:05:41 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Eu vou ler o texto, depois vou pedir ao doutor Guilherme que está aqui comigo também para ler.

00:05:46 Dr. Guilherme Ribeiro Grimaldi: Então, deixa eu só fazer... Presidente, meu nome é Guilherme, sou advogado, gostaria só de fazer uma ressalva antes dele ler o termo, em relação a uma decisão que foi proferida ontem, na medida cautelar ajuizada pela Câmara.

00:06:04 Dr. Guilherme Ribeiro Grimaldi: Ela garante ao Rubens, o direito ao silêncio em relação a indagações que dizem respeito à sua pessoa, em razão do direito da não autoincriminação. Então, só essa ressalva que eu vou fazer e ele vai ler o tema a partir de agora.

00:06:23 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Eu, Rubens Lessa Carvalho, 70 anos de idade, estado civil, divorciado, residente na cidade de Nova Lima, profissão empresário e engenheiro eletricista, cuja atividade é desenvolvida no endereço.... São diversos endereços, não sei qual que está aí... Em Belo Horizonte.

00:06:44 Ver.(a) Bráulio Lara: Em Belo Horizonte.

00:06:46 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Prometo dizer a verdade, relatando sempre o que souber, explicando sempre as razões da minha ciência sobre o fato ou as circunstâncias pelas quais posso avaliar se de sua credibilidade.

00:07:02 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, obrigado então, só para a gente acabar de ajustar, doutor Guilherme, o senhor vai assessorar o depoente, certo?

00:07:16 Dr. Guilherme Ribeiro Grimaldi: Perfeito.

00:07:16 Ver.(a) Bráulio Lara: Eu gostaria de pedir então que o senhor colocasse a Câmera de uma posição que vocês 2 (dois) fiquem visíveis para a gente aqui no plenário.

00:07:25 Dr. Guilherme Ribeiro Grimaldi: Ok.

00:07:27 Ver.(a) Bráulio Lara: Acho que agora .... Só hoje ...

00:07:32 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A gente na hora que um for falar passa um pro outro.

00:07:40 Ver.(a) Bráulio Lara: Só um momentinho. Só chegar um pouquinho para esquerda, doutor Guilherme, que aí vocês 2 vão aparecer na imagem. A Câmera é só virar um pouquinho aí... Ótimo, agora ficou perfeito. Maravilha, bem, vamos lá então eu vou passar, portanto, a palavra para nossa relatora, vereadora Loíde Gonçalves, para iniciar a relação de perguntas. Bom dia, vereadora Loíde Gonçalves.

00:08:20 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Bom dia vereador, bom dia a todos que estão aqui presente, bom dia a todos que estão nos acompanhando, de forma remota. Bom dia, senhor Rubens Lessa, bom dia, doutor Guilherme, sejam todos bem-vindos à nossa CPI.

00:08:34 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como foi bem falado, pelo nosso vereador Bráulio, nós fomos pegos de surpresa, com o não, comparecimento do senhor Rubens, Por isso, nós tivemos que tomar aquelas medidas ali. Porque é de suma importância, viu, senhor Rubens, o depoimento do senhor hoje.

00:08:50 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nós vamos fazer senhor Rubens, algumas perguntas para o senhor, e o senhor pode nos responder tudo aquilo que souber ou o que o senhor tiver ciência dos fatos, resguardado o seu direito de silêncio, naquilo que lhe auto incriminar, OK?

00:09:06 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ok.

00:09:09 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Rubens, há quanto tempo o senhor é responsável pelo consórcio BH Leste?

00:09:17 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Bom, eu queria inicialmente fazer aqui um pequeno resumo da minha atividade do transporte de passageiros, o nosso grupo, foi fundado por mim, meus irmãos e meu pai há 47 anos, anteriormente eu trabalhava no grupo da Vale do Rio Doce, quando fiz vestibular e fui fazer o curso de

engenharia, saímos e montamos a empresa.

00:09:40 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Nesses anos todos, nós participamos de diversas atividades classista, fui presidente do sindicato intermunicipal, estou presidente do SINTRAM, sou presidente da Federação de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais, presidente da associação passageiros da Confederação nacional do transporte público à CNT e do Conselho Nacional da NTU.

00:10:03 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então, nesses anos todos eu tenho já bastante vivência de lidar com as autoridades, com vocês, tá certo? E por isso que eu estou aqui pensando, qualquer coisa que eu puder esclarecer com o maior prazer, eu vou responder a vocês. O consórcio BH Leste, ele é alterado, os líderes, tem um revezamento e a minha empresa S&M está na liderança desde 2021.

00:10:31 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então, há quanto tempo que o senhor é responsável pelo consórcio BH Leste?

00:10:39 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Aproximadamente 2 anos, em 2021, 2 anos e alguns meses, tá certo.

00:10:47 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor é sócio de quantas empresas dentro do consórcio BH Leste?

00:10:52 Sr. Rubens Lessa Carvalho: 3 empresas, a S&M Transportes, a Sagrada Família ônibus e Via sul Transportes Coletivos, dando um total de 36.29% de participação no consórcio.

00:11:05 Ver.(a) Loíde Gonçalves: De todas? Essa posição...

00:11:07 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Somada às 3 ....

00:11:08 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Somada às 3, 31?

00:11:10 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É, S&M tem 16.6, Sagrada Família tem 15.19. e a Via sul 4.5, total 36.29, com 251 (duzentos e cinquenta e um) veículos.

00:11:24 Ver.(a) Loíde Gonçalves: 251 veículos?

00:11:26 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Isso.

00:11:28 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Total dentro do consórcio é 686.

00:11:32 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Dos 3? O senhor está falando ...

00:11:35 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Total de veículos de todas as empresas do consórcio é 686 e nós temos, meu grupo tem 251.

00:11:44 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sr. Rubens, quando a empresa Viação Torres, notificou oficialmente o consórcio sobre o desequilíbrio financeiro? O senhor sabe me dizer se essa comunicação também foi feita à Prefeitura?

00:11:58 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Olha, a prefeitura não, a questão do transporte público de passageiros, eu posso da uma resposta mais completa, vereadora?

00:12:07 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Por gentileza.

00:12:08 Sr. Rubens Lessa Carvalho: O transporte público de passageiros, ele, a partir de 2017 para 18, ele já não estava muito bem porque a partir de 2014, veio até 2000 e ... antes da pandemia a nível de Brasil, teve uma queda em torno de 25% da demanda de passageiros nacional.

00:12:27 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Aqui em Belo Horizonte, especificamente, o transporte municipal, a partir de 2018 não foi cumprido o contrato com as empresas, com os consórcios, não se equilibrou os contratos.

00:12:41 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então isso criou um grande problema para todas as empresas, porque neste período, de 2018 para cá, nós tivemos uma variação de diesel de quase 50%, nós tivemos uma variação de veículo em torno de 95,6% e de mão de obra, 28%. Você observa que mão de obra subiu menos, isso principalmente em função da pandemia.

00:13:02 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Porque nós pulamos em algumas datas da convenção coletiva do trabalho, temos de ajuste zero, que não foi bom para o nosso setor. Nós deixamos ser competitivos, com mão de obra, perdendo diversas,

mão de obra qualificada, principalmente para o setor de transporte de caminhões e da mineração.

00:13:21 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Virou uma grande dificuldade do setor, nosso salário parou de ser tão atrativo igual era, em função da crise que nós fomos submetidos.

00:13:31 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Perdemos mão de obra, como eu falei, qualificada não só de motorista, mecânico, eletricista, várias pessoas largaram o nosso setor, tá certo. E teve uma grande renovação de funcionários, então, com isso, em 2018, até hoje nossa tarifa continua em R$4,50.

00:13:49 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A partir do ano de 22, vocês votaram junto com o executivo nessa Câmara municipal, um aporte público para amenizar a questão. Mas chegando em dezembro, o valor que era repassado em torno de 19 a 20 milhões por mês não era suficiente para as empresas pagarem seus compromissos.

00:14:08 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A partir de dezembro, vem a notícia que tinha prorrogado para 23 janeiro, fevereiro e março apenas 10 milhões por mês. Isto era impossível das empresas conseguirem cumprir o que era o estipulado pelos quadros de horário e a programação operacional.

00:14:25 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A versão pós, no final de novembro e dezembro, em conversas informais aqui no consórcio, falou que não tinha mais interesse em permanecer, a partir de janeiro, principalmente em função da queda de aportes de recurso público e sem perspectiva nenhuma de tarifa em dezembro de 2022, a situação estava bastante difícil.

00:14:47 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Aí em dezembro eu fui notificado pela Viação Torres, que ela não ficaria mais a partir de primeiro de janeiro de 2023. Eu chamei uma reunião do consórcio, conversamos se tinha algum interessado do consórcio para assumir de modo geral, ninguém suportava fazer mais investimento no setor, ninguém porque o prejuízo era muito grande.

00:15:11 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Aí nós fomos procurar investidores

fora, eu tinha uma pendência, uma pendência com um Grupo Transimão, da minha empresa, está certa. Uma negociação de 2013 que estava assim, vinha vindo, andando. Eu procurei lá o pessoal da Transimão, eu fui procurado pelo Nilo Simões Júnior, falando que ia acertar com o pai dele, estava disposto a renegociar com o nosso grupo.

00:15:38 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Aí eu negociei com o grupo da Viação Torres, assume o compromisso de acertar com a Viação Torres, todos e qualquer valor de indenização pela participação no Consórcio e transferir essa participação para uma empresa indicada pelo Nilo Simão Júnior, tem um Gonçalves aí no meio, Nilo Gonçalves Simão Júnior, aí ele pegou, me deu plena e total quitação da dívida que eu tinha com o grupo deles.

00:16:08 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor Nilo, que deu essa quitação para o senhor?

00:16:13 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É, não ... A empresa que ele representava, não foi ele pessoa física, eu tinha uma dívida com eles, uma empresa do grupo deles, que era do pai dele, e na hora que assassinamos com termos que ele passava assumir as operações da Viação Torres foi resgatado entre uma quitação de todas as dívidas que eu tinha com eles.

00:16:32 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como foi feita essa negociação? Foi um contrato de compra e venda, foi permuta, o senhor poderia explicar por gentileza?

00:16:42 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Qual das negociações, a primeira foi a Torres, são 2 separadas.

00:16:45 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, dá Torres, se o senhor puder falar das 2, por gentileza, tanto da Torres depois quanto à CCBB.

00:16:50 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É, então a Torres, chegamos ao entendimento de quanto valia a frota, como que eu poderia pagar e de forma de longo prazo. Aí, eu acertei isso com a Torres, dependendo que eu não poderia mais crescer no setor de transporte passageiro de Belo Horizonte, o risco é muito grande e principalmente, era pela falta de cumprimento de contrato.

00:17:14 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A segurança jurídica era zero, porque as empresas investem, assumem compromisso com o pessoal, com fornecedores, com fabricante de veículos, depois não tem recursos para pagar, então põe a gente feito louco. Então nós não tivemos ... aí o primeiro eu fiz, em termos de assim, de negociação com a Torres desde que eu conseguisse quitar minha dívida com Grupo Transimão.

00:17:41 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Aí começamos uma negociação, sempre o nosso grupo, com cada um, eu com o grupo Torres e o outro separado com o Grupo Transimão, nunca participou de nenhuma reunião Transimão e Torres. Participou o meu grupo com a diretoria da Torres, o meu grupo com o Nilo Gonçalves Simão Junior. Na hora que ele falou, aceitou todo o ativo da Torres e te dou a dívida quitada.

00:18:09 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Aí eu fechei com a Torres e trouxe para o conselho do SETRA em janeiro, do SETRA não, desculpa, do Consórcio BH Leste o assunto para chegar, trocar a empresa Torres pela empresa indicada pelo Nilo Gonçalves Simão Júnior.

00:18:28 Ver.(a) Bráulio Lara: Senhor Rubens, o senhor já foi passando por vários aspectos que a gente gostaria de entender de forma mais detalhada, mas foi bom que o senhor já deu essa introdução. Eu queria fazer algumas perguntas só pra gente de fato, esclarecer esses passos, até porque tudo isso que a gente vivencia em Belo Horizonte hoje, é fruto do contrato que foi feito a partir daquela licitação lá em 2008.

00:18:55 Ver.(a) Bráulio Lara: Então o senhor acabou de falar da dificuldade do sistema, o não reequilíbrio econômico, mas uma pergunta que já foi feita aqui em vários momentos e já foi feita, certamente para o senhor também, não só por nós vereadores, mas pela imprensa .... CPI da caixa preta da BHTrans, um monte de coisa já aconteceu, mas é porque o contrato antigo é inexplicável, por que, até hoje ele é do jeito que é. Porque uma necessidade de virada de página, é saltar os olhos para todo mundo.

00:19:31 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas vamos lá, a grande questão é o seguinte,

as regras para a exploração dessa concessão de ônibus são estabelecidas neste contrato, quando a própria gestão das regiões territoriais os RPS, a questão do consórcio etc...

00:19:51 Ver.(a) Bráulio Lara: Tudo isso está lá estabelecido, quando a Viação Torres decidiu, então não mais operar, que segundo o senhor aqui foi exatamente no final do ano de 22 em dezembro, que ela decidiu por não continuar sua operação, visto que, entre aspas, "o repasse do subsídio já deixaria de estar na casa de 20 milhões e desceria para 10 milhões", foi o que o senhor acabou de reportar, de repasse mensal. Aí ela toma a decisão, portanto, de não continuar.

00:20:28 Ver.(a) Bráulio Lara: A pergunta é a seguinte, no prisma do consórcio, se ela para de operar, de quem passaria a ser o problema, o consórcio é que deveria recompor? Se ela simplesmente fechasse as portas e vendesse todos os ativos, o consórcio teria que conseguir recompor a operação ou existiria uma individualidade na empresa de obrigação da prestação de serviço?

00:20:58 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É, deixa eu falar pra você, é claro que o consórcio, que é o concessionário e esse consórcio, ele tem 9 empresas concessionárias, com um total de aproximadamente 686 ônibus.

00:21:10 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Em nossa frota em Belo Horizonte, para manter a frota, só tem uma reserva técnica e calculada de 5%, muito abaixo até da média de outros estados e municípios, que é 10%. Esse 5% é para manutenção, revisão... carro que dá problema mecânico.

00:21:28 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Eles não podem ser empenhados porque senão você não consegue trabalhar. Não existe possibilidade de você pegar em torno de 20% de uma frota, e deixar ociosa na garagem na soma dos consórcios, seria 25 e 5 indo trabalhar.

00:21:44 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então nós tínhamos que achar uma solução ou as empresas do consórcio assumiam essa frota da Torres e colocasse ela para rodar, dividindo entre as empresas do consórcio nas suas respectivas unidades, ou achava um novo investidor. Então como ...

00:22:03 Ver.(a) Bráulio Lara: A Torres era quanto por cento mesmo senhor Lessa?

00:22:06 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Qual que você perguntou, não conseguir entender aqui...

00:22:07 Ver.(a) Bráulio Lara: A Torres, ela representa 17 ....18?

00:22:10 Sr. Rubens Lessa Carvalho: 17.76% do consórcio, 104 veículos.

00:22:15 Ver.(a) Bráulio Lara: OK. Perdão, era só para frisar essa informação.

00:22:20 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então ... Se você assumir 17.76% de frota, se você não tem esses veículos, não existe veículo parado, em todos os veículos é para rodar ou para ser a reserva técnica que é necessária. Nós estamos aqui conversando, um carro pode estragar, pode bater, isso é normal de quem está operando, tá certo. Acontece, não porque a gente possa, mas acontece.

00:22:43 Sr. Rubens Lessa Carvalho: E tem as revisões programadas, que se os itens dos componentes vencem, você precisa parar um carro fazer revisão igual o seu automóvel particular, você mande ir com a revisão no fabricante, então precisa fazer isso com os ônibus também. Então, nós não tínhamos a menor possibilidade de operar.

00:23:02 Sr. Rubens Lessa Carvalho: E é um serviço essencial, está previsto na Lei 12.587/2012, Política Nacional de Mobilidade Urbana, é porque é um serviço essencial para o país e o serviço é essencial. E inclusive teria, diversas condições de aportes por .... por ser um essencial. Então assim, não tinha a menor possibilidade de operar ou assumir os carros da Torres que estariam na empresa, com o risco que nós corremos.

00:23:30 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Eu, como líder do consórcio, chamei a responsabilidade da Torres para a S&M, não é? Desde que eu achasse o investidor, porque fora o compromisso de indenizar a frota da Torres, é indenizar os ativos da Torres. A Torres, ela tem uma frota que vence esse ano alguns ... e ano que vem

outros, ela precisa do investimento em ... de 50 veículos sumindo.

00:23:56 Sr. Rubens Lessa Carvalho: E isso você pode calcular 50 milhões de reais de investimento e é impossível no sistema, na forma que está e ainda do jeito que está, você em 2 anos a portar para quem já está no sistema, recurso desse 50 milhões de reais.

00:24:12 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então na hora que você pega a Viação Torres, e examina, assim para colocar recurso do próprio sistema, era impossível.

Eu ia criar grande problema, porque a frota de Belo Horizonte, estava muito envelhecida, esse ano está tendo uma renovação de frota bastante significativa em função de ter essa responsabilidade que vocês junto com o executivo, legislativo e executivo estão fazendo e exigir qualidade de serviço, de transparência de serviço, transparência dos dados e, com isso, está tendo responsabilidade jurídica, que é sempre o sonho de todo investidor ...

00:24:52 Ver.(a) Bráulio Lara: Senhor Rubens, sua voz parou de sair para gente aqui. Deu problema na transmissão. Sr. Rubens, ficou interrompido uns 30 segundos aqui, a gente não ouviu toda a sua fala, mas já que houve uma interrupção, eu quero só te fazer uma pergunta, que é justamente no prisma da administração do consórcio, quando a Torres pega e fala assim, "não vou continuar" e ela recebe... Ela representa 17.76% do todo.

00:25:28 Ver.(a) Bráulio Lara: As demais empresas do consórcio se veem numa situação que elas não conseguem absorver, em tese, esse buraco que ficaria, se essa frota simplesmente saísse do circuito. É isso mesmo que o senhor disse, certo?

00:25:47 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Exato.

00:25:48 Ver.(a) Bráulio Lara: Beleza, a minha pergunta é a seguinte, perante o Consórcio, a Torres tinha esse direito de poder sair?

00:25:58 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Olha....

00:25:58 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque eu estou entendendo que ela geraria

um problema para vocês, é isso mesmo?

00:26:04 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ela geraria um problema para nós e para a comunidade.

00:26:07 Ver.(a) Bráulio Lara: Não, mas vamos entender justamente do prisma jurídico, eu estou entendendo, que é porque ela pode sair na hora que ela quiser, eu parei a operação?

00:26:16 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não, não pode. Tanto é que ela comunicou o consórcio para encontrarmos uma solução. Ela simplesmente não chegou lá de 1 dia para outro e fechou os seus 104 carros dentro da garagem e demitiu quase 400 funcionários e não voltou mais. Ela não fez isso.

00:26:31 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ela nos procurou para encontrarmos uma solução, até porque os serviços públicos, serviço essencial e nós poderíamos ser responsabilizados por isso...

00:26:40 Ver.(a) Bráulio Lara: Isso foi no final do ano de 2022, certo, dezembro?

00:26:44 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ao final do ano de 2022, dezembro de 2022, aí nós tivemos mais ou menos um mês para encontrar uma solução. Ela foi totalmente coerente, correta com o consórcio.

00:26:54 Ver.(a) Bráulio Lara: Entendi. E aí, o senhor presidindo o consórcio, começou a viabilizar então uma forma de sair desse imbróglio?

00:27:05 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Exatamente.

00:27:06 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, o senhor acabou de falar um pouquinho antes aqui, que a S&M então, assumiu esse papel, e isso foi levado aos demais também ou o senhor de fato tomou essa decisão de assumir antes de levar aos demais? Aos demais pares.

00:27:25 Sr. Rubens Lessa Carvalho:

Levei ao consórcio, fizemos a reunião do consórcio.

00:27:28 Ver.(a) Bráulio Lara: OK.

00:27:28 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Pra .... outros membros do consórcio, se tinham interesse no investimento, outros consórcios, outras empresas participando do consórcio de outros consórcios dos outros 3 consórcios, ninguém se manifestou interessado, não foi só assim... Nenhuma empresa do sistema municipal de Belo Horizonte mostrou-se interessado, então ...

00:27:52 Ver.(a) Bráulio Lara: Ninguém tinha interesse então, em absorver?

00:27:54 Sr. Rubens Lessa Carvalho: E ampliar, ninguém tinha interesse em ampliar um negócio altamente deficitário, porque você está em um negócio altamente deficitário, você não sai porque tem um monte de compromissos que você tem que fazer. E você tem uma assim, hora... alguma pessoa vai ... concertar esse contrato, sua obrigação contratual.

00:28:11 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Quando você fala que esse contrato é um contrato antigo, vereador Bráulio, ele é de 2008, com 20 anos, hoje todo o contrato com exceção está sendo publicado pela União e pelo Estado, pelos municípios, é de 30 anos e esse ainda foi menor que os outros.

00:28:25 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Hoje o Governo de Minas, republicou diversos contratos de concessão aí, rodoviária de Belo Horizonte, Rodoanel, vários 30 anos. O plano rodoviário de concessão do Estado, entrou há 30 anos para retomar o investimento. Porque quanto mais tempo, dilui mais o custo desse contrato, está certo.

00:28:41 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então é o seguinte, na hora que que esse contrato foi feito, ele foi considerado exemplo no Brasil de mais moderno. Eu sempre achei que não era bom ter um contrato, que não tinha uma planilha de custo, porque todo o contrato que nós temos, diversos que eu já participei e participo, o meu grupo e outros, o sindicato que eu represento, tem uma planilha de referência.

00:29:02 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Até para acabar esse discurso que não tem transparência.

00:29:06 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Vocês pegam os dados, auditar, conferir e vê se tem transferência ou não, é o que está sendo feito agora. Agora o nosso setor foi aprovado graças à Lei que vocês aprovaram, aí uma referência, uma planilha da associação Nacional de Transporte Público, referência nacional, componente mínimos e máximo, na Lei 11.458, onde você tem condição de quantificar todo o consumo das empresas e tudo que ela está gastando e tudo que ela está operando.

00:29:36 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Vocês no sistema hoje, tem quase todos os dados transmitidos eletronicamente, então estou até indo em perguntas para frente, eu estou falando a mais aí.

00:29:47 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Mas vocês hoje têm condição, vocês os vereadores, vocês aí e toda a comunidade e sociedade, entra no portal da transparência da prefeitura, os dados são divulgados, tem todas as operações das empresas e nós estamos sendo penalizados várias vezes, por erro de comunicação, queda de internet, a via não é remunerada.

00:30:08 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Nós temos que comprovar através de diversos itens que eu vi ... que a viagem foi executada, isto leva a prazo para voltar o recurso que nós já gastamos para fazer. Então isto é muito importante a Lei 11.458, que essa casa aprovou, está certo. Para dar segurança para a gente investir.

00:30:28 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O Sr. Rubens, só uma dúvida, que na fala do senhor, já que, a empresa, a Viação Torres, era um negócio muito arriscado, no qual na assembleia o senhor apresentou para o consórcio, ninguém quis. Qual que é o interesse do senhor Nilo, então em assumir a Viação Torres?

00:30:50 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Olha, primeiro tinha uma dívida com o meu grupo. E para te falar assim, coisa interna nossa, mas não estava muito fácil de acertar, tá certo. Então, nós pegamos ... o que aconteceu, eu paguei um ..., estou pagando os ativos da Torres, muito mais alongado que eu tinha que pagá-los.

00:31:09 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Aí ele preferiu correr o risco de receber a dívida através de um ativo, e foi possível, aí conseguiu viabilizar isto, está certo? Ele então ... O Nilo Júnior, não era o que eu devia, devia o grupo que o pai dele é o

presidente, ele veio com a autorização do pai dele que podia negociar, isso de fato ocorreu.

00:31:30 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Na hora que nós transferimos o ativo para ele, ele trouxe o termo de quitação geral de tudo o que eu devia ele. Graças a Deus, eu não devo mais nada, então, agora eu devo ao pessoal, os diretores da Torres.

00:31:42 Ver.(a) Bráulio Lara: A motivação do senhor, então, de fazer essa triangulação, é que você alongou o perfil do seu pagamento da dívida que o senhor tinha e já resolveu o problema basicamente com o senhor Nilo (pai), com as empresas que o senhor tinha e que era uma coisa bem mais antiga.

00:32:01 Ver.(a) Bráulio Lara: Por isso, foi a motivação do senhor se apresentar perante o Consórcio então, para fazer esse ELO é isso?

00:32:09 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Exatamente, se você o tentar exatamente o que ocorreu, não tem não tirar nada, exatamente isso aí.

00:32:17 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Rubens, então, a negociação do senhor com o Nilo, que envolvia uma Concessão pública, é isso mesmo, o senhor se sente confortável em fazer essa negociação, sendo que dependia, de uma autorização da prefeitura, que o contrato fala isso, que necessitava da anuência da prefeitura?

00:32:39 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Vereadora, deixa eu falar para você, a Lei 8987, no seu artigo 27, estou falando no artigo que eu já tratei muito disso, inclusive em ações no STF, apesar de eu ser engenheiro, não ser advogado, é o seguinte, ela fala a anuência prévia para a transferência da concessão.

00:33:00 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Nós não transferimos a concessão. A concessão é do Consórcio no seu artigo 2ª, inciso 2ª fala, ...não ..... alteração do controle societário da concessionária, também não ocorreu, porque nós mantivemos 83% do consórcio sem mexer. Então assim, depois dessa avaliação e devido à urgência de um negócio que não podia ficar sem as pessoas ser transportadas, tá certo.

00:33:30 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não foi um negócio de concessão, foi um negócio de ativos, que nós teríamos que fazer e correr o risco, porque até que saiu a anuência que saiu agora, foi mais ou menos 8 ou 9 meses, nem sem precisar quanto foi. Como que ia ficar o transporte? Nenhum de nós tinha condição de comprar 104 ônibus novos, nem crédito para isso, voltando só alongando um pouquinho.

00:33:55 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Por causa da Lei 11.458, do princípio que está ocorrendo de segurança jurídica, nós estamos tendo crédito para renovar nossa frota. Nenhuma instituição financeira, fazia nenhum negócio com empresas de ônibus de Belo Horizonte. Não é só Belo Horizonte não, do Brasil inteiro.

00:34:12 Sr. Rubens Lessa Carvalho: O Setor de ônibus do Brasil inteiro entrou numa situação terrível depois da pandemia, muito triste, nós não temos crédito para mais nada. O meu grupo antes da pandemia, a gente comprava por ano 150 ônibus novos do banco Mercedes Benz.

00:34:27 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Hoje, ninguém recebe para conversar, é um pouco terrível o assunto, o setor de ônibus do país entrou totalmente em decadência. Precisamos recuperar isso, e estamos trabalhando para isso e vocês precisam nos ajudar nisso.

00:34:42 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Rubens, só para me entender aqui, também muitas pessoas querem entender, o senhor que comprou ativos da Viação Torres?

00:34:50 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Sim, a S&M Transportes.

00:34:52 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A S&M comprou.

00:34:53 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Do nosso grupo a dívida lá era do nosso grupo.

00:34:59 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A dívida é do grupo do senhor. E o senhor, como líder do Consórcio, foi o senhor que aceitou a entrada da empresa BH Leste? Não havia um conflito de interesse aí não, como o senhor comprou a Viação Torres?

00:35:08 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não, nós fizemos a reunião do Consórcio.

00:35:15 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas não foi unânime a entrada da ... Falhou aqui a voz...

00:35:21 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não, então deixa eu explicar, é porque eu interrompi, desculpa, eu ter interrompido a sua fala.

00:35:28 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Nós convidamos a reunião do Consórcio, convocamos, das 9 empresas, tá certo. E na reunião do consórcio, depois da análise do nosso setor jurídico interno aqui dos consórcios, que a documentação apresentada pela BH Leste Transportes, discordo do nome BH Leste, falei isso com o Nilo Gonçalves Júnior.

00:35:49 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ele não deveria ter colocado o nome do consórcio, tá certo, ficou muito ruim, misturou tudo, tá certo, já pedimos a ele, inclusive, que dê jeito trocar esse nome, porque está misturando a concessão com a empresa.

00:36:07 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Nós tivemos a reunião do consórcio e onde foi votado por todos os participantes, todos participaram, me parece, todos participaram, eu acho que sim... Acho que participaram todos, onde foi colocado em votação a admissibilidade da BH Leste transportes, é uma empresa que tem 6, poucos por cento do consórcio de ação Boa Vista ou Bela Vista, alegou que não tinha tido acesso aos documentos anteriormente para análise de seu jurídico interno e nós acreditamos na análise, que foi feita pelo .... Ele que analisou.

00:36:47 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Eles assinaram na junta comercial, então eles ... depois de que ele analisou, ele não teve mais oposição, tá certo? Então assim, hora nenhuma, eu chamei uma ... pra mim, eu chamei de convocar a assembleia do consórcio BH Leste.

00:37:08 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, mas o senhor, como presidente lá do consórcio, o senhor que...

00:37:12 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Líder do consórcio convoquei.

00:37:14 Ver.(a) Loíde Gonçalves: E o senhor, que concedeu essa autorização para a empresa BH Leste transporte, operar aqui na cidade de Belo Horizonte?

00:37:22 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não fui eu, o consórcio votou e no dia da votação, 94% da participação do consórcio autorizou de imediato e 6% pediu um prazo para poder examinar os contratos, a documentação. Então, assim, os 94 sem a.... qualquer sociedade com 94% de aprovação, ela está autorizada a fazer.

00:37:46 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas não tinha os requisitos da Lei que deveriam ser respeitados, a experiência, porque a CBB 34, ela não tinha experiência comprovada para poder operar na cidade de Belo Horizonte. Como que funcionou isso?

00:38:01 Sr. Rubens Lessa Carvalho: O edital cumpriu todas as exigências do edital e, no consórcio concessionário, é ele ... As outras empresas concessionárias, o atestado delas todas cobre essa experiência, porque você na licitação, pode acumular a experiência de um pro outro.

00:38:19 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se eu quiser, por exemplo, eu vereadora Loíde Gonçalves, vou lá em São Paulo, compro uma empresa de prateleira. Posso começar a operar dentro do Consórcio que o senhor é presidente?

00:38:34 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não, é o seguinte ...

00:38:34 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Em tese. É só um exemplo que a gente quer entender, porque nós estamos falando de uma empresa que desenvolve um péssimo trabalho aqui na cidade de Belo Horizonte.

00:38:44 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor mesmo falou, na fala do senhor, que é uma empresa que já estava sucateada, sem condições de operar, e mesmo assim o senhor, na sua fala, apresentou essa empresa para o consórcio, no qual foi aprovado unanimemente por todos, para que essa empresa operasse.

00:38:59 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Uma empresa que, anda com pneus

careca, ônibus sem ar-condicionado, bancos quebrados, elevadores sem funcionar, eu poderia chegar comprar uma frota dessa, eu vou ali, saio comprando os ônibus em péssima qualidade, junto ali, a quantidade de ônibus que o edital prevê pega o uma carta de uma outra empresa para mim poder utilizar e assim, eu entro para poder operar junto do consórcio do senhor.

00:39:26 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor aceitaria, o senhor apresentaria para as empresas?

00:39:31 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Bem, você me fez uma pergunta um pouco longa, então vou explicar por partes.

00:39:36 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Tá bom, pode ser por parte, a gente quer entender.

00:39:39 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então é o seguinte, a BH Leste ainda não operava, quem operava era a Viação Torres, tá certo, quando aconteceu. Quando veio o pedido de anuência da BHLeste, a constituição da empresa, apesar de S.A, eu ... não tem hora nenhuma para nós, que era uma empresa de prateleira, veio um diretor de uma empresa tradicional no setor de transporte público de passageiros.

00:40:03 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Que nós, já conhecíamos de muitos anos e o transporte municipal de contagem, do transporte metropolitano, do transporte intermunicipal do estado de Minas Gerais, ele como diretor de diversas reuniões de sindicato, de diversas negociações com trabalhadores, nós, em conjunto, que participou de diversa assembleia do transporte metropolitano, com uma proposta, não foi uma pessoa estranha, que não tem experiência no transporte.

00:40:32 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sr. Rubens, só interromper o sr., no contrato que a nossa CPI teve acesso, a negociação foi feita entre a S&M, Saritur e a BBCC empresa de prateleira.

00:40:45 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Exato, exatamente. Mas quem representava essa empresa era o Nilo Gonçalves Simão Júnior, ele era diretor de um grupo de empresas, que representa em torno de 500 ônibus aqui na região metropolitana de Belo Horizonte, está certo e em Contagem, ... quase 100 ônibus, no

município de contagem operando, no município do metropolitano, é mais de 200 ônibus. Não é uma pessoa estranha.

00:41:14 Ver.(a) Bráulio Lara: Sr. Rubens, só um detalhe, esse é o ponto que a gente precisa de fato esclarecer, porque o que o senhor está nos falando, não é o que está escrito nos documentos.

00:41:26 Ver.(a) Bráulio Lara: Os documentos que foram trazidos para essa CPI vieram de uma empresa, uma SA. que tinha sido recentemente formada, que não tinha nenhum histórico na área de transportes e cuja, diretora já, apesar de ser a pessoa que já tinha alguma experiência operacional em outras empresas, sequer soube responder pra gente.

00:41:51 Ver.(a) Bráulio Lara: Ou seja, a figura do senhor Nilo Júnior, ela orbitava no processo, mas ele em momento nenhum, por exemplo, era o presidente da empresa ou CEO que realmente estava formando os atos.

00:42:03 Ver.(a) Bráulio Lara: Por isso que a gente está aqui fazendo essas perguntas para o senhor, para esclarecimentos. A sua fala, esclarece um encadeamento, mas não condiz com o que a gente tem acesso.

00:42:17 Ver.(a) Bráulio Lara: Os documentos, na verdade, das empresas, eles não ... é, eles não são diretamente ... a Transimão, que é uma empresa, já que tem um histórico grande de transporte coletivo, conforme o senhor bem disse, ela não participa diretamente de nada.

00:42:34 Ver.(a) Bráulio Lara: O próprio o senhor Nilo Júnior também, ele não era um executivo de uma dessas empresas e nem da própria empresa, que foi a que formalizou esses atos de transferência. Então é por isso que a gente quer entender nesse passo a passo, porque a intenção que vocês tiveram, não condiz exatamente com os passos jurídicos dos documentos que chegaram pra gente nessa CPI e essa CPI, senhor Rubens Lessa é ACPI da Qualidade dos ônibus sem qualidade.

00:43:07 Ver.(a) Bráulio Lara: Ou seja, a gente foi lá na garagem da Torres, que eu agora é da BH leste S.A e viu, a frota, é uma frota que, de fato, já estava

sucateada, a gente viu diversos relatos de pessoas, ou seja, era uma bomba a Torres era uma bomba e quando a BH Leste S.A, que para complicar mais ainda o entendimento de qualquer um, tem o mesmo nome do consórcio, porque, poxa BH Leste é BH Leste.

00:43:38 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas BH Leste é um consórcio de Belo Horizonte, do qual o senhor preside o consórcio neste momento. Mas a BH Leste S.A, é uma empresa que tinha acabado de chegar, virgem literalmente, com praticamente 17% de representatividade e que dentro do seu quadro societário, ela não tinha Lastro nenhum para entrar dentro do sistema de transporte. O Lastro que entre aspas aconteceu foi pegar uma frota que já estava sucateada da Torres e mantê-la rodando, para dar algum tempo, talvez de outras coisas acontecerem.

00:44:15 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, o nosso questionamento é justamente de entender, porque que o contrato que foi assinado, foi assinado como uma empresa que não tinha de fato essas credenciais para entrar no processo de Belo Horizonte? Nós entendemos pela fala do senhor as intenções, mas a gente quer entender da parte jurídica, por que que não seguiu realmente esse rito?

00:44:41 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque a Transmissão, o grupo transimão, tinha outro CNPJ que já estavam habilitados, em tese para entrar, porque que não entraram em tão como empresa que já existia? Essas são questionamentos. Eu gostaria que o senhor explicasse pra gente nesse passo a passo, por favor.

00:45:03 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Bom, vamos lá então tentar explicar para vocês todos, passo a passo, vou explicar com mais calma aqui.

00:45:11 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Vereador Bráulio, quando você coloca isso, nós ... A gente tem que lembrar aqui, que a questão estava crítica de dezembro para janeiro, é um período que nós estamos avaliando 12 meses depois. Naquele momento pela experiência do grupo e pelo ... eu nunca conversei com .... eu não sei quem é a Esther.

00:45:35 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Sempre tratou comigo, o Nilo Simão Gonçalves Júnior, e com o representante da empresa do pai dele. E ele era diretor, sim, do grupo lá do pai dele, ele que representava ele em todas as reuniões, antes,

hoje eu não sei se ele é diretor lá mais, mas na época ele era o diretor do grupo deles, então ele era uma pessoa totalmente conhecida.

00:46:00 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ele estava assumindo todo o ativo da Torres, sua equipe de funcionários, de motoristas, de manutenção, ele estava assumindo os veículos, não estava no bom estado como você está falando. Eu não posso afirmar porque eu nunca vi os veículos, vi na rua, eu nunca fui na garagem das Torres, está certo.

00:46:20 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É quem fez essa inspeção, foi ele mesmo, e o compromisso dele, era que, após a anuência prévia, ele vai investir no setor, me parece ... aí ele mandou os documentos para Prefeitura municipal de Belo Horizonte, mandou para o consórcio, o consórcio mandou para Prefeitura municipal de Belo Horizonte, para o SUMOB e esses documentos foram voltados algumas vezes, exatamente, essas dúvidas que você está levantando, vocês estão levantando aí.

00:46:52 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Essa questão da empresa de prateleira, a questão da empresa ter capital insignificante, aí ele teve realmente que assumir a postura de colocar ... consertar o capital, uma série de coisas.

00:47:06 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ele como investidor e como presidente e proprietário da S.A, ele apareceu, a diretora executiva dele apareceu, então assim foi todos os documentos vindo para dentro da SUMOB, para conceder a anuência.

00:47:20 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Isso atrasou o processo e como isso atrasou o processo, também atrasou o investimento na frota.

00:47:28 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então assim, eu ... exatamente nesse momento, me parece ter informações que eu tenho aqui do consórcio, que ele já colocou alguns veículos já, de ano fabricação 2023 no sistema, tá certo. Me parece que ele já colocou .... trocou alguns carros que ele comprou de outros e botou 13 carros 0km, pela informação do consórcio, já agora no mês de dezembro.

00:47:54 Sr. Rubens Lessa Carvalho: E informa que em 2024, ele vai trocar,

mas uma quantidade grande de veículos, veículos novos, tá certo? Então assim, ele começou a investir, essa questão que o serviço sucateou bastante. Pode ser ....

00:48:10 Ver.(a) Bráulio Lara: O Sr. Rubens, me permita, só uma interrupção. A anuência prévia deveria ser emitida pelo poder público, certo? A gente não tá ouvindo sua voz. Agora voltou

00:48:25 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ela é emitida pelo poder público, nós não damos anuência prévia.

00:48:31 Ver.(a) Bráulio Lara: Ela é uma anuência prévia e ela não foi prévia, ela virou anuência a posteriori, eu que inventei esse termo aqui. Mas assim, eu quero entender, o seguinte, em qual momento dessa trajetória de dezembro de 2022 adiante, que o poder público foi envolvido na situação, em que momento que vocês chegaram lá para a prefeitura, por meio da superintendência de mobilidade e colocaram esse assunto na pauta?

00:49:11 Sr. Rubens Lessa Carvalho: De janeiro para fevereiro, assim que obteve a aprovação aqui no consórcio da inclusão da empresa BH Leste, nós pegamos toda a documentação e solicitamos à prefeitura, a SUMOB, a inclusão, alteração do consórcio e da retirada da Viação Torres e a inclusão da BH Leste, aí o processo demora.

00:49:34 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Você vê que a gente não poderia ficar esperando esse período, que ocorreu, para poder fazer essa alteração, nós não iremos suportar. Como que uma empresa vai ficar sem alguém assumir ela durante 10/11 meses, não tem jeito. É um serviço essencial, então assim...

00:49:54 Ver.(a) Bráulio Lara: Eu entendo, mas, por exemplo, se a S&M é que tivesse encampado a Torres, durante o período da SUMOB, ficar lá, analisando o que ela ia fazer com isso, não seria a S&M que deveria ser a operadora então do sistema? Nesses meses que foi essa lacuna?

00:50:13 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Olha, a S&M não tinha capacidade financeira para assumir esse compromisso, porque com certeza absoluta, na hora que você vê os resultados, janeiro, fevereiro e março, com 10 milhões por mês, o

déficit foi uma coisa absurda.

00:50:26 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Na hora que vocês aprovaram a Lei em junho, que retroage os pagamentos a janeiro, então não tinha fluxo de caixa para suportar isso em nenhuma hipótese, S&M não dava conta nenhuma hipótese de suportar essa operação, você gasta com diesel, peça e pneu, é mais do que a empresa fatura. Aí você tem que todo mês aporta recurso e aí cria esse caos que criou nas empresas.

00:50:49 Ver.(a) Bráulio Lara: Por isso que eu estou deixando bem claro para o senhor que a gente está fazendo perguntas em cima desse processo. André Dantas, superintendente da SUMOB, alegou que só passa os valores para o consórcio, está certo, e não diretamente para as empresas.

00:51:08 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, ele afirma que os repasses de subsídio foram enviados para o consórcio BH Leste, no parágrafo 3ª do artigo 5ª da Lei 11458, a gente tem lá de todo o tamanho no parágrafo terceiro, que a operação de linha em trajeto sem a prévia emissão da respectiva OS pela SUMOB, não será considerada e não gerará dever de remuneração ou qualquer outro ressarcimento pelo poder executivo.

00:51:36 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, olha só, considerando isso, a SUMOB, ela emitiu OS para BH Leste que não tinha nem ainda a anuência?

00:51:47 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não, as OS estavam em nome da Viação Torres.

00:51:50 Ver.(a) Bráulio Lara: Então ela estava emitindo a esse pra Torres, então a Torres ainda não tinha saído do sistema, certo?

00:51:57 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A concessão é o consórcio, manda pro consórcio, e a Torres que era operadora ainda perante o poder público, assim, documental.

00:52:06 Ver.(a) Bráulio Lara: É isso que nós queremos entender, perante o poder público a Torres, então, ainda existia e ela é que estava ali fazendo a linha de

frente de operação, é isso?

00:52:17 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Assim, vamos com calma. A linha é do consórcio, a Torres ainda não estava autorizada ... a anuência prévia para tirar a Torres do consórcio e entrar a BH Leste, mas, de fato, na operação, quem estava operando era a BH Leste. (00:52:17)

00:52:34 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Transferiu todos os funcionários para o nome dela em primeiro de janeiro. Está certo? Contrato de comodato da frota para rodar a partir de janeiro, tá certo? Até que saísse a anuência prévia. (00:52:34)

00:52:47 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então, assim, a receita é de quem opera, que as despesas também é de quem opera, então assim.

00:52:53 Ver.(a) Bráulio Lara: Por isso, que eu estou te perguntando, a Torres, então, ela que estava ainda fazendo essa frente ao poder público, porque ainda não, saiu ... Então tá formalmente.

00:53:03 Ver.(a) Bráulio Lara: E aí a pergunta é, quando o dinheiro cai no consórcio, foi o que o André Dantas explicou para a gente, ele paga, o subsídio é pago ao Consórcio, então cai o dinheiro no caixa do Consórcio, normalmente por meio ali da Transfácil, né.

00:53:18 Ver.(a) Bráulio Lara: Eu não sei exatamente o fluxo financeiro exato aí dentro, mas o consórcio vai repassar de acordo com os percentuais para as empresas que ele compõe. Ok, no caso a Torres ainda existia, é, digamos assim, em termos documentais. Mas a operação já estava se dando pela BH Leste SA.

00:53:38 Ver.(a) Bráulio Lara: Quando o senhor, como presidente do consórcio, foi fazer os repasses deste subsídio, provavelmente obedecendo os percentuais. Esse repasse, ele foi feito então para Torres e a Torres anuiu para a BHLeste, já foi feito direto, porque perante o consórcio para vocês já estava OK. Como foi feita essa gestão internamente?

00:54:04 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Deixa-me explicar pra você, os consórcios, eles operam, mas, quem faz a distribuição é a Transfácil, tá certo? Ele é

distribuído conforme a participação de cada empresa e no custo da operação do sistema.

00:54:19 Ver.(a) Bráulio Lara: Que é o percentual, certo... do Consórcio.

00:54:21 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Percentual ... Mais ou menos, ele é calculado quase que o .... percentual do sistema geral, não só do consórcio. Tá certo? Então, como se calcula isso? Baseado na frota e na quilometragem produzida, seus principais itens, que leva em consideração.

00:54:39 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Considerando a frota quilometragem produzida, é distribuído o recurso e também na arrecadação que a empresa faz direto na catraca, completa-se a diferença. Porque tem linha deficitária, linha super meritória e precisa de todo mundo ter um equilíbrio nessas contas.

00:54:56 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então, quem opera efetivamente, quem estava com as despesas, quem estava pagando o pessoal, quem estava pagando o diesel, peça e pneu? A BH Leste, então na hora que chegou o dinheiro no consórcio, tinha uma autorização da Viação Torres para que um recurso em nome dela, fosse repassado com uma determinada empresa que passou para a BH Leste.

00:55:26 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, Sr. Rubens, essa autorização da Viação Torres para a BH Leste receber os recursos faz parte da documentação, então que está dentro do consórcio?

00:55:42 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não é para BH Leste receber os recursos não, a Torres ...

00:55:45 Ver.(a) Bráulio Lara: BH Leste S.A.

00:55:46 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não. ...

00:55:48 Ver.(a) Bráulio Lara: Estou falando o seguinte, você é o presidente do Consórcio, a Torres chegou e falou o seguinte, ó, "o que é para pagar, para eu pagar para eles. E em vez de fazer a Ted para mim, você faz a Ted para eles." Deve ter algum documento nesse sentido?

00:56:03 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É assim, qualquer recurso e despesa até 31 de dezembro de 2022...

00:56:10 Ver.(a) Bráulio Lara: 22, foi Torres.

00:56:12 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Totalmente é responsabilidade da Viação Torres.

00:56:14 Ver.(a) Bráulio Lara: OK.

00:56:15 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Certo, todo o recurso que foi aportado de catraca, despesa, tudo isso, a partir de janeiro, a Torres deu uma autorização ao consórcio que esses recursos seriam repassados. Ela autorizava a receber em nome dela, uma empresa de gestão de pagamentos.

00:56:32 Sr. Rubens Lessa Carvalho: E essa empresa de gestão de pagamentos, repassou para quem efetivamente operava, que era a BH Leste.

00:56:39 Ver.(a) Bráulio Lara: Esse documento, essa autorização, pode ser ... a gente gostaria de ter esse documento junto aqui na CPI para fazer esse elo, é possível que o senhor enviar para a gente?

00:56:50 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ok, ... para você.

00:56:52 Ver.(a) Bráulio Lara: Doutor Guilherme, o senhor pode fazer essa, remeter esse documento para nossa CPI?

00:56:57 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Com certeza, 5 dias.

00:56:59 Ver.(a) Bráulio Lara: É pegar e fazer, é porque a gente está na reta final e isso é importante, porque é justamente o seguinte.

00:57:05 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A gente até manda hoje, se for o caso.

00:57:07 Ver.(a) Bráulio Lara: Pode ser, ok. O prazo aqui é só pra gente não falar que foi de imediato, mas se puder mandar hoje eu te agradeço.

00:57:13 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Vou te mandar até hoje, tá bom?

00:57:14 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque, no início do ano de 2023, então, a BH Leste SA já estava fazendo frente à despesa, que foi o que o senhor acabou de dizer. E ela já começa a receber repasses que não passam pela Torres. Ela já começa a receber do sistema, do sistema que eu falo, do consórcio BH Leste.

00:57:38 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Inclusive, também da Câmara de compensação, todas as recentes despesas de janeiro, de 2023 para cá, ela que operou a BH Leste, toda a receita em qualquer despesa, é da responsabilidade dela. (00:57:48)

00:57:51 Ver.(a) Bráulio Lara: Por que, que a SUMOB demorou tanto para responder a esse pedido, já que se tratava de uma emergência, em cima da saída da Torres do sistema. Qual é a percepção do senhor enquanto Presidente do consórcio?

00:58:07 Sr. Rubens Lessa Carvalho: O que eu posso informar, assim, foi tanto de pareceres para complementar documentos, que realmente isso atrasou um pouco, mas eu não sei exatamente lá dentro, qual que é o trâmite, por onde que andou. Mas essa questão de anuência prévia, às vezes demora muito mesmo do poder público, viu o Vereador.

00:58:27 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque é a anuência prévia, imagina se fosse um negócio de emergência, é a mesma coisa que chegar lá no hospital, lá com o paciente terminal e falar que ele tem que fazer um monte de exames primeiro para começar ali.

00:58:38 Ver.(a) Bráulio Lara: Às vezes um procedimento tinha que ser para ontem, num bloco cirúrgico de emergência, e é por isso que eu estou te fazendo essa pergunta, porque na hora que a gente começou o trabalho o trabalho da CPI, nós começamos o trabalho da CPI para entender porque que tem tantos ônibus caindo aos pedaços que estavam rodando em Belo Horizonte e a população indignada de entrar em ônibus que estavam quebrando nas ruas, que não funcionavam devidamente os equipamentos de ar-condicionado de elevador, enfim, o caos, isso aí eu acho que o senhor já sabe.

00:59:13 Ver.(a) Bráulio Lara: Isso o senhor sabe, mas a gente precisava de que? De entender e aí vem todo o processo da Torres saindo do sistema e o processo da SUMOB Fazendo uma anuência que era para ser prévia acontecer quase no final de 2023. E aí a gente olha para o sistema e fala assim, "está irregular, eu quero entender porque que esses documentos não casam, não batem as situações".

00:59:37 Ver.(a) Bráulio Lara: O senhor já nos explicou aqui como é que foi a decisão, o processo de tomada de decisão. Mas só que o ponto chave, senhor Rubens, é que nesse momento de tudo, já existia dinheiro público no sistema que, diferente de quando foi feita a concessão, lá em 2008, que em 2008, o que é que foi feito? A concessão era o direito de explorar o transporte coletivo de Belo Horizonte, OK?

01:00:02 Ver.(a) Bráulio Lara: Então não tinha dinheiro público circulando nas empresas, o que vocês tinham que auferir de receita era o que estava acontecendo de usuário pagando transporte na roleta, ou na roleta ou no BHBus, enfim. Mas não tinha um dinheiro que saía do cofre do município direto para dentro do sistema igual hoje existe.

01:00:23 Ver.(a) Bráulio Lara: E no momento que o dinheiro público então começa a sair dos cofres do município e vai para dentro do sistema, nós temos por obrigação de ofício, saber se todo o caminho desse dinheiro cumpriu o objetivo e se foi feito da forma legal.

01:00:38 Ver.(a) Bráulio Lara: É por isso que a gente está em cima dessa situação, porque existe subsídio e algumas pessoas que vieram a essa CPI, falaram que esse subsídio, inclusive, era para comprar frota, que bagunça mais ainda o entendimento. O subsídio, ele entrou para renovar frota?

01:00:58 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Bom vereador, o sr. me fez uma pergunta longa, então, primeiro, é o seguinte, eu volto a reforçar o entendimento da Lei 8987, que anuência prévia, nesse caso, nós não transferimos concessão e nem transferimos o controle societário do consórcio. Isso aí, você é advogado, então você sabe disso.

01:01:19 Ver.(a) Bráulio Lara: sou engenheiro também tá? Eu também sou

da linha de engenharia.

01:01:25 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então é o seguinte, ... só para ficar claro, então é o seguinte, nosso entendimento, é que era a anuência previa, era mais um ato formal. E como a SUMOB, através da equipe técnica dela, da prefeitura, das controladoras do município, exigiu diversas operações na documentação que a BH Leste mandou, demorou-se um pouco isso.

01:01:51 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Independente disso, o serviço essencial não pode ficar aguardando isso 10 meses sem nenhum tipo de investimento, e os funcionários principalmente, está certo, porque a Viação Torres acertou, chamou todos funcionários, o presidente do sindicato dos trabalhadores e fez um acerto geral com todo mundo.

01:02:11 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Essa turma vai embora, que está faltando mão de obra, hoje está faltando mão de obra. Se você pegar o sistema municipal de Belo Horizonte, do metropolitano, as vagas de emprego estão sendo publicadas, é muita gente.

01:02:25 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A gente tem trabalhado formação de mão de obra, fazendo cursos, usamos o cessenat, intensamente para formar mão de obra pra gente, está certo, mas falta a mão de obra qualificada, principalmente o motorista e mecânico também está, está faltando bastante.

01:02:41 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então assim é essa questão, nós não podíamos perder essa mão de obra, então não tem como ficar parado, se a gente chegar aqui a levar 10 meses para fazer uma medida dessas, o sistema vai colocar, então isto é o que pode.

01:02:54 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Agora, quanto à questão do dinheiro público, ele foi totalmente, ele está totalmente transparente, vocês mandaram para o consórcio, a prefeitura mandou um consórcio, distribuiu na participação de quem rodou, de quem realmente pagou as contas e quem precisou desse recurso. Quando é esse importante ...

01:03:13 Ver.(a) Bráulio Lara: Essa decisão, inclusive, senhor Rubens,

apesar de que eu acho que o senhor tinha feito um comentário antes, só para deixar bem frisado, quem decide quanto exatamente cada empresa vai receber de repasse desse subsídio? É uma definição do consórcio ou é uma definição vinda do poder público?

01:03:32 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Quem decide exatamente cada empresa, o poder Público manda para os consórcios baseado na operação, agora quem decide exatamente o nosso consórcio Transfácil, porque tem todos os dados de quem fez as viagens, quantos quilômetros rodou e que tipo de veículo usou.

01:03:48 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Nós temos veículo articulado de uma empresa, temos veículos que não é articulado outro, veículo com ar-condicionado, remuneração é maior, sem área menor, então o padrão de frota influencia muito no enquanto vai receber...

01:04:01 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas nesse caso, em especial, o consórcio então, já reconheci a BH Leste S.A então, como operadora. E ela entrava, portanto, recebendo a parte dela de acordo então, com esses relatórios, as viagens executadas etc. etc. Dentro do controle interno do consórcio, é isso mesmo?

01:04:20 Sr. Rubens Lessa Carvalho: No controle interno constava ainda a Viação Torres, do controle interno até anuência na Transfácil que recebia. E a Viação Torres deu uma autorização que eu vou encaminhar. Para uma empresa receber e pagar a quem indicasse, que aí é a BH Leste que operava.

01:04:32 Ver.(a) Bráulio Lara: Vocês têm que prestar contas pra SUMOB de volta de como que esses repasses da Câmara de compensação foram calculados e enquanto cada um recebeu? (01:04:32)

01:04:47 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Isso é totalmente transparente, o que eu estou falando para você, assim, a melhor coisa que ocorreu, foi essa planilha da Associação Nacional de Transporte Público nos seus limites mínimos, ser aceita em Belo Horizonte e ainda com evidências. E aí acaba essa história que nós somos caixa preta, que nós não temos transparência.

01:05:05 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, mas a tabela da NTP, é a tabela dos custos

do sistema, certo? É o que o senhor tá dizendo?

01:05:11 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Isso.

01:05:11 Ver.(a) Bráulio Lara: Eu estou querendo entender o seguinte, vamos supor que você recebeu no consórcio 30 milhões de reais um determinado mês, entrou como subsídio vindo da prefeitura. Aí vocês foram lá e calcularam quantos por cento tinha que mandar para cada empresa de acordo com os parâmetros das viagens etc. etc, que o senhor acabou de mencionar.

01:05:29 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Isso.

01:05:29 Ver.(a) Bráulio Lara: Rateou os 30 milhões, vocês fazem uma prestação de contas de volta dos 30 milhões, de quanto cada um recebeu para o poder público de volta? Isso volta a SUMOB, como prestação de contas?

01:05:44 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Tá, assim, é mandado exatamente para a SUMOB, passo toda a prestação de contas, de tudo. ...

01:05:51 Ver.(a) Bráulio Lara: Todo mês então, a SUMOB sabe para quem que passou o dinheiro? Falhou o áudio, mas vai lá pode responder.

01:06:04 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A Transfácil informa por empresa, tudo que repassou.

01:06:10 Ver.(a) Bráulio Lara: Então tá. Nesse caso a Transfácil reportando a SUMOB, a informação na SUMOB era ainda a Viação Torres ou BH Leste S.A.? (01:06:10)

01:06:21 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Viação Torres, só após anuência previa ... (01:06:21)

01:06:24 Ver.(a) Bráulio Lara: Que trocou pra?

01:06:26 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Que trocou. (01:06:26)

01:06:27 Ver.(a) Bráulio Lara: Então tá, então a Transfácil informa. E aí, balizado nessa autorização que o senhor vai mandar para a gente, é isso?

01:06:33 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Isso.

01:06:36 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, senhor Rubens, nós vamos fazer uma paradinha aqui, técnica, só de 5 minutos para quem quiser ir aqui à toalete. O senhor também ia, eu vou suspender e a gente já volta, tá OK? Só para todo mundo poder ... Então às 10:54 eu suspendo essa reunião por 10 minutos para ficar tranquilo aqui está OK?...

01:07:15 Ver.(a) Bráulio Lara: Às 11h:07 min a gente retoma a nossa reunião da comissão parlamentar de inquérito, vamos lá então, senhor Rubens e doutor Guilherme, só para a gente deixar claro aqui, obviamente a assessoria jurídica, ela é facultada a qualquer depoente que está vindo uma CPI, assim como o senhor está sendo assessorado pelo doutor Guilherme.

01:07:38 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas a gente só gostaria de saber, se tem outras pessoas ou não acompanhando, porque em tese é só o doutor Guilherme que poderia acompanha-lo nessa reunião e também as respostas são do senhor, obviamente como testemunha e não entre aspas, indicadas ou sopradas por outras pessoas que poderiam estar juntos com vocês na sala.

01:07:59 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, só para confirmar aqui, a orientação da nossa assessoria, nesse momento na sala estão só os senhores, doutor Guilherme e doutor Rubens?

01:08:08 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Só nós, até pelo que eu estou falando aqui não dá nem tempo de ninguém me sopra nada, porque eu estou falando muito rápido.

01:08:15 Ver.(a) Bráulio Lara: Eu estou só falando porque, obviamente, nesse momento de intervalo, assim como outras pessoas entraram aqui no plenário. Obviamente podem ter entrado na sala do senhor e está tudo certo, mas eu só estou tomando aqui os ritos para a gente conduzir da melhor forma essa oitiva.

01:08:30 Sr. Rubens Lessa Carvalho: No intervalo entrou sim, entrou gente que trouxe água, café...

01:08:33 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá certo, senão a gente morre também. Então vamos retomar a reunião, senhor Rubens Lessa, acompanhado pelo doutor Guilherme. É, eu vou entrar aqui, então agora em uma segunda parte dessa pauta que a gente está conversando.

01:08:51 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque agora, vamos falar da questão do subsídio e o encaminhamento desses valores às empresas. O senhor disse pra gente que a Câmara, eu vou chamar de Câmara de compensação usando o nome técnico que eu sei que vocês usam dentro da Transfácil, mas internamente vocês fazem os cálculos de quantos por cento cada uma das empresas deverá receber do subsídio, balizado em produção, em disponibilidade das viagens, frota, etc. e tal, tipo de ônibus, e aí, vocês fazem um repasse de 100% do valor que foi recebido do poder público, foi isso que o senhor disse.

01:09:32 Ver.(a) Bráulio Lara: Gostaríamos de entender como que funciona agora, a questão de quando a SUMOB faz o pagamento, complementando o quilômetro rodado e quando ela faz a glosa de algumas dessas viagens, ou seja, se ela está glosando viagens específicas, como que fica a questão da SUMOB fazendo esses apontamentos e como que fica o cálculo interno do consórcio, se uma empresa estiver sendo penalizada por não atender os requisitos da SUMOB, o Consórcio remonta os percentuais e ela continua recebendo, ou vocês fazem essa confrontação?

01:10:15 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Vereador, exatamente o seguinte, qualquer empresa que opera, se ela deixou de cumprir, ela que é responsável por isso. Nenhuma empresa cobre ineficiência financeira da outra, não.

01:10:26 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas só que ... O senhor entendeu a pergunta? Porque a SUMOB penaliza a empresa, só que ela repassa o dinheiro para o consórcio. Como que uma coisa amarra com a outra?

01:10:39 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Na hora que o consórcio vai repassar o dinheiro para as empresas, ele vê o corte da linha tal, quem opera é a empresa X, ele vai ... esse dinheiro não vai... Vai ser descontado dessa empresa, se a empresa, ela teve penalidade, a penalidade é descontada da empresa. Consórcio não ... Cada

um recebe a sua eficiência, se ele foi ineficiente, ele que pague por isso.

01:11:06 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, eu vou fazer a pergunta de novo para a gente entender porque nós estamos tentando fiscalizar o caminho do dinheiro público, ok. A SUMOB foi lá e apontou a empresa x como não tendo feito todas as viagens e, por isso, reduziu o subsídio que eu vou colocar números aqui potentes só para ilustração está.

01:11:28 Ver.(a) Bráulio Lara: O repasse foi de 30 milhões, mas aí a SUMOB não repassou os 30 milhões, por causa de X e Y viagens, das linhas tais das empresas ABC, sei lá, então ela, ao invés de repassar 30 milhões, ela repassou 29, por hipótese.

01:11:43 Ver.(a) Bráulio Lara: Vocês montam uma planilha, que é o rateio dos 30 milhões e debitam esses valores das respectivas empresas e aí retornam para SUMOB, essa prestação de contas, digamos assim ou, na verdade, é um pouco diferente. E aí eu gostaria que o senhor me explicasse, por favor, porque a gente gostaria de ver isso na prática.

01:12:06 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A empresa que perdeu a viagem ou alguma penalidade, ela não vai receber o recurso que é passado pela SUMOB.

01:12:13 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Se essa SUMOB descontou esse recurso do consórcio, aqui dentro, nós identificamos qual empresa é responsável por cumprir aquela viagem e é descontado do valor para pagar para ela. E na hora que retorna para a SUMOB, a prestação de conta por empresa, essa empresa recebeu a menos.

01:12:30 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas, o senhor disse que todo mês parece calcular esse percentual das empresas, não é isso?

01:12:38 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ele é por decêndio, não é por mês.

01:12:41 Ver.(a) Bráulio Lara: Ah, não é por mês?

01:12:43 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É por decêndio.

01:12:44 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, de a cada 10 dias, faz o recálculo?

01:12:47 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A cada 10 dias fecha a operação, calcula a Câmara de compensação, com .... o recurso da prefeitura, agrega o valor arrecadado na roleta e remunera as empresas.

01:12:59 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá. E essas informações, então, saem do consórcio e retornam para a SUMOB para que ela fiscalize então, de X reais, que ela repassou de subsídio, quanto que cada um recebeu, dessa questão.

01:13:14 Ver.(a) Bráulio Lara: Se uma viagem não foi feita por algum dos carros de alguma empresa, então ela não corre o risco de estar sendo penalizada 2 vezes, não? Porque no cálculo da Câmera de compensação, eu entendo que ela já seria penalizada. Vamos supor que a viação x, não executou, sei lá, 1% das viagens por algum motivo, pode ser pane mecânica, pode ser um Monte de coisa. A Câmara de compensação já enxerga isso antes mesmo do poder público, não é?

01:13:48 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não, a Câmara de compensação, se ela não rodar aquele quilômetro, ela não vai receber.

01:13:53 Ver.(a) Bráulio Lara: OK, então, ela já saiu do rateio.

01:13:56 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É complementar o que a SUMOB manda, se ele não realizou a viagem, ele não vai receber nem a parte da CCT e nem a parte complementar. Em ... recebe.

01:14:08 Ver.(a) Bráulio Lara: Então tá, então é o seguinte, hoje, como que vocês estão fazendo o cálculo do custo do quilômetro? Porque o André Dantas, a SUMOB informa que ela calcula a remuneração complementar, é por quilômetro, mas o subsídio a gente sabe também que não é bem assim. Ele é um bolão, um dinheiro macro que está sendo injetado no sistema. Certo?

01:14:31 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não é porque ...

01:14:32 Ver.(a) Bráulio Lara: Ele não é por quilômetro de fato.

01:14:36 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É por quilômetro sim, é porque tem até um valor de quilômetro publicado, na Lei publicou um valor por quilômetro, e ele é recalculado. Agora, por exemplo, eu vou falar de um assunto que eu posso é ....

01:14:49 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque isso não está claro, tá senhor Rubens Lessa, e a gente está fazendo essa pergunta justamente porque, o discurso fala que tem que ser por quilômetro, mas na hora H é 100% por quilômetro rodado? Está na produção quilométrica? É complementar mesmo?

01:15:03 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A CCT, leva em consideração o quilômetro de 1 km geral, que a prefeitura e a SUMOB calculam, aqui na CCT, quem tem uma frota mais nova, com ar-condicionado, uma frota é .... remuneração para amortizar esse capital. É um pouco diferente e lá vem o quilómetro geral, aqui dentro a gente distribui baseado na quilometragem real de cada empresa e não do sistema e no tipo de veículo que cada empresa tem.

01:15:31 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A única diferença é essa, mas o preço global fechado é por quilômetro. Tá certo? Aí se nós temos aqui um custo a mais, esse custo é um rateio de todas as empresas que participam na sua proporção. Não tem esse recurso público de lá.

01:15:47 Ver.(a) Bráulio Lara: Só que aí, o repasse do subsídio, ele é a posteriori a essa aferição, concorda?

01:15:55 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não, ele fecha os períodos de 10 em 10 dias.

01:15:58 Ver.(a) Bráulio Lara: OK, a CCT.

01:15:59 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Demora mais do que dinheiro, mas os cálculos já estão feitos, bate um sufoco no caixa da gente que o recurso atrasou alguns dias. Tem um prazo que eu não sei se é 5 dias, para poder a SUMOB processar e pagar.

01:16:17 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas em 1 mês, a SUMOB faz quantos repasses? Um ou faz 3?

01:16:23 Sr. Rubens Lessa Carvalho: São decênios, são 3, são decêndios.

01:16:26 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, são 3 repasses no mês que a SUMOB executa.

01:16:30 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Mensais.

01:16:31 Ver.(a) Bráulio Lara: OK, aí se a SUMOB detectou que uma viagem não foi feita, ela vai começar a fazer essas penalizações em relação à planilha programada e a planilha executada? Não é isso?

01:16:41 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não só como não foi feita, como se o ar-condicionado estiver funcionando.

01:16:46 Ver.(a) Bráulio Lara: As penalizadas.

01:16:47 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É as penalidades. Pronto, isso.

01:16:49 Ver.(a) Bráulio Lara: E aí ela pega e vai fazendo. Então a CCT é uma gestão interna suas, o repasse do subsídio, ele é feito para o consórcio, OK? Então, pelo que o senhor disse, o consórcio pega todas as penalidades que vieram relacionadas e debita de cada uma dessas empresas separadamente.

01:17:10 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Certo.

01:17:10 Ver.(a) Bráulio Lara: É isso mesmo na remuneração complementar?

01:17:12 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É isso mesmo, a empresa que fez .... o carro não levou o ar-condicionado, tem AT vencida, ela, que é responsável pelos seus custos, tá certo? Ela vai receber a menos, ela não vai receber por isso.

01:17:26 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A penalidade é individual por empresa, tanto é que tem empresa que tem mês que é muito mais penalizada que outras.

01:17:34 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá. Existe uma empresa que está executando de forma exemplar o trabalho ser penalizada, nesses repasses por outras que não estão cumprindo?

01:17:49 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não, porque aqui dentro tem o controle geral, e quem não cumpriu, qual a empresa que não fez. Isso tudo monitorado até é assim online, tá certo? Tem um ... tem uma série de equipamentos

nos veículos e tudo de viagem, quando uma empresa, por exemplo, no caso real que está ocorrendo, eu até tenho 2 carros só nessa situação.

01:18:12 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Os veículos de Vila e favela, têm problemas de comunicação da internet, aí, a SUMOB não remunera, aí nós temos que comprovar através de uma série de coisas, que esse veículo fez a viagem, não vou lembrar todos os documentos que tem que mandar, para ela pode mandar a remuneração dele, mas a empresa que opera Vila e favela, no meu caso, são só 2 veículos em 251, entra com recurso, anexo a documentação toda, depois uma análise da SUMOB que repasse o recurso, o recurso vai chegar na minha empresa.

01:18:43 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Por causa do erro de comunicação da internet, a sombra tem uma série de coisas.

01:18:49 Ver.(a) Bráulio Lara: OK, nos apontadores lá do ônibus não é. Bem a ...Vamos lá, então, essa questão do dinheiro está chegando para o consórcio, o consórcio fazia distribuição. Então vocês entendem que não há chance de uma empresa que precise ser penalizada dela de fato, não ser devido a esse cálculo feito por meio de rateios na CCT.

01:19:15 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não, até porque vereador, cada empresa, por exemplo na minha empresa eu tenho uma controladoria e ela tem que controlar esse olhar, se não, eu vou levar prejuízo...

01:19:23 Ver.(a) Bráulio Lara: Não, como eu disse ao senhor o único ponto...

01:19:26 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Cada um é fiscal de si próprio.

01:19:28 Ver.(a) Bráulio Lara: O nosso ponto principal aqui é a parte que toca dinheiro público, porque a CCT é o dinheiro do faturamento na roleta, não é? É o faturamento acontecendo, a gente quer entender se o dinheiro público que hoje gera essa remuneração complementar, se está sendo feito da melhor, da forma correta.

01:19:48 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ele é o mesmo tratamento para completar a remuneração da empresa, ele é um X mais, 70% da recarga direto na

roleta e 30% vem do poder público, fecha o 100% da remuneração. Não tem uma divisão, está certo.

01:20:06 Ver.(a) Bráulio Lara: Ok, a vereadora Loíde vai fazer uma outra pergunta.

01:20:09 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Rubens, a negociação do senhor com a empresa Torres, ela foi compra e venda, sucessão ou doação em pagamento? O senhor poderia...?

01:20:21 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Com a Viação?

01:20:22 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Com a Torres, Viação Torres. Se o senhor depois também puder enviar para a gente esse contrato, por gentileza, aqui nesta CPI.

01:20:31 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Encaminho sim. Eu comprei ativos da Torres, veículos e a participação no consórcio, que foi um valor, principalmente a veículos, tá certo. Isso é... e transferir para a BH Leste.

01:20:47 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Foi compra, venda?

01:20:49 Sr. Rubens Lessa Carvalho: compra de ativos.

01:20:51 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Compra, venda, compra de ativos dos ônibus e?

01:20:54 Sr. Rubens Lessa Carvalho: O CNPJ dá Torres, continua lá do mesmo jeito, é dos donos antigos.

01:20:58 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, uma ultra pergunta aqui, que a gente também quer entender, como se deu essa negociação da quota parte? Então, da Viação Torres, o senhor falou que no primeiro momento quem assumiu essa quota é a que títulos foram repassados esses veículos. O senhor disse que foi através desse contrato aí desses ativos.

01:21:17 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor Nilo, ele disse aqui nesta CPI, que toda essa negociação de ativos, foi feita entre a Viação Torres e a S&M

transportes, como que foi feito essa negociação é aqui título a S&M, assumiu isso e como que foi feito esse pagamento?

01:21:34 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Bom, eu vou repetir. A Viação Torres com a Saritur/S&M nosso grupo, fez uma negociação dos ativos da Torres passando para o nosso grupo. Esse grupo tinha um compromisso que tinha que ser resolvido com o grupo representado pelo Nilo Simão Júnior, que nos procurou.

01:21:55 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Nós ... Toda a negociação da Torres foi com a gente, hora nenhuma teve os 3 (três) na mesa. Depois que nós assumimos, nós repassamos para o Nilo Gonçalves Simão Júnior.

01:22:09 Ver.(a) Bráulio Lara: Senhor Rubens Lessa, então, só para frisar, em nenhum momento teve os 3 juntos na mesa. Então, a primeira transação o senhor, então, adquire os ativos e o direito no consórcio da Torres. Esse contrato, então, é Torres com S&M?

01:22:26 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Torres com S&M e outras empresas do meu grupo, Turilessa, Saritur e outras empresas.

01:22:31 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, então, esse é o contrato que compra os os ativos?

01:22:35 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Isso.

01:22:36 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor pode nos enviar?

01:22:36 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Encaminho para vocês.

01:22:38 Ver.(a) Bráulio Lara: Ok, ai logo depois desse contrato assinado, o senhor pega e faz um contrato que aí agora, vai conectar com o grupo Transimão, que é a outra dívida. O senhor tinha uma dívida e tinha os ativos que você tinha acabado de adquirir. O que foi feito? É uma dação em pagamento? Como funciona a transação juridicamente falando, doutor Guilherme? Qual é o instrumento?

01:23:04 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Doutor Guilherme, o senhor poderia se enquadrar dentro da Câmara, porque a gente precisa de como está sendo aí, porque

quem tem que responder é o senhor Rubens Lessa. Tá, gentileza.

01:23:16 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Está mudo aí, gente. Agora voltou.

01:23:25 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Olha, vou te falar, nós que estamos ... Eu tenho que pegar exatamente o título que foi dado, estão pedindo o título, né?

01:23:34 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim.

01:23:34 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Nós fizemos um contrato, onde eu passava os ativos para a Viação indicada ... Viação BH Leste e essa ... Ela me entregava toda e qualquer transação com o grupo deles quitada, está certo? Então, como contrato, agora o nome técnico dele, eu não vou lembrar aqui não.

01:23:55 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ele foi... O objetivo foi, "passo meus ativos e recebo de volta todas minhas dividas quitadas.

01:24:04 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, só para a gente deixar claro aqui então, esse segundo contrato, é o contrato que você, eles te dão quitação em dívidas e você transfere ativos. É isso?

01:24:18 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Desculpa .....

01:24:19 Ver.(a) Bráulio Lara: Só para confirmar, a gente está fazendo o caminho completo.

01:24:23 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Dei uma desconcentrada aqui, o que é que você perguntou?

01:24:26 Ver.(a) Bráulio Lara: Esse segundo contrato, então, é o contrato que você recebe quitação de dívidas e repassa os ativos, é isso?

01:24:38 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Exatamente, isso aí.

01:24:40 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá, a empresa BH Leste S.A, recém-instituída não era a detentora das dívidas, a dívida estava em outro CNPJ, com outras pessoas, então vários CNPJ, várias pessoas participaram desse acordo. OK?

01:24:58 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não, várias pessoas não ...

01:25:00 Ver.(a) Bráulio Lara: Pessoas jurídicas.

01:25:01 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Assim, quem assinou o contrato, transferindo para mim, quitando tudo foi a Transimão, num tempo de entendimento, através do Nilo pai.

01:25:11 Ver.(a) Bráulio Lara: OK.

01:25:11 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Tem um grupo através da minha pessoa, eu participei, eu que assinei. E o Nilo Júnior, o representante dele não sei, alguém que assinou pela empresa que ele estava entrando.

01:25:26 Ver.(a) Bráulio Lara: É porque esse é o ponto que a gente quer entender, porque o ativo então chega a uma empresa do grupo Transimão, o ativo chega a ela te dando quitação do endividamento, foi o que o senhor explicou. E a Transimão, por sua vez, aplica esses ativos e passa para nova empresa que acabou de ser constituída com essa finalidade que era BH Leste S.A, que na verdade chamava CCBB 34 participações, que foi uma empresa que foi adquirida só pra dar frente a essa operação.

01:25:59 Ver.(a) Bráulio Lara: A gente só quer entender, porque nós estamos de fato nessa CPI, analisando todos os passos e os documentos que geraram isso. OK, por isso que eu estou te fazendo a pergunta, para ficar bem claro.

01:26:13 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque o Nilo Júnior, aparece na situação do Nada e a gente quer fazer justamente o encaminhamento, até porque ele não era o dono da empresa. Ele não era CEO, ele era simplesmente um investidor que sequer tinha integrado o capital da empresa.

01:26:32 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Deixa-me falar para você, ele chegou através ... me procurou, autorizado pelo pai dele, não sei se a empresa é dele ou do grupo transimão, com a delegação do pai dele, falando em nome do pai dele, trazendo o acordo entregava todas as dívidas que eu tinha quitado.

01:26:51 Sr. Rubens Lessa Carvalho: E no dia que assinamos... fizemos, ele

realmente me entregou tudo quitado, então, zerou minha conta com eles, tá certo?

01:27:02 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sr. Rubens, o Sr. Nilo, ele disse a essa CPI que toda negociação que permitiu que a empresa BH Leste S.A, fizesse parte do consórcio BH Leste, cujo senhor é um dos responsáveis.

01:27:15 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Só ocorreu devido a uma dívida particular entre o senhor e o sr. Nilo Simão (pai), o senhor poderia nos explicar aí o que a população tem a ver com essa dívida particular? Porque acabou que quem está arcando com todos esses prejuízos é a população.

01:27:32 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Pelo péssimo transporte .... Eu gostaria de pedir ao advogado, senhor, para respeitar esta comissão. O senhor está o tempo todo falando. Eu gostaria que o senhor olhasse para a gente, quando a gente estivesse aqui conversando .... O seu cliente, ele está como testemunha, o senhor está virando, comunicando, deixa ele responder, as perguntas são tranquilas. O que for incriminá-lo ou incriminar a pessoa que ele ... que às vezes ele acha que possam incriminar, ele pode ficar em silêncio. Então o senhor tem que estar aí para manter isso, então, eu só gostaria de pedir ...

01:28:05 Dr. Guilherme Ribeiro Grimaldi: Sendo respeitada por mim, eu apenas coloquei no mudo, foi isso.

01:28:06 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim, por gentileza, se o senhor puder ficar na câmara junto com a gente, que tá indo muito bem a oitiva do senhor Rubens, está super tranquilo.

01:28:18 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então assim, porque a gente quer entender, a população quer entender, porque foi uma dívida particular entre o senhor e o senhor Simão, o pai, que está gerando essa confusão toda. Porque o senhor Nilo esteve nesta CPI e nos informou, nós só iremos melhorar a frota, adquirimos ônibus novos, os novos investidores irão aparecer, depois que tivermos anuência.

01:28:41 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso foi falado aqui nesta CPI, então a gente quer entender, por que essa negociação, dessa dívida particular, foi colocada em jogo dentro de uma empresa que opera um transporte muito importante aqui na

cidade de Belo Horizonte. E o que a população tem a ver com isso?

01:29:02 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Vereadora, eu, assim. Eu Acredito que a população não está sofrendo com isso não, porque é o seguinte, a questão, foi uma forma de quitação, um compromisso com o outro, não tem nada a ver com o serviço de Belo Horizonte.

01:29:17 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Só que a Torres, pelo que foi repassado ao consórcio, que manifestou por ofício ao consórcio, por tudo, ela não tinha mais como operar a partir de janeiro. E aí que ia ser o caos do caos.

01:29:29 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Aí nós chegamos a um grupo, que é um grupo capacitado para investir, o que ele fez depois de janeiro, aí já não é mais da minha responsabilidade dentro da Viação BH Leste.

01:29:40 Ver.(a) Bráulio Lara: Senhor Rubens, é esse que é o ponto.

01:29:42 Ver.(a) Loíde Gonçalves: É esse que é o problema.

01:29:44 Ver.(a) Bráulio Lara: No meio da nossa conversa hoje, tranquilo, eu acho que está sendo muito esclarecedora. O senhor nos disse que a Torres fica, até a anuência que se deu agora ao final do ano, então o seguinte, por mais que vocês já tivessem feito essa transação, digamos assim, juridicamente falando, ainda existiu uma responsabilidade que recaria é sobre a Torres.

01:30:07 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque a Torres, por mais que o contrato particular já tinha passado para você e você passado para o grupo transimão, que por sua vez passou para S,A indicada por eles, digamos assim, eu estou resumindo aqui as transações, mas esses elos que a gente está aqui validando.

01:30:28 Ver.(a) Bráulio Lara: Em tese, a concessão era ainda obrigação da Torres a cumprir, só que, juridicamente falando, ela ainda existia, mas na prática ela saiu no final do ano de 2022. Então, a gente viveu em 2023 essa transição e que os passos foram sendo dados ao longo do ano e que de certa forma até assim, é pela expectativa nossa, tinha que ter sido muito mais ágil, mas o senhor já disse que atrasou SUMOB, então, assim, já são fatos consolidados.

01:30:58 Ver.(a) Bráulio Lara: O nosso problema, que em termos de investigação e de CPI é amarrar a sequência dos fatos, então para a gente hoje está sendo muito esclarecedor, porque o senhor está deixando muito claro que, quem foi lá e socorreu o consórcio foi a sua empresa.

01:31:16 Ver.(a) Bráulio Lara: Ela que chegou lá e falou, Torres, me dá aqui os seus ativos, que eu vou resolver essa bronca e você compra então os ativos da Torres e o direito dela de participar do consórcio. Então, ocorreu a primeira transação.

01:31:30 Ver.(a) Bráulio Lara: Na sequência, o senhor foi lá e fez uma segunda transação, que é de liquidar, botou a mente a questão de uma obrigação particular que o senhor tinha, com a Transimão e o grupo, eu estou falando aqui de forma genérica. E aí, foi então mais uma vez cedido os direitos dessa exploração que foi chegar ao senhor Nilo Júnior, que não era o dono da empresa.

01:31:55 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque a senhora Ester, na verdade, que chegou aqui como sendo a responsável pela empresa, quando a gente começou a CPI, nós chamamos os responsáveis pela empresa BH Leste S.A.

01:32:09 Ver.(a) Bráulio Lara: Quem veio foi obviamente que tinha que vir, é quem estava lá no CNPJ, representando a empresa e era a senhora Ester, só que ela, não era o pivô dessa história toda e aí, obviamente a gente foi esclarecendo, então tiveram as oitivas anteriores. E o ponto importante dessa oitiva com o senhor, é que a gente está esclarecendo os passos, porque durante um determinado período dessa CPI, não estava nada claro, que estava parecendo é que a BH Leste S.A, surgiu do nada e comprou a Torres.

01:32:42 Ver.(a) Bráulio Lara: E não foi bem assim, é o que o senhor está esclarecendo hoje? Então, as perguntas que a vereadora Loíde está fazendo, é justamente porque, nós precisamos de ter esses elementos jurídicos de como se caminhou até chegar ao ponto que está.

01:32:59 Ver.(a) Bráulio Lara: Então é só para deixar bem frisado o que a gente está buscando esclarecimento, é justamente o quê? O senhor fez a transação com o senhor Nilo pai, da Transimão, e foi feito um acordo que envolvia certamente mais de um CNPJ. Esse instrumento pode ser colocado nessa CPI, a gente gostaria

de fazer esse pedido de informação.

01:33:25 Ver.(a) Bráulio Lara: A gente não está te ouvindo, agora que entrou o áudio.

01:33:29 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então vamos lá então, você falou praticamente tudo aí,... Você deu uma compilada bastante no que aconteceu, só resumindo, posso mandar o instrumento sim, vou colocar tá certo, os 2 instrumentos, o meu com a Torres, e o meu com o grupo representado pelo o Nilo Junior.

01:33:48 Ver.(a) Bráulio Lara: Aí depois na sequência?

01:33:49 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Só para esclarecer, eu não tive contato com a Esther, quem participou de todas as negociações ....

01:34:00 Ver.(a) Bráulio Lara: Cortou o áudio.

01:34:02 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Foi o Nilo Júnior, com Nilo pai, foi uma decisão interna deles, que eu não posso me responsabilizar.

01:34:09 Ver.(a) Bráulio Lara: Maravilha.

01:34:09 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Está ouvindo?

01:34:10 Ver.(a) Bráulio Lara: Agora sim.

01:34:11 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Se o Nilo Júnior não apareceu antes perante .... tá ouvindo?

01:34:15 Ver.(a) Bráulio Lara: Estamos ouvindo.

01:34:16 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Se o Nilo Júnior não apareceu antes, aí por perante vocês, perante a SUMOB .... tá cortando?

01:34:24 Ver.(a) Bráulio Lara: Cortou, mas estava indo bem agora. Agora parou, encrenca essa internet. Não, não estamos te ouvindo.

01:34:36 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Está ouvindo o vereador?

01:34:45 Ver.(a) Bráulio Lara: Agora voltou.

01:34:46 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Vocês estão ouvindo?

01:34:47 Ver.(a) Bráulio Lara: Estamos, voltou.

01:34:50 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então ok, então deixa, eu só ... não sei onde parou, você compilou bastante corretamente o que aconteceu, só repassando.

01:35:00 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Eu não conheço Esther, não sei quem é, não tive com ela. Ela veio na reunião já do consórcio aqui, quando foi transferido para BH Leste, ela participou como diretora da BH Leste.

01:35:15 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Mas todo meu contacto, todo o 100%, com Nilo Gonçalves Júnior, nem com o Nilo pai eu conversei e ele veio com a autorização do Nilo Simão, para resolver o assunto.

01:35:27 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É, acredito, vereadora, que isso não trouxe nenhum prejuízo à população, até porque a Torres estava operando e a empresa entrou e entrou operando com a mesma frota, a mesma equipe. Com a demora, talvez, retardou os investimentos dele. Que a Viação Torres também não iria fazer esse ano, porque não tinha nenhum carro vencendo da Torres esse ano, todos os carros da Torres podem rodar esse ano 2023 inteiro pelo contrato de 12 anos de uso. Tá certo?

01:35:59 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então assim, ele agora, a BH Leste que já teve informações no consórcio, já colocou carros novos, e deve estar melhorando nisso, não é possível. Daí depois de tanto que vocês estão investigando, trabalhando, a vereadora ... você vereadora, está sempre lá nos terminais, lutando, então a coisa está andando.

01:36:22 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Nós temos notícias do seu trabalho lá nas estações, essas coisas, tá certo.

01:36:28 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Se dependesse de mim, eu estava todo o dia, viu? Fiscalizando os ônibus, mas assim, melhorando, o Sr. Rubens, a gente

não está aqui para falar de todas as empresas, têm empresas que fazem um bom trabalho, a gente reconhece isso, mas a gente está falando aqui da empresa BH Leste Transportes. Ela não tem tido melhora, não.

01:36:45 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Inclusive esses 13 ônibus que o senhor citou que estão lá, novos que chegaram, chegaram mesmo, mas eles não estão rodando, estão parados, então devido a essa transação que foi feita e devido a esse negócio que foi feito. Voltou a rodar, não tive informação, não?

01:37:03 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não deve estar rodando, porque o seguinte, quando os carros chegam de fábrica, da minha empresa .... chegando vários, tem um processo burocrático, a vistoria lá na BHtrans, registro na SUMOB.

01:37:09 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Até semana passada, não tinha voltado não, não sei se essa semana já autorizaram, estava um pendente de autorização.

01:37:19 Sr. Rubens Lessa Carvalho: O Nilo ... para mim, o consórcio aqui, que essa semana já tem 13 carros novos rodando.

01:37:26 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Vou até procurar saber depois, se a assessoria puder olhar por gentileza.

01:37:28 Ver.(a) Bráulio Lara: Vereadora, se me permite, só uma parte nesse assunto, senhor Rubens, o senhor Nilo é, portanto, hoje, já saiu a anuência, então a BH Leste S.A, ela de fato, oficialmente está no sistema, ela recebe o subsídio e, segundo ele mesmo, com as próprias palavras, aqui, após essa anuência, faria investimentos na frota.

01:37:54 Ver.(a) Bráulio Lara: Como que hoje a prefeitura tem feito propaganda maciçamente falando que ela adquiriu o sistema 420 ônibus, e que eles estão rodando e eles estão distribuídos. Essa operação da aquisição de 420 ônibus, como que ela foi montada? Cada empresa comprou uma parte dos ônibus? A prefeitura fez uma operação de compra dos ônibus? Quem de fato comprou os ônibus? E como é que se divide esses ônibus entre as empresas? Explica essa parte para a gente, por favor.

01:38:33 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Primeiro é o seguinte, bom, foi em 2 etapas, 240 ônibus novos foram para acréscimo e esse acréscimo é proporcional à participação das empresas no sistema inteiro.

01:38:44 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas quem vai lá na Escânia, na Volvo, sei lá qual que compra.

01:38:49 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Vou chegar lá. Os outros veículos que vão passar muito dos 420, é a frota que estava vencendo neste ano e no ano passado, tinha muitos veículos que estavam vencendo em ... venceu até 31 de dezembro do ano passado e esse ano. Então, esses outros veículos são veículos de cada empresa, cada um comprou.

01:39:08 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Agora vou explicar o processo, e tem também a antecipação de renovação de frota, porque ninguém quer ficar trabalhando com o carro velho, com custo altíssimo, por isso que vai passar dos 420.

01:39:21 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Os 420 era obrigação legal, quando vocês adotarem a lei para atender, então esse número vai passar de mais de 500 veículos, vai beirar quase uns 550 por aí ou por aí, tá certo? Na hora de fechar, em 31 de dezembro.

01:39:33 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Esses veículos, cada empresa que compra, cada empresa tinha .... risco que ... da instituição financeira. Tem empresas que têm mais dificuldade para comprar por causa da situação financeira pior, tem empresa que tem grupos econômicos fortes de fora, que tem investimentos fora do ônibus, que tem mais facilidade de comprar.

01:39:53 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Agora as empresas, então, na hora que tem seu crédito aprovado, que o banco confia nessa nova modelo de remuneração que está acontecendo, que ele liberou o crédito das empresas. Está certo, cada um comprou...

01:40:05 Ver.(a) Bráulio Lara: O consórcio, ele é um agente, é integrador de uma compra coletiva ou isso tudo é resolvido separadamente, empresa a empresa?

01:40:18 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Dentro de cada empresa, cada empresa escolhe o seu modelo de veículo, seu modelo de carro que seria, tem que obedecer ao padrão estipulado pela SUMOB e BHTrans, tamanho interno, largura de porta, números de assentos, uma planta provada antes. E essa planta, você pode escolher o carro da Marco Polo, da caída, Neobus, dessa tocante Carroceria.

01:40:39 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Chassi Volkswagen, Mercedes Benz, Volvo, Scania, não tem entrado o Volvo aqui e nem Scania no urbano de Belo Horizonte, só entra a Mercedes e Volkswagen, porque um carro mais caro e mais pesado, manutenção mais pesada, mais complicado.

01:40:53 Ver.(a) Bráulio Lara: Tá. Então, de qualquer forma, o seguinte dentro dos 420 que deveriam ser comprados, então, foi feito um cálculo rateado para que cada uma, então, atingisse essa meta, foi isso?

01:41:06 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A meta de acréscimo sim, dos 240. Isso aí, conforme participação, por exemplo, o meu grupo tem em torno de 9% do sistema de Belo Horizonte, eu teria que comprar 9% de 240 carros para acréscimo, aproximadamente 22/23 carros de acréscimo e os carros que eu comprei para trocar minha frota que estava vencendo. Aí cada empresa trocou o seu.

01:41:31 Ver.(a) Bráulio Lara: Então por exemplo, a sua empresa foi lá e adquiriu 22 para atender os 240 vezes o percentual e mais os que você precisaria de renovar.

01:41:41 Sr. Rubens Lessa Carvalho: No meu caso, 62/64, total vai dar 86 carros para poder renovar a frota da S&M.

01:41:48 Ver.(a) Bráulio Lara: Então tá, aí, você foi lá, pegou o crédito financiando no Banco, pelo o que eu entendi e fez a aquisição, essa leva que já recebeu, fecha só em cima dos 240, fecha em cima de 420 e passa, só pra gente entender porque a prefeitura tá falando que foi comprado 420 ônibus.

01:42:18 Sr. Rubens Lessa Carvalho: E ela que que resolveu e a gente quer entender essa relação, entende o que eu quero dizer?

01:42:17 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Ela resolveu porque, viabilizou a segurança jurídica do contrato.

01:42:22 Ver.(a) Bráulio Lara: Ah, então quer dizer que o subsídio deu segurança, para os agentes financiadores operarem o crédito, é isso? (01:42:22)

01:42:27 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Espera aí, por favor, eu vou ali junto com você, te atrapalhei e eu não ouvi o que você falou.

01:42:34 Ver.(a) Bráulio Lara: Perdão. O subsídio deu segurança, então, para que o banco liberasse o crédito, é isso?

01:42:41 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Isso, o vereador Bráulio, quando você está operando em déficit, a empresa não estão suportando as contas, ninguém vai te dar crédito. A partir do momento que vocês fazem uma lei, uma lei criando critérios de remuneração, critérios de equilíbrio de contrato e ele passa a ser respeitado, tem confiança, a instituição financeira no gestor público e no legislativo, está certo. Aí a gente volta a ter crédito.

01:43:06 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Na forma que estava, era sem chance, não tinha nenhuma oferta para a gente, tendo a segurança jurídica, nós vamos ter crédito, se não, não tem a menor chance de ninguém vender nada pra gente.

01:43:19 Ver.(a) Bráulio Lara: Então o subsídio viabilizou as empresas terem crédito novamente, é isso? (01:43:19)

01:43:26 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Só contar uma explicadinha rápida, já que nós estamos aqui, esclarecimento.

01:43:31 Sr. Rubens Lessa Carvalho: O nosso custo, ele é composto de diversos itens, se já foi falado aí, vocês estão ... Sabendo demais, mas acontece o seguinte, os custos variáveis que a diesel, peça e pneu.

01:43:41 Sr. Rubens Lessa Carvalho: O diesel, com os preços que foi, voltou e tal, só diesel em torno de 25/26 por cento, peça e pneu e tudo, esse custo da 30 e poucos por cento, 40 e poucos por cento é mão de obra, ele tem que pagar. Então, a prioridade é pagar mão de obra, pagar o curso variável se não o carro nem sai da

garagem e aí o resto vai envelhecendo frota, vai deixando o compromisso para pagar para trás.

01:44:04 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Na hora que equilibrar, você começa a ter condição de pagar esses custos e tem umas questões que nós estamos discutindo a nível nacional, preciso muito da Câmara de Belo Horizonte, junto à frente nacional do prefeito, para pressionar o Congresso Nacional e para pressionar também ao executivo nacional. É as fontes de custeio para determinar diversas gratuidades.

01:44:27 Sr. Rubens Lessa Carvalho: No ano de 2022, deu o dinheiro do ...., programa financiamento do idoso, 2 bilhões e 500 para o Brasil inteiro. Esse ano ia sair 5 bilhões, o projeto parou no fim do ano e deve voltar à pauta no início do ano que vem, é da maior importância. Aqui em Belo Horizonte, só de idosos, que passa na catraca, tem uns que passam 65 anos e que podem andar só com a carteira de identidade, tá na Constituição mineira que não é obrigado a ter o cartão, tá certo?

01:44:53 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Só o que passa na catraca dá em torno de quase 11% mais 1 e 80, que são os deficientes físicos visuais, que é lei municipal, só isso aí já dá 13%.

01:45:02 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então o custo do sistema nosso orçado para o ano que vem, ah, dá em torno de um bilhão e 700, um bilhão e 800, diz 200 milhões é para pagar gratuidade, não estou contra a gratuidade, só que tem que ver dinheiro público para isto.

01:45:16 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Quando fez a Constituição, 65 anos, andar de graça, a expectativa de vida brasileira era 67 anos, era para atender 2 anos. Hoje, graças a Deus, está quase 77/78, pandemia baixou isso um pouco, então tem gente andando 12/13 anos de graça, quem vai pagar essa conta é o usuário que tá ali do lado.

01:45:34 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então normalmente a gente dá a população mais carente, que anda de ônibus, ele que vai pagar essa conta. Não tá justo isso. Por isso que é importante ter a participação pública, igual estava tendo em diversas cidades pelo país, tarifa zero é um problema que às vezes, em cidade de

grande porte, não tem.

01:45:53 Sr. Rubens Lessa Carvalho: O cara no Ceará tem, é uma cidade de 350 mil habitantes, ele tem muito transporte metropolitano lá em Fortaleza, que sobrepõe, é só ter 75/80 anos.

01:46:03 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Agora é lá em São Paulo, em São José do Rio Preto, não... Lá dentro da região metropolitana, no ABC, tá certo? Ela .... também tem 59 anos para cadastro, uma absurda, São Paulo está pondo 5,5 bilhões no transporte público esse ano, representa 5% do orçamento do município de São Paulo. E está a discussão, se vai por zero se não vai pôr e tal.

01:46:25 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Zero cria um problema, a pessoal vai andar um quarteirão, tá indo pegar o ônibus, aqui nós já temos Ibirité com zero na nossa vizinhança, Nova Lima com 2 reais estão pagando, então tem de hoje ..... No Brasil nós temos, em torno de quase 100 cidades da tarifa zero, menor porte e vários com complemento tarifário igual o caso de Belo Horizonte.

01:46:46 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Por quê? Porque não é possível o usuário do ônibus, aguentar esse tanto de gratuidade, esse tanto de coisa que aconteceu. E falta de investimento também, eu estou falando isso, que eu tive a oportunidade de falar isso pela CNT, com presidente da República e com o vice-presidente da República, está certo. Em audiência com eles.

01:47:04 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então é o seguinte, precisa priorizar o transporte público, precisa ter recurso ... precisa ter recurso para poder fazer pista exclusiva, faixa exclusiva, se nas pessoas que o que está a grande agenda da descarbonização, esses 500 ônibus que estão entrando em Belo Horizonte, são EURO 6, eles põem 77% a menos do que 1 EURO 5, Só que eu, custou quase 30% mais caro.

01:47:27 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Exonera, então assim, precisa ter realmente aporte do poder público nas vias, na parte exclusiva. Quando foi fazer o BRT de Belo Horizonte/Minas Gerais, nós tínhamos a possibilidade de visitar BRT pelo mundo todo, como UITP, a União Internacional, transporte público.

01:47:43 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Então, visitamos quase todos que tem pelo mundo e a prioridade em vários lugares... Trans Milênio em Bogotá, as pessoas mudaram para perto do Trans Milênio porque a facilidade deslocar e o imóvel valorizou. Você pega em diversos lugares, aconteceu isso, então precisa priorizar o transporte público.

01:48:01 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Se você chega em certa cidade do mundo e vai andar de táxi ou de carro particular, você demora muito mais que o transporte público, então tem que ter e no país isso vem sendo ao contrário, está tirando, privilegiando o transporte individual, moto, uma série de coisa e que é que a gente tenha, por exemplo, o senhor está falando de 2008 deste contrato. Hoje nós temos 50% da demanda aqui em 2008, com mais, o mesmo tanto de frota encarece mesmo. É difícil.

01:48:29 Ver.(a) Bráulio Lara: Sr. Rubens, a gente faz muitas perguntas aqui, porque, de fato, a mobilidade tem que ser repensada, Belo Horizonte está entupido de carros, na verdade, é um coração à beira de enfartar. Não faz sentido as pessoas perderem tanto tempo no deslocamento da casa para o trabalho e vice-versa.

01:48:52 Ver.(a) Bráulio Lara: A gente realmente precisa avançar, eu particularmente vejo que esse contrato já deu. A gente tem que realmente ir pro novo modelo, só que aí você tem questões judiciais ... judicializadas, nós temos... OPA, parece que travou. A internet mata a gente com raiva.

01:49:18 Ver.(a) Bráulio Lara: Sr. Rubem está nos ouvindo? Olha às 11h:49 min, eu prorrogo essa reunião por mais 1 hora.

01:49:46 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Agora voltou, a internet aqui na nossa sala, viu o vereador? deu o baixo sinal, aqui.

01:49:50 Ver.(a) Bráulio Lara: Agora, a gente voltou a ouvir o senhor.

01:49:55 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Bom, então quando você fala desse contrato que precisa ser relicitado, é um contrato que faltam poucos anos para vencer e esse contrato, vocês atualizaram bastante anual, com essa nova lei, muito, a lei praticamente virou um aditivo contratual, com diversas obrigações, diferença de

remuneração. Agora é só cobrar vocês como está fazendo hoje e outros dias. Cobrar a qualidade de serviço. Nós somos obrigados a entregar um serviço.

01:50:23 Ver.(a) Bráulio Lara: O senhor tocou num ponto que, ele entra como se fosse um adjetivo, a lei entra como se fosse um adjetivo, mas na verdade, ela não é o aditivo e isso é uma das brigas que a gente tem. Era hora de pegar e fazer o contrato 100% cravado para não ter essas inconsistências no caminho, inclusive vou te fazer uma pergunta que ela já aponta, ao meu ver, uma incongruência, não vou falar nem inconsistência não.

01:50:45 Ver.(a) Bráulio Lara: Se a gente está fazendo aquisição desses ônibus, a prefeitura está lá fazendo propaganda de 421 ônibus foram comprados, só faltam basicamente considerando que 2023 acabou, não é? A gente tem apenas 4 anos de contrato, a gente só tem 4 anos desse formato da licitação, te pergunto, esses ônibus ao final da licitação, eles são ativos das empresas, eles são ativos que vêm ao município ou eles, na verdade, estarão amortizados só proporcionalmente e por isso vocês estão financiando esses ônibus? Considerando que existe o prazo de amortização, do bem, não é, da depreciação e o prazo dos financiamentos.

01:51:28 Ver.(a) Bráulio Lara: Como vocês enxergam a questão da gente estar vivendo todo esse momento, essa necessidade de renovação de frota e investimentos agora e só faltam 4 anos para acabar o contrato?

01:51:42 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É, faltam 5 anos, e esses ônibus, eles são depreciados pela planilha da NPP em 10 anos, com valor residual de 10% no final, porque esse déficit, se eu não vender por 10%, o carro deu-se hoje aproximadamente 800 e poucos mil, ou seja, com 10 anos, eu tenho que vendê-lo com 85 mil aproximadamente.

01:52:00 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Se eu não vender o prejuízo é meu, porque está depreciando só 90% dele, daqui a 5 anos se a gente perder o contrato, eu não posso entrar na estação e ser vencido, que pode acontecer isso.

01:52:12 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Eu tenho vou ter depreciado só 5 anos dele, eu vou ter que vender no mercado com 5 anos uso, porque eu bem recebi. Se todos os contratos de equilíbrio repassado corretamente, eu recebi só 50% do valor

dele. 50 não, né? 45, porque 10% eu tenho que revendê-lo.

01:52:32 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, ou seja, se de fato, e a gente só está fazendo isso aqui por hipótese, é uma questão só matemática mesmo. Se nesses próximos 4 anos, o bem tiver que sair do sistema. Ele, em tese, depreciou ali aproximadamente só 40%, você vai pegar esse ativo e levar para outro canto, mas o residual que você tem para o município, são os 10%. na verdade, porque o restante já estava previsto na planilha da NTP, está pago, concorda?

01:53:07 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Esse residual também já está previsto, ele é meu, porque você não remunera 100% do carro não, seja tira 10%, como se eu for vendê-lo daqui a 10 anos do 10% do valor.

01:53:17 Ver.(a) Bráulio Lara: Você vai ter recebido só 40/50 por cento do carro, basicamente.

01:53:21 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Cinco anos, porque na hora que você remunera, você remunerar 90% do bem, 10%, eu vou vendê-lo no final.

01:53:29 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, em hipótese nenhuma esses ativos não são do município, esses ativos são das empresas.

01:53:37 Sr. Rubens Lessa Carvalho: São das empresas.

01:53:37 Ver.(a) Bráulio Lara: OK, então é bom a prefeitura saber e lembrar, que os 420 ônibus que ela está fazendo propaganda e não são 420 ônibus do município, são Ônibus das empresas que prestam serviço ao município e que, segundo o senhor Rubens Lessa, o que estava na lei era 240, que era obrigação para fazer a expansão das linhas.

01:53:59 Ver.(a) Bráulio Lara: E os outros 180 da propaganda são 180, por uma questão transitória, porque vai se investir em mais ônibus, provavelmente vai chegar em 500 e tantos quase 600 ônibus, que é o que o senhor disse, não é isso, senhor Rubens?

01:54:14 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É exatamente, porque o custo de carros usados e para operar com veículo velho, é muito alto, tá certo? Então, assim,

fora o tempo que fica parado para manutenção, então não é interessante pra ninguém, não é pra ninguém, nem pra população, nem pra nós.

01:54:29 Ver.(a) Bráulio Lara: Na época da gestão do prefeito Kalil, o prazo dos ônibus tinha aumentado de 10 para 12 anos, certo?

01:54:38 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Correto.

01:54:38 Ver.(a) Bráulio Lara: Esse prazo já voltou para 10?

01:54:41 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não.

01:54:42 Ver.(a) Bráulio Lara: Isso é um movimento, que vocês vão ... que já está se orquestrando ou não?

01:54:49 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A questão é, ter um aditivo contratual passando para 12, ter primeiro ter um acordo na justiça, num processo existir, para não tirar a frota e depois fazer um aditivo contratual.

01:54:59 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Provavelmente é uma meta a ser percorrida sim, voltar para a 10, mas a gente exonera um pouco mais a tarifa ainda.

01:55:06 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas a gente tem ônibus de 12 anos no sistema?

01:55:10 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Temos, esses vão acabar agora entre dezembro e ano que vem entre outros. Então assim, me parece que hoje tem 51 carros para trocar ano que vem, que venceria no ano que vem no sistema inteiro.

01:55:23 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas aí a gente teria ônibus de 11 e de 12 anos ainda rodando, a gente não consegue chegar nos 10 de novo não, né?

01:55:32 Sr. Rubens Lessa Carvalho: É, tem que fazer o cálculo de quantos carros faltam no ano que vem e fazer essa proposta para SUMOB, de 2012, eu tenho segurança que são 51 carros, não é muito difícil de trocar.

01:55:42 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Isso não é ... de 51 carros, para 2600, praticamente 2600, eu acredito, tá certo? Então não é muito difícil trocar no ano que

vem, mais rápido, tá certo? Mas agora, no outro ano, eu não tenho esse número de cabeça, que eu não sei.

01:55:58 Ver.(a) Bráulio Lara: Tudo bem, então para a gente ... Vereadora Loíde Gonçalves.

01:56:01 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Eu estou falando não é do consórcio BH Leste não, viu Vereador, é do sistema tá?

01:56:05 Ver.(a) Bráulio Lara: Nós entendemos que o senhor deu uma resposta genérica.

01:56:10 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Rubens, o senhor falou que a Torres delegou a uma empresa de gerenciamento de pagamento a possibilidade de passar a seus recebíveis a BH Leste, que empresa é essa?

01:56:22 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A BH Leste, ela não passou .... ela .... declarou essa empresa e essa empresa passou pra BH Leste, eu vou mandar o documento.

01:56:31 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Você vai mandar o documento, por gentileza.

01:56:31 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Eu já assumi esse compromisso com você.

01:56:35 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas você não sabe qual foi essa empresa?

01:56:37 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Eu não vou lembrar aqui agora, que eu estou sem o documento, eu mando para você.

01:56:40 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Ok. Obrigada as suas empresas dentro do consórcio, elas estão recebendo subsídio diretamente ou é outra empresa, como o caso da Torres com a BH Leste?

01:56:54 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Diretamente, a empresa hoje operacional e, apesar de 3 empresas, é toda só S&M, as outras dentro do consórcio

estão inativa no consórcio.

01:57:08 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sr. Rubens, vou fazer mais algumas perguntas, já está encerrando também.

01:57:13 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Pode ficar à vontade.

01:57:15 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O consórcio, acompanha todas as renovações, das autorizações de tráfegos dos veículos das concessionárias?

01:57:25 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Olha, isso é direto da SUMOB com a concessionária, tá certo? Quando tem algum problema, é de falta de veículo eles que atende, nós ficamos sabendo, nós vamos saber o porquê com a com a cópia da empresa operadora, através praticamente isso aqui é geral, não é por consórcio, é um, aqui dentro do nosso sindicato tem uma equipe técnica, que monitora isso o tempo todo junto à SUMOB.

01:57:57 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como funciona a divisão de receita dentro do consórcio? Observa o percentual de participação?

01:58:05 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Participação é dentro do sistema, pela produção quilométrica, o tipo de veículo de cada empresa. É assim que é feito, dentro do sistema inteiro, de um recurso da ordem de tantos milhões, de 10 em 10 dias, por decêndio. Ele é, conforme a operação, naquele decêndio anterior distribuído para as empresas pela sua produção quilométrica, pelo tipo de veículo que ela tem.

01:58:28 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Como que funciona, Sr. Rubens, a Câmara de compensação?

01:58:33 Sr. Rubens Lessa Carvalho: A Câmara de Compensação, é basicamente o que eu acabei de te responder, ela funciona, ela pega toda a quilometragem do decêndio anterior, pelo tipo de veículo que cada empresa tem, pelo tanto quilômetro que rodou, esse tipo de veículo quando eu falo, é se você tem que carro articular, o carro com ar-condicionado, carro sem ar-condicionado, micro ônibus, cada um tem um peso na planilha de custo, que no geral do sistema soma tudo.

01:58:58 Sr. Rubens Lessa Carvalho: E aqui na Transfácil distribui para cada empresa, principalmente, como diz o vereador Bráulio, eu já afirmei que pelo se ... foi ineficiente, perdeu viagem ele é penalizado também aqui dentro.

01:59:10 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sr. Rubens, eu não tenho mais perguntas, eu gostaria de abrir, o vereador não sei se você concorda.

01:59:17 Ver.(a) Bráulio Lara: Eu gostaria de abrir a fala caso algum outro vereador que nos acompanha remotamente, se quiser fazer uso da fala e fazer alguma pergunta. Se quiserem só manifestar no chat aqui, por favor.

01:59:43 Ver.(a) Bráulio Lara: Bem, então vamos encaminhar para encerramento.

01:59:49 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Posso só fazer uma consideração final, vereador?

01:59:54 Ver.(a) Bráulio Lara: Claro, só um minutinho Sr. Rubens. Vou passar a palavra para o senhor Rubens Lessa para fazer suas considerações.

02:00:06 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Bom, antes de fazer o agradecimento, eu achei que iam me perguntar, na licitação de 2008, nosso grupo participou com uma empresa TuriLessa. Nós tínhamos 1.5% do sistema somente. Já saiu aí em audiências passadas, falando de família Lessa, cartel, uma série de coisas, nós adquirimos, empresa e participação no serviço em função de dificuldades das empresas. Nós acreditamos e depois tivemos problema, porque realmente teve descumprimento de contrato, então esse é só colocar essa questão aí.

02:00:37 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Que nós no início do contrato de 2008, tinha só 1,5% do sistema em municipal de Belo Horizonte, nós participamos de diversos sistemas, diversos intermunicipal, metropolitano pelo interior toda fora, mas que era só 38 ônibus, que é a antiga Viação Santa Teresa, certo?

02:00:53 Sr. Rubens Lessa Carvalho: E no mais, queria agradecer a vocês pedindo desculpa mais uma vez da semana passada e ter essa oportunidade de esclarecimento pelo tratamento que foi dispensado aqui, respeitoso, muito bom,

queria agradecer e bom Ano-Novo para vocês todos.

02:01:09 Ver.(a) Bráulio Lara: Obrigado, senhor Rubens, mas de qualquer forma, o senhor falou aí da concorrência lá de 2008, mas outras empresas coligadas ao senhor também participaram naquela época da licitação, inclusive .....

02:01:22 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Não. Só a TuriLessa.

02:01:24 Ver.(a) Bráulio Lara: E nenhuma das outras empresas tinham vínculo?

02:01:29 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Fomos adquirindo durante anos aí. fomos adquirindo .... a praia, adquirimos a Sagrada família, a Via Sul e S&M.

02:01:39 Ver.(a) Bráulio Lara: Bem, o assunto de 2008, ele rende pano para manga, mas eu não vou alongar com o senhor aqui não, para a gente também não perder o...

02:01:47 Sr. Rubens Lessa Carvalho: Depois, se quiser um dia conversa, eu vou ir no seu gabinete.

02:01:52 Ver.(a) Bráulio Lara: Nosso maior ponto aqui, e eu falo com o senhor, até por ser uma pessoa também que venho do campo empresarial. Eu acho que toda empresa que faz um bom serviço, tem que ter de fato a sua remuneração.

02:02:06 Ver.(a) Bráulio Lara: Eu acho que em vários momentos desse, dessa história, da mobilidade, é trabalhar no vermelho igual vocês já informaram em alguns momentos. Eu Acredito que as empresas já deveriam ter parado se fosse o caso, porque se não tem ninguém tem que bancar um prejuízo, mas ao mesmo tempo as manobras que foram feitas para ir corrigindo supostamente essa rota, nos dá, obviamente, muito campo de questionamento.

02:02:37 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque no final na ponta você tem um cliente que está tendo um serviço ruim, o cliente lá na ponta, o usuário do ônibus transporte coletivo, ele não é respeitado e aí as discussões ficam lá no topo da pirâmide e essa pessoa que está lá embaixo, ela se vê impotente perante um sistema, perante um oligopólio, porque a concessão travou obviamente a cidade, desde 2008 para cá. Ou

seja, você tem 20 anos, uma algema na sua mão, associada a um serviço que em vários momentos deixou muitos desejar.

02:03:15 Ver.(a) Bráulio Lara: E essa é a dor do Belo horizontino, a dor do Belo horizontino é não ter um bom serviço na ponta. Nós, vereadores, temos como obrigação questionar, trazer, elucidar isso e com todo o respeito, obviamente, eu acho que foi muito respeitosa, sim, essa oitiva foi muito bom.

02:03:36 Ver.(a) Bráulio Lara: O senhor é uma referência dentro do transporte coletivo, o senhor presta serviço não só aqui em BH, mas a gente sabe que em outros locais também não é uma história que pode ser apagada ou jogada no lixo igual às vezes algumas pessoas acabam dando a entender, eu acho que todos têm o seu papel.

02:04:00 Ver.(a) Bráulio Lara: Mas o apelo que nós, vereadores, fazemos aqui nessa Câmara, é que a gente precisa é de colocar o usuário, o cliente realmente como o principal interessado e que precisa ser respeitado.

02:04:15 Ver.(a) Bráulio Lara: No mercado concorrencial, mercado de concorrência ampla, quando uma empresa vai se tornando ineficiente e o concorrente vai crescendo com eficiência, no mercado de concorrência ampla, aquele que é incompetente sai do mercado, normalmente quebra e aqueles que são bons operadores crescem.

02:04:37 Ver.(a) Bráulio Lara: Esse é o mercado que a gente entende como mercado justo, porque a concorrência é plena, faz com que qualquer empresa sempre queira melhorar, aumentar a sua eficiência e entregar um melhor serviço. E no nosso caso, o que a gente vê, as empresas ineficientes, com frota sucateada com uma prestação de serviço extremamente ruim, forçando o usuário a ter que comer, a roer o osso do negócio, a comer quase que o pão que o diabo amassou, ônibus que não funciona bem, que todo dia tem problema mecânico que tem acidente.

02:05:11 Ver.(a) Bráulio Lara: Então é isso que a gente quer sair e essa responsabilidade não é uma responsabilidade só de um político que hoje está exercendo um mandato que está cobrando. Não é só de um prefeito que está hoje no cargo, ela tem que ser de todo mundo, inclusive de vocês que estão na operação

do sistema.

02:05:29 Ver.(a) Bráulio Lara: O que eu gostaria de sair na rua, era todo mundo chegar e falar, nossa, o transporte por ônibus de Belo Horizonte é referência e excelência, porque isso vai dando condição para todo mundo prosperar.

02:05:42 Ver.(a) Bráulio Lara: Agora não vai ser prosperar sem os custos estarem pagos sem o trabalhador está tendo todos os seus vencimentos pagos devidamente, ou seja, é toda uma estrutura, não pode ser uma coisa pontual, porque atrás de um ônibus tem um motorista que está trabalhando ali, ele tem o mecânico, tem um monte de gente, é um ecossistema, é uma cadeia produtiva.

02:06:04 Ver.(a) Bráulio Lara: Não é o senhor Rubens Lessa sozinho, não vai ser o prefeito, é um monte de gente que está atuando. Então a nossa atuação é porque a gente precisa de um transporte coletivo de qualidade na cidade e o momento que essa CPI foi instaurada, é porque a gente via realmente uma frota sucateada, trazendo dor de cabeça diariamente para o cidadão.

02:06:25 Ver.(a) Bráulio Lara: Então, senhor Rubens, eu entendo e vejo que nesse momento todos têm que dar as mãos pra gente realmente ter um serviço de excelência, a cidade não pode vivenciar os mesmos capítulos que a gente viu nesse passado recente, temos que ir para frente.

02:06:41 Ver.(a) Bráulio Lara: A Câmara é parceira, sim, de tudo que traz melhoria para o cidadão. Agora é uma melhoria justa, é um serviço que tem que valer pelo preço que se paga. É um serviço que tem que funcionar bem, então saiba que nós aqui, exercemos o nosso trabalho aqui com a maior responsabilidade para não cometer nenhuma injustiça, mas de fazer valer a voz daqueles que realmente às vezes se sentem não representados, por não ter uma voz que seja relevante.

02:07:09 Ver.(a) Bráulio Lara: Porque a dona Maria, que pega o ônibus lá na estação São Gabriel para ir trabalhar na região central ou algum outro bairro da cidade, quando ela detecta o problema, quando ela vê que não está funcionando bem, ela às vezes se sente abandonada dentro desse ecossistema todo, porque existe um poder econômico grande, de um sistema que foi licitado por 20 anos, mas ao mesmo tempo a gente precisa de resolver problemas e problema é o dia a dia de

qualquer empresário, toda a empresa, ela é um posto de criação de problema e a gente está ali para resolver.

02:07:44 Ver.(a) Bráulio Lara: E nesse contexto macro, então agradeço muito ter vindo aqui hoje, eu acho que foi uma oitiva positiva. Nosso papel a gente vai fazer, ela relatora, vereadora Loíde Gonçalves, está reunindo todos os documentos e a gente aguarda então os documentos que nós combinamos aqui, tá ok, doutor Guilherme? Quanto antes puder mandar, pra gente acabar de fazer esse fechamento, porque o nosso propósito é, tudo tem que ficar claro e transparente e a gente precisa de entregar isso como resultado, obviamente para a população, que fizemos o nosso papel, fiscalizamos e apontamos o que era necessário, então agradeço ao senhor, agradeço a vinda e não tendo mais ninguém que gostaria de falar, você quer fazer consideração? Perdão, o, vereadora Loíde Gonçalves com a palavra.

02:08:29 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Muito obrigado, vereador Bráulio. Agradecer também a presença do senhor Rubens Lessa, do seu advogado, foi uma oitiva muito proveitosa, por isso que eu tive, a gente teve que tomar aquelas medidas, senhor Rubens, porque o depoimento do senhor é de suma importância.

02:08:46 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Não pense que somos inimigos dos empresários dos ônibus, não. Nós queremos ser parceiros dos empresários e também da população, porque o nosso papel aqui é fiscalizarmos, todos os dias a gente recebe reclamação do transporte público de Belo Horizonte e o nome do senhor é muito falado.

02:09:03 Ver.(a) Loíde Gonçalves: O nome do senhor é muito falado, então nós precisávamos ouvir o senhor, nós precisamos te dar uma resposta para a população, o nosso mandato é sim para trazer melhorias para o transporte público.

02:09:15 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A gente quer que no ano de 2024 a gente talvez possa ouvir o senhor aqui novamente, talvez não de uma CPI, mas na comissão de mobilidade, para a gente falar das melhorias do transporte público, como que cresceu, como que melhorou, o que nós não podemos aceitar aqui, uma pessoa que tem ali sua dificuldade de locomoção, que utilize de uma cadeira de rodas, quando

ele vai acessar o transporte público, o elevador não funciona, isso a gente não pode aceitar.

02:09:43 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A gente não pode aceitar que as empresas coloquem ônibus com os pneus carecas para circular, colocando em risco não há vidas do trabalhador, como também do usuário, e até mesmo uma mãe que está passeando ali no passeio com uma criança, correndo o risco de perder a vida, porque um ônibus não está tendo condições de circular às vezes. Ah, mas é porque o tempo de vida hoje do ônibus não é de 10 anos, é de 12, nós vamos deixar esse ônibus circular, tem ônibus que não tem mais condições.

02:10:11 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Não é apenas observar a idade do ônibus que a lei permite que ele circule, ele tem que tirar de circulação, tem que trazer essa segurança para os usuários, muitas das vezes a gente fala aqui nas nossas reuniões, eles não reclamam do valor da passagem, eles reclamam da qualidade de um ônibus que tem ar-condicionado do ônibus que não esteja com a carreta quebrada, do ônibus que esteja, pelo menos limpo vários ônibus que eu círculo, que eu ando, o ar-condicionado, gente, não tem condições. Quando a gente entra, eles ligam o ar, se vocês verem um cheiro que fica lá dentro, senhor Rubens, você começa a espirrar, tossir, porque o ônibus está sujo, o ar-condicionado.

02:10:49 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A gente está falando de questões mínimas, de requisitos mínimos, um ônibus ligar o ar-condicionado e que pelo menos a pessoa não sai de lá, passando mal, às vezes a pessoa entra, sai pior, não pode nem trabalhar ainda perde um dia de serviço indo em posto de saúde, então a gente está buscando é qualidade do transporte público.

02:11:08 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A empresa BH Leste Transporte, realmente ela tem sido uma das campeãs aí de reclamações, a TransOeste também, a gente tem tido notícias aí, até mesmo numa das visitas que eu fiz de fiscalização, o pessoal da BHTrans falou que lá tem tido uma melhora no transporte, então a intenção da CPI é essa, é trazer melhora, é melhorarmos aí o nosso transporte público de Belo Horizonte.

02:11:32 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Nós já estamos encerrando a nossa CPI,

não é, vereador Braulio, é a nossa última reunião, de 2023 e depois a gente volta para 2024 já para apresentar o relatório, como não sei, se vai ser dia primeiro ou vai ser dia 2. Dia 2, vai ser a nossa entrega do nosso relatório e a gente... A gente está fazendo um trabalho bem feito.

02:11:55 Ver.(a) Loíde Gonçalves: A gente não está querendo aqui punir as pessoas, a gente quer é que traga melhoria, é que traga melhoria e que através desse relatório nosso a gente venha a trazer soluções que as pessoas falem e "essa CPI, o que vai acontecer, vai resolver o problema de transporte.?", olha, não vai resolver tudo, mas algumas coisas a gente já está tendo sinalização que está melhorando".

02:12:18 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Inclusive já pedi assessoria para verificar se esses ônibus da empresa BH Leste, já estão circulando, porque o ônibus está há mais de 1 mês ou quase um mês e meio parado dentro da garagem, isso a gente não pode admitir.

02:12:32 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Mas, muito obrigado, muito obrigado pela presença do senhor doutor Guilherme, do vereador Bráulio, de todos os vereadores que acompanhei aqui esse ano de 2023 essa CPI, e também dos usuários que acompanham de forma remota, reportagem, assessoria. Muito obrigado, um feliz Ano-Novo para o senhor, não é para toda sua equipe e um feliz Ano-Novo para todos nós. Muito obrigada.

02:12:55 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Obrigado, feliz Ano-Novo para vocês, com esse trabalho, nós vamos melhorar o transporte.

02:13:00 Ver.(a) Bráulio Lara: Obrigado, Sr. Rubens. Obrigado a todos aqui presentes. Obrigado, obrigado, obrigado aqueles que tiveram realmente a possibilidade de vir essa semana, aí que conecta Natal com réveillon é uma semana que às vezes já fica mais complicada, naturalmente, mas deu tudo certo. Então agradecimento gratidão a todo o mundo, pessoal da imprensa que sempre está aqui junto conosco. Os usuários que vieram participar também, então fechamos um ano de 2023 com muito trabalho e que esses trabalhos todos implicam em resultado na ponta para o cidadão de Belo Horizonte.

02:13:36 Ver.(a) Bráulio Lara: Às 12:13, então eu declaro encerrada essa

reunião, boa tarde.

02:13:42 Ver.(a) Loíde Gonçalves: Boa tarde, muito obrigada, gente. Até mais.

3. DO INÍCIO DAS INVESTIGAÇÕES: DA EMPRESA BHLESTE TRANSPORTES S/A, ATUALMENTE DENOMINADA NOVA VISTA TRANSPORTES S/A

A qualidade dos ônibus que até então eram operados pela viação torres ltda, já vinham sendo objeto de críticas de diversos usuários, expressando muitas das vezes a sua insatisfação devido a problemas recorrentes nos veículos, incluindo a manutenção inadequada, desconforto nos assentos, atrasos frequentes e condições gerais de higiene dos veículos.

Em razão das inúmeras denúncias, esta Câmara Municipal instituiu a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar os diversos indícios de má qualidade na prestação de serviço pelas empresas Viação Torres Ltda. e TransOeste Transportes Urbanos Ltda.

Logo no início dos trabalhos desta Comissão foram recebidas informações sobre a substituição da empresa Viação Torres pela empresa denominada BHLeste Transportes S.A, dentro do Consórcio Concessionário BH Leste, sem que houvesse a prévia anuência da Prefeitura, o que também foi investigado.

Primeiro fato constatado foi que, em 20 de dezembro de 2022, motoristas da então Viação Torres fizeram um protesto de greve contra uma possível venda de empresa de ônibus para o grupo Saritur, que tem a má fama de atrasar direitos trabalhistas dos funcionários, conforme vídeo anexo; posteriormente, em fevereiro de 2023, houve outra paralisação, possivelmente pelo mesmo motivo.

Na mesma linha, segundo contracheques recebidos por esta Câmara Municipal de Belo Horizonte, identificamos que em janeiro de 2023 os funcionários da Viação Torres passaram a ser pagos pela Empresa denominada CCBB 34 Participações S/A, CNPJ 42.603.554/0001-23.

Também foi constatado que os ônibus da Viação Torres passaram a operar

imediatamente com a inscrição BHLeste Transportes S/A, o mesmo nome do consórcio que compunha, o que por si só já provocou confusão. Ainda, a transferência desses veículos para uma empresa recém aberta com capital social de R$ 1.000,00 também entrou no alvo das investigações.

Todos esses elementos chamam atenção porque a aparente sucessão empresarial envolve, além das irregularidades fiscais e trabalhistas que geram repercussões financeiras graves, a prestação de serviço público essencial, que conta com o pagamento não só da tarifa, mas que é complementado pelo Poder Público na forma de subsídio às empresas.

Dessa feita, direcionaram os pedidos da presente Comissão Parlamentar de Inquérito para elucidar os graves indícios de violação aos princípios de Direito Administrativo, bem como a possível participação de funcionários públicos na operação clandestina da empresa e no descumprimento do contrato.

3.1. DO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

A prestação do serviço público por meio de concessão é a modalidade em que o Poder Público, para não prestar diretamente o serviço, transfere a responsabilidade a um particular. Por se tratar de Administração Pública, por óbvio a relação está vinculada ao princípio da legalidade estrita, devendo ser observadas as exigências da Legislação.

No entanto, o que se observou com o desenrolar das investigações foi que a prefeitura de Belo Horizonte, por meio dos órgãos que deveriam fiscalizar a relação contratual, ignoraram completamente a lei e os regulamentos, atuando de forma temerária e colocando em risco não só os recursos públicos, que ultrapassam meio bilhão de reais, mas a segurança e integridade dos passageiros do sistema de transporte coletivo, como passo a demonstrar.

O contrato de concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros prevê, na cláusula 14.4, (X), que é dever dos consórcios operacionais solicitarem **prévia** autorização do Poder Concedente para alterações do estatuto ou contrato social, bem como, prevê no inciso (V), que devem ser mantidas as condições de habilitação do Edital 131/2008.

Além disto, o Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, prevê no item 8.3.5 que para participar da licitação a empresa deveria comprovar qualificação técnica por meio de atestados e declarações, bem como, no item 8.3.6.1, comprovar Patrimônio Líquido mínimo de 0,3% (três décimos por cento) do VALOR DO CONTRATO da RTS, que à época da concessão era em torno de 4 (quatro) bilhões de reais.

As determinações mínimas do edital de concessão servem exatamente para garantir que a empresa concessionária detenha condições mínimas para a prestação dos serviços. Nesse sentido, as exigências funcionam (ou deveriam funcionar) como verdadeira barreira para impedir o ingresso de prestadores sem experiência ou capacidade financeira mínima para garantia da operação na prestação de serviço público essencial.

Contudo, após um pedido de informação da Câmara Municipal ao governo municipal, observou-se que em 13/03/2023 houve a expedição do Ofício SUMOB/SETRA 83/2023, pedindo a empresa BHLeste Transportes S/A a comprovação dos requisitos supracitados, já que a mesma teria o intuito de substituir a empresa Viação Torres no Consórcio BH Leste, tendo em vista a data de abertura da empresa (23/12/2022) e o capital social declarado no importe de R$1.000,00 (hum mil reais).

Ou seja, a empresa já estava operando clandestinamente pelo terceiro mês quando a administração pública pediu a comprovação dos requisitos, que deveriam ter sido apresentado previamente para a prestação do serviço.

Mais grave: a prefeitura não tomou qualquer ação para impedir a circulação e operação de uma empresa que não detinha NENHUM vínculo com a Administração Pública municipal, e ainda assim, estaria recebendo recursos públicos através do subsídio repassado às empresas de transporte.

Segundo fatos apurados por esta comissão, a “substituição” da Viação Torres e a prestação do serviço pela empresa BH Leste Transportes já vinha sido exercida, *de facto,* desde janeiro de 2023, o que pode ser demonstrado com os contracheques emitidos aos funcionários, bem como os ônibus que já circulam com a identificação desta nova empresa.

As denúncias foram comunicadas à Prefeitura de Belo Horizonte, por meio de documentos como o Requerimento de Comissão 377/2023, Requerimento de Comissão 1409/2023, Requerimento de Comissão 1192/2023 e o Requerimento de Comissão 1568/2023; entretanto, requerer informações ao Poder Executivo não tem sido suficiente, sem deixar de mencionar as limitações de acesso aos documentos requisitados, justificando, por consequência, a instalação da presente Comissão Parlamentar de Inquérito específica para as empresas citadas, no sentido de garantir o exercício do dever constitucional e legal de fiscalização dos parlamentares.

Iniciou-se investigação mais aprofundada dos motivos que ocasionaram a operação de empresa clandestina, mediante pagamento de recursos públicos, sem qualquer intervenção da administração municipal. O relatório traz detalhadamente, os elementos de prova colhidos demonstrando que o caos no transporte coletivo da cidade se dá em razão da completa ausência de controle do município sobre o sistema, que opera paralelamente às normas de direito público, causando prejuízo ao erário e colocando em risco a população.

3.2. DAS INCONSISTÊNCIAS NA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA QUE SUBSTITUIU A VIAÇÃO TORRES

A empresa que operava no Consórcio BHLeste, denominada Viação Torres, alegou, conforme se extrai dos depoimentos do representante da empresa, que não possuía mais capacidade financeira para operar no sistema.

Importante ressaltar que já existia, nesse momento, repasse de dinheiro público, ainda referente ao subsídio de mais de 250 milhões de reais, sendo necessária a comunicação ao poder Público municipal, vez que trata-se de recursos públicos para prestação de serviços.

No entanto, a comunicação foi feita diretamente ao representante do consórcio, Sr. Rubens Lessa, que atuou para encontrar uma empresa substituta para a prestação dos serviços.

Essa nova empresa que substituiu a Viação Torres dentro do Consórcio Concessionário BHLeste, inicialmente era denominada CCBB 34 Participações S/A,

tendo sido constituída em São Paulo em 06/07/2021, tendo como sócios Cristiano Carvalho de Oliveira e Bruno Santana Barros.

Essa empresa permaneceu como empresa de prateleira, não tendo realizado qualquer tipo de atividade, e cujo único objeto era a participação em outras empresas.

Somente em 2023, a empresa começa a sofrer diversas alterações, destituindo os sócios de São Paulo, e alterando a sua sede para Belo Horizonte. Nessas alterações, a responsável legal, pelo menos no papel, passou a ser a Sra. Ester das Graças Ferreira.

Mesmo sem ter atuado em nenhuma atividade, a CCBB 34 se transforma em BHLeste S/A, altera seu objeto social e começa já em janeiro de 2023, a operar mais de 17% do sistema de transporte coletivo do Consórcio de mesmo nome, assumindo inclusive os pagamentos dos funcionários da antiga Viação Torres.

No que só pode ser descrito como sucessão empresarial, assumiu todos os veículos, prestadores e até o contrato da garagem, investindo-se na figura de empresa de transporte coletivo, mesmo sem ter transportado sequer um passageiro em sua breve existência.

A empresa só foi questionada a respeito de sua capacidade de operar, em março de 2023, o que demonstra o completo descontrole da administração municipal sobre quem são os operadores do transporte coletivo na capital.

Contudo, no decorrer da presente comissão, a empresa passou por outra mudança de nome, adotando a designação Nova Vista Transportes S/A. Tendo em vista que a alteração ocorreu durante o decurso dos trabalhos, a empresa pode ser referida nesse relatório como BHLeste S/A ou Nova Vista Transportes, e que, durante os depoimentos e nos documentos em que pede a anuência, a empresa ainda era denominada BHLeste S/A.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
42.603.554/0001-23 MATRIZ		06/07/2021

NOME EMPRESARIAL
NOVA VISTA TRANSPORTES SA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
NOVA VISTA TRANSPORTES

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DO CONTORNO	2905	SALA 408 ANDAR 04

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
30.110-915	SANTA EFIGENIA	BELO HORIZONTE	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FISCAL@BHLESTE.COM.BR	(31) 3673-7000

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

4. DA ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS E DOCUMENTAÇÕES CORRELATAS

4.1. DO DEPOIMENTO DO PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS GLAYDSON SANTO SOPRANI MASSARIA

4.1.1 Das informações apresentadas pelo Procurador

Tendo em vista o volume de documentos apresentados a essa Câmara Municipal de Belo Horizonte pelo Ministério Público de Contas, a comissão convidou o Dr. Glaydson Santo Soprani Massaria para prestar informações e contribuir com o trabalho investigativo.

Em sua manifestação o nobre Procurador apresentou informações sobre as

denúncias de irregularidades e má qualidade na prestação do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros por parte das empresas TransOeste, integrante do Consórcio Dez e que opera parte considerável das linhas que atendem a Regional Barreiro, e a então Viação Torres, substituída pela BHLeste Transportes, no Consórcio BH Leste, que opera em parte considerável das Regionais Nordeste e Leste. Além disso, abordou os questionamentos sobre a falta de fiscalização, por parte do Executivo Municipal, do Serviço de Transporte Público Coletivo.

O eminente Procurador citou o excesso de reclamações, acerca de uma a cada vinte minutos nos últimos meses em Belo Horizonte. Segundo ele, as denúncias recaem sobre problemas na prestação dos serviços, má conservação, atrasos, falta de ar condicionado entre outros problemas de segurança e qualidade.

Ainda, o eminente Procurador fez diversos registros que apontam para omissões reiteradas do poder público municipal em relação aos contratos estabelecidos com as empresas de ônibus, e atribui, em especial ao prefeito Fuad Noman, a manutenção do *status quo* do transporte público na cidade, já que o prefeito seria amigo e teria laços de parentesco com a família Lessa, dona de empresas de ônibus na cidade.

Apontou a existência de fotos do prefeito em mídia social de um almoço com membros da família Lessa, e que o rastreio de celular, obtido através da Operação Camarote (investigação de vacinação ilegal) e que foi compartilhada com o Ministério Público de Contas, demonstra que Rubens Lessa esteve na casa de Fuad.

Tais informações apresentadas pelo eminente Procurador foram, de sobremaneira, essenciais para os trabalhos desta Comissão, sendo que um dos fatos levantados foi a estranha substituição da Viação Torres Ltda. pela empresa BHLeste Transportes S/A, criada no dia 01 de julho de 2021 no estado de São Paulo, tendo como acionistas Cristiano Carvalho De Oliveira e Bruno Santana Barros com capital social de apenas R$100,00 (cem reais).

Todavia, a empresa BHLeste Transportes S/A, que anteriormente se chamava CCBB 34 Participações S/A, teve a surpreendente alteração em seu estatuto no dia 23 de dezembro de 2022, ocorrendo a substituição do acionista Bruno, pela acionista

Ester das Graças Ferreira Gomes, além da alteração da denominação social da companhia para BHLeste Transportes S/A, a mudança de endereço da sede da empresa para passar a ser na cidade de Sabará na Avenida Amália, nº 286, Vila Nova Vista, bem como aprovar a emissão de até R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) em debêntures, sendo que a empresa iniciou com o capital social de R$100,00 (cem reais), elevando-o posteriormente para R$ 1.000,00 (mil reais), de maneira que a emissão destes títulos por parte da empresa causa perplexidade.

4.1.2 Dos desdobramentos da oitiva do Procurador

A partir das informações levadas a esta Comissão pelo eminente Procurador, levantou-se os seguintes questionamentos aos quais a Comissão procurou responder:

a) de que maneira se procedeu a substituição da Viação Torres Ltda. pela empresa BHLeste Transportes S/A no Consórcio BH Leste;

b) quais foram os agentes públicos que anuíram com a referida substituição;

c) se o Poder Concedente, no caso o Executivo, concedeu a anuência a mencionada substituição, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.987/95, a Lei das Concessões, bem como também dispõe o Contrato de Concessão celebrado com o Consórcio;

d) quando a empresa BHLeste Transportes S/A passou a operar *de facto* e;

e) se a BHLeste Transportes S/A possui capacidade técnica para substituir a Viação Torres Ltda, conforme as exigências estabelecidas no Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, que elegeu os atuais Consórcios para operar o Transporte Público na capital, bem como no Contrato de Concessão e no Regulamento Operacional.

Por meio do Requerimento de Comissão nº 2015/2023, a Comissão apresentou pedido de informação para requerer informações complementares aos Requerimentos de Comissão nº 1192 e 1635/2023, acerca da substituição da empresa Viação Torres pela empresa BHLeste Transportes S/A. Em resposta via Ofício SMGO/DALE nº 678/2023, outros nomes foram indicados como

representantes da empresa BHLeste S/A, além do referido ofício mencionar que houve uma reunião no dia 20/06/2023, realizada dentro da Superintendência de Mobilidade de Belo Horizonte (SUMOB), cujo tema era "Anuência BhLeste".

Ou seja, na resposta enviada, a administração municipal confessa que a empresa BHLeste Transportes S/A está operando sem anuência do Poder Público municipal, fato conhecido pelo superintendente de mobilidade do município, que tenta resolver, por meio de reunião, a ausência de requisitos mínimos para operação. Ressalte-se que a operação da empresa nunca foi interrompida, mesmo tendo a administração, completa ciência da clandestinidade da operação.

Na referida reunião, compareceram o sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior e o Sr. Rodrigo César Dias Bruno, ambos apresentados pelo sr. Raul Lycurgo, representante do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (SetraBH), como representantes da empresa BH Leste Transportes S/A;

No entanto, não estava presente na reunião a Sra. Ester das Graças Ferreira Gomes, cujo único nome fora apresentado como representante legal da empresa BH Leste Transportes S/A, na resposta aos Requerimentos de Comissão nº 1192 e 1635/2023, por meio dos Ofícios SMGO/DALE n° 083, 169, 227 e 266/2023.

Tais fatos chamaram a atenção desta Comissão pelo fato de, além da Representante legal da empresa substituta da Viação Torres Ltda. não estar presente, comparecer em seu lugar outras pessoas que não constavam no Estatuto Social como Sócio ou administrador, além é claro do fato desta empresa não ter comprovado o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Edital de Concorrência Pública nº 131/2008 e no Contrato de Concessão com o Consórcio BH Leste, condições necessárias para que a BHLeste Transportes S/A recebesse a anuência do Poder Executivo Municipal.

Ressalta-se também que tais requisitos não se restringem ao primeiro momento da licitação, devendo também ser observados no caso de uma substituição de uma empresa por outra em um consórcio responsável por prestar serviço público por concessão, que notoriamente é o caso do Consórcio BH Leste.

É necessário que a nova empresa tenha capacidade financeira, jurídica e

técnica, para que possa operar no lugar da substituída, de maneira com que o serviço público prestado pela concessão seja mantido com a qualidade exigida pela lei e pelo contrato, para que o usuário, isto é, o cidadão, não venha a ser prejudicado.

Portanto, a partir do momento em que uma empresa resolve substituir outra em um consórcio responsável pela prestação de serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus, cabe ao Poder Concedente exigir da substituta que esta comprove os requisitos e as garantias estabelecidas no contrato de concessão.

Diante destes fatos, a Comissão viu-se na necessidade de se aprofundar no processo de substituição da Viação Torres Ltda pela BHLeste Transportes S/A para aclarar os pontos obscuros, uma vez que não ficou claro como essa substituição ocorreu, bem como os termos pactuados para a realização da substituição, como que se deu a emissão das debêntures, uma vez que estes títulos, via de regra, são previamente registrados a Comissão de Valores Mobiliários, além de se verificar quem controla de fato a BHLeste Transportes S/A.

4.2. DOS DEPOIMENTOS DO SUPERINTENDENTE DE MOBILIDADE DE BELO HORIZONTE, ANDRÉ SOARES DANTAS

Nas declarações prestadas à presente Comissão, o Sr. André Dantas, Superintendente de Mobilidade de Belo Horizonte, confessou que até outubro de 2023, a empresa BHLeste Transportes S.A (denominada atualmente como, Nova Vista Transportes S.A), proposta como substituta da Viação Torres no Consórcio Concessionária BHLeste, não possuía a aprovação do Poder Concedente. O Superintendente fundamentou sua posição ao apontar que, em registros anteriores a essa data, a antiga empresa Viação Torres ainda constava oficialmente como operadora do transporte público.

O depoimento do Sr. André Dantas, aponta para uma situação preocupante em relação à substituição da empresa Viação Torres pela BHLeste Transportes S.A (Nova Vista Transportes S.A), para operar o transporte público. A falta de anuência do Poder Concedente até outubro de 2023 indica uma irregularidade na transição entre as empresas e levanta diversas questões importantes. Abaixo estão alguns

pontos relevantes para consideração:

Irregularidade Contratual:

- A ausência de anuência do Poder Concedente indica que a substituição da Viação Torres pela BHLeste Transportes S.A pode ter ocorrido sem a devida autorização ou seguimento dos procedimentos legais e contratuais. Isso configura uma irregularidade na operação do transporte público.

Descumprimento das Regulamentações:

- As concessões de transporte público normalmente estão sujeitas a regulamentações específicas, e a substituição de operadores deve ser realizada de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Concedente. O não cumprimento dessas regulamentações pode ter sérias implicações legais.

Riscos para a Continuidade do Serviço:

- A falta de anuência pode resultar em incertezas quanto à continuidade e qualidade do serviço de transporte público. Mudanças abruptas e não autorizadas podem prejudicar a operação eficiente do sistema e afetar negativamente os usuários.

Responsabilidade da Nova Operadora:

- Se a BHLeste Transportes S.A começou a operar antes de obter a anuência do Poder Concedente, isso levanta questões sobre a responsabilidade da nova operadora em cumprir as condições contratuais e regulamentações aplicáveis.

Ações Corretivas Necessárias:

- Diante da situação apresentada, pode ser necessário que o Poder Concedente tome medidas corretivas para regularizar a situação. Isso pode envolver a imposição de penalidades, a revisão do contrato ou até mesmo a realização de uma nova licitação, dependendo da gravidade da irregularidade.

Transparência e Prestação de Contas:

- É crucial garantir transparência e prestação de contas à comunidade em relação a essas mudanças. Informar os cidadãos sobre os motivos da substituição, os passos tomados para corrigir a situação e as garantias de melhoria na prestação de serviços é essencial para manter a confiança no sistema.

Em resumo, a legislação vigente destaca a importância de garantir que as mudanças nas empresas operadoras de transporte público sejam realizadas de maneira legal, transparente e de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo Poder Concedente, visando a continuidade e aprimoramento do serviço oferecido à população. No presente caso, ficou bem claro que isso não ocorreu na referida substituição das empresas presentes.

Segundo o depoimento do Senhor André Dantas, em relação à empresa BHLeste Transportes S/A (denominada atualmente como, Nova Vista Transportes S.A), inicialmente havia dúvidas acerca do cumprimento das exigências estabelecidas no Edital de Concorrência Pública nº 131/2008..

No entanto, mesmo sem nenhuma alteração fática, a anuência foi concedida pela Superintendência. O senhor André Dantas, afirmou que a empresa comprovou sua capacidade para ingressar no Sistema de Transporte Público Coletivo do Município, conforme conclusão do processo administrativo 01-011.242/23-89. Isso só foi possível mediante um esforço interpretativo do superintendente, que mesmo tendo sido confrontado com elementos que impediam a anuência, concedeu à empresa BHLeste, uma autorização a posteriori, figura que inexiste no Direito Administrativo.

Ou seja, ignorando as preocupações iniciais, os pedidos e pareceres dos setores técnicos, a Superintendência concedeu a aprovação da anuência para operar à BHLeste Transportes S/A, com base na comprovação **posterior** da capacidade da empresa para atender às exigências mínimas do edital.

A Superintendência de Mobilidade de Belo Horizonte (SUMOB) foi criada com a responsabilidade de fiscalizar e gerenciar o transporte e trânsito no município, incluindo o Transporte Público Coletivo Municipal. Nesse contexto, seria de sua competência, no exercício do poder de polícia como autoridade fiscalizadora, exigir

da empresa não apenas o cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos no Edital, mas também as condições mínimas de operacionalidade e segurança.

No entanto, mesmo diante da contínua demonstração de incapacidade por parte da empresa em operar adequadamente no sistema, evidenciada por ônibus danificados, elevadores para deficientes inoperantes e frequentes defeitos mecânicos resultando em acidentes, colocando em risco os usuários do transporte público, a BHLeste Transportes S/A obteve a anuência definitiva da SUMOB para continuar operando. Esta situação foi destacada durante as audiências desta Comissão.

Isso caracteriza uma falha da SUMOB em exercer adequadamente seu papel institucional e poder de polícia, uma vez que deveria garantir que as operadoras cumpram não apenas os requisitos mínimos, mas também mantenham padrões operacionais e de segurança adequados para garantir a integridade dos usuários que dependem do transporte público como meio fundamental de locomoção e exercício do direito de ir e vir:

> *[...] o poder de polícia administrativa tem em mira cingir a livre atividade dos particulares, a fim de evitar uma consequência anti-social que dela poderia derivar, o condicionamento que impõe requer freqüentemente a prévia demonstração de sujeição do particular aos ditames legais. Assim, este pode se encontrar na obrigação de não fazer alguma coisa até que a Administração verifique que a atividade por ele pretendida se realizará segundo padrões legalmente permitidos [...] (MELLO, 2010, p. 833)*

<u>Em conformidade com os princípios da doutrina administrativa, torna-se evidente que, ao perceber que a BHLeste Transportes S/A carecia das condições mínimas de operacionalidade, caberia à SUMOB, no exercício do seu poder de polícia, impedir que a empresa em situação irregular continuasse a operar no sistema. Isso deveria ocorrer até que a empresa se adequasse efetivamente às normas legais e operacionais, ou, na impossibilidade disso, a SUMOB deveria instruir o Consórcio responsável a designar outra empresa para operar as linhas anteriormente atribuídas à Viação Torres Ltda.</u>

No entanto, conforme evidenciado nas declarações do Superintendente, ao

invés de agir diante dessa situação, ele não apenas não impediu o ingresso da nova empresa no sistema, como instruiu e validou uma substituição irregular. Como destacado posteriormente, a BHLeste Transportes S/A não comprovou o cumprimento das exigências estabelecidas no Edital de Concorrência Pública nº 131/2008. Os dois requisitos não cumpridos estão intimamente ligados à segurança e qualidade da prestação do serviço na medida em que exigiam experiencia prévia e patrimônio líquido mínimo para a operação.

O descumprimento causou não apenas prejuízos aos munícipes, mas também ao erário municipal, uma vez que a mencionada empresa, mesmo em situação irregular, recebeu recursos destinados a subsidiar o Transporte Público Municipal.

4.3. DO DEPOIMENTO DA SRA. ESTER DAS GRAÇAS FERREIRA GOMES

Tendo em vista as mencionadas alterações contratuais no Estatuto Social da BHLeste Transportes S/A e as informações trazidas pelo Procurador do Ministério Público de Contas, a Comissão entendeu que era necessário ouvir a Sra. Ester das Graças Ferreira Gomes para que fossem prestadas informações pertinentes às inúmeras denúncias de descumprimento do contrato da prestação de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte e má qualidade na prestação de serviço por parte da então Viação Torres, sucedida pela BHLeste Transportes S/A, no Consórcio BH Leste, bem como sobre as sucessivas alterações no Estatuto Social e nos demais registros da BHLeste Transportes S/A, que constituiu a intimada como sócia-controladora da mencionada empresa, além das debêntures emitidas pela BHLeste Transportes S/A.

Conforme transcrição da sua oitiva, ao ser perguntada sobre a sua experiência profissional antes de assumir a função de Diretora Operacional na BHLeste Transportes S/A, ela afirma que trabalhou na Transimão Transportes Rodoviários Ltda, onde adquiriu experiência no setor, tendo lá conhecido o sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior, tendo indo posteriormente para a empresa Viação Belo Monte S/A, onde trabalhou até janeiro deste ano, quando foi convidada pelo sr. Nilo Júnior a assumir o cargo de Diretora Operacional na BHLeste Transportes S/A.

A mesma, entretanto, esclareceu que não conhecia os Srs. Bruno Santana Barros e Cristiano Oliveira, que constavam como sócios da CCBB 34 Participações S/A antes de virar a BHLeste Transportes S/A, alegação esta que vai em contramão ao que consta nas Atas de Assembleia Geral, disponibilizada em resposta do Requerimento de 1634/2023, pág. 29 - 32, além de não souber informar o porquê da decisão de se adquirir uma empresa de São Paulo para atuar em Belo Horizonte e de ter apenas R$ 1.000,00 (mil reais) em capital social, não tendo participado de qualquer reunião em São Paulo para tratar do assunto, enfatizando que trabalha com a área operacional da empresa e que nunca foi sócia desta.

Veja-se os trechos da oitiva:

"**(49:39) Ver.(a) Loíde Gonçalves:** Senhora então não sabe me formar então quando a empresa BHLeste foi aberta?

(49:42) Ester das Graças: Datas exatas não. Eu sei quando ela começou a ser operacionalizada, que isso eu estava envolvida. Isso eu sei.

(49:49) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A sra. poderia me informar qual é a relação da senhora com o senhor Bruno Santana Barros e Cristiano Carvalho de Oliveira?

(49:56) Ester das Graças: Nenhuma relação senhora.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhora sabe, nenhuma relação?

(50:00) Ester das Graças: Não. Não conheço essas pessoas.

(50:05) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia me informar como que eles decidiram então eleger a senhora como diretora? Como foram feitas as reuniões para tratar desse assunto?

(50:11) Ester das Graças: Não foi eles que me elegeram diretora, foi o senhor Nilo que me elegeu diretora.

(50:20) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora poderia me informar, se a senhora esteve em São Paulo para participar de alguma reunião?

(50:25) Ester das Graças: Não estive em São Paulo, senhora.

(50:29) Ver.(a) Loíde Gonçalves: As atas da reunião da empresa, elas atestam que a senhora estava lá em São Paulo para o ato desta constituição.

(50:40) Ester das Graças: Elas não atestam o que eu estava lá em São Paulo. As reuniões

foram intuitivas da empresa, eu fiz com o senhor Nilo. Ele é acionista da empresa e foram tratados com ela. Essa formalização da empresa foi feita com ele.

(50:53) Ver.(a) Loíde Gonçalves: As reuniões foram presenciais ou virtual, a sra sabe?

(50:59) Ester das Graças: Não, eu não estive em São Paulo.

(51:02) Ver.(a) Loíde Gonçalves: A senhora nunca esteve em São Paulo?

(51:03) Ester das Graças: Não, nunca estive.

(51:05) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Para o ato da constituição dessa empresa?

(51:07) Ester das Graças: Não."

Quanto às suas atividades na empresa, a depoente esclareceu que, como Diretora Operacional, cabe a mesma cuidar das realizações das viagens das linhas operadas pela empresa, pela contratação de funcionários e demais processos operacionais, enquanto o Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior, como único acionista da BHLeste Transportes S/A, é quem cuida das questões jurídicas e administrativas da companhia, e por isso não poderia responder questionamentos relacionados a estas áreas da empresa, apesar de esclarecer que é a representante legal da empresa.

Apesar do fato do cargo de Diretor de Operações, também comumente denominado pela sigla C.O.O. (do inglês *Chief Operating Officer*) ser responsável pelo funcionamento operacional da empresa, reportando-se ao Diretor Presidente (comumente denominado C.E.O. - *Chief Executive Officer*), apenas consta o cargo de Diretora Operacional no estatuto da empresa, exercido pela depoente, estabelecendo-a, no mesmo instrumento, como representante legal, função esta que geralmente cabe ao Diretor Presidente, e por esta razão a declaração da depoente chamou a atenção por parte desta Comissão.

"(54:40) Ver.(a) Henrique Braga: *Você sabe como e porque colocaram a empresa CCBB 34 participantes ou participações para operar no lugar da Viação Torres e como a BH leste acabou substituindo a CCBB 34 participações para operário lugar da viação Torres, mesmo sem ter recebido permissão da PBH para tal?*

(54:54) Ester das Graças: *Senhores mais uma vez o senhor Nilo está aqui espontaneamente ele consegue responder a todas essas perguntas, eu não sei responder a essa pergunta, não cabe a mim fazer isso.*

(55:23) ***Ver.(a) Bráulio Lara:*** *Henrique. Deixa eu só dentro da sua pergunta, a senhora sabe por que, que a senhora é a primeira pessoa que está sendo ouvida?*

(55:27) ***Ester das Graças:*** *Não, a ordem. Perdão, a ordem como acontece não sei.*

(55:34) ***Ver.(a) Bráulio Lara:*** *Qual é a sua posição na empresa?*

(55:36) ***Ester das Graças:*** *Diretora operacional.*

(55:37) ***Ver.(a) Bráulio Lara:*** *E perante os documentos da empresa?*

(55:42) ***Ester das Graças:*** *Perante os documentos eu sou representante legal. Mas eu tenho o senhor Nilo trabalhando junto comigo na empresa. Então assim, eu me atenho às questões operacionais, conversamos, discutimos, ele me passa, só que eu não tenho o conhecimento para passar todas as respostas ao que eu acredito que seria de interesse dos senhores.*

[...]

(59:36) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *Quando eu estava a Interrogando, a Sra disse que a senhora entende apenas as questões operacionais. Como é a sua função dentro da empresa? Qual é o seu trabalho ali? Se a senhora poderia contar os ônibus? pode me explicar? Pode ficar a vontade, para me contar qual é a função que a senhora exerce dentro hoje da empresa BH Leste?*

(59:58) ***Ester das Graças:*** *Tá. Na BH Leste processos operacionais desde a o cumprimento das viagens, a parte de manutenção dos veículos, a parte de contratação de funcionários, definição de processos, acompanhamento das viagens, toda a parte operacional, das viagens é comigo.*

(1:00:15) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *A sua atuação em questão aos processos, qual, que é a sua função ali dentro? Como que a senhora faz esse trabalho dos processos? Que processos são esses? Jurídicos, quais são?*

(1:00:30) ***Ester das Graças:*** *Não, não, desculpa, processos operacionais, então como todo mundo sabe é enviado um quadro de horário pela, um quadro de realização de viagens, uma ordem de serviço pela SUMOB. Então desde, o desde o momento de pegar, absorver esses ordens de serviço, determinar escalas, determinar a realização de viagens, atribuindo a eles os motorista adicionando os insumos, motoristas e veículos a parte de manutenção desses veículos, limpeza desses veículos, acompanhamento de toda garagem. É comigo. Ficou claro os processos? Eu tendo a falar de forma resumida, mas se não tiver ficado claro eu te explico.*

(1:01:19) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *A sra. poderia me informar qual é o papel do senhor Nilo Júnior dentro da empresa?*

(1:01:22) ***Ester das Graças:*** *Nilo Júnior, é acionista da BH Leste Transportes, meu chefe, a*

parte administrativa toda com ele.

(1:01:24) ***Ester das Graças:*** *Jurídico-administrativo contábil com ele. Eu respondo pela parte operacional, pela realização das viagens, manutenção dos veículos, contratação de pessoal operacional.*

(1:01:39) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *Quantos acionistas tem a empresa, a senhora sabe me informar?*

(1:01:43) ***Ester das Graças:*** *Pelo meu conhecimento, só o senhor Nilo Júnior.*

[...]

(1:03:26) ***Ver.(a) Bráulio Lara:*** *Senhora Ester, só pra gente entender?*

Ester das Graças: *Claro.*

(1:03:27)**Ver.(a) Bráulio Lara:** *A senhora, os atos operacionais, por exemplo, contratação de funcionários, tudo isso é a senhora que executa? É a sua assinatura que vai?*

(1:03:37) ***Ester das Graças:*** *Contratação de funcionários operacionais, motoristas, mecânicos, sim.*

(1:03:43) ***Ver.(a) Bráulio Lara:*** *Os documentos todos da empresa, a senhora que assina?*

(1:03:44) ***Ester das Graças:*** *Sim.*

(1:03:46) ***Ver.(a) Bráulio Lara:*** *Todos?*

(1:03:47) ***Ester das Graças:*** *Sim, mas…*

(1:03:48) ***Ver.(a) Bráulio Lara:*** *Essa interface, por exemplo, que a gente fez uma pergunta antes, a vereadora Loíde colocou, contabilidade, por exemplo, é uma interface que acontece com a senhora, a senhora que faz a assinatura de registros, de livros ou outros tipos de documentos contábeis?*

(1:04:02) ***Ester das Graças:*** *Eu sou representante legal, mas eu faço essas assinaturas em conjunto com o senhor Nilo…*

(1:04:10) ***Ver.(a) Bráulio Lara:*** *Mas ela é em conjunto, em qual sentido? A empresa precisa de duas assinaturas ou você faz a assinatura e a sua que vale, mas acompanhada de uma orientação do senhor Nilo?*

(1:04:20) ***Ester das Graças:*** *A assinatura é a minha, mas acompanhada com orientação, com*

a ciência desses documentos juntamente com o senhor Nilo." (*https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/7%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-24-08-2023*)

Outro fato que chamou a atenção no seu depoimento, conforme também consta da transcrição, é de que, apesar de ser a Diretora Operacional, a depoente não soube a que título se deu a aquisição dos veículos da Viação Torres Ltda. pela BHLeste Transportes S/A.

A forma com que estes veículos são incorporados a BHLeste Transportes S/A afeta diretamente o operacional da empresa dentro de um Consórcio responsável pelo Transporte Público Coletivo de Passageiros o que levou a necessidade desta Comissão de se esclarecer como que se deu a mencionada aquisição. Ademais, causa espanto que a apontada como única representante legal da empresa não tenha conhecimento de elementos básicos da administração.

Em razão destas informações, a Comissão requereu à depoente, por ser a representante legal da BHLeste Transportes S/A, a apresentação do livro de transferência de ações, o contrato de locação da garagem utilizada pela BHLeste Transportes S/A, a relação de veículos operados pela empresa, com placa, chassi e nome do proprietário, a última ata de reunião do consórcio BHLeste de quando ocorreu o ingresso da empresa BHLeste Transportes S.A, o descritivo dos recebimentos do subsídio ocorridos até o corrente mês, e os Documentos Únicos de Transferência (DUT) e os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) dos 104 ônibus operados pela empresa.

A testemunha não só alegou o desconhecimento de matérias atinentes à administração da empresa, mesmo sendo a única representante legal, como em diversos momentos apontou o Sr. Nilo Júnior como o responsável de fato pela empresa.

A senhora Esther atua, na realidade, como gerente da empresa, sendo responsável pelas operações no pátio e com funcionários. Lado outro, não tem qualquer poder de decisão financeiro na empresa, não participando de processos de aquisição, não tendo autonomia para determinar investimentos, e sempre prestando

informações e acatando as decisões de Nilo Jr., demonstrando a real hierarquia dentro da BHLeste (atual Nova Vista Transportes S.A).

4.4. DO DEPOIMENTO DO SR. LUIZ FERNANDO GUEDES PASCHOALIN

Inicialmente, a Comissão convocou o Sr. Joel Maurício Paschoalin, sócio administrativo da empresa Viação Torres, que, por meio de seu advogado, Leonardo Costa Bandeira, solicitou a substituição devido à sua idade avançada. Essa solicitação foi deferida, e seu filho, Luiz Fernando Guedes Paschoalin, assumiu a responsabilidade de responder aos questionamentos da Comissão. Durante a oitiva de Luiz Fernando Guedes Paschoalin, este foi questionado sobre a saída da Viação Torres Ltda, do Consórcio BHLeste, bem como, a sua substituição pela empresa BHLeste Transportes S.A (atual Nova Vista Transportes S.A).

Segundo o depoente, a decisão de sair do consórcio foi motivada pelo aumento dos insumos sem repasse financeiro correspondente por parte da Prefeitura, pela queda no número de passageiros devido à pandemia de COVID-19 e pela concorrência crescente com aplicativos de transporte. A Viação Torres enfrentou uma crise financeira que resultou no pedido de saída do consórcio, comunicado à Prefeitura entre setembro e novembro de 2022. O depoente afirmou que a crise financeira levou à venda da participação da Viação Torres para o Sr. Rubens Lessa, líder do Consórcio BH Leste.

Sendo que, o Sr. Rubens Lessa, que teria ficado responsável por resolver a prestação de serviços junto à Prefeitura, ciente de que estava adquirindo uma empresa com dificuldades financeiras.

Além do mais, o depoente esclareceu que não se reuniu e nem teve tratativas diretamente com a empresa BHLeste Transportes S.A (atual Nova Vista Transportes S.A). <u>Afirmou que toda a participação da Viação Torres no Consórcio BH Leste foi vendida à empresa S&M Transportes, liderada por Rubens Lessa, que posteriormente negociou com a BH Leste Transportes S.A (atual Nova Vista Transportes S.A).</u>

Quando questionado sobre a propriedade de veículos ainda registrados em nome da Viação Torres mesmo após a venda, Luiz Fernando Guedes Paschoalin

explicou que alguns dos 104 veículos transferidos apresentavam pendências, como financiamentos e multas, o que impedia a transferência da propriedade. Ele afirmou que a BHLeste Transportes S/A adquiriu esses veículos com essas pendências.

O depoimento destaca que a Viação Torres Ltda. recebeu valores referentes ao subsídio de transporte no ano de 2022, com base na Lei n°11.367/2022, equivalente a cerca de 17% do montante previsto para o Consórcio BH Leste. Contudo, a empresa não recebeu subsídio relacionado à Lei n°11.538/2023.

Essa informação ressalta uma discrepância no repasse de subsídios, indicando que a BH Leste Transportes S.A. (atual Nova Vista Transportes S.A)., pode ter recebido repasses inadequados, uma vez que não houve anuência do poder concedente. A falta de subsídio em conformidade com a nova lei, juntamente com a ausência de anuência do poder concedente, pode sugerir irregularidades nos repasses financeiros à BH Leste Transportes S.A.

Essa situação levanta questões sobre a legalidade e a transparência dos processos de repasse de subsídios, bem como a conformidade com as normas estabelecidas pelas leis pertinentes. Sendo um ponto importante a ser investigado para entender melhor a gestão financeira e operacional do transporte público envolvendo a BH Leste Transportes S.A. e suas relações com o poder concedente.

Além dos diversos questionamentos levantados a partir do depoimento, restou comprovado que uma empresa que não tem sequer autorização da prefeitura para transportar passageiros, recebeu regularmente o subsídio destinado ao transporte coletivo.

4.5. DO DEPOIMENTO DO SR. JOSÉ BRAZ FERREIRA JÚNIOR

Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o administrador da empresa Coletivos Boa Vista Ltda. (atual Nova Vista Transportes S.A), Ricardo Cecílio dos Santos, foi intimado para esclarecer os motivos pelos quais sua empresa não concordou com a entrada da BHLeste Transportes S/A no Consórcio BHLeste. Por meio de seu advogado, manifestou à Comissão que não possuía as informações necessárias e solicitou sua substituição pelo Sr. José Braz Ferreira Júnior,

proprietário da Coletivos Boa Vista, por deter o conhecimento dos fatos.

Respondendo às perguntas da Comissão, o depoente afirmou ter participação apenas na Viação Anchieta e não nas empresas Viação Torres e BH Leste. Ele tomou conhecimento das dificuldades enfrentadas pela Viação Torres, e a Coletivos Boa Vista recebeu uma proposta do líder do Consórcio BH Leste, Rubens Lessa, para assumir a parte do transporte coletivo atribuída à Viação Torres. Contudo, recusaram a proposta devido aos problemas identificados no sistema de transporte coletivo.

Questionado sobre porquê teria votado contra a entrada da BH Leste no consórcio, explicou que foi por não ter tido acesso à documentação da empresa, além de entender que a Prefeitura deveria dar anuência para a substituição antes de ela ser efetivada, ressaltando que, na ocasião, o argumento dado pelo consórcio sobre a documentação foi de que a documentação da nova empresa já haviam sido conferidos pelo jurídico do grupo.

Quando questionado sobre a venda de veículos da Viação Anchieta Ltda. para a empresa BHLeste Transportes S/A, disse o depoente que sua empresa renovou a frota, retirando de circulação cerca 12 veículos adquiridos entre 2016 e 2019, que os revendeu para a BHLeste Transportes, acrescentando que os colegas empresários tiveram conhecimento da renovação da frota, explicando que o contrato com a Prefeitura exige que os veículos adquiridos sejam novos, mas não veta a venda de veículos entre empresas dentro do sistema, esclarecendo ainda que, pelo novo decreto, eles podem fazer parte do sistema de transporte coletivo desde que tenham até 12 anos de vida útil, ou seja, os ônibus que eram zero em 2016 podem estar em atividade até 2028, concordando em enviar a documentação de venda dos veículos para a comissão.

Afirmando que a Superintendência de Mobilidade Urbana (Sumob) não aceitou a entrada da BH Leste Transportes S.A, no consórcio porque a empresa não preenchia os requisitos do edital, a Comissão questionou o depoente o porquê, mesmo discordando da entrada da mesma no consórcio, vendeu veículos para a BHLeste, ao que respondeu que, embora tenha discordado da falta de apresentação de documentação da empresa ao consórcio, tendo sido vencido na questão, colocou

esses e outros ônibus à venda pela necessidade de substituição da frota.

4.6. DO DEPOIMENTO DO SR. NILO GONÇALVES SIMÃO

O Sr. Nilo Gonçalves Simão, sócio-administrador da empresa Transimão Transportes Rodoviários Ltda, foi intimado pela CPI, para prestar depoimento a título de testemunha, por ter sido mencionado em diversos depoimentos prestados à CPI Ônibus sem Qualidade, a exemplo:

7ª Reunião - 24/08/2023 -

(2:18:23)Ver.(a) Loíde Gonçalves: *Teve um veículo teve acidente não sei se foi cinquenta e cinco zero três C, ele teve aconteceu o acidente e quando ele foi para ser recolhido, ele foi encaminhado para uma outra garagem da Transimão. Existe alguma ligação aí da BH Leste com a empresa TranSimão?*

Ester das Graças: ***O senhor Nilo, Nilo Junior, é filho do dono da Transimão, a ligação é essa.***

Ver.(a) Loíde Gonçalves: *A Transimão está operalisando o nome, está usando o nome da BHLeste?*

Ester das Graças: *Não. BHLeste operalizando, a BHLeste tem o pessoal operacional dela específico, tem os funcionários contratados, tem a garagem onde ela atua, e responde pelos veículos, os 104 veículos das quais eu falei, ela operacionaliza os 914 viagens de dias úteis.*

(2:19:15) Ver.(a) Loíde Gonçalves: *E por que que este veículo foi para essa garagem? Transimão.*

(2:19:20) Ester das Graças: *Para análise da avaria. Por causa de espaço, por causa de realmente assim, de análise do acidente em si, não, aliás nem foi um acidente, esse veículo não estava em viagem. Esse veículo a motorista percebeu um problema mecânico nesse carro, ligou para garagem foi instruída parar e fazer o transbordo desses passageiros para outro ônibus, ela ficou aguardando o socorro, o socorro ao fazer a remoção desse carro por uma imperícia lá na hora, esse carro veio a bater contra o poste.*

Eu fui no local desse acidente, então assim, nós optamos por recolher esse carro para garagem da Transimão para poder fazer uma análise de como seria restaurado esse carro."

[...]

9ª Reunião - 28/08/2023

(11:06) ***Nilo Gonçalves Simão Junior:*** *Então, por volta ali de final do ano passado, eu estava, apesar de não estar mais trabalhando com meu pai, eu estava participando de uma negociação que havia entre… eu for falar em nome de pessoa física então assim por favor, se a dívida for entre empresas, não estou sendo tão preciso em termos, nos termos.*

(11:47) ***Mas eu estava fazendo uma negociação, de uma dívida que o Sr.Rubens Lessa, tinha com o meu pai,*** *uma dívida que estava já muito estressada, enfim, a dívida estava em deflow e clima estava, os ânimos não estavam muito bons. Então acabou que eu estava negociando.*

[...]

10ª Reunião - 31-08-2023:

(1:36:28) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *O senhor já fez algum negócio com a empresa do grupo Transimão?*

Fabiano Borges: *Sim, no meu retorno em 2016 eu fiz um negócio com o Sr. Nilo, na coletiva Asa Norte.*

Ver.(a) Loíde Gonçalves: *E o Sr. então já fez, já teve negócio com a empresa Transimão?*

Fabiano Borges: ***Eu adquiri os ativos da Coletiva Asa Norte, que era consorciada na época em 2016. Aí ela saiu do sistema e eu opero hoje a TransOeste com a participação deles.***

Portanto, teria o intimado potencial e significativa contribuição a prestar no processo investigativo, e embora a Comissão tenha tentado oportunizar sua oitiva, a justiça concedeu liminar, em sede de *Habeas Corpus*, impetrado por Fábio Henrique Queiroz, em favor do paciente Nilo Gonçalves Simão, conforme documento de prot. 006858/2023, que dita que o mesmo tem o direito ao silêncio em relação a questionamentos que possam resultar em auto incriminação, assim como indagações sobre seu filho, em virtude do direito de não testemunhar contra descendentes.

Porém, durante a reunião desta Comissão realizada em 09/11/2023[25], o Sr. Nilo, mesmo tendo atendido à convocação para comparecimento (conforme o

25 https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/19%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito--cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-09-11-2023

Requerimento nº 2891/2023), optou por evitar responder à maioria das perguntas, inclusive aquelas consideradas "simples e não comprometedoras" pelos membros da comissão.

A negativa em oferecer respostas sobre questões não amparadas pelo salvo-conduto concedido pelo *mandamus* se tornou deveras significativa, uma vez que prejudicou muitas das questões que a Comissão visava esclarecer com o depoente que, repita-se, não tinha o condão de incriminá-lo ou ao seu filho, levando-se a necessidade de se provocar o Poder Judiciário, por meio do órgão de representação jurídica desta Casa Legislativa Municipal, para manifestar quanto a escusa do depoente em colaborar com os trabalhos da Comissão.

Ressalta-se que as Comissões Parlamentares de Inquérito desempenham um papel fundamental ao analisar questões de interesse público, visando esclarecer fatos e responsabilizar possíveis irregularidades, e, portanto, ao se negar a esclarecer, injustificadamente, questionamentos legitimamente levantados, configura-se uma obstrução aos seus trabalhos no intuito de se esclarecer os fatos investigados e, por conseguinte, ao interesse público.

Não obstante, o depoente confirmou que tinha uma dívida pessoal com o sr. Rubens Lessa e que cedeu ao seu filho, Nilo Simão Júnior, esse crédito. Foi por meio dessa cessão, não comprovada à CPI, que o Sr. Nilo Simão Junior negociou com o Sr. Rubens Lessa sua entrada no sistema de transporte coletivo de Belo Horizonte, por meio da BH Leste Transportes S.A, atual Nova Vista Transportes S.A.

4.7. DO DEPOIMENTO SR. RUBENS LESSA CARVALHO, SÓCIO-ADMINISTRADOR DA EMPRESA S&M TRANSPORTES S.A - EMPRESA LÍDER DO CONSÓRCIO

Na 25ª Reunião realizada em 28/12/2023, o Sr. Rubens Lessa, sócio-administrador da S&M Transportes S.A, empresa líder do Consórcio BHLeste, prestou depoimento em decorrência de menções em vários testemunhos perante esta Comissão.

Durante seu depoimento, Lessa esclareceu que uma empresa não pode simplesmente decidir deixar o consórcio a qualquer momento, destacando que a

Viação Torres Ltda. procurou o consórcio para encontrar uma solução antes de oficializar sua saída em dezembro de 2022. Ele enfatizou que comunicou a decisão ao consórcio, proporcionando um mês para buscar alternativas.

Lessa também mencionou ter adquirido os ativos da Viação Torres e posteriormente vendido para a BH Leste Transporte S.A, devido a uma dívida pessoal com Nilo Gonçalves ,Simão.

Quanto à entrada da BHLeste Transportes S.A., Lessa esclareceu que não autorizou diretamente sua entrada no município, colocando a decisão em votação entre as demais empresas concessionárias, resultando em 94% de aprovação. Apesar das possíveis preocupações com conflito de interesses, ele admitiu que a dívida era de seu grupo de empresas, justificando a ação rápida para resolver a situação.

Durante o depoimento, Lessa afirmou que, na época da solicitação de anuência pela BH Leste Transportes S.A., não foi informado de que se tratava de uma empresa de prateleira. Este argumento foi contestado com base nas condições estabelecidas no edital 131/2008, que especifica requisitos, incluindo experiência prévia e capacidade técnico-operacional, requisitos não atendidos pela empresa.

Mesmo questionado sobre o contrato com uma empresa sem histórico no sistema de transporte público de Belo Horizonte, surgido por uma dívida pessoal, Lessa justificou a entrada emergencial da BHLeste Transportes S.A. para evitar a paralisação dos veículos, destacando as negociações com Nilo Simão Júnior, representante da empresa do pai.

A Comissão buscou informações sobre a negociação entre a Viação Torres S.A. e a BHLeste Transportes S.A., questionando se ocorreu por compra e venda, sucessão, doação ou pagamento. Lessa esclareceu que comprou ativos da Viação Torres S.A., incluindo veículos e participação no consórcio, transferindo-os para a BH Leste Transportes S.A.

Ao indagar sobre a relação da população com a negociação de uma dívida particular, referindo-se a informações de que a entrada da BHLeste Transportes S.A.

no consórcio ocorreu devido a uma dívida do depoente com Nilo Simão, Lessa explicou que a negociação envolveu a quitação de uma pendência, mas a Viação Torres Ltda. não tinha condições de operar a partir de janeiro de 2023.

A Comissão pediu esclarecimentos sobre a segunda transação entre o Grupo Transimão Transportes Rodoviários Ltda. e o grupo empresarial de Rubens Lessa, questionando como ocorreu juridicamente. Lessa explicou que a Transimão Transportes Rodoviários Ltda. assumiu os ativos e as dívidas, repassando-os posteriormente à BHLeste Transportes S.A.

Ao analisar a documentação apresentada pelo Sr. Rubens Lessa de Carvalho, representado por seus advogados, Documentos nº 007321/2023 à/ao Requerimento 873/2023, observa-se que trata das negociações entre as empresas do grupo do Sr. Rubens Lessa com a Viação Torres, bem como a negociação da parte com o Grupo Transimão.

O Sr. Rubens Lessa também explicou que o Consorcio Operacional Transfácil distribui o subsídio com base em critérios como frota e quilometragem, esclarecendo que a autorização para transferir o recurso da Viação Torres Ltda. para a BH Leste Transportes S.A. foi realizada internamente no consórcio.

Ou seja, o Sr. Rubens Lessa, em conjunto com SETRA e Transfácil, que segundo depoimentos de empresários do setor “são a mesma coisa”, são os responsáveis por decidir quem vai receber os repasses do subsídio e quais os valores devidos. Apesar de se tratar de um recurso de mais de meio bilhão de reais, a administração pública não tem qualquer controle ou participação nos critérios de divisão, como afirma reiteradamente o superintendente de mobilidade em um de seus depoimentos.

Com base no documento nº 007321/2023 (fls.:13) relacionado ao Requerimento 873/2023, observa-se que o subsídio, pago com dinheiro público, está sendo repassado, pelo Transfácil, à empresa BUSE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS Ltda, identificada pelo CNPJ sob nº 31.434.170/0001-08, empresa que não tem qualquer relação ou vínculo com a administração pública municipal.

Esta empresa tem como sócios administradores Felipe Lessa Carvalho Maia Teixeira, Augusto de Carvalho Ganem e Sarah Lage Lessa Carvalho, membros da família Lessa. Ou seja, não obstante o Sr. Rubens tenha afirmado que seu grupo adquiriu e depois vendeu os ativos da Viação Torres, os documentos comprovam que quem recebe a parcela do subsidio referente à participação da Viação Torres é o Grupo Saritur. Não há documento que demonstre que esses valores tem sido repassados à empresa BH Leste Transporte S.A.

A situação descrita causa perplexidade em relação a completa falta de supervisão e controle por parte da Prefeitura no processo de distribuição do subsídio. É imperiosa a profunda investigação de irregularidade na gestão de recursos públicos.

O depoimento e os documentos fornecidos geram preocupações sobre a legalidade e transparência das transações, especialmente em relação à entrada da BH Leste Transportes S.A. no consórcio. A análise mais aprofundada pelo Ministério Público parece ser crucial para esclarecer as circunstâncias e garantir conformidade com as normas legais.

No que tange ao subsídio, o depoimento de Rubens Lessa levanta sérios problemas acerca da gestão do dinheiro público e sua distribuição entre as empresas envolvidas na operação do transporte público em Belo Horizonte. A principal inquietação recai sobre a falta de fiscalização efetiva por parte da Prefeitura, destacando questões cruciais relacionadas à transparência e contabilidade na administração dos recursos públicos.

Lessa alega que o subsídio é distribuído com base em critérios como frota e quilometragem, e que a autorização para repassar o recurso entre as empresas ocorre internamente no consórcio. No entanto, a Lei 11.458/2023 prevê que a distribuição observe a quantidade de quilômetros rodados por cada empresa.

Essa situação também evidencia a forma como as empresas integrantes do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros por Ônibus agem diante da desídia da Administração Pública Municipal, uma vez que estas realizam tratativas que afetam diretamente o serviço de Transporte Público e tudo acontece sem que o

Poder Concedente exerça o seu papel de fiscalizador para garantir a operacionalidade e a qualidade mínima necessária.

A situação se torna mais alarmante quando se observa que a BH Leste Transportes S.A. (atual Nova Vista Transportes S.A) teria circulado sem a devida anuência do Poder Concedente, recebendo recursos públicos sem a devida fiscalização municipal. Isso destaca a vulnerabilidade do sistema e a necessidade urgente de uma investigação detalhada para compreender as implicações dessas transações complexas e assegurar a transparência nas operações do transporte público.

O depoimento sublinha a complexidade das transações entre diferentes empresas e grupos empresariais, reforçando a importância de uma investigação minuciosa para esclarecer possíveis irregularidades e garantir que o dinheiro público destinado ao subsídio do transporte público seja gerido de maneira transparente e eficaz. Essa abordagem é essencial para mitigar riscos de má gestão, desvios financeiros e falta de fiscalização, protegendo assim o interesse público.

Resta claro que o Senhor Rubens Lessa, utilizou o sistema de transporte coletivo municipal para negociar a quitação de dívida pessoal que detinha com o Sr. Nilo Simão (pai), aproveitando-se do controle do Consórcio BHLeste e da completa ausência de fiscalização dos valores do subsídio repassados pela prefeitura.

O consórcio realizou pagamentos regulares com recursos públicos a uma empresa que não tem qualquer vínculo com o município, a fim de financiar a operação de uma empresa clandestina, até o momento de sua posterior regularização pelo Sr. André Dantas, o mesmo que deveria fiscalizar os recursos do sistema de transportes em BH.

Dessa forma, todo o recurso público que foi destinado a essas empresas não estão legalmente respaldadas, sendo necessária a exigência da devolução integral do valor, corrigido monetariamente, bem como a apuração da responsabilidade cível e criminal das condutas na administração dos valores originários do subsídio.

5. DA SITUAÇÃO DA VIAÇÃO TORRES LTDA. ANTES DA SUA SUBSTITUIÇÃO

Como se depreende da análise dos trabalhos desta Comissão, a Viação Torres Ltda compunha o Consórcio BH Leste desde o início da licitação do edital 131/2008, sendo que, até a sua saída de fato no Consórcio, a empresa detinha a participação de 17,76%.

Porém, em depoimento a esta Comissão, o administrador da empresa, Luís Paschoalin, declarou que, devido ao aumento dos insumos sem repasse financeiro correspondente por parte da Prefeitura, pela queda no número de passageiros devido à pandemia de COVID-19 e pela concorrência crescente com aplicativos de transporte, a empresa passou por uma crise financeira que resultou na sua saída do consórcio, onde vendeu os seus ativos e operações para a S&M Transportes S/A, do Sr. Rubens Lessa.

Entretanto, antes mesmo da saída de fato do Consórcio BH Leste, a Viação Torres Ltda já era alvo de um número grande de reclamações, com veículos operando em mau estado de conservação, não raro envolvendo-se em acidentes.

Todavia, no depoimento do administrador da empresa, Sr. Luís Paschoalin, o mesmo afirma que as dificuldades financeiras que ocasionaram a sua saída de fato do consórcio em 2022 vinham desde de 2014, o que chamou a atenção desta comissão, pois significa que, mesmo aparentemente sem condições, a empresa continuou operando no sistema por mais oito anos, até a sua efetiva saída do sistema.

Tal situação não só demonstra novamente a inércia da Administração Pública Municipal em agir diante de uma situação que colocava em risco os usuários do Transporte Público Municipal, como também a irresponsabilidade, por parte dos dirigentes da mencionada empresa, de continuar a operação mesmo não tendo condições fáticas para exercê-la com os padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos.

Ainda, resta novamente demonstrada a ausência de controle da prefeitura sobre os repasses dos recursos públicos. A Administração Municipal, que deveria fiscalizar a operação e os recursos, é categórico ao afirmar que não sabe como o

dinheiro é distribuído, repassando ao consórcio o montante previsto em Lei. A partir desse momento, a prefeitura não sabe se o dinheiro público vai efetivamente para as empresas, nem quanto cada uma delas recebe.

Diante de tais fatos, sugere-se ao ilustre representante do Ministério Público que seja averiguado a responsabilidade, tanto por parte das autoridades municipais competentes à época, como também dos dirigentes da Viação Torres Ltda., na operação da referida empresa do consórcio desde o ano de 2014 até a sua efetiva saída do sistema.

6. DO AUMENTO DE CAPITAL DA EMPRESA BHLESTE TRANSPORTES S.A, ATUALMENTE DENOMINADA NOVA VISTA TRANSPORTES S/A APÓS O RECEBIMENTO DE SUBSÍDIO

A empresa BHLeste Transportes S.A teve um aumento de capital social considerável, pois à época que passou a assumir as operações que antes cabia a Viação Torres Ltda., clandestinamente sem a anuência do Poder Público, detinha um capital social de cerca de R$ 1.000,00 (mil reais), sendo que, no prazo de cinco meses, passou a deter um capital de R$3.000.000,00 (três milhões de reais), valor este desembolsado no meio do processo de substituição e já durante a operação da empresa no sistema de Belo Horizonte, sendo necessário apurar como se deu este aumento e se possivelmente contou com recursos provenientes do erário municipal.

Quanto a isso, nota-se a seguinte observação lançada às fls.:5, do processo administrativo nº01-011.242/23-89, senão vejamos:

8.3.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.3.3.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá exclusivamente em:

EDITAL	Situação BH LESTE TRANSPORTES S/A
I. cópia do ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, devidamente arquivado no registro competente, para as sociedades empresariais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos comprobatórios de eleição de seus administradores; no caso de sociedades simples, arquivo do ato constitutivo no registro competente e eventual indicação de administradores;	Em anexo, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23/12/2022, constando a eleição dos administradores e o seu Estatuto (Anexo I - "Termo de Posse"; Anexo II – Estatuto Social). Obs: capital social – R$1.000,00, mas teve aprovação emissão de debentures de 25milhoes. Objeto social: participação em outras sociedades. Filial teve como objeto prestação de serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros
II. registro comercial, no caso de empresa	Não aplicável

Em depoimento, a representante legal da empresa BHLeste Transportes S.A, a senhora Ester das Graças Ferreira Gomes, afirmou que a empresa passou a receber o subsídio desde janeiro de 2023, dinheiro este que dizia respeito à lei 11.367/2022, lei anterior ao início da operação da Empresa, o que, de certa forma, causa certa estranheza, conforme se vê:

"(2:06:08) ***Ver.(a) Bráulio Lara:*** *Pois é, a senhora disse inclusive com a relação subsídio. É a empresa BH Leste SA recebeu o subsídio nos meses de janeiro, fevereiro e março deste ano, certo?*

(2:06:18) ***Ester das Graças: Certo.***

(2:06:20) ***Ver.(a) Bráulio Lara: Pois é, esses três meses correspondiam à lei 11367/2022 (onze mil trezentos e sessenta e sete),*** *que é uma lei de 2022, onde foi aprovado o valor de duzentos e trinta e sete milhões de subsídio, a pergunta é, se é uma lei lá de trás e esses três meses eram referentes ao subsídio do outro ano, como que fica essa relação da BH Leste entrando dentro do consórcio e o consórcio já repassando o o os valores de subsídio? Como é isso?*

(2:06:50) ***Ester das Graças:*** *Dentro do consórcio foi feito um repasse da empresa Viação Torres para BH Leste. Então houve essa transição, foi aceita a BH Leste dentro do consórcio. Então, naturalmente, o que era recebido, o que era realizado pela Viação Torres foi repassado à BH Leste."* ***https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/7%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-24-08-2023***

Além do mais, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2340/2023, a Transfácil apresentou Planilha com informações sobre os repasses/pagamentos realizados mensalmente, incluindo os subsídios concedidos pela PBH.

Consta no Anexo I, valores que a "Viação Torres" percebeu mensalmente desde o mês de janeiro/2023 até agosto/2023; todavia, ocorre que, conforme relatado a essa comissão pela própria Ester das Graças Ferreira Gomes, o valor era repassado para empresa BHLeste S.A e não a Viação Torres.

Os valores recebidos pela Empresa BHLeste Transporte S.A, em vista da Lei 11.457/2023, correspondente a remuneração complementar nos meses de julho, agosto e setembro, perpassou o total de 9.665.935,56 (nove milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), conforme consta em resposta ao Requerimento de Comissão 2340/2023 à/ao

Requerimento 873/2023, anexo I.

Vejamos por amostragem o percebido pela empresa em vista da Lei 11.457/2023:

resposta ao Req. 2340-2023 - Anexo I

RECEBIMENTO LEI 11.458/2023 - REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR

NOME EMPRESA	JULHO/23	AGOSTO/23	SETEMBRO/23
BETTÂNIA ÔNIBUS LTDA	7.122.678,61	1.661.611,53	1.700.827,58
COLETIVOS SAO LUCAS LTDA	6.768.033,70	1.571.091,54	1.637.030,66
RODOPASS TRANSP. COLETIVO DE	10.532.877,98	2.322.776,07	2.427.362,46
AUTO OMNIBUS FLORAMAR LTDA	6.668.788,34	1.438.221,33	1.747.048,65
URCA AUTO ONIBUS LTDA	7.229.545,62	1.620.778,05	1.685.357,38
VIAÇÃO ANCHIETA LTDA	5.839.353,42	1.292.173,79	1.411.435,33
VIACAO CARNEIRINHOS LTDA	1.508.770,76	340.248,31	349.242,27
VIACAO GETULIO VARGAS LTDA	4.662.273,97	965.809,35	1.015.382,33
VIAÇÃO GLOBO S/A	7.523.497,82	1.575.489,46	1.581.482,73
AUTO OMNIBUS NOVA SUISSA LTDA	7.071.454,26	1.505.049,47	1.222.755,85
VIACAO PROGRESSO LTDA	6.398.155,80	1.410.130,51	1.443.167,00
VIACAO SANDRA LTDA	1.562.738,13	344.082,21	352.053,54
VIACAO SAO GERALDO LTDA	1.863.917,17	405.985,46	440.664,67
VIACAO TORRES LTDA	6.853.568,43	1.390.599,00	1.421.768,13
VIAÇÃO EUCLÁSIO LTDA	1.833.843,64	408.657,66	415.789,29

Também recebeu como receita extra tarifária, de janeiro até agosto de 2023, o montante de R$478.473,82 (quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e dois centavos). Vejamos por amostragem:

RECEITA EXTRA TARIFÁRIA - DESDE 2020

resposta ao Requerimento de Comissão 2340/2023 à/ao Requerimento 873/2023, anexo I. [...]

Nome	JANEIRO/23	FEVEREIRO/23	MARÇO/23	ABRIL/23	MAIO/23	JUNHO/23	JULHO/23	AGOSTO/23
VIACAO SAO GERALDO LTDA	12.915,62	15.722,48	18.382,03	14.348,89	19.740,55	17.820,27	13.808,18	17.721,08
VIACAO TORRES LTDA	47.275,29	52.123,45	65.418,72	56.421,01	73.132,11	67.356,20	52.642,88	64.104,16
VIAÇÃO EUCLÁSIO LTDA	12.627,63	14.145,91	18.036,37	13.579,13	19.540,93	18.627,42	14.435,46	17.449,32

Bem como, recebeu a receita tarifária, de janeiro até agosto de 2023, o valor de R$23.258.085,45 (vinte e três milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). vejamos por amostragem

RECEITA TARIFÁRIA - DESDE 2020

resposta ao Requerimento de Comissão 2340/2023 à/ao Requerimento 873/2023, anexo I.

Nome	JANEIRO/23	FEVEREIRO/23	MARÇO/23	ABRIL/23	MAIO/23	JUNHO/23	JULHO/23	AGOSTO/23
VIACAO TORRES LTDA	2.488.744,15	2.440.837,36	3.028.793,20	2.804.496,59	3.436.280,15	3.380.811,14	2.782.144,15	2.895.978,71
VIAÇÃO EUCLÁSIO LTDA	664.764,41	662.424,99	835.058,22	674.972,37	918.175,58	934.966,55	762.905,53	788.293,16
VIACAO ZURICK LTDA	2.311.336,80	2.326.318,69	2.955.099,94	2.426.644,47	3.205.855,71	3.133.706,80	2.551.358,86	2.621.704,92

Muito embora a empresa BHLeste S.A, alegue que o aumento de capital deu-se em vista de emissão de debêntures, verifica-se, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2250/2023, o Ofício nº 5/2023/CVM/SRE, por meio do Superintendente de Registro de Valores Mobiliários da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Luis Miguel R. Sono, que a Comissão de Valores Mobiliários não identificou qualquer emissão de debêntures emitida por BHLeste Transportes S/A (CNPJ: 42.603.554/0002-04), que tenha sido submetida a registro ou dispensa de registro perante a CVM.

Além do mais, verifica-se em resposta ao Req.2734/2023, conforme consta no processo administrativo nº 01-011.242/23-89, fls.:157, que a empresa BHLeste Transportes S.A, alega que liquidou no sistema bancário o líquido de crédito, passando assim a integralizar o montante de 3 milhões de reais em seu capital no mês de maio de 2023; todavia, a integralização se deu por meio de repasse entre contas pertencentes a BHLeste Transportes S/A, ou seja, repassou dela para si mesma, conforme se vê:

resposta ao Req.:2734/2023 -
Processo administrativo fls.:157

SISBR-SISTEMA DE INFORMATICA DO SICOOB
24/05/2023 - COMPROVANTE - 12:30:57
DE DEPOSITO

ORIGEM DA OPERACAO
COOP: 4092 - PAC: 36 - SICOOB NOSSACOOP
TERMINAL: 004 - TESOUREIRO
USUARIO: ZILMARAM4092_36

OPERACAO:.....02/01 - DEP. CONTA CORRENTE
NATUREZA DA OPERACAO:.....CREDITO
N. DA AUTENTICACAO:.....00004
N. DA CONTA:.....414050
CLIENTE:.....BH LESTE TRANSPORTES S.A
DEP.CHEQUE BLOQ.1D.....3000000.00
VALOR DA AUTENTICACAO:.....3.000.000.00

DADOS DO DEPOSITANTE.
NOME:.....BH LESTE TRANSPORTES S.A
CNPJ:.....42.603.554/0001-23

DADOS DO PROPRIETARIO.
NOME:.....BH LESTE TRANSPORTES S.A
CPF:.....42.603.554/0001-23

Ou seja, a empresa BHLeste Transportes S.A, obteve um aumento relevante de seu patrimônio líquido, após atuar clandestinamente por cinco meses no sistema, recebendo o subsídio sem anuência, em substituição a outra empresa.

Além disso, reitera-se que, sem operar no ano de 2022, arrecadou remuneração complementar referente à Lei n° 11.367/2022, bem como, sem a anuência do Poder Concedente, recebeu subsídio referente a Lei 11.457/2023, assim

como recebeu receita tarifária e extra tarifária nesse ínterim.

Uma vez que não possuía capital social suficiente para ingressar no sistema quando do momento da sua solicitação, percebe-se que a empresa só integralizou esse capital quando lhe fora questionado sobre a sua capacidade econômico-financeira no decurso do processo administrativo, sendo que, conforme se extrai do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, a comprovação deve ser feita no momento em que se solicita o seu ingresso no sistema, para que se comprove a sua capacidade de operação.

Diante de tais fatos, é necessário o encaminhamento desse relatório ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, assim como ao Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, para que seja analisada a documentação relativa à qualificação econômico-financeira da empresa BHLeste Transportes S.A., conforme as exigências estabelecidas nos itens 8.3.6.3 e 8.3.6.1. inciso I e III, do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, bem como o seu incremento de capital após ingresso no sistema de transporte, por meio do recebimento de receita, sem anuência do Poder Concedente.

6.1. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº01-011.242/23-89 E DA ATUAÇÃO DA CONTADORA CELI BASSI

Chama a atenção os documentos apresentados pela contadora da empresa no âmbito do processo administrativo 01-011.242/23-89, motivo pelo qual, faz necessário esclarecer as ações da Senhora Celi Bassi inscrita no CRC sob o número 107.830, no supracitado processo administrativo, que trata da concessão de anuência da empresa BHLeste para operar no sistema de transporte público coletivo de passageiros na capital.

Ao pretender demonstrar a capacidade econômico-financeira da Empresa BHLeste Transportes S/A, no que diz respeito às suas demonstrações contábeis,a contadora da empresa, Celi Bassi, apresenta um demonstrativo, quando da entrada do requerimento perante a Superintendência de Mobilidade para assumir o lugar da Viação Torres Ltda., atestando que a empresa perfaz os índices de liquidez geral (ILG) e liquidez contábil (LC), exigidos no Edital de Concorrência Pública nº 131/2008 para

que a empresa possa assumir a operação do Transporte Coletivo (fl. 10).

No entanto, não apresentou a documentação e as memórias de cálculo de forma a sustentar o referido demonstrativo, fato esse verificado pela Diretoria Jurídica da SUMOB, no Parecer Jurídico DJUR/MOB 12/2023, juntado aos autos do referido Processo (fls. 22-25), que foi seguido pelo Ofício SUMOB/SETRA nº 169/2023 (fls. 28-29), onde se exigiu, dentre os documentos para comprovar a sua qualificação, declaração contábil atestando a capacidade econômico-financeira da empresa para o cumprimento das obrigações perante o consórcio.

Após a apresentação de declaração de solvência por parte da BHLeste Transportes S/A, assinada pela Diretora Operacional, Sra. Ester das Graças Ferreira Gomes, e pela contadora, Sra. Celi Bassi (fl. 61), da Ata da Assembleia Geral da Companhia, que alterou o Estatuto Social autorizando a emissão de debêntures (fls. 70-74) e do Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures conversíveis em ações (fls. 75), bem como outras alterações de seus atos constitutivos, apresentou ainda termo de esclarecimentos (fls. 88-94) reiterando a solicitação de anuência, baseando-se nos referido demonstrativo e na emissão de debêntures para atestar a sua capacidade econômico-financeira.

Posteriormente, no Ofício SUMOB/DJUR/GAB-MOB nº 025/2023, datado de 14/06/2023, a Diretoria Jurídica da SUMOB (fls.105-106), informou que, diante das informações complementares apresentadas pela empresa por meio do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - SETRABH, não estava convencida que a empresa BHLeste Transportes S/A atendesse os requisitos econômicos exigidos pelo Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, devido a insuficiência de dados necessários para atender aos requisitos para a habilitação, uma vez que não foi comprovada por meio de profissional técnico habilitado a liquidez e a capacidade econômico-financeira com vistas a garantir o cumprimento das obrigações no mencionado edital.

Em seguida, foi realizada uma reunião na Sede da SUMOB no dia 20 de junho de 2023, que contou com a participação do Superintendente, Sr. André Dantas, da Diretora Jurídica, Dra. Patrícia Rito, Milton Caires pela Contadoria-Geral do Município, Ana Carolina e Raul Lycurgo pelo SETRABH e dois senhores identificados apenas

como “Rômulo” e “Nilo” pela BHLeste Transportes S/A, conforme consta da Ata da Reunião (fls. 107/108), onde fora sugerido pelo Sr. André Dantas, que fosse apresentada nova documentação que eliminasse qualquer dúvida sobre o atendimento das condições contratuais por parte da BHLeste Transportes S/A.

Em sequência a mencionada reunião, foi apresentado pelo SETRABH parecer de avaliação, por parte da empresa de Assessoria e Consultoria Fiscal e Contábil JCM Consultores (fls. 126-128), do atendimento dos índices de liquidez exigidos pelo Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, sendo que a referida empresa concluiu pelo cumprimento, por parte da BHLeste Transportes S/A, dos índices de liquidez geral (ILG) e liquidez contábil (LC), exigidos no Edital, com base nos demonstrativos de balanço apresentados pela contadora Celi Bassi, além da Ata de Assembleia Geral da BHLeste Transportes S/A que aumentou o seu capital social (fls. 121-125) bem como esclarecimentos adicionais.

Todavia, no Ofício SUMOB/SETRABH nº 342/2023, de 08/08/2023 (fl. 138), em razão não ter obtido evidências robustas que trouxessem a SUMOB a tranquilidade para reconhecer a viabilidade financeira da BHLeste Transportes S/A para o ingresso no Sistema de Transporte Público, e considerando que dos documentos contábeis exigidos pela SUMOB, à BHLeste Transportes S/A não demonstrarem a subscrição de capital social suficiente para atender o disposto no Edital nº 131/2008, bem como, o seu balancete contábil mensal, o que tornava inexistente, portanto, informações concretas sobre a totalidade do ativo, passivo e receitas adquiridas pela empresa ao longo de sua instituição, indeferiu inicialmente o pedido de integração da BHLeste Transportes S/A no Consórcio BH Leste.

Diante deste indeferimento, a SETRABH apresentou pedido de reconsideração do indeferimento, acompanhado do demonstrativo mensal da BHLeste Transportes S/A referentes a 31/05/2023 e 30/06/2023, totalizando um ativo de R$ 8.571.572,00 (oito milhões quinhentos e setenta e um mil quinhentos e setenta e dois reais) e de R$ 8.717.080 (oito milhões setecentos e dezessete mil e oitenta reais) e receita líquida total de R$ 14.626.043,00 (quatorze milhões seiscentos e vinte e seis mil e quarenta e três reais) e de R$ 17.778.087 (dezessete milhões setecentos e setenta e oito mil e oitenta e sete reais) respectivamente (fl. 176), comprovante de

depósito da BHLeste para si mesma de R$ 3.001.000,00 (três milhões e mil reais) no intuito de comprovar a integralização do capital social (fl. 157) além de alterações contratuais da Viação Torres Ltda., tendo a SUMOB posteriormente notificado formalmente o Consórcio BH Leste pelo fato da BHLeste Transportes S/A estar operando naquele momento no lugar da Viação Torres Ltda. sem a anuência do Poder Concedente (fls. 174-176).

Em razão da notificação, a SETRABH reiterou o pedido de reconsideração e a concessão da anuência, justificando ser do interesse público a referida concessão (fls. 180-181), seguido da apresentação, por parte da Transfácil, dos demonstrativos de distribuição da remuneração complementar as empresas dos Consórcios responsáveis pela operacionalização do Transporte Público, além da sua última alteração contratual consolidada.

Por fim, o Sr. André Dantas, no ofício SUMOB/PGM nº 490/2023 (fl. 217) encaminhou à Procuradoria-Geral do Município os autos do mencionado processo para avaliação final, só que, desta vez, afirma que a BHLeste Transportes S/A cumpriu os requisitos do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira, sendo que, justamente em razão do fato do Sr. André Dantas, Superintendente da SUMOB, ter atestado a capacidade da empresa, a Procuradoria-Geral do Município manifestou favorável à concessão em definitivo da anuência, o que foi realizado em seguida pela SUMOB.

Todavia, como se percebe do desenrolar dos fatos, o Sr. André Dantas baseou-se em demonstrativos que não deveriam ter sido levados em conta no momento da anuência, uma vez que, o referido Edital é taxativo em determinar que a empresa que pretende substituir outra no consórcio deve comprovar a sua capacidade no momento em que a substituição foi solicitada, o que não foi feito pela BHLeste Transportes S/A, pois o balancete contábil apenas fora apresentado meses depois, após terem solicitado a anuência da SUMOB. Vale ressaltar, que o valores apresentados são valores relativos a operação de serviço público de Transporte Público sem a devida anuência da SUMOB para realização do serviços naquele dado momento.

A senhora Celi Bassi, no processo administrativo 01-011.242/23-89, às fls 15,

assina um documento que reflete as demonstrações contábeis da Empresa BHLeste em 31 de dezembro de 2022. Neste documento consta no campo "caixa e equivalente de caixa" o valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) no ano de 2022.

No entanto, extrai-se de depoimentos prestados a essa CPI, bem como o documento de fls 157, do referido processo administrativo, que esse valor de R$ 3 milhões de reais só foi integralizado no ano de 2023. Vejamos por amostragem:

resposta ao Req.:2734/2023 -
Processo administrativo fls.:157

SISBR-SISTEMA DE INFORMATICA DO SICOOB
24/05/2023 - COMPROVANTE - 12:30:57
DE DEPOSITO

ORIGEM DA OPERACAO
COOP: 4092 - PAC: 36 - SICOOB NOSSACOOP
TERMINAL: 004 - TESOUREIRO
USUARIO: ZILMARAM4092_36

OPERACAO:.....02/01 - DEP. CONTA CORRENTE
NATUREZA DA OPERACAO:.....CREDITO
N. DA AUTENTICACAO:.....00004
N. DA CONTA:.....414050
CLIENTE:.....BH LESTE TRANSPORTES S.A
DEP.CHEQUE BLOQ.1D.....3000000.00
VALOR DA AUTENTICACAO:.....3.000.000.00

DADOS DO DEPOSITANTE.
NOME:.....BH LESTE TRANSPORTES S.A
CNPJ:.....42.603.554/0001-23

DADOS DO PROPRIETARIO.
NOME:.....BH LESTE TRANSPORTES S.A
CPF:.....42.603.554/0001-23

Como uma empresa que foi aberta em 23/12/2022 com o capital social de R$ 1.000,00, movimentou 3 milhões de reais neste mesmo ano? Se a documentação demonstra que esse valor só foi integralizado em 2023, resta claro a falsidade do documento assinado por Celi Bassi no processo administrativo, pretendendo induzir a erro a administração municipal, atestando valores inexistentes em caixa e equivalente de caixa, de uma empresa que só existia há 8 dias no fim do ano de 2022.

Dessa forma, deve-se ser averiguado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, assim como pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, qual foi a origem do montante apresentado – R$ 3 milhões de reais - que, teoricamente, já integravam o caixa da empresa BHLeste em 2022, como apresentado pela Sra Celi Bassi, bem como eventual falsificação de dados no balancete do ano de 2022, e no processo administrativo 01-011.242/23-89, fls.:10.

7. DA ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DA EMPRESA VIAÇÃO TORRES LTDA NO CONSÓRCIO BH LESTE

O Edital de Concorrência Pública nº 131/2008 estabelece condições específicas para a participação, como a apresentação, na habilitação jurídica (8.3.3), de documentos referentes à constituição da empresa, como o ato constitutivo, registro comercial ou decreto de autorização, conforme necessário; na regularidade fiscal (8.3.4), prova do CGC, inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, além de regularidade do FGTS; na habilitação técnica (8.3.5), **atestado de desempenho anterior na prestação de serviço de transporte** com, no mínimo, 100 veículos em operação diária, declaração da frota necessária, indicação de responsável técnico, atestado do responsável técnico com **desempenho anterior na prestação de serviço** com, no mínimo, 100 veículos em operação diária, declaração de compromisso de contratação de pessoal necessário e declaração de imóvel para instalação de garagem; e, finalmente, na qualificação econômico-financeira (8.3.6), balanço patrimonial, certidão negativa de falência ou recuperação judicial e comprovação de patrimônio líquido mínimo de 0,3% do valor do contrato da RTS para a qual propôs a oferta.

Essa questão específica é ainda mais minuciosamente abordada pela cláusula 8.3.6.4, a qual estipula claramente que ""*no caso de consórcio licitante, o valor do patrimônio líquido mínimo deverá ser calculado por meio da soma dos patrimônios líquidos das empresas dele integrantes, observada a proporção da participação de cada empresa no capital do respectivo consórcio*" (g.n.)

Diante das denúncias sobre a substituição da empresa Viação Torres dentro do Consórcio concessionária BHLeste, a Câmara Municipal de Belo Horizonte, requisitou, através do Requerimento de Comissão nº 377/2023, informações ao Poder Público nos seguintes termos: se houve consulta prévia para que essa alteração societária fosse realizada; se houve autorização para a transação, e, em caso positivo, que fossem enviados os documentos comprobatórios da saúde financeira da empresa adquirente.

A resposta do Poder Público indicou que o SETRA - Sindicato das Empresas

de Transporte de Passageiros, encaminhou um pedido de retirada da empresa Viação Torres e inclusão da empresa BHLeste Transportes S.A, atualmente denominada Nova Vista Transportes S/A, ao Consórcio BH Leste. A documentação requerida para fundamentar essa alteração foi solicitada pela Câmara Municipal, considerando a cláusula 14.4, X do contrato de concessão.

Em resposta, a SUMOB - Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, informou que o pedido estava em análise e seria publicado no Diário Oficial do Município após a conclusão da análise do pedido; entretanto, ao analisar a documentação enviada, a SUMOB indeferiu a integração da empresa BHLeste Transportes no Consórcio BH Leste devido a falta de preenchimento dos requisitos financeiros/contábeis para garantir sua viabilidade econômica.

A Câmara Municipal, diante das inconsistências, instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a qualidade do serviço de transporte coletivo, especialmente das empresas Transoeste e BH Leste, que substituíram a Viação Torres.

A SUMOB reafirmou, em um ofício posterior, que a BH Leste não atendia aos requisitos financeiros/contábeis do edital, enfatizando a necessidade do patrimônio líquido mínimo.

Em depoimento na CPI, o Sr. Nilo Simão Júnior, único acionista e controlador da empresa BHLeste Transportes S.A, admitiu ter adquirido uma empresa de prateleira, realizado alterações no quadro societário, e seguindo recomendação da SUMOB, para adequação do patrimônio, emitiu debêntures e assim, buscar anuência para atrair outros investimentos.

O Sr. Nilo Simão Junior, acrescentou que assumiu integralmente a empresa, incluindo frota, pessoal e propriedades desde o primeiro dia de 2023. Ele destacou que, a partir desse momento, começou a receber as parcelas do subsídio municipal estabelecido pela Lei 11.458/2023. Salientou que esse subsídio desempenha um papel crucial no financiamento da operação da empresa.

Ou seja, no momento em que se solicitou o ingresso no sistema, no lugar da Viação Torres, a mesma não possuía capital social suficiente e nem experiência para

operar o Transporte Público, uma vez que sequer existia antes da solicitação.

A priori, é viável a realização de substituição de empresas concessionárias dentro do consórcio, desde que o Poder Concedente consinta e o requerente satisfaça as exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal essenciais para assumir a responsabilidade pelo serviço, comprometendo-se a cumprir todas as disposições contratuais.

Para tanto, no caso em comento, deve se observar o que dispõe a Lei Federal nº 8.987/95, que trata das concessões outorgadas pelo Poder Público, combinado com que estabelece o Edital de Concorrência Pública nº 131/2008 sobre a possibilidade da substituição

*"**Art. 27.** A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.*

***§ 1º** Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:*

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor."

[...]

*"**Cláusula 28** – DA TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO E DO CONTROLE SOCIETÁRIO DA CONCESSIONÁRIA*

***28.1** A transferência do CONTRATO ou do controle societário da CONCESSIONÁRIA sem prévia anuência do PODER CONCEDENTE implicará a caducidade da CONCESSÃO.*

***28.5** Dependerá também de autorização prévia do PODER CONCEDENTE a alteração da composição da consórcio formador da CONCESSIONÁRIA, observados os requisitos da subcláusula 28.2"*

Ou seja, há possibilidade da transferência, desde que cumpridos os pré-requisitos na constituição de participação ao Consórcio, caso a empresa efetue a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária, **sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão, nos**

termos do artigo 27 da Lei 8.987/95.

Dessa forma, como o processo de substituição da empresa Viação Torres pela empresa BHLeste Transportes S.A no Consórcio concessionária BH Leste, foi implementado durante aproximadamente 10 meses sem a anuência do Poder Concedente, restaria como consequência a caducidade da concessão, fato este que não ocorreu, conforme resultado final do processo administrativo nº01-011.242/23-89.

7.1. DO SISTEMÁTICO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 131/2008

A Comissão durante seus trabalhos procurou esclarecer sobre a experiência prévia da empresa para comprovar o "desempenho anterior na prestação de serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus, pertinente com o objeto da licitação, com, no mínimo, 100 (cem) veículos em operação por dia", além da capacidade técnico-operacional conforme estabelecido no item 8.3.5.1, I e IV do edital.

O depoimento e os documentos de constituição deixaram evidente e incontestável que a empresa nunca atendeu a esse requisito, uma vez que foi adquirida em 23/12/2022 e iniciou as operações em 01/01/2023. Ou seja, não há experiência anterior no transporte público uma vez que sequer existia, tendo sido constituída inicialmente com o fim de “venda de CNPJ”. Ademais, o fato de nunca ter operado coaduna com a inexistência de patrimônio já que a empresa nunca auferiu receita e seu capital social integralizado era de apenas R$ 1.000,00 (mil reais).

O depoimento da representante legal da empresa confirmou ausência de capacidade técnica:

“7ª REUNIÃO

(1:06:34) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Quando que a empresa começou a atuar no ramo do transporte? A empresa BH Leste?

(1:06:38) Ester das Graças: Operacional que eu posso responder, início de janeiro. Quando eu falo que eu posso responder, é lembrança e capacidade.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: No início de janeiro?

Ester das Graças: Sim."

Além do mais, conforme demonstrado anteriormente, houve clara ausência da qualificação econômico-financeira da empresa BHLeste Transportes S.A., não observando os 8.3.6.3 e 8.3.6.1. inciso I e III, do edital 131/2008, uma vez que, o capital da mesma, foi aumentando no decorrer do processo administrativo 01-011.242/23-89, ou seja, após o seu ingresso no sistema.

A anuência posterior ignorou os impedimentos levantados pela própria Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, além de reproduzir afirmação contrária a inúmeros depoimentos já prestados a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

No momento em que a empresa BHLeste Transportes S/A assumiu *de facto* as operações da Viação Torres Ltda não possuía condições jurídicas de substituir a Viação Torres Ltda. no Consórcio BH Leste, tendo em vista que em caso de substituição de quaisquer das empresas no Consórcio, a empresa substituinte deve comprovar que atende os requisitos operacionais estabelecidos no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus, considerando o que prevê o Art. 27 da Lei Federal nº 8.987/95, que rege as concessões, *in verbis:*

> *Art. 27. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.*
>
> *§ 1º Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá: (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.196, de 2005)*
>
> *I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço;*
>
> *II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.*

Em razão disso, a Cláusula 28 do referido Contrato de Concessão ratifica a exigência estabelecida pela mencionada lei, especificando na subcláusula 28.4 que a alteração da composição do consórcio formador da concessionária, isto é, a mudança das empresas que integram o consórcio, deverá comprovar perante ao Poder Concedente os requisitos mencionados na subcláusula 28.2, ou seja, a de atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço e de comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Tendo em vista a mencionada cláusula, no momento em que a BHLeste Transportes S/A substituiu a Viação Torres Ltda. no Consórcio BH Leste, deveria ter, de acordo com o item 8.3.6.1, V, do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, comprovação de Patrimônio Líquido equivalente a sua quota-parte do Consórcio, ou seja, 17,76% (dezessete vírgula setenta e seis por cento) dos 0,3% (zero vírgula três por cento) exigidos ao Consórcio BH Leste do valor da RTS 2, fixado em R$ 4.807.591.621,42 (quatro bilhões oitocentos e sete milhões quinhentos e noventa e um mil seiscentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos), o que daria o valor de R$ 2.561.484,82 (dois milhões quinhentos e sessenta e um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Diante disso, percebe-se que a empresa BHLeste Transportes S/A, atualmente denominada Nova Vista Transportes S/A não cumpriu a exigência elencada no item 8.3.6.1, V, do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, e, em razão disso, não deveria a referida empresa ter sido declarada apta pela SUMOB a substituir a Viação Torres Ltda. no Consórcio BH Leste.

8. DA AUSÊNCIA DA ANUÊNCIA DO PODER CONCEDENTE

Primeiramente, a operação de transporte público sem a devida anuência do Poder Concedente é uma prática irregular e pode acarretar diversas consequências, tanto para a empresa envolvida quanto para o serviço de transporte em si. Na prática, não existe diferença legal entre os ônibus clandestinos da BHLeste e um perueiro que realiza transporte irregular. Pelo contrário, o transporte clandestino por ônibus foi financiado com dinheiro público.

Vamos explorar alguns pontos relacionados a essa situação:

Irregularidade e Penalidades: A operação sem anuência do Poder Concedente é considerada uma irregularidade e pode resultar em penalidades legais para a empresa envolvida. Isso pode incluir multas, suspensão da atividade e até mesmo a cassação da concessão, dependendo da gravidade da infração.

Riscos para a Segurança e Qualidade do Serviço: A ausência de supervisão do Poder Concedente pode levar a riscos para a segurança dos passageiros e para a qualidade do serviço. A fiscalização e regulamentação são essenciais para garantir que os veículos atendam a padrões de segurança, manutenção e qualidade de serviço.

Concorrência Desleal: Empresas que operam sem anuência podem criar uma situação de concorrência desleal em relação às empresas que seguem as regras estabelecidas pelo Poder Concedente. Isso prejudica a concorrência justa e pode impactar negativamente a qualidade do serviço oferecido aos passageiros.

Desconfiança da Comunidade e dos Usuários: A comunidade e os usuários do transporte público podem perder a confiança no sistema se souberem que algumas empresas estão operando de forma irregular. Isso pode resultar em uma má reputação para o setor como um todo, prejudicando a aceitação e a eficiência do transporte público.

Importância da Regularização: É crucial que empresas que desejam operar no setor de transporte público busquem a regularização junto ao Poder Concedente. Isso envolve a obtenção de autorizações, a assinatura de contratos de concessão e o cumprimento de todas as normas e regulamentações estabelecidas pelas autoridades competentes.

Em conclusão, a operação de transporte público sem anuência do Poder Concedente não apenas é ilegal, mas também representa uma ameaça à segurança, qualidade e confiança no sistema de transporte público. A regularização e o cumprimento das normas estabelecidas são fundamentais para garantir a eficiência e a integridade desse serviço essencial à comunidade.

O gestor municipal responsável, ciente que a operação clandestina representava mais de 17% das operações da Concessionária, foi inerte. Ao contrário, realizou reuniões com os responsáveis para tentar adequar, a posteriori, a empresa clandestina às exigências da Lei, enquanto transportava passageiros em condições degradantes e recebia dinheiro do município para isso.

8.1. DA AUSÊNCIA DE EXPERIÊNCIA E OS IMPACTOS SOCIAIS

É crucial destacar que o edital estabelece, de forma incontestável, a exigência de que a empresa participante do consórcio demonstre experiência prévia em operações de transporte com um mínimo de cem ônibus diários.

A BH Leste Transportes S/A, sem sombra de dúvida, não atende a esse requisito, uma vez que, antes de 01/01/2023, jamais havia realizado qualquer serviço de transporte público, incluindo essa atividade em seu escopo apenas em 23/12/2022. Conforme a própria representante Legal, confessou em depoimento pessoal a esta CPI, vejamos:

"(1:06:09) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *A senhora poderia me informar se a empresa já atuou no ramo de transportes, antes de se integrar ao consórcio?*

(1:06:15) ***Ester das Graças:*** *Não. A BH Leste Transportes não.*

*(1:06:21)****Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *Ela nunca atou? A empresa BHLeste Transporte.*

(1:06:27) ***Ester das Graças:*** *Não.*

(1:06:29) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *Nunca atuou neste ramo?*

(1:06:31) ***Ester das Graças:*** *Que eu tenha conhecimento não senhora.*

(1:06:34) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *Quando que a empresa começou a atuar no ramo do transporte? A empresa BH Leste?*

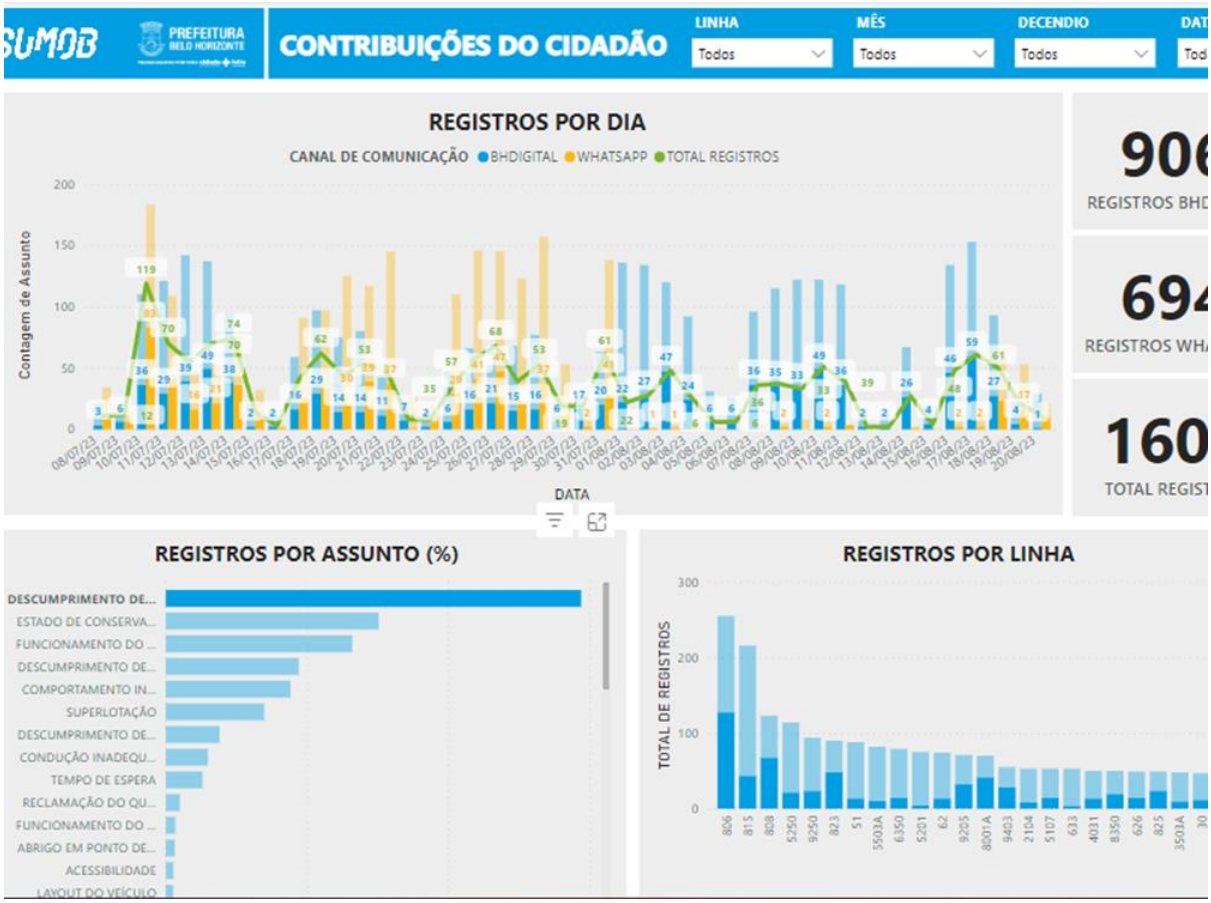
(1:06:38) ***Ester das Graças:*** *Operacional que eu posso responder, início de janeiro. Quando eu falo que eu posso responder, é lembrança e capacidade.*

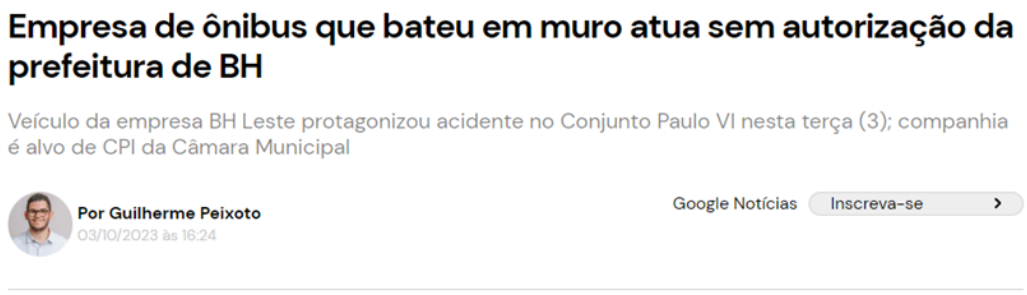
Ver.(a) Loíde Gonçalves: *No início de janeiro?*

Ester das Graças: *Sim."****https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%***

B5es/7%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-24-08-2023

A falta de experiência da empresa BHLeste Transporte dentro do Transporte Público trouxe consequências drásticas a sociedade, observados na precariedade dos veículos e a baixa qualidade da prestação dos serviços. Desde que assumiu a operação, a empresa tem acumulado acidentes e se posicionou como a segunda colocada no ranking de reclamações dos usuários do transporte coletivo[26]:





26 https://prefeitura.pbh.gov.br/sumob/maisonibus

(https://www.itatiaia.com.br/editorias/politica/2023/10/03/bh-onibus-que-bateu-em-muro-pertence-a-viacao-que-atua-sem-autorizacao-da-prefeitura)

Vídeo: ônibus perde freio, atinge poste e muro de escola em Belo Horizonte

Veículo estaria aguardando reparo dos mecânicos desde a manhã, mas funcionários só chegaram no início da tarde; motorista teve ferimentos leves

Por Gustavo Cícero
20/05/2023 às 15:09

Google Notícias Inscreva-se

(https://www.itatiaia.com.br/editorias/cidades/2023/05/20/video-onibus perde-freio-atinge-poste-e-muro-de-escola-em-belo-horizonte)

BAIRRO GOIÂNIA

Em 5º acidente com ônibus em 2 dias em BH, coletivo bate em poste e em escola

Também neste sábado, um Move atropelou uma adolescente em frente à UFMG

Por **Lucas Gomes** Publicado em **20 de maio de 2023 | 14h01** - Atualizado em **24 de maio de 2023 | 13h38**

(https://www.otempo.com.br/cidades/em-5-acidente-com-onibus-em-2-dias-em-bh-coletivo-bate-em-poste-e-em-escola-1.2872899)

TRANSPORTE PÚBLICO

Linha 815 tem 3º acidente em menos de um mês, e PBH diz que irá fiscalizá-la

Ônibus é o segundo da capital com o maior número de reclamações de usuários

Por **Isabela Abalen** Publicado em **15 de outubro de 2023 | 15h43** - Atualizado em **15 de outubro de 2023 | 18h17**

(Linha 815 tem 3º acidente em menos de um mês, e PBH diz que irá fiscalizá-la | O TEMPO)

SUSTO

Ônibus do Move pega fogo na avenida Cristiano Machado em BH

O incidente foi próximo a esquina da rua Jacuí, no sentido Centro

Por **Raíssa Oliveira** Publicado em **17 de agosto de 2023 | 09h01** - Atualizado em **17 de agosto de 2023 | 10h50**

(https://www.otempo.com.br/cidades/onibus-do-move-pega-fogo-na-avenida-cristiano-machado-em-bh-1.3177404)

Prefeitura de BH nega autorização para BH Leste operar linhas de ônibus

Mesmo sem autorização legal, empresa já vinha atuando em substituição à Viação Torres

Por Luis Otávio Peçanha, Pedro Augusto Figueiredo, Guilherme Peixoto
14/08/2023 às 20:53

Google Notícias Inscreva-se

(https://www.itatiaia.com.br/editorias/politica/2023/08/14/prefeitura-de-bh-nega-autorizacao-para-bh-leste-operar-linhas-de-onibus)

Estarrecedora, no entanto, a manifestação do Superintendente de Mobilidade, senhor André Dantas, que entendeu que a empresa teria de fato capacidade técnica para operar. No documento que assina para conceder a anuência para a empresa BHLeste, se manifesta nos seguintes termos:

“O garantidor do capital social da Empresa BHLeste S/A é empresário do setor de transportes metropolitano de Minas Gerais, possuindo expertise profissional para atuação em favor do sistema de Transporte Público do Município”.

Ou seja, o superintendente assina um documento público dizendo que, como o acionista da empresa já trabalhou com transporte, a empresa na qual ele compra ações também teria capacidade técnica em transporte de passageiros.

Se o Sr. Nilo Simão Júnior possuir ações da empresa Petrbrás S/A, estaria ela apta a operar o sistema de transporte coletivo de passageiros em uma capital como Belo Horizonte? Parece óbvio que não, mas é o que afirma a SUMOB, por meio de Andre Dantas, no documento que concede a anuência. Isso claro, reflete no

número de acidentes e reclamações contra a empresa, que figura como a campeã de reclamações.

Resta claro que a ação extrapola qualquer limite interpretativo, e viola frontalmente as exigências de experiência prévia determinadas pelo edital de concessão,

Portanto, sugere-se ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para que verifique a extensão da conduta negligente e da omissão por parte da SUMOB, ao permitir que a empresa operasse por 10 meses sem a devida anuência do Poder Concedente, e sem atender as exigências mínimas de comprovação de capacidade técnica.

9. DA OPERAÇÃO DA EMPRESA TRANSOESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA.

De acordo com a 3ª Alteração Contratual do Contrato de Constituição do Consórcio Dez, a empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda. é responsável, *per se,* por 9,01% (nove inteiros e um centésimo por cento) de participação no referido consórcio, responsável pelas linhas da região do Barreiro e adjacências, tendo a sétima maior participação dentre as dez que a integram o Consórcio Dez.

Todavia, conforme consta em seu quadro social, os mesmos sócios da TransOeste Transportes Urbanos Ltda. também detém a Viação Paraense Ltda., que é responsável, *per se,* por 10,86% (dez inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) do Consórcio Dez, fazendo com que a TransOeste Transportes Urbanos Ltda. tenha *de facto* uma participação de 19,87% (dezenove inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) no referido consórcio, uma vez que ambas têm a mesma sede e quadro societário além do seu representante em oitiva nesta Comissão ter confirmado que a TransOeste é a responsável por operar as 26 linhas que caberia a ambas as empresas, tornando-a a maior empresa no Consórcio.

9.1. DOS DESAFIOS NA QUALIDADE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO POR PARTE DA TRANS OESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA.

Na esfera específica, a companhia Transoeste Transportes Urbanos Ltda.

tem sido alvo de críticas contundentes referentes à qualidade de seus ônibus, refletindo em problemas persistentes que vão desde a manutenção inadequada até questões relacionadas ao conforto, atrasos e higiene.

Por esse motivo, foi iniciada a instauração da atual Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Ônibus Sem Qualidade, com o propósito de investigar o considerável número de reclamações e avaliar a qualidade dos serviços oferecidos pela mencionada empresa.

Um dos fundamentos essenciais para a operação eficaz de qualquer frota de ônibus é a manutenção adequada dos veículos. Contudo, diversas queixas dos usuários da Transoeste ressaltam a negligência nesse aspecto. Falhas mecânicas frequentes, muitas vezes atribuídas à falta de manutenção preventiva, resultam em transtornos e ameaçam a segurança dos passageiros.

A experiência do passageiro vai além do mero deslocamento. Os assentos nos ônibus desempenham um papel crucial no conforto dos usuários. Lamentavelmente, a Transoeste tem sido alvo de críticas devido ao desconforto persistente em seus assentos, prejudicando a qualidade da viagem e gerando insatisfação entre os passageiros.

Adicionalmente, a pontualidade é um elemento fundamental do transporte público eficiente. Entretanto, relatos consistentes de atrasos nos horários programados de partida e chegada têm sido uma característica marcante dos serviços prestados pela Transoeste. Essa falta de pontualidade afeta diretamente a rotina dos passageiros, causando inconvenientes e comprometendo a confiabilidade do sistema.

Além disso, a preocupação com a higiene ganha destaque no contexto do transporte público, especialmente em tempos de preocupações sanitárias globais. Muitos passageiros têm expressado descontentamento com as condições gerais de higiene nos ônibus da Transoeste, desde a limpeza insuficiente até a ausência de medidas preventivas para salvaguardar a saúde dos usuários.

Dessa forma, a Transoeste Transportes Urbanos Ltda. enfrenta desafios

consideráveis no que diz respeito à manutenção, conforto, pontualidade e higiene de seus ônibus. Resolver essas questões é crucial não apenas para atender às expectativas dos usuários, mas também para contribuir para uma experiência de transporte público mais segura, eficiente e satisfatória para toda a comunidade. A conscientização, fiscalização por parte do Poder Concedente e a implementação de ações corretivas são essenciais para superar esses desafios e elevar os padrões de qualidade oferecidos pela empresa.

9.2. DA IDADE AVANÇADA DA FROTA DA TRANS OESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA.

Uma frota de ônibus com idade média avançada pode apresentar diversos desafios e impactos, tanto em termos operacionais quanto em relação à experiência dos passageiros. A idade média da frota refere-se à média de anos de serviço dos veículos que a compõem. Quando essa média é alta, significa que a frota é composta por ônibus mais antigos.

Durante uma Visita Técnica realizada por integrantes da Comissão - CPI Ônibus sem qualidade, realizada em 9 de agosto de 2023, na sede da TransOeste, com o propósito de conduzir uma análise in loco, o representante da empresa confirmou que a idade média da frota é consideravelmente avançada, situando-se em torno de 7,5 anos. Esse valor é superior à idade média da frota nacional, que é de aproximadamente 6 anos e 4 meses, conforme dados do último anuário da Associação Nacional das Empresas do Transporte Urbano (NTU). Vale ressaltar que a própria Associação considera a média nacional significativamente acima do ideal.

Em virtude da idade avançada da frota da empresa, a Comissão, durante a mencionada visita, constatou que 13 dos 98 veículos operados pela TransOeste estavam em manutenção para reparos corretivos. Alguns desses veículos, conforme informado aos membros da Comissão durante a visita, já estavam em manutenção há algum tempo. O Sr. Fabiano, representante da empresa, admitiu que o fato desses e de outros veículos passarem constantemente por manutenção era resultado da idade avançada da frota. Ele expressou a intenção de iniciar o processo de renovação da frota com base no atual subsídio concedido ao Transporte Convencional.

Como consequência da idade avançada da frota da empresa, a mesma vem se tornando uma das líderes de reclamação perante a SUMOB - Superintendência de Mobilidade de Belo Horizonte, fato este ressaltado pelo Sr. José Márcio, representante da CRTT - Comissão Regional de Trânsito e Transportes - Barreiro, decorrentes das constantes avarias nos veículos e no atraso das realizações das viagens das linhas que atualmente são operadas pela empresa TransOeste.

Sobre a frota, a empresa informou que, dos 98 (noventa e oito) veículos que estão sob sua responsabilidade, 34 (trinta e quatro) veículos estão em nome da Viação Paraense Ltda., a título de comodato, 33 (trinta e três) veículos pertencem a TransOeste Transportes Urbanos Ltda., 22 (vinte e dois) veículos pertencem a empresa Norte Brasil Transportes e Serviços Ltda, sendo que destes, 11 (onze) veículos a título de locação, 3 (três) veículos pertencem a empresa Veloc Comércio de Veículos Ltda., 2 (dois) veículos pertencem a empresa Coletivos Asa Norte Ltda. a título de comodato,1 (Hum) veículo pertence a empresa Transimão Transportes Rodoviários Ltda. a título de comodato e 1 (Hum) veículo sob o nome da pessoa Robson de Oliveira Resende a título de comodato, conforme contratos de contrato e de locação apresentados pela empresa TransOeste aos presentes.

9.3. DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSO FINANCEIRO DA TRANS OESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA.

Quanto aos subsídios recebidos pela empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda., em resposta ao Requerimento de Comissão nº 2318/2023, a empresa comunicou que, no período de julho de 2022 a agosto de 2023, recebeu R$ 8.575.067,76 referente à Lei nº 11.367/22 e R$ 8.410.332,15 correspondente à Lei nº 11.458/23. Nesse mesmo intervalo, a empresa também registrou uma receita tarifária de R$ 38.003.586,97 proveniente das tarifas pagas pelos usuários.

A afirmação feita na 10ª Reunião - 31/08/2023, pelo Sr. Fabiano Borges, representante legal da TransOeste Transportes Urbanos, de que não há recursos suficientes para as empresas, apesar dos subsídios recebidos, é motivo de séria preocupação, especialmente considerando a persistente insatisfação com a qualidade dos ônibus.

A fala do depoente somada às informações dos valores recebidos pela empresa demonstram que apesar de receber mais de R$ 54 (cinquenta e quatro) milhões de reais em um período de 12 (doze) meses, a empresa não fez qualquer investimento na troca de frota por um alegado prejuízo acumulado. Em outras palavras, a empresa tem utilizado o subsidio, vinculado à melhora da qualidade do serviço, para pagar dividas anteriores, em claro desvio de finalidade da verba pública.

A falta de ação por parte da Prefeitura frente a esse problema, que abrange tanto a qualidade inadequada dos ônibus quanto a escassez de recursos para as empresas de transporte público, é uma questão de grande relevância. A Prefeitura detém a responsabilidade fundamental de garantir o bem-estar da população, incluindo a oferta de serviços de transporte público de alta qualidade, e a omissão diante de desafios evidentes pode impactar negativamente a vida dos cidadãos.

Portanto, é essencial fortalecer os mecanismos de fiscalização e monitoramento das empresas de transporte para assegurar que os recursos públicos sejam empregados de maneira eficiente e que as empresas cumpram integralmente as obrigações contratuais em relação à qualidade do serviço prestado à comunidade.

9.4. DA OPERAÇÃO DA EMPRESA TRANSOESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA EM CONJUNTO COM A VIAÇÃO PARAENSE DENTRO DO CONSÓRCIO DEZ

Ademais, verifica-se que em depoimento o Sr. Fabiano, afirmou que a frota adquirida da empresa TransOeste, foram uma junção dos ônibus que vieram da viação Paraense. vejamos trecho do depoimento:

"10ª REUNIÃO

(38:00) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Dentro da Câmara de Compensação, quem recebe a Cota parte da TransOeste e da Viação Paraense?

(38:08) Fabiano Borges: Hoje é todo da TransOeste, hoje está centralizado toda na operação da TransOeste, o CNPJ da TransOeste.

(38:18) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então a TransOeste, ela que recebe?

(38:25) Fabiano Borges: A TransOeste hoje, ela que recebe 100% (cem por cento) da

receita, oriunda dos 98 (noventa e oito) ônibus que ela opera, que é a fusão da Paraense com a TransOeste. Então hoje o CNPJ da TransOeste que recebe toda a receita."

Em resposta ao Requerimento 2340, no Anexo I, foi verificado que consta tanto a empresa TRANS OESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA, quanto a empresa VIAÇÃO PARAENSE LTDA em ativo, como parte das concessionárias do consórcio Dez. vejamos:

VIAÇÃO PARAENSE LTDA	Adenilda Borges Vieira	Resposta ao Requerimento 2340, no Anexo I.
TRANS OESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA	Adenilda Borges Vieira	

Fato este, que vai em contramão ao que foi dito em depoimento do Sr. Fabiano Borges, representante legal da empresa Trans Oeste Transportes Urbanos, que alega o que segue:

"10ª REUNIÃO

(32:04) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *As frotas da Viação Paraense são as mesmas da frota da empresa TransOeste?*

(32:11) ***Fabiano Borges:*** *A frota da Paraense, a Paraense na época, ela era maior do que a TransOeste, se eu não me engano tinha uns 40 carros da TransOeste, e a Paraense tinha uns oitenta e poucos.*

(32:23) ***Eu peguei, coloquei os ônibus da Paraense na garagem da TransOeste e hoje é uma operação só, tudo em nome da TransOeste.*** *Então os ônibus são diferentes naturalmente, hoje pode ter algum que tem propriedade da Paraense ainda, porque o quadro societário é o mesmo, é isso mais ou menos …*

(32:40) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *As frotas, a pergunta foi, as frotas da Viação Paraense são as mesmas da frota da empresa TransOeste? são as mesmas ou tem essa diferença da TransOeste é uma e da empresa Paraense é outra?*

(32:56) ***Fabiano Borges:*** *A frota, a titularidade vamos falar assim, do documento, tem alguns em nome da TransOeste alguns em nome da Paraense, a titularidade do Duti.* ***Mas hoje todas fazem operação das 26 (vinte e seis) linhas que a TransOeste opera hoje.***

(33:12) Essas vinte e seis linhas naturalmente não eram todas da TransOeste. Eram uma parte da TransOeste uma parte da Paraense. Então todos esses ônibus operam as 26 (vinte e seis) linhas que

a TransOeste opera hoje.

[...]

***(37:05)* Ver.(a) Loíde Gonçalves:** *O senhor poderia me informar também, qual é o percentual de participação da empresa TransOeste e da Viação Paraense dentro do Consórcio?*

***(37:16)* Fabiano Borges: A Paraense tem 10% (dez por cento) e a Transoeste tem 9% (nove por cento) do Consórcio Dez.**

***(37:23)* Ver.(a) Loíde Gonçalves:** *A Paraense quanto tem?*

***(37:26)* Fabiano Borges:** *Paraense 10% (dez por cento) TransOeste 9% (nove por cento)."* *https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/10%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-31-08-2023*

Motivo pelo qual, sugere-se que o Ministério Público de Minas Gerais, que analise se a houve, ou se ainda há omissão por parte da Prefeitura, no que tange ao Poder concedente de fiscalizar as empresas que integram o consórcio, uma vez, que nitidamente, o Consórcio Dez, tem como integrante concessionaria, que sequer opera linhas de ônibus.

9.5. DOS SÓCIOS DA EMPRESA TRANSOESTE TRANSPORTES URBANOS LTDA E DA EMPRESA VIAÇÃO PARAENSE LTDA.

Outro fato que chamou a atenção foi o depoimento do sr. Fabiano Borges, conforme também consta da transcrição, é de que, apesar do mesmo agir e tratar como proprietário das Empresas TransOeste e Paraense, quando questionado, o mesmo afirma que a sócia das duas empresas é sua mãe, Sra. Adenilda Borges Vieira.

Sendo que, a aquisição das empresas se deu, devido o mesmo ter trabalhado anteriormente em empresas no ramo de transportes públicos, conforme afirmado pelo mesmo. vejamos trechos de depoimentos:

"10ª REUNIÃO

(23:20) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Senhor Fabiano o senhor poderia nos informar, às vezes até uma pergunta assim, a fonte de renda do senhor, se o senhor possui outras empresas, como que funciona aí essa questão da renda, do seu patrimônio, o senhor poderia nos falar por gentileza?

Fabiano Borges: Não, no momento eu não possuo outra empresa, a única empresa é a TransOeste, hoje eu vivo da TransOeste.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Poderia nos informar quais são os sócios da empresa TransOeste?

Fabiano Borges: A sócia da TransOeste é minha mãe.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sua mãe, qual é o nome dela, por gentileza?

Fabiano Borges: Adenilda.

Ver.(a) Loíde Gonçalves: Adenilda, é sua mãe? Eu gostaria que o senhor nos enviasse aí a cópia do estatuto e as alterações societárias da empresa, pode anotar. E aí o senhor poderia até essa específica que consta aí a senhora Adenilda, Adenilda de que?

Fabiano Borges: Borges Vieira.

[...]

(30:04) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então a empresa Paraense tem os mesmos sócios da TransOeste?

(30:09) Fabiano Borges: Positivo.

[...]

(1:36:28) Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor já fez algum negócio com a empresa do grupo Transimão?

(1:36:32) Fabiano Borges: Sim, no meu retorno em 2016, eu fiz um negócio com o Sr. Nilo, na coletiva Asa Norte**."**

Ocorre que a prática de emprestar o nome e os dados pessoais de outra pessoa para ações burocráticas como a abertura de uma empresa é desaconselhada, pode resultar em multas e ser considerado crime penal. Pois abrir empresa no nome de quem não seja realmente sócio, os chamados "laranjas", pode ser crime de estelionato/fraude tipificado no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40). Incorrerá no mesmo crime quem permitir o uso de seu nome falsamente como sócio de empresa.

Motivo pelo qual, recomenda-se que o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Ministério Público do estado de Minas Gerais, realize a análise das ações burocráticas como a abertura de ambas empresas.

10. DA FACILIDADE NA SUBSTITUIÇÃO DE EMPRESAS INTEGRANTES DOS CONSÓRCIOS OPERADORES

Outro fato que chama a atenção é a facilidade que as empresas que compõem os Consórcios têm para substituir empresas entre si dentro do consórcio, sem chegar ao conhecimento do Poder Concedente.

Sendo que, além da substituição da Viação Torres pela empresa BH Leste Transportes, a entrada da TransOeste também foi através de substituição, vejamos trechos do depoimento do representante legal da referida empresa:

"10ª Reunião

(1:36:28) Ver.(a) Loíde Gonçalves: O senhor já fez algum negócio com a empresa do grupo Transimão?

(1:36:32) Fabiano Borges: Sim, no meu retorno em 2016, eu fiz um negócio com o Sr. Nilo, na coletiva Asa Norte.

(1:36:40) Ver.(a) Loíde Gonçalves: E o Sr. então já fez, já teve negócio com a empresa Transimão?

(1:36:46) Fabiano Borges: Eu adquiri os ativos da Coletiva Asa Norte, que era consorciada na época em 2016, aí ela saiu do sistema e eu opero hoje a TransOeste com a participação deles.

(1:36:56) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Essa empresa estava no início do Consórcio?

(1:37:00) Fabiano Borges: A coletiva Asa Norte?

(1:37:02) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Isso.

[...]

(1:38:36) Ver.(a) Loíde Gonçalves: As cotas eram do consórcio Pampulha, como que ela opera aí no Dez? Como funciona isso? As cotas eram de uma concessionária e ela operava em outra?

(1:38:46) Fabiano Borges: A coletivos Asa Norte pertencia ao consórcio Pampulha, as linhas da Asa Norte pertenciam ao Consórcio Pampulha e foram distribuídas entre as consorciadas do Consórcio Pampulha e a TransOeste que já operava no Barreiro, eu troquei as linhas, eu fiquei com as linhas da TransOeste no Barreiro e a razão social e as linhas da Asa Norte foram distribuídas no

Consórcio. Eu fiquei com o mesmo percentual só, porém no Barreiro.

(1:39:18) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Então o senhor também opera no consórcio Pampulha?

Fabiano Borges: Não, hoje só no consórcio Dez, a TransOeste é só do consórcio Dez. As linhas Asa Norte operavam na época, foram distribuídas no Consórcio."

Novamente, não há qualquer questionamento pelo Poder Concedente da capacidade técnica, financeira ou outros requisitos exigidos no edital 131/2008, além de demonstrar, mais uma vez, a falha, por parte da SUMOB, em exercer o seu papel de fiscalizador.

11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO DISPENSADO AOS PERMISSIONÁRIOS DO SISTEMA DE TRANSPORTE SUPLEMENTAR

Sobreleva dizer, que durante a votação do Projeto de Lei nº 538/23, surgiram inúmeras denúncias sobre o tratamento diferenciado da Administração Pública dispensado ao sistema suplementar de transporte coletivo em comparativo com o sistema convencional.

Foi denunciado, pelos permissionários do transporte suplementar, que a antecipação de vales transportes acordada no processo n° 5172824-67.2020.8.13.0024 (parte dos R$ 220 milhões repassados durante a pandemia), tem sido devolvida mensalmente, em espécie, apenas pelos permissionários, e com o desconto da taxa de administração do Transfácil, ao passo que o sistema convencional está compensando em serviço, como atestam as respostas aos Requerimentos de Comissão n° 231 e 1600/2022 e a ata do acordo.

Também foi denunciado que os R$ 16 (dezesseis) milhões de reais de subsídio, previstos na Lei 11.367/2022, foram repassados de forma extemporânea, e que, em meados de 2023, parte desse valor foi descontada da remuneração complementar da Lei 11.438/2023, apenas para o sistema suplementar e sem qualquer relação entre os objetos.

Somado a isso, há ainda denúncias de que a gratuidade do transporte, no segundo turno das eleições gerais, do ano de 2022, não foi paga aos suplementares, muito embora o sistema convencional tenha apresentado o valor do seu serviço, que

será descontado do adiantamento de vales-transportes da pandemia, conforme atesta a resposta ao Requerimento de Comissão 1774/2022.

No mês de março de 2020, imediatamente após a decretação da pandemia da Covid-19, o Município começou a realizar repasses financeiros às empresas concessionárias do transporte público. Esses repasses ocorreram como antecipação da compra de vales-transporte e foram intermediados pelo Transfácil, entidade encarregada de receber e distribuir esses créditos. Até a interrupção dos pagamentos em maio de 2021, o montante total repassado atingiu aproximadamente R$ 224 milhões.

Entretanto, em depoimento na 14ª Reunião - 05/10/2023, o Sr. Jeferson Luiz Gazolla Palhares, Presidente e Líder do Consórcio TRANSUPLE - Consórcio Operacional do serviço de Transporte Suplementar de Passageiros de Belo Horizonte/MG, afirmou que os permissionários do transporte suplementar não foram convocados para participar do acordo referente ao repasse, o qual foi efetuado com a aprovação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em 21 de dezembro de 2020, sendo que, somente a partir de 29 de maio de 2021, os Transporte Suplementar teriam começado a receber valores relacionados ao adiantamento.

Conforme divulgado durante a reunião, do montante repassado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) como adiantamento de vale-transporte para o Transporte Suplementar, 7,58% foram destinados ao Transfácil, o Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte.

No entanto, é importante ressaltar que não há embasamento legal para a retenção desses valores, uma vez que se trata de uma transferência realizada pelo Executivo, além do mais, na 13ª Reunião, realizada no dia 28/09/2023, o presidente do Transfácil, o Sr. Ralisson Andrade, em seu depoimento, afirmou que a restituição do sistema suplementar tem sido efetuada por meio de dinheiro, enquanto o Convencional está efetuando em forma de prestação de serviço.

Diante desses fatos, a Comissão procedeu a oitiva do Sr. Ralisson Guimarães de Andrade, Presidente do Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de

Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte (Transfácil), responsável pela gestão do Transporte Coletivo Municipal.

Perguntado sobre como funciona a câmara de compensação tarifária, que é quem determina os valores a serem recebidos pelas empresas pelo serviço prestado, o depoente informou que ela é a responsável por equilibrar o sistema e viabilizar a tarifa única (R$ 4.50) na cidade, afirmando que na região metropolitana são mais de 60 tipos de tarifas, onde a cada 10 dias são levantados os dados das viagens e dos quilômetros rodados de cada empresa, onde é realizado um equilíbrio entre as linhas e aquelas mais deficitárias, como uma que faz um atendimento social, e que não teria valor suficiente, são cobertas.

Questionado sobre como ocorre o repasse dos valores relativos aos subsídios às empresas, já que o Município faz esse repasse ao Transfácil, o depoente afirmou que o Transfácil é a pessoa jurídica responsável por receber os créditos (subsídios) e proceder a distribuição conforme informações recebidas dos consórcios das viagens realizadas.

Sobre o cálculo do valor que os suplementares iriam receber no repasse de R$ 220 milhões feito pelo Município às empresas, como adiantamento na compra de vales-transporte, o depoente admitiu não ter os percentuais na memória. Ele informou que repassou o que foi determinado pelo Município e pelo Judiciário. Foram solicitados os documentos comprobatórios dessas determinações, mas não foram enviados. A comissão lembrou-o de que, das cinco primeiras parcelas, os suplementares não receberam nada; em seguida, receberam 10%, e depois caiu para 7%. O depoente reiterou que cumpriu as determinações dos órgãos competentes, sem comprovar suas alegações, apesar de ter se comprometido a enviar a documentação

Questionado sobre como está sendo feito o desconto deste adiantamento na compra de vales-transporte feita pelo Município, o depoente afirmou que os valores estão sendo descontados na prestação de serviços, como nas gratuidades e nas passagens pagas pelos servidores municipais. Quando perguntado se o mesmo sistema é aplicado aos suplementares, o depoente confirmou que estes realizam pagamentos em dinheiro mensais ao Transfácil.

A situação acima descrita, confirmada pelo depoente em sua oitiva perante a esta Comissão, caracteriza-se, *a priori*, como uma violação ao princípio da equidade, consagrado no Art. 37 da Constituição da República, tendo em vista que, tanto as empresas integrantes dos Consórcios Operacionais do Transporte Público Convencional quanto os Operadores do Transporte Suplementar integram o Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município.

Portanto, com base nesse princípio básico do qual deve reger-se a Administração Pública, caberia a esta, no seu poder-dever de fiscalização, garantir que as mesmas condições aplicadas às empresas integrantes dos Consórcios Operacionais do Transporte Público Convencional sejam também dispensadas aos Operadores do Transporte Suplementar, uma vez que são partes do mesmo sistema, e portanto, a modalidade adotada para um deve ser a do outro, em vez de se aplicar dois pesos e duas medidas.

Outra violação ao princípio da equidade evidencia-se quanto a parcela do subsídio decorrente da Lei nº 11.367/2022, no montante de R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), aos quais deveriam ser destinados ao Transporte Suplementar que, além de terem sido pagos em momento posterior ao estabelecido, vem se realizando o desconto de parte deste valor no pagamento da remuneração complementar instituída pela Lei nº 11.438/2023 conjuntamente com a taxa de serviço do Transfácil, apenas para o Transporte Suplementar, enquanto que a mesma situação não se verifica ao Transporte Convencional, ou seja, percebe-se que o Transporte Suplementar vem realizando o pagamento em duplicidade da taxa de serviço imposta pelo Transfácil, pois esta já é descontada no momento em que é repassado ao Transporte Suplementar a receita decorrente da sua operação.

Junta-se a este cenário o fato do custeamento da gratuidade do transporte público instituído quando da realização das eleições gerais no ano de 2022 não ter sido paga aos permissionários do Transporte Suplementar, enquanto o Transporte Convencional terá os custos que teve com a mencionada gratuidade abatidos na devolução referente ao adiantamento da compra de vales-transporte.

Outra situação que evidencia o tratamento desigual é no que concerne quanto a revisão tarifária, tendo em vista que a tarifa aplicada ao Transporte

Convencional, conforme disposto na Cláusula 11 do seu Contrato de Concessão, deve ser revisada de modo a reajustá-la periodicamente, considerando a variação dos custos das concessionárias, não há essa mesma previsão na política tarifária aplicada ao Transporte Suplementar, considerando o que dispõe o Anexo IV do Edital de Concorrência Pública nº 01/2016, que limita-se a dizer, em seu item 1.3, que o valor da tarifa será definido de modo que a receita tarifária seja suficiente para a cobertura dos custos de prestação dos serviços.

Nota-se, diante destas situações, a existência de um considerável desequilíbrio contratual na relação entre os permissionários do Sistema de Transporte Público Suplementar de Belo Horizonte perante o Poder Concedente, a ponto de, *ipso facto*, ocasionar o seu colapso, posto que, enquanto as concessionárias do Sistema de Transporte Público convencional vem sendo compensado financeiramente pelo Poder Concedente, o mesmo não vem sendo feito aos permissionários do Transporte Suplementar, haja vista que a estes foram estabelecidas condições que lhes oneram de maneira considerável, ao mesmo tempo em que não só não foram impostas as mesmas condições as concessionárias do Transporte Convencional, como lhe fora concedido condições mais favoráveis.

11.1. DA APROPRIAÇÃO DE VALORES PELO CONSÓRCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - TRANSFÁCIL

O TRANSFÁCIL, para além do desempenho de atividades que contrariam as disposições contratuais, apropriou-se indevidamente de uma porção dos valores que deveriam ser repassados ao Transporte Suplementar. Tal apropriação foi justificada sob o argumento de que esses valores seriam devidos para custear o serviço de bilhetagem prestado aos motoristas do transporte suplementar.

As informações obtidas nesta Comissão destacam uma situação em que o TRANSFÁCIL, Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte, teria recebido 7,58% do montante repassado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) como adiantamento de vale-transporte para o Transporte Suplementar. Algumas considerações importantes podem ser feitas com base nessas informações:

Destinação de Recursos: Uma porcentagem específica (7,58%) do montante repassado pela PBH como adiantamento de vale-transporte para o Transporte Suplementar foi destinada ao TRANSFÁCIL.

Ausência de Embasamento Legal para a Retenção: Destaca-se que não há embasamento legal para a retenção desses valores pela TRANSFÁCIL. Isso sugere uma possível apropriação indébita do recurso público.

Transferência pelo Executivo: A transferência dos recursos foi realizada pelo Executivo (PBH), o que pode indicar que a destinação dos valores não está respaldada por uma base legal apropriada.

Forma de Restituição para o Sistema Suplementar: O depoimento do presidente da TRANSFÁCIL, o Sr. Ralisson Andrade, durante a 13ª Reunião, revelou que a restituição do sistema suplementar tem sido efetuada por meio de dinheiro, enquanto o Convencional está sendo restituído em forma de prestação de serviço.

Portanto, essas informações sugerem possíveis irregularidades na forma como os recursos foram destinados à TRANSFÁCIL, especialmente sem um embasamento legal claro para a retenção dos 7,58%. A diferença na forma de restituição entre o sistema suplementar e o convencional também pode levantar questões sobre a consistência e transparência nas práticas financeiras do consórcio.

Motivo pelo qual sugere-se ao Ministério Público de Contas, e ao Ministério Público o aprofundamento das investigações para apurar possível apropriação indébita de recurso público por parte do Transfácil e possível improbidade administrativa por parte do Poder Concedente na fiscalização do uso do erário municipal.

12. DA CONFUSÃO PATRIMONIAL ENTRE A TRANSFÁCIL E A SETRABH

Outra situação que chamou a atenção desta Comissão durante as oitivas é a aparente confusão patrimonial e de finalidade entre o Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte - Transfácil e o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - SETRA, conforme se extrai do(s) depoimento(s) abaixo:

(2:09:11) ***Ver.(a) Bráulio Lara:*** *Mas espera aí, olha só. Quando a senhora diz por quilômetro e eu tenho que fazer essa pergunta porque a senhora faz a gestão operacional. Você não recebe cem por cento da sua receita por quilômetro, uma parte vem da câmara de compensação e a câmara de compensação não é por quilômetro, a senhora bem disse que são vários critérios. Certo? Que eles calculam todos os meses.*

(2:09:34) *Quem faz o cálculo de fato é Transfácil ou é ou é o SETRA? Ou é a mesma coisa? Se eu falar transfácil ou SETRA eu estou falando a mesma coisa?*

(2:09:41) ***Ester das Graças:*** *No meu entendimento é a mesma coisa. Meu entendimento para te responder.*

Ver.(a) Bráulio Lara: *Quem que calcula a câmara de compensação? quem que faz o cálculo? A pessoa? não é entidade não, você sabe?*

(1:54:40) ***Nilo Gonçalves Simão Junior:*** *Não, a pessoa não, mas o que eu posso afirmar para vocês é o seguinte, existe o Transfácil que gere a Câmara de compensação e existe o SETRA.*

(1:55:13) *Eu confesso que essas entidades ficam um pouco misturadas, mas eu sei que o Transfácil faz o cálculo da câmara de compensação, eu presumo que tem inúmeros empresários, não sei quantos que são, mas que isso já deve ter sido auditado, questionado por eles diversas vezes, entendeu? Eu não sei, que eu ponderei aqui para vocês é que BH Leste ela ainda não fez esse essa apuração. Mas isso já deve ter sido feito por eles.*

Além disso, tanto o Transfácil como o SETRA estão estabelecidas na mesma sede (Rua Aquiles Lobo, nº 504, Floresta, Belo Horizonte/MG), conforme se vê:

Apesar de ambas serem compostas pelas mesmas empresas, uma não deveria se confundir com a outra, tendo em vista que a finalidade da primeira é apenas administrar a operação do sistema, isto é, recolher a receita auferida e distribuí-la conforme a participação e as viagens realizadas por cada empresa no consórcio respectivo, enquanto a da segunda é de representar os interesses das empresas que a integram.

Considerando que atualmente o Transporte Público Coletivo de Passageiros de Belo Horizonte recebe remuneração complementar, oriundo de recursos provenientes do erário municipal, uma vez que se tenha confusão patrimonial entre a Transfácil e o SETRA, pode configurar desvio de finalidade, nos termos do Art. 2º da

Lei nº 4.717/65, tendo em vista que os recursos provenientes da remuneração complementar devem ser utilizados única e exclusivamente para o custeamento das viagens realizadas pelas empresas do sistema de transporte público, conforme estabelecido na legislação pertinente, e, portanto, a existência de confusão patrimonial entre estas duas entidades pode caracterizar, *a priori*, a utilização com finalidade diversa do estabelecido dos recursos originários da remuneração complementar.

Como se não bastasse, no 8º Termo Aditivo aos Contratos de Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus, foi acrescentada a Cláusula 24.7.1, estabelecendo que a conta vinculada das empresas a Transfácil, destinada ao recebimento dos valores devidos a esta, poderá ser utilizada como garantia de operações de financiamento para a aquisição de veículos zero quilômetro, para fins de recomposição da frota, sendo que, considerando o fato destas contas receberem recursos originários da remuneração complementar, também pode caracterizar, a princípio, a utilização dos mencionados de maneira diversa da sua destinação legal.

Em razão da aparente confusão patrimonial e de finalidade entre a Transfácil e a SETRA, bem como do acréscimo da Cláusula 24.7.1 aos contratos de concessão, recomenda-se ao ilustre Ministério Público, como *custos legis*, que se averigue possíveis utilizações indevidas por parte destas entidades dos recursos destinados à remuneração complementar do sistema de transporte público coletivo de passageiros municipal oriundos do erário municipal.

12.1. DO SUBSÍDIO CONCEDIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 11.458/2023 REPASSADO PELA TRANSFÁCIL

No depoimento dado pela representante da empresa BHLeste Transporte S.A, deixa claro o recebimento da remuneração complementar tanto pela Lei 11.367/2022, quanto o da Lei 11.458/23, sendo clara confissão, vejamos trecho:

"7ª Reunião - 24/08/2023

(2:06:08) Ver.(a) Bráulio Lara: Pois é, a senhora disse inclusive com a relação subsídio. É a empresa BH Leste SA recebeu o subsídio nos meses de janeiro, fevereiro e março deste ano, certo?

(2:06:18) Ester das Graças: Certo.

(2:06:20) Ver.(a) Bráulio Lara: Pois é, esses três meses correspondiam à lei 11367/2022 (onze mil trezentos e sessenta e sete), que é uma lei de 2022, onde foi aprovado o valor de duzentos e trinta e sete milhões de subsídio, a pergunta é, se é uma lei lá de trás e esses três meses eram referentes ao subsídio do outro ano, como que fica essa relação da BH Leste entrando dentro do consórcio e o consórcio já repassando o os valores de subsídio? Como é isso?

(2:06:50) Ester das Graças: Dentro do consórcio foi feito um repasse da empresa Viação Torres para BH Leste. Então houve essa transição, foi aceita a BH Leste dentro do consórcio. Então, naturalmente, o que era recebido, o que era realizado pela Viação Torres foi repassado à BH Leste."

Sendo posteriormente reafirmado tal informação em depoimento prestado pelo representante da viação Torres, o Sr. Luis Paschoalin, que a empresa não percebeu nenhum valor no que tange a remuneração suplementar no ano de 2023. vejamos trechos do depoimento:

"11ªª Reunião

(1:15:58) Ver. (a) Loíde Gonçalves: *em 2023 a Viação recebeu alguma parcela em subsídio?*

(1:16:00) Luis Paschoalin: *Não, nenhum."*

Apesar de ambos depoimentos indicarem que o valor foi percebido pela empresa BHLEste transportes S.A, esta CPI realizou pedido de informação (Requerimento 2669/2023), para o acerca do repasse da remuneração complementar estabelecida pela Lei n° 11.438/23.

Todavia, em resposta ao referido Requerimento, CONSÓRCIO DEXEC. OF. 556/2023, foi verificado informações diversas alegadas pelos depoimentos, alegando de forma expressa de quem recebia era a Viação Torres, vejamos por amostragem:

Em razão da aparente declaração diversa do que foi prestado em depoimentos a esta comissão, recomenda-se ao ilustre Ministério Público, como *custos legis*, que se averigue os fatos, no possível cometimento de fraude documental, nos termos do art. 299, do Código Penal.

13. DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO

Nos depoimentos concedidos pelos representantes das duas empresas investigadas, houve confissão quanto à existência da Câmara de Compensação. Ambas as empresas fazem parte de consórcios distintos, sendo a empresa BHLeste Transportes S.A. integrante do Consórcio BH Leste, e a empresa Transoeste Transportes Urbanos Ltda. integrante do Consórcio Dez. Vejamos:

"10ª reunião

Depoimento do Sr. Fabiano Borges, Representante Legal da TransOeste Transportes Urbanos Ltda.

"(38:00) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *Dentro da Câmara de Compensação, quem recebe a Cota parte da TransOeste e da Viação Paraense?*

(38:08) ***Fabiano Borges:*** *Hoje é todo da TransOeste, hoje está centralizado toda na operação da TransOeste, o CNPJ da TransOeste.*

(38:18) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *Então a TransOeste, ela que recebe?*

(38:25) ***Fabiano Borges:*** *A TransOeste hoje, ela que recebe 100% (cem por cento) da receita, oriunda dos 98 (noventa e oito) ônibus que ela opera, que é a fusão da Paraense com a TransOeste. Então hoje o CNPJ da TransOeste que recebe toda a receita."*

[...]

(41:30) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *Como é calculada essa participação aí dentro da Câmara de Compensação, é por linha, por viagem dentro da câmara de compensação?*

(41:40) ***Fabiano Borges:*** *Dentro da Câmara de Compensação, ela é calculada por quilometragem e composição da frota, aí abrange todo o sistema. Por..*

(41:51) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *Ai não é só por frota, ai é tudo?*

(41:53) ***Fabiano Borges:*** *Aí entra quilometragem e frota e abrange todo o sistema.*

(42:00) ***Ver.(a) Loíde Gonçalves:*** *Quem faz esse cálculo?*

(42:02) ***Fabiano Borges:*** *Esse cálculo quem faz é o Consórcio Operacional Transfácil, que é integrante dos 4 (quatro) Consórcios: BH Leste, Pedro II, Dez e Pampulha.*

https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/v%C3%ADdeos/reuni%C3%B5es/10%C2%AA-reuni%C3%A3o---comiss%C3%A3o-parlamentar-de-inqu%C3%A9rito---cpi---%C3%B4nibus-sem-qualidade-31-08-2023"

" 9ª REUNIÃO

(2:00:00) Ver.(a) Bráulio Lara: Eu sei, mas a gente está preocupado em entender se isso vem estratificado ou se vem embolado.

Estratificado que eu quero dizer é, é um depósito só por exemplo por mês do subsídio ou eles vão repassando toda semana? Como que chega? Vem junto com outras coisas e uma planilha de apoio? o dinheiro que cai na conta ó "esse aqui é só subsídio, esse aqui é só receita tarifária"?.

(2:00:20) Nilo Gonçalves Simão Junior: Não, só para vocês entenderem como que funciona a câmara de compensação, a empresa ela tem ali a câmara apura, a empresa, a câmara ela apura os custos da operacionais e a empresa ela pode ficar credora ou devedora da câmara de compensação.

(2:00:43) E ela, vou dar um exemplo clássico, tá? Se você tiver uma linha que é muito superavitária e a receita em dinheiro que a empresa efetivamente recebe, for maior do que os custos que ela tá operando e a dela por consequência fosse ficar maior do que aquela pactuada, ela devolve o dinheiro para a câmara.

E se a empresa for, se a linha for deficitária, ela vai receber ali o dinheiro da câmara, tá? Eu estou igual eu te falei, não estudei esse afundo, estou te dando o conhecimento que eu tenho. Por favor, não entenda mal.

(2:01:27) Assim, o subsídio ele vem dentro dessa compensação. Então é assim, eu não sei te falar se vem uma TED separada ou não, mas o que eu posso te afirmar aqui, é que ele vem dentro dessa compensação. Então, eu imagino que isso deve variar empresa a empresa, se a empresa é credora ou se ela é devedora da câmara de compensação."

"7ª Reunião

Ver.(a) Bráulio Lara: Então tem ordens de serviço que vão ser pagas com subsídio e ordem de serviço que serão pagas com câmara de compensação?

Ester das Graças: Sim, parte da receita vem da receita de passagens que é distribuída…

Ver.(a) Bráulio Lara: Da receita eu entendi mas eu estou perguntando sobre a ordem de serviço.

Ester das Graças: A ordem de serviço é baseada nas viagens, na quilometragem rodada das determinações do quadro de horário que são realizados pela SUMOB.

(2:13:00) Ver.(a) Bráulio Lara: Então são dois quadros de horários separados?

(2:13:04) Ester das Graças: Não, não. Os quadros de horário são todos enviados pela SUMOB, então eles definem quais linhas, quantas viagens, nós podemos sugerir eles, é definido com base em demanda, a gente pode sugerir, está tendo um problema operacional, está precisando ali, tem muitos passageiros em determinada linha, determinada viagem, a gente pode sugerir quadro.

Mas quem aprova, quem define é a SUMOB, isso é repassado para empresa operacionalizar. OK? Então a gente operacionaliza 100% das viagens e é captado receita nessas viagens.

(2:13:34) A receita é distribuída com base no custo na câmara de compensação e a parte do subsídio que integra isso é distribuído também com base nessas viagens. É o mesmo quadro de horário. A mesma composição de viagens."

A confissão dos representantes das empresas sobre o recebimento através da Câmara de Compensação e a associação desse processo com o Subsídio da Lei 11.458/2023 indica que os critérios utilizados para ambos os mecanismos são os mesmos.

A revelação da existência de uma "Câmara de Compensação paralela" nos depoimentos é uma informação significativa.

Sendo que a existência de uma Câmara de Compensação que não estava prevista no instrumento contratual sugere a operação de um mecanismo financeiro adicional, não formalizado nos termos originais do contrato.

Além de que, sugere uma operação com uma metodologia e contabilidade próprias. Isso implica que as empresas envolvidas nesse mecanismo desenvolveram suas próprias regras e procedimentos para a distribuição de valores, independentemente das diretrizes contratuais existentes.

O que leva a crer que, a operação da Câmara de Compensação proporciona vantagens financeiras a todos os envolvidos. Essas vantagens podem incluir benefícios financeiros adicionais que não são contemplados nos termos contratuais originais.

Essas informações sugerem a possibilidade de práticas financeiras não convencionais ou até mesmo não autorizadas. A existência de uma Câmara de Compensação pode ter implicações em termos de transparência, legalidade e conformidade com as regras contratuais e regulamentações pertinentes. O que leva a sugerir ao Ministério Público de Contas de Minas Gerais, e ao Ministério Público de Minas Gerais, a investigar mais a fundo para compreender completamente a natureza e as consequências dessas operações paralelas.

14. DA AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTO FINAL

A ausência de questionamento por parte do Superintendente de Mobilidade de Belo Horizonte em relação à substituição da empresa Viação Torres pela BHLeste Transportes S.A (atual Nova Vista Transportes S.A), pode levantar algumas questões sobre o processo de fiscalização, transparência e responsabilidade na gestão do transporte público na cidade.

Sendo que a falta de questionamento também pode levantar questões sobre a transparência no processo de tomada de decisões e na comunicação com as partes interessadas, incluindo a comunidade, outros órgãos governamentais e as empresas envolvidas. A transparência é essencial para manter a confiança do público e garantir a responsabilidade das autoridades envolvidas.

Sendo assim, a ausência de questionamento pode gerar especulações sobre possíveis motivações por trás da substituição da empresa e se há interesses políticos ou econômicos envolvidos. É fundamental garantir que as decisões relacionadas ao transporte público sejam baseadas em critérios objetivos e no benefício da comunidade.

Dessa forma, se o Superintendente de Mobilidade, não questionou a substituição da empresa, pode ser necessário esclarecimentos sobre os motivos para essa omissão.

Uma vez que, caso a ausência de questionamento seja identificada como uma falha, é importante que sejam tomadas ações corretivas para fortalecer os processos de supervisão e garantir que a gestão do transporte público seja eficiente e alinhada com o interesse público.

14.1. DOS APONTAMENTOS DE AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTO FINAL

A má qualidade dos ônibus operados pelas empresas Transoeste Transportes Urbanos Ltda, e BHLeste Transportes S.A, tem gerado preocupações crescentes entre os usuários, e a omissão da prefeitura em lidar eficazmente com essa questão tem sido notável. Apesar das inúmeras reclamações e manifestações de insatisfação por parte dos passageiros, a falta de uma resposta concreta por parte das autoridades municipais tem contribuído para a perpetuação dos problemas.

A ausência de ações corretivas e fiscalização rigorosa por parte da prefeitura frente aos relatos de falhas mecânicas, atrasos recorrentes e condições inadequadas dos ônibus levanta questionamentos sobre a prioridade dada à qualidade do transporte público na cidade. Os cidadãos esperam que a prefeitura assuma um papel mais proativo na resolução dessas questões, pressionando a empresa a melhorar seus padrões de serviço e garantir a segurança e o conforto dos passageiros.

A omissão diante desses problemas pode resultar não apenas em insatisfação contínua, mas também em uma perda de confiança na capacidade do governo local em zelar pelos interesses e bem-estar dos cidadãos.

Patricia Rito Vianna, Diretora Jurídica da SUMOB, cuja pessoa participou da análise do processo de substituição da Viação torres pela BHLeste S.A, em que pese no decorrer do procedimento elaborar parecer Ofício SUMOB/djur/gab-mob nº 025/2023, a qual posicionou para o indeferimento da inclusão da empresa candidata por não ter tido convencimento a respeito da capacidade financeira da empresa, deixou de observar no que tange a capacidade técnica da empresa.

André Soares Dantas, superintendente de mobilidade Urbana do Município de Belo Horizonte, manifestou em Ofício SUMOB/DJUR/GAB-MOB nº 342/2023, a ausência de novas evidências que motivariam para o deferimento da substituição, em vista que não restou claro a capacidade financeira da empresa, deixando também

nitidamente de observar a capacidade técnica da empresa e não efetuando qualquer providência em vista da empresa ter por 10 meses operar sem qualquer anuência, direcionou o que a empresa precisava fazer para conseguir a anuência.

Os fatos supracitados podem indicar a prática de Improbidade Administrativa, uma vez que, munido da autoridade da qual lhe cabia como o Superintendente de Mobilidade, e ciente de que a BHLeste Transportes S/A ao ingressar *de facto* no sistema possuía um capital social de R$ 1.000,00, não tinha o patrimônio líquido mínimo exigido pelo edital, nem possuía experiência e expertise anterior ao seu ingresso, como exigia o Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, não só deixou de indeferir de plano a solicitação, como direcionou o que precisava ser feito, para então autorizar o ingresso da empresa no sistema.

Ademais, o próprio Superintendente afirmou em depoimento que não possuía conhecimento de como a remuneração complementar/subsídio era distribuído entre as empresas integrantes do Consórcio respectivo; e, mesmo assim, assinou o último relatório, no processo administrativo que analisava a respectiva substituição, atestando a capacidade técnica e operacional da empresa BHLeste Transportes S/A a assumir a operação das linhas que antes cabia a Viação Torres Ltda. no Consórcio BH Leste, conforme se percebe do trecho do depoimento a seguir:

"6ª Reunião

(1:12:46) Ver.(a) Bráulio Lara: Nós queremos que o sistema de mobilidade funcione bem na cidade. Então eu volto a reiterar, que precisamos de entender quanto de dinheiro cada operador de transporte está recebendo e o que que ele está fazendo com isso?

(1:15:40) Andre Dantas: Bom, vereador e eu volto a reiterar o seguinte, o que for da competência da SUMOB, nós formaremos e enviaremos no mais detalhado possível que existir, nós não mediremos esforços para que isto aconteça

[...]

(1:16:00) Ver.(a) Loíde Gonçalves: Sim. Dentro dos consórcios porque o senhor não conseguiu. O senhor falou para a gente aqui, que não é de competência da SUMOB saber isso. Que quem tem competência para passar os recursos de acordo com as concessionárias, mas o dinheiro sai de onde?

(1:16:45) Andre Dantas: Perfeitamente. Bom, vereadora, destacando o meu entendimento contratualmente, mais uma vez, a nossa relação é com os consórcios.

[...]

(1:17:30) Andre Dantas: Então, volto a insistir a participação, detalhamento eu acho que isso pode ser consultado aos consórcios, nós temos quatro consórcios que podem até explicar como é que é essa divisão lá, eu acho que não é problema nenhum mas não acho que é o trabalho da SUMOB, verificar se a qual o dinheiro que chegou para consertar a porta. Não entendo que isso contratualmente legalmente seja a responsabilidade, que a SUMOB tem que ver é o resultado."

Assim, ao não indeferido o referido pedido de substituição e anuir conforme relatório de fls.:217 e 235 ss, do processo administrativo nº01-011.242/23-89, que uma empresa que não comprovou os requisitos técnicos e financeiros estabelecidos no mencionado edital, de operar o sistema de transporte público, ingresse no consórcio, acaba por conseguinte causando lesão ao erário, uma vez que o sistema recebe remuneração complementar oriundo dos recursos públicos do município, destinados a continuidade da prestação do serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros por Ônibus.

Ainda, o mesmo deixou de verificar o motivo que levou a empresa Viação Torres a se retirar do Consórcio BHLeste, sendo que a empresa alega que foi por falta de capacidade financeira, a mesma recebeu remuneração complementar através da Lei nº 11.367/22, razão pela qual cabia a SUMOB, a averiguar qual destino recebeu o subsídio percebido pela empresa.

Dessa forma, a falta de ação da superintendencia pode causar prejuízos à administração pública e à sociedade como um todo, por não saber para onde vai o dinheiro público.

Anelisa Maradei, Diretora de Gestão de Pessoas, Gregório Costa Luz de Souza Lima Diretor de Planejamento e Economia dos Transportes, Arthur Rodolfo Gomes de Oliveira, Diretor de Projetos Estratégicos e Inovação e Gabriela Pereira Lopes, Diretora de Planejamento e Controle de Mobilidade, Servidores estes que consideraram que a empresa BHLeste Transportes S.A, preencheram os requisitos para habilitação para o ingresso em consórcio operador do sistema de transporte

público coletivo do Município, estando de acordo com a exigências editalícias prevista no edital 131/2008.

A ausência de questionamento dos integrantes da SUMOB é evidente quando no processo de substituição das empresas, o próprio sindicato da Concessionária da BH Leste, aponta que não houve qualquer questionamento da SUMOB no que tange a capacidade técnica, vejamos por amostragem:

Causa espanto que profissionais de tamanho renome e capacidade não tenham se atentado para a clareza das ausências de requisitos e flagrantes violações ao edital 131/2008, sendo que mesmo após indeferimento sob argumento que não tinha evidências de cumprimento dos requisitos, se a empresa apresentar qualquer outro fato, eles simplesmente passaram a consentir com a anuência.

Desde janeiro a empresa BHLeste Transportes S.A, teve início a operação do transportes Público de Belo Horizonte, sem qualquer tipo de controle pelo município, inclusive obtendo recebimento do subsídio, a qual nitidamente obteve um aumento de seu capital social em milhões, nesses dez meses.

14.2. DA OMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (PBH)

No dia 25/01/2024, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) anunciou oficialmente por meio de suas redes sociais a implementação da política de "Tolerância Zero" em relação às empresas de transporte público na capital.

O anúncio da prefeitura sobre a implementação da política de "Tolerância Zero", levanta sérias questões sobre a gestão do sistema de transporte e a omissão que parece ter sido tolerada até o momento. Existia um limite de tolerância para as empresas descumprirem o contrato? Qual era esse limite e como foi instituído?

Também causa preocupação a fala em entrevista coletiva concedida pela administração municipal que “tivemos um período de carência, tivemos um período para se adaptarem”. Necessário ressaltar que não foi apresentada a essa Câmara Municipal nenhum acordo de carência ou adaptação, sendo que as normas de

segurança e qualidade do transporte sempre deveriam ter a aplicação imediata e não podem ser transacionadas.

Causa preocupação a discrepância entre o montante dos recursos concedidos por meio do subsídio, pago com dinheiro público, e a flexibilização na aplicação de critérios de qualidade.

Esse cenário revela uma gestão inadequada dos recursos públicos e coloca em questão a eficácia do uso desses subsídios para garantir um serviço de transporte público de qualidade, tendo em vista que mesmo após o repasse, a fiscalização é ou inexistente, ou ineficaz.

Ao admitir que durante o período anterior ao subsídio de 2022 houve uma flexibilização nos critérios de qualidade, a prefeitura está, de certa forma, confessando uma má administração desses recursos. Ou seja, o dinheiro público estava sendo investido sem garantias adequadas de que as empresas de transporte público, estavam atendendo aos padrões estabelecidos.

A falta de uma fiscalização incisiva e a ausência de exigência de padrões mais elevados são sinais claros de uma administração que, em algum momento, colocou em segundo plano a responsabilidade de garantir um transporte público eficiente e seguro para a população. O reconhecimento tardio dessa "carência" levanta dúvidas sobre a prioridade dada à qualidade dos serviços públicos e à preocupação genuína com as necessidades dos cidadãos.

A mudança na postura da prefeitura, embora seja bem-vinda, também levanta a questão de por que essa fiscalização rigorosa e a busca por padrões mais elevados não foram implementadas desde o início. A população merece uma explicação mais detalhada sobre por que a administração anterior permitiu essa omissão e em que medida isso afetou a qualidade de vida dos cidadãos.

A implementação da política de "Tolerância Zero" é um passo positivo para corrigir essa situação, mas é crucial que a prefeitura justifique as razões por trás da flexibilidade anterior. A transparência é fundamental para reconquistar a confiança da comunidade, que merece saber como seus recursos foram utilizados e como a

prefeitura está trabalhando para assegurar um transporte público de qualidade daqui em diante. Já na primeira ação da PBH, dos 8 veículos fiscalizados, 7 foram retirados de circulação, o que demonstra a péssima qualidade do serviço e a ineficiência da fiscalização até o momento.

No entanto, esclarece que essa Comissão Parlamentar de Inquérito estava, ao tempo do pronunciamento, a poucos dias da apresentação do relatório final, de maneira que esses questionamentos não puderam ser feitos aos responsáveis pela administração.

Dessa forma, sugere a apuração pelo Ministério Público, se houve a concessão de benefícios extra contratuais às empresas operadoras do transporte coletivo na capital, bem como se houve conivência, em algum momento da execução do contrato, com a circulação de veículos sem as condições mínimas de segurança e qualidade.

15. DOS PROCEDIMENTOS JUDICIAIS À CPI

Tendo em vista que a Comissão Parlamentar de Inquérito é um instrumento que nasce da prerrogativa do poder legislativo de fiscalizar atos da administração pública, estando os fatos inseridos no âmbito das atribuições possíveis do Legislativo Municipal, cabe a Câmara dos Vereadores abrir o procedimento investigatório, a requerimento de um terço de seus membros, para apuração de fato determinado, qual seja o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que demande investigação, elucidação e fiscalização.

A Comissão Parlamentar de Inquérito em âmbito municipal tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e no Regimento Interno da Casa Legislativa. No município de Belo Horizonte a possibilidade de instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito se encontra prevista na Lei Orgânica do Município em seu artigo 82 § 3°, e também no regimento interno da Câmara, conforme disposto no Capítulo III, Seção III, Arts. 57 a 59.

§ 3º - As comissões parlamentares de inquérito, observada a legislação específica, no que couber, terão poderes de investigação próprios

> *das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas a requerimento de um terço dos membros da Câmara, para apuração de fato determinado e por prazo certo, e suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, ao Defensor do Povo ou a outra autoridade competente, para que se promova a responsabilização civil, criminal ou administrativa do infrator. (https://www.cmbh.mg.gov.br/)*

Por sua vez, a Constituição da República, com vistas a assegurar a efetividade das Comissões Parlamentares de Inquérito, lhes conferiu poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, conforme dispõe o seu Art. 58, § 3º:

> *§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)*

No entanto, as Comissões Parlamentares de Inquérito municipais tem uma série de limitações, sendo que a regra, contudo, não se aplica ao caso. Isto porque, conforme já decidido pelo Supremo Tribunal Federal, não haveria a possibilidade de se aplicar, em relação à CPI Municipal, o princípio da simetria constitucional, face à inexistência de Poder Judiciário Municipal.

Esta comissão, vislumbrando a necessidade de obtenção de provas, que não poderiam ser obtidas por outros meios, importantes para a apuração dos indícios levantados, solicitou, através do Requerimento de Comissão n° 2610/2023 ao Requerimento 873/2023, a busca e apreensão de documentos não enviados pela empresa BHLeste S.A, cujos documentos que relacionam-se à operação que garantiu que a empresa BHLeste Transportes S.A, assumisse as linhas e frota de ônibus da Viação Torres no consórcio que presta o serviço de transporte coletivo na cidade.

O documento diz respeito ao contrato mencionado por Nilo Gonçalves Simão Júnior, Único acionista da empresa BH Leste, em depoimento à CPI no último dia 28 de agosto.

Seguindo a determinação legal e jurisprudencial, o requerimento de busca e apreensão fora aprovado pelos membros da comissão e prontamente encaminhados à Procuradoria da Casa, na figura de seu procurador-geral, para que este desse prosseguimento aos trâmites legais necessários.

Contudo, não precisou dar continuidade a busca e apreensão, uma vez que o mesmo restou prejudicado, frente ao Documento de protocolo 006266/2023, de Autoria: BH LESTE TRANSPORTES S.A, apresentando, por meio exclusivamente físico, o contrato mencionado na 9ª reunião, realizada em 28/08/2023, requerendo sigilo.

Não obstante, a Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte foi acionada, tendo em vista que o sr. Nilo Gonçalves Simão, sócio-administrador da empresa Transimão Transportes Rodoviários Ltda, foi intimado pela Comissão da CPI, para prestar informações a título de testemunha, por ter sido mencionado em diversos depoimentos prestados à CPI.

Muito embora a Comissão tenha tentado oportunizar sua oitiva, a justiça concedeu liminar em Habeas Corpus impetrado por Fábio Henrique Queiroz, em favor do paciente Nilo Gonçalves Simão, conforme documento de protocolo 006858/2023, que dita que o mesmo, tem o direito ao silêncio em relação a questionamentos que possam resultar em auto incriminação, assim como indagações sobre seu filho, em virtude do direito de não testemunhar contra descendentes.

Ainda, a Procuradoria Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte, também foi acionada através da aprovação do Requerimento de Comissão 3213/2023 ao Requerimento 873/2023, pedindo a CONDUÇÃO COERCITIVA do senhor Rubens Lessa Carvalho, para prestar depoimento a esta CPI. tendo em vista que, muito embora comunicado dentro dos prazos legais para comparecer em data específica, o intimado apresentou apenas comunicação no dia da oitiva, alegando "compromissos inadiáveis", em completo escárnio da ação do Poder Legislativo.

Cujo andamento teve como resposta resultados positivos, conforme Outros Documentos pt 007327/2023 à/ao Requerimento 873/2023, já que o intimado compareceu na reunião, 25ª Reunião - 28/12/2023.

O andamento das ações judiciais independem da atuação destes sete vereadores membros desta CPI, estando a cargo da procuradoria da Casa proceder ao efetivo andamento da demanda. Restando esgotada a esfera de atuação dos vereadores membros da Comissão quanto às ações judiciais postas em decorrência da comissão, nada nos resta além de aguardar a prestação jurisdicional.

Desta feita, ressalta-se que a competência dos vereadores membros desta CPI, encerra-se com o fim da Comissão Parlamentar de Inquérito - Ônibus Sem Qualidade, e a apresentação deste relatório, contudo as provas produzidas poderão e deverão ser aproveitadas pelo Ministério Público nas suas apurações, como *custos legis*, para caso for necessário, promova a responsabilização civil, criminal ou administrativa dos possíveis infratores.

16. DAS DENÚNCIAS RECEBIDAS PELO EMAIL INSTITUCIONAL DISPONIBILIZADO À POPULAÇÃO

No início da CPI, por meio do Requerimento de Comissão nº 2005/2023 foi criado endereço de e-mail específico para recebimento de denúncias encaminhadas pela população à CPI Ônibus sem qualidade, sendo resguardado o anonimato quando solicitado pelo denunciante.

Ao todo foram apresentadas aproximadamente 55 denúncias, sendo algumas sobre os seguintes temas:

1. Denúncias sobre os veículos de Transportes Público que circulam com ar-condicionado desligado ou estrago, portas estragadas, bancos estragados, sujos e velhos;

2. Denúncias sobre os veículos de Transportes Público que não cumpre o quadro de horario de onibus, ocasionando demora excessiva aos passageiros, bem como, o descumprimento de viagens a quais não foram realizadas;

3. Denúncias sobre os veículos de Transportes Público que acometeu acidentes de trânsitos, bem como, relatos sobre perdas de freios no decorrer da viagem;

4. Denúncias sobre os veículos de Transportes Público que circulam com os elevadores dos ônibus estragados;

5. Denúncias sobre os veículos com superlotação, a qual não param nos pontos para receber passageiros em determinados pontos.

17. DOS REQUERIMENTOS SEM RESPOSTAS

Diante dos requerimentos apresentados, lamentamos informar que alguns deles não obtiveram retorno até o momento. Sendos seguintes requerimentos de Comissão 3203/2023, 3202/2023, 3152/2023, 3142/2023, 3129/2023, 3063/2023, 3212/2023 e 3211/2023.

A ausência de resposta para essas solicitações cria uma situação de preocupação e incerteza, uma vez que a obtenção de respostas dos pedidos de informações dos referidos, seriam cruciais para a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, para a tomada de decisões e a resolução de questões pendentes.

18. DA INDIVIDUALIZAÇÃO DE CONDUTAS

Considerando o extenso período investigado e a diversidade de participantes na elaboração do procedimento fraudulento, é essencial identificar com precisão qual papel cada indivíduo desempenhou. Isso permitirá a apuração das responsabilidades e a aplicação de penalidades aos envolvidos. O relator agora procederá a destacar como cada um dos autores contribuiu para o desenvolvimento dos fatos narrados.

18.1. ESTER DAS GRAÇAS FERREIRA GOMES

Diante dos elementos, há indícios suficientes que comprovam que a Sra Ester das Graças Ferreira Gomes, não é a principal responsável por tomar decisões em nome da empresa BHLeste Transportes S.A, apesar de assinar os documentos oficiais, o que indica o crime de Falsidade Ideológica, tipificado no Art. 299 do Código Penal

Em que pese a mesma ser reconhecida como Representante legal da Empresa BH Leste Transporte S.A, através dos documentos apresentados em resposta do Requerimento de 1634/2023, o seu depoimento em oitiva, leva a

acreditar que a empresa seria gerenciada e coordenada pelo Sr. NILO GONÇALVES SIMÃO JUNIOR. Motivo pelo qual cabe a esta comissão apontar a sugestão ao Ministério Público de Minas Gerais, para averiguar os fatos, nos termos (art. Art. 299 - do CP), bem como, a possível prática do delito descrito no artigo 7º, inciso II, da Lei 7.492/1986, devido à emissão de debêntures pela empresa BH Leste sem o devido registro prévio perante a autoridade competente.

Diante do cargo que a mesma ocupa, sendo de Diretora Operacional, bem como, afirmado pela mesma que é a representante Legal de uma empresa, sugere que seja encaminhado para os representante do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, em anexo, cópia de sua oitiva, bem como os documentos que instruem a resposta de RQC 1634/2023, para averiguar os fatos, uma vez que a mesma assinou declaração de hipossuficiência no processo de n 0010094-90.2023.5.03.0131, que tramitou na 5ª Vara do Trabalho de Contagem, quando já era representante legal da empresa e ocupante do cargo de diretora operacional.

18.2. NILO GONÇALVES SIMÃO JUNIOR

Quanto ao Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior, os elementos, dentre as provas trazidas a esta Comissão, indicam *a priori* o crime de Manipulação de Mercado, tipificado no Art. 27-C da Lei nº 6.385/76, uma vez que a BHLeste Transportes S/A emitiu debêntures sem prévio registro a Comissão de Valores Mobiliários, conforme resposta do Superintendente de Registro de Valores Mobiliários a esta Comissão, unicamente para aumentar artificialmente o capital social da BHLeste Transportes S/A visando contornar a exigência exigida pela Cláusula 24 do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008.

Além disso, os elementos trazidos a esta Comissão também indicam o cometimento do crime de falsidade ideológica, tipificado no Art. 299 do Código Penal, uma vez que este, apesar de ser apenas acionista da BHLeste Transportes S/A,atua como representante *de facto* da empresa, o que foi comprovado tanto pelo depoimento da Sra. Ester das Graças Ferreira Gomes, quanto pela ata de reunião realizada na Superintendência de Mobilidade, em que consta a sua presença como representante da mencionada empresa.

Por fim, restando claro que é Nilo Jr. o real responsável pela empresa BHLeste, motivo pelo qual deve ser responsabilizado pelas falsas declarações enviadas no processo de anuência, em que alega possuir capacidade técnica exigida no edital para o transporte de passageiros, o que se mostra impossível tendo em vista a data de criação da empresa a menos de um mês da assunção das operações. Nesse sentido, também incorre no crime previsto no art. 171, § 3º do Código Penal.

18.3. A CONTADORA CELI BASSI

Conforme se verifica na análise do processo administrativo de nº 01-011.242/23-89, que trata da concessão de anuência da empresa BHLeste para operar no sistema de transporte público coletivo de passageiros na capital, a contadora Celi Bassi atuou ativamente no âmbito do respectivo processo.

Celi Bassi, no processo administrativo supramencionado, às fls 15, assina um documento que reflete as demonstrações contábeis da Empresa BHLeste em 31 de dezembro de 2022, onde consta no mesmo campo "caixa e equivalente de caixa" o valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) no ano de 2022.

No entanto, extrai-se dos depoimentos prestados a essa Comissão bem como do documento de fls 157 do referido processo administrativo, que esse valor de R$ 3 milhões de reais só foi integralizado no ano de 2023, evidenciando contradição no documento apresentado pela mesma.

Diante dos referidos fatos, a Comissão sugere ao ilustre Ministério Público, na sua condição de *custos legis*, averiguá-los com vistas a apurar o possível cometimento, por parte da contadora, de crime de falsidade ideológica art. 299 do Código Penal, bem como de infração ético-disciplinar nos termos do Decreto-Lei nº 9.295/46.

Ademais, ao se negar injustificadamente a prestar informações a esta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a possível fraude no documento que produziu e assinou, incorre no crime previsto no art. 4, II, da Lei 1.579 de 18 de março de 1952.

18.4. DO NILO GONÇALVES SIMÃO

O Sr. Nilo Gonçalves Simão, sócio-administrador da empresa Transimão Transportes Rodoviários Ltda, foi intimado pela CPI para prestar depoimento na qualidade de testemunha, devido a menções feitas em diversos depoimentos já tomados pela comissão, razão pela qual o mesmo possuiria informações relevantes para o processo investigativo desta Comissão.

Embora a Comissão tenha tentado proporcionar a oportunidade para a oitiva da pessoa intimada, a justiça concedeu uma liminar em sede de *Habeas Corpus*, conforme documento de protocolo 006858/2023, estabelecendo que a pessoa em questão possui o direito ao silêncio em relação a questionamentos que possam resultar em autoincriminação, desobrigando o paciente a responder perguntas sobre seu filho, em virtude do direito de não testemunhar contra descendentes, visando resguardar o indivíduo de possíveis consequências negativas decorrentes de suas respostas durante o depoimento.

Durante a reunião da Comissão realizada em 09/11/2023, o Sr. Nilo (pai), embora tenha atendido à convocação para comparecimento conforme o Requerimento nº 2891/2023, optou por evitar responder à maioria das perguntas, inclusive aquelas consideradas "simples e não comprometedoras" pelos membros da comissão, podendo configurar não só abuso do direito ao silêncio como desrespeito à ordem judicial e obstrução aos trabalhos da comissão, uma vez que o salvo-conduto concedido na sede do mencionado *Habeas Corpus* cobria apenas as perguntas que lhe poderia incriminá-lo ou ao seu filho.

Em razão desta situação, a Comissão sugere ao ilustre Ministério Público, na sua condição de *custos legis*, averiguar os fatos em que o Sr. Nilo Gonçalves Simão decidiu omitir pelo temor de autoincriminação, com aprofundamento das investigações.

18.5. FABIANO BORGES

No decorrer dos trabalhos desta Comissão, percebeu-se que, apesar do Sr. Fabiano Borges ter se apresentado como o dono da TransOeste Transportes Ltda. e da Viação Paraense Ltda., consta, tanto nos registros do CNPJ das referidas

empresas, quanto nos contratos sociais, o nome de sua mãe, a Sra. Adelina Borges Vieira, como sócia-administradora.

Diante desta contradição, a Comissão sugere ao ilustre Ministério Público a apuração do referido fato com vistas a averiguar possível cometimento de ilícito de fraude contra credores, evidenciada pela prática de ocultação de patrimônio visando o não cumprimento de obrigações.

18.6. DA EMPRESA LÍDER DO CONSÓRCIO (S&M TRANSPORTES S/A)

Com base no documento nº 007321/2023 (fls.:13) relacionado ao Requerimento 873/2023, observa-se que o subsídio, que é composto por dinheiro público, está sendo repassado pelo Transfácil à empresa BUSE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS Ltda, identificada pelo CNPJ sob nº 31.434.170/0001-08. Esta empresa tem como sócios administradores Felipe Lessa Carvalho Maia Teixeira, Augusto de Carvalho Ganem e Sarah Lage Lessa Carvalho, membros da família Lessa.

Ou seja, mesmo os depoentes afirmando que houve uma transação em que a BH Leste Transportes S/A assumiu os ativos da Viação Torres é o Grupo Saritur quem recebe pelo serviço, ainda que alegadamente não tenha ligação com a essa cota da participação.

Ainda, com base no documento nº 007321/2023 (fls.:13) relacionado ao Requerimento 873/2023, **observa-se que o subsídio, que é composto por dinheiro público, foi citado na Cláusula Primeira - Objeto, preço e forma de pagamento subitem 1.4.1, do contrato privado - dando a entender que as 100 (cem) parcelas de pagamento pela compra dos ativos da empresa Viação Torres seriam custeadas pelo subsidio, inclusive com antecipação mensal, em caso de repasse antecipado do subsídio.**

As situações descritas, além de levantar preocupações com a falta de supervisão e controle por parte da Prefeitura no processo de distribuição do subsídio, sugerem desvio de verba pública para fins privados.

Motivo pelo qual a Comissão sugere ao Ministério Público de Contas de Minas Gerais, e ao Ministério Público de Minas Gerais para que sejam apuradas possíveis ingerências, por parte dos dirigentes da empresa S&M Transportes S/A, dos recursos provenientes do erário público municipal que foram repassados a BHLeste Transportes S/A, além de se investigar a destinação e uso do subsídio recebido por essas empresas no ano de 2023.

18.7. DA RESPONSABILIDADE DO SUPERINTENDENTE ANDRÉ SOARES DANTAS

No decorrer dos trabalhos, a Comissão apurou que, conforme já salientado anteriormente, apesar da empresa BHLeste Transportes S/A, atualmente denominada Nova Vista Transportes S/A não ter comprovado, nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008 a sua capacidade técnica e operacional para substituir a Viação Torres Ltda., no Consórcio BH Leste, o Superintendente não só deferiu a substituição, como conduziu o Processo Administrativo de nº 01-011.242/23-89 de forma a viabilizar o deferimento da substituição, o que indica o cometimento de Advocacia Administrativa, tipificada no Art. 321 do Código Penal, bem como de Patrocínio de Contratação Indevida, tipificada no Art. 337-G, além de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo, tipificada no Art. 337-H, do mesmo diploma legal.

A omissão em permitir a prestação de serviço sem anuência prévia, a admissão do cumprimento dos requisitos prévios do edital durante e por meio da execução do contrato e a concessão tardia e retroativa de anuência por parte do Superintendente possibilitaram diretamente à BH Leste o recebimento do subsidio público, o que indica o cometimento do delito de Improbidade Administrativa, tipificado no Art. 10 da Lei nº 8.429/92, uma vez que, com a conduta omissiva do Superintendente pode ter dado causa a efetiva lesão ao erário.

Diante dos referidos fatos, sugere que seja indiciado pelas condutas acima descritas com vistas ao possível cometimento dos crimes de Advocacia Administrativa, Patrocínio de Contratação Indevida e de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo, nos termos do Código Penal, e de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92.

Por fim, também se vislumbra que as condutas do superintendente se amoldam ao tipo penal previsto no art. 320 do Código Penal, na medida em que tinha consciência (vez que foi inclusive oficiado pela CPI) que os recursos do subsídio estaria sendo destinado a empresa que não integra o sistema e não tinha qualquer vínculo com a administração municipal, o que impede qualquer tipo de transferência de recursos. Ainda assim, não houve qualquer comunicação ou ação para a suspensão dessa parcela dos pagamentos.

18.8. DA TRANSFÁCIL

Conforme se depreende dos depoimentos colhidos por esta Comissão, o Consórcio Operacional Transfácil recebeu do Município os valores destinados à compra antecipada de vales-transportes e ao repassar esses valores ao sistema suplementar reteve o percentual de 7,58% a título de taxa administrativa, sem que houvesse qualquer prestação efetiva de serviço.

Não obstante, ao processar a devolução desse adiantamento, que por óbvio deveria se dar na forma de prestação de serviço já que alegadamente se trata de uma antecipação, passou a cobrar semanalmente do sistema suplementar a devolução em espécie dos valores adiantados pelo Poder Público, decotando, novamente, o percentual de 7,58%, a título de taxa de administração.

A operação, confessada no depoimento de seu Diretor-Presidente, Sr. Ralisson Andrade, indica o possível cometimento do crime de Apropriação Indébita, tipificado no Art. 168 do Código Penal, pelo Consórcio Operacional.

Além do mais, uma vez confessado pelo Superintendente de Mobilidade que a Prefeitura tem ciência da operação, há indicação de omissão do Poder Público sobre a fiscalização da “compra antecipada” efetivada.

Soma-se a tudo isso, a declaração documental do Transfácil de que era a Viação Torres Ltda. que recebia o repasse da Lei 11.458/2023, por meio da resposta ao Requerimento de Comissão de nº 2669/2023, contradizendo os documentos enviados à Comissão pelo Sr. Rubens Lessa, que demonstram que os valores foram recebidos pela empresa Buse, do Grupo Saritur, o que pode configurar, não só ocultação de patrimônio, como também o delito de falsificação ideológica.

Recomenda-se ao Ministério Público, o aprofundamento das investigações das condutas narradas, inclusive com quebra de sigilo fiscal se necessário para apuração do caminho do dinheiro público, tendo em vista as limitações legais das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Não se pode esquecer ainda, da necessidade de apuração da possível confusão patrimonial existente entre o Consórcio Operacional Transfácil e o Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Belo Horizonte - SetraBH, nos termos já detalhados neste relatório.

18.9. DO SENHOR RUBENS LESSA

Conforme se extrai dos documentos acostados e do depoimento prestado a essa comissão parlamentar de inquérito, Rubens Lessa, como responsável pelo consórcio BHLeste, atuou ativamente para entrada da empresa de nome coincidentemente igual, no sistema de transporte coletivo de Belo Horizonte.

Conforme restou demonstrado, o empresário negociou a entrada de Nilo Simão Junior no sistema de transporte de passageiros da capital, como forma de quitação de uma dívida pessoal que tinha com Nilo Simão (pai), o que constitui de finalidade pública, eis que usou o dinheiro público para pagamento de dívida pessoal.

Sabendo se tratar de empresa que fora constituída menos de um mês antes do início das operações, tinha plena consciência que esta não atendia às exigências editalícias, mas ainda assim garantiu que a empresa entraria em operação, o que foi decisivo para o aporte de recursos na empresa que ainda não estava autorizada a operar (e ainda assim operava).

Ademais, ao receber os valores referentes ao subsídio, operacionalizou o sistema para que a empresa que não tem vínculo com o município, recebesse o repasse de dinheiro público. Mais grave, essa operacionalização se deu por meio de outra empresa, que também não tem qualquer ligação com o município, denominada BUSE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE NEGÓCIOS Ltda, identificada pelo CNPJ sob nº 31.434.170/0001-08, empresa que tem como sócios administradores Felipe Lessa

Carvalho Maia Teixeira, Augusto de Carvalho Ganem e Sarah Lage Lessa Carvalho, membros da família Lessa.

Além disto, com o intuito de assegurar a percepção de vantagem indevida, deixou de comunicar ao Poder Público a alteração na composição do consórcio, valendo-se da completa ausência de controle e fiscalização da SUMOB.

Outrossim, com base no documento nº 007321/2023 (fls.:13) referente ao Requerimento 873/2023, nota-se que o subsídio foi mencionado na Cláusula Primeira - Objeto, preço e forma de pagamento, subitem 1.4.1, do contrato privado. Isso deixa claro que as 100 (cem) parcelas de pagamento para a aquisição dos ativos da empresa Viação Torres seriam financiadas pelo subsídio, incluindo a possibilidade de antecipação mensal em caso de repasse antecipado do subsídio.

Dessa feita, sugere-se que seja indiciado pela prática dos crimes de improbidade administrativa, prevista nos termos do art. 10, combinado com o art. 3º, caput, e § 1º, da Lei nº 8.429/1992, além do possível cometimento do crime de fraude contra credores, evidenciada pela prática de ocultação de patrimônio visando o não cumprimento de obrigações, sem prejuízo do aprofundamento das investigações para identificar a extensão do prejuízo e eventuais práticas de corrupção envolvendo funcionários públicos do órgão que deveria fiscalizar o serviço de transporte coletivo.

19. DAS CONCLUSÕES

Após uma apuração criteriosa realizada pelos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, foram evidenciadas diversas irregularidades que tornam inviável a manutenção da circulação de ônibus das empresas TransOeste Transportes Urbanos Ltda. e BHLeste Transportes S.A, atualmente denominada Nova Vista Transportes S/A, no Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros de Belo Horizonte.

Individualizadas as condutas dos agentes para apuração das responsabilidades, a presente Comissão Parlamentar de Inquérito apresenta, ao final, os seguintes encaminhamentos e recomendações, para não só interromper como evitar as práticas delituosas descobertas por esta Comissão, bem como impedir que

a população do Município de Belo Horizonte venha a ser novamente vítima das situações evidenciadas no decorrer dos trabalhos desta Comissão.

20. DOS ENCAMINHAMENTOS

Após o desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, dos depoimentos colhidos, da análise dos documentos, das oitivas realizadas e das diligências promovidas no decorrer dos seus trabalhos, apresenta-se as seguintes recomendações para as autoridades estaduais e municipais competentes:

a) Sugere-se o indiciamento da Sra. Ester das Graças Ferreira Gomes, pelo possível cometimento de crime de falsidade ideológica, nos termos art. Art. 299, do CP e artigo 7º, inciso II, da Lei 7.492/1986;

b) Sugere-se o indiciamento do Sr. Nilo Gonçalves Simão Júnior pelo possível cometimento do crime tipificado no Art. 27-C da Lei nº 6.385/76 e no art. 171, §3º do Código Penal;

c) Sugere-se o indiciamento da contadora Celi Bassi, pelo possível crime de falsidade ideológica art. 299 do Código Penal, de infração ético-disciplinar nos termos do Decreto-Lei nº 9.295/46, bem como a possível fraude no documento que produziu e assinou, nos termos do art. 4, II, da Lei 1.579 de 18 de março de 1952;

d) Sugere-se a investigação do Sr. Fabiano Borges, pelo possível crime de fraude contra credores, evidenciada pela prática de ocultação de patrimônio;

e) Recomendar ao Ministério Público de Contas de Minas Gerais, e ao Ministério Público de Minas Gerais, para que sejam apurados possíveis ingerências, por partes dos dirigentes da empresa S&M Transportes S/A, dos recursos provenientes do erário Público Municipal que foram repassados a BHLeste Transportes S/A;

f) Recomendar ao Ministério Público de Contas de Minas Gerais, e ao Ministério Público de Minas Gerais, para apurar o possível cometimento do crime de

Apropriação Indébita, tipificado no Art. 168 do Código Penal, por parte dos dirigentes da empresa Transfácil;

g) Sugere-se o indiciamento do Superintendente da SUMOB, André Soares Dantas, pelo possível cometimento dos crimes de Advocacia Administrativa, Patrocínio de Contratação Indevida e de Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo, nos termos do Código Penal, e de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92;

h) Sugere-se o indiciamento do Sr. Rubens Lessa, pelo possível cometimento de crime de improbidade administrativa, nos termos (art. 10, combinado com art. 3, caput §1, da Lei 8.429/1992, além do possível cometimento do crime de fraude contra credores, evidenciada pela prática de ocultação de patrimônio, visando o não cumprimento de obrigações;

i) A Remessa do Relatório à Prefeitura de Belo Horizonte para, no exercício do seu poder de polícia, revisar os valores repassados a Empresa BHLeste Transporte S.A, atualmente denominada Nova Vista Transportes S/A, a qual recebeu dinheiro público sem a devida anuência do Poder Executivo, com o objetivo de ressarcir o erário municipal;

j) Recomendar ao Poder Executivo a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar a condução do processo administrativo de substituição da Viação Torres Ltda. pela BHLeste Transporte S.A, atualmente denominada Nova Vista Transportes S/A, mormente pelo descumprimento das disposições estabelecidas no Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, pela SUMOB.

k) Recomendar ao Poder Executivo para que em todos os veículos do Transporte público seja afixado cartaz ou informativo contendo as informações necessárias para realização de denúncia a respeito da qualidade do serviço prestado nos ônibus;

l) Recomendar ao Poder Executivo que verifique se metodologia de pagamento de subsídio às empresas tem sido cumprida conforme a indicação legal, principalmente diante do aumento do número de reclamações ao longo do tempo;

m) A remessa da cópia deste relatório ao Ministério Público do Trabalho, tendo em vista o Cargo da Representante Legal da BHLeste, a sra. Ester das Graças Ferreira Gomes;

n) A remessa de cópia desse relatório ao Ministério Público para apuração as condutas delitivas indicadas;

o) A remessa de cópia desse relatório ao Ministério Público de Contas para averiguação de descumprimento do contrato de concessão decorrente edital de Licitação nº 131/2008, conforme as condutas indicadas;

p) A remessa de cópia desse relatório ao Sindpautras para averiguar as conclusões acerca do desconto de taxa administrativa no repasse dos valores relativos a compra antecipada de vale-transporte e tomar as providencias que entender necessárias;

q) Recomendar ao Poder Executivo que melhore a aferição de qualidade e intensifique as vistorias e fiscalizações aos veículos destinados ao Transporte Público Coletivo de Passageiros, tem em vista as inúmeras reclamações apresentadas;

r) Recomendar ao Poder Executivo que revogue a Portaria SUMOB 30/2023 (Decreto 18.370/23), tendo em vista que depois da sua implementação as reclamações de má qualidade do Transporte Público aumentaram enquanto que as constatações de irregularidades diminuíram;

s) Recomendar ao Poder Concedente que revogue a anuência da empresa BHLeste Transportes S.A, determinando-se a realização de nova composição do consórcio , nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 131/2008, para a seleção de nova empresa para substituir a Viação Torres Ltda;

t) Recomendar a Rescisão do Contrato, por parte do Poder Concedente, bem como a retirada, das empresas BHLeste Transportes S.A e da empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros por Ônibus do Município de Belo Horizonte, em razão dos constantes descumprimentos contratuais e o negativo impacto social, bem como a encampação dos veículos e das garagens de forma a garantir a continuidade do serviço, nos termos da Lei nº 11.523/2023, até a execução de nova licitação ou novo contrato de forma emergencial;

u) Indicar que o Poder Concedente declare a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, das empresas BHLeste Transportes S.A e da empresa TransOeste Transportes Urbanos Ltda, nos termos dos Arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/21;

v) Recomendar ao Poder Concedente que proceda com o ressarcimento dos valores passados a título de remuneração complementar à empresa BHLeste Transportes S.A sem ter a anuência do Poder Concedente, uma vez que estes recursos originaram-se do erário municipal.

Belo Horizonte, 1º de Fevereiro de 2024.

Assinado de forma digital por ELIZETE LOIDE GONCALVES TAVARES:04841792686
Dados: 2024.02.01 15:17:14 -03'00'

Vereadora **Loíde Gonçalves**

Relatora - Podemos/MG